DOUGLAS DA CUNHA DIAS

QUEM TE MARGEIA CONTA DE TI:

EDUCAÇÃO DO CORPO NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ (de 1855 à década de 1920)

Campinas
2014

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DOUGLAS DA CUNHA DIAS

"QUEM TE MARGEIA CONTA DE TI: EDUCAÇÃO DO CORPO NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ (de 1855 à década de 1920)"

Orientadora: Profª. Drª. Carmen Lúcia Soares

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO DOUGLAS DA CUNHA DIAS
E ORIENTADA PELA PROFª.DRª.CARMEN LÚCIA SOARES

Assinatura do Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Dias, Douglas da Cunha, 1967-
D543q Quem te margeia conta de ti : educação do corpo na Belém do Grão-Pará (de 1855 à década de 1920) / Douglas da Cunha Dias. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Carmen Lúcia Soares.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Corpo. 2. Educação. 3. Esportes aquáticos . 4. Vida ao ar livre. 5. Belém (PA) - Modernização - Séc. XIX-XX. I. Soares, Carmen Lúcia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Who surrounds you tells about you : body education in Belém do Grão-Pará (1855 to the 1920's decade)
Palavras-chave em inglês:
Body
Education
Outdoor living
Aquatic sports
Belém (PA) - Modernization - XIX-XX century
Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte
Titulação: Doutor em Educação
Banca examinadora:
Carmen Lúcia Soares [Orientador]
Heloísa Pimenta Rocha
Ana Maria Almeida
Denise Bernuzzi de Sant'Anna
Alexandre Fernandez Vaz
Data de defesa: 23-05-2014
Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

"QUEM TE MARGEIA CONTA DE TI: EDUCAÇÃO DO CORPO NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ (de 1855 à década de 1920)"

Autor : Douglas da Cunha Dias
Orientador: Profª. Drª. Carmen Lúcia Soares

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Douglas da Cunha Dias e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:23/05/2014.

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

ANO 2014

RESUMO

A tese discute a noção educação do corpo a partir dos usos d´água em Belém do Pará, adotando o surto de cólera ocorrido em 1855 e o processo de implantação dos esportes náuticos ao longo da década de 1920 como balizadores. As fontes utilizadas foram jornais e revistas do período evocado, bem como álbuns e relatórios dos poderes públicos e o estatuto do Club do Remo. A questão geradora foi: como se deu a educação do corpo por meio dos usos d'água em Belém do Pará entre 1855 e a década de 1920? Objetivei compreender a articulação entre um ideário composto por saberes de ordem médico-higienista, bem como de caráter legislativo, articulados ao processo de urbanização e modernização de Belém, entendendo-os como dispositivos pedagógicos que levaram ao forjar de um sentido novo e positivo à vida ao ar livre e à natureza, sentido esse fundamental à ideia de progresso e modernidade que ali se instalava. Entre as conclusões estão: 1) a noção educação do corpo amalgamada aos usos d'água e à invenção de um sentido positivo à vida ao ar livre, integrou o processo de modernização vivido por Belém; 2) identifiquei a passagem de um estado de medo, penúria e mortandade, para um estado de regozijo, celebração, saúde e espetáculo, tendo a água, a natureza, a cidade, o corpo e o esporte náutico como anima e fulcro;3) as regatas comemorativas e a esportivização das práticas aquáticas contribuíram para os novos sentidos atribuídos à orla belenense, sendo fundamentais ao projeto de europeização e modernização de Belém idealizado por Antonio Lemos; 4) esportivizar das práticas aquáticas partiu do domínio, implantação e aceite de métodos de treinamento físico e técnico voltados aos jovens atletas; 5) os "sportmen" refletiam e ampliavam valores centrais para o capitalismo que avançava sobre Belém; 6) um moderno e positivo sentido de vida ao livre, pensada a partir das águas, foi alavancado tanto quanto alavancou o ideal de urbanidade expresso pelo progresso, pela ciência e pelo capitalismo.

ABSTRACT

The thesis discusses the idea of body education as a result of water use in Belem do Para, adopting the 1855 cholera outbreak and the process of nautical sports implementation of the 1920's decade as benchmarks. The information sources utilized on the study were the magazines from that period, government reports and also the Club do Remo regulation code. The root question was: How did the body education through water use in Belem do Para happened between 1855 and the 1920's decade? I have targeted to understand the articulation between a scenario composed by medic-hygienic knowledge and with legislative character, articulated to the urbanization process and modernization of Belem, understanding them as pedagogic dispositive which end up forging a new and positive direction towards outdoor life and environment; being it fundamental to the idea of progress and modernity that was being established on the period. Between the conclusions, there are: 1) the notion of body education amalgamated to the use of water and therefore to the invention of a positive outdoor life, has integrated the process of modernization experienced by Belem; 2) I have identified a transition from a state of fear, shortage and mortality to a state of joy, celebration, health and spectacle, having the water, environment, the city, the body and the nautical sport as the core and the animation; 3) the celebration races and the spread of the aquatic sportive practices have contributed to the new meanings related to the waterfronts of Belem, being critical for the projects of modernization and "European sophistication" of Belem idealized by Antonio Lemos; 5) Turning the aquatic practices in sports came from the acceptance of the technical and physical training methods focusing the young athletes; 6) the sportsmen reflected and amplified the core capitalist values that were advancing towards Belem; 7)a modern and positive sense of outdoor life, idealized from the exposure to the waters, was leveraged as high as it has leveraged the urbanity ideal expressed by progress, science and capitalism.

Sumário

Preâmbulo: dos meandros da pesquisa (de onde falo, para onde singro)..... 1

Da tecedura metodológica e das fontes: algumas questões pertinentes..... 7

TOMO I..... 23

Capítulo 1 – Tempos de cholera-morbus em Santa Maria de Belém do Grão-Pará: usos d'água e educação do corpo em meio às artes de curar..... 27

"Uma região na qual as estradas e caminhos são rios e igarapés": considerações sobre uma Belém anterior ao surto de cólera..... 35

***"*Os homens naõ sabem lá pelo que passaõ, e pelo que sofrem": saberes e poderes conflitantes das artes de curar em meio ao flagelo reinante.**..... 49

"Deixo apoz mim tres excellentes médicos [...] agoa, o exercicio e a dieta": uma educação do corpo em rascunho..... 71

"Humilhados na presença de Deos": uma cidade às margens do medo. 88

"O Anjo da Morte envolvido nas lúgubres vestes do Cholera-Morbus, deixou de se mostrar aos habitantes desta nossa capital": traços e corpos de uma cidade que se reorganiza. 112

TOMO II 129

Capítulo I – "Bebo portanto á prosperidade e grandesa desta futurosa capital e de seu patriótico governo": educação do corpo, urbanização e águas de uma Belém rumando à modernidade. 133

"Banhos frios e mornos, temperados á vontade". Novas formas de banho. Novos corpos por educar. 186

"Agua livre de microbios, de puro paladar e, emfim, real e verdadeiramente purificada": sobre as águas que correm em outros "sentidos"..... 222

"Uma chuva torrencial, que alaga tudo!": belle époque e os desafios de uma natureza por domar. Ou ainda: inventando uma vida ao ar livre. 233

"Entre as praias, amigas do homem, que o recebem com esse affago simples, proprio da Natureza [...]": Balneários e divertimentos modernos para além das margens...... 291

TOMO III 323

Capítulo I- "Manhans paraenses bellas e frescas": novos corpos, novas formas de educação. 327

"Toda aquella gente em vivas e *urrahs*": regatas comemorativas e novos usos do litoral belenense...... 334

Capítulo II - "Muito em breve o Pará se poderá apresentar perfeitamente apparelhado para competir com o Rio e São Paulo": Notas sobre a institucionalização das práticas aquáticas..... 365

“Temos bellos rapazes de rijos músculos”: os esportes náuticos invadem as águas guajarinas. 397

“Remadores fortes e decididos”: **Uma nova *margem*... de um tempo que se esvai. Epílogo?** ... 467

REFERÊNCIAS 475

DEDICATÓRIA

Aos que já não mais estão aqui: minha mãe, meu vô Orlando, minha Tia Lili, minha vó Nazaré. Há muito de vocês em quem sou. Sempre.

Ao meu pai: exemplo de homem e educador. Agradeço por tudo. Por me ensinar sobre a vida. Pela retidão e honestidade. Pelo carinho e força. Amo o senhor.

À minha irmãzinha Aldalice, que logo mais será uma universitária.

À Carmen Lúcia Soares. Carminha, orientadora de fato: competente, exigente, meticulosa, dedicada e apaixonada pelo seu ofício de historiadora. E, mais. Bem mais que orientadora: conhecemo-nos em 1988. De lá para cá, mesmo passando décadas sem nenhum contato, sempre lhe tive como referência de leitura e de alguém que tem a coragem de ser quem é. Obrigado por aceitar essa orientação e me colocar nos caminhos da História.

À Marianna. Por cada segundo, por cada lugar, por cada sorriso, por cada suspiro, por cada olhar. Fazes de mim um homem melhor. Fazes de mim um homem feliz. Amanheces meus girassóis. Respiro-te. Amo você.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e CNPq, que por meio do programa PRODOUTORAL concederam-me 18 meses de bolsa.

À Faculdade de Educação Física, ao Instituto de Ciências da Educação e à Universidade Federal do Pará pelos 48 meses de licença. Em especial, agradeço à Professora Fátima de Souza Moreira.

Aos professores e professoras que compuseram a banca de doutorado. Suas críticas, observações e sugestões deram um novo corpo à pesquisa:

Profª. Drª Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE/UNICAMP), Profª Drª Ana Maria Fonseca de Almeida (FE/UNICAMP), Profª Drª Denise Bernuzzi de Sant'Anna (PUC/SP), Prof.Dr. Alexandre Fernandez Vaz (PPG/UFSC); Prof. Dr. Vinicius Demarchi Terra (UNIFESP/SANTOS); Prof. Dr. Edivaldo Góis Júnior (FEF/UNICAMP) e Prof. Dr. Maurício Érnica (FE/UNICAMP).

Aos colegas do nosso grupo de estudo e pesquisa que, sob a orientação da Professora Carmen Lúcia Soares, leram, estudaram, criticaram e, assim, ajudaram a construir essa tese: André Dalben, Fernanda Roveri, Evelise Quitzau, Natacha Galucci, Daniele Medeiros, Rachel Souza e Franco Ruggiano.

Ao professor Milton José de Almeida (em memória).

Aos membros do Grupo FOCUS. Mesmo que breve, o tempo passado com vocês foi enriquecedor.

Aos dedicados funcionários do CENTUR, Victor Etrusco, Luiza, Amador Elson Andrey, Eder Morais, Carmelinda Cruz e Ruth dos Santos, bem como à bibliotecária do Museu da UFPA, Raquel Chagas dos Santos. Sei o quanto é difícil preservar os documentos e suas memórias em meio ao abandono do poder público.

À Ana Luiza Brito Tonini e Giovanna Brito Tonini. Sem o carinho, a acolhida e o respeito de vocês essa tese não seria concluída.

Ao Alexandre Bastos, Obrigado pela hospedagem e troca de ideias ao longo de 2010.

Ao Rodrigo Mascaro, ao Jefferson Chicarelli e ao Juan Araújo. Morar com vocês em São Paulo foi muito divertido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Treze de Maio. 26.06. 1855, p.1 25
Figura 2 Galeota subindo o Rio Amazonas. EDWARDS, 1847. Contracapa. 43
Figura 3 Treze de Maio, 12.04.1855, p.4. 83
Figura 4 Treze de Maio, 19.07. 1855, p.3. 83
Figura 5- Prece ao "Senhor Bom Jesus dos Afflictos". 90
Figura 6- Treze de Maio. 26 de junho de 1855, p.1. 97
Figura 7- Jornal Treze de Maio. 13.01.1855, p.4 112
Figura 8- Treze de Maio. Número de mortes provocadas pela cólera. 19.01.1856, p.3... 124
Figura 9- Treze de Maio. 124
Figura 10- Cidade e porto de Belém. Álbum do Pará. Governo Augusto Montenegro,1908. 131
Figura 11- Hospedaria de emigrantes em Outeiro. Álbum do Pará, governo de José Paes de Carvalho. 1899. 139
Figura 12- Hospedaria de emigrantes em Monte Alegre. Álbum do Pará, governo de José Paes de Carvalho. 1899. 139
Figura 13. Semana Illustrada, 25.07.1887, p.5. Crítica às condições higiênicas do Pará. Diz a legenda: “O Pará prepara-se *hygienicamente* para receber os imigrantes europeus. Pobre gente! (Grifo da revista). 173
Figura 14 - Detalhe da ilustração. Um esqueleto (a morte) segura um cartaz com os dizeres "febre amarella beri-beri etc." 173
Figura 15- Críticas à junta de higiene. Semana Illustrada. 09.10.1887, p.5. 174
Figura 16- Críticas à junta de higiene. Detalhe. Semana Illustrada. 09.10.1887, p.5. 175
Figura 17- Revista “O Mosquito”. Pesca milagrosa no lago verde da estação dos bondinhos. 04.05.1895, contracapa, p. 8. 176
Figura 18- Casas e estação de bondinhos, com os cavalos utilizados como tração animal aparecendo ao lado direito da imagem, em uma cocheira. 177
Figura 19- Suicídio, febre amarela e cholera morbus. 177
Figura 20- Detalhe 2. “Typho”. 178
Figura 21- Detalhe 3. Nostalgia da pátria. Seria uma alusão aos tempos do Império? 178
Figura 22- Velho senhor que a tudo observa (e nada faz?). Pode ser pensado como simbolizando a Junta de Higiene? 179
Figura 23- Lympha podre. A Semana Illustrada, 16.07.1888, contracapa, p.8. 182
Figura 24- Banhos frios e bebidas geladas em meio ao calor belenense. Diário de Notícias, 31.07.1883, p. 3. 194
Figura 25 - Banhos tépidos e frios. Diário de Notícias 14.05.1882, p.1 197
Figura 26- Banhos Casa Bahiana. Diário de Notícias, 02.04.1882 p.1. 197
Figura 27- Banhos Estrada de Nazareth. Diário de Notícias, 02.10.1884, p.1 199
Figura 28- A Semana. Capa da edição de 24.02.1890. 200

Figura 29- Diz a legenda: “Entretanto ella, a pobresinha, vê os seus quadris expostos ao riso da canalha, e esconde-os, envergonhada”. A Semana Illustrada. 16 de janeiro de 1888. Grifo da revista. 204
Figura 30- Toalhas felpudas. Diário de Notícias, 19.10.1886 p.4..... 205
Figura 31- A maré vai subir desde que a senhora vae entrar n’agua. A Província do Pará, 08.05.1901, p.3..... 207
Figura 32- Senhora apetitosa. Semana Illustrada, 05.12.1887, p.4..... 208
Figura 33- Homem afogando-se. A Província do Pará, 05.05.1901, p.2..... 210
Figura 34 - Folha do Norte. 02 de janeiro de 1900. Banhos a vapor em casa..... 211
Figura 35- Banhos a Vapor em casa. Folha do Norte. 09.01.1900..... 211
Figura 36- Banho de pés e banho sentado. Carl Smith, 2013, p.190..... 213
Figura 37- Banho de choque. Banho também refrescante? Diário de Notícias, 23.01.1885, p.1..... 214
Figura 38- Banheiro do povo. Banhos a preços mais populares. Diário de Notícias, 17.09.1885, p.4..... 215
Figura 39- ESTADO DO PARÁ, 29.03.1905, p.3. Sabão Marseille. 219
Figura 40- “Se quiser ter a cutis bella e macia, lave-se todos os dias com o delicioso SABONETE RAY, feito de ovo de gallinha. Com 2$500 satisfaz-se um dever de bom gosto e cuidado pela saúde e pela belleza”. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.12.1909, p.4 220
Figura 41- Diário de Notícias, 24.01.1884, p.1..... 220
Figura 42- Diário de Notícias, 06.01.1892, p.1. Além da perfumaria, merece destaque a venda de "sabonetes finos, pó de arroz, aguas para toucador, aguas para cabelos, aguas para restituir os cabelos desbotados ou brancos á sua côr primitiva [...]". 220
Figura 43- Sabonete Oriza-Aveludado. Diário de Notícias, 07.11.1893, p.4..... 221
Figura 44- Diário de Notícias, 01.01.1896, p.4..... 221
Figura 45 - Folha do Norte. 07.07.1904, p.3. Filtro Mendes, a “primeira invenção paraense do século XX”..... 225
Figura 46 - Folha do Norte. 11.07.1904, p.3. Propaganda do Filtro Mendes. “A maior pureza da água”..... 226
Figura 47- A.Kingdom & C. Diário de Notícias, 06.02.1887, p..... 232
Figura 48- Theatro da Paz. Relatório Lemos, 1906..... 233
Figura 49- Vários aspectos dos modernos navios no Porto de Belém. Especial atenção à última foto, que mostra um vapor sendo construído. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro..... 234
Figura 50- A Semana Ilustrada, 08.08.1887, p.4. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará..... 236
Figura 51- Caminhada em um dia de chuva. Semana Illustrada, 02.07.1888, p.4. Diz a legenda: Uma tarde de verão no Pará. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará..... 238
Figura 52- A SEMANA ILLUSTRADA. 19.04.1888, contracapa. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará..... 239

Figura 53- Ilustração 05 em detalhe. Crítica ao sistema de irrigação pública de Belém.. 240
Figura 54- Ilustrações 07 e 08 em detalhe. As ruas centrais e periféricas de Belém, sofrendo com os alagamentos, muito embora as da periferia fossem as mais prejudicadas. 240
Figura 55- Ilustração 09, em detalhe. Corridas “á bucéfalo e a calcantibus”. 241
Figura 56- Ilustração 11. A patinação e as demais atividades vistas como divetimentos de países civilizados..... 241
Figura 57- Ilustração 10, em detalhe. Velocipedia..... 241
Figura 58- Lago do Bosque Municipal. Sobre suas águas tranquilas, alguns patos nadam docemente. A natureza domada integrando-se à paisagem belenense. 245
Figura 59- cascata do Bosque Municipal. Um recorte da natureza domesticada compondo o contraponto citadino à crescente urbanização e seus ritmos e tempos. Álbum de Belém, Intendência de Lemos, 1902. 245
Figura 60- Massage Electrique. Folha do Norte, 1906..... 249
Figura 61- Cura pela Água. Hydrotherapia. Folha do Norte, junho de 1905. 249
Figura 62- Água Boyer. Promessa de cura contra ataques nervosos, apoplexia etc. Indicada para os tempos de epidemia, dysenteria, cholera e outros. FOLHA DO NORTE, 13.08.1907, p.3..... 249
Figura 63- Cápsulas purificadoras de água. Diziam curar várias doenças e também "transformar" a água em água mineral. FOLHA DO NORTE, 13.08.1907, p.3..... 249
Figura 64- Banquete dos Intendentes em 1903. Bosque Rodrigues Alves. Álbum do Estado do Pará, 1908, p.45. Foto: Fidanza..... 251
Figura 65- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. As várias gentes de Belém, com seus usos e costumes diversos. No centro da foto, dois ciclistas. Foto: Fidanza..... 254
Figura 66- Detalhe da figura: dois ciclistas. 254
Figura 67- LEMOS, Relatório de 1905. Avenida da República. Vista do centro..... 255
Figura 68- Detalhe da figura: duas mulheres e uma moçoila com roupas europeizadas. Ao lado delas, um homem com roupa popular. Ele, provavelmente um vendedor, carrega seu produto sobre a cabeça, hábito então muito comum. Foto: Fidanza..... 255
Figura 69- LEMOS, Relatório de 1902. Praça da República. Além de serem tipos populares, gente de cor, é possível notar que os meninos estão descalços e parecem pequenos vendedores. À esquerda, “Marianne”, o monumento em homenagem à República. À direita, o Theatro da Paz. Contradições de uma Belém da borracha. Foto: Fidanza. 256
Figura 70- Detalhe da figura: meninos descalços, quem sabre pobre vendedores. E, ao fundo, a riqueza o Theatro da Paz. 256
Figura 71- LEMOS, Relatório 1906. Praça Affondo Penna. Dois homens com trajes europeizados são observados por um negro descalço, com roupas populares. 257
Figura 72- LEMOS, Relatório 1906. Detalhe da figura: negro descalço observa dois homens trajados de forma europeizada. 257

Figura 73- Capa do Álbum O Estado do Pará na exposição de 1908. Por Jacques Ourique. 261
Figura 74- Serviço de limpeza urbana. Relatório de Antonio Lemos, 1905. Todos os funcionários ordeiramente posicionados e uniformizados. De uniforme escuro, os funcionários de maior escalão. 262
Figura 75- Sala e alojamento do oficial de estado do corpo de bombeios. A postura altiva e disciplinada do oficial compõe o quadro ordeiro e higiênico do local. Relatório Lemos, 1908. 263
Figura 76- Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro. 263
Figura 77- Lavanderia do asilo de mendicidade. Relatório Lemos, 1908 264
Figura 78- Loja A Parisiense. “Grande armazém de fazendas e modas”. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910 264
Figura 79- Loja A Parisiense. Vista interior. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910 265
Figura 80-Alfaiataria e camisaria. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910 265
Figura 81- Sapataria Pelicano. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910 266
Figura 82- Empresa de Gelo. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910 266
Figura 83- Fábrica perseverança. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910. Vista da seção de aniagem. Diz a legenda que, à esequerda, está uma “machina as Secçao de Cordas que produz 100 kos de corda de 1/8 por dia” 267
Figura 84- Usina de incineração de lixo e animais mortos. Retratava a preocupação com os odores e lixos citadinos. Álbum de Belém. Intendência de Lemos, 1902. 267
Figura 85- Necrotério Municipal. Inaugurado em 1899 . Ao lado, o ver-o-peso, com o mercado de ferro em destaque. O necrotério existe até hoje, embora desativado. Álbum de Belém. Intendência de Lemos, 1902. 267
Figura 86- Arborização de Belém. Vê-se na fotografia a avenida São Jerônimo atual Governador José Malcher. Note-se os trihos de bonde ao longo da avenida. Relatório Lemos, 1905. 269
Figura 87- Arborização de Belém. Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré). Um dos "corredores de mangueiras", até hoje existentes e que marcam a cidade. Vistas do Pará, Brasil. 1902. Foto de George Huebner 270
Figura 88- O JORNAL,1900, p.03. Croqui para novas formas de calçamento, incluindo a presença de árvores (palmeiras), pontuando assim a preocupação com a arborização da cidade. 271
Figura 89- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. Bonde, homem, cachorro. 273
Figura 90- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. Detalhe da figura: um homem se abaixa. Um cachorro margeia o trilho do bonde que se aproxima enquanto uma família espera o momento do embarque. 273
Figura 91- Homem de costas para a rua. Seu traje, formal e europeizado, contrasta com aquele que veste as demais pessoas que ali estão. Leva sua mão esquerda ao chapéu, como quem vai cumprimentar alguém. 274

Figura 92- Homem e criança, descalços, aguardam o bonde, mas do lado oposto da calçada onde os demais o fazem. 274
Figura 93- Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro 276
Figura 94- The Washerwoman. SMITH, 1879, p.56. Ilustrado por J. Wells Champney ... 277
Figura 95- Detalhe da ilustração: Grupo de lavadeiras estendendo roupas sobre a grama. Ao lado, um poço público. 278
Figura 96- Detalhe da ilustração: lavadeira negra, descalça e com os seios desnudos, lavando roupa sobre uma tina. Ao lado, uma bilha. 278
Figura 97- Lavadeiras às margens do rio Apehú, próximas à ponte com o mesmo nome. Fotografia Fidanza. Álbum do Pará, 1899. Governo Augusto Montenegro. 279
Figura 98- Lavadeiras na praia. Cidade de Macapá, então pertencente à Província do Grão-Pará. Governo Augusto Montenegro. Álbum do Pará, 1908. 280
Figura 99- O Pará em 1900. Segunda capa. Note-se o luxo da edição. 282
Figura 100- Couradouro de roupa. Carlos Custódio de Azevedo. 1903. Propriedade do Museu de Arte de Belém. 283
Figura 101- Jardim de Sant'Anna. Álbum de Belém, 1902. 289
Figura 102 - A Semana, 26.06.1920. Piquenique promovido pelo Pará Club 302
Figura 103- A Semana, 26.06.1920. Piquenique promovido pelo Pará Club. 303
Figura 104- Aparentemente, pai, mãe e flilho caminhando para o piquenique. 304
Figura 105- A Semana, 05.07, 1924. Convescote (piquenique) da Tuna, realizado em Outeiro. 306
Figura 106- Detalhe: adultos, jovens e crianças reunidos de forma descontraída ao redor de uma casa de campo. 307
Figura 107- Detalhe: os vestidos parecem mais leves, pensados para momentos ao ar livre, junto à natureza. 308
Figura 108- A Semana, 14.01.1922. A vida nas praias. Grupo de banhistas. 309
Figura 109- A Semana, 1920, número 93. Tradicionais famílias belenenses em Mosqueiro. 311
Figura 110 - A Semana, 1920, número 94. Família na praia em Mosqueiro. 312
Figura 111- A Semana, 1922, número 199. 313
Figura 112- A Semana, 12.06.1920, número 115. Grupo de banhistas na praia o Chapéu Virado (Mosqueiro). Já é nítida a mudança das roupas de banho. 315
Figura 113-A Semana, 12.06.1920, número 115. Banhista Dorinho Sodré, em Mosqueiro. 316
Figura 114- A Semana, 1920, número 126. Praia do Murubira (Mosqueiro) à hora do banho. 316
Figura 115- A Semana, 26.11.1921. Grupo de criança na praia do Chapéu Virado (Mosqueiro). A praia integrada aos tempos de recreio da vida banal. 317
Figura 116- A Semana, 06.11.1926. "Banhista 'mignonne'". Praia de Soure (Marajó). Ao fundo, uma mulher trajando o que aparenta ser uma roupa de banho. 318
Figura 117- - A Semana, 1920, número 126. Criança na praia do Murubira (Mosqueiro) 318

Figura 118- Trecho do parque do Collegio Quinta Carmitta. Relatório Lemos, 1905. 319
Figura 119- Detalhe: homem prepara-se para saltar. Ao fundo, a cabine de banho. No rio, pequenas canoas singram tranquilamente. 320
Figura 120- Aspectos de uma regata realizada em 1915. ESTADO DO PARÁ 17.11.1915, p.1 325
Figura 121- Fundação da cidade de Belém. Óleo sobre tela. 226cm x 504 cm. Autor: Theodoro Braga. Ano: 1908. Propriedade do Museu de Arte de Belém. 328
Figura 122- Captação d'água. 1905. Theodoro Braga. Propriedade do Museu de Arte de Belém. 329
Figura 123- Detalhe do quadro: homens da ciência e dos poderes públicos observam e analisam o centro de captação de água. A tecnologia moderna avançando sobre a natureza. 329
Figura 124- A modernidade avançando sobre as águas guajarinas, reconfigurando o litoral belenense. Porto de Belém. Álbum do Pará. Governo Augusto Montenegro, 1908. 330
Figura 125- Reservatório do Utinga, Belém. Aqueduto. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro..... 331
Figura 126- Reservatório do Utinga, Belém. Encanamento de água. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro. 331
Figura 127- A Semana. Edição especial de 1908. Reservatório Paes de Carvalho. 332
Figura 128- A Semana. Edição especial de 1908. Uma nascente no Utinga. 332
Figura 129- Álbum do Pará. Governo de José Paes de Carvalho, 1899. 332
Figura 130- Regatas em honra do dia treze de maio. A SEMANA ILLUSTRADA, 18.06.1888, contracapa. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará. 346
Figura 131- Detalhe da ilustração: carro alegórico simbolizando o progresso..... 346
Figura 132- Carro simbolizando o comércio. Vê-se Mercúrio segurando o Caduceu..... 347
Figura 133- Carros alegóricos simbolizando as artes e o Brasil. 347
Figura 134- Vapores embandeirados. Note-se que ambos aparecem lotados. 348
Figura 135- Embarcação (Princesa Izabel) a quatro remos, conduzida por mulheres e com uma timoneira, a senhora Umbelina Nunes. 349
Figura 136- Embarcação (13 de Maio), a quatro remos, conduzida por mulheres e com um homem (Antonio F. Freire de Oliveira) como patrão. Os remos erguidos para o alto simbolizam que a prova foi concluída. 349
Figura 137- Aparentemente, um trapiche. Sobre ele, um público atento ao que se passa. É importante atentar às roupas, formais, com direito a chapéu. 350
Figura 138- Embarcações conduzidas por homens, ambas, com timoneiro. A retratada em primeiro plano, a oito remos. 350
Figura 139-Bóia sinalizadora e, mais adiante, duas estranhas embarcações, cada qual conduzida por um remador solitário. 351
Figura 140- Duas tinas conduzidas por marinheiros do arsenal de marinha. Momento pitoresco da festividade?..... 351

Figura 141- Regata de 16 de novembro. Grande Festival Patriótico. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 29.10.1892, p.1. 356
Figura 142- Anúncio da Grande Regata comemorativa à adesão do Pará ao regime democrático. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 04.08.1898, p.2 358
Figura 143- Quase uma página inteira dedicada ao programa das regatas de 15 de novembro. O Pará, 15.11.1898, p. 4 360
Figura 144- Taça "Casa Paz". FOLHA DO NORTE, 1919. 394
Figura 145- Estado do Pará, 1929. Equipe de nadadores da Associação Dramática Recreativa..... 396
Figura 146- Croqui da sede náutica da Associação Dramática Recreativa Beneficente. Rua Cônego Siqueira Mendes. ESTADO DO PARÁ, 13.04.1919, p.4. 400
Figura 147- Croqui da sede náutica. Associação Dramática Recreativa Beneficente. A SEMANA, 19.04.1919, p.14. 401
Figura 148- Inauguração da sede náutica da Tuna Luso Commercial (antiga Tuna Luso Caixeiral). Participou da inauguração o presidente da FPSN. O ESTADO DO PARÁ, 02.08.1917, p.5. 401
Figura 149- Guarnição vitoriosa do Clube do Remo. Páreo de canoas, estreantes. A SEMANA, 04.02.1928 414
Figura 150- Rowers do “Yole-Club”. A SEMANA, 10.09.1921. 415
Figura 151- Valorosos out-riggers. ESTADO DO PARÁ, 1926 415
Figura 152- Grupo de atletas náuticos da Tuna Luso Brasileira. A Semana, 1919. 416
Figura 153- A Semana, 08.07.1922. 416
Figura 154- Domingo esportivo é domingo de regatas. FOLHA DO NORTE, 1929 416
Figura 155- A Semana, 05.07. 1924. Provas náuticas realizadas no balneário de Outeiro. 417
Figura 156- ESTADO DO PARÁ, 15.06.1925, p.4 417
Figura 157- Associação Dramática Recreativa e Beneficente. Guarnição campeã de 1925. ESTADO DO PARÁ, 1925. 417
Figura 158- A SEMANA, 05.06.1920. O público lota o vapor, assistindo a um páreo de remo..... 418
Figura 159- A Semana, 1923, número 279. Destaque às senhoritas belenenses embelezando o público do espetáculo. Pode ver-se também que os vapores estavam tomados pelas elites que assitiram ao espetáculo das regatas..... 418
Figura 160- A Semana, 02.07.1921. 419
Figura 161- Guarnição de rowers do Cub do Remo. As roupas dessa modalidade náutica expunham menos o corpo do que as da natação e do polo aquático. A SEMANA, 07.02.1920..... 419
Figura 162- A SEMANA, 07.02.1920. 420
Figura 163- Rowers do Club do Remo exibindo seus corpos atléticos após uma sessão de treinamento. A foto foi tirada na Praça Frei Caetano Brandão, localizada em frente à sede náutica do Club do Remo. Diz a legenda: “Depois da faina do treino, os remadores do

Club do Remo tomam fresco no jardim na praça Frei Caetano Brandão". A SEMANA, 07.02.1920. 420
Figura 164- A SEMANA, 10.04.1920. 421
Figura 165- A Semana, 1922. Número 231 421
Figura 166- A Semana, 1922. Número 231. Fotografia que registra o quadro então recém inaugurado, homenageando e registrando o feito dos remadores tunantes que conquistaram o campeonato oficial de remo de 1922. 422
Figura 167- A Semana. 1920, número 104. 423
Figura 168- ESTADO DO PARÁ, 1925. Batismo de embarcações do Club do Remo. 424
Figura 169- Guarnição feminina da Tuna Luso Brasileira, vencedora de um páreo em outubro de 1920. A Semana, 26.02.1921 425
Figura 170 - Batismo de embarcação. A SEMANA, 08.02.1919. A foto da parte superior retrata a forte presença feminina, bem como de crianças. O ritual de batismo das embarcações, visto na foto da parte de baixo, era realizado por mulheres. 428
Figura 171- Detalhe: mulheres e crianças durante o batizado das embarcações. É forte a presença feminina, com destaque para as madrinhas das embarcações, cercadas por r crianças. Ao fundo, um pequeno galpão com o escudo do Club do Remo. 429
Figura 172- Detalhe: jovens belenenses momentos antes de batizarem as embarcações. 429
Figura 173- A SEMANA, 1920, número 104. 430
Figura 174- Folha do Norte, 07.09.1927 432
Figura 175- Folha do Norte. 31.08.1927 433
Figura 176- Folha do Norte 11.05.1929, p.2 434
Figura 177- Folha do Norte. 26.07.1927, p.1 436
Figura 178- Casa Saltão. Artigos para banhos de mar. Merece destaque também ser propagandeada a venda de artigos esportivo. Folha do Norte, 1925. 437
Figura 179- Casa Saltão. Artigos para banhos de mar. Folha do Norte, 1925. 437
Figura 180-Nadadores cruzam a Baía do Giajará. Ao lado deles, alguns remadores e, ao fundo, as elites belenenses a bordo dos vapores, assistindo ao espetáculo. A SEMANA, 05.06.1920. 449
Figura 181- Figura 176- Estado do Pará, 04.05.1919, p.3. 449
Figura 182- Valente nadador da Recreativa. A SEMANA, 21.05.1921 449
Figura 183- Três destemidos nadadores que disputaram a "travessia do Guajará". Destaque para o mais jovem, ao centro, com 13 anos de idade. Estado do Pará, 04.05.1919, p.3. 450
Figura 184- Concorrentes do campeonato infantil: Getulio Mendonça (8 annos), Waldemar Almeida (13 annos), Benedicto de Moraes (12 annos) e Sebastião Santanna (15 annos). Estado do Pará, 04.05.1919, p.3. 450
Figura 185- Vapor Ypiranga apinhado de gente. A natação, integrada ao programa das festividades náuticas, atraía um bom público, fiel e entusiasmado. Note-se a roupa

características dos nadadores, identificando-os em relação aos demais atletas e, evidentemente, em relação aos experctadores. 450
Figura 186- As águas guajarinas não se curvam ao progresso. Estado do Pará, 12.04.1922, p.1. 451
Figura 187- Detalhe da figura 143: Um grupo de crianças se diverte com uma montaria em meio ao alagamento. 452
Figura 188- Belém, inundada pelas águas guajarinas. O caos urbano parece não incomodar o grupo de crianças que brinca junto às águas. A SEMANA, 05.03.1921. 452
Figura 189- Os destemidos atletas de polo aquático da Tuna Luso. A SEMANA, 01.02.1919. 460
Figura 190- Primeiro e segundo time de “water-polo” do Club do Remo. As roupas expunham sobremaneira seus corpos atléticos, bem como ofereciam conforto e mobilidade aos atletas. A SEMANA, abril, 1919. 460
Figura 191-- Primeiro e segundo time de water-polo do Yole Club. A SEMANA, abril, 1919. 461
Figura 192- 1916 foi o ano do primeiro campeonato de waterpolo em Belém, atraindo pouco público. Os jornais cumpriam o papel de mediadores culturais, forjando um quadro inexistente. Estado do Pará, 20.03.1916, p.2 461
Figura 193- Equipe de waterpolo campeã paraense em 1925 e 1927. Estado do Pará, 1927. 462
Figura 194- "Waterpolo". É possível observar as traves, de madeira e sustentadas sobre boias. As águas sendo esquadrinhadas. Ao lado, pode ser visto um pequeno barco, ancorado. Nele, provavelmente, estavam os juízes da partida. Estado do Pará, 27.03.1914, p.4 462
Figura 195- Saltador do Club do Remo, modalidade salto de altura. O ESTADO DO PARÁ, 24.07.1916, p.1. Equilíbrio, destreza, controle corporal e coragem: ingredientes desse tipo de salto. Era preciso treinar para conseguir tal feito. 464
Figura 196- Manoel T. Monteiro, vencedor das provas de "saltos em altura e phantasia". A SEMANA, 10.05.1919. 465
Figura 197- Mozart Ferreira Lopes, campeão paraense do mergulho e tempo e recordista brasileiro nessa modalidade. A SEMANA, 26.06.1920 466
Figura 198- Os saltadores Fred Braga e Ascendino Hollanda em um instantâneo de suas arrojadas evoluções. 466

O apelo da água exige de certa forma uma doação total, uma doação íntima. A água quer um habitante.

(Gaston Bachelard)

Preâmbulo: dos meandros da pesquisa (de onde falo, para onde singro)

Erguida no seio da floresta amazônica, circundada pela Baía do Guajará, a cidade de Belém do Pará é quase uma península que, se tem no verde das matas a seiva a nutrir-lhe, são as águas barrentas dos rios que lhe fazem horizonte. Das margens que a delimitam, as águas vão além, recortando a cidade vorazmente sob a forma de braços de rios, de igarapés e de pequenos furos, compondo um total de 14 bacias hidrográficas. E o que dizer quando urubus voam em círculo anunciando que o céu azul logo será tomado por nuvens escuras, para então, desabar a chuva que, de tão cotidiana, parece inseparável do que possa ser a própria cidade?

Conhecer Belém implica pensar-lhe natureza e cidade, que, lado a lado, fazem a capital paraense, em pleno século XXI, debater-se entre o bucólico e o sonho de uma modernidade há muito prometida. Conhecer Belém exige pensá-la por meio de suas águas, quer seja sob a forma dos rios que lhe são margens aos saberes e memórias, ou corporificadas pelas chuvas que caem sobre suas ruas, avenidas e vielas. Águas que guardam conversas, mistérios, surpresas, esquecimentos – e histórias a serem narradas.

Ao falar das águas também falarei da natureza, e de ambas, enquanto invenção específica, racionalizada, histórica, que elegeu e cultuou o ideal de uma vida ao ar livre como repleta de virtudes e generosidades, em detrimento daquela de uma natureza nociva e pestilenta, que deveria ser condenada ao passado. Assim, a água seria compreendida não mais como fonte de doenças, e sim como lugar de refrigério e regeneração; não mais como palco de bulhas e vozerios, mas de disciplina e civilidade. Mas, ao falar de natureza, ou de uma invenção desta, também – ou necessariamente – falarei da construção de uma cidade imersa nos paradoxos de uma cultura urbana inédita, com seus ritmos e modos de ser estranhos à maioria da população, os quais, se por um lado, erguiam e eram erguidos sobre o signo do

novo, do moderno, por outro, minavam as forças e a cadência de outrora de forma tal que eram, muitas vezes, vistos como fator degenerativo das instâncias do público e do privado.

Não falarei, entretanto, tão somente sobre as águas e a cidade na perspectiva até aqui exposta. Com efeito, a elas se amalgama o fio-condutor da pesquisa ora apresentada – a educação das sensibilidades, mais especificamente, a noção educação do corpo[1], ou seja, como um conjunto de saberes e práticas especializadas, cujo foco era a disciplina dos gestos (SOARES, 2010). Educação essa estruturada, em um primeiro momento, por meio da perspectiva religiosa para, em seguida, tornar objeto e alvo do poder biomédico. Desse modo, falarei sobre águas e cidade, de natureza e civilidade, de doença e saúde, amalgamadas pela e por uma educação do corpo constituída por saberes médicos, jurídicos, religiosos, pedagógicos e mundanos.

Mas, sobre qual Belém estou a me referir? De uma Belém das chuvas quase cotidianas e que ainda provocam alagamentos por toda a cidade em pleno século XXI? De uma capital que em 2007 e 2008 consumiu aproximadamente 220 milhões de metros cúbicos de água por ano e, desse volume, despejou 80% sob a forma de esgoto, sem nenhum tratamento e de forma indiscriminada nos rios que a banham e lhe são mananciais? De uma cidade autointitulada “Metrópole da Amazônia”, mas cuja população pobre ainda transporta cotidianamente pesados baldes d’água sobre

[1]Sobre a noção educação do corpo, ver: BASSANI, José Jaison; VAZ, Alexandre Fernandez. Comentários sobre a educação do corpo nos “textos pedagógicos” de Theodor W. Adorno. Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 13-37, jan./jun. 2003. Ver também HEROLD JÚNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. A educação corporal em Baden-Powell: o movimento escoteiro contra o intelectualismo escolar. Revista HISTEDBR On-line, v. 47, p. 166-184, 2012. Ver ainda MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona Campos. Educação do Corpo na e pela Linguagem da Lei: potencialidades da legislação como fonte.Pensar a Prática (UFG), v. 11, p. 71-81, 2008. Ver também, SOARES, Carmen Lucia. Prefácio. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). Educação do corpo na escola brasileira. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. v. 1., p. x-xix.

a cabeça e que também não tem assegurado o direito às condições básicas de higiene porque lhes falta o precioso líquido?

Basta olhar para os lados, ao percorrer cotidianamente a avenida “Perimetral da Ciência”, que dá acesso à Universidade Federal do Pará, local onde trabalho, ao Campus de Pesquisa do Museu Emílio Goeldi e à Universidade Federal Rural do Pará, para perceber: os que residem na extensa área de ocupação habitada sem qualquer planejamento, vivem em condições sub-humanas. Ironicamente, a avenida cujo nome evoca a ciência, vê os que às suas laterais amontoam-se, alijados do saber, da esperança e dos sonhos, bem como, das condições mínimas necessárias àquilo que costumamos (ou teimamos?) chamar, humanidade.

Movido por inquietações do presente, eis que chego à pesquisa aqui introduzida, intitulada “Quem te margeia conta de ti: educação do corpo em uma Belém do Grão-Pará (do surto de cólera em 1855 à esportivização do uso dos rios na década de 1920). Justifico o início do marco temporal porque naqueles tempos, vitimada por um surto de cólera, atônita, Belém presenciava, um a um, dia após dia, seus habitantes falecerem em larga e progressiva escala – escravos e membros da elite, estrangeiros e visitantes, ninguém parecia escapar. A década de 1920 é o marco temporal que estabelece o limite final dessa pesquisa. Essa escolha não foi fortuita: após um processo de esportivização das práticas aquáticas em Belém, que se inicia ao longo dos anos iniciais de 1900 e se alonga até os anos de 1910, os anos de 1920 são palco para o estabelecimento e triunfo dos esportes náuticos enquanto espetáculo ao ar livre, movido pela competição e pelos corpos apolíneos dos “sportmen”. Assim, da morte à vida, do terror ao espetáculo, do medo à celebração, dos corpos doentes e moribundos aos corpos atléticos e saudáveis, a pesquisa investigará a educação do corpo por meio dos usos d’água.

A pesquisa procura responder à seguinte questão: Como ocorreu a educação do corpo por meio da lida com as águas na cidade de Belém do Pará, do surto de cólera em 1855, até a esportivização das práticas aquáticas (anos de 1910), e a consolidação dos esportes náuticos, ao longo dos anos de 1920?

O primeiro tomo da tese, em seu capítulo único, parte de interrogações que habitavam os belenenses dos tempos da cólera: O que estaria provocando tanta tragédia? De quem seria a culpa? Estaria na racionalidade da medicina acadêmica, ou na ancestralidade dos remédios e práticas populares a cura para o mal reinante? Agarrar-se à fé e arrepender-se dos pecados, salvaria? Mudanças no código de posturas? Afinal, o que poderia salvar aquela população de tamanho infortúnio? Certo era que mulheres e homens daquela época, respirando, escutando e movendo-se sob o signo do medo, viviam acuados pelo terror de, a qualquer instante, serem também vitimados. Assim, nos espaços públicos ou na privacidade do lar, o que imperava indiferente a tudo era o medo e as marcas que a morte deixava na vida dos que sobreviviam.

Porque a água era vetor da moléstia, ocorreram modificações nos usos e costumes ligados às águas, exigindo outras formas de educação do corpo em meio ao caos reinante. Naqueles tempos, a cólera passou a habitar as águas, tornando-as, mais do que nunca, malsãs. Esse é o quadro que emoldura o primeiro capítulo do tomo inicial da presente tese. Intitulado *"*Tempos de cholera-morbus em Santa Maria de Belém do Grão-Pará: usos d'água e educação do corpo em meio às artes de curar", o referido capítulo terá cinco momentos: 1) Considerações sobre uma Belém anterior ao surto de cólera; 2) Aporta a cólera, divergem os médicos, alastra-se a doença: saberes e poderes conflitantes das artes de curar em meio ao flagelo reinante.; 3) Do que normatiza, do que tipifica: educar o corpo; 4) *"Humilhados na presença de Deos"*: uma cidade às margens do medo; 5) Vigilância, asseio, cura: circuitos d'água e educação do corpo nos tempos da cólera.

Vencido o surto, havia uma cidade para ser reerguida, e com ela, mudanças que atingiriam a esfera pública e a privada no que se refere a educação do corpo em meio aos circuitos d'água: da lida corporal com as novas formas de banho ao surgimento de novos espaços de sociabilidade ligados à tal prática; do pertencimento e domínio d'água para, enfim, fazê-la penetrar no universo doméstico, ao processo de purificação dessa, já no seio dos lares belenenses; e,

finalmente, da invenção de um sentido positivo para a vida ao ar livre à procura dos balneários e suas águas enquanto lugar de refrigério, regeneração e recreio.

Tais serão os temas abordados ao longo do capítulo único do segundo tomo dessa pesquisa. Sob o título “Bebo portanto á prosperidade e grandesa desta futurosa capital e de seu patriótico governo”: educação do corpo, urbanização e águas de uma Belém rumando à modernidade, o referido tomo tem a seguinte estrutura:1) “Recordem-se que a fama de terra da peste e morte nos prejudica de um modo horrível”. Belém, cidade do lixo e das águas podres; 2) “Banhos frios e mornos, temperados á vontade”. Novas formas de banho. Novos corpos por educar; 3) “Agua livre de microbios, de puro paladar e, emfim, real e verdadeiramente purificada”: sobre as águas que correm em outros “sentidos”; 4) “Uma chuva torrencial, que alaga tudo!”: belle époque e os desafios de uma natureza por domar. Ou ainda: inventando uma vida ao ar livre; 5) **“**Entre as praias, amigas do homem, que o recebem com esse affago simples, proprio da Natureza ”: Balneários e divertimentos modernos para além das margens.

O tomo II percorrerá mais de uma Belém, cujos contornos nem sempre são ou se querem nítidos: de uma Belém escravagista àquela encantada com a belle époque; de uma Belém que temia as suas águas àquela que nelas via lugar de cura, refrigério e recreio. Também são várias as gentes que o constituirão: dos catraieiros, aguadeiros e lavadeiras – que dos pontos d’água faziam lugar de ofício e sociabilidade – aos que, desnudos, se banhavam nos rios afrontando a moral e a ordem pública. Ao longo do tempo adotado no tomo em questão, essas várias cidades e gentes, em uma mesma cidade, serão palco de usos e costumes que encontram na lida com a água o nascedouro de novas sensibilidades, formas outras de educar o corpo entremeadas à urbanidade, à saúde, à valorização da vida ao ar livre e à modernidade.

Já o tomo final da tese apresenta dois capítulos. O primeiro é intitulado “Sobre as águas guajarinas”: educação do corpo entre o recreio e os esportes náuticos. A discussão que o compõe é centrada sobre os usos recreativos e espetaculares do litoral belenense por intermédio de regatas comemorativas. Esse

momento da tese tem como título “Toda aquella gente em vivas e urrahs”: regatas comemorativas e novos usos do litoral belenense.

O segundo capítulo do tomo final desemboca no processo de esportivização das práticas aquáticas e a consequente tomada das águas guajarinas por parte dos esportes náuticos e de seus “sportmen”. Força, disciplina, treinamento e corpos apolíneos singrarão as páginas desse momento, em uma verdadeira celebração do músculo e de um ideal de modernidade que se espelhava e tinha os atletas náuticos como símbolo. O epílogo fecha a tese. E não se quer conclusivo.

Da tecedura metodológica e das fontes: algumas questões pertinentes

Os percursos metodológicos são fundamentais à pesquisa: além de informarem como e o quê será pesquisado, detalhando as fontes, fornecendo pistas do que virá, também caracterizam de onde eu falo e o que me leva a falar. Dito isso, pontuo que a identidade desse estudo não se atém tão somente ao recorte temporal, à escolha das fontes ou ao tema propriamente dito, e sim, a todos os seus elementos estruturais: das linhas e entrelinhas, das falas e silêncios, das tramas e interpretações daquilo que foi, em algum fragmento temporal, vivido por sujeitos que não o pesquisador. Assim, no universo compreendido entre aquilo que alguém guardou com esmero (e que acabou perdendo-se por ação do acaso), e aquilo que foi algum dia pensado para ser esquecido (e que por obra do mesmo acaso apresenta-se ao pesquisador), habita a matéria que é seiva para a historiografia.

Mas, sobre os percursos metodológicos, dizer o quê? Bricolagem de dados e experiências, ir e vir entre o tempo presente do pesquisador e as páginas viradas de outrem, sobre as quais ele ora se debruça, a história se reconstrói de forma permanente, porque sempre vinculada à interpretação de quem a narra. É, portanto, uma arte que exige o aprendizado de uma determinada experiência pessoal e também porque, se é transmissível, o mesmo não pode ser dito quanto à capacidade de ser formulável, cabendo assim, a cada historiador em seu ofício, dela retirar suas lições, à sua maneira. (VEYNE, 2008)

Faço então a escolha de um olhar arqueológico aos estudos históricos, conforme ensinado por Michel Foucault em “A arqueologia do saber”, como norte do percurso. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de ter o método arqueológico como guia, a pesquisa aqui descrita, diferentemente das incursões de Foucault, não objetiva ou tem como diretriz a análise dos discursos. Apesar de, e justo por isso, acredito ser válido incorporar alguns dos princípios metodológicos da arqueologia foucaultiana ao mesmo tempo em que abdicarei de outros, sem ferir a

estrutura conceitual desse método. Assim, não me privarei de apropriações, releituras, desvios e mesmo desalinhos àquilo que é metodologicamente próprio à arqueologia foucaultiana como método, ao mesmo tempo em que serei fiel à sua lógica, provocando uma constante tensão na tessitura da pesquisa.

Retomando a proposta metodológica de Foucault[2], duas serão balizadoras do presente estudo:

a) Em relação à obra, pensada como objeto de pesquisa, a arqueologia "não é ordenada pela figura soberana da obra: não busca compreender o momento em que esta se destacou do horizonte anônimo" (FOUCAULT, 2010, p. 158).

b) Sobre o discurso, a arqueologia, longe de visar uma reconstrução exata daquilo que em algum momento foi "pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso", tem a clareza de que é tão somente uma "reescrita" e que por isto, é, "uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto" (FOUCAULT, 2010 p. 158).

A perspectiva inaugurada por Foucault faz da arqueologia um método que, segundo Roberto Machado,

> [...] estabelece interrelações conceituais ao nível do saber, [e que], nem privilegia a questão normativa da verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrência a partir da racionalidade científica atual. Abandonando a questão da cientificidade – que define propriamente o projeto epistemológico – a arqueologia realiza uma história dos saberes onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso da razão (MACHADO, 1982, p. 11).

[2] Ver Foucault, Arqueologia do saber, 2010, p. 153 a 158.

Para Machado, considerar a arqueologia como um método da história não significa que a mesma possibilite uma “série de análises empíricas”, por meio de seus princípios básicos aplicados a objetos de pesquisa diversificados. Mais ainda, Machado diz que se a arqueologia pode ser considerada um método, o será justo por caracterizar-se por uma constante variação de seus princípios e por redefinir constantemente os seus objetivos, ao mesmo tempo em que acarreta uma mudança no sistema argumentativo que a faz legitima ou no qual encontra justificativa. (MACHADO, 1982).Além disso, a arqueologia “não está à procura das invenções e permanece insensível ao momento [emocionante, admito] em que, pela primeira vez, alguém esteve certo de uma verdade (...)” (FOUCAULT, 2010, p. 163). Ou ainda, a pesquisa em história, quando orientada pela perspectiva foucaultiana não procura

> [...] em uma ‘descoberta’ inicial, ou na originalidade de uma formulação, o princípio de onde podemos tudo deduzir ou derivar; não procurar, em um princípio geral, a lei das regularidades enunciativas ou das invenções individuais; não pedir à derivação arqueológica que reproduza a ordem do tempo ou que revele um esquema dedutivo. (FOUCAULT, 2010, p. 167).

Escava, o historiador, desejando encontrar aquilo que se esconde sob a profundidade, é fato. Mas também, e não menos, desejando encontrar aquilo que, a cada golpe de sua enxada, chega à luz da superfície, misturado quase que propositadamente pelas mãos da ventura que o é, e porque assim, potencialmente fadado ao desaperceber. É preciso estar atento ao que vem a cada enxadada. Por isso, o historiador garimpa. Porque quer desembaraçar o que investiga. Mas, tão importante quanto olhar ao que foi desembaraçado é saber perceber aquilo que escapou à garimpagem, aquilo que não veio, ou ainda, aquilo que ficou escondido na superfície ou na profundidade do que foi escavado.

Mas, o que fazer agora que estou frente a frente com o momento no qual terei que escolher o recorte temporal, as fontes, o próprio tema e o problema central

da pesquisa? Quais recursos e estratégias adotarei para ir e vir ao e do passado? E, de que forma o farei? À martelada, como quer Nietzsche? Como arqueólogo, seguindo as trilhas de Foucault? Buscando possíveis alternativas, apóio-me em Veyne quando esse diz que a historiografia depende da problemática por si formulada e dos documentos, das fontes que tem a seu dispor. Mais ainda,

> [...] se uma historiografia encontra-se bloqueada, isto se deve às vezes à falta de documentos, às vezes a uma problemática esclerosada. Ora, a experiência prova que a esclerose da problemática sobrevém sempre muito mais cedo que o esgotamento dos documentos: mesmo quando a documentação é pobre, há sempre problemas que não pensamos formular (VEYNE,1983, p. 11).

Para uma pesquisa de cunho historiográfico, delimitar o universo a ser estudado é vital. Atento a esta premissa, a delimitação aqui adotada tem como eixo central a educação corporal em meio à lida com as águas em Belém do Pará a partir do surto de cólera que vitimou a cidade em 1855, até o aporte e consolidação dos esportes náuticos na cidade, entre os anos de 1910 e 1920.

Longínquo ano 1855: ano em que a cólera vitimizou em apenas dez meses o quantitativo de 1.443 pessoas, equivalente a quase 10 % dos belenenses, segundo números oficiais encontrados no livro de óbitos do cemitério de Nossa Senhora da Soledade, o único existente até então. Anos de 1910: Belém é ocupada por clubes e federações náuticas, que iniciam o processo de esportivização das práticas aquáticas, processo que se consolida ao longo da década de 1920, simbolizado pelos “sportmen” e seus corpos apolíneos, celebrando uma verdadeira festa do músculo.

Em meio às riquezas e misérias de uma cidade que se modernizava a partir da exploração e comércio da borracha, naquilo que ficou conhecido como belle époque amazônica, cidade e citadino, juntos, forjavam uma relação espetacular com as águas que banhavam Belém, fundamental à modernização então emergente. Noutros termos, lanço a perspectiva de que por meio do estudo das

lidas com as águas em Belém será possível abordar aspectos da educação corporal, do processo de modernização da cidade (com suas contradições e exclusões), das transformações referentes ao espaço público, aos modos de vida, ao surgimento de novos preceitos morais e cívicos e à estrutura urbana então emergente. Esse amálgama, pontuo novamente, será estudado por intermédio da relação homem-cidade-águas.

A água será elemento imprescindível à construção do tema proposto, de forma tal que, se em certos momentos desejar-se-á superfície, será para noutros ser talvegue. Desse modo, entre o ir e vir da superfície ao fundo, animado por águas ora turvas, ora calmas, singrarei pesquisa adentro qual fluxo poético que, percorrendo memórias, desvela histórias e faz de si nascente e foz. Este fluxo será alimentado pelo que Gaston Bachelard denominou de *metapoética da água*, que seria a

> [...] passagem de um plural para um singular. Para tal metapoética, a água já não é apenas um *grupo* de imagens conhecidas numa contemplação errante, numa seqüência de devaneios interrompidos, instantâneos; é um suporte de imagens e logo depois um aporte de imagens, um princípio que fundamenta as imagens. A água torna-se assim, pouco a pouco, uma contemplação que se aprofunda, um elemento da imaginação materializante (BACHELARD, 2002, p. 12).

A "imaginação materializante" proposta por Bachelard implica compreender a água qual matéria que podemos ver nascendo, crescendo e espalhando-se por todos os lados, carregando consigo histórias de uma Belém que era várias. Presença constante e mesmo vital, deixa de ser apenas "[...] o vão destino das imagens fugazes, o vão destino de um sonho que não se acaba, [tormando-se] um destino essencial que metamorfoseia incessantemente a substância do ser. (BACHELARD, 2002, p. 6). Dessa maneira, propõe o autor o estabelecimento de uma

> [...] lei dos quatro elementos, que classifica as diversas imaginações materiais conforme elas se associem ao fogo, ao ar, à água ou à terra. E, se é verdade, como acreditamos, que toda poética deve receber componentes – por fracos que sejam – de essência material, é ainda essa classificação pelos elementos materiais fundamentais que deve aliar mais fortemente as almas poéticas. Para que um devaneio tenha prosseguimento com bastante constância para resultar em uma obra escrita, para que não seja simplesmente a disponibilidade de uma hora fugaz, é preciso que ele encontre sua matéria, é preciso que um elemento material lhe dê sua própria substância, sua própria regra, sua poética específica (BACHELARD, 2002, p.4).

Olhar historicamente à cidade de Belém associada aos seus rios e fontes é compreender a pesquisa proposta como geradora de saberes materializantes, fonte de uma linguagem *metapoética*, portanto. É também opção por mergulhar orientado pela linguagem destas, cujas vozes falam em sentido próprio. É, em devaneio, sem deixar de ser acadêmico, permitir, ou ainda, compreender aquilo que de água flui nas palavras que tocam, tramam e narram a pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que por ela são tocadas e escritas. Pois, nas palavras de Bachelard, é preciso saber que

> [...] as vozes da água quase não são metafóricas, que a linguagem das águas é uma realidade poética direta, que os regatos e os rios *sonorizam* com estranha fidelidade as paisagens mudas, que as águas ruidosas ensinam os pássaros e os homens a cantar, a falar, a repetir, e que há, em suma, uma continuidade entre a palavra da água e a palavra humana. Inversamente, insistiremos no fato [...] de que organicamente a linguagem humana tem uma *liquidez*, um caudal no conjunto, uma água nas consoantes [...] (BACHELARD, 2002, p. 17).

Paul Valéry, refletindo sobre o mar (o que, penso, se aplica aos rios), afirma que a água reúne

> [...] os ingredientes sensíveis, os elementos [ou os alimentos] do estado da alma, no interior do qual vai germinar o

> pensamento mais geral, a questão mais abrangente: luz e espaço, diversão e ritmo, transparência e profundidade [...] todos os atributos do conhecimento: clareza, profundidade, amplitude, medida! (VALÉRY, 1999. p.125).

Optar por escutar investigativamente o que as águas de Belém sonorizam é permitir-me aprender com os rios e com a chuva. É buscar a materialização da pesquisa através do elemento água com aquilo que esta tem de revelador e misterioso. Para que as palavras não careçam de vida. Para que as palavras sejam húmus, enfim. Por outro lado, é importante destacar que a presente pesquisa tem a clareza de ser de cunho científico, embora por diversos momentos estruture sua narrativa pelo viés literário. Desse modo, a pesquisa não perderá de vista que a

> [...] interpretação em história é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão. Esta intriga para ser narrada requer o uso de recursos literários como as metáforas, as alegorias, os diálogos, etc. Embora a narrativa histórica não possa ter jamais a liberdade de uma narrativa ficcional, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico, quando recorta seus objetos e constrói, em torno deles, uma intriga (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 63).

Ou ainda, como quer Marc Bloch, mais especificamente naquela que foi sua última obra, publicada postumamente e de forma inacabada, sob o título de "Apologia da história, ou, o ofício de historiador". Ao introduzir a obra em questão, e resgatando o entendimento de Leibiniz, quando este defende como fundamental a volúpia própria do aprender coisas singulares, Bloch apresenta a seguinte argumentação:

> Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia. Resguardemo-nos, sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos

> capaz de satisfazer também nossa inteligência (BLOCH, 2001, p. 44).

E mais: seguindo as trilhas de Paul Veyne, caberia à história, a seleção, simplificação e organização daquilo sobre o qual se debruça e, como um "romance, [fazer] com que um século caiba numa página, [em uma] síntese da narrativa [...] tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos" (VEYNE, 2008, p. 18).

Poético, o fruto da pesquisa histórica relê as dobraduras do tempo, lançando sobre este a plasticidade dos desdobramentos que não se bastam, que não apontam a um mesmo e único sentido, como se estivessem ali, sempre a espera de serem descobertos. Qual escultor que faz do tempo já vivido a matéria de suas observações e narrativas, mãos, olhos, músculos, sentidos aguçados, quem pesquisa em história amalgama-se ao seu ofício, daí parindo não a esterilidade de uma "febre historicista" [3] e sim, um conhecimento fecundo e verdejante, um estudo historiográfico que reconheça a si como possibilidade de ler e maravilhar-se diante do novo que se encontra naquilo que já ocorreu, no que não pode ser revivido em plenitude e, mesmo assim, ou por isso mesmo, é encenado poeticamente pela escrita da história.

Variação sobre o tema ora em foco, encontro em Walter Benjamin reflexões que, partindo da articulação entre narrativa e narrador, alcançam o ofício daquele que realiza pesquisa historiográfica. Para Benjamin, embora o historiador faça do passado objeto de estudo, isto não impede que esse carregue consigo "um índice misterioso". Debruçar-se sobre o passado exige do historiador detalhamento, precisão, acuidade, sensibilidade e esmero próprios de um artesão. Essa perspectiva faz Benjamin aproximar-se da narrativa e do narrador nos seguintes termos:

[3] Ver Nietzsche, "Escritos sobre história", mais especificamente parte II, "Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida", 2005, p.67- 178.

> [...] A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Artesanal, a pesquisa historiográfica tem como matéria objetos fluidos, cambiantes, oscilatórios, e que estão sepultados, inaptos a serem vividos ou revividos em sua plenitude porque são pertencentes a um tempo ido, que não o daquele que lhe tem como objeto. Para o pesquisador ser artesão, no sentido de Benjamin, penso que é necessário estetizar o estudo historiográfico, investigar, interpretar, reinterpretar a história sob o signo poético, narrativo, literal. Como? Gaston Bachelard, em "A poética do devaneio", atribui à imagem poética um papel fundamental à construção de uma forma de linguagem dotada de maravilhamento, de beleza, de devaneio. Para Bachelard, a

> [...] imagem poética, aparecendo como um novo ser da linguagem, em nada se compara, segundo o modo de uma metáfora comum, a uma válvula que se abriria para libertar instintos recalcados. A imagem poética ilumina com tal luz a consciência, que é vão procurar-lhe antecedentes inconscientes. (...) A poesia é um dos destinos da palavra. Tentando sutilizar a tomada de consciência da linguagem ao nível dos poemas, chegamos à impressão de que tocamos o homem da palavra nova, de uma palavra que não se limita a exprimir idéias ou sensações, mas que tenta ter um futuro. Dir-se-ia que a imagem poética, em sua novidade, abre um porvir da linguagem (BACHELARD, 2006, p. 3).

Relendo Bachelard, digo: a linguagem poética é um dos horizontes da pesquisa em história. Mais que destino, a poesia é motor que impulsiona a historiografia não a um mero enciclopedismo, reunião de fatos e relato de outrora, e sim, a um modo, mais um, de olhar aos "homens no tempo" a partir da reunião de fragmentos que a obra do acaso não destruiu. Sendo poética, a história é capaz de

abrir um “porvir da linguagem”, fazendo de si narração de um passado que não sepulta a imaginação. Também devaneio, a pesquisa histórica junta e disjunta, recorta e imbrica, descreve e imagina, intui e atém-se ao factual. O que não é pouco. O que é, tão-somente, uma, entre tantas possibilidades de olhar.

Meses a fio, sentado à mesa de uma máquina de microfilmagem, ou vestindo luvas e máscara para, cuidadosamente, manusear os originais de revistas, álbuns oficiais e todos os exemplares do jornal “O Estado do Pará”, dos anos de 1921 a 1929, pertencentes ao acervo do CENTUR, mas que não estavam microfilmados: o registro, catalogação e transcrição das fontes foi trabalhoso. Registradas as fontes, transcritas as narrativas, selecionadas as fotos a serem digitalizadas, cabia então escrever a tese. Entre livros da época e os referenciais teóricos, fui movido e construí a pesquisa pelo entendimento de ser, a matéria que a animou, feita de fragmentos. Porque, em certo sentido, fragmentada é a própria vida: daqueles vivos, daqueles mortos, daqueles que virão. Há também as temporalidades que interpenetram o instante presente, este paridor que perpetua o passado. Os deslocamentos do olhar, ora ao grandioso, ora ao que se julgava destinado ao esquecimento, a ser mísero pó de uma estrada qualquer.

A pesquisa ora em preâmbulo foi banhada pela narrativa literária e, seu o *corpus* empírico, entendido e estudado para além de mera fonte de dados, porque concebido como manancial de saberes vivificantes. Portanto, diante do que será narrado, espero que o ofício de pesquisar em história conserve em si a objetividade, sem que precise sepultar a beleza poética. Que a escrita da história seja turva como as águas barrentas de um rio, paridor e guardador de mistérios e enredos. Que seja fluida, feito chuva que molha e embeleza ruas, tetos e praças, e que recolhe o andorinhar fazendo brincar ruidosamente uma meninada qualquer, de um tempo outro, que muitas vezes parece transmutar-se, de tão presente, de tão aqui, que o é.

No que diz respeiro ao levantamento e escolha das fontes, o tempo percorrido duros seis meses, em um ir e vir que me levou a vários acervos, alguns

dos quais não foram utilizados, seja porque apresentaram documentos sem condições de manuseio, como foi o caso do conjunto de documentos da Comissão de Higiene do Pará, pertencentes ao Arquivo Público do Pará, ou por inexistirem documentos e/ou periódicos relativos ao recorte temporal, como foi o caso Biblioteca da Academia Paraense de Letras. Optei por não me valer do acervo da Biblioteca do Grêmio Literário Português, apesar de este possuir todos os números do Jornal Treze de Maio, do ano de 1855, principal fonte do primeiro capítulo do Tomo I dessa tese, porque os exemplares do referido jornal não se encontram microfilmados ou digitalizados, diferentemente de os exemplares da Biblioteca Pública Arthur Viannna, setor de microfilmagem, do Centro de Convenções Tancredo Neves (CENTUR), e que por isso foram escolhidos.

As fontes utilizadas na pesquisa foram constituídas nos seguintes acervos: Centro de Memória da Amazônia (CMA); Museu da Universidade Federal do Pará; Biblioteca Pública Arthur Viannna do CENTUR – setor de microfilmes, setor de Obras Raras e de Obras do Pará; Museu de Arte de Belém (MABE). As fontes são:

1- Jornais, todos pertencentes ao acervo de microfilmes do CENTUR: Treze de Maio[4]; Folha do Norte[5]; O Estado do Pará[6]; A Epocha[7]; Jornal do

[4] "Fundado em 1840, foi publicado inicalmente de forma bissemanal, sendo logo após, trissemanal e, a partir de outubro de 1855, circulou diariamente. Se autointitulava um "órgão oficial e noticioso". Fundado por Honório José dos Santos, possuía tipografia própria. Foi o primeiro jornal de longa duração do Pará, sendo publicado até outubro de 1862. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.28-29.

[5] Jornal de circulação diária, defendia o Partido Republicano Federal e fazia oposição à administração de Antonio Lemos durante o mandato do mesmo. Circulou entre 1896 e 1974.

[6] Circulou diariamente entre 1911 e 1980. No primeiro ano de circulação combatia a política de Antonio Lemos em favor de Lauro Sodré, seu opositor político. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.241.

[7] Pubicado semanalmente de 1858 a 1859. Era um jornal "político, comercial e noticioso. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.48.

Pará[8]; O Liberal do Pará[9]; Diário de Notícias[10]; Diário de Belém[11]; Diário do Gram-Pará[12]; A Província do Pará[13]; A República[14]; Correio Paraense[15]; O Democrata[16]; Gazeta Official[17]; Jornal do Pará[18]; A Constituição[19]; O Pará[20]; O Jornal[21]; A Voz do Caixeiro[22];

[8] Tipografia de Santos & Irmãos. Circulou de 1862 a 1878. Era um jornal diário, de caráter noticioso, político e noticioso. Passou a ser um órgão oficial a partir de novembro de 1866. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.53.

[9] Jornal de circulação diária. Órgão do Partido Liberal do Pará. Circulou a partir de 1869, suspendendo sua publicação logo após a Proclamação da República. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1985, p.56.

[10] Circulou de 1880 a 1898. Possuía tipografia própria. Entre os anos de 1896 e 1897 adotou o subtítulo "Órgão do Partido Republicano Democrata". Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.83.

[11] Possuía tipografia própria. Circulou de 1868 a 1892. Primeiramente, era um jornal político, noticioso e comercial, tornnado-se posteriormente um órgão especial do comércio. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.55.

[12]Primeiro jornal de publicação diária do Pará. Seu fundador, bem como seu principal redator eram portugueses. Cisrulou de 1853 a 1892. Publicava crônicas diárias, humorísticas e políticas, entre outras. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.43.

[13] Jornal de circulação diária. Fundado em 1876, circulou até 2001. A partir de 1897 teve Antonio Lemos como um de seus sócios, e o mesmo, de 1900 a 1912, como seu único proprietário. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.74.

[14] O jornal teve três fases. A primeira, com publicações entre 1886 e 1887, enquanto um jornal vinculado aoClub Republicano. Reinicia suas atividade, como jornal diário, em 1889. O terceiro momento de sua publicação vai de 1890 a 1897, com circulação diária e como órgão do Partido Republicano. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.103-119-120-132.

[15] Circulou de 1892 a 1894. Era um jornal noticioso, comercial e também literário. Dizia-se politicamente imparcial, mas tendia a apoiar os oposicionistas do governo de então. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.139.

[16] Jornal de publicação diária, surgiu em substituição ao "O Liberal do Pará". Circulou de 1890 a 1895. Com publicação diária, era órgão do Partido Republicano Democrático. Foi alvo de inúmeros atendados, na forma de incêndios e arrombamentos. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.127.

[17] Circulou de 1858 a 1866. Apoiava e divulgava o governo da Província. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo,1985, p.49.

[18] Circulou de 1862 a 1878. Tipografia de Santos & Irmãos. Substituiu o jornal "Treze de Maio. Em 1866 tornou-se Órgão Oficiaal. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo,1985, p.53.

[19] Pertencia ao Partido Conservador. Circulou entre 1874 e 1886. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.66.

[20] O Pará: "Diário vespertino, apoiava o Partido Republicano. Fundado em 1897, saiu de circulação em 1900. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo,1985, p.163.

[21] Órgão do Partido Republicano, cujo lídr era Antonio Lemos. Jorna de publicação diária. Circulou de 1905 a 1912. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo,1985, p.215.

[22]Jornal impresso na tipografia de A.F.da Costa. Circulou de 1890 a 1892. Era publicado semanalmente e tinha caráter literário, comercial e noticioso. Era um jornal republicano, embora não fosse partidário. Embora o "Jornais PARAoaras" use o termo jornal, na verdade esse veículo tinha o formato de revista, ou, de jornal ilustrado. Para mais detalhes ver Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.133.

2- Revistas periódicas do acervo de Obras Raras do CENTUR (A Semana[23]) e do Museu da UFPA (A Semana[24], A Semana Illustrada[25], O Mosquito[26]);

3- Álbuns/Relatórios, intendência de Antonio Lemos, "O Município de Belém (de 1897 a 1902, 1903,1904, 1905, 1906, 1907 e 1908); "Album de Belém, Pará", intendência de Antonio Lemos (1902); Álbum do Pará, Governo José Paes de Carvalho (1899); "Álbum O Pará (oito anos de governo 1901-1909), administração Augusto Montenegro; álbum "O Pará em 1900"[27], todos pertencentes ao acervo de Obras Raras do CENTUR. Além destes, o álbum "Vistas de Pará, Brazil"[28], pertencente ao acervo do Museu da Universidade do Pará.

4- Pinturas do acervo do Museu de Arte de Belém.

5- Estatuto do Clube do Remo, pertencente ao acervo do Centro de Memória da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

Refletindo sobre o uso de revistas como fontes históricas (o mesmo, penso, é válido sobre os jornais), Carmen Lúcia Soares faz interessantes observações. Diz a autora:

---

[23] Revista ilustrada. Foi publicada drante longo tempo, de 1918 a 1942, sempre com grande circulação.

[24] Jornal caricato, publicado semanalmente. Litografia e tipografia de A. Campbell. Circulou de 1887 a 1890 (Jornais PARAoaras: catálogo,1985, p.107). Mais uma vez, o "Jornais PARAoaras" usa o termo jornal, mas o referido veículo de comunicação possuía o formato de revista, ou, de jornal ilustrado.

[25] Jornal publicado semanalmente, "[...] circulou sob a direção do caricaturista Puke. Cessou sua publicação em 23 de julho de 188 no seu 23º número" (Jornais PARAoaras: catálogo, 1985, p.108). Aqui também não se aplica o termo jornal, pois o referido veículo tinha a forma de revista, ou, de jornal ilustrado.

[26] "Jornal humorístico, órgão dos interesses de 'João Ninguém', com publicação semanal" (Jornais PARAoaras, 1985, p.106). Aqui, mais uma vez, o termo jornal não é adequado, pois a publicação possuía o formato de revista, ou, de jornal ilustrado.

[27] Sobre os álbuns oficiais, diz Leandro Tocantins, no ano de 1960, em uma visão afinada com a lógica dos poderes públicos: "Os álbuns, muito na moda e da preferência dos governantes da belle époque [...] sobrevivem meio século para mostrar às gerações de agora não só o refinamento dos homens públicos, mas de igual modo, o progresso das capitais,a beleza de seus parques e jardins, o cuidado em manter as vias públicas sempre limpas o que chamos a atenção dos estrangeiros em visita às cidades do Eldorado da borracha (TOCANTINS, 1960, p.200)

[28] Álbum fotográfico, publicado em 1905. As fotografias são de autoria do alemão George Huebner.

> Documentando tempos, revelando vozes e traduzindo sentimentos, as revistas educavam seus leitores ao sublimar ou destacar certos temas, ao mesmo tempo em que esqueciam ou, simplesmente, negligenciavam outros. [...]
> Folhear uma revista antiga nos remete, de imediato, àquele tempo que não é mais o nosso; de suas páginas parece exalar uma atmosfera desse tempo, de gostos e de sentimentos, de necessidades diversas que parecem ali, naquelas páginas, serem as mais importantes. Há uma leveza, uma fluidez naquilo que mostram, escondem, ou, talvez, naquilo que desejam. Espelho do passado? Registro seguro e certo de uma época? Ou apenas superfície, imagem disforme de um tempo, falsas impressões? (SOARES, 2011, p.6).

Aprofundando seus questionamentos, a autora diz que tais fontes devem ser pensadas justo por aquilo que trazem de contraditório, lugar de sentimentos diversos não menos que opostos sobre um mesmo tema. Assim concebidas,

> [...] não seriam nem fotografia clara do passado, nem simples ilusão ou falsidade desse tempo, mas, tão somente, mais uma voz, uma expressão da vida guardada por essa *cultura material* do que foi possível ao espírito humano registrar e preservar de um tempo que não é mais o nosso. (SOARES, 2011, p.6).

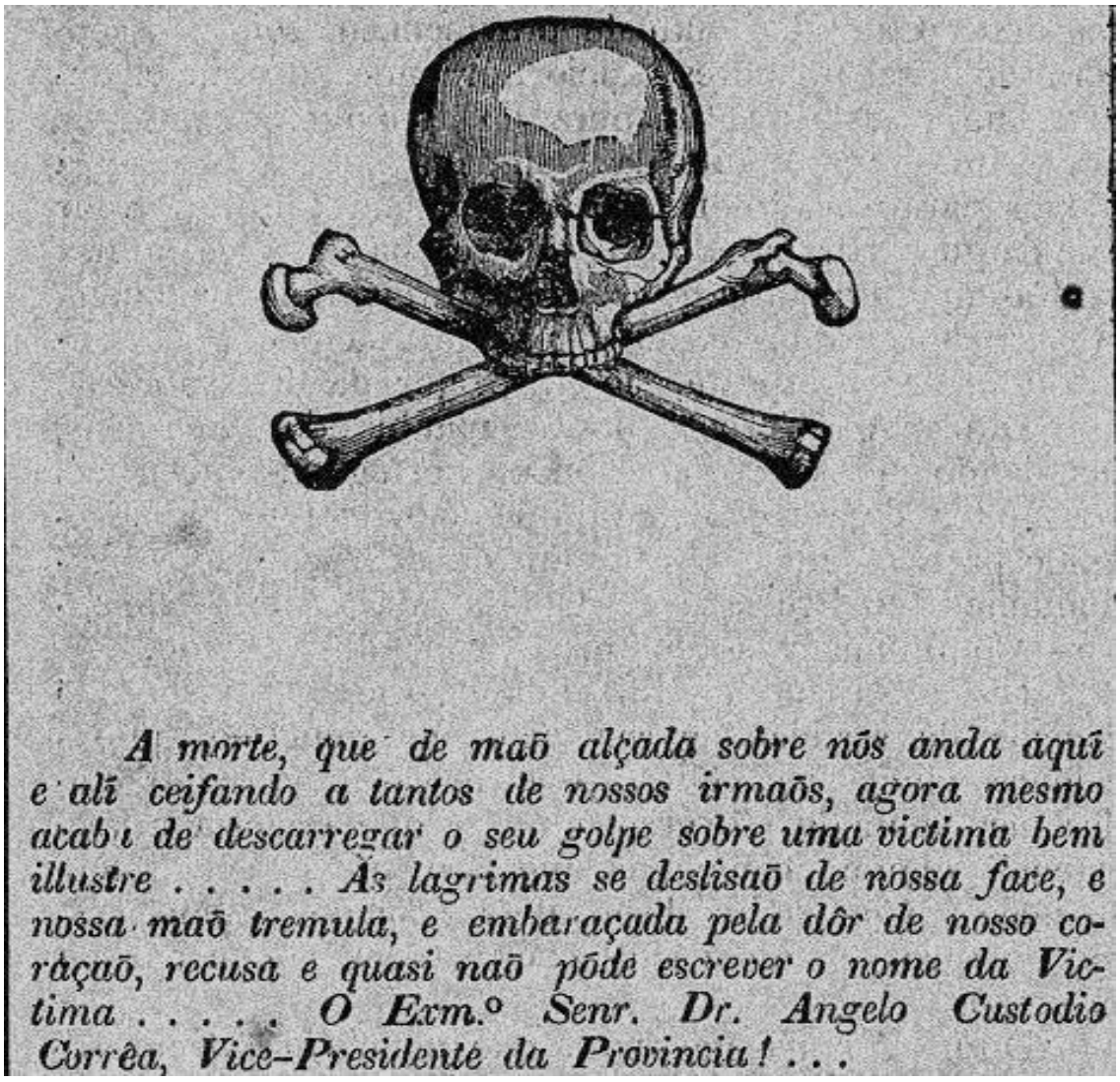
Dos jornais e revistas pesquisados, além das crônicas, falarão as fotografias e ilustrações, compondo assim a narrativa a ser impressa. Com efeito, as imagens fotográficas, porque instantâneos produzidos pelo homem, porque recortes intencionais (e, por isso, históricos e políticos) de um momento, compõem um quadro de tempos idos, comportando assim

> [...] uma carga de densidade histórica e de sentidos a elas específica e da qual não se vê a expressão em outros meios [sendo que] as fotografias quando impressas, [revestem-se] dos atributos da revista que lhe serve de veículo [eu acrescentaria também os jornais]: valor, relevância e a condição de modelo. À imagem são agregados os atributos que a cercam: uma imagem de imprensa pode tanto se favorecer do prestígio de uma revista como, no caso inverso, prejudicar-se (SILVA, 2009, p.59-62).

Nada além de expressões possíveis daquilo que fica enquanto cultura material e, justo por isto, ruínas e permanências que alicerçam o presente. Talvez por guardarem tantos mistérios e possibilidades consigo, os periódicos – e suas imagens – remetam-nos ao passado sem nunca perderem trânsito com o agora. Fontes que registram e preservam, mas nem por isso, em muitos casos, salvaguardas, os periódicos acabam abandonados ao próprio destino, esquecidos em um canto qualquer sem memória. Deparei-me com essa realidade ao percorrer os *loci* de minha pesquisa, testemunhando o trabalho dedicado e incansável de bibliotecários, restauradores e historiadores, por vezes não conseguir recuperar as deteriorações que anos de descaso impuseram às fontes: jornais com páginas mutiladas; fotografias e propagandas pouco límpidas, manchadas pelo tempo que, implacável, não perdoa quem não assim o reconhece; documentos sem condições de manuseio, aguçando uma curiosidade que talvez jamais venha a ser saciada; revistas com exemplares perdidos, enterrando consigo incontáveis acontecimentos.

Entre dificuldades e desafios, garimpei histórias de tempos idos embrenhando-me a crônicas, notícias, propagandas e imagens que saltam aos olhos tanto quanto se entrelinham. Das páginas dos jornais e revistas às expressões como que fantasmagóricas impressas nas fotografias, passando por álbuns e relatórios oficiais, percorri tempos que não podem ser revividos, buscando compor uma narrativa que os fizesse quase vivos, aqui e alhures. Ao final desse preâmbulo, como narrador, pontuo a pesquisa historiográfica a ser lida como um quê de literatura, de mistério, de ilusão, de poética e, como disse Paul Veyne, de imaginação.

TOMO I



A morte, que de maõ alçada sobre nõs anda aquĩ e alĩ ceifando a tantos de nossos irmaõs, agora mesmo acabou de descarregar o seu golpe sobre uma victima bem illustre . . . . . Ás lagrimas se deslisaõ de nossa face, e nossa maõ tremula, e embaraçada pela dôr de nosso coraçaõ, recusa e quasi naõ póde escrever o nome da Victima . . . . . O Exm.º Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa, Vice-Presidente da Provincia! . . .

Figura 1 Treze de Maio. 26.06. 1855, p.1

Capítulo 1 – Tempos de cholera-morbus em Santa Maria de Belém do Grão-Pará: usos d'água e educação do corpo em meio às artes de curar.

1855. Santa Maria de Belém do Grão-Pará. A cidade que então buscava um reordenamento após ter passado por momentos de instabilidade político-econômica e de depopulação oriundos do movimento da Cabanagem[29] (1835-1840) e também das epidemias de varíola[30] (1721 e 1733) e febre amarela[31] (1850), que levaram à morte boa parte dos que ali viviam[32], deparava-se com a volta de uma doença que já havia visitado o estado do Grão-Pará, mas que nos idos de 1855 assumiria a devastadora forma de surto: o então chamado "Cholera-morbus"[33]. Porta inicial da moléstia que em seguida atingiria outras regiões do Brasil[34], a Belém daquele

[29] Insurreição popular, ocorrida no estado do Pará, principalmente em Belém, entre 1835 e 1840. Foi reprimida de forma sangrenta, vitimando aproximadamente 25% da população do Pará. Sobre a Cabanagem, ler, entre outros, o livro de Décio Freitas, intitulado "A miserável revolução das classes infames, Editora RECORD, 2005.

[30] Para detalhamento, ver VIANNA, Arthur: "A febre amarela", in *As epidemias no Pará*. Belém, UFPA, 1975.

[31] Em 1850 a população de Belém era de 16 mil pessoas, sendo que destas 75% contraíram febre amarela, com 5% de óbitos. Sobre o tema: VIANNA, Arthur: "A febre amarela", in *As epidemias no Pará*. Belém, UFPA, 1975.

[32] Segundo Jane Felipe Beltrão, "[...] a depopulação do Grão-Pará nos anos 40 e 50 foi drástica. Os habitantes da Província, às vésperas da invasão da cólera, dependendo da faixa de idade, já tinham enfrentado pelo menos uma epidemia e, todos, tinham perdido parentes durante a Cabanagem" (BELTRÃO, 2004, p.33).

[33] Rachel Lewinsohn diz que "[p]ara causar a doença, o vibrião da cólera precisa chegar ao trato digestivo do homem. [O vibrião] se encontra em águas não tratadas (...). O contágio se dá quando o vibrião é levado à boca por mãos sujas, ou pela ingestão de água ou de alimentos sólidos ou líquidos contaminados. [...] Os sinais e sintomas pavorosos e a rapidez com que a cólera matava inevitavelmente produziam um clima de terror e a sensação de morte iminente: pessoas perfeitamente sadias podiam ser acometidas e morrer subitamente, como que fulminadas por um raio de um céu azul (LEWINSOHN, 2003, p. 109-110).

[34] O ano de 1855 é pontuado como o marco da chegada do surto ao Brasil, sendo Belém a primeira cidade afetada, como afirma, por exemplo, Donald B. Cooper: [...] a primeira cidade no Brasil invadida pela cólera asiática foi Belém, a capital da imensa província setentrional do Pará. assim começou o que José Pereira Rego [...] chamou de 'a página mais negra na história médica do Brasil', pois estimou-se que, quando em 1856 terminou a primeira grande epidemia de cólera asiática no Brasil, mais de 200 mil brasileiros haviam perdido a vida (COOPER apud LEWINSOHN, 2003, p.117-118). Encontrei apenas em Gilberto Freyre, no livro intitulado O Velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti", que resgata as memórias de Félix Cavalcanti de Albuquerque Mello, nascido em Pernambuco e que lá viveu de 1821 a 1901, uma referência divergente, ao afirmar que a cólera teria

período foi marcada pela velocidade com que tal doença se propagou, pelo grande número de vítimas fatais e pela dificuldade, ou relutância, de o poder médico belenense diagnosticar com precisão o que então acontecia.

A cólera já era uma doença conhecida[35] nos anos de 1800. Com efeito, segundo Dhiman Barua and William B. Greenough III, a historiografia aponta que, no período compreendido entre 1817 e 1923, houve seis pandemias de cólera, com a seguinte periodização (muito embora, segundo os autores citados, haja discordância de períodos entre os pesquisadores do tema): 1817-1823; 1829-1851; 1852-1859; 1863-1879; 1881-1896; 1899-1923. Merece destaque que o medo da cólera motivou uma cooperação internacional em saúde, que, em 1851, teve Paris como sede do primeiro encontro voltado ao combate da cólera, seguido por mais quatorze conferências sanitárias internacionais no período de 1851 a 1938 (BARUA, GREENOUGH III, 1992).

No Brasil, as descrições retratavam um quadro de terror. *"O Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios (sic.) para uso das famílias"*, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz[36], doutor em medicina, cavaleiro da Ordem de Christo e oficial da Ordem da Rosa do Brasil, que seria a *"[...] obra médica mais*

chegado em Belém, e depois ao Brasil, em janeiro de 1854: *"No dia 14 de Janeiro de 1854, se deu no Engenho Cacimbas, do termo de Santo Antão, o primeiro caso de cholera-morbus n'esta comarca. Esse monstro horrendo, desertando das margens dos Ganges, veio communicar ao Brasil os seus mais horriveis estragos!"*
O próprio Freyre desfaz esse malentendido a fazer a seguinte ressalva, em nota de rodapé:
"Diz Otávio de Freitas que o cólera-morbo foi introduzido no Brasil 'em meados de 1855 por intermédio da barca Defensora que o trouxera do Pôrto' para a capital do Pará. Tendo percorrido toda a Província do Pará, saltou para a da Bahia, e seguio para o sul do Imperio" (Freyre, 1989, p.21).

[35] Para Rachel Lewinsohn, embora haja relatos de doenças com características muito próximas à da cólera vitimando a Índia por volta de 500 ou 400 a.C, foi somente *"em 1817 que a Europa se conscientizou pela primeira vez da existência e significação da cólera"*. (LEWINSOHN, 2003, p.113). Segundo Napoleão Chernoviz diz: O cólera é uma moléstia conhecida desde tempo immemorial. [...] A índia é o seu paiz natal. O cholera, como deixei dito, foi antigamente conhecido nas regiões asiáticas. Em 1781, o coronel inglez Pearse teve n'aquelle paiz a prova de seus inauditos furores. [...] A grande epidemia de cholera, que no espaço de alguns annos semeou o terror e a morte em muitos povos da terra, parece ter principiado cm Jessora, no Delta do Ganges, em 1817. D'ali derramou-se suecessivamente sobre uma e outra margem d'este rio, e ocupou a maior parte das regiões da índia e das ilhas do Oceano indico. (CHERNOVIZ, 1890, p.578)

[36] Médico polônes, Napoleão Czerniewicz, ficou conhecido no Brasil como "Doutor Chernoviz".

difundida no Brasil durante o século XIX[...]", (FERREIRA, 2003, p.115), em sua *"sexta edição consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras intercaladas no texto",* publicada em 1890 – a primeira edição é de 1842 – não tive acesso à mesma – e dizia:

> CHOLERA ou CHOLERA-MORBUS. Moléstia aguda, rápida em sua marcha, muito dolorosa e grave, cujos symptomas mais notáveis consistem em vômitos numerosos, evacuações alvinas abundantes, suppressão das ourinas, e caimbras nos membros. [...] O cholera distingue-se em *esporádico* e *epidêmico.* O primeiro é o que ataca um indivíduo ou alguns indivíduos isolados; que sobrevem indifferentemente em todo o tempo, em qualquer logar, e independente das influencias epidêmicas. O segundo, faz os seus estragos em populações inteiras. [...] Quando o cholera está inteiramente declarado, a sede é viva, as bebidas frias são tomadas com avidez [...] Logo o pulso accelera-se, e chega a 120 ou 130 pulsações por minuto; sua força diminue na proporção da sua freqüência. As pancadas do coração tornam-se fracas; a respiração é penosa, acompanhada de anxiedade, mais ou menos accelerada; os doentes queixam-se de oppressão, de uma espécie de constricção no peito. A língua esfria; a pelle cobre-se de um suor viscoso; a sede é mais viva. Chegada a este gráo, o cholera offerece uma scena de terror e de compaixão. Aos symptomas acima descriptos ajtintam-se os seguintes: o rosto torna-se roxo ou livido, os olhos afundam-se, manchas azues formam-se sobre os olhos, deseccados por causa da ausência das lagrimas; a pelle toma a côr roxa nos pés, mãos, e ás vezes em alguns pontos do tronco; as extremidades, o nariz, a lingua, e até o hálito, ficam gelados; todo o resto do corpo esfria; a voz é rouca, muito fraca ou inteiramente extineta; o pulso, por sua fraqueza extrema, apenas se pôde sentir; os doentes deixam de ourinar; alguns tem convulsões, outros aceusam sensação de ardor no estômago e no ventre; grande numero d'elles tem dores abdominaes violentas. Quando a moléstia chega a este gráo de intensidade, a morte é quasi inevitável. A este período da moléstia deose o nome de *cholera algidu, cholera azul* (CHERNOVIZ, 1890, p.577-578-579-580).

A doença se apossa do indivíduo. Um corpo de tal modo assim tomado dependia, assim acreditavam as gentes da época, das artes da cura e da compaixão

divina, pois não era capaz de reagir por si. Quer subserviente à higiene médica ou aos pés da fé, escapar da cólera exigia uma vida regrada, comedida e disciplinada que encontrava no corpo objeto de suas pedagogias, por vezes clara, por vezes subentendida, mas invariavelmente presente. A sede viva que parecia sugar o doente, as evacuações repetidas, a respiração penosa, o suor viscoso a cobrir a pele, o aspecto cada vez mais cadavérico de um corpo colérico, ali, sem forças e sem voz, convulso, aproximando-se da morte.

A descrição de Chernoviz leva a acreditar que pertenceria à doença não apenas a danação e morte dos enfermos, mas as purgações e marcas indeléveis a serem carregadas pelos que não adoeceram ou sobreviveram à cólera. Narrar um quadro desesperador, nesse sentido, tendia a fortalecer elaborações simbólicas voltadas à racionalização do combate às doenças, produzindo, assim, modos peculiares para "[...] definir a etiologia, a transmissão, a terapia apropriada e os significados de uma enfermidade, utilizando-se, para tanto, das ferramentas intelectuais da época" (SOUZA, 2009, p.19).

Os médicos paraenses daquele período pareciam impotentes no combate ao mal reinante, e inúteis soavam as tentativas de racionalização no combate à epidemia. O desespero tomava conta do cotidiano da população, que buscava socorro independente de quem ou o quê se dispusesse a prestá-lo, desde as curas populares até a religião. A publicação do posicionamento da igreja católica sobre o tema por intermédio do Jornal "Treze de Maio", em uma coluna intitulada "Parte Eclesiastica", soa como sustentáculo alternativo em busca da cura e do confortar em meio ao caos instalado. Assinando a coluna, o Palácio Episcopal afirmava que a cólera era uma punição dos céus àqueles que se afastaram do caminho divino, mas que esses não seriam abandonados por Deus desde que se arrependessem dos pecados e se penitenciassem, de forma "[...]sincera, nascida da verdadeira dôr dos pecados e acompanhada da emenda de vida [...]" (TREZE DE MAIO, 09.06.1855 p.1).

O poder público, por sua vez, voltou-se aos usos d'água, intensificando a vigilância relativa aos cuidados com a limpeza dos vasilhames utilizados para transportar o líquido para o consumo da população, já que à época inexistiam chafarizes ou mesmo poços públicos, e os pontos d'água existentes eram precários, não garantindo o mínimo de segurança contra possíveis contaminações. Tal condição de periculosidade não impediu a frequência diária àqueles locais durante o período do surto já que dos mesmos dependia o consumo de água de toda a cidade e também atividades cotidianas, como a lavagem de roupa. De fato, aos pontos d´água encaminhavam-se diariamente aguadeiros e lavadeiras, por conta de seus ofícios, bem como, para a execução das mesmas atividades, escravos ou empregados de um senhor ou patrão qualquer. Mas os pontos d'água também serviam aos que ali buscavam recreio na forma de banhos de rio e mesmo alívio ao forte calor característico de Belém. E mais: também eram espaços de sociabilidade aos que ali frequentavam. Do ofício ao recreio, do alívio climático à busca de sociabilidade, os pontos d'água enraizavam-se à cultura de então, podendo ser entendidos como propícios à educação do corpo. Esse quadro diverso será investigado ao longo do capítulo, mas, desde já, cabe aqui pontuar a existência de um ponto comum entre os frequentadores dos pontos d'água: a condição social e a etnia. Assim, os que ali estavam, dia após dia, não pertenciam à elite da época, e sim, àquela camada majoritária da população – as pessoas pobres e de cor.

A Belém daqueles longos meses de surto foi uma cidade que enterrou seus mortos, mas demorou a superar seus fantasmas. Tempos idos, de receio, assombro e interdições[37]. Tempos que testemunharam, mesmo que de forma embrionária, o surgimento da Higiene enquanto campo de saber, ciência e mesmo ideologia, com os médicos, por intermédio de suas intervenções junto à realidade comezinha,

[37] Georges Vigrello, pensando a Europa a partir das pestilências que assolaram esse continente até o século XVII, diz sobre as cidades de então: "Nestas colectividades, temporariamente encerradas no seu pavor, as interdições externas aceleram a constituição de regulamentos internos, antes que mais não seja para delimitar a tragédia [...]" (VIGARELLO, 1985,p.15). Suponho que o mesmo entendimento pode ser atribuído às interdições presentes nos tempos de cólera em Belém, como será visto ao longo do presente capítulo.

detendo o poder de diagnosticar a doença e prescrever a cura, alardeando um êxito por vezes nem sempre confiável. Médicos que foram testemunhas e partícipes de um processo que viria institucionalizar a medicina científica. Tempos passados, cenário de uma medicina ainda verdejante, mas firme em seus propósitos moralizadores, normativos e educativos, que provocaram mudanças referentes a hábitos higiênicos diversos, entre os quais, aqueles pontuados pelos usos d'água. Mas não o saber médico de forma isolada: superada a mortandade, higiene médica, legislação e engenharia constituíram um *corpus* institucionalizado cujos poderes atrelaram e foram atrelados à vida cotidiana da população.

O reconhecimento oficial e popular ainda não incorporara o poder médico como aquele que diagnostica e prescreve, normatiza e normaliza. Assim, torná-lo a instância oficial sobre a doença e a cura foi uma operação viabilizada, entre outros mecanismos, por meio da crença a ser disseminada de que o caminho para atingir a civilização nos moldes europeus exigiria não apenas mudanças de ordem moral, mas também aquelas de caráter higiênico – individual não menos que coletivo. Esse caminho passava por mudanças capazes de sedimentar a água enquanto símbolo da vida, nascente e mantenedora da saúde, rompendo assim com a imagem de outrora, qual difusora de impurezas, doenças, miasmas e morte. Modos de civilidade associados ao apuro estético, e estados de saúde associados à limpeza corporal, foram alguns dos empreendimentos que colocaram, lado a lado, medicina e legislação, a ponto de estas, processualmente, enraizarem-se à vida banal.

Em meio a mortes e ao medo provocado pelo surto, a retórica dos médicos de Belém encontrou na cólera um modo de afirmação e, na educação do corpo – aqui pensada por intermédio dos usos d'água – alvo e objeto. Todavia, mais do que se reerguer, era preciso não repetir os erros de outras épocas, d'outros surtos; com isso, questões ligadas à salubridade pública tornaram-se centrais, rascunhando o que mais adiante na história fundamentaria uma política médico-higienista oficial. Destarte, foram prescritos hábitos higiênicos que trouxeram consigo um quê de refinamento, associado a novos padrões de civilidade, exigindo um apuro das

sensibilidades, tão próximo dos usos e costumes da elite belenense quão distante daqueles comuns à população pobre, que era maioria.

A partir do surto de cólera de 1855, doença e morte, medo e desesperança, bem como remédio e cura, saber e regeneração, integraram-se a pedagogias da ordem das funções orgânicas. Tais pedagogias, voltadas aos gestos e gestas, forjaram uma taxonomia do corpo e do sensível que se arraigou ao cotidiano por meio dos usos d'água. Esse é o quadro estruturante do primeiro capítulo de minha tese, ora introduzido. A fonte do capítulo será o Jornal "Treze de Maio" (doravante, para efeito desse capítulo, será citado, no corpo do texto como JTM), do período compreendido entre maio de 1855 e fevereiro de 1856, época do surto. O JTM, fundado por Honório José dos Santos, é assim descrito:

> Jornal de publicação bissemanal, depois trissemanal e, a partir de 1º de Outubro de 1855, diária, órgão oficial e noticioso, tratando de assuntos de interesse geral. [...] substituiu o jornal 'Folha Commercial do Pará', seu título faz alusão ao dia em que a cidade foi invadida pelas tropas da legalidade em 1836 [...] pondo fim ao Movimento Cabano na capital paraense. Impresso em Tipografia própria à Rua d'Alfama, n.15 [...] os primeiros tipógrafos auxiliares foram Joaquim, Camillo e Cyrillo, escravos de Honório que os ensinou o ofício. Foi o primeiro jornal de longa duração, encerrou suas atividades em 31 de outubro de 1862 e foi substituído pelo periódico 'Jornal do Pará' (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1985, p.30).

Em 1855, suas edições possuíam em média quatro páginas, mas em momentos agudos do flagelo este número chegou a oito. O JTM possuía colunas frequentemente publicadas, mas não fixas, tais como *"Parte Ecclesiastica", "A Pedido"* e *"Repartição de policia"*. Merece destaque uma coluna fixa, presente desde o início do JTM: intitulada *"Parte Official"*, esta coluna foi criada a partir de um contrato firmado com o governo da província para publicar o expediente oficial deste, o que, em seguida, foi adotado pelos demais jornais da época. O pioneirismo do JTM infere ter sido este periódico um importante veículo do poder governamental de então, o que confere relevância à adoção deste como fonte.

No ir e vir em fluxo contínuo em meio às fontes, a companhia de alguns autores será vital: Carmen Lucia Soares, no que diz respeito à educação do corpo; Jean Delumeau, para analisar a presença do medo nas narrativas da época e Richard Sennett, para refletir sobre corpo/cidade. Além destes referenciais teóricos, o capítulo terá a companhia do estudo de dois historiadores paraenses que escreveram sobre a cólera ainda no início do século XX, Ernesto Cruz[38] e Artur Vianna[39], e uma pesquisadora também paraense, Jane Felipe Beltrão, cujo livro intitulado "Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará, será balizador do capítulo aqui iniciado. Com efeito, a excelência de detalhamento, a variedade de fontes e o aprofundamento das análises apresentados pela referida autora, deixaram-me, inicialmente, receoso quanto à escolha do marco inicial da pesquisa. Afinal, haveria ainda o que ser dito sobre o flagelo que assolou Belém em 1855? Após as discussões pertinentes ao processo de orientação de uma tese, a lucidez de minha orientadora mostrou-me que sim: o tênue limite entre a água que salvava e aquela que trazia a morte foi traçado por pedagogias do sensível que tinham o corpo como objeto. Havia então, mesmo que rascunhada, uma educação do corpo surgida por conta da cólera, e que não fora explorada por Jane Beltrão. A pesquisa de Beltrão, justificou e motivou a elaboração do presente capítulo, que será composto por: 1) Breves considerações sobre uma Belém anterior ao surto de cólera; 2) Aporta a cólera, divergem os médicos, alastra-se a doença: saberes e poderes conflitantes das artes de curar em meio ao flagelo reinante (precedida por breves considerações acerca de uma Belém anterior ao surto); 3) Brasil e Grão-Pará: rascunhos sobre uma medicina oitocentista em tempos de moléstias; 4) Do que normatiza, do que tipifica: educar o corpo; 5) *"Humilhados na presença de Deos"*: uma cidade às margens do medo; 6) Vigilância, asseio, cura: circuitos d'água e educação do corpo nos tempos da cólera

[38] Ernesto Horácio da Cruz nasceu em Belém em 1898 e morreu em 1976. Folclorista, contista e historiador; foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e membro do Conselho Estadual Genealógicos de São Paulo.

[39] Nascido em Belém em 1873, Arthur Octavio Nobre Vianna, farmacêutico, concluía o curso de medicina no Rio de Janeiro quando veio a falecer, em 1911, nesta cidade.

“Uma região na qual as estradas e caminhos são rios e igarapés”: considerações sobre uma Belém anterior ao surto de cólera.

Para investigar a Belém de 1855 assolada pela cólera, é importante abordar um tempo anterior ao da chegada do surto a cidade no que diz respeito às ideias de natureza, aos usos d’água, e aos aspectos ligados à constituição urbana e às características de sua população. Essa incursão da pesquisa será realizada sob a forma de notas esparsas, por entendê-la pano de fundo aos temas que serão estudados no capítulo em curso. A obra de Antonio Ladislau Baena[40], “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará” (cuja escrita foi concluída, como destaca o autor, em 21 de março de 1833, e publicada em 1839), será o ponto de partida para minhas análises, por ser a mesma um marco na historiografia paraense, sendo referência a estudos clássicos posteriores, que retratam Belém, tais como os de Ernesto Cruz, Augusto Meira Filho e Antônio Penteado.

A obra de Baena detalha Belém dos anos de 1830, incluindo aspectos geográficos, econômicos, e usos e costumes, tematizando, inclusive, aspectos ligados ao abastecimento d’água, mesmo que brevemente. Entretanto, considero que Baena deixa uma lacuna no que se refere à vida banal, a qual, grosso modo, é preenchida pelos relatos de naturalistas e viajantes que estiveram no Pará entre os anos de 1830 e 1840, como é o caso de Daniel Parish Kidder (que esteve no Pará em 1839), Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (estes últimos visitaram Belém em 1848). Tais autores fundamentam estudos históricos recentes que tematizam Belém e suas águas, como os de Conceição Maria Rocha de Almeida (2010), “As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX”, e Ivo Pereira da Silva (2008) “Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX”.

[40] Português. Militar, geógrafo e historiador. Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz. Moço fidalgo da Casa Imperial. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Diferentemente de tais pesquisadores, para falar da vida banal da Belém anterior ao surto de cólera escolhi a obra “A Voyage up the River Amazon including a residence at Pará”, escrita por William H. Edwards, viajante inglês que esteve em Belém em 1846. Muito embora os estudos de Edwards descrevam a cidade de forma minuciosa e tenham sido fonte de inspiração a Wallace e Bates, que leram o livro de Edwards antes de visitarem o Pará, tê-lo como referência, até onde pude verificar, é incomum, o que possibilita à pesquisa em curso novos olhares a um mesmo campo e período. Porém, para a revisão aqui proposta abordarei apenas aspectos mais ligados à constituição da população, à estruturação da cidade e aos usos d’água, retomando o referido autor no capítulo seguinte ao abordar os relatos deste sobre a lida com a água em Belém.

É importante pontuar que utilizarei algumas passagens de Wallace e Bates, contrapondo aqui e ali algumas das narrativas de Baena e Edwards. Antes, uma primeira questão se impõe à breve incursão aqui proposta: é primordial considerar que o período compreendido entre os anos de 1830 e 1840 é marcado pela cabanagem e por duas epidemias (a de varíola e a de febre amarela), fatos que estão diretamente relacionados a oscilações da ordem pública e do crescimento populacional, como foi dito anteriormente. Estas oscilações acabaram influenciando as impressões de Baena e dos viajantes e naturalistas sobre Belém, já que, dependendo do tempo histórico a ser observado, a cidade poderia estar mergulhada no caos ou na ordem, na prosperidade ou na penúria.

Iniciando por Baena, vê-se o autor versar sobre o clima físico de Belém afirmando que

> [a]s chuvas mais assíduas principiam regularmente em dezembro ou janeiro, e duram até junho. [...]
> A inumerabilidade dos rios de grande e mediana cabedal, que vertem fresquidão por toda a parte; os **multiplicadíssimos lagos e baías**; as chuvas perenes; os ventos nordeste e leste dominantes; e o fluído vital, alma do mundo, derramada pelas bastas selvas; tudo isso reunido liquida e apura os ares, e modifica de tal sorte o clima astronômico deste país

> eqüidistante entre as duas metas do sol, que o faz não só apto para a vida, mais ainda **propício à longevidade.** [...] As listas paroquiais de 1831 das vilas de Ourem, Colares, Oeiras, Arraiolos, Mazagão, [...] da Comarca de Belém do Pará, [...] todas apresentam em soma 36 homens e 30 mulheres na classe da prolixa idade, isto é, **na vitalidade de noventa a cem e mais anos** (BAENA, 2004, p.30, grifos meus).

Esta compreensão de Baena já trazia elementos suficientes para se pensar uma natureza generosa e regeneradora, incluindo a presença das águas, ideia esta que se tornaria hegemônica no Brasil do final do século XIX, por intermédio, principalmente, de ações de cunho médico-higienista e pedagógico. Mas, embora anuncie a virtuosidade da natureza, seus estudos defendem que a localização geográfica e as características atmosféricas da Província seriam elementos geradores de moléstias, embora fosse *"[...] muito raro o aparecimento das febres pestilentas [...]"* (BAENA, 2004, p.31). Ainda segundo o autor, por Belém ter uma baixa localização e uma

> [...] atmosfera ora encalmada ora sortida em umidade e em vapores nitrosos, promove a breve corrupção nas carnes dos animais mortos e induz na constituição física do homem uma debilidade e uma indisposição mais pronta para pôr em desarranjo o exercício regular das faculdades físicas, em virtude das quais ele vive e conserva-se [...] (BAENA, 2004, p.31).

As marcas dos diferentes tempos históricos ou das diferentes formas de olhar a um mesmo objeto podem ser percebidas ao contrapor-se o estudo de Baena aos de Bates e Edwards, feitos a partir de outro tempo, vale ratificar. Com efeito, Bates afirma ter se surpreendido positivamente ao verificar que em Belém, tanto os habitantes nativos da região como os estrangeiros que ali se estabeleciam, não corriam riscos ao se exporem

> [...] ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos. Alguns ingleses, estabelecidos ali fazia vinte ou trinta anos, pareciam tão corados e saudáveis como se nunca tivessem

> deixado sua terra natal. As mulheres nativas pareciam também conservar sua boa aparência e robustez mesmo quando já haviam deixado de ser jovens [...] (BATES, 1979, p.22-23).

É interessante observar que, se a análise de Bates se contrapõe a de Baena no que diz respeito à influência do clima e dos pântanos sobre a saúde da população de Belém, dela se aproxima ao fazer referência a possíveis relações entre a saúde e longevidades positivas dos que habitavam Belém. Fiel ao pensamento médico-higienista de sua época, o autor acreditava que as pestilências que tanto acometiam Belém eram provocadas não apenas pelas características geográficas e climáticas da região, mas, sobretudo, pela associação destas causas físicas com aquelas de caráter social, como os problemas de urbanização e os maus hábitos higiênicos da população. Por isto, diz o "Ensaio Corográfico" que em Belém "[...] observam-se numerosas e várias enfermidades, as quais insultam com mais intensidade, e reincidem muito pela **má higiene que guarda a grande parte dos moradores** [...]" (BAENA, 2004, p.31. Grifo meu).

Já Edwards faz as seguintes considerações:

> Every where, nature displays the most exuberant fertility, and this, which, in most countries between the tropics, is a prolific source of pestilence and death, is here so modified by other elements as to be a blessing. During the rainy season, when, for several months, rain falls daily, and for several weeks, almost incessantly, the surface of the ground is never long covered with water; for so sandy is the soil, that, no sooner have the clouds broken away, than the waters have disappeared and excepting the bright jewels that sparkle profusely upon every leaf ,little else remains to tell of the furious outpourings of the previous hour. During what is termed the dry season, from June to December, more or less rain falls weekly […][41](EDWARDS, 1847, p.24).

[41] Por todo lugar, a natureza mostra uma exuberante fertilidade, e isto, que na maioria dos países tropicais é uma fonte de morte e pestilência, aqui [em Belém], por meio da ação de outros elementos, pelo contrário, torna-se uma benção. Durante a estação chuvosa, quando por vários meses chove diariamente e, durante semanas, a chuva é ininterrupta, a superfície do solo não chega a ficar

Ao deter-se mais especificamente sobre a posição geográfica de Belém, diz o autor que a "[...] fronteira da cidade tem a figura de um cotovelo, que a terra estende sobre as correntes do Guajará[42]" (BAENA, 2004, p.184). A descrição prossegue, desta vez, informando existir uma rampa vulgarmente chamada de "[...] ponte das pedras, mal ideada, acanhada e incompleta, que existe no centro da ribeira jacente [...] e que tem sempre maior freqüência popular" (BAENA, 2004, p.184).

É interessante notar que o hábito de frequentar as imediações da ponte de pedras data desde os tempos descritos por Baena, e continuou mesmo após de a mesma ter sido concluída e se tornado local para embarque e desembarque de mercadorias, com a consequente proibição de banhos ali, o que parece não ter surtido efeito, já que os jornais da época relatam vários casos de pessoas que, indo nadar neste local, por conta da forte correnteza, acabavam morrendo por afogamento, tema que será abordado ao longo do tomo I e II desta tese. Destarte, nos idos da década de 1840 a chamada ponte de pedras passou a ser um dos três portos da Belém de então, merecendo assim a normatização da capitania do poder público, como pode ser observado pelo regulamento voltado à melhoria da fiscalização e arrecadação dos direitos provinciais, decretado pelo presidente da província do Grão-Pará, Manoel Paranhos da Silva Velloso, e publicado pelo jornal Treze de Maio:

> Art. 1.º As Embarcações e canoas de commercio que vierem do interior da Provincia saõ obrigadas a fundear desde o ponto fronteiro á Travessa de S. Matheus seguindo para a Ponte de Pedras [...].
> Art. 2.º Continuaraõ a existir os trez pontos que já se achaõ estabelecidos para o desembarquem e conferencia dos

totalmente coberta pela água, porque, por aquele ser arenoso, as águas desaparecem tão logo as nuvens se dissipam. De junho a dezembro, durante o que é conhecido como estação seca, a chuva cai mais ou menos semanalmente [...] (EDWARDS, 1847, p.24).

[42] Baía do Guajará, formada pelos rios Pará e Guamá. Às suas margens esta situada Belém.

> generos, a saber – o Porto do Sal – o da Ponte de Pedras – e o das Escadinhas [...].
> Art. 3.º Ao Guarda estacionado na Ponte de Pedras seraõ apresentados os Documentos de se haverem pago os direitos dos generos que as Embarcações conduzirem [...] (TREZE DE MAIO, 05.08.1846, p.1).

William H. Edwards também se referiu à ponte de pedras, atentando a detalhes que não mereceram destaque nos "Ensaios Corográficos" e que, de certa forma, mostram uma realidade distante daquela pretendida pelo poder público. Às margens de Belém, o viajante inglês relata que por causa da maré baixa fora obrigado a aportar

> It was low tide, and as no wharves run out for the convenience of vessels, we were obliged to land at the market-place, the Punto de Pedras, a long, narrow pier. It would be impossible to conceive a more utterly novel tableau than here broke upon us. It was an introduction, at once, to half that was curious in the city. Files of canoes skirt the whole length of the pier, high and dry above the water. The more fortunate occupants, who have sold their wares, are variously engaged: some, sleeping; others, preparing their morning meal; others, combing and arranging their luxuriant tresses —for even an Indian woman has a little vanity; and others, the most of all, chattering with their neighbors, or screaming in shrill tones to friends on shore. Here are negroes of every shade of color, from the pure Congo, to the almost pure white; some buying, some selling[43] (EDWARDS, 1847, p.18).

[43] [...] no mercado local, 'Punto (sic.) de Pedras', um cais estreito e longo. Seria impossível conceber um quadro mais surpreendente do que este que abateu sobre nós. De uma vez só, fomos introduzidos à metade do que era pitoresco na cidade. **Canoas enfileiradas contornavam todo o cais, abandonadas sobre a água**. Aqueles mais exitosos, que conseguiam vender suas mercadorias, ocupam-se de várias formas: alguns, dormiam; outros, preparavam suas refeições matinais; outros, penteavam e arrumam seus cabelos exuberantes – até mesmo uma mulher indígena tem algo de vaidosa; e outros, a maioria, conversavam com seus vizinhos, ou davam gritos agudos para os amigos na orla. Aqui há negros de todas as tonalidades de cor, do Congo puro ao quase branco; alguns comprando, alguns vendendo [...][43] (EDWARDS, 1847, p.18. Tradução livre. Grifo meu).

A julgar pela descrição de Edwards, a ponte de pedras passou a se configurar tanto como mercado popular quanto espaço de sociabilidade, deixando de ser apenas local para embarque ou desembarque de pessoas e mercadorias, como nos tempos de Baena; do mesmo modo, é possível inferir que as regulamentações legais nem sempre foram respeitadas pelos que conviviam naquele espaço, bem como, era comum a presença de embarcações abandonadas, o que é reforçado pelo JTM por meio da Coluna "Avisos", ao noticiar que o fiscal do primeiro distrito da Câmara Municipal de Belém avisava aos proprietários de "[...] duas Igarités[44] velhas, que se achaõ na doca da Ponte de Pedras [contra as Posturas actuaes] que as mandem d'ali tirar por tempo de trez dias, ou do contrario serão desmanchadas como determinaõ as ditas Posturas" (TREZE DE MAIO, 04.11.1846, p.2).

A narrativa do naturalista inglês oscila do choque ao maravilhamento, retratando as diferentes etnias e costumes que ali se evidenciavam. Destaco as observações do autor sobre a profusão de canoas "enfileiradas ao redor do cais", as quais não só eram veículos fundamentais à circulação das mercadorias, como também serviam para descanso, ócio e convívio. Com o decorrer dos anos, a região onde estava situada a ponte passou a ser chamada de "pedra do peixe", e ainda hoje atende à venda de peixe ao ar livre e ao embarque e desembarque de mercadorias que abastecem o Ver-o-Peso e a Feira do Açaí.

Baena prossegue seu estudo, agora discorrendo sobre a orla de Belém, mais especificamente sobre duas praias:

> A praia da cidade é mais de cascalho e de saibro que de área desde o Reduto de São José até o castelo; e daqui até o Arsenal da Marinha à recepção do porto do Carmo e sua adjacência tudo o mais é praia de tujuco[45]. Deste também consta toda a praia, que decorre do dito Reduto para baixo da Barra, menos entre os pontos de Penacova, Val de Cãns, Tapaná e Pinheiro (BAENA, 2004, p.216).

[44] Embarcação de carga impulsionada a remo.
[45] Do tupi, tu'yuka. O mesmo que tijuco: pântano, charco, atoleiro. (Houaiss)

A julgar pela narrativa do autor, as praias da cidade de Belém ou eram pouco atrativas ao banho, no caso daquelas formadas por cascalho e saibro, ou eram impróprias, posto que formadas por área pantanosa. Com efeito, a área descrita era extensa, abrangendo o que é hoje o cais do porto, passando pela "Estação das Docas", pelo Ver-o-Peso e terminando em uma região de mangue que inclui o "Arsenal da Marinha", o "Mangal das Garças' e o recém-inaugurado "Portal da Amazônia". Mesmo assim, cabe reforçar, os banhos de rio eram constantes nestas imediações.

Em uma Província ainda em tímido processo de crescimento, os rios eram estratégicos ao desenvolvimento econômico, ou seja, entendia Baena que o Grão-Pará era "[...] uma região na qual as estradas e caminhos são rios e igarapés, é por eles que se tem feito as comunicações interiores, e se farão as leis do ordenador do universo [...]" (BAENA, 2004, p.169). O autor acentuava a centralidade dos rios para o desenvolvimento econômico ao afirmar que na Província aqueles exerciam todo o trato mercantil interior, sendo canoas e barcos "[...] os veículos que andam no meio das mercadorias" (BAENA, 2004, p.169). Descrevendo tais embarcações, dizia que as mesmas variavam de tamanho entre si, com algumas chegando a "mais de duas mil arrobas". As embarcações eram conduzidas por "remeiros", sendo estes, índios. Como ainda será abordado nessa tese, os remeiros foram sucedidos, nos oitocentos, pelos catraieiros, que eram, em sua maioria, portugueses.

Já Edwards aborda o mesmo universo, mas com um olhar bem distinto, ao dizer que em sua chegada a Belém coincidiu com o período chuvoso, o que o fez encontrar noites marcadas por chuvas intensas; entretanto, logo ao logo ao primeiro nascer do sol, ao ver uma névoa rosada que cobria a copa das árvores e espalhava-se ao longo da cidade[46], o naturalista inglês rendeu-se aos encantos da natureza (EDWARDS, 1847, p.17).

[46] We had arrived in the midst of the wet season, and, all night, the rain poured incessantly. But, as the sun rose, the clouds broke away, and our first view was rendered still more agreeable by the roseate mist that draped the tree tops and lingered over the city (EDWARDS, 1846, p.17).

Chegando ao porto da cidade, estranhas embarcações fluviais chamaram sua atenção, pois as mesmas possuíam um telhado de palha, sob o qual famílias inteiras pareciam morar, bem como, sobre o qual, em um ir e vir barulhento, araras e papagaios verdes faziam escaladas. Edwards também relatava que canoas cheias de diversos produtos passavam constantemente em direção ao mercado [47] (EDWARDS, 1847, p.17). Pode-se ter uma ideia aproximada de como seriam estas embarcações a partir da ilustração apresentada pela figura 2, presente na contracapa do livro de Edwards.

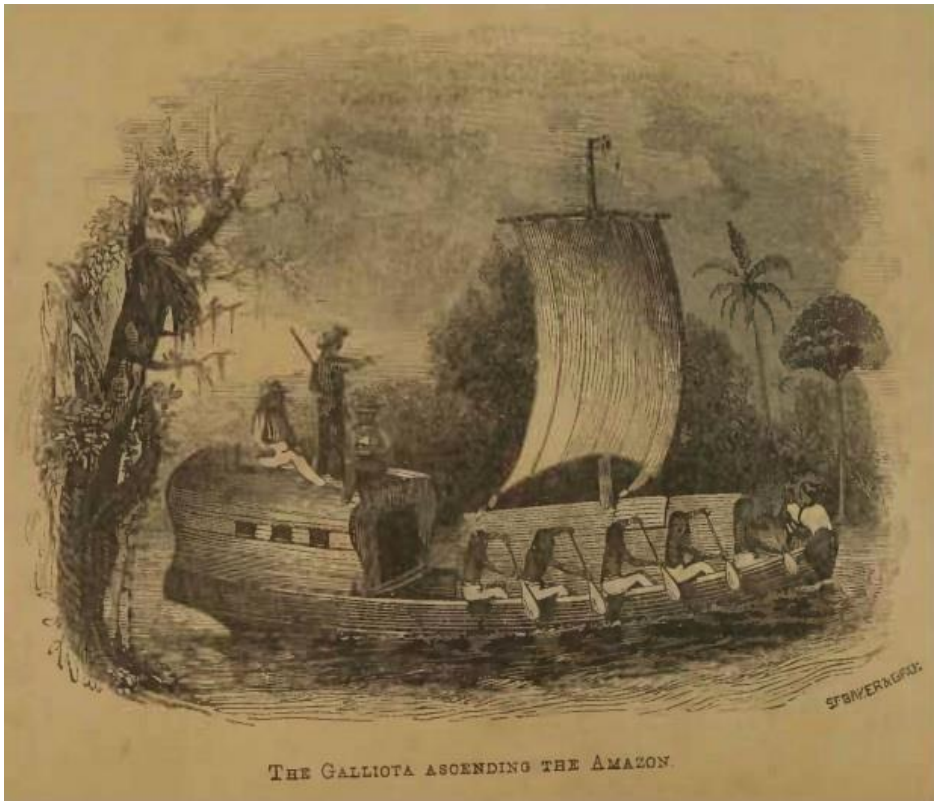


Figura 2 Galeota subindo o Rio Amazonas. EDWARDS, 1847. Contracapa.

[47] Anchored about us […] strange looking river craft, under whose thatched roofs, whole families seemed to be living, and, upon which, green parrots and macaws were clambering and screaming.Canoes, bound to the market, were constantly passing, loaded with all kinds of produce (EDWARDS, 1846, p.17).

Analisando a ilustração, pode-se identificar a presença do regatão, de pé, empunhando uma arma de fogo, como que a indicando o caminho a ser tomado; sentados ao seu lado, dois homens, aparentemente seus empregados ou quem sabe mercadores. Por outro lado, são retratados índios remeiros, trajando calças e nus da cintura para cima, vestimenta típica da época, conforme relatado por Baena e Edwards. E mais: Baena afirma que a quantidade de índios remeiros estava relacionada ao peso suportado pelas embarcações na proporção de "[...] cinco índios nas de menos de mil arrobas, de sete índios nas de mil até mais de mil arrobas, e de nove índios nas de mais de duas mil arrobas" (BAENA, 2004, p.169). A ilustração é clara ao representar cinco índios remeiros, indicando que a embarcação era de pequeno porte, bem como, utilizada para transportar carga e, portanto, possível de ser encontrada aportada na "ponte de pedras", qual relatou Edwards. Enigmática é a figura da mulher conforme retratado pela ilustração: sentada à proa da embarcação e segurando uma criança em seu colo, parece não pertencer a nenhum dos grupos, já que por suas vestimentas e pelos cabelos curtos ou presos, não aparenta ser indígena, embora esteja sentada bem ao lado destes, e na extremidade oposta a do regatão e seus companheiros.

Outro aspecto abordado por Baena diz respeito a questões ligadas ao censo e caracterização populacional, bem como, à própria geografia urbana. Neste sentido, o "Ensaio Corográfico" diz que Belém era formada por duas freguesias, sendo a primeira denominada Freguesia da Sé, datada de 1616, e a segunda, Senhora Santa Anna da Campina, datada de 1727. A primeira possuía 699 domicílios e a segunda, 1.236. Prosseguia Baena afirmando que Belém possuía ruas ora de larguras convenientes ora não, totalizando 35, sendo que dessas, dez eram até aquele momento apenas caminhos há pouco abertos, "[...] dos quais algum estio sendo de raríssimo uso pela sua má qualidade, e pelos algares procedidos de enxurradas [...] As ruas comunicam-se por 31 travessas, das quais só 18 são contornadas de casas" (BAENA, 2004, p.184-185).

Sobre as características físicas do belenense, Baena diz que, em geral, os homens possuíam estatura mediana, com os

> [...] os lineamentos do corpo regulares, quase todos têm os olhos e os cabelos pretos e apele tão alva que prova que a alvura não é alheia deste clima. Pode-se dizer que na maioria são de vigorosa constituição física e rara obesidade, isto é, são raros os que arrastam corpulência fofa e muito raras as lesões orgânicas ou os acidentes essenciais na forma externa do corpo. Em geral as mulheres têm olhos de vivo lume, pálpebras bem fendidas, gesto engraçado, talhe esbelto, pé pequeno, e agilidade e decência nos movimentos do corpo (BAENA, 2004, p.108).

Wallace destacava a variação étnica de Belém com um quê de assombro e maravilhamento, pontuando, inclusive, a presença de estrangeiros e a adaptação destes às características climáticas da cidade. Aos olhos do naturalista, Belém teria

> [...] a mais variada e a mais curiosa mistura de raças.
> Vêem-se o inglês, de faces coradas, parecendo tão bem adaptado como nos climas frios de sua terra natal, o americano pálido, o português trigueiro, os brasileiros corpulentos, os sorridentes negros, os índios indolentes, de corpo em geral bem conformado, e entre estes umas cem sombras e misturas, que exigem vista esperta para as diferençar (WALLACE, 2004, p.42).

Edwards oferece outros dados ao dizer que os estrangeiros em Belém em sua maioria eram procedentes dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha. Já os citadinos, eram brasileiros e portugueses, geralmente bem-educados, inteligentes e corteses; a classe baixa, segundo o autor, seria formada por portugueses e mouro-judeus[48]. Pensando em termos estatísticos, Baena afirma que a população de Belém em 1833 era de 12.467 habitantes, divididos, segundo Baena, nas seguintes etnias: 1- brancos; 2- escravos; 3- índios, pretos e mestiços livres. As etnias foram subdividias em “homens desde a infância até à provecta idade” e

[48] A great proportion of the foreigners in the city, are from the United States and Great Britain; and these form among themselves a delightful little society. The people of the town are native born Brazilians and Portuguese; often well educated, generally intelligent, and always polite. Of the lower classes, very many are Portuguese or Moorish Jews […] (EDWARDS, 1847, p.36).

"mulheres da mesma maneira consideradas"[49]. Após expor a quantificação por freguesia, são apresentados os números totais:

> [...] brancos: 3.171; Dito as mulheres desta raça: 2.272; Dito dos homens escravos: 3.252; Dito das mulheres escravas: 2.463; Dito dos índios, pretos e mestiços livres: 594; Dito das mulheres destas raças: 515. Todos os habitantes da cidade: 12.467 (BAENA, 2004, p.218).

Debruçado sobre estes dados, Baena recorre a estatísticas anteriores sobre o quantitativo populacional de Belém, valendo-se para isto das "Tábuas de enumeração" da Província. Segundo o autor, a mais antiga daquelas datava de 1749, indicando que a cidade possuiria então 900 fogos (denominação utilizada, à época, para o que hoje conhecemos por casas) e 6.574 habitantes. Também foram estudadas as tábuas de 1788, 1801, 1825 e 1830, o que levou Baena à seguinte conclusão:

> Por meio destas Tábuas nos achamos habilitados para conhecer que a população da cidade teve movimento progressivo até o ano de 1825 [...] pois [...] a cidade adquiria quase o duplo da sua população no período de setenta e seis anos volvidos entre as eras de 1749 e 1825.
> Mas considerando que dentro do mesmo período a cidade há sido o teatro de graves perturbações da ordem e segurança pública, e de quatro andaços de bexigas e sarampo, que atearam peste nos habitantes [...] o sobredito [...] autoriza bem o juízo conjectural de que se são tivera existido a funesta influência daquelas causas para retardar o progresso da população a capital da Província contaria no ano de 1825 uma força numérica muito maior [...] (BAENA, 2004, p.19).

Refutando a incidência de doenças e os problemas de segurança pública como as únicas causas para o baixo crescimento populacional por si projetado, Baena aponta também mais duas causas, "[...] o charlatanismo dos curandeiros ou a imperícia dos que presumem entendidos na Clínica interna ou Medicina prática;

[49] Maior detalhamento, bem como, quadros por categoria, ver Baena, 2004, p.218-219.

[e] a ignorância das parteiras [...]" (BAENA, 2004, p.20). Embora o olhar crítico de Baena diga que Belém careceria da "[...] ciência, que tem por objeto a conservação e o restabelecimento da saúde dos homens [...]" (BAENA, 2004, p.31), o autor é enfático e não titubeia em apontar como causas outras para o nível de crescimento populacional abaixo do esperado para Belém, aquelas caracterizadas como formas populares de cura ou assistência, posto serem, para o autor, falaciosas ou inábeis. Suas argumentações permitem inferir que tais práticas eram constantes no período por ele pesquisado. Como será visto adiante, essas práticas foram uma constante por anos a fio, inclusive, durante o período da cólera.

Para concluir essas considerações sobre Belém no período anterior ao surto de cólera, resta abordar como se dava o abastecimento de água. Embora este tema tenha sido pouco explorado por Baena e Edwards, são ricas as informações por eles prestadas. Diz Baena:

> Não há chafarizes, que adornando a cidade disparem jorros de água perene: 10 poços os substituem, seis de pedra e quatro forrados de madeira com bocais da mesma, e uma bica enterrada de dois canos de pedra, para a qual se desce por duas escadas laterais de cinco degraus de ladrilho: obra esta que foi construída em 1801. Além destes poços públicos há outros particulares, que são francos (BAENA, 2004, p.186).

Sem chafarizes e com apenas dez poços públicos e uma bica, a qual o acesso parecia dificultoso, suponho que a população coletava e consumia a água tal qual se apresentava na natureza, a partir de rios e igarapés, por exemplo. Por outro lado, já se faziam presentes os poços particulares, os quais Baena afirma serem de franco acesso. Entretanto, penso que se os poços particulares de fato fossem acessíveis a toda a população, não o seria de forma igualitária, ou melhor, o acesso da população mais pobre ou dos escravos, por exemplo, seria justificado mais porque ali estariam a mando ou serviço de alguém mais abastado, do que para satisfazer às suas próprias necessidades. Já a narrativa de Edwards transporta o leitor a um passeio matinal por Belém, detalhando hábitos referentes ao transporte e uso d'água, inclusive, na esfera doméstica:

> In a morning walk, in any direction, one encounters scores of blacks, men and women, bearing huge water jars to and from the different wells, which are the supply of the city. These jars are porous, and being placed in a current of air, the water attains a delightful coolness. This custom was borrowed by the early settlers from the Indians, and is universal. In various parts of the house are smaller jars, called bilhas (beelyas), by the side of which stands a large tumbler, for the general convenience[50] (EDWARDS, 1847, p.38).

De modo geral, os estudos de Baena e Edwards, coadjuvadas por Bates e Wallace, emolduram Belém como uma cidade erguida em meio à floresta, convivendo diariamente com suas águas, quer seja porque seu território é entrecortado por rios e igarapés, ou por causa da presença marcante das chuvas. Uma cidade que tem nos rios suas ruas, por onde navegam embarcações de tamanhos diversos, servindo ao mesmo tempo como veículo de transporte e meio de subsistência, mas também como abrigo e lugar de descanso, preguiça e sociabilidade. Uma cidade cuja população, constituída por diversas etnias e nacionalidades, mesmo vitimada por mortandades parecia rumar ao crescimento e progresso. Cidade com homens de "vigorosa constituição física e rara obesidade" e de mulheres possuidoras de "olhos de vivo lume, gesto engraçado, agilidade e decência nos movimentos do corpo", como já citado em Baena. Mas isso iria mudar: as mesmas águas que traziam naturalistas e viajantes, seriam o veículo e porta de entrada de um terrível mal que assolaria sua população em poucos meses. A partir de maio de 1855, as águas de Belém carregariam consigo morte e medo. Com a chegada da cólera, as águas de Belém, mais do que nunca, seriam malsãs.

---

[50] Em uma caminhada matinal, encontra-se por toda parte um grande número de homens e **mulheres,** negros, transportando enormes jarros d'água, indo e vindo de diferentes poços, que são as fontes da cidade. Estes jarros são porosos, e ao serem postos em contato com uma corrente de ar, deixam a água com um frescor delicioso. Isto é um hábito geral, herdado dos antigos colonizadores de índios. Em várias partes da casa existem pequenos frascos, denominados bilhas; ao lado destas fica um copo grande, para uso de todos (EDWARDS, 1847, p.38. Tradução livre. Grifo meu).

"Os homens naõ sabem lá pelo que passaõ, e pelo que sofrem": saberes e poderes conflitantes das artes de curar em meio ao flagelo reinante.

Dizia o JTM que, em 15 de maio de 1855, aportara em Belém a galera "Deffensor" proveniente

> [...] da cidade do Porto com cêrca de trezentos emigrantes, alli engajados pela Companhia de Navegaçaõ e Commercio do Amasonas por conta do Governo Imperial [...], e que, durante os trinta dias de viagem, do total de emigrantes, faleceram "[...], pelo que até agora se tem podido verificar, 36 d'elles [...]" (TREZE DE MAIO, 26.05.1855, p.4).

Sobre o aporte da embarcação, o JTM trazia, na edição do dia 17 de maio, uma nota emitida em 15 de maio pelo Sr. Manoel Antonio Pimenta Bueno, Gerente da "Companhia de Navegação e Commercio do Amasonas", ao Conselheiro Sebastião do Rego Barros, então presidente da Província do Pará. A nota, que falava sobre mortandades durante a viagem, não fazia qualquer referência à cólera:

> Consta-me que a bordo do navio Portuguez Defensor que acaba de fundear neste porto existem colonos para esta Companhia, os quaes graves accuzações fazem ao capitão d'aquelle navio; pelo que rogo a V. Ex.ª se digne expedir as convenientes ordens para que a autoridade policial respectiva tome conhecimento de taes accuzações, a fim de que sendo ellas reáes se castigue áquelle capitão, para reprimir-se factos semelhantes que muito prejudicarão a emigração de braços livres para o paiz.
> A incerteza de serem ou naõ taes colonos para a Companhia é motivada por naõ ter até agora esta Gerencia recebido carta alguma do Correio (TREZE DE MAIO, 17.05.1855, p.3).

O JTM indica que os primeiros relatos e pareceres médicos são confusos e especulativos, caracterizados inicialmente pela recusa em admitir que as mortes teriam sido provocadas pela doença e, posteriormente, admitindo-se a cólera,

imperou a divergência entre os pareceres médicos concernentes à tipologia daquela. É o que evidencia o relato de João Maria de Moraes, 4º Vice-Presidente da província do Grão-Pará, ao passar a administração da Província, em exposição datada de 31 de julho de 1855:

> Em fins de Maio ultimo observaraõ-se nesta Capital varios casos de huma moléstia de caracter maligno, que ainda até hoje naõ tem sido bem qualificada, por discordarem as opiniões dos Facultativos ácerca da sua origem e especie, entendendo huns que he ella endemica [...], e sustentando outros que he o cholera morbus asiático, que fora importado pela Galera Deffensor, que aqui chegou com colonos no dia 14 do referido mez, procedente da Cidade do Porto[...] (TREZE DE MAIO, 31.07.1855, p.3).

Já as páginas do JTM relatam uma série de divergências e atropelos entre os pareceres médicos, desde sobre o que seria a causa da mortandade na galera "Deffensor", até, depois de atestado ter sido a cólera, sobre de qual tipo seria, ou seja, se a de forma branda, ou a cólera asiática[51]. Divergências ou imprecisões sobre o diagnóstico do mal freavam ações efetivas contra a doença, que se alastrava rapidamente pelas ruas e moradas da Belém de outrora. Se o JTM não se furtava em publicar nos meses iniciais do surto a diversidade de opiniões emitidas sobre este, parece claro também que a posição da medicina acadêmica, mais tarde adotada como oficial, encontrou neste jornal um espaço privilegiado de suporte, evidência, divulgação e respaldo. Isto não significa que as demais artes de curar tenham sido abandonadas por parte da população, muito menos, que houvesse uma única ou hegemônica abordagem entre os membros da própria classe médica sobre o assunto, o mesmo podendo ser dito sobre a presença nas páginas do JTM de propagandas e anúncios de formas outras de cura, e de relatos do êxito destas.

Das boticas homeopáticas à pajelança, passando por curas pouco críveis, o JTM é farto em informações. Noutro sentido, o reduzido número de médicos

[51] Este tema é debatido com profundidade por Jane Felipe Beltrão, já citada.

atuando no Pará daquele período, independente do nível de qualificação destes, contribuiu sobremaneira para a cólera alcançar os níveis de mortandade relatados, mesmo que Artur Vianna diga que à época o surto

> [...] encontrou a classe médica do Pará aparelhada de conhecimentos recentes da ciência, sobre os meios terapêuticos mais em voga então; sem um agente específico contra a moléstia, fez-se o que era possível fazer: a medicação foi, e nem podia deixar de ser, exclusivamente sintomatológica (VIANNA, 1992, p.38).

Mas, o que dizer sobre a medicina daquela Belém oitocentista? Na tentativa de apreender um pouco do espírito da época, farei algumas ressalvas sobre a medicina brasileira e belenenses de então para subsidiar o entendimento dos temas pertinentes a este capítulo.

Um estudo pioneiro sobre a medicina do Brasil da década de 1800 foi realizado por Jurandir Freire Costa em sua obra “Norma médica e ordem familiar”. Centrado na dimensão política da vida cotidiana, Costa investiga o conjunto de normatizações técnicas que penetraram e tomaram posse da família brasileira a partir dos oitocentos. Fundamental às discussões que serão travadas ao longo do tópico ora elaborado é a compreensão de que

> [h]istoricamente, até o século XIX, a figura social do médico era relativamente desprestigiada [...] Essa baixa cotação social derivava da insuficiência do conhecimento e da inexpressividade numérica dos profissionais. Até o final do século XVIII, a racionalidade do saber médico pouco se distinguia do conhecimento empírico dos jesuítas, pajés, curandeiros, entendidos, etc. A prática curativa era essencialmente a mesma: sangria, purgativos, infusões com plantas e pós, dietas, etc. Pobres no saber eles também o eram em número. Comparados com a massa de curiosos leigos, formavam um grupo pequeníssimo [...] A assistência efetiva à população fazia-se através da medicina popular (COSTA, 2004, p.74).

Segundo Madel Therezinha Luz, no Brasil Colônia a assistência à população era fundamentalmente prestada por religiosos e entidades de caridade, posto que o poder de intervenção do Estado metropolitano português era limitado neste sentido, cabendo às autoridades locais o que pode ser entendido como saúde pública, e o atendimento individual às pessoas possuidoras de prestígio e destaque social, bem como administrativo: "[...] barbeiros, sangradores, empíricos, curandeiros, parteiras, curiosos, tiradentes [porém os] "[m]ilitares eram mais bem atendidos que civis. Brancos eram mais bem atendidos que negros (LUZ, 1982, p.70).

Por outro lado, as endemias e epidemias que se alastrariam pelo Brasil ao longo do século XIX acarretaram transformações conceituais e estruturais no universo da saúde. No cerne dessas mudanças estava o movimento que levou a medicina acadêmico-científica a se diferenciar das demais formas de cura, para, posteriormente, tornar-se a forma oficial, portanto, institucionalizada. Desse modo, a medicina acadêmico-científica passou a desenvolver uma série de projetos e modelos de caráter institucional

> [...] que buscam no controle do Estado uma estratégia de dominação, de controle médico do conjunto da sociedade. A medicina proporá, através de seus agentes, os médicos, uma terapia, uma resposta, uma explicação para cada situação, principalmente quando a ordem social estiver em jogo (LUZ, 1982, p.33).

É preciso pontuar que o processo de hegemonização da medicina acadêmica no Brasil tem seu início marcado pelo frágil reconhecimento e impacto social desta durante o Brasil oitocentista, já que a mesma, a grosso modo, pouco diferia em termos conceituais e metodológicos das demais formas de cura, ou seja, por serem mais afins do que distintas enquanto forma e conteúdo, as diferentes artes de curar, incluindo a medicina, acabavam sombreando-se. O médico, que era apenas um entre os demais a deter o ofício de curar, tinha nesta condição um fator que o "[...] prejudicava social e economicamente os médicos. No século XIX, a medicina vai

lutar tenazmente contra esta situação, procurando monopolizar o saber e condensar na figura do médico o direito de assistir os doentes" (COSTA, 2004, p.76).

Anterior à pesquisa de Costa, "Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil", escrita coletivamente por Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogerio Luz e Katia Muricy, diz que na configuração histórica do Brasil Colônia não se fazia presente a relação entre saúde e sociedade, e que as práticas de então eram voltadas àquilo que fosse necessário para evitar a morte, ou seja, inexistia o entendimento de um estado de saúde a ser mantido ou alcançado, ou mesmo a efetivação de políticas voltadas ao combate daquilo que provocava as enfermidades; noutros termos, as intervenções das artes de curar não se destinavam à prevenção, ficando restritas àquelas de caráter recuperador (MACHADO et. al., 1978). O panorama muda quando o Brasil do século XIX passa a viver

> [...] um processo de transformação política e econômica que atinge igualmente a medicina, inaugurando duas de suas características, que não só têm vigorado até o presente, como têm-se intensificado cada vez mais: a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado (MACHADO et. al, 1978, p.155).

Por outro lado, Madel Therezinha Luz, no livro "Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna", defende que a categoria médico-social, embora minoritária no universo da racionalidade científica médica, produziu ao longo do século XIX

> [...] um discurso *natural* sobre uma *realidade social*: o corpo do homem, seu sofrimento, sua morte, através da doença. Tanto mais social na medida em que o discurso naturalista sobre o corpo doente [corpo individual ou corpo social] é político em seus efeitos, contribuindo para a ordenação social e econômica de indivíduos e classes sociais na história moderna (LUZ, 1988, p.94).

A incursão social da medicina, segundo Luz (1998), em última instância, possuiu pelo menos duas correntes: a majoritária, que entendia ser função da medicina combater as doenças — na esfera individual e coletiva — e a minoritária, cujos princípios defendiam mudanças na estrutura social, na relação entre o Estado e o indivíduo. Neste sentido, ainda segundo a autora, a medicina social possuiria três projetos distintos — o higienista, que era de caráter *"conservador"*, o sanitarista, de caráter *"reformista"*, e o projeto de reforma médico — social, que seria de caráter *"revolucionário"* (LUZ, 1998). Tais projetos tinham como ponto em comum o fato de serem, a partir

> [...] da segunda metade do século XVII [com o início da organização da Polícia médica] ao século XIX [com o projeto da reforma médica e depois com os projetos higienista e epidemiologista], uma 'razão' subordinada, em face da razão médica mais imbricada à racionalidade científica moderna, que é a da disciplina das doenças, e da anatomoclínica a ela ligada (LUZ, 1998, p.95).

Esse movimento acabou por atrelar o destino do Estado à medicina, dotando-a, portanto, de uma significação positiva (FOUCAULT, 2006). A medicina então recebeu "[...] a bela tarefa de instaurar na vida dos homens as figuras positivas da saúde, da virtude e da felicidade [...]" *(FOUCAULT, 2006, p.37).* Tal significação positiva parece improvável em um Brasil oitocentista caracterizado por constantes pestilências – o mesmo podendo ser dito daquela Belém de 1855. Entretanto, como será visto adiante, por meio da doença, ou melhor, a partir da racionalização e domínio dessa, a medicina adquiriu a positividade nos moldes descritos por Foucault. Ou, nas palavras do filósofo e historiador francês, a doença encontrou

> [...] na visibilidade da morte a forma plena em que seu conteúdo aparece em termos positivos. Pensada com relação à natureza, a doença era o negativo indeterminável cujas causas, formas e manifestações só se ofereciam de viés e sobre um fundo sempre recuado: percebida com relação à morte, a doença se torna exaustivamente legível, aberta sem

> resíduos à dissecação soberana da linguagem e do olhar. Foi quando a morte se integrou epistemologicamente à experiência médica que a doença pôde se desprender da contranatureza e tomar corpo no corpo vivo dos indivíduos (FOUCAULT, 2006, p.216-217).

Abordar a doença por tal perspectiva permite compreendê-la não apenas como um mal a ser derrotado, mas sim como suporte sobre o qual a medicina acadêmica fincou seus alicerces e encontrou campo para afirmar seus saberes e normalizações. Portanto, a cólera, em seu rastro de morte, e por conta desse, tornou legível o corpo, prescrevendo o que o regularia e o manteria sob vigilância e controle.

Outro importante estudo sobre a medicina dos oitocentos, esse, mais recente, é o de José Gonçalves Gondra, que investigou os dispositivos de institucionalização da ordem médica brasileira do século XIX, por meio de teses que médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro escreveram e defenderam entre 1850 e 1890. Gondra afirma que no Brasil, até 1808, a atividade médica não era obrigatoriamente fruto de uma formação especializada, sendo que "(...) os cuidados com a saúde e as estratégias de cura eram atividades partilhadas por diversos sujeitos: físicos, cirurgiões, curiosos e feiticeiros. Cada um deles [recorrendo] a um conjunto de experiências diferenciadas" *(GONDRA, 2004, p.25).* O autor afirma ainda que desde o início da colonização branca até serem fundados os cursos pioneiros de anatomia e cirurgia em terras brasileiras, em Salvador e no Rio de Janeiro, a medicina de nosso país abrangeu práticas destinadas aos cuidados para com a saúde, voltadas mais especificamente à cura, de forma tal que a medicina, até o século XIX, estava diretamente relacionada a formas rudimentares de cirurgia e "[...] à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres, jesuítas, feiticeiros, curiosos e outras denominações atribuídas aos ativistas da época [...]" (GONDRA, 2004, p.29).

Eram muitas as artes de curar, e a medicina acadêmica, entre todas, era a que possuía menor aceite por parte da população. Essa rejeição encontrava nas dificuldades que a classe médica tinha para lidar e se aproximar – pelo menos conceitualmente – dos valores das curas populares, e também na estrutura e conteúdo erudito de suas pedagogias, que muitas vezes apontavam os usos e costumes arraigados às tradições da população como os nascedouros das enfermidades e que, por isso, deveriam ser banidos.

A criação dos cursos de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, em 1808, pode ser entendida como um marco não só para esta área de conhecimento, como também para as políticas públicas de saneamento. Rumo à institucionalização e reconhecimento enquanto ciência, a medicina acadêmica elegeu as demais artes de curar instâncias a serem superadas; para isto, argumentava que, diferente do universo acadêmico, as demais formas de cura, além de não possuírem conhecimento e rigor científico, eram apegadas a crenças e superstições, portanto, marcadas de forma indelével pelo atraso de um Brasil colonial que deveria ficar no passado. Dessa forma, é possível dizer que o processo de institucionalização da medicina enquanto campo de conhecimento e intervenção, estabeleceu as fronteiras entre as formas científicas (e oficiais) de cura em relação às demais. E ainda: a aliança entre a medicina e o poder jurídico-administrativo, proporcionou a medicalização da sociedade e das políticas de Estado.

A medicina emergente no Brasil Império, opondo-se ao modelo adotado pelo Brasil Colônia, “[...] deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem social. Esse progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico” (COSTA, 2004, p.28). Desse modo, pontuando o Brasil Colonial como palco de repetidas epidemias, às quais as ações médicas de então foram ineficazes em combater, estabeleceu-se um jogo de interesses e conflitos entre o poder público e a medicina acadêmico-científica, culminando com o compromisso de o Estado

medicalizar “[...] suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas” (COSTA, 2004, p.29).

Coube aos médicos eleger a salubridade como entendimento basilar que levaria à convergência dos interesses em questão. Desse modo, associando a formulação de um conjunto de condições que favoreceriam a saúde pública e os interesses do Império, o poder médico “[...] fez ver que a saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política de Estado” (COSTA, 2004, p.30).

Os fantasmas de um Brasil Colonial marcado por pestilências e pela pouca gerência da medicina científica sobre a cura assombravam a classe médica oitocentista, em um Brasil já Imperial, bem como a incômoda presença das demais formas de cura e do aceite dessas pela população. A medicina, em busca da hegemonia,

> [...] mesmo quando já possuía um conhecimento de racionalidade bem superior à que orientava a prática curativa leiga, teve que enfrentar o descrédito da cultura. Em todo o século XIX nota-se o esforço que os médicos faziam para livrar-se do passado. Combatiam desesperadamente curandeiros, parteiras, homeopatas, e tentavam, a todo custo, riscar da memória histórica a antiga submissão à burocracia e mesmo à religião (COSTA, 2004, p.76).

As tensões que caracterizam este processo podem ser vistas em um artigo pela Revista Médica Brasileira em 1841, quando fica evidente a crítica ao ainda frágil teor científico que se fazia presente nas práticas médicas de então:

> Se a medicina fosse uma ciência certa e positiva, se possuísse regras constantes, o procedimento dos seus sectários seria fixo e determinado [...] entretanto é o contrário que acontece; este purga, aquele sangra; aqui limita-se a água simples, acolá dá-se vinho, etc., etc. (REVISTA MÉDICA BRASILEIRA 1842 apud FERREIRA, 2003, p.116).

O artigo defende que a medicina só conseguiria ser aceita pela população quando, de fato, se tornasse científica. Se em 1841 havia um longo caminho a ser percorrido para a concretização de tal realidade, o mesmo pode ser dito sobre o ano de 1855. Um relato do médico Dias de Barros, encontrado em Liane Maria Bertucci, dá contornos ao perfil da medicina de 1855, quando, ao discorrer sobre os avanços da medicina brasileira, dize que a Fundação da Escola Médica no Brasil representa a chegada à

> [...] fase mais ou menos científica da medicina, tendo atravessado [...] o período da medicina por assim dizer mitológica, no qual se entendia que as causas das doenças eram os *ares maus*, *as emanações da terra*, os eflúvios, os miasmas, enfim, tudo quanto se achava que pudesse alterar a saúde do homem, sem se saber exatamente o 'porquê', que é, afinal, toda a ciência; de tal sorte , tinha o médico a triste sina de como que digladiar no escuro [...], não tinha noção exata da patogenia" (BARROS apud BERTUCCI, 2004, p. 72. Grifos da autora).

Se falha justo naquilo que lhe era essência, como quer Barros, quão frágeis seriam os suportes da medicina brasileira dos oitocentos? Em 1855, referindo-se o surto de cólera no Rio de Janeiro, o Dr. Joaquim Candido Soares Meirelles apontava inexistirem regulamentos que tornassem possível "colher dados proprios á poder levar-nos á apreciação verdadeira da mortandade na cidade" (MEIRELLES apud GONDRA, 2004, p. 92). Em meio a desconfianças e pouco reconhecimento, a classe médica brasileira buscava afirmação, reconhecimento, poder e prestígio, mas encontrava dificuldades, agudizadas pelas divergências e embates conceituais em seu próprio seio, tais como a discussão entre a origem das moléstias que atingiam o Brasil de então. Por conta disso "[...] paradigmas médicos do contágio e da infecção se combinavam com freqüência, de maneiras imprevistas e originais, quando os esculápios do século XIX discutiam a etiologia e as formas de transmissão de moléstias como a cólera e a febre amarela" (CHALHOUB, 1996, p.64-65).

Esses embates, muitas vezes caracterizados por discursos hesitantes e frágeis em suas fronteiras limítrofes, grosso modo, revelavam uma prodigalidade de remédios e preceitos, que iam do acadêmico ao popular sem muita clareza a distingui-los. Vista sob outra perspectiva, nos tempos que precederam a chegada do surto de cólera em Belém, a medicina praticada no Brasil

> [...] era marcadamente pautada na medicina clínica francesa, referência presente até as reformas ocorridas nas duas faculdades de medicina do País, no final do século XIX. Tanto que a prática da medicina no Brasil era estruturada nos princípios básicos da referida clínica.
> A identificação de uma enfermidade era feita a partir da observação e da descrição minuciosa dos sintomas e dos signos do mal. A chegada da cólera permitiu verificar o cuidado dos profissionais de saúde em descrever exaustivamente os sintomas da epidemia (BELTRÃO, 2004, p. 94-95).

Os "signos do mal" estavam encarnados no corpo enfermo, este, devendo ser observado e descrito minunciosamente, sempre sob o jugo atento e normativo do poder médico. Como ensina Le Goff, "[a] doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades" (LE GOFF, 1997, p.7). E mais: os mecanismos que levam à normalização dos usos e costumes por meio do ideário médico operam

> [...] despolitizando o cotidiano e inscrevendo-o nas micropreocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico. É através da polarização da consciência dos indivíduos sobre estes objetos parciais de suas existências sócio-emocionais que a norma terapêutica se implanta e passa a agir (COSTA, 2004, p.17).

A polarização da consciência individual sobre os novos eventos cotidianos que logo tornar-se-iam elementos constitutivos e normatizadores da vida banal, entendo, ocorreu de forma indissociável ao movimento de gerir também a vida pública, normalizando os espaços e práticas de sociabilidade. Quando se pensa no

processo de oficialização da medicina acadêmico-científica na Belém do Grão-Pará, fica evidente a existência de focos de resistência a essa no seio de uma população que trazia de longa data a crença e uso de práticas empíricas e ancestrais, umbilicalmente ligadas a ervas, banhos aromáticos, benzeduras, pajelanças e afins[52], sob clara influência indígena. Aqui, vale a pena uma pequena digressão para citar Sérgio Buarque de Holanda, mesmo que este falasse sobre os tempos de um Brasil Colônia, mais precisamente, dos bandeirantes:

> Não faltam [...] aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições européias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. A soma de elementos tão díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas. Tão extensa e complexa foi a reunião desses elementos, que a rigor não se poderá dizer de nenhum dos aspectos da arte de curar, tal como a praticam ainda hoje os sertanejos, que é puramente indígena [...] ou puramente europeu (HOLANDA, 2001, p.78-79).

Em Belém, a diferenciação entre artes populares de cura e a medicina se dava "[...] muito mais dos discursos e da retórica dos médicos no interior de suas confrarias do que da prática cotidiana de seus consultórios – nos quais, por via de regra, passavam o mesmo receituário indicado pelos pajés nas sessões de cura" (FIGUEIREDO, 2003, p. 275). Neste sentido, muito embora já fosse nítida a presença de uma política de higienização urbana e de combate às epidemias, capitaneada pelo ideário médico-higienista, a medicina encontrava diversas barreiras para se legitimar diante das mais diversas categorias sociais, pois "[...] a população paraense, para desdouro dos esculápios científicos, persistia na busca

[52] Sobre pajelanças e medicina no Pará, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro da Cura, in Chalhoub, Sidney et al(org.). Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 2003. Ver também MAUÉS, Raymundo Heraldo, VILLACORDA, Gisela Macambira (orgs.). Pajelanças e religiões africanas na Amazônia. Belém/PA: EDUFPA, 2008.

da cura de suas mazelas nas tradicionais artes de curar, as quais evolviam os mais diferentes sujeitos, além de uma grande diversidade de princípios terapêuticos" (RODRIGUES, 2008, p.15).

Pesquisas de Ernesto Cruz publicadas no segundo volume do livro "História do Pará" já apontavam que entre o século XVII e meados de 1750 o exercício da medicina na Província do Grão-Pará era exercido por jesuítas, os quais, por sua vez, adotavam práticas tais como as sangrias e aplicações térmicas que eram *"generalizadas entre os nativos e geralmente bem aceitas"* (CRUZ, 1973, p.785). Prossegue o historiador paraense, relatando que 1755 é o ano que marca "[...] a chegada ao Pará dos primeiros fisicos, como eram chamados os médicos, integrantes da comissão demarcadora de limites entre Portugal e Espanha" (CRUZ, 1973, p.785).

Note-se que antes da epidemia de cólera de 1855, duas outras assolaram o Pará[53], a de varíola, de 1721 a 1733 e a de febre amarela, em 1850, que só neste ano vitimou 593 pessoas (CRUZ, 1973). Por outro lado, o quadro da medicina em Belém no ano de 1855 revelava uma situação de desequilíbrio entre o número de médicos e o de habitantes, pois se a população belenense "[...] chegava a 247.248 almas, [...] os médicos matriculados junto à Comissão de Saúde Pública somavam 23 e os farmacêuticos eram, apenas dez. Havia em 1855, um médico para 10.750 habitantes e um farmacêutico para 24.724 habitantes" (BELTRÃO, 2004, p. 157). Vejamos o que dizia a Comissão de Higiene Pública por intermédio das páginas sobre o tema:

[53] Em menor escala, embora de maneira frequente, as febres perniciosas (malária) assolaram Belém entre 1835 e o início de 1836. Caracterizando-se como febres de caráter cotidiano "[...], muitas pirexias terçãs e quartãs, seguidas de grandes tumefações do fígado e do baço, reinavam então na província. Os doentes experimentavam calafrios, grande moleza do corpo [...] dor nos ossos [...]. Em janeiro de 1835, a epidemia atacou os habitantes de Belém e das cercanias [e foram] tomadas medidas sanitárias às pressas, distribuindo os emigrantes sobre diversos pontos nas ilhas vizinhas [...]. A classe rica e abastada da região foi abrigada nesta ilha [Tatuoca], em que, com toda comodidade, encontrou um solo úmido em que se deitar para repousar e umas poucas provisões para matar a fome; mas o desânimo e as privações a reduziram a um pequeno número em muito pouco tempo (SIGAUD, 2009. [1844], p.152-153).

> A Commissaõ d'Hygiene Publica desta Provincia, em sua Sessaõ ordinária do dia 23 do corrente, resolveo [...] publicar os nomes dos Facultativos matriculados para conhecimento dos Boticarios, naõ obstante já o ter feito no comêço deste anno [...] Os Facultativos que se achaõ até hoje matriculados saõ os Senrº. Dr. Francisco da Silva Castro, Dr. Camillo José do Valle Guimarães, Dr.José da Gama Malcher [...] (TREZE DE MAIO, 28 de agosto de 1855, p.1-2).

A lista nominal prossegue, chegando ao total de 15 Facultativos, sendo que destes, todos são intitulados doutores, com exceção de dois, que aparecem como cirurgiões. Mesmo divergentes, os números apresentados por Beltrão e pelo JTM só reforçam a situação de desequilíbrio entre a proporção de médicos por habitantes. Este quadro parece não ter sensibilizado a classe médica do restante do Brasil, que preferia apontar a incompetência dos médicos paraenses como causa para o avanço da cólera sobre a cidade. Pelo menos é o que afirmava uma publicação do jornal pernambucano "Liberal de Pernambuco", número 818, em matéria atribuída ao Sr. Carolino Francisco de Lima Santos, a qual foi prontamente refutada por Silva Castro em uma coluna esporádica do JTM, denominada "A pedido".

A resposta de Silva Castro em fornece pistas sobre a formação acadêmica dos médicos paraenses de então, indicando que estes eram egressos de universidades da Europa e dos Estados Unidos, evidenciando, nas entrelinhas, a inexistência de uma faculdade de medicina no Pará[54]:

> [...] deparei-me com huma insinuaçaõ injurioza á classe medica desta Provincia sobre a qual V.S.ª ouzadamente arrojou-se a lançar-se pela imprensa, abalançando-se a dizer o seguinte: - *o que se deve concluir, he que os homens naõ sabem lá pelo que passaõ, e pelo que soffrem*.
> Repillo esta afrontta, que V.S.ª faz aos médicos desta capital, onde os ha de instrucção, e muita pratica adquirida tanto na Europa como na America; [...] e conto que V. S.ªa fazendo-me

[54] A primeira faculdade de medicina do Pará data de 1º de abril de 1924 e tinha o médico Dr. Camilo Salgado como diretor.

> depois justiça, e aos meus honrados collegas aqui rezidentes, se dignará dar-nos uma publica reparaçaõ pelo mesmo jornal por onde nos aggredio (TREZE DE MAIO, 24.07.1855, p.5. Grifos do jornal).

No entanto, recorrer ao perfil da formação acadêmica dos médicos de então não retrata satisfatoriamente como era a medicina paraense daquele período. Para melhor compreender o quadro crítico do Grão-Pará em 1855 no que diz respeito à saúde pública, é preciso antes entender que a mesma se caracterizava por um conjunto de atos legais advindos do poder governante em prol da população, o que era chamado, à época, de Socorros Públicos. Além disso, entendia-se saúde pública também em termos de *"[...]* ***beneficência*** *como um ato moral de indivíduo a indivíduo, prática freqüente no Pará [e] a* ***caridade*** *como virtude cristã praticada, institucionalmente ou não, pelos católicos paraenses"* (BELTRÃO, 2004, p.33. Grifos da autora). Duas notas publicadas pelo JTM tipificam esse entendimento. A primeira, presente na coluna "Expediente do Governo", dava voz às ações da Presidência da Província, que mandava o Inspetor da Tesouraria da Fazenda entregar para cada um "[...] dos Parochos desta Capital, pela verba – Socorros Publicos – a quantia de 100$000 réis, para distribuírem pelos seus freguezes indigentes que forem atacados da moléstia reinante" (TREZE DE MAIO, 10.07.1855, p.2).

A segunda nota, publicada pela coluna "Avisos diversos", anunciava que dois médicos se dispunham a atender, inclusive em suas residências, a qualquer hora do dia ou da noite, àqueles desvalidos vitimados pela cólera, gesto que pode ser pensado como beneficente e caridoso, na perspectiva de Beltrão. Expunha ainda o JTM:

> O Dr. Joaõ Manoel d'Oliveira, previne ao publico desta Cidade, que está incumbido pelo Governo, do curativo das pessoas desvalidas que forem accommettidas do mal que reina actualmente; ministrando além disso os medicamentos e diétas de que os mesmos doentes precizarem. Póde ser

> procurado a qualquer hora do dia ou da noute em sua casa á rua do Norte[55] (TREZE DE MAIO, 12.06.1855, p.4).
>
> O Dr. Joaõ Florindo Ribeiro de Bulhões, presta-se gratuitamente a curar os desvalidos que forem accommettidos da enfermidade reinante nesta Capital, assegurando naõ recusar-se a nenhum chamado a qualquer hora do dia ou da noute, os medicamentos, diétas e o mais que for necessário para o tratamento, saõ dados a expensas do governo (TREZE DE MAIO, 12.06.1855, p.4).

Pode-se inferir, a partir de Beltrão e do que dizem as fontes, que as intervenções da medicina abrangiam, ou eram consideradas, iniciativas de caráter moral, solidário, patriótico e mesmo religioso. Com efeito, a solidariedade da classe médica era enaltecida pelo JTM, que não hesitava em enaltecer a imagem destes. Senão, vejamos:

> Consta-nos, que todos os Medicos se prestarão voluntaria e generosamente ao convite de S. Ex.ª independente de gratificação alguma. He uma prova de humanidade, patriotismo e desinteresse, que anima a mais nobre e eleva da das classes da sociedade. Honra pois a tão sublime proceder (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.2).

De fato, essa perspectiva se agudiza em diversas matérias presentes nas páginas do JTM, quase que em uma relação direta com o aumento do grau da mortandade. Ou ainda, e de forma complexa, Estado, igreja, classe médica e cidadãos comuns, aparecendo em uma mesma notícia, por meio de um discurso convergindo à caridade e benevolência, como apresenta a coluna “A Pedido” do JTM:

> Logo que a molestia reinante começou a ser fatal, ainda mais ás pessoas indigentes que poucos ou nenhuns meios tinhaõ para a combater, era a Freguesia da Santissima Trindade desta Capital onde em maior numero se achavaõ essas pessoas desvalidas. Nesse estado de consternação alguns

[55] Primeira Rua de Belém. Atual Siqueira Mendes (CRUZ, 1992 [1970], p.37).

> cidadãos de commun accordo se resolveram a prestar os primeiros soccorros ás que fossem accommetidas; e com efeito a promptidão delles, sob os auspícios da Divina Providencia, e com os remediso indicados por Facultativos, principiou a ser evidentemente propicia.
> Com essa noticia o Exm.º finado Vice-Presidente dignou-se de mandar prestar pela Thesouraria de Fasenda desta Provincia a quantia de 400$000 réis em auxilio aos meios que já tinhaõ empregado aquelles cidadãos e que ainda haviam de empregar a taõ saudavel fim. (TREZE DE MAIO, 28.07.1855, p.2-3).

Os "socorros de saúde", voltados à disponibilização e atendimento gratuito de enfermos das classes pobres, eram oferecidos pelas autoridades de então, muito embora estas deixassem claro que só poderiam atender desta forma os casos ordinários. (BELTRÃO, 2004). Mas, quem dava corpo à classe pobre daquela Belém? Ainda segundo Beltrão, eram *"gentes etnicamente diversas [...]"* (BELTRÃO, 200, p. 130). Não apenas pobres, ou melhor, além de pobres, as vítimas da cólera em Belém eram em sua grande maioria gentes de cores. É o que aponta a autora ao analisar detalhadamente o registro de enterros do cemitério da Soledade em 1855[56]:

> Arrolando como indígenas as vítimas caboclas, índias e tapuias contam-se 205 almas; e, como negros, vítimas cafuzas, mamelucas, mulatas, pardas e pretas chegam a 646; enquanto os brancos somam 184. As gentes de cores abatidas pela epidemia constituem 82% dos mortos sepultados na Soledade (BELTRÃO, 2004, p.281, grifos da autora).

As páginas do JTM continuavam relatando casos de socorro público e solidariedade:

> [...] que faça constar ao Vice-Administrador do Collegio de N.S. do Amparo, que esta Presidencia louva e agradece ao mesmo Collegio o seu acto de caridade, nada querendo receber pelo feitio dos 50 lençoes que se mandou preparar

[56] Para maior detalhamento, ver BELTRÃO, 2004, p.271-282.

> para serem distribuidos ás pessoas necessitadas, atacadas da epídemia reinante (TREZE DE MAIO, 28.07.1855, p.2).
>
> Dito. Ao Presidente da Commissão de soccorros publicos da Capital, remetendo-lhe 34 lençóes para serem destribuidos aos indigentes atacados da epidemia reinante (TREZE DE MAIO, 02.10.1855, p.2).
>
> [o]s Doutores Joaquim Barata Goes, José da Gama Malcher, e Camillo José do Valle Guimarães achaõ-se encarregados de vizitar a pobreza accommettida da epidemia reinante fornecendo-lhe gratuitamente medicamentos, e dietas (TREZE DE MAIO, 08.11.1855, p.4).
>
> A comissão encarregada dos socorros publicos faz saber que acaba de ser autorizada pelo Exm.º Governador da Provincia para pagar de prompto a conducção das pessoas indigentes e desvalidas atacadas da moléstia reinante, para o Hospital da Santa Casa da Mizericordia, entregando a importância de taes despezas á pessoa que se lhe apresentar competentemente autorisada pelas autoridades Policiaes para recebe-la (TREZE DE MAIO, 19.06.1855, p.4).

Estariam os legisladores, médicos e membros da elite da Belém do Grão-Pará solidários com as classes pobres, auxiliando-as por meio de “socorros públicos”? Um curioso anúncio não apenas tipifica este tipo de intervenção, como dá indícios do quão precário era o acesso à água na Belém de 1855, neste caso específico, sob a forma de gelo, que era, inclusive, considerado um dos modos eficazes de combater a sede insaciável que se abatia sobre os vitimados pela cólera, como será visto adiante. Segundo anunciava o JTM, havia apenas um fornecedor de gelo para toda a cidade. Este, diante da dor dos outros, tinha seu gesto de solidariedade anunciado por meio da coluna “Avisos diversos”:

> Marcos de Lima, sabendo que o gelo tem sido empregado com feliz successo na cura da épidemia reinante, na presente e terrível quadra, tem dezejos de concorrer com o seu contigente para o benefício das pessoas indigentes atacadas de semelhante mal, e como é elle, nesta Cidade, o único possuidor deste artigo, offerece de mui boa vontade, e gratuitamente, em quanto o houver a porçaõ, que fôr preciza

> para todos os curativos d'esses infelizes, e espera da bondade dos Snrs. Facultativos, que se dignem dar-lhes as suas ordens (TREZE DE MAIO, 23.07.1855, p.4).

Já a coluna "Parte Official" trazia dois comunicados do governador Angelo Custodio Corrêa. O primeiro foi endereçado ao inspetor da tesouraria da fazenda, e dizia:

> Tendo apparecido nestes ultimos dias n'esta capital uma molestia de caracter maligno, da qual já tem sucumbido algumas pêssoas, e convindo que esta Presidencia esteja habilitada com os necessários meios para socorrer as pessoas indigentes, que forem atacadas, tenho resolvido nos termos do § 10 do Decreto nº 158 de 7 de Maio de 1842, e Ordens do Governo Imperial a tal respeito, abrir um credito da quantia de seis contos de réis para socorrer a esta necessidade, o que comunico a V.S.ª para seu conhecimento e devida execução (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.2).

O segundo comunicado dirigia-se a Francisco da Silva Castro e "aos outros médicos da Capital" nos seguintes termos:

> Tendo-se manifestado há dias nesta Capital, como V.Mc. sabe, uma moléstia de caracter maligno [...] resolvi abrir um credito na quantia de seis contos de réis para soccorrer aos indivíduos indigentes e desvalidos que forem della atacados.
> Da distribuição desses soccorros julguei conveniente encarregar aos Facultativos desta Capital, os quaes, tratando desses infelizes, mais do que ninguem estão no caso de conhecer suas necessidades [...] (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.2).

Reconhecendo os médicos como aqueles que estavam a par das necessidades reais dos acometidos pela cólera, o Governador dava à classe médica o caráter de agente do Estado, delegando poderes que iam da isenção de burocracia junto aos boticários para aquisição de remédios – pontuando a superioridade hierárquica daqueles sobre estes – até a distribuição direta de dinheiro aos enfermos, como fica claro na sequência do comunicado do governador:

> [...] e assim pois tenho determinado: 1º que as receitas sejão aviadas em qualquer botica desta Cidade, ficando os boticários autorisados a fornecer aos Facultativos os medicamentos, que, independentemente de serem receitados, lhes forem pelos mesmos pedidos para combater o mal: 2º que o fornecimento de roupas e mais objetos aos enfermos seja feito por uma commissão que já se acha nomeada [...] á vista de bilhete de Médico assistente: 3º finalmente, que pelos próprios Facultativos seja fornecido aos enfermos o dinheiro preciso para diétas, recebendo aquelles na Thesouraria de Fasenda as quantias para isso necessárias á vista de seus pedidos (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.2).

Mas, seria tão somente uma questão de solidariedade ou ao conjunto destas ações (de caráter governamental ou privado) pertenceriam entrelinhas? O relatório que o Vice-Presidente da Província do Grão-Pará, Miguel Antonio Pinto "tinha organizado para apresentar a Assembléa Legislativa Provincial no dia 26 de Outubro deste anno" (1855), publicado pelo JTM dá algumas pistas ao afirmar que a epidemia continuava a fazer vítimas, com casos fatais aparecendo diariamente e de forma assustadora, tendo ocorrido apenas a "[...] reducçaõ em o numero dos affectados. [...] Perdemos muitas vidas que vaõ causar grande atraso á nossa lavoura porque esta epidemia affectou quase exclusivamente á população de côr [...]" (TREZE DE MAIO, 02.11.1855, p.1).

Analisando o teor das falas expostas, considero que as entrelinhas das intervenções do poder público – e, de certo modo, aquelas advindas de iniciativa individual – demonstram preocupações que vão além da solidariedade ou do cuidado com o bem dos desassistidos, pois visavam garantir a ordem estabelecida por intermédio da manutenção da estabilidade econômica, já que esta dependia da lavoura, que, por seu lado, estava alicerçada sobre o trabalho manual da "população de côr". Desse modo, cabe supor que a preocupação com as classes desfavorecidas e com as gentes de cor não tinha apenas motivações solidárias. Afinal, o grassar da cólera entre os indigentes representaria um aumento no risco de contaminação da própria elite, bem como, ao vitimar e levar ao óbito a população

que executava os trabalhos manuais, o mal reinante afetaria de forma direta e preocupante a economia da cidade.

Noutra perspectiva, identificar as classes desfavorecidas e, mais especificamente, o comportamento destas, como responsáveis pelo frágil estado de salubridade da urbe era prática contumaz – e isto já aparecia em Baena nos idos de 1833, ratifico. É o que transparece em uma fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da Província do Grão-Pará, Sebastião do Rego Barros[57] alguns meses antes de a cólera aportar em Belém:

> Infelizmente, Senrs. não vos posso dizer que seja prospero o actual estado sanitario da Provincia, com quanto não o devamos tambem considerar assustador [...] A pouca limpesa das ruas desta cidade, e as agoas enxarcadas nos seus arredores, bem como em muitos districtos de fóra, e as cessações repentinas das chuvas abundantes que cahem constantemente sobre toda a Provincia, alternando com a intensidade do calor equatorial, são as causas a que em geral atribuem os professionaes o seu estado pouco salubre, mas de certo não concorrem pouco para elle a incuria e imprevidência da população (TREZE DE MAIO, 15.08.1854, p.4).

Esse relato já aponta a presença da natureza sob a forma das águas como um problema de saúde pública, deixando claro também que o desleixo da população, aos olhos do Estado, em muito contribuía para o estado sanitário pouco satisfatório da Província. Avançando no tempo, em 14 de maio de 1855, exatamente um dia antes de a Galera “Deffensor” aportar em Belém trazendo a cólera, Sebastião do Rego Barros, por ocasião de passar a administração para o Dr. Angelo Custódio Corrêa[58], reforçando sua fala do ano anterior afirmava:

[57] Nascido em Pernambuco, 1803. Militar e de outubro de 1853 a maio de 1855 foi presidente da Província do Grão-Pará.
[58] Paraense, era bacharel em direito. Filiado ao Partido Conservador, foi deputado na Província do Grão-Pará por três mandatos. Posteriormente, foi presidente desta mesma Província, de setembro de 1850 a maio de 1855. Com atuação efetiva ao combate da cólera, acabou falecendo desta.

> O estado da saúde Publica é felismente satisfactorio, nenhuma das molestias contagiosas se tem manifestado, á naõ ser um ou outro caso de febre amarella, que naõ nos deve causar receios [...]. As intermitentes porém teem-se tornado indemicas em alguns lugares, principalmente onde os pantanos naõ se achaõ esgotados, e onde a população, desconhecedora de seus interesses, vive por sua negligencia e das Camaras respectivas, cercada de elementos de infecção (TREZE DE MAIO, 19.05.1855, p.2).

Só que, já sob o impacto do flagelo, a retórica sobre as condições sanitárias da Província muda sobremaneira. Assim, o 4º Vice-Presidente da província do Grão-Pará, João Maria de Moraes, ao passar a administração da Província ao 3º Vice-Presidente, Coronel Antonio Pinto Guimarães, em exposição datada de 31 de julho de 1855, e publicada pelo JTM em 23 de agosto, afirmava que "[...] o estado sanitario da Provincia [...] tem sido bem triste e deplorável [...]" (TREZE DE MAIO, 23.081855, p.1).

Buscando soluções, o relator defendia que era imprescindível, sob a gerência de uma comissão, mobilizar os facultativos e boticários de Belém visando o tratamento e disponibilização dos remédios. Assim coube a todos os facultativos da cidade o tratamento dos enfermos, bem como [...] subministrar-lhes as quantias necessarias para dietas, fornecendo os boticários os medicamentos precisos e huma Commissão [...] foi incubida da distribuição geral dos socorros (TREZE DE MAIO, 19 de maio de 1855, p.1).

Nem todos os socorros, nem toda a provisão de dietas ou os medicamentos julgados necessários impediram a propagação do mal: a cólera era uma realidade cada vez mais brutal e que iria dizimar milhares de almas daquela Belém durante dez intermináveis meses. Porém, mais do que um mal a ser vencido, o surto foi um dos alicerces para a medicalização da sociedade por meio da institucionalização da medicina acadêmica. O corpo, nesse processo, tornou-se objeto de pedagogias normalizadoras.

“Deixo apoz mim tres excellentes médicos [...] agoa, o exercicio e a dieta”: uma educação do corpo em rascunho.

Ao longo da epidemia houve uma série de mudanças nos discursos médicos e, muitas vezes, até no posicionamento de um mesmo médico, provocadas pela insegurança sobre o que indicar para a cura e como agir diante da doença. Silva Castro, por exemplo, apesar de negar em seu primeiro parecer que era cólera a doença que vitimara a tripulação do “Defensor”, havia solicitado ao JTM, em 04 de junho, portanto, dias antes de ter emitido a referida posição oficial, que reproduzisse em suas páginas um artigo publicado pelo *“Santé Universelle”*, jornal médico da França, e que fora traduzido pelo médico brasileiro Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca. Considero a publicação deste artigo pelo JTM em 05 de junho como importante para as mudanças que posteriormente aconteceriam no que diz respeito às compreensões sobre a cólera e suas formas de tratamento.

Visando os cuidados de si e da coletividade enquanto empreendimento educativo e político, o texto é estruturado de forma tal que a ideia de uma educação do corpo exercida a partir de preceitos médicos começa a ser notada. São treze os temas do artigo: 1) “O cholera he proccedido por indisposições precursoras – Precauções hygiênicas”; 2) “Hygiene da mesa”; 3) “Uma indigestão naõ he o cholera; mas póde determina-lo”; 4) “Symptomas mais ameaçadores”; 5) “A diarrhéa, a cholerina”; 6) “Convalescença da cholerina”; 7) “Cholera confirmado”; 8) “Há certos phenomenos do cholera que reclamam cuidados particulares”; 9) “Cholera fulminante”; 10) “Cholera dos meninos, dos velhos, das mulheres pejadas”; 11) “Uma palavra sobre um methodo muitissimo gabado”; 12) “Algumas palavras ácerca de um 3º periodo eventual, ou de reacção no cholera”; 13) “Convalescença do cholera”.

Educativo, o primeiro item do artigo dá a tônica dos demais: a retórica gira em torno da racionalização, comedimento, rígida atenção e respeito às normas higiênicas. Dia o primeiro item que em ambientes nos quais o cólera se faz presente

poucos são aqueles que escapam a *"*[...] algumas indisposições. Dellas se póde preservar ou combate-las por meio de estricta observancia das leis de hygiene. Então he mui importante ter uma vida extremamente regular" *(*TREZE DE MAIO*, 0*5 de junho de 1855, p.1). Os excessos deveriam ser combatidos; a vida cotidiana deveria ser regulada, incluindo cuidados com a alimentação, obrigatoriamente, menos abundante que reparadora. No que tangia aos cuidados com o corpo enfermo, a arte da cura inscrevia-se na precisão do detalhe; exigia o olhar médico, personificação de uma racionalidade científica que, mesmo embrionária, cada vez mais se instituía como a única válida. Expressão da minucia, outra sessão do artigo, intitulada *"Symptomas mais ameaçadores"*, ao defender o banho de pés no processo de cura diz que a duração deste deveria ser de um quarto de hora, com a observância de assegurar uma temperatura elevada da água, com o cuidado para enxugar os pés do enfermo, imediatamente após o banho, com um pano quente. Era importante "também a precaução de pôr nos pés do leito e no seu interior uma botija cheia de agua fervendo e convenientemente arrolhada" (TREZE DE MAIO, 05 de junho de 1855, p.2).

Após versar sobre temas variados, são apontados remédios e métodos curativos: "Clysteres com amido e láudano", "Laudano pela bocca" e "Elixir paregorico americano", entre outros, para, em seguida, referir-se ao gelo como importante ao tratamento, pois o mesmo por si só já seria um valoroso meio para "[...] acalmar a sede inextinguivel de certos doentes; a mor-parte o desejam vivamente, e delle se naõ aborrecem senaõ quando já não lhes serve de utilidade alguma" (TREZE DE MAIO, 05.06.1855, p.5). O final reserva observações sobre a "convalescença do cholera", merecendo destaque a seguinte passagem, que defende a prática de exercícios físicos, desde que sejam moderados, e a substituição destes por banhos caso se tornem "penosos" ao convalescente:

> Quando a convalescença caminha regularmente, os cuidados hygiênicos devem passar em primeiro lugar. Dever-se-ha (...) fazer exercicio moderado que não vá até a fadiga. (...) Enfim, quando convalescente experimenta, no fim de certo tempo,

> fadiga geral, e que o exercicio torna-se penoso, os banhos são mui uteis (TREZE DE MAIO, 05.06.1855, p.7*).*

A prescrição do uso d'água na forma de banhos pontua a complexidade e ambiguidade que este elemento ganhou nos tempos da cólera: a água era, ao mesmo tempo, veículo do surto e elemento que levaria à cura deste. A distinção dar-se-ia exatamente pelo uso devido ou indevido, cabendo aos médicos indicar o que era correto nestes termos. A necessidade de exercícios físicos moderados e de banhos durante o processo de convalescência demonstra a presença de cuidados detalhados com o corpo, algo frequente durante os meses do surto. Entretanto, não identifiquei qualquer alusão à prática de exercícios físicos como integrante do método de tratamento da cólera noutras páginas do JTM, o que tende a indicar que nem todos os preceitos apresentados pelo artigo em questão foram seguidos à risca ou mesmo adotados pela classe médica paraense. Mas, uma nota publicada na coluna denominada "Variedades", embora não associe a prática de exercícios físicos como partícipe da cura, reforça a imagem de que os cuidados com os usos d'água, a prática de exercícios físicos e dieta regulada seriam importantes "médicos". Sob o título de *"Verdade de um medido (sic) á hora da morte"*, a nota diz:

> Estando o celebre Dumoulin prestes a dar o ultimo suspiro, e vendo em torno de seu leito varios medicos amigos seus, lamentando a sua perda, lhes disse: Meus amigos, deixo apoz mim tres excellentes medicos; e instado por elles para que os nomeasse, por que cada qual julgava ser um desses medicos, respondeo: Quereis sabe-lo, pois eu vo-lo digo: São agoa, o exercicio e a dieta (TREZE DE MAIO, 01.09.1855, p.4).

Penso que esta "fórmula" água, exercício e dieta em muito se aproxima daquela que indicava doses de "limpeza, moralidade, atividade, bom dormir, ar puro e tranquilidade de espírito". Mesmo que em uma linguagem informal, distante daquela utilizada pelos médicos, as prescrições eram claras, diretas. As respostas ao mal reinante, os modos de superá-lo, vistas assim, pareciam de fácil acesso e

viáveis. Só que esta não era a realidade, muito embora, assim suponho, este tipo de informação pudesse levar aos aflitos um resto de esperança.

Além da indicação de gelo e banhos como coadjuvantes do tratamento, mais uma forma de uso da água aparece, mas desta vez, não como indicação e sim, como algo a ser evitado: a cólera provocava uma sede desenfreada que não devia, segundo Silva Castro, de forma alguma, ser satisfeita com a ingestão d'água. Sentenciava o médico: *"Prohibo absolutamente a agua, e os caldos; [...]. Faculto algumas pequenas sôpas, logo que a reacçaõ tem terminado, e que a convalescença vai começar"* (TREZE DE MAIO, 29.11.1855, p. 02).

Outros preceitos foram apresentados, agora por meio da Coluna "Parte Official", sob o título de "Breve directorio para o tratamento da Epidhemia reinante na Provincia do Pará (Cholera Morbus) organizado pela Commissaõ d'Hygiene Publica da mesma Provincia". Afirmava o diretório que não existiria um método específico para o tratamento da cólera, conforme defendido pelo "[...] habilissimo pratico Dr. Agostinho Albano, de cujas observações em parte apropriamo-nos [...]" (TREZE DE MAIO, 03.10.1855, p.). Eram preconizadas formas diferentes de tratamento, que dependiam do estado da doença. Sendo assim, caberia um "[...] tratamento excitante quando ella se apresentar no estado asthenico ou de debilidade; e o debilitante ou anti-phlogistico se ella se caracterisar pelos symptomas inflammatorios ou estado sthenico" (TREZE DE MAIO, 03.10.1855, p.1). Os usos d'água apareciam da seguinte forma: Quando acometidos do primeiro quadro, era indicado um "[...] pediluvio (escalda-pés) de ½ d'hora de duração [...] Muitas vezes um banho de vapôr (vulgo suador) e meia chávena de café bem forte [...]" (TREZE DE MAIO, 03.10.1855, p.1).

O diretório ia além, levando seus preceitos ao cotidiano pós-internação, dando destaque aos cuidados a serem tomados com a vida ao ar livre, que neste momento aparecia como ameaçadora: "Depois de poder sahir á rua deverá por muito tempo evitar o sól, a chuva, o orvalho e as correntes de vento quando estiver transpirando" (TREZE DE MAIO, 03.10.1855, p.2). Mas as práticas populares de

cura também se valiam do uso d'água para combater a cólera, inclusive, de forma muito semelhante àquela adotada pela medicina acadêmica, o que reforça a tese de que se os discursos divergiam, o mesmo não pode ser dito das práticas. Vejamos um caso relatado pelo JTM:

> Consta-nos [...] que um homem, nesta Cidade, de nome Pedro Achado, que naõ é *Medico nem Cirurgiaõ*, tem tido a fortuna de salvar a muitas pessoas doentes de Cholera, fazendo-os transpirar por meio de agua fervendo, tomando vapor em todo o corpo sem molhar os pés (TREZE DE MAIO, 03.07. 1855, p.4. Grifos do jornal).

Compondo o leque dos usos d´água, a homeopatia defendia o uso do gelo em pequenas quantidades quando "[...] os vomitos não consentirem a conservação dos remedios, ou o corpo estiver excessivamente frio [...]" (TREZE DE MAIO, 12.06.1855, p.4), podendo também (aqui, opondo-se ao que Silva Castro defendia), "[...] conceder ao doente beber agua fria (aos goles) e quando não estiver suado" (TREZE DE MAIO, 12.06.1855, p.4).

Como pode ser observado, a utilização da água em seus diferentes estados foi marcada pela ambiguidade, ora auxiliando a cura, ora acusada de ser maléfica. O que não mudava era o cuidado sempre presente em todas as formas de uso, seja para curar ou para evitar o contágio, de forma que a água era presença constante no dia a dia, marcando e escrevendo as sensibilidades de então.

A proximidade entre os diferentes discursos também aparece nos remédios que eram prescritos e na forma de uso destes. É o que pode ser visto em Silva Castro, quando este indica, para os meninos

> Agua de hortelã pimenta – 90 grammos[3 onças]; Acetato liquido de ammoniaco – 15 grammos[4 onças]; [para os idosos] pode-se insistir no vinho, e delle quente dar de quatro em quatro horas uma colher, em que se tenha feito ferver canella. Deve-se ao mesmo tempo estimular energicamente a pelle (TREZE DE MAIO, 05.06.1855, p.6).

Quer seja por meio dos usos d'água ou das medicações, as práticas de cura em muito se assemelhavam, acredito, porque, além de não ser conhecido um remédio pontual contra a cólera, também inexistia um protocolo oficial sobre como diagnosticar e proceder diante daquele mal. Reforçando meu entendimento, encontro em Arthur Vianna um indicativo, quando o mesmo diz que em meio às divergências sobre o uso da sangria, o Dr. Américo Santa Rosa "[...] provou exuberantemente que, não havendo um remédio específico contra o cólera, [era preciso], portanto, seguir a medicina dos sintomas [...]" (VIANNA, 1992, p. 42).

A "medicina de sintomas", a ausência de um remédio específico e de protocolos eficazes levava à experimentação e mesmo procura quase aleatória de soluções. E foi justo um acaso que proporcionou uma resposta eficaz no combate à doença: a ingestão do sumo de limão. O uso deste recurso contra a cólera merece análises mais aprofundadas, pois reúne em torno de si quase a totalidade dos temas até aqui discutidos. De início, uma observação de Arthur Vianna sobre o uso do sumo por parte de Silva Castro é importante: o renomado médico, que fora tão combatido porque adotou a sangria como método de cura[59] à revelia da razão (ou seria melhor dizer, da ciência?), foi também

> [...] um fervoroso adepto do uso do sumo de limão como bom remédio contra o cólera, desta vez contando do seu lado a razão, depois de confirmada em observação de valor. Só em novembro, quando ia em franco declínio o mal, encetou ele esse tratamento, depois de uma conferência com o bispo que vinha de chegar do Amazonas, com a novidade desse novo agente terapêutico (VIANNA, 1992, p. 42).

Em ofício enviado ao presidente da província, Sebastião do Rego Barros, e publicado pelo JTM em novembro de 1855 na coluna "Parte Official", Silva Castro relata como chegou ao uso do sumo de limão, trazendo passagens importantes que merecem destaque e análise. Embora seja extenso, o ofício será transcrito em sua

[59] Sobre o tema ver Jane Beltrão, já citada.

quase totalidade pelo teor de suas informações. Objetivando tornar fluida a análise, farei a transcrição e discussões de forma fracionada. Diz o início do ofício:

> Mas o objecto, de que me vou occupar, he por tal fórma importante, e sério, affecta tão vitalmente o progrésso deste Imperio, e os interesses da Humannidade, que certamente incorreria na mais grave censura, em qualquer outra occasião, mórmente na actual, se demorasse em communicar a V. Ex.ª a noticia que tenho a honra de fazer chegar ao seu elevado conhecimento, a fim de que V. Ex.ª, auxiliando-me, se digne dar-lhe toda a publicidade possível, tanto pelas Provincias, que estaõ sendo o theatro dos horrores da épidemia, que nos tem devastado, como por todas as outras que felizmente ainda naõ gemem sob o rigôr de semelhante flagello. [...]
> Exm.º Senr., quando se percorre a vista pela extensa profuzaõ de medicamentos, de que tem lançado maõ os homens da Sciencia desde remotos tempos por diversas partes do orbe para combater a medonha moléstia denominada – Cholera-morbus, que por demais tem aflligido a mizera humanidade,e tantas vidas tem roubado a este mundo, acode logo ao pensamento a fallibilidade de cada hum delles!
> E esta fallibilidade dos meios acconselhados para a debellar necessariamente procede da obscuridade, que até hoje tem reinado sobre a natureza de semelhante enfermidade! (TREZE DE MAIO, 29.11. 1855, p.1).

A partir da fala de Silva Castro, entendo que a comissão de higiene reconhecia o JTM como fundamental à divulgação de suas opiniões, o que, a título de reforço, justifica a escolha deste periódico como fonte da pesquisa. Informando e divulgando os saberes médicos relativos à cólera à população de Belém e a dos demais municípios do Grão-Pará atingidos pela doença, bem como àquelas de outros estados que, embora não assolados pela cólera, por meio das páginas do jornal lidariam com saberes capazes, a princípio, de evitar futuros surtos. Por outro lado, a fala defende que a ineficácia dos métodos de combate à doença dava-se por causa do desconhecimento sobre a origem do mal, implicando diretamente na profusão de remédios ineficazes para o combate da mesma.

Uma leitura preliminar diria que Silva Castro estava defendendo a tese de que a cólera era incurável e que a medicina nada poderia fazer para evitar o alastramento desta em Belém. Porém, entendo que o mesmo apontou serem frágeis os medicamentos utilizados até então justo para aumentar o impacto da sua afirmativa seguinte, que pontuava não só a existência de uma nova medicação, mas, sobremaneira, de esta ser eficaz, mesmo que, a princípio, nada houvesse de científico em tamanha descoberta:

> Naõ sei, se estará ainda longe a épocha de se rasgar o véo, que tem encoberto este ponto da Sciencia; mas he certo, que hum novo facho hoje se alevanta, o qual assaz póde guiar a Medicina para esse descobrimento
> E quando mesmo ainda seja vedado lá chegar-se com segurança e precizão, ao menos congratulo-me por se haver encontrado hum agente medicinal, tirado da ordem dos pharmaceuticos, mais efficaz, e seguro do que todos os até agora empregados para vencer a violência do mal (TREZE DE MAIO, 29.11.1855, p. 1-2. Grifos do jornal).

É flagrante uma insegurança inicial em defender a plena eficácia do medicamento por ser apresentado, mas, o fato que merece destaque é a explícita aproximação com saberes que não estavam sob o domínio exclusivo dos médicos, neste caso, um medicamento pertencente ao domínio dos farmacêuticos. Conforme já foi dito, isto ocorria com frequência, mas uma associação tão direta assim era incomum. Outros pontos de convergência aproximações se fariam presentes na continuidade do texto. Antes, Silva Castro fez questão de deixar claro como ocorrera a descoberta do medicamento e de sua eficácia, revelando antes que este nada mais era que o sumo do limão. Assim, o médico paraense diz que soube da eficácia do sumo no combate à cólera por intermédio do Bispo D. José Affonso de Moraes Torres, que por sua vez ficou sabendo da novidade

> [...] pelo Senr. Joaõ Francisco Régis Baptista, [...] o qual lhe contara, que em hum dia hindo huns pobres índios pescadores

> em sua montaria[60] para o lago de Villa-França com o fim de pescarem, aconteceu, que um delles fosse atacado fulminantemente do cholera, a ponto de cahir n'agua.
> [...] naõ sabendo como valer em taõ apuradas circunstancias ao seu semelhante gravemente enfermo, lembrou-se hum delles, talvez inspirado pela GRAÇA CELESTE, de buscar no fundo da montaria alguns limões, que alí levavaõ para seu gasto, de os espremer, e de dar algumas vezes *o sumo* ao paciente. Repetiraõ isto por algumas vezes mais no mesmo dia.
> Mas qual naõ foi o espanto desses homens semi-selvagens, ao verem o seu companheiro reanimar-se, fallar, assentar-se, e finalmente ficar curado sem outro soccôrro mais!?
> Espalhou-se a nova da precioza descoberta; correo-se de boca a noticia; e todos quantos adoeceraõ por aquellas bandas uzaraõ do mesmo remedio, e todos saráraõ!!
> Oh! Providencia Divina, quanto sois Mizericordioza! Como velaes pela sórte das vossas fracas creaturas! [...] (TREZE DE MAIO, 29.11. 1855, p. 1-2. Grifos do jornal).

O que poderia justificar o fato de que por mero acaso índios, "semi-selvagens," nos dizeres de Castro, descobriram a eficácia do sumo de limão no combate à cólera, senão a "graça celeste" a velar pela sorte daquelas "fracas criaturas"? Talvez seja este o motivo para aparecerem referencias tão fortes à religião católica, algo incomum nos discursos de Silva Castro. E mais, a narrativa acentua a ação dos índios, que ao "espremerem" os limões, oferecendo o suco ao doente de forma repetida durante o dia não o fizeram seguindo algum tipo de método, preceito ou mesmo por conta de algum conhecimento empírico. Essa ênfase ganha importância quando pensada com a sequência do texto, que expõe as formas de uso do inesperado medicamento, só que agora, sob administração do médico paraense e com a roupagem médica. As diferenças? Estudos, observações empíricas, prudência nas experiências de uso e combinação do sumo com outros

[60] Canoas utilizadas como meio de transporte por índios e ribeirinhos. Esta expressão permanece até hoje no vocabulário paraense.

medicamentos, preocupação em não colocar em risco a vida dos pacientes. Norteado pela lógica cientificista, o discurso se quer poder. Vejamos:

> [...] tenho tratado trinta cholericos em diversos gráos por meio do sumo do limão, auxiliado em certas circunstancias por alguns outros meios therapeuticos, e todos, menos hum, tem sido curados[...]
> [...] Convêm per tanto agora estudar com mais attençaõ este meio therapeutico, que em minha opiniaõ he valiozo, e muito poderozo [...] naõ direi sempre só sem o consumo d'alguns outros auxiliares therapeuticos, taes como sinapismos, clystéres, emissões sanguineas locaes ou geraes, e internamente os calmantes ou anodynos combinados com substancias mucilaginozas ou gommozas, mas ás vezes com a coadjuvação d'algumas destas indicações.
> [...] Talvez mesmo em alguns destes cazos tivesse sido possivel dispensar semelhantes coadjuvantes, sendo os doentes medicados apenas com o sumo de limão, mas naõ era prudente arriscar em taes experiências a vida dos nossos semelhantes, e por isso procurei, sempre seguir caminho mais seguro, e livre de responsabilidade. Logo mais para o diante se endagará melhor, se o sumo do limão só per si será bastante na grande maioria dos cazos para destruir os effeitos, e symptomas de taõ terrivel enfermidade (TREZE DE MAIO, 29.11.1855, p.2).

Prossegue Silva Castro, agora detalhando o método por si preconizado quanto ao uso do sumo do limão. É justo a minucia e a intencionalidade de encontrar um protocolo de prescrição acima de tudo, eficaz que, assim penso, pontua a diferença entre os usos médicos e os usos populares do sumo. Reforçando o que eu já disse anteriormente: a arte daquela medicina científica exigia o pormenor, a precisão cirúrgica do detalhe, o refinamento discursivo. O corpo era objeto e alvo desta incursão que, progressivamente, precisava diferenciar-se das demais formas de tratamento.

Mesmo que diante do uso de um medicamento simples, como o sumo do limão, era preciso distinguir para diferençar e, assim, marcar o espaço hegemônico que lhe caberia. Para tanto, adotou-se o uso racionalizado do sumo, caracterizado pela quantificação, rigidez, obediência e precisão dos horários de administração do

tratamento, em oposição clara ao método popular, que indicava tão-somente espremer o sumo e dá-lo repetidas vezes ao enfermo. Vejamos a racionalização metodológica de Silva Castro:

> Tenho empregado o sumo do limaõ na dose de huma colher [das de sopa] de meia em meia hora na cholerina leve, na cholerina grave, no cholera confirmado e no cholera algido.
> Por via de regra os vomitos, a diarrhea, a sede, e a anxiedade terminaõ completamente á 5.ª, 6.ª, 7.ª, ou 8.ª colherada. A sede devoradora, que aormenta os cholericos, dezapparece como por encanto, restando apenas alguma secura [...].
> Eu o emprêgo puro em todos os gráos do cholera, mesmo no periodo álgido; pela maneira que acima já tenho declarado, o que constitue hum systhêma novo de tratamento para esta doença.
> Para mim estaõ proscriptos o coagnac, a agua-ardente,a genebra, a caxaça, o puxiri, e outros estimulantes até agora uzados [...] bastaõ algumas colheradas do sumo do limão para todos os sympthomas dezapparecerem (TREZE DE MAIO, 29.11.1855, p.2).

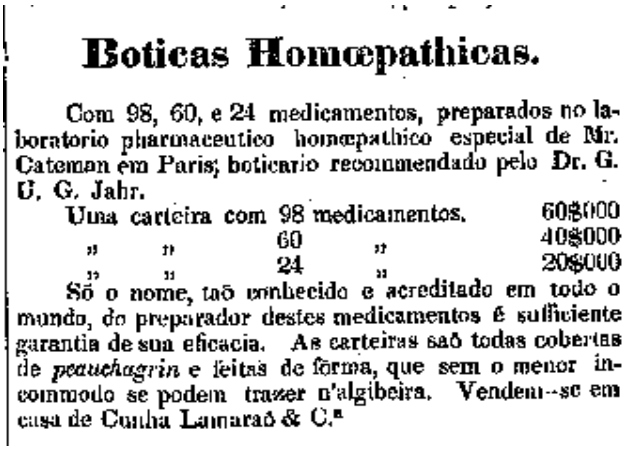
Não bastava clarificar as diferenças conceituais e metodológicas entre a medicina acadêmica e as demais artes de curar em nome da primeira. Delimitar os campos de saber, hierarquizando-os, implicava, por parte da medicina, um constante ataque às demais artes da cura sempre que possível. Mais que afronta, recusa, negação ou denúncia, o que se buscava era a tornar evidentes as zonas e características limítrofes. É o que se percebe ao ler um artigo intitulado “Curas miraculosas em 1855”, “extrahido do Jornal do Commercio, N.º 266”, e publicado na primeira página do JTM de 29 de outubro, na coluna “A pedido”. Sob o pseudônimo de “O Medico Velho”, o artigo dizia que caso

> [...] o terror publico não predominasse, se os médicos pudessem obrar com toda a liberdade, se fossem atendidos como é precizo, e a respeito das cautelas em que cada um do povo deve estar, todos esses miraculosos remedios serião bem evitados [...] empregando-se sómente os símplices chás camphorados, o vinho generoso [...] (TREZE DE MAIO, 27.10.1855, p.2).

Mas o artigo ia além: era o corpo, enfermo, ou a observação deste por meio da acuidade médica, quem denunciava o percurso invasivo da doença. Era o corpo, ou a exposição da fisiologia deste por meio do poder médico, que dava a proporção do mal reinante. Por não seguirem os preceitos médicos e se entregarem às curas meramente empíricas, aquelas milhares de almas padeciam. Eis o discurso. Eis a norma. Refinando-se. Especializando-se. Distinguindo-se. Potencializando-se:

> Cumpre ainda, e portanto, que podendo-se já desprezar toda a medicina empyrica, e porque a simples inspecção dos casos até hoje dados em sua marcha bem mostra que se por syncopes ou por colicas e caimbras mais ou menos atrozes é que o mal invade, e pelo frio ou essa algidez até a cyanoses e mortes rapidas por asphyxia é que acaba, e isto mesmo quando desprezado nos annuncios premonitores; se já se sabe que, começando elle por diarrhéas, vomitos, suores viscosos, rigidez tetânica, e com ou sem algidez, com ou sem cyanose e afônico é que os pacientes se perdem muito tarde arrependidos de haverem deixado desattentos passar os fenômenos premonitores! [...] será sempre o livre exercicio dos centros nervosos, como o dos centros circulatorios, quer dizer do coração, do pulmão e vasos capillares, o que póde levar ao intimo da alma dos praticos conscienciosos a indicação de tudo o que se conhece na sciencia para tanto operar, e jámais o que só quer e faz praticar um empyrismo revoltante [...] (TREZE DE MAIO, 27.10.1855, p.2).

O espaço dedicado pelo JTM à homeopatia variava entre discussões sobre métodos curativos, a propaganda de remédios e da literatura pertinente. Vejamos duas propagandas:



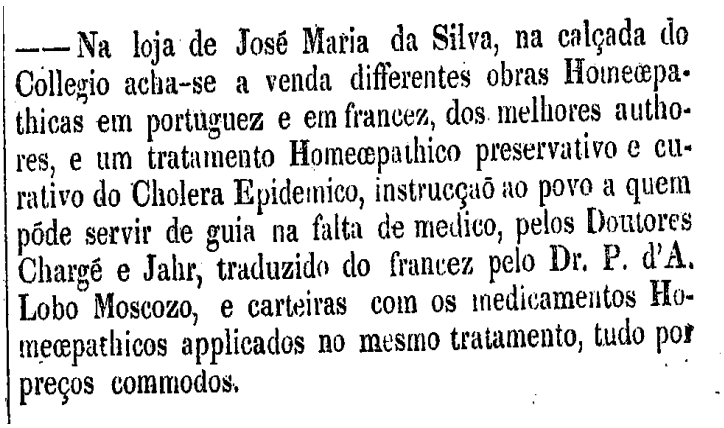
Boticas Homœpathicas.

Com 98, 60, e 24 medicamentos, preparados no laboratorio pharmaceutico homœpathico especial de Mr. Cateman em Paris; boticario recommendado pelo Dr. G. U. G. Jahr.

Uma carteira com	98	medicamentos.	60$000
" "	60	"	40$000
" "	24	"	20$000

Só o nome, taõ conhecido e acreditado em todo o mundo, do preparador destes medicamentos é sufficiente garantia de sua eficacia. As carteiras saõ todas cobertas de *peauchagrin* e feitas de fórma, que sem o menor incommodo se podem trazer n'algibeira. Vendem-se em casa de Cunha Lamarão & C.ª

Figura 3 Treze de Maio, 12.04.1855, p.4.



—— Na loja de José Maria da Silva, na calçada do Collegio acha-se a venda differentes obras Homeœpathicas em portuguez e em francez, dos melhores authores, e um tratamento Homeœpathico preservativo e curativo do Cholera Epidemico, instrucçaõ ao povo a quem póde servir de guia na falta de medico, pelos Doutores Chargé e Jahr, traduzido do francez pelo Dr. P. d'A. Lobo Moscozo, e carteiras com os medicamentos Homeœpathicos applicados no mesmo tratamento, tudo por preços commodos.

Figura 4 Treze de Maio, 19.07. 1855, p.3.

Observando as publicações, nota-se que tal qual a medicina alopática, a homeopática primava pelo detalhamento e busca de métodos voltados à prescrição dos medicamentos e cuidados a serem observados. Outra similaridade diz respeito ao indicativo de que os guias vendidos à população eram de certa forma autoexplicativo, possibilitando assim um pronto atendimento ao enfermo, quando ausente um médico, o que, a princípio, auxiliaria no combate da doença, principalmente se for considerado o quadro insuficiente dos que eram habilitados à prestação de socorro. Isto pode ser visto em um artigo reproduzido pelo JTM, sob

o título de “Contra a epidemia ora reinante”, no qual o “conselheiro J.B. Baptista Pinheiro. Pract. Element. da Homeop. 4ª edição pag. 399”, descreve detalhadamente quais e como deveriam se usados os remédios em cada fase da doença, além de pontuar os cuidados a serem considerados no trato com o doente:

> Cupr – quando as câimbras representão o primeiro papel.
> Secal – corn- quando os vomitos tem cessado, e as dejecções não se achaõ ainda colloridas. [...]
> O doente deverá estar em um quarto de *Temperatura elevada*, se o tempo for frio, e humido: terá a roupa da cama moderadamente aquecida: sobre o peito e o ventre conservará um pedaço de baeta, e na mesma envolvidos os pez: observará a mais rigorosa dieta, quer durante a enfermidade; quer na convalescencia (TREZE DE MAIO, 12.06.1855, p.4).

Mesmo com tantas similaridades enquanto método, as tensões entre a medicina acadêmica e a homeopatia eram constantes. Ao publicar, quatro dias depois, outro artigo constante do livro “Pratica Elementar da Homeopathia”, o periódico abre espaço para mais divergências, agora trazendo informações quantitativas:

> Sobre 2.239 cholericos a Homeopathia perdeo 170, e sobre 495.027 perdeo a Allopathia 240.239, isto é, a Allopathia perdeo quase 50 doentes sobre 100, que tratou, entretanto que a Homeopathia perdeu menos de 8 por 100. E ainda como a Homeopathia se naõ se limita aos meios curativos, mas fornece em todas as epidemias os mais seguros preservativos, póde-se affirmar que si estes meios preservativos tivessem sido geralmente administrados, este algarismo de 8 por 100 desceria ao menos a 5 [...].
> Se semelhantes casos naõ fossem baseados senaõ em simples asserções, naõ faltaria quem os contestasse, mas felizmente [...] os algarismos, que apresentamos saõ tirados por inteiro de peças officiaes (TREZE DE MAIO, 16.06.1855, p.8).

Vejamos o posicionamento da medicina que se queria científica a partir de um artigo de Silva Castro, intitulado “Duas palavras sobre a epidemia reinante”, que

foi publicado pelo JTM e causou bastante impacto à época. Com a palavra, o presidente da Comissão de Higiene do Pará:

> O systema de tratamento therapeutico, que tenho adoptado he o seguinte – Se o doente offerece os symptomas de enfraquecimento nas pernas, abatimento geral, prostraçaõ, dôr de cabeça, escurecimento das vista, delíquio, a que o povo chama arvoamento da cabeça,esfriamento nas maõs e pés [...] basta tomar tres ou quatro golles de cachaça com puchirí ralado ou sem elle, logo depois uma boa chavena de infuzaõ de macelle [...] losna [...] ou quatro colheres de coagnac [...] ou cachaça fórte, e fazer algumas fricções seccas na bocca do estomago com uma escova, ou baêta. [...] O doente recolhe-se á cama, agazalha-se bem com cobertores [...] (TREZE DE MAIO, 14.06.1855, p. 2).

Entre os discursos e as práticas das duas formas de medicina havia mais similaridades que divergências? Estas duas artes de curar aproximavam-se dos saberes tradicionais presentes nas curas populares? Neste cenário, além de propagandear cotidianamente e lado a lado informações pertencentes às duas formas de medicina por meio de notas acadêmicas, reproduções de capítulos de livros, propagandas, o JTM também trazia anúncios de médicos que ofereciam seus trabalhos. Assim, a coluna intitulada “Avisos Diversos” tornava público:

> - O Dr. Joaõ Manoel d’Oliveira, previne ao publico desta cidade, que esta incubido pelo Governo, do curativo das pessoas desvalidas que forem accommettidas do mal que reina actualmente; ministrando além disso os medicamentos e dietas de que os mesmos doentes precizarem. Póde ser procurado a qualquer hora do dia ou da noute em sua casa á rua do Norte.
> - O Dr. Joaõ Florindo Ribeiro de Bulhões, presta-se gratuitamente a curar os desvalidos que forem accommettidos da enfermidade ora reinante nesta Capital, assegurando naõ recusar-se a nenhum chamado a qualquer hora do dia ou da noute, os medicamentos, dietas e o mais que for necessario para o tratamento, saõ dados a expensas do governo (TREZE DE MAIO, 12.06. 1855, p. 4).

O fato de que os enfermos desvalidos tinham a prestação de serviço gratuito por parte dos médicos e os custos com as medicações alopáticas e dietas subsidiados pelo governo caracteriza uma das ações governamentais voltadas ao atendimento da população mais pobre de Belém, mas não a única existente, como já demonstrei anteriormente. Entretanto, o subsídio do governo referente às despesas com os medicamentos, ao que tudo indica, ficava restrito àqueles próprios da medicina que se queria oficial, excluindo assim os da homeopatia. Jane Felipe Beltrão faz importantes reflexões sobre o tema:

> Será que os desvalidos que optaram pela homeopatia, em tempos de cólera, receberam auxílio do governo?(...) Será que ao apresentarem as prescrições de medicamentos homeopáticos às boticas, os doentes recebiam a medicação gratuitamente? Infelizmente, nenhuma das prescrições dispensadas pelas boticas foi preservada. As listagens dos favorecidos pela distribuição de víveres tão pouco(sic) estão à disposição dos pesquisadores. Não se encontram recomendações específicas sobre homeopatia [...] As boticas dispunham apenas de remédios alopáticos (BELTRÃO, 2010. p, 182).

Cumprindo com o seu papel informativo e pedagógico, o JTM alertava ao seu público que a cólera atinge *"meninos, velhos e mulheres pejadas"*, listando os remédios e o uso correto destes para a cura do mal, na perspectiva da alopatia. No entanto, existe a clara preocupação em não descaracterizar a importância e intervenção pontual dos médicos e sim,

> [...] fazer conhecer a nossos leitores a mór-parte dos meios que se pode empregar nos casos do cholera confirmado [portanto] naõ se conclua que consideramos a intervençaõ do medico como inutil, e que aconselhamos ás pessoas estranhas á medicina que prescrevam e dirijam á sua phantasia o tratamento do cholera. Nossa intençaõ he inteiramente diferente: quizemos somente preparar a todos para poderem soccorrer immediatamente a um cholerico, afim que, em quanto naõ chega o medico, ou quando, em razaõ de qualquer circunstancia não he facil sua immediata assistência [...] (TREZE DE MAIO, 06.06.1855, p. 5).

Mesmo havendo a preocupação em deixar claro que as matérias publicadas não tinham o intuito de diminuir o poder ou a relevância dos médicos no processo de diagnóstico e cura do mal, não parece difícil supor que o teor diversificado e por vezes pouco esclarecedor ou conflitante das matérias levava à população mais incertezas do que respostas. Ao ser porta-voz do discurso oficial que definia a medicina alopática como a válida em dar respostas sobre a cura do mal, o JTM aposta em um saber que, até então, não atingia aquilo o que se propunha.

Se diante do surto os discursos médicos apresentavam contradições, pouca eficácia e fragilidade, se as práticas tradicionais e populares de cura, com suas ervas, banhos e benzeduras, não tinham o reconhecimento e apoio da Intendência, sendo muitas vezes perseguidas, combatidas e proibidas – além de desacreditadas pelo discurso oficial – seria possível que a população se sentisse segura, esperançosa ou mesmo otimista? Em meio a tantas incertezas, desespero, dor e morte, o que esperar em termos de reações individuais e coletivas? A morte e a desgraça pareciam ter chegado mais uma vez, só que agora, para não mais partir. A Belém de 1855 convivia um sentimento enraizado às sensibilidades de então: o medo.

“Humilhados na presença de Deos”: uma cidade às margens do medo.

Além da morte, o medo: a povoar ruas e moradias, marcando o cotidiano da população que, atônita, testemunhava e se entregava como que à própria sorte. A Belém de 1855 parecia rumar ao caos e o fazia alimentada pelo sentimento de medo presente tanto na esfera individual quanto em termos de coletividade. Enquanto tal sentimento arraigava-se ao cotidiano belenense, os discursos das artes de curar que conflitavam entre si e mesmo consigo, comungavam no quê de assombro transmitiam à população, o mesmo podendo ser dito sobre as narrativas mundanas e religiosas. Dito de outro modo, a retórica do medo se fazia comum às medicinas, à religião e ao universo do senso-comum. Mas, por que o sentimento de medo? Como o discurso do medo aproximou realidades tão distintas?

Pensando com Jean Delumeau, é possível afirmar que “[...] haja ou não em nosso tempo mais sensibilidade ao medo, este é um componente maior da experiência humana, a despeito dos esforços para superá-lo” (DELUMEAU, 1999, p. 18). Defende o historiador francês a existência de medos espontâneos, sentidos por amplas frações da população, e que seriam distribuídos em dois grupos, sendo o primeiro destes o dos medos invariavelmente “[...] ligados ao mesmo tempo a um certo nível técnico e ao instrumental mental que lhe correspondia: medo do mar, das estrelas, dos presságios, dos fantasmas etc.” (DELUMEAU, 1989, p.31). O segundo grupo dos medos espontâneos seria formado por aqueles quase cíclicos, que regressavam sempre que as pestilências e estados de miséria se manifestavam, portanto, “[...] medos cíclicos podiam ora atingir a totalidade de uma população [por ocasião de uma peste], ora perturbar apenas os pobres, em caso de penúria, por exemplo” (DELUMEAU, 1989, p. 32).

Delumeau propôs ainda uma segunda categoria, a dos “medos refletidos”: aqueles “[...] decorrentes de uma interrogação sobre a infelicidade, conduzida pelos conselheiros espirituais da coletividade – portanto, antes de tudo, pelos homens da igreja” (DELUMEAU, op.cit, p.31).

Considero que pode ser atribuida à população de uma Belém dos oitocentos, constantemente assolada por surtos (varíola, febre amarela e, naquele momento, a cólera), a condição de viver sob o medo cíclico conforme descrito por Delumeau. Da mesma maneira, considero que os chamados “medos refletidos” também se fizeram presentes neste mesmo período. E mais: penso não ser equivocado estender o alcance dos “conselheiros espirituais da coletividade” para além de os “homens da igreja”, abrangendo também os médicos e aqueles outros que lidavam com as artes de curar.

Em meio ao caos provocado pelo surto de cólera e ao processo de a afirmação da medicina acadêmica como campo autônomo e que não tardaria a ser adotada como oficial pelo Brasil Império, os enfermos, os moribundos e os que temiam ser um deles procuravam, indistintamente, a ajuda seja lá de onde esta viesse. Vejamos o que diz uma prece publicada pelo JTM, intitulada “Préces Ao Senhor Bom Jesus dos Afflictos”, publicada na primeira página do JTM, conforme a figura 5 :

> Estribilho
>
> Meu Bom Jesus dos Afflictos Por vossa Morte e Paixão, Affastai de nós a peste, Tende de nós compaixão. Hoje ante vossos Pés, Arrependido, humilhado,Todo este vosso Povo Vos pede perdaõ prostrado. Por vossa Mãi Dolorosa, Ouvi nossa Contriçaõ; Applacai já vossa Ira, Meu Jesus de Redempçaõ. Livrai do Brazil o Povo De tanta desolação Suspendei já o Castigo, A dôr, a morte, e affliçaõ. Por Essa Estrella Formosa, Do Céo Rainha e Senhora, Livrai, Senhor, vosso Povo Da peste destruidora. Foraõ só os nossos pecados Que moveraõ vossa maõ; Porém hoje arrependidos Pedimos todos perdaõ
> Vós que já nos socorrestes N’outra peste, que soffremos, Desta livrai-nos também, Pois que tanto padeccemos. De Deos Espoza e Mãi Chara Oh! vos fonte de Bondade, Maria, Mãi dos mortaes, Tende de nós piedade. Pedi ao Divino Verbo O vosso Filho Bendicto,A sua Mizericordia Em pról deste Povo afflicto.Todos: Que todos vos prometemos Contrictos ante o Altar, De chorar nosso peccados, De nossa vida emendar (TREZE DE MAIO. 12.01.1856, p.1).

N.° 635. SABBADO 12 DE JANEIRO DE 1856.

PHASES DA LUA DO MEZ DE JANEIRO.

● Nova. a 7, ás 8 h. 24' 26" da tarde.
● Cresc. a 14, ás 0 h. 50' 2" da tarde.
○ Cheia. a 22, ás 0 h. 36' 20" da manhã.
◐ Ming. a 30, ás 5 h. 42' 8" da manhã.

DIAS DA SEMANA.

7 Seg. S. Theodoro Monge.
8 Terç. S. Lourenço.
9 Quart. S. Juliaõ M.
10 Quint. S. Paulo I, Erimita.
11 Sext. S. Hygino P. M.
12 Sab. S. Satyro M.

PREAMAR.

H.	M.	H.	M.
M. 12	00	T. 12	24
12	48	1	12
1	36	2	00
2	24	2	48
3	12	3	36
4	00	4	24

DECIMO SEXTO ANNO.

TREZE DE MAIO.

IMPRESSO NO PARA' NA TYPOGRAPHIA DE SANTOS & FILHOS, RUA DE S. JOAÕ CANTO DA ESTRADA DE S. JOZE'—1856.

Préces

Ao Senhor Bom Jesus dos Afflictos.

ESTRIBILHO.

Meu Bom Jesus dos Afflictos,
Por vossa Morte e Paixaõ,
Affastai de nós a peste,
Tende de nós compaixaõ.

Hoje ante vossos Pés,
Arrependido, humilhado,
Todo este vosso Povo
Vos pede perdaõ prostrado.

Por vossa Mãi Dolorosa,
Ouvi nossa Contriçaõ;
Applacai já vossa Ira,
Meu Jesus de Redempçaõ.

Livrai do Brazil o Povo
De tanta desolaçaõ,
Suspendei já o Castigo,
Adôr, a morte, e affliçaõ.

Por Essa Estrella Formosa,
Do Céo Rainha e Senhora,
Livrai, Senhor, vosso Povo
Da peste destruidora.

Foraõ só os nossos peccados
Que moveraõ vossa maõ;
Porém hoje arrependidos
Pedimos todos perdaõ.

Vós que já nos soccorrestes
N'outra peste, que soffremos,
Desta livrai-nos tambem,
Pois que tanto padecemos.

De Deos Espoza e Mãi Chara
Oh! vos fonte de Bondade,
MARIA, Mãi dos mortaes,
Tende de nós piedade.

Pedi ao Divino Verbo
O vosso Filho Bendicto,
A sua Mizericordia
Em prôl deste Povo afflicto.

TODOS.

Que todos vos promettemos
Contrictos ante o Altar,
De chorar nossos peccados,
De nossa vida emendar.

Expediente do Governo.

Dia 10 de Janeiro de 1856.

OFFICIO. Ao Presidente do Conselho Administrativo, em resposta ao seu officio de 3 do corrente n.° 106 informando sobre a representaçaõ dirigida ao Director do Arsenal de Guerra pelo Ajudante, Almoxarife e Escrivaõ do mesmo Arsenal, á respeito de seis duzias de limas arrematadas pelo dito Conselho, declarase-lhe que naõ se havendo cumprido com exactidaõ os artigos 24 e 25 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 1:090 de 14 de Dezembro de 1852, como se vê da informaçaõ tambem prestada pelo Vogal do mesmo Conselho, que assistia a entrada das ditas limas, naõ devem por isso ser ellas aceitas n'aquella Repartiçaõ, devendo neste sentido dar as necessarias providencias, e que quanto á falta de concorrentes ás arrematações já tem sido providenciado convenientemente pela Presidencia como lhe foi declarado em Officio de 4 de Março de 1854. Communicou-se, em resposta, ao Director interino do Arsenal de Guerra.

Dito. Ao Inspector da Thesouraria de Fazenda, mandando fornecer ao Commando Superior da Capital, para o 1.° Batalhaõ d'Artilheria da Guarda Nacional os livros e mais objectos constantes do orçamento junto. Communicou-se, em resposta, ao Commandante Superior.

Dito. Ao mesmo, remettendo-se-lhe o Officio do Gerente da Companhia do Amazonas, acompanhado das contas a que se refere das despezas feitas com os colonos mandados vir de Portugal por conta do Governo, a fim de que informe sobre o pagamento das mesmas.

Dito. Ao mesmo, remettendo-se-lhe o Officio do Director interino do Arsenal de Guerra, pedindo que os Empregados de sua Repartiçaõ naõ sejaõ os ultimos contemplados no pagamento, a fim de que á vista das razões por elle apresentadas, tome o seu pedido na devida consideraçaõ. Communicou-se, em resposta, ao mencionado Director.

Dito. Ao Inspector do Thesouro Provincial, mandando tomar conta de trinta e seis bois que acabaõ de chegar de Marajó por conta do Governo da Provincia, sendo vinte no Barco—Providencia e deseseis no Barco S. Joaquim, ambos de propriedade de Joaquim de Figueiredo Muniz procedendo a venda dos mesmos na fórma das ordens da Presidencia.

Dito. Ao Inspector do Arsenal de Marinha, exigindo-se-lhe informaçaõ á respeito do incluso requerimento em que Antonio d'Assumpçaõ Cabral, Mestre da Companhia de Aprendizes marinheiros pede o pagamento da gratificaçaõ de 10$ réis mensaes.

Dito. Ao Delegado de Policia de Obidos, envian-

Figura 5- Prece ao "Senhor Bom Jesus dos Afflictos".
Treze de Maio, 12.01. 1856, p.1.

Por meio de uma prece a igreja dá vazão ao medo, mesmo que a poucos dias do final do surto, não só para reforçar este sentimento, mas fundamentalmente para deixá-lo vivo, como prova ou testemunha de que ao menor desvio da correção, novamente a ira divina seria implacável. Deste modo, além de dar um caráter cíclico

a tal sentimento, o discurso dos homens igreja – guias espirituais, como quer Delumeau – também corporifica o medo refletido, para usar as categorias do referido autor. Restava então o arrependimento verdadeiro pelos pecados cometidos, verdadeiros causadores da cólera, terrível castigo de deus. Restava, acima de tudo, a promessa de uma vida de retidão ao serem salvos do mal reinante. Porém, mesmo não duvidando que o poder e graça divinos salvariam a população do mal reinante, ao perceberem a gravidade da situação os homens da igreja não titubearam em reconhecer a necessidade de aumentar as manifestações de fé e devoção. Assim, a coluna "Parte Ecclesiastica" é publicada em primeira página, e por meio desta uma circular do palácio episcopal do Pará conclamava:

> É necessario dobrarmos as nossas supplicas para assim de alguma maneira forçarmos os céos a nosso favor.
> Humilhados na presença de Deos, e consternados a vista da afflição, em que se acha um povo entregue ao nosso cuidado, temos meditado nos meios de cumprir a nossa obrigação para facilitar-lhe todos os socorros da religião; e, não julgando sufficientes os meios já empregados para esse fim, determinamos que V.S.ª recite com o povo as litanias de todos os Santos com a oração – Deus qui culpa offenderis. [...] (TREZE DE MAIO, 16.06.1855, p.1).

Tão somente orar com fervor ou aumentar os rogos não traria o perdão divino. Era preciso congregar os devotos e os pios, os desesperados e os desvalidos, todos, em um corpo só, multidão em clamor e penitência para remir os pecadores. Aumenta então a frequência de novenas e procissões por toda a cidade. Vejamos o que diz a continuidade do que foi divulgado pela coluna:

> [...] nossa confiança está toda posta no seu valimento para com Deos, e della esperamos a extincção do mal reinante: com este fim estamos fazendo uma novena [...] pretendemos sahir em procissão na manhã do dia 23 do corrente mez [...] ao povo que o melhor meio para aplacar a Justiça Divina é recorrer ao tribunal da penitencia, e por-se em graça, e amisade com Deos, deixando o pecado por meio de uma confissaõ sincera, acompanhada de emenda de vida [...] estamos inteiramente persuadidos de que se fosse

> empregado esse meio de reconciliação do peccador com seu Deos, cessaria toda sua justiça contra nós (TREZE DE MAIO, 16.06.1855, p.1).

A doença é posta como martírio e provação e é justamente a presença dela que possibilitará ao pecador redimir-se aos olhos de deus. Sacrifício, flagelo, penitência. Uma vida afastada dos prazeres da carne, longe dos vícios e da incorreção. Uma vida sem deslizes, sobre a qual pesava o medo de pecar e por isso ser punido. Doença e fervor, medo e retidão, fé e devoção, juntos.

Noutro sentido, era tamanha a presença de uma retórica voltada ao medo no seio da classe médica paraense que o Dr. Camillo Guimarães dizia que as opiniões da Comissão de Higiene do Pará, constantemente publicadas pelo JTM, serviam muito mais para "[...] aterrar a populaçaõ do que para dirigi-la, do que sou testemunha occular, apezar de naõ ter tido tempo para relacionar os enfermos que tenho tratado, e segundo a opiniaõ dos meus Mestres o maior mal em uma quadra epidemica é o terror (...)" (TREZE DE MAIO, 18.07.1855, p.4).

Além de acusar Silva Castro de levar um terror infundado à população com suas opiniões médicas e as da própria Comissão de Higiene, todas tornadas públicas, Camillo Guimarães trazia outro problema à tona: aludindo ao que teria aprendido com seus "Mestres", afirma que o clima de terror aparentemente criado seria propício ao surgimento de um ambiente de desordem e ao próprio alargamento da doença.

Pensando mais uma vez com Delumeau, percebo que as intervenções "[...] geradoras de uma inquietação muito compreensível aderem à realidade" (DELUMEAU, op.cit, p. 114). Entendo que as diversas prescrições, aconselhamentos, purgações e outras, ao serem postas em prática durante o período do surto, foram suficientemente compreensíveis para aderirem à realidade, mesmo que caótica, do período aqui estudado, reforçando a tese de Delumeau. Portanto, é interessante observar que em novembro de 1854, portanto, meses antes de o surto vitimar a população de Belém, o JTM trazia uma transcrição que

tematizava, com boa dose de ironia, uma possível fórmula para cura da cólera, que incluía a “tranquilidade de espírito”:

> Extrahimos do Velho Brazil o seguinte: - Como se está tractando de medidas preventivas para o cholera, tomamos a liberdade de oferecer ao governo, á camara municipal e á academia de medicina uma receita de Norbeck, medico-mór do rei da Saxonia.
> ‘Toma-se, diz elle, 20 dóses de calor, 5 de limpeza, 22 de moralidade, 1 de atividade, 2 de bom dormir, **10 de ár puro**, 50 de tranquilidade de espirito. Estas cem partes reunidas formam o grande todo anti-cholerico por excellencia.
> ‘Esta receita, reproduzida pelos jornaes a cada uma das assaltadas do cholera, contém debaixo de uma fórma chocarreira um serio conselho. Note o leitor que a *tranquilidade de espirito* é representada pela maior dóse na engraçada receita do doutor saxônio.
> ‘Está com efeito bem provado hoje que o terror é a causa de uma boa metade dos desastres attribuido ao cholera. Se as populações quizerem observar as símplices prescripções hygienicas, e conservar um pouco de sangue-frio, diz o Jornal do Havre, a peste naõ conservaria o prestigio e o triste privilegio de victimar com mais energia do que as outras molestias’ (TREZE DE MAIO, 28.11.1854, p.2- 3. Grifo meu).

Será que em algum momento do ano de 1855, ao longo dos dez longos meses de surto, algum médico olhou as páginas do JTM do não tão distante novembro de 1854? Um dos “mestres” de Camillo Guimarães teria sido o “doutor saxônio”? Os conselhos dados pela fórmula, mesmo que de modo zombeteiro, trazem quase que na íntegra todos os elementos que seriam ou deveriam ter sido empregados no combate ao surto de 1855. Salvaguardando as proporções apresentadas – note-se, inclusive, que a somatória das proporções alcança 110 e não 100 partes como anuncia a fórmula – eram elementos da vida banal que estavam postos: limpeza, moralidade, exercício físico, descanso, tranquilidade de espírito e, como destaquei, ar puro, aparentemente indicando a importância da vida ao ar livre.

Nos termos apresentados pelo jornal, caso a população seguisse as normas higiênicas e mantivesse calma ao invés de sucumbir ao terror, o impacto e a mortandade da cólera em muito seriam reduzidos. Mas não foi assim. E, ao invés da tranquilidade para lidar com a doença, o temor coletivo foi disseminado. É o que pode ser visto em uma nota publicada pelo JTM, e que trazia o discurso médico, na figura do Presidente da Comissão de Hygiene Pública do Pará, afirmando de forma enfática que a cólera "[...] naõ escolhe sexos, nem idades, accomette a todos sem distincçaõ; ceifa dezapiedadamente aquelles que estaõ deteriorados pelos abusos das bebidas alcoólicas, e os que padecem molestias chronicas das visceras ou entranhas do baixo-ventre" (TREZE DE MAIO, 14.06.1855, p.1).

O JTM não dedicava espaço apenas às manifestações de caráter médico e às que a Igreja emitia de forma oficial, pois as páginas do jornal também divulgam falas do senso comum, como pode ser observado na manifestação de um auto-intitulado *"convalescente do Cholera morbus"* e que foi publicada sob o título de "Sentimento particular. Á quem pertencer". Esta nota trazia lado a lado o sentimento de desespero e angústia, apontando para um futuro tanto sombrio quanto incerto, ao dizer:

> Louvado seja Deos!.... Louvado seja Deos, por que ainda chegamos com vida á este dia!.... amanhã naõ sabemos o que ha de ser de nós!....
> Tantas diligencias, tantos esforços, tanta caridade, tantas penitencias e tantas devoções (scrutans corda et renes Deus !), tanta sabedoria, tanto luxo!!!???
> Valha-nos a Mizericordia de Deus! (...) Valha-nos em fim a Poderosissima Intercessaõ de MariaSantissima!.... O mal naõ quer acabar!!!....(TREZE DE MAIO, 27.09.1855, p.2).

Ou ainda, o testemunho público de gratidão, feito por um padre:

> He nos transes mais dolorozos da vida humana, que o homem conhece bem de perto os benefícios, que lhe prodigalisa a maõ amiga[...] Eu mereceria, segundo este principio, o terrivel epitheto de ingrato se deixasse de patentear pela imprensa minha gratidaõ, e reconhecimento á diversas pessoas d'esta

> Freguesia, que na noute do dia 20 do corrente Junho por occasiaõ de eu ser infestado do cholera epidêmico me deraõ innumeras provas de amisade.Padre Antonio Augusto de Mattos. (TREZE DE MAIO, 03.07.1855, p.6).

A imagem de que a cólera atingia indistintamente a todos era constantemente reforçada, mesmo que a grande maioria dos atingidos pertencesse às classes desfavorecidas e fossem gentes de cores, ou que o registro do número de mortos em Belém fosse impreciso, já que os dados estatísticos da época remetiam apenas aos enterros oficiais, registrados no livro de entradas do cemitério da Soledade[61], muito embora, por uma junção de fatores, incluindo a impossibilidade de a família arcar com as despesas do enterro, muitas das vítimas tivessem sido enterradas fora do campo santo. (BELTRÃO, 2002). De qualquer forma, oficialmente foram sepultadas mil e trinta e cinco pessoas no cemitério da Soledade, sendo que destas, apenas 18% eram da etnia branca, a maioria, estrangeira. Somadas, as raças "preta, parda e mulata", por exemplo, totalizavam 47% (BELTRÃO, 2002).

Durante o surto de 1855, bastava sair às ruas ou olhar ao redor para encontrar ou ouvir falar de algum vitimado, e isso trazia a doença cada vez mais para perto de cada um dos habitantes. Já não se tratava apenas de um assombro. O mal estava ali, avizinhado a todos, ceifando vidas e encarnando desespero nos sobreviventes. Só que se até então as mortes aconteciam entre as camadas mais pobres da população. Mas um acontecimento viria mudar esta realidade: a morte de Angelo Custodio Corrêa, vice-presidente da Província que, de forma "patriótica e generosa", viajou para o município de Cametá[62] "[...] onde a enfermidade tinha

[61] Fundado em 1850 para atender o elevado número de mortos provocado pelo surto de febre amarela daquele ano. Boa parte das vítimas daqueles dez longos meses do surto de cólera foi enterrada no Soledade. O cemitério, que existe até hoje, está inativo e abandonado pelo poder público. Mesmo assim, suas belas esculturas, muitas das quais importadas da Europa, sobrevivem majestosas. O cemitério abre suas portas à visitação pública e celebra a "missa das almas" todas as segundas-feiras do ano.

[62] Município do Grão-Pará que, segundo o JTM, ao final do surto teve aproximadamente 600 mortos, de um total de 3.000 habitantes.

tomado uma intensidade pasmosa, e caracter assustador [...]" (TREZE DE MAIO, 26.06.1855, p.1).

Angelo Custódio contraiu a moléstia e, ao regressar à capital, ainda a bordo do vapor que o conduzia, veio a falecer. A edição do JTM de 26 de junho dedica toda a primeira página à tragédia, conforme figura 6, destacando ser o renomado falecido um "[a]dministrador como se podia desejar. Naõ faltaraõ providencias em beneficio do Povo. [...] Naõ se limitava em querer remediar o mal, procurava mesmo prevenil-o....." (Treze de Maio, 26.06.1855, p.1). Ao descrever o acontecido, e sem privar-se de carregar no tom dramático, dizia o JTM que o comércio fechou "[...] as suas portas em testemunho dos justos sentimentos de sua dôr. A Provincia está de luto" (TREZE DE MAIO, 26.06.1855, p.1).

N.º 866. TERÇA-FEIRA 26 DE JUNHO DE 1855.

PHASES DA LUA DO MEZ DE JUNHO.

Ming. a 7, ás 4 h. 55' 26" da manhã.
Nova. a 14, ás 11 h. 36' 26" da manhã.
Cresc. a 22, ás 1 h. 59' 32" da tarde.
Cheia. a 29, ás 8 h. 21' 14" da tarde.

DIAS DA SEMANA.

25 Seg. S. Guilherme.
26 Terç. S. João e S. Paulo.
27 Quart. S. Ladislão.
28 Quint. S. Leão II.
29 Sext. †† S. Pedro S. Paulo.
30 Sabb. S. Marçal.

PREAMAR.

H.	M.	H.	M.
M. 8	48	T. 9	12
9	36	01	00
10	24	10	48
11	12	11	36
12	00	12	24
12	48	1	12

DECIMO SEXTO ANNO.

TREZE DE MAIO.

IMPRESSO NO PARA' NA TYPOGRAPHIA DE SANTOS & FILHOS, RUA DE S. JOÃO CANTO DA ESTRADA DE S. JOZE' —1855.

A morte, que de maõ alçada sobre nós anda aqui e ali ceifando a tantos de nossos irmaõs, agora mesmo acaba de descarregar o seu golpe sobre uma victima bem illustre . . . . . As lagrimas se destilaõ de nossa face, e nossa maõ tremula, e embaraçada pela dôr de nosso coraçaõ, recusa e quasi naõ póde escrever o nome da Victima . . . . O Exm.º Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa, Vice-Presidente da Provincia! . . .

Este digno Paraense dirigindo as rédeas da Administraçaõ Provincial n'uma quadra bem terrivel, era um Administrador como se podia desejar. Naõ faltaraõ providencias em beneficio do Povo. O seu zêlo e diligencia punhaõ em pratica todos os meios imaginados pelo seu Conselho, sempre prudente e recto. Naõ se limitava em querer remediar o mal, procurava mesmo prevenil-lo . . . . .

No intuito generoso e patriotico de acudir aos povos de Cametá, onde a enfermidade tinha tomado uma intensidade pronunciada, e caracter assustador, parte para ali, levando comsigo um habil Medico, e os possiveis soccorros da arte: imagina trazer comsigo a sua adorada consorte, e innocentes filhos; os vê; mas Oh! Dôr! O Vapor Rio Negro, que o recondusia a Capital, só desembarca o seu cadaver!!!

Aporta no dia 25 de manhã trazendo Bandeira indicativa da 1.ª Autoridade a seu bordo; cinco minutos depois a Bandeira existe arreada! Ha o Benemerito Administrador da Provincia, o Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa, que acaba de fallecer, no meio da publica sensibilidade. O Corpo do Commercio, que o conhecia de bem perto, é apreciava as suas virtudes, mandou immediatamente cerrar as suas portas em testemunho dos justos sentimentos de sua dôr. A Provincia está de luto.

DISCURSO PROFERIDO SOBRE O TUMULO PELO SENR. DR. FRANCISCO DA SILVA CASTRO NO CEMITERIO DA SOLIDADE NO DIA 25 DO CORRENTE.

Senhores.

O cadaver que acabâmos de accompanhar ao seu ultimo jazigo he o do 1.º Vice-Presidente desta Provincia, e seu Deputado á Assembléa Geral Legislativa, o Exm.º Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa. Era certamente por muitos titulos hum cidadaõ prestimozo, hum homem adornado de virtudes civicas bem recommendaveis o que acaba de sêr ceifado pelo horrivel flagello, que vai devastando a nossa populaçaõ.

Morto o homem, e nivelado com o pó de que fôra gerado, nada resta mais do que o juizo critico de seus predicados moraes, e de suas qualidades domesticas, e sociaes; o que se rezume no cumprimento dos deveres de familia, e dos de membro da sociedade nesta vida transitoria. Naõ nos arreceiâmos de affirmar, Senhores, que a tal respeito podia o Exm.º Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa sêr apontado como exemplo e modêlo aos demais membros da Sociedade. Em todos os tempos foi sempre reconhecido como desvellado espozo, e carinhozo pai, cidadaõ prestante, e bom amigo, que ainda nas mais criticas situações da vida empregou todos os esforços para conciliar os seus menores actos com os dictames da mais escrupuloza honestidade; pelo que podemos com toda a segurança affirmar, que a sua perda he bem sensivel naõ só á sua familia, mas aos seus comprovincianos em geral, e aos seus amigos em particular.

Praza a Deos, que todos os homens publicos tenhaõ a pureza d'intenções, e o fundo de probidade, de que era ornado o Exm.º finado. He huma alma candida, e pura de mancha, a que acaba de subir á mansaõ dos escolhidos do Senhor!

Huma lagrima de saûdade sobre os seus derradeiros despojos. *Sit illi terra levis.*

Figura 6- Treze de Maio. 26 de junho de 1855, p.1.

Esmiuçando a dor, o Treze de Maio falava para toda a população, dividindo e ecoando pesares, alargando o espectro da doença. A morte como companhia constante, descarregava seus golpes aleatórios sobre esta ou aquela residência,

punia este ou aquele comportamento, e deixava marcas em todos os que sobreviviam. Na edição seguinte, novamente a primeira página é dedicada ao falecimento de Angelo Custodio. Sob o titulo de “Uma lagrima de saudade” e assinado por M.P.S., o texto oscila entre reforçar o clima lúgubre que teria tomado conta de Belém por causa do falecimento e resignar-se diante da ira divina.

O forte teor religioso que perpassa o texto inteiro diz logo de início que, vindo do pó e ao pó retornando “[...] [a]quillo que era gente, agora é nada, porque do involucro mortal fugio-lhe a alma, volvendo ao Creador, d’Onde provinha! (TREZE DE MAIO, 26.06.1855, p.1). Mais adiante, a referência a Angelo Custodio é direta e, tal qual a publicação anterior, reforça o impacto que sua morte teve sobre Belém: “[...] Vistes hoje esse espontâneo fechar de lojas..... e o pranto, e o luto da Cidade inteira?..... Ouvis ainda o triste ulular da pobresa, chorando por um Pae, que a protegia.....e que, nas iras do SENHOR, as penas lhe adoçava!!.....”(Treze de Maio, 26.06.1855, p.1. Grifo do jornal).

A posição da igreja católica que norteia o texto deixa claro que a cólera seria proveniente da ira divina, castigando pios e ímpios, mas que esse mesmo Deus, em sua misericórdia, salvaria o povo do Grão-Pará:

> É porque..... a cólera do SENHOR pésa sobre nossas cabeças..... e nem as preces do christaõ bastaõ a aplacar-Lhe as iras!!!.....Ceifa....ceifa, Ira Celeste, de um e outro lado córta vidas, té.....que a Justiça Divina seja feita!!!
> Respeito á idade, ao sexo, á classe, á côr, ao impio, ao justo.....a quem apraz?.....a DEOS?.....[...] Ah!....Seremos amaldiçoados de DEOS?!!! [...] (TREZE DE MAIO, 26.06. 1855, p.1. Grifo do jornal).

A cólera, finalmente, atingira a todos. E para que isso ficasse encarnado em cada belenense, era fundamental uma retórica do medo voltada à vida banal. A tipologia do medo proposta por Delumeau ao investigar os comportamentos coletivos nos tempos da peste europeia, entre 1348 e 1720, levou-o a afirmar que a recorrência da peste tornou-a um mal *“enraizado”*, de tal forma que, diz o autor

citando H. Dubled, o constante ir e vir daquele mal criou nas populações "[...] um estado de nervosismo e de medo [...]" (H. Dubled apud DELUMEAU, p.108).

O fato de que a cólera não ter sido a primeira experiência da população de Belém com a morte em massa provocada por doenças, vide a epidemia de febre amarela de 1850[63], pode ter criado o estado indicado por Delumeau? A intendência da Província, ao constantemente referir-se em seus relatórios a doenças e ao risco de estas voltarem a qualquer descuido da população, aparentemente contribuiria para a permanência do estado proposto por Delumeau, ainda mais quando tinha o seu relatório publicado pelo JTM, como penso tipificar o trecho a seguir, que dizia ser

> [...] o estado da saúde Publica [...] felismente satisfactorio; nenhuma das molestias contagiosa se tem manifestado, á naõ ser um ou outro caso de febre amarella, que naõ nos deve causar receios, porque pelos mappas dos mortos desde o principio do anno se vê que falleceraõ della apenas em Janeiro 5, em Fevereiro 1, em Março 3, e em Abril 6 (TREZE DE MAIO, 19.05.1855, p.2).

Aparentemente tranquilizador, o relatório não demora a fazer referência a presença dos pântanos sem esgotamento, um problema difícil e ainda sem solução, a inspirar constante vigilância e cuidado, posto que local miasmático e fonte de doenças. Mas o relatório ia além, ao expor um aparente desleixo do poder público e da população – mais uma vez reforçando as teses do "Ensaio Corográfico" de Baena – também como causas de doenças:

> As intermitentes porém teem-se tornado indemicas em alguns lugares, principalmente onde os pantanos naõ se achaõ esgotados, e onde a populaçaõ, desconhecedora de seus interesses, vive por sua negligencia e das Camaras respectivas, cercada de elementos de infecção (TREZE DE MAIO, 19.05.1855, p.2).

[63] VIANNA, Arthur: "A febre amarela", in *As epidemias no Pará*. Belém, UFPA, 1975.

Em um contexto que abrangia problemas de saneamento urbano, descaso do poder público e desleixo da população em relação à salubridade, é pertinente entender que este tipo de narrativa, mesmo que objetivando tranquilizar a população sobre o estado da saúde pública do estado provocaria um “estado de nervosismo e medo”? Manter vivo o risco constante de uma determinada doença novamente assolar a cidade não era, de certo modo, educar por meio do sentimento de medo, encontrando neste um forte aliado à profusão e incorporação das ideias de ordem, segurança e higiene então pensadas pela Intendência Municipal? Parece que sim, sendo que em alguns momentos se apelava ao relato do ocorrido em outros distritos paraenses:

> Haviam-se preparado os districtianos da Villa de Chaves de todas as classes para gozarem das festas, que, seis mezes antes, haviaõ destinado fazer, pelo tempo de S. João [...] Já na Villa existiaõ mais de oitocentas almas, e a cada hora se dirigiaõ ao porto canoas, vindas de todos os angulos do districto; a aurora do dia vinte raiou ainda brilhante; mas pouco depois de ter o sol declinado comecaraõ-se á ouvir gritos de dôr! durante a noite, de todos os lados chegavaõ noticias de novos accommettidos. [...] Nesta noite apenas um ou dous deixaraõ de existir. [...] Os dias 23, 24, e 25 foram mais funestos; dias de terror em que ninguem se julgava habilitado para dizer ao seu amigo até lógo, por que da saúde se passava para a enfermidade mais terrivel. [...] todos dezejavaõ fugir; noticias terriveis chegavaõ a todas as horas, de que muitos d’aquelles, que precipitados tinhaõ corrido pelas praias e caminhos, haviaõ cahido mortos, encontrando-se os cadaveres, uns mutilados pelos corvos, outros atirados das canoas encostadas as praias [...] (TREZE DE MAIO, 11.08.1855, p.6-7).

A descrição de uma vila bucólica, com suas gentes festejando São João e que, em seguida, se transforma em palco de desespero e morte ao ser assolada implacavelmente pela cólera, parecia ser feita para colar às retinas de quem a lia mais do que para informar: cadáveres insepultos, canoas e praias que mais pareciam cemitérios, não aparenta ter sido uma escolha ocasional senão para falar ao imaginário da população e deixá-la temente e em estado de prontidão. É o que

também pode ser notado por meio da fala do Dr. Silva Castro, quando este, a partir de uma visita sua ao munícipio de Cametá, na condição de Presidente da Comissão de Higiene Pública da Província do Grão-Pará, descreve o flagelo que havia grassado de "um modo medonho" aquele município do Grão-Pará. Durante a fatídica visita, que vitimaria Angelo Custodio, conforme aqui já discutido, o que se viu foi

> [...] a cidade abandonada por seus moradores; pais e mãis largando ao dezamparo seus filhos doentes, e vice-versa, por via do medo da enfermidade, e buscando abrigo pelos sítios e roças[64]; o terror estampado no rosto de todos, cadaveres insepultos pelas cazas por falta de quem se animasse a dar-lhes sepultura; a morte envôlta nas lúgubres véstes do terrível *Cholera*, ceifando desapiedadamente entre trinta e cincoenta victimas por dia em uma população d'algumas mil almas (TREZE DE MAIO, 10.07.1855, p.4-5).

Aproximando estes dois relatos daqueles que descreviam a Belém assolada pela epidemia ficam evidentes as escolhas das imagens que deveriam ser fixadas, ou incorporadas, pela população:

> [...] tem continuado a grassar espantozamente nesta capital o terrivel açoute do Céo, o Cholera, que desgraçadamente nos veio assolar. [...] Por toda a parte tem ella ceifado muitas vidas. Na capital tem regulado a mortalidade diaria nestes últimos quinze dias entre vinte e 29 pessoas, quando o termo médio em tempos ordinarios era de tres [...] Os sítios, roças, ilhas, as margens dos rios, e igarapés ou ribeiros saõ outros tantos cemiterios, por onde se entrega á terra os ultimos despojos dos nossos irmaõs (TREZE DE MAIO, 07.07.1855, p.2).

Mesmo que o medo fosse renovado a cada dia, dia após dia, por vários momentos a postura diante do surto foi similar àquela de negação que foi adotada

[64] De nomenclatura variada, as moradas dos subúrbios paraenses variavam *"[...] conforme a sua localização e partido arquitetônico. [...] no Pará, qualquer vivenda rural era chamada de chácara ou sítio. Mas, na capital paraense havia maior distinção entre essas vivendas, pois as chácaras serviam para designar qualquer propriedade rural utilizada como retiro campestre, enquanto os sítios eram considerados vivendas localizadas próximas a cursos d'água" (SOARES, Karol Gillet, 2008, p.170).*

nos períodos da peste negra estudados por Delumeau, a ponto de as interpretações feitas por este historiador, mesmo analisando outro contexto e outra doença, serem válidas para a Belém dos tempos da cólera. Ou seja, tal qual a Europa diante dos momentos iniciais da peste negra, a Belém de 1855 muitas vezes negou-se a ver o perigo do contágio e mesmo a admitir a chegada da doença. Entretanto, esta recusa parece só ter aumentado o terror por toda a cidade. Para reforçar a viabilidade de articular as teses de Delumeau à Belém de 1855 é importante destacar que esta dependia em muito do comércio e das atividades portuárias para a sua subsistência. Fechar os olhos diante de um flagelo teria

> [...] justificativas razoáveis: pretendia-se não assustar a população [...] e sobretudo não interromper as relações econômicas com o exterior. Pois a quarentena para uma cidade significava dificuldades de abastecimento, ruína dos negócios, desemprego, desordens prováveis nas ruas etc. Enquanto a epidemia só causava um número limitado de óbitos ainda se podia esperar que regredisse por si mesma antes de ter devastado toda a cidade. Porém, mais profundas que essas razões confessadas ou confessáveis, existiam certamente motivações menos conscientes: o medo legítimo da peste levava a retardar pelo maior tempo possível o momento em que seria encarada de frente. Médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Tranqüilizando as populações, tranqüilizavam-se por sua vez (DELUMEAU, 1989, p. 118).

Uma passagem publicada pelo JTM tipifica como se deu este processo inicial de negação por parte da igreja católica, em um discurso muito próximo ao das primeiras opiniões médicas aqui já investigadas. O texto procurava tranquilizar a população, pelo menos aquela que, aos olhos da igreja, por ter um comportamento sadio (e é deveras interessante o uso do termo “pessoas sadias” associado a preceitos higiênicos em um discurso religioso) estariam livres de qualquer perigo relativo ao contágio. Dizia a igreja não haver qualquer possibilidade de

> [...] que pessoas sadias, e naõ expostas as intemperies da actual estaçaõ, soffraõ do mal [a não ser aquelas que] por

> suas enfermidades individuaes, pouca cautella no emprego dos meios hygienicos, e excessos, á que alguns se entregaõ, estaõ assim mais sugeitas aos rigores da quadra actual, e a serem accometidas da enfermidade reinante [...] (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.1).

Dez dias depois desta publicação, e já com a cólera dizimando a população de Belém, fechar os olhos tornara-se inviável. O medo e a insegurança estavam espalhados por toda a cidade. A rápida mortandade provocada pela cólera não só levou a igreja a modificar o seu discurso inicial, como também afetou diretamente suas liturgias.

> Illm.º e Rm.º Senr. Quando em sua comarca houver necessidade de soccorros espirituaes em alguma freguesia em rasaõ da enfermidade reinante, determine V.ª S. que os Parochos visinhos passem immediatamente á coadjuvar os das freguesias achommettidas do mal, visto naõ haver Sacerdotes disponiveis para mandar d'aqui na qualidade de coadjutores.
> Fica S. S.ª autorisado para conceder aos Sacerdotes, sem excepçaõ alguma, todas as licenças necessarias, relativas ao confessionario que cabem no meo poder tanto ordinario, como delegado, entre outras a de absolver dos casos reservados papaes e sinodaes ainda d'aquelles para que se necessite de especial menção, e habilitar Sacerdotes para confessar a um e outro sexo (TREZE DE MAIO, 19.06.1855, p.1).

É importante destacar que no Brasil oitocentista, a cultura funerária da igreja católica concebia a organização e a composição ritualística como o momento primeiro de salvação, a ponto de a morte "[...] acidental, prematura, sem os ritos devidos [ser] vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava" (REIS, 1997, p.101). Com a epidemia espalhando-se velozmente por toda a província, o palácio episcopal de Belém era incumbido de atender não só a capital, o que aumentava a sensação de impotência diante da mortandade. Por meio da coluna "Parte Ecclesiastica", expunha-se a necessidade de sacerdotes para levarem os socorros da religião aos "[...] aos fieis enfermos nas

Freguesias do interior desta Provincia accommettidos pelo mal reinante [...]" (TREZE DE MAIO, 19.06.1855, p.1).

Penso não ser equivocado afirmar que o sentimento de desamparo que já consumia a população tenha aumentado quando esta testemunhou a igreja mostrar-se frágil e desorientada ao ser atingida de forma tão direta pelo surto. E mais: ao ser obrigada a abandonar ou modificar seus ritos fúnebres, culturalmente apaziguadores da dor da perda comum aos que sobrevivem, a igreja desassistia seus fiéis. Como prosseguir então com o papel de guia espiritual em meio ao desespero que parecia não ter fim? Naquilo que apartados da gesta enraizada que simboliza a passagem ao mundo celestial, restaria algo que não incorporar o medo, alimentá-lo e por ele ser consumido?

Medo individual, agarrando-se às entranhas. Medo coletivo, impulsionando descontrole e desesperança. Em tal situação, com a morte de tal forma "[...] desmascarada, 'indecente', dessacralizada, a esse ponto coletiva, anônima e repulsiva, uma população inteira corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade" (DELUMEAU, 1989, p.125).

Transpondo a presença inquestionável da cólera e a mortandade galopante desta, a desestabilização daquilo que era cotidiano e mesmo tradicional acarretou mudanças que atingiram de forma direta a estrutura organizacional da Província. Dessa forma, os mecanismos de assistência médica passaram a operar de forma extraordinária, sem um planejamento aparente, muito menos um conjunto de políticas voltadas à salubridade ou ao combate de epidemias. Por outro lado, a notória desproporção entre o número de habitantes e o quantitativo de médicos e demais obreiros do curar contribui sobremaneira para o quadro caótico que se instalou.

Procurando soluções imediatas, em uma corrida cada vez mais difícil contra o tempo, eclodiram medidas aqui e ali, que modificaram a estrutura de

funcionamento – desde os locais de atendimento até o horário de funcionamento – dos espaços voltados ao que então se denominava socorros públicos.

> Expediente do Governo – Dito. Ao Chefe de Policia interino para que S. Sª dê suas ordens para se conservarem abertas até a meia noite todas as boticas desta Capital, continuando assim alternadamente duas até o amanhecer, sendo, uma no Bairro da Cidade e outra no da Campina, a fim de serem promptamente soccorridas as pessoas que forem atacadas da epidemia reinante (TREZE DE MAIO, 03.07.1855, p.3).
> As pessoas indigentes da Freguesia da Santissima Trindade acommetidas da moléstia reinante acharão promptos soccorros, os primeiros remedios e diétas, nas casas dos abaixo declarados a quem os visinhos mais proximos poderão procurar a qualquer hora do dia ou da noite – Na praça de Pedro 2.º - João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. [...] Na rua da Cruz das Almas – Manoel Monteiro de Azevedo [...]. Os remedios são indicados por um Facultativo, e os soccorros auxiliados por prestaçaõ do Governo da Provincia (TREZE DE MAIO, 16.06.1855, p.8).

Foram instaladas enfermarias em alguns pontos da cidade especificamente para atender aos desvalidos acometidos pela cólera. A forma abrupta com que esta medida foi tomada influenciou direta e negativamente na qualidade do atendimento. Vejamos o que diz o JTM:

> O Provedor da Santa Casa da Misericordia autorizado pela Meza administrativa, e Governo da Provincia, precisa contratar dez pessoas Nacionaes ou Estrangeiras para o serviço da enfermaria que vai montar na rua do Açougue, bairro da Campina. [...]
> Assim mais faz publico, que no Hospital da Caridade se recebem á qualquer hora do dia e da noute as pessoas atacadas da molestia dominante. (TREZE DE MAIO, 16.06.1855, p.8).

Muito embora fique claro que as enfermarias estavam sob a supervisão da Santa Casa de Misericórdia, as mesmas eram de certa forma limitadas, sequer possuindo corpo técnico suficiente para atender ao número cada vez maior dos

acometidos pela cólera. A contratação imediata de mão de obra por meio de um recrutamento, aparentemente, pouco criterioso, indica ter sido precária a qualidade do atendimento, mesmo que este possuísse motivos humanitários.

A quantidade e velocidade com que surgiam novos enfermos foi maior do que a capacidade de atendimento nos hospitais e enfermarias, assim como superou o alcance dos serviços prestados pelas boticas. Isso provocou uma nova ruptura na ordem estabelecida, dessa vez, atingindo a vida mundana do tesoureiro de fazenda da província. De fato, o funcionário incubido dessa função tinha o cotidiano de sua vida privada invadido por obrigações oficialmente estabelecidas pela vice-presidência provincial, cabendo ao mesmo atender a todo e qualquer necessitado dentro do espaço e tempo que lhe competia enquanto agente da província, mas também, e de forma inequívoca, seria de sua responsabilidade, disponibilizar aos desvalidos tudo o que fosse possível mesmo quando estivesse no seio do seu próprio lar:

> Além dos medicamentos e dietas que em virtude de ordens desta Presidencia saõ fornecidos pela Thesouraria de Fazenda para soccorrer ás pessoas necessitadas accommettidas da molestia reinante, autoriso a V. S.ª [inspetor da tesouraria de fazenda] a fazer esses fornecimentos de sua casa, quando aquella Repartiçaõ se achar fechada, e bem assim a prestar esses mesmos soccorros ás pessoas desvalidas que a V. S.ª diretamente recorrerem, para que cumpre que tenha sempre em seo poder uma porçaõ de medicamentos e a quantia necessaria para dietas (TREZE DE MAIO, 03.07. 1855, p.8).

A burocracia e a dificuldade de comunicação entre as diferentes instâncias do poder público foram entraves à adoção de medidas emergenciais. O poder provincial, mesmo assim, impunha-se, fazendo valer sua autoridade, muitas vezes, precisando elevar o tom de sua voz ou ameaçando aos desobedientes. Nesse sentido, o Palácio do Governo, por meio da Coluna “Parte Official” do JTM, se dirigia ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia afirmando que inúmeros vitimados pela moléstia não foram aceitos naquele hospital porque ele, Provedor, não havia

previamente autorizado o atendimento, e que isso teria agravado o mal, levando os infelizes à morte. Julgava o poder público ser imprescindível que tal exigência fosse removida,

> [...] facilitando, quanto fôr possivel, a prestação de promptos soccorros por parte d'esse estabelecimento de caridade, independente de previa autorisação sua, ou de outras quaisquer fórmalidades, as quaes deverão ser preenchidas, quando necessarias sejaõ, depois que o enfermo tiver recebido os immediatos e precisos soccorros, que a moléstia exige, podendo V. Mc. apresentar á esta Presidencia a conta da despeza feita com esses infelizes, á fim de ser paga pela verba de soccorros públicos, cujo credito tive, para esse fim, abrir (TREZE DE MAIO, 21.06.1855, p.1).

A fala é concluída em tom de ameaça, sem privar-se de elogiar a quem julgava merecedor:

> Espero que d'ora em diante se naõ repitaõ actos semelhantes que, apraz-me crer, só revelaõ má inteligência dada ás ordens de V. Mc., a qual infelizmente se acha em opposição ao espirito d'essa caridosa instituição, e aos sentimentos generosos e filantrópicos de que está V.Mc. animado, e de que tem dado tantas provas (TREZE DE MAIO, 21.06.1855, p.1).

Não apenas o mecanismo dos socorros públicos sofreu com os impactos da cólera. Ao suspender o processo de recrutamento, o poder militar também se curvava à epidemia:

> Parte Official – O vice-Presidente da Provincia, attendendo ao actual estado calamitoso da mesma, em consequencia da epidemia reinante, que vai devastando a sua populaçaõ, resolveo suspender o recrutamento para o Exercito e Armada até ulterior determinação. –(Treze de Maio, 3 de julho de 1855, p.8).
> Expediente do governo. Portaria suspendendo o recrutamento para o Exercito e Armada, até ulterior determinação, atento o estado epidemico da Provincia, Communicou-se ao Commandante das Armas, ao Inspector da Thesouraria, e ao

> Chefe de Policia para que expeça as convenientes ordens ás autoridades policiaes (TREZE DE MAIO, 31.07.1855, p.2).
>
> Expediente do governo. Dito. Ao Commandante das Armas, communican-do-se-lhe ter o Governo Imperial aprovado a deliberação tomada por esta Presidencia, mandando suspender, até ulterior deliberação, o recrutamento tanto para o Exercito como para a Armada, á vista das circumstancias em que actualmente se acha a Provincia. Egual ao Chefe de Policia (TREZE DE MAIO, 13.10.1855, p.2.).

Por seu lado, o poder legislativo também foi afetado, sendo obrigado a adiar por dois meses uma sessão da assembleia legislativa da província:

> Parte Official. Á vista do estado sanitario desta Provincia, pouco satisfactorio, em consequencia da epidemia reinante, que tem assolado a sua populaçaõ e concorrido para que naõ se tenhaõ ainda aprontado a maior parte dos trabalhos que tem de ser presentes á Assembléa Legislativa Provincial, O Vice-Presidente da Provincia[...] adia a reuniaõ da mesma Assembléa, que deveria ter lugar no dia 15 de Agosto proximo vindouro para o dia 15 de Outubro seguinte [...] (TREZE DE MAIO, 02.08.1855, p.1).

O caos imperava naquela Belém assolada pela cólera, e não importava a quem a população recorresse, todos pareciam impotentes: dos socorros públicos às medidas legislativas, do poder militar à caridade e benevolência mundana, nada parecia ser capaz de derrotar o mal reinante. E, para tornar mais crítica a situação, até mesmo a igreja e seus homens, guias espirituais da população, apresentavam sinais de desespero:

> Illmº e Rvmº Senr. – Durante a epidemia reinante poderá V.Sº permittir, nas freguesias de seu districto por ella invadidas, procissões de penitencia com as imagens dos Santos, em que o povo depositar mais confiança, a fim de conseguir-se por esse meio a extincçaõ do mal; recomendando V. Sª aos respectivos parochos que naõ façaõ as ditas procissões em horas improprias, e com máo tempo, a fim de não expôr o povo a ser mais facilmente accomettido da enfermidade, e recahirem os, que já se achaõ em convalescencia (TREZE DE MAIO, 23.06.1855, p.1).

> No dia 7 do corrente celebrou-se a procissão de Corpus Christi feita a expensas da Camara Municipal. Foi pouco concorrida, não só por estar occupada parte da população em cuidar de seus doentes, como por que o panico, que se tem apoderado de outra parte a fez afugentar de tão pomposa, quão edificante, festividade religiosa (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.3).

Como quer Delumeau, a "[...] insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também de uma desestruturação dos elementos que construíam o meio cotidiano. Tudo é outro" *(DELUMEAU, 1989, p. 120).* Mas o medo e a desordem não poderiam triunfar. Era preciso que todos estivessem e soubessem qual lugar lhes cabia. Era preciso socorrer com eficácia, o que não estava ocorrendo com os mecanismos até então empregados. Urgia modificá-los, incluindo aí a própria lógica discursiva. Assim, diante da morte e do caos, a retórica mudou, clarificando as fronteiras entre as diferentes formas de saber e poder. A igreja católica, por exemplo, ao se afastar da medicina, o fez afrontando-a:

> Vistes essa calamidade que feria de casa em casa, e levava todos os dias mortos á sepultura sem distincçaõ de idade, condicçaõ ou sexo, zombando de todos os esforços empregados pela sciencia contra seos terriveis estragos? Qual a causa? A maõ vingadora da Divindade, que assim castigava nossos crimes, DEOS, sim, foi o autor dos males, que soffremos e lamentamos [...] as enfermidades, que nossa opinião e prejuízo chamaõ males, saõ bens reaes que corrigem nossa presumpçaõ, dispertaõ-nos do sonno do pecado, reanimaõ nossa vigilância [...] (TREZE DE MAIO, 04.09.1855, p.1-2. Grifos do jornal).

Atestando senão um rompimento, uma crítica ao universo médico, a eloquência da igreja condena aqueles enfermos que se entregam aos médicos e não a Deus:

> Sugeita-vos de boa vontade ao medico quando ordena que vos retireis para á campo respirar a frescura dos bosques, a

> tomar banhos e nutrir-vos somente com alimentos delicados, sugeita-vos a seo regimen e dieta, por mais austeros que sejaõ, [...] entregais os vossos corpos ao ferro, fogo e aos remédios mais desagradáveis, chamais amigo á um medico com todo esse cortejo de males; e censuraes a DEOS, quando com a desgraça pretende curar-vos das enfermidades espirituaes, que mataõ a alma, e por isso mais deploráveis que as, que tiraõ a vida ao corpo? (TREZE DE MAIO, 04.09.1855, p.1. Grifos do jornal).

Os médicos indicavam retiros para respirar o ar puro dos bosques, banhos, dietas e exercícios físicos – a igreja condenava tais preceitos, apontando a expiação dos pecados e uma vida em retidão como única salvação. De uma forma ou de outra, havia uma educação do corpo a ser estabelecida e, para isso, era necessário controle, obediência, disciplina, comedimento – os excessos corporais estavam na raiz do mal, seja sob a lógica médica ou pela leitura religiosa. A cólera, ou a presença dessa, além do medo e da morte, alimentava com formas inéditas de civilidade e cuidados de si a gesta dos sobreviventes.

Cuidadosas orientações seriam expostas dia após dia nas páginas do JTM, falando à vida banal aquilo que a livraria da doença e a levaria ao progresso, implicando sempre na adoção de novos hábitos higiênicos, alimentares e comportamentais. Assim, o período do surto provocou mudanças que impactariam sobremaneira sobre o dia-a-dia da população. Mesmo que tenham sido várias as orientações, em muito cambiantes, imprecisas e reticentes, as páginas do JTM, passados poucos dias da chegada da cólera, já tornavam público os preceitos que dariam a tônica discursiva a partir daí – atenção e respeito às normatizações, seguindo detalhadamente e de forma disciplinada ao que era preconizado:

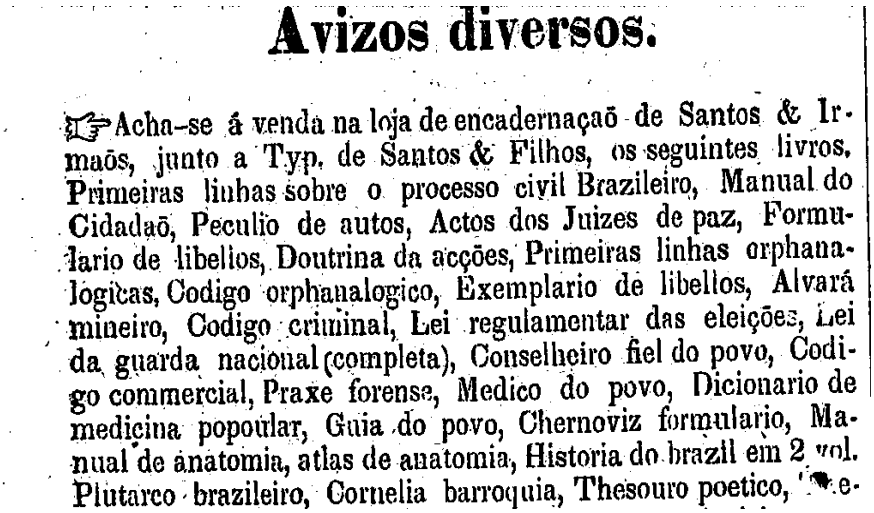
> Quando os accidentes precursores do cholera tem desapparecido, o doente naõ deve considerear-se curado [...]. Ter-se-há muito em memoria que o menor desvio de regimen, a menor infracçaõ das regras de hygiene, póde fazer reapparecer accidentes mais graves do que esses [...] (TREZE DE MAIO, 05.06.1855, p.4).

O esmiuçar dos preceitos médicos evidencia os usos d'água como integrados ao conjunto de práticas curativas ao mesmo tempo em que os associa a um rol de novos hábitos higiênicos – banhos, lavagem das mãos e cuidados com o consumo e qualidade d'água, entre outros. Mas, é preciso deixar claro: este processo implicou obediência a pedagogias disciplinadoras que foram pensadas pelo poder médico e institucionalizadas pelo Estado, inúmeras vezes a contragosto da população. Nesse processo, vigiar importava tanto quanto estabelecer punições rigorosas, o mesmo podendo se dito quanto à associação estabelecida entre a cura e o aceite daquilo que era prescrito oficialmente. Trilhava-se assim um caminho rumo a uma educação que era voltada ao corpo de cada indivíduo, sem perder de foco o corpo social, evidenciando o que Foucault já apontava em "O nascimento da clínica", ou seja, que a medicina "[...] na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive [...]" (FOUCAULT, 2006, p.37)

O corpo individual e social, ambos, objeto e alvo de um ideário cada vez mais sustentado pela medicina acadêmica que, encontrando na cólera uma ameaça real, capaz de dizimar a população belenense, também encontrava a seiva que a faria, medicina, alcançar não apenas o inédito prestígio e reconhecimento social, mas, sobretudo, o poder de reger a vida banal. Medicalizar as águas e racionalizar seus usos para assim educar a partir de seus preceitos as sensibilidades de então, por meio de pedagogias do corpo, parecia um caminho viável e eficaz. Haveria de ser trilhado?

“O Anjo da Morte envolvido nas lúgubres vestes do Cholera-Morbus, deixou de se mostrar aos habitantes desta nossa capital”: traços e corpos de uma cidade que se reorganiza.

Como foi visto anteriormente, o “*Diccionario de Medicina Popular”* de Chernoviz, era um referencial à medicina e mesmo à legislação da época. Utilizando uma linguagem de forte apelo popular, sua venda era frequentemente por meio das páginas do JTM durante o ano de 1855, como mostra a imagem abaixo.



Avizos diversos.

☞Acha-se á venda na loja de encadernaçaõ de Santos & Irmaõs, junto a Typ. de Santos & Filhos, os seguintes livros. Primeiras linhas sobre o processo civil Brazileiro, Manual do Cidadaõ, Peculio de autos, Actos dos Juizes de paz, Formulario de libellos, Doutrina da acções, Primeiras linhas orphanalogicas, Codigo orphanalogico, Exemplario de libellos, Alvará mineiro, Codigo criminal, Lei regulamentar das eleições, Lei da guarda nacional (completa), Conselheiro fiel do povo, Codigo commercial, Praxe forense, Medico do povo, Dicionario de medicina popular, Guia do povo, Chernoviz formulario, Manual de anatomia, atlas de anatomia, Historia do brazil em 2 vol. Plutarco brazileiro, Cornelia barroquia, Thesouro poetico, [illegible]e-

Figura 7- Jornal Treze de Maio. 13.01.1855, p.4

Assim dizia o verbete água do dicionário de Chernoviz:

> ÁGUA: A água pura, ou misturada com substancias que alteram pouco as suas propriedades, é a bedida cujo uso habitual é o mais próprio para entreter o livre exercício dás funcções. A água, para ser boa, deve ser fresca, límpida, sem côr, nem cheiro, sem sabor desagradável, salgado ou adocicado [...] (CHERNOVIZ, 1890, p.55).

Pureza, mas não apenas: para ser considerada boa a água precisava também ser funcional, quer seja para dissolver o sabão ou cozer legumes secos.

Mas Chernoviz ia além, classificando a água: água pura, água de chuva, água de fonte, água dos poços, de rios, lagoas, tanques e pântanos, entre outras. Minucioso, o olhar médico detalha, decreta e normaliza:

> A agua de poços contém ordinariamente grande quantidade de saes [...] Nas grandes cidades esta agua contém muitas materias organicas em dissolução; todavia a agua de alguns poços é muito boa para beber. A agua de rio contém alguns saes [...]. Contém ás vezes immundicias e materias terreas. Póde ser privada d'estas substancias, filtrando-a ou fazendo-a passar por uma camada de areia ou de pedra porosa, como se faz com a agua do Sena em Pariz.
> A agua das lagoas, tanques e pântanos contém, mais ou menos, substancias vegetaes e animaes. Se fôr obrigado a usar d'estas aguas, será preciso fervêl-as primeiro (CHERNOVIZ, 1890, p.56).

Aqui, uma ressalva se faz importante: o dicionário de Chernoviz sofre clara influência da obra "Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde", escrita por Francisco da Fonseca Henriquez, médico de D. João V. Isto fica nítido ao comparar-se o verbete acima descrito com a classificação e análise feita por Henriquez sobre o mesmo tema. Neste sentido, Henriquez classifica a água em 'água da fonte, "água da chuva ou de cisterna", "água de poço", "água de rio", "água de lagoa" e "água nevosa ou glacial" [65].

Publicada em 1721 e reeditada em 1731, 1754 e 1769, "Âncora medicinal" surpreende pela perspicácia. Influenciado e por vezes se valendo dos ensinamentos da Antiguidade grega, como os de Hipócrates e Aristóteles, Henriquez aborda temas como a importância do sono – "É precisamente necessário o sono para conservar a vida e, sendo moderado, faz grandes utilidades no corpo humano [...]" (HENRIQUEZ, 2004, p.264), e volta-se sobremaneira àqueles ligados à influência da alimentação sobre a saúde, sempre norteado pelo equilíbrio e moderação como pressuposto de uma boa saúde, sem perder de vista, em momento algum, o respeito

[65] Para maior detalhamento, ver a Seção IV, capítulo I, do referido livro, páginas 215 a 219.

imperativo às características de cada indivíduo, incluindo aí os usos e costumes, desde que afins ao que por si era preconizado. Instigantes são os preceitos e a preocupação com elementos ligados à vida ao ar livre, bem como, à prática de exercícios físicos, o que será abordado noutro capítulo dessa tese.

Mas, o que dizer sobre as águas de Belém? Embora cercada por rios e visitada regularmente por chuvas ao longo do ano, o acesso, distribuição e consumo d'água já era um problema de longa data naquela cidade oitocentista, como observara Baena, aqui já estudado. De fato, não só eram parcas fontes d'água existentes, fossem elas poços ou bicas, como era débil o cuidado com o armazenamento e transporte do precioso líquido, problemas estes que continuavam presentes na Belém do Grão Pará em 1855. Nos tempos da cólera, era recomendada à Câmara Municipal

> [...] a mais severa vigilancia, à maneira porque era feito na cidade, o abastecimento da agua potavel. E chamava a atenção dos respectivos vereadores para a limpeza e conservação do vasilhame onde a agua era acondicionada, e levada dessa forma ao consumo público. Tambem solicitava o zelo da Camara para as fontes e mananciais, afim de que estes fossem cuidados e asseiados (CRUZ, 1944, p.18).

Se a mentalidade da época entendia que o encanamento d'água solucionaria os impasses que estavam postos, por que tal empreendimento não era posto em prática? Uma das justificativas apontava a escassez de operários capacitados, em conjunto com a afirmação de que até aquele momento não havia "apparecido Emprezario ou Companhia que a quizesse emprehender, e por que me parecceo conveniente esperar pela chegada do Engenheiro que mandei contractar em Paris, para ouvir sua opiniaõ á tal respeito [...]" (TREZE DE MAIO, 19.05.1855, p.3). Diante desse quadro, a água encanada continuava como uma realidade distante, e a população pobre de Belém seguia sua rotina de ida aos os poços e chafarizes – apesar de esses pontos d'água serem precários e não garantirem segurança contra possíveis contaminações.

A coleta, transporte e venda de água na Belém de 1855 eram feitas por intermédio de aguadeiros, estes, como já foi dito, quase sempre negros libertos ou portugueses, ou, segundo Jane Felipe Beltrão, "gentes de cores" às quais "[...] estavam confiadas tarefas de fundamental importância para a vida cotidiana. Eram elas que iam buscar água nos pontos d'água localizados nos arredores da cidade" (BELTRÃO, 2004, p. 222). Por outro lado, Conceição Maria Rocha de Almeida, em sua tese de doutorado intitulada "As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX" diz que ao longo dos oitocentos

> [...] parecia haver um consenso entre os moradores com relação a que habitantes caberia a atribuição do trabalho de coleta e/ou venda d'água, ou seja, a coleta da água, o transporte da mesma através dos caminhos da cidade e a venda do líquido eram atividades historicamente atribuídas à determinada porção de moradores constituída basicamente por homens, os quais mesmo apresentando diferenças entre si, foram denominados de um modo geral como 'aguadeiros' e que, conduzindo seus carros pipa, percorriam ruas, estradas, travessas da cidade [...] (ALMEIDA, 2010, p.171-172).

Longas e exaustivas caminhadas até chegar aos poços e fontes; o retorno à cidade carregando o peso dos vasilhames d'água e o fardo de uma mísera condição social, expondo sobremaneira os aguadeiros ao risco de contágio. Porém, não havia apenas dissabores: os pontos d'água eram locais de encontro dos aguadeiros com as escravas e as libertas da classe baixa que ali estavam para lavar "(...) louças e roupas de uso doméstico; as crianças banhavam-se; dava-se de beber aos animais; e também, lavavam-se os animais de carga e seus carrinhos" (BELTRÃO, 2004, p.222). Essas narrativas muito se aproximam daquela descrita pelo naturalista inglês Henry Walter Bates, quando esteve em Belém no ano de 1848, e teve sua atenção voltada à concentração de gentes de cores ao redor dos poucos poços públicos, local onde a roupa da cidade era lavada por *"tagarelas escravas negras"*. Segundo Bates, era comum circularem pelas ruas mulheres negras equilibrando "potes d'água na cabeça". (BATES, 1985, p.12).

Sorrisos, bulhas, vozes e ruídos outros, misturados aos gestos diversos das gentes dali, tinham os pontos d'água como palco. Paridores de consensos e de conflitos, testemunhas e partícipes de causos e tramas, os pontos d'água, tanto quanto os rios, eram espaços de convívio social da população pobre de Belém. Ali, ao ar livre, em contato com as águas, histórias de privações e infortúnios encontravam senão salvaguarda, alívio. Histórias materializadas de modo que "[...] a água nos aparecerá como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz. Mais que nenhum outro elemento talvez, a água é uma realidade poética completa" (BACHELARD, 2002, p. 17). Havia um quê da poética da água proposta por Gaston Bachelard nos usos que dessa faziam aquelas gentes de cores, tão distantes do olhar civilizatório ou mesmo cientificista do Dr. Chernoviz, bem como aos da classe médica paraense. , Afastadas das normalizações da Província, aquelas gentes e suas lidas com as águas desafiavam preceitos e vigilâncias.

Se o médico polonês radicado no Brasil preconizava "regras geraes dos banhos, a respeito do sexo e idade", incluindo restrições quanto à temperatura às crianças, mulheres, às pessoas fracas e aos velhos, e era seguido por boa parte dos médicos paraenses, a população, porque desobediente ou fiel às suas tradições, seguia a banhar-se nos rios de maneira recreativa, bem diferente do que era preconizado, o mesmo podendo ser dito sobre as reuniões em volta dos poços públicos, espaço de sociabilidade das gentes pobres e de cores. Havia um quê de resistência em meio ao caos reinante e, mesmo com toda a vigilância e prescrições, seja enquanto aguadeiro ou lavadeira a trabalhar, ou como quem simplesmente busca refrigério, a ida aos pontos d'água significava uma oportunidade de

> [...] encontrar parentes, vizinhos e amigos, mas era, principalmente, ter acesso às notícias da cidade. Sobretudo os igarapés e a beira do rio, freqüentados à hora do banho, eram espaços de convívio, onde o controle social se produzia a partir da troca de informações. Eram considerados locais perigosos, pois freqüentados pelas gentes de cores longe da vista dos patrões [...] (BELTRÃO, 2004, p.228).

Esse trânsito de pessoas e informações preocupava o poder público, que via ali um possível foco de burburinhos e tramoias, de revolta e contestação, como se ao redor, ou a partir dos pontos d'água, longe do jugo dos patrões e senhores, as gentes de cores dividissem não apenas preocupação, sofrimento e medo e em relação à cólera, mas também formas populares de cura desta. Noutro sentido, pode-se dizer que o problema residia menos no fato de os pontos d'água serem espaços de sociabilidade do que na condição social de quem os usava para tal, ou seja, a população pobre, as gentes de cores da cidade, já que naquela Belém "[...] de outrora, ia-se aos igarapés e ao rio como, em outros lugares, se ia a bailes, teatros ou óperas. A diferença estava nas gentes que se assenhoriavam dos ambientes" (BELTRÃO, 2004, p.228).

Em fevereiro de 1856, finalmente era anunciado o fim do surto. A cidade não sucumbira ao mal reinante:

> Fazem hoje quinze dias, que o Anjo da Morte envolvido nas lúgubres vestes do Cholera-Morbus, deixou de se mostrar aos habitantes desta nossa capital. Desde o dia 1.º do corrente até hoje naõ se tem sido sepultado no cemiterio da Solidade hum só cadaver, victima de taõ cruel enfermidade. Praza aos Céos, que esteja extincto por huma vez o devastador flagello, que nos perseguio durante o espaço de oito mezes (TREZE DE MAIO, 16.02.1856, p.2).

Mas, e aos que sobreviveram? Coube as marcas da cólera e uma cidade a ser reconstruída, pautada noutros entendimentos de urbanidade e higiene social: porque havia dores a serem sepultadas e horrores por cicatrizar o surto de cólera ressonou no corpo daquela gente que ficou, ampliando o alcance temporal da epidemia: "Os bairros todos desta cidade, os seus arrebaldes, os estabelecimentos públicos e particulares, as freguesias circumvizinhas, as fasendas ruraes de quasi todos os rios mais próximos, tudo tem sido invadido pela funesta doença [...]" (TREZE DE MAIO, 07.07.1855, p.2).

O sentimento crescente de salvação trouxe o reerguer da cidade como um desafio, pois era preciso modificar sua idealização, planejamento, reordenação, urbanização. Noutros termos: urgia uma racionalização urbana capaz de arquitetar, ajustar, moldar e dar forma – outra – ao corpo social. Em meio ao caos reinante, as mudanças ocorreram abruptamente e nem sempre de forma ordenada. Afinal, segundo Maria de Nazaré Sarges,

> [...] Belém, a partir de 1850, tornou-se o porto escoador da produção amazônica da borracha, exigindo um melhoramento na área portuária e no centro da cidade, afinal, era preciso mostrar aos estrangeiros investidores uma cidade limpa, desinfectada e segura no que diz respeito ao controle das epidemias (SARGES, 2010, p. 200).

A coluna “Repartição de Policia”, do JTM, noticiou que o chefe de polícia então ordenava, em nome do pronto socorro a ser prestado a todas as pessoas acometidas pela moléstia, que “(...) de hoje em diante todas as boticas desta capital se conservem abertas até a meia-noite, e assim mais que uma das mesmas no bairro da cidade, e outra no da campina esteja até o amanhecer” (TREZE DE MAIO, 09.06.1855, p.3).

Já a coluna “Parte Official” trazia um importante comunicado, ordenando que fossem tomadas as “[...] necessarias providencias para que as pessoas que forem atacadas da molestia reinante nos portos e praias d’esta Capital sejam soccorridas de prompto, administrando-se-lhes os medicamentos que se costuma applicar logo que a moléstia se manifesta [...]” (TREZE DE MAIO, 21.06.1855, p.1). A mesma coluna, só que em setembro, torna pública a nota do Governo da Província do Pará endereçada ao provedor da Santa Casa de Misericódia ordenando que fossem tomadas todas as providências para, sempre que houvesse um caso fatal da doença, “[...] a caza onde tiver tido logar seja immediatamente caiada, desinfectada, e passe em fim por todos aquelles processos hygienicos que a arte aconselha” (TREZE DE MAIO, 25.09. 1855, p.4). Ainda no mesmo dia, outra nota Governamental era endereçada ao Provedor da Santa Casa, informando ter-se

consciência que muitos eram os cadáveres que ficavam insepultos de um dia para outro, fato que certamente provocaria grandes males e que, por isso, recomendava o Governo ao Provedor

> [...] que, o mais tardar, duas horas depois do fallecimento devem achar-se no Cemiterio e a casa desinfectada e caiada, segundo as recommendações que lhe fiz em officio com data de ontem. Para boa execuçaõ desta providencia Vm. fará substituir o meio actual de condução dos cadaveres por carros próprios para esse fim. (TREZE DE MAIO, 25.09.1855, p.4).

Para Richard Sennett, é fundamental investigar as cidades em momentos que "[...] tenham assinalado significativamente as relações entre as experiências corporais e os espaços em que as pessoas viviam" (SENNETT, 2006, p.20). Desse modo, *s*eria imprescindível atentar ao modo de se mover, ver e escutar que homens e mulheres possuíam em seu tempo e espaço específicos, compreendendo, assim, "(...) como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana" (SENNETT, 2006, p.15). Seguindo o pensamento de Sennett sobre a importância de se investigar uma cidade quando a mesma passa por momentos que perturbam de forma significativa o que na cidade há de carne e de pedra, entendo que a epidemia deu vazão a um conjunto de dispositivos políticos, administrativos, religiosos, médico-científicos e populares que, ao se contraporem e complementarem, acabaram modificando as sensibilidades e os modos de agir da época. Dito de outro modo, o surto incitou discursos e intervenções – médicas, legislativas, religiosas e mundanas – sobre os usos da água, provocado rupturas nas sensibilidades e costumes da população, não menos que modificando, sobremaneira, a própria estrutura urbana da Belém de outrora.

Aprofundando a discussão, trago a abordagem de Georges Vigarello referente à epidemia parisiense de cólera, em 1832. Para o autor, a epidemia

> [...] reforçou sobretudo dispositivos que modificam a imagem da cidade: cidade drenada não mais na superfície, mas em profundidade, por um sistema de canalizações subterrâneas. A transformação não é imediata. Em 1832, por exemplo,

> persiste uma grande hesitação entre investir nas arquiteturas monumentais e investir nos mecanismos invisíveis. O luxo edificante das fachadas contra o luxo mais secreto, e às vezes mais dispendioso, dos condutos escondidos (VIGARELLO, 1996, p.198).

Identificados os usos da água e as debilidades das práticas higiênicas como veículos do surto de cólera, novos dispositivos passam a imperar, de forma que

> [...] os circuitos da água se transformam, a ponto de modificar o imaginário urbano. O tema central não é apenas o da distribuição, é também o da evacuação. E o banho, apesar de suas evidentes limitações sociais, está diretamente incluído nessa rede (VIGARELLO, 1996, p. 198).

Vigarello parece narrar a cidade de Belém sob os efeitos do surto, quer seja naquilo que então era percebido como necessidade, mesmo que distante, quer seja no que de fato era executado. Na Belém daqueles tempos, os cuidados com o abastecimento, manuseio e consumo de água potável eram vitais à sobrevivência da população. Houve então a defesa de ser necessário implantar um sistema de encanamento d'água na cidade, solução aparente aos problemas que estavam postos e, não menos, um símbolo da modernidade. Porém, levar água potável encanada às casas de Belém não passou de uma intenção. A realidade, por seu lado, era outra, marcada pelo crescimento das vítimas e óbitos causados pela cólera.

O relatório anual da Intendência Municipal, publicado pelo JTM, argumenta que o encanamento da água potável não era possível porque era evidente a

> [...] falta de braços necessarios para os seus trabalhos, e tambem da de alguns empregados, cujos lugares naõ se tem podido preencher em rasão de seus diminutos vencimentos [bem como o fato de que se a] [e]migração da Europa espontanea continúa a ser muito diminuta, e naõ dá esperanças de desenvolver-se em grande escala, a introducção de emigrados por meio de contractos tem tido algum incremento nestes ultimos tempos. Durante a minha

> administração tem entrado na Provincia por aquelle meio mais de mil Portuguezes e gallegos, e alguns Allemães parte contratados com a Presidencia para o serviço das Obras Publicas [...] (TREZE DE MAIO, 19.05.1855, p. 2).

Paradoxalmente, a cidade que desejava e necessitava ser o destino da "emigração espontânea" europeia, por conta desse mesmo fluxo emigratório viu-se vitimada pela cólera e agora, mais que nunca, precisava controlar as condições higiênicas do porto e o estado de saúde daqueles que ali desembarcavam. O fato de que em 1855 o encanamento d'água era um aceno distante não impediu que houvesse ações voltadas à melhoria dos usos desta, a ponto de, por intermédio da Câmara Municipal, terem sido apresentadas e aprovadas pelo presidente da Província, Sebastião do Rêgo Barros, duas inclusões ao código de posturas vigente, por meio de dois artigos que estavam voltados diretamente aos usos d'água, incluindo a evacuação dos excrementos. Tais normatizações, que se aproximam sobremaneira das elaborações de Vigarello acerca do tema na Europa, foram publicadas na coluna "Parte Official", do JTM, e assim diziam:

> Art. 2º Logo que hajaõ pontes apropriadas, as materias escrementicias serão ajuntadas em barris feichados e depois das 10 horas da noite lançadas ao mar, e nas habitações em que houver latrina fora, o morador lançará dentro dellas diariamente um ou dous punhados de cal, ou um fel de boi: o contraventor incorrerá na multa de mil réis por cada uma destas faltas. [...]
> Art. 4º Ficão obrigados os propietarios de cazas que tem poços e a Camara Municipal, pelos poços públicos, a manda-los limpar, os primeiros de tres em tres mezes, sob pena de quatro mil réis de multa e a ultima de dois em dois mezes sob pena de oito mil réis de multa por cada um poço, repartidamente pelos seus membros que estiverem em exercício (TREZE DE MAIO, 29.12.1855, p.2).

Alheia a tudo, a epidemia assolava Belém sem que surgisse o menor sinal de um fim que não fosse trágico. Procurando uma solução, a Intendência Municipal dá início a uma série de intervenções nos circuitos d'água, que podem ser pensadas

como propagadoras da ideia de que a medicalização da vida cotidiana levaria à superação do mal reinante e ao progresso, à tão sonhada civilização. É o que indica a pesquisa de Conceição Almeida, quando a autora defende que para o

> [...] processo de expansão da cidade ao longo dos oitocentos, foi fundamental que os habitantes construíssem formas de contato com as águas em suas mais diferentes formas e disposições – fossem as das chuvas muito frequentes, [ou] aquelas que abundavam nos igarapés e pântanos, nas valas e canais - no sentido de enquadrá-las nos modos de vida considerados pertinentes a uma cidade, na qual tornavam-se mais e mais presentes os discursos em defesa da civilização (ALMEIDA,2010, p.99).

Alcançar o patamar de uma cidade civilizada, nestes termos, implicava sobremaneira o aceite da medicalização da vida banal e a implementação de políticas de saúde. Da privacidade do lar aos espaços de sociabilidade, da natureza à urbe, nada escapou à normatização médica. O movimento de medicalização convergia ao de civilização, deste modo,

> [...] a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água [...] foram alguns dos inúmeros elementos urbanos [e da natureza, por que não?] atraídos para a órbita médica. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação (COSTA, 2004, p.30).

A eficácia deste projeto implicou forjar um pertencimento de tais mudanças à população. Tanto carne quanto pedra, o corpo individual e social precisava ser atingido e, para isto, foram elaboradas e executadas estratégias que tinham como objeto a medicalização da vida atrelada à ordenação social de indivíduos e coletividades. Nesse panorama, a medicina social acarretou "[...] profundas implicações moralizadoras, com propostas políticas implicando adaptação cultural

de sujeitos, grupos e classes às regras médicas, num processo racionalizador civilizatório [...]" (LUZ, 1988, p.94).

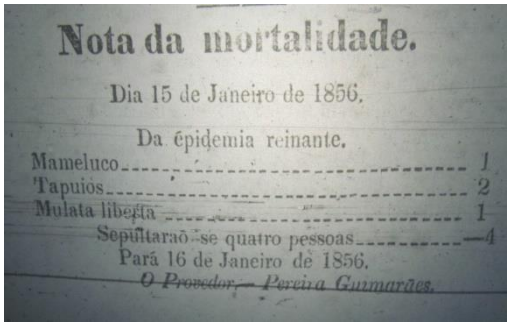
Debruçado sobre a vida cotidiana daquela Belém impactada pela cólera, o poder médico elegeu o corpo e, por meio ou a partir deste, também a doença, como objetos de conhecimento e intervenção, criando mecanismos disciplinares voltados ao indivíduo e à sociedade a partir de uma racionalidade científica positiva que tinha "[...] o sujeito individual como objeto de ordenação da racionalidade social" (LUZ, 1988, p.92). Ou ainda, como quer Soares,

> [s]e as sociedades elaboram estratégias para inserir ou excluir os indivíduos em processos culturais, elas elaboram técnicas, pedagogias, políticas para tais ações. Assim, as muitas pedagogias do corpo e da saúde na longa duração, desde as formas como se representam a higiene, a alimentação, a vestimenta, as curas, o divertimento, as crenças seriam, certamente, maneiras de se *educar os corpos* (SOARES, 2010, p.49. Grifo da autora).

Em janeiro de 1856 poucas eram as vítimas da cólera, e Belém começava a acreditar que um futuro promisso logo se apresentaria. É certo que os assombros permaneciam e permaneceriam vivos ainda por muitos anos, mas o comércio da borracha e das chamadas drogas do sertão, bem como a própria agricultura retomavam o ritmo anterior ao surto, reforçando a esperança em dias melhores. Com efeito, entre os dias 15 e 18 de janeiro daquele ano, o número de mortes provocadas pela cólera atingia o quantitativo de sete almas, sendo que de outras moléstias, entre as quais a febre amarela, levou à morte cinco almas, conforme demonstram as figuras 8 e 9. Ao longo do mês de janeiro esse quadro de mortandade diminui e, finalmente, em fevereiro, os jornais noticiavam que a cidade vencera o surto:

> Fazem hoje quinze dias, que o Anjo da Morte, envolvido nas lúgubres vestes do Cholera-Morbus, deixou de se mostrar aos habitantes desta nossa capital. Desde o dia 1º do corrente até hoje naõ tem sido sepultado no cemitério da Solidade hum só

> cadaver, victima de taõ cruel enfermidade. Praza aos Céos, que esteja extincto por huma vez o devastador flagello, que nos perseguio durante o espaço de oito mezes (TREZE DE MAIO, 16.02.1856, p.2).



Nota da mortalidade.

Dia 15 de Janeiro de 1856.

Da epidemia reinante.

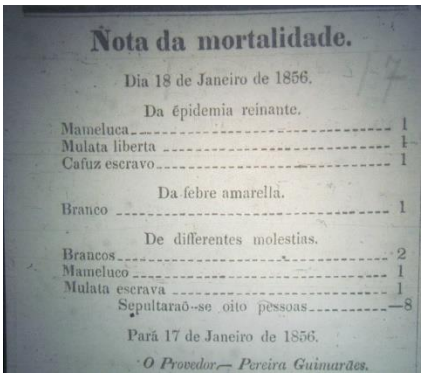
Mameluco 1
Tapuios 2
Mulata liberta 1
Sepultaraõ-se quatro pessoas ..... —4

Pará 16 de Janeiro de 1856.

O Provedor.— Pereira Guimarães.

Figura 9- Treze de Maio.

Número de mortes provocadas pela cólera. 17.01.1856, p.1



Nota da mortalidade.

Dia 18 de Janeiro de 1856.

Da epidemia reinante.

Mameluca 1
Mulata liberta 1
Cafuz escravo 1

Da febre amarella.

Branco 1

De differentes molestias.

Brancos 2
Mameluco 1
Mulata escrava 1
Sepultaraõ-se oito pessoas ..... —8

Pará 17 de Janeiro de 1856.

O Provedor.— Pereira Guimarães.

Figura 8- Treze de Maio. Número de mortes provocadas pela cólera. 19.01.1856, p.3

Vencido o surto, era preciso ir adiante. Porque havia uma cidade por ressurgir dos escombros e que não queria outro amanhã feito de corpos que tombarão insepultos. Mas, naquela cidade, não era apenas o medo que habitava o corpo dos que sobreviveram. Entremeadas a novos costumes, cuidados e normas, tão estranhas quanto distantes, havia os que resistiam: indisciplinados, zombeteiros, imorais, inconsequentes, desavisados, o rótulo pouco importa. Relevante sim é a recusa, a afronta, o rumar no sentido contrário. Então, resistiram os pontos d'água e o universo de sociabilidades dali emanadas, assim como resistiram os banhos de rio, porque nunca foram abandonados em meio ao surto. Destarte, os rios cujas águas Alfredo Ladislau[66] romantizou como seiva que levaria o homem nativo à ociosidade, já que lhe proporcionava alimento farto e fácil, além de descanso e relaxamento (LADISLAU, 1971), eram também os rios que, em nome de uma

[66] Alfredo Aníbal Ladislau, cearense, nasceu em 1882, tendo falecido em Belém, no ano de 1934. Advogado, promotor público e romancista. Terra Imatura foi o seu romance mais famoso.

civilidade europeizada, e por meio de códigos disciplinares, eram objeto de vigilância e normatização. A ponte de pedras, então transformada em um porto e em área de mercado (dando origem ao que viria a ser o "Ver-o-Peso"), expressava naquele momento o progresso e as mudanças estruturais de Belém, sob a forma de sua nova geografia urbana. Mesmo assim, o local continuou a ser lugar utilizado para banho por uma população que parecia recusar e afrontar o modelo de urbanidade tão decantado pelo poder governamental da Província do Grão-Pará:

> A nova ponte de pedras tomou, ha mezes para cá, o melancolico e medonho titulo de ponte dos affogados, porque raro he o mez, em que ali não paguem com a vida dois ou tres infelizes, daqueles que de noite vão em demanda do rio para se banharem.
> As duas rampas lateraes são chanfradas na sua parte inferior, e logo após seguem-se-lhes dois precipicios de oito a dez palmos de profundidade. He nesses dois sorvedouros, que os incautos tem encontrado a morte [...] Em nome pois da humanidade, **e do progresso**, animo-me a rogar ao Exmº. Senr. Conselheiro Rego Barros, que ordene á Repartição das Obras Publicas o acabamento das ditas rampas [...] (TREZE DE MAIO, 07.11.1855, p. 3-4. Grifo meu).

Suponho que não eram apenas questões ligadas ao risco de afogamento ou o desrespeito ao progresso que estava em jogo. Havia uma afronta à moral por parte daqueles que insistiam em banhar-se no rio, sem respeitar o código de posturas do município. Deste modo, não bastava apelar ao Presidente da Província ou esperar pela Repartição das Obras Públicas. Era preciso, sim, acionar a polícia e punir os infratores. Vigiar. Punir. Normatizar. Seguir as leis. Assim, afirmava-se que os banhos de rio junto à ponte de pedras levavam à

> [...] morte os incautos, que naõ respeitaõ as posturas da Camara Municipal.
> Em nome pois da humanidade e do progresso, animo-me a rogar ao Exmº. Senr. Conselheiro Rego Barros, que ordene a Camara Municipal e a Policia, que naõ consintaõ que teimosos se vaõ banhar n'um porto de embarque e desembarque, para que se naõ reproduzaõ escândalos de semelhante natureza, que offendem a moral, e vaõ de encontro as Leis do paiz.

> He necessário pois, he mesmo urgente que se tenha ao menos tres dias á tomar fresco depois do banho na ponte dos afogados na Cadeia de S. José, a esses manteúdos jovens de educaçaõ taõ mimosa, que se banhaõ em uma ponte publica; e talvez que desta medida se obtenha um feliz resultado, isto é, o de serem mais circunspectos, e mais respeitadores da moral. Adeos Senr. Redactor até outra vez, e disponha do – Tinta (TREZE DE MAIO, 17.11.1855, p.4).

Considerando que a orla daquela Belém era extensa, o que levaria os jovens "manteúdos" a procurem a ponte da pedra para os banhos? Teria a escolha do local da ponte respeitado as práticas populares de então? Banhar-se naquele local, mesmo sabendo dos riscos aí implicados, seria uma forma de afronta? O que fica claro é o incômodo provocado por estes banhos, desrespeitando a moral, tipificando uma educação débil em sua formação disciplinar. Era preciso corrigir, educar aqueles que se entregavam às aguas sem se preocuparem com a ordem pública. Prender, reprimir, vigiar, enquadrar e, fundamentalmente, disciplinar por meio de pedagogias voltadas ao corpo. Atento, o poder público, em meados de 1856, anuncia uma novidade:

> Provincia do Pará. – Palacio da Presidencia na Cidade de Belem, em 25 de Julho de 1856.
> Haja Vmc. de declarar-me em adittamento á sua informaçaõ prestada em officio datado de hontem sob nº 118, quaes os lugares no litoral desta Cidade onde Vmc. julga conveniente que sejaõ construídas casas de banhos, a fim de poder esta Presidencia tomar uma deliberação a semelhante respeito.
> Deos guarde a V. Mc. – Henrique de Beaureparie Rohan. – Senr. Capitaõ de Fragata Francisco Xavier de Alcantara, Inspector do Arsenal e Capitaõ do Porto (TREZE DE MAIO, 28.07.1856, p.1).

Estratégicos, poder legislativo e policial, juntos, traçaram uma nova e racionalizada geografia para o litoral. A criação de casas de banho, como será visto no próximo tomo, foi um desses empreendimentos. Mas, para quem seriam tais casas? A população pobre teria acesso a elas? Elas viriam para substituir os banhos

recreativos e insubordinados ao longo da orla? Seriam espaços de sociabilidade como eram os pontos d'água? Talvez essas questões fossem ouvidas na Belém oitocentista. O que parece indubitável é ter surgido a partir do surto um conjunto de mudanças na configuração e utilização dos espaços públicos, acompanhado por novos hábitos, normas e utilidades que diziam respeito aos usos d'água. Porque havia uma civilidade por ser forjada, exigindo novas sensibilidades – formas diversas de educação do corpo.

TOMO II

BELÉM. — UMA VISTA DA CIDADE E DO PORTO.

Figura 10- Cidade e porto de Belém. Álbum do Pará. Governo Augusto Montenegro,1908.

Capítulo I – “Bebo portanto á prosperidade e grandesa desta futurosa capital e de seu patriótico governo”: educação do corpo, urbanização e águas de uma Belém rumando à modernidade.

Poder-se-ia pensar em uma manhã qualquer de 1856. Belém despertara do flagelo da cólera, mas seus habitantes, marcados pelo horror e mortandade da doença, pareciam desesperançados. Os efeitos da cólera não se restringiam aos mortos ou ao reforço de Belém ser uma cidade insalubre: a economia e o próprio progresso da cidade foram diretamente atingidos. Afinal, a segunda metade dos anos de 1850 foi marcada pelo crescimento da produção e comercialização de borracha sobre as demais formas de comércio e sobre a agricultura, até então os principais modos de produção e renda citadinos, de forma tal que

> [a] influência absorvente, aniquiladora, da matéria-prima, os adjetivos são do historiador Manoel Barata, principiou a manifestar-se em 1853-1854, por efeito das ótimas cotações internacionais [de forma tal que a] miragem do lucro espetacular dominava psicologicamente as populações, miragem que foi uma constante na história economia da borracha. No ano de 1855, a exportação da matéria-prima atingiu a cifra de 178.000 arrobas, cotada ao preço elevadíssimo de 36$000 por arroba (TOCANTINS, 1960, p.157-158).

Diante de um mercado crescente, os meses de surto impactaram negativamente sobre as transações econômicas em torno da borracha, já que durante aquele período sequer fora possível “[...] effectuar á dinheiro as vendas da pouca borracha que veio ao mercado” (TREZE DE MAIO, 28.04.1856, p.1). Além disso, a presença de uma natureza indomável, simbolizada pelas chuvas torrenciais que atingiam Belém nos idos de 1856, aparecia como justificativa para os tempos de penúria pelo qual passava a cidade, e, em especial, o comércio da borracha. Assim, dizia-se que

> [...] copiosas e continuadas chuvas, que tem cahido sobre o nosso solo desde Janeiro até hoje, como não acontece ha muitos anos [tem] impossibilitado o fabrico da borracha em

> todo este tempo, como ainda hão-de impossibilitar até Setembro ou Outubro, porque, tendo reduzido á lagôas as Ilhas em que abundam as seringueiras, tem privado os fabricantes de entrar nessas Ilhas antes d'aquelles mezes [impedindo] um futuro mais prospero na colheita da gomma elastica (TREZE DE MAIO, 28.04.1856, p.2).

Sob a forma de águas indomadas –quer fossem as chuvas torrenciais, que transformavam as ruas em verdadeiros lamaçais, ou os igarapés e pântanos, ditos miasmáticos e nascedouros de mosquitos e doenças – a natureza parecia impor à cidade um permanente estado de insalubridade, atraso e penúria. Porque erguida em meio à floresta, cercada e entrecortada por rios, seria esse o preço a ser pago? Mas o quadro que parecia condenar Belém ao atraso não parava por aí: para o jornal Treze de Maio, havia questões ligadas à higiene pública que impediam o crescimento belenense e colocavam a cidade sob o constante risco de epidemias. Mais uma vez a cólera era destacada, agora, não apenas para reforçar a imagem destruidora do surto, mas, sobretudo, para criticar um aparente descaso com as medidas capazes de impedir o retorno daquela. Ainda fazendo referência ao poder e graça divinos, ao mesmo tempo em que destaca o papel da comissão de higiene, uma crônica é bastante elucidativa:

> [...] Deos permita que o terrível hospede que elle afugentou d'entre nós, não queira tornar a visitar-nos. Está próxima a épocha em que o anno passado nos apareceo elle; ainda sangram as feridas que fez na nossa população, no commercio, na lavoura, na industria, e em quasi todas as fortunas, e parece que já ninguem se lembra de tudo isso [...] fez-se muita bulha, escreveu-se, brigou-se na Commissão de Hygiene, e até por fim foram aconselhadas ao povo algumas medidas hygienicas; porem, passada ella, ninguem mais se lembrou de Santa Barbara[67][de forma que] tudo se acha disposto para que tenha elle [cólera] uma entrada triunfante, se por ventura tiver de voltar para entre nós! Deos nos preserve disso (TREZE DE MAIO, 28.04.1856, p.2).

[67] Santa católica. É invocada contra tempestades.

A quem o Treze de Maio procurava atingir ao inferir um “esquecimento” das mazelas provocadas pela cólera recém-superada? Tal esquecimento resultaria de imprudência e desleixo das camadas populares em relação aos seus hábitos higiênicos, e também da própria comissão de higiene no que diz respeito à vigilância e à implementação de estratégias eficazes para coibir tais hábitos? Findo o surto, a recusa da população pobre em adotar as preconizações médicas referentes aos usos d’água não teria ocorrido porque as mesmas, por diferirem dos hábitos populares, soavam como impositivas? Apenas a camada pobre da população era avessa a tais preceitos, ou havia também resistência por parte das elites belenenses? Tal panorama possibilita entender o jornal Treze de Maio como veículo que alertava o poder público (mesmo quando o questionava) e a população sobre a necessidade de que os hábitos ditos higiênicos fossem mantidos. Também parece pertinente supor que o referido jornal foi partícipe, assim como outros de sua época, nesse sentido, do mecanismo que instalou e reforçou o papel e a importância do poder médico para o processo de reordenação da vida social. Com efeito, os jornais contribuíram, por intermédio de propagandas, imagens e discursos, para a difusão de pedagogias que, voltadas ao corpo, inscreveriam na carne marcas da modernidade e do processo civilizador ao longo do entre séculos.

Em meio à incerteza e à desconfiança em um futuro promissor, cabia reerguer a cidade e, para isso, as riquezas da borracha, que ora se anunciavam, foram fundamentais. Por outro lado, a nova e moderna Belém, naquele momento esboçada, deve ser pensada a partir e considerando o avanço capitalista sobre a cidade. Com efeito, já nas primeiras décadas do século XIX Belém se caracterizava pelo atrelamento da economia local à Europa, pautada na exploração das chamadas “drogas do sertão”, bem como na exportação de cacau, algodão e tabaco, entre outros. Dependente das exportações, a economia belenense estava sujeita às variações do mercado internacional e das crises do mesmo (SARGES, 2010). Acrecente-se a esse quadro, até meados do século XIX, atividades comerciais e de criação de gado, ambas dependentes da mão-de-obra escrava, que era distribuída entre indígenas e africanos e chegaremos a uma Belém que, além

da dependência do trabalho escravo, possuía um quê de marasmo a imobilizar sua economia. Senão, vejamos:

> A lavoura da província váe canjando sua vida rotineira. Os nossos cultivadores naõ reconhecem outros processos, e outros instrumentos no fabrico de seos produtos, senaõ os seculares, legados pelos nossos avós.
> Estudo da sciencia agraria, o uso das maquinas e o emprego desses modernos instrumentos, que facilitaõ, augmentaõ e a aperfeiçoaõ a producçaõ, tudo existe ainda em embriaõ (A EPOCHA, 03.01.1859, p2).

Se ao final do século XVIII o quantitativo de escravos africanos em Belém representava 35% da população, esse percentual diminuiu a partir do momento em que houve "[...] o crescimento demográfico do segmento livre da população citadina da capital paraense, em muito favorecido pelo processo de entrada dos imigrantes nordestinos desde os anos de 1870 [...]" (BEZERRA NETO, 2012, p.137). A diminuição do número de escravos se evidencia na segunda metade do século XIX, muito em função do

> "[...] crescimento demográfico da população livre [bem como do] aumento da migração de portugueses, madeirenses, alemães e, posteriormente, de nordestinos, para a capital da província. A esses fatores devem ser acrescentadas as recorrentes fugas, o aumento do número de libertos e a venda de escravos para outras províncias" (CANCELA, 2011, p.30).

Esse quadro é fundamental para a compreensão do mecanismo que sustentou a fase áurea da borracha em Belém, fundamentalmente no que diz respeito à mão de obra. Desse modo, Cancela (2011), baseada em estudos de João Pacheco de Oliveira (1979), diz que nos primórdios da extração da borracha, o modelo de produção dependia da mão-de-obra indígena, bem como dos mamelucos e caboclos, sendo que entre esses não havia a preocupação com a posse legal das terras. Para os referidos autores, os seringueiros, além da extração da borracha, exerciam atividades básicas de lavoura para garantir sua alimentação

e independência em relação aos comerciantes fornecedores de tais produtos. Por outro lado, a família do seringueiro se fazia presente nas áreas exploradas ao longo dos anos iniciais da extração, mantendo assim o núcleo familiar, com as mulheres, inclusive, exercendo funções domésticas e de lavoura (REIS, 1953).

O modelo de produção que predominou ao longo do apogeu da borracha diferiu sobremaneira daquele dos anos iniciais: alargamento territorial das áreas exploradas, predomínio dos migrantes nordestinos como mão-de-obra, imposição de marcos e títulos de terras, isolamento do seringueiro no trabalho (agora, sem a participação da família), dependência do seringueiro em relação aos comerciantes de produtos alimentícios (pois o seringueiro passa a concentrar sua produção tão somente na exploração do látex) e, por fim, a posse das terras exploradas, agora oficializada em nome de comerciantes influentes e mesmo casas de comércio (CANCELA, 2011). O migrante nordestino, maioria absoluta da mão-de-obra desse período, se caracterizava por ser

> "[...] o último elo da cadeia econômica. Aparentemente, era livre, mas a estrutura econômica o colocava em situação de trabalho semelhante à relação de servidão. Comprava os suprimentos necessários a preço altíssimo no armazém mantido pelo seringalista, por isso, sempre 'estava em débito' na contabilidade do seringalista e endividado, não conseguia mais escapar da exploração do patrão (SARGES, 2010, p.103).

Dizia um jornal da época sobre a situação de penúria imposta aos seringueiros: "[...] os seringueiros vivem na miséria; suas companheiras, magras, amarellas parecem cães pirocas; seus filhos barrigudinhos fazem chorar de piedade" (O LIBERAL DO PARÁ, 29.07.1873, p.2). Em uma relação de produção que beirava àquela entre o senhor de engenho e o escravo, o seringalista explorava o seringueiro, extenuando-o e, da miséria desse, erguia suas riquezas. Portanto, importa afirmar o comércio da borracha como motor da inserção da capital do Grão-Pará na economia mundial. Destarte, em uma Belém cada vez menos escravocrata

e cada vez mais enriquecida, a produção gomífera começava a sobrepor-se aos demais

> [...] desde o ano de 1850. A flutuação de sua cotação foi marcada pela alta de 1860, seguida de queda em 1870, para finalmente firmar-se no final daquela década, embora sempre acompanhada por anos de maior ou menor cotação. Juntamente com a borracha, outros produtos mantinham-se na pauta de exportação, embora em volume menor de arrecadação (CANCELA, 2011, p.31).

Considerando a demografia belenense a partir do quartel final dos anos de 1800, percebe-se um crescimento evidente: se em 1788 havia dez mil seiscentos e vinte habitantes, o ano de 1884 registrava um total de setenta mil, alcançando cento e vinte mil habitantes em 1900, quantitativo que salta para cento e noventa e dois mil duzentos e trinta habitantes no ano de 1907, segundo os dados apresentados pelo "Album do Estado do Pará", que foi organizado por Augusto Montenegro, então Governador do Estado, pra relatar seus oito anos de governo (de 1901 a 1909)[68]. Esse crescimento, acelerado, guarda relação com o grande afluxo de estrangeiros e também de paraenses advindos do interior do estado, que migraram para Belém movidos por sonhos de prosperidade, o mesmo podendo ser dito sobre os retirantes que abandonavam o Nordeste brasileiro, fugindo dos longos períodos de estiagem e miséria (CANCELA, 2011). Os nordestinos que chegavam ao Pará, logo eram deslocados às colônias agrícolas que, margeadas pela estrada de ferro de Bragança[69], foram, criadas com o propósito de

> [...] povoar o vasto território da província, garantir o abastecimento interno com produtos de lavoura e fixar o homem ao solo, buscando o desenvolvimento da região [porém apenas uma parcela] das colônias agrícolas conseguiu manter-se por algum tempo [fazendo com que significativa] parte dos migrantes [se deslocasse] para a área urbana de Belém (CANCELA, 2011, p.74).

[68] Para mais detalhes, inclusive um quadro que apresenta o crescimento populacional de Belém entre os anos de 1749 a 1907, ver "O Estado do Pará: oito annos do governo (1901 A 1909), p. 56.
[69] Atualmente, Avenida Almirante Barroso. Era denominada estrade de Bragança "[...] por ser o caminho da primitiva Caeté, depois Vila e Município de Bragança" (CRUZ, [1970] 1992, p.82).

Além desse tipo de colônia, havia também a chamada “hospedaria de emigrantes”, algumas nos arrabaldes de Belém, como a hospedaria de Outeiro (ver figura 11), outras, em municípios distantes da capital, quase sempre ribeirinhos (ver figura 12).

Figura 11- Hospedaria de emigrantes em Outeiro. Álbum do Pará, governo de José Paes de Carvalho. 1899.

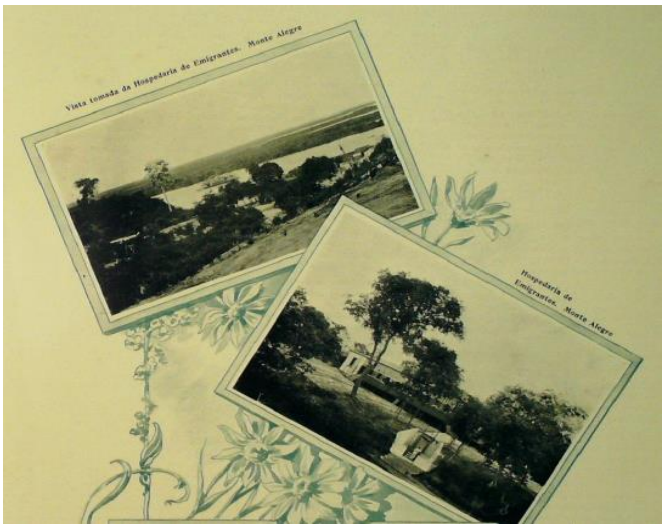


Figura 12- Hospedaria de emigrantes em Monte Alegre. Álbum do Pará, governo de José Paes de Carvalho. 1899.

Crescia a população e modernizava-se a cidade, assim como evidenciavam-se as riquezas e, também, as misérias: o comércio da borracha, assim, dava vida a uma Belém cambiante, que vivia em movimento contínuo, uma cidade transitória e repleta de contrastes econômicos e sociais, ou, enfim, uma Belém que se fazia capitalista. Afinal, com o crescimento surpreendente da economia do látex, a Amazônia, leia-se aqui a capital do Grão-Pará, integra-se "[...] aos mecanismos de poder do sistema capitalista internacional [e assim, a] aristocracia agrária e os comerciantes [agregam-se] aos novos projetos do Estado Nacional. A elite intelectual [belenense] produzida na Europa e o grupo dirigente incorporam noções do liberalismo econômico, no plano doutrinal [...] (SARGES, 2010, p.118). Tal dinâmica levou grupos sociais de outrora a se readaptarem

> [...] à dinâmica econômica, e novos grupos consolidaram fortunas. Isso significa dizer que alguns proprietários de fazenda de criação de gado e engenho, das tradicionais famílias paraenses, incrementaram e diversificaram suas atividades, incorporando, muitas vezes, negócios ligados ao comércio da borracha [...] (CANCELA, 2011, p.61).

Por outro lado, os estrangeiros pobres e os retirantes engrossavam o quantitativo populacional de Belém, sem que houvesse uma estrutura urbana e social para tal fluxo, de forma tal que a cidade crescia em suas riquezas impondo pobreza à maioria de sua população. Esse quadro, grosso modo, se aproximava com o das grades capitais brasileiras daquele período, como o Rio de Janeiro, capital federal, que, então

> [...] reunia contingentes de população em proporção superior às liitadas necessidades do setor industrial e de serviços. Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência (CHALHOUB, 2008, p.61)

Ainda considerando a cidade do Rio de Janeiro, no alvorecer da República o quadro citadino era de insalubridade, com focos endêmicos de

> [...] varíola, tuberculose, malária [...] e sobretudo da terrível febre amarela [além de ser a cidade marcada pela ausência] de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias [alto índice de mortalidade], carestia, fome, baixos salários, deemprego, miséria [que eram] os frutos mais acres [do] crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar (SEVCENKO, 1989, p.52).

Paradoxalmente, as cidades que se modernizavam ignorando e apartando a camada pobre da população, encontravam nessa mesma camada, grosso modo, sustentáculo e alicerce para a constituição, o avanço e afirmação do capitalismo, de forma tal que "[...] o crescimento e o desenvolvimento das cidades no final do século XIX também e encontrava conectado ao complexo jogo de fatores ligados ao aprofundamento da inserção do país nos fluxos do capitalismo internacional, nas suas dimensões econômica, social e cultural (SANTOS, 2011, p.107). Destarte, em Belém eram muitos, os migrantes pobres, como eram muitas as profissões que lhes cabiam: "[...] pedreiros, marceneiros, [...] estivadores, carregadores, jornaleiros [...], vendedores e marítimos. Dentre as mulheres, prevalecem as atividades associadas aos serviços domésticos como lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras, bem como a de meretriz" (CANCELA, 2011, p.78).

A dinâmica que levou o Brasil a abolir a escravatura[70] e a proclamar da República, também levou às grandes capitais transformações de caráter econômico, político, social e cultural. Destarte, nesse período houve o desdobramento mundial

> [...] da cultura européia [que se impunha] no sentido de uma europeização das consciências e gozava da vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as

[70] O Brasil foi a última nação ocidental a abolir oficialmente o trabalho escravo. Sobre a dinâmica da escravatura no Brasil, ver, entre outros, CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

> iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico (SEVCENCO, 1989, p.82).

No Brasil de então circulavam ideias influenciadas pelo pensamento europeu, as quais, muitas vezes, foram assimiladas de forma não condizente, provocando assim "[...] confusões ideológicas. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas" (CARVALHO, 2013, p.42). Tal circulação não ficava restrita ao meio intelectual e político, pois alcançava também a vida cotidiana. Destarte, os primeiros passos rumo à República, foram díspares e diversas as percepções e interpretações dadas, regionalmente, inclusive, ao conjunto dessas ideias. Portanto, "[...] o Brasil dos meados do século XIX não era só constituído por vários Brasis, regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira" (FREYRE,2008, p.60). É possível afirmar que a lógica social orquestrada desde o século XIX pelo modo de produção capitalista tornava "[...] todos os países, mesmo os até então mais isolados [...] ao menos perifericamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial [...]" (HOBSBAWM, 2002, p. 46). Desse modo, as transformações geoeconômicas atingiram todo o mundo ocidental e, tal qual "[...] a maior parte das mudanças sociais repentinas, a 'revolução urbana' era um fato sobre-determinado – vivenciado quase inconscientemente" (SENNETT, 2006, p.261).

Inscrevendo sobre o tecido urbano não apenas as marcas da modernidade e dos ideais civilizadores, mas, sobretudo, da lógica capitalista, configurou-se um "[...] único movimento convulsivo e irresistível, [que] podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, [...] São Paulo, Manaus ou Belém [...]" (SEVCENKO,1989, p. 42). Criou-se então

> [...] todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais

> como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades (SCHWARCZ, 2012, p.19).

Pode-se dizer que os intelectuais brasileiros do entre séculos arrojaram-se em um processo que tinha a transformação social (que levaria à República) como motor, e o assim fizeram voltados

> "[...] para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia" (SEVCENKO, 1989, p.78).

Defendia-se à época que o Brasil precisava, para alcançar o progresso que se acenava, atualizar sua sociedade em relação ao modo de vida europeu, modernizar sobremaneira as estruturas do País, integrando-o ao que se impunha como "unidade internacional" e, não menos, alavancar o padrão cultural e material da população brasileira (SEVCENKO, 1989). Esses ares utópicos foram respirados em Belém (e também Manaus) durante o período que ficou conhecido como belle époque amazônica, iniciada nos anos de 1880 e perdurado até os anos iniciais da década de 1910, período esse, no caso belenense, marcado pela administração do intendente municipal Antonio José de Lemos, entre 1897 e 1911[71]. Afinal, não sonhara aquela Belém tornar-se uma cidade europeizada, a "Petit Paris", como orgulhosamente não se cansava de repetir o "Velho Intendente"? Sobre o tema, por ora, é importante destacar que em 1856, mesmo com todo o discurso pessimista, um tempo de riquezas se apresentava, e as margens da Baía de Guajará, outrora

[71] Antonio José de Lemos, maranhense, nasceu no Maranhão, em 1843, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 1913. Iniciou sua careira política em Belém, como um dos vogaes do município. Na figura de intendente, governa o município entre os anos de 1897 e 1911, período de máximo crescimento econômico da cidade, movido pelo comércio da borracha, naquilo que ficou conhecido, posteriormente, como belle époque.

palco da chegada da cólera, começavam a ser, ainda que por meio de simples trapiches, o local de escoamento da borracha.

O processo de reurbanização iniciado após o surto incluiu como um de seus alvos a dominação das águas, primeiramente, no sentido de purificá-las[72], para, em seguida, torná-las lugar de recreio, refrigério e recomposição das forças e da saúde. Por outro lado, parece claro o privilegio dispensado às elites de Belém em detrimento do restante da população. Tal processo deve ser pensado como característico do avanço capitalista sobre a cidade, bem como motor da inserção de Belém na economia mundial. Assim, a partir da segunda metade do século XIX a economia da borracha modificou a estrutura social belenense: a cidade viu surgir retirantes e estrangeiros em busca de emprego, bem como foi palco para a formação de uma nova elite, composta por seringalistas, comerciantes e homens do setor financeiro (CANCELA, 2011. SARGES, 2010).

Atenta à necessidade de substituir a antiga burocracia administrativa, considerada obsoleta pelo emergente regime republicano, a elite que então se formava enviou seus filhos para estudarem na Europa, e esses, ao retornarem, contribuíram para o projeto de europeização dos costumes belenenses (SARGES, 2010). Acreditava-se então que a capital banhada pelas águas guajarinas estava mais próxima "[...] da Europa do que do Rio de Janeiro, com os seus interesses mais ligados ao velho continente e à America do Norte do que ao Brazil de que faz parte [...]" (LEMOS, 1909, p. 30). Uma visão que pode ser entendida como romântica, diz que nesses tempos idos, no Grão-Pará, havia "[...] maior ascendência européia que brasileira do Sul. Raro o paraense de posses que conhecia o Rio de Janeiro, e comum o turista amazônico afeito às belezas dos lagos suíços, aos *boulevards* e museus franceses, às artes das cidades italianas, ao encanto da vida vienense" (TOCANTINS, 1972, p.235. Grifo do autor). Ostentação e consumismo

[72] É importante pontuar que no Brasil daqueles tempos idos predominava a concepção de que "[...] a vida só poderia ser pensada em relação às influências exteriores que interagiriam sobre ela, como o clima, a luz, o ar, o sol, a água, segundo uma linha de pensamentos herdada de Lamarck, de Étienne Saint-Hilaire, dos médicos do século XVIII, entre outros (RAGO, 1987, p.167).

eram uma constante entre a minoria abastada e, os jornais, uma espécie de vitrine dos mais variados produtos e eventos, de forma que na capital do Grão-Pará

> [...] as modas, o luxo, o bôm-gosto, eram de mais requintes do que na própria capital da República. Havia um cidadão conhecido como 'mulato rico', solicitado nas altas rodas, que, convertido em mercador de fama, supria a boa sociedade com tôda sorte de objetos e utilidades pessoais. O seu sortimento ia da camisa de palha de sêda italiana ao perfume parisiense, do calçado à casimira inglêsa, ao linho belga ou inglês, do relógio suíço às jóias dos famosos joalheiros de Paris [...]. Era um mostruário de beleza e elegância (TOCANTINS, 1972, p.234-235).

Em tempos de fluidez e inconstâncias, as novidades reluzentes logo pareciam fadadas ao obscurantismo, o que de forma alguma impedia idealização de uma belle époque amazônica. Parte integrante desse processo, os anúncios estampados nas páginas dos jornais e revistas de então compunham um quadro diversificado que, mesmo confuso em termos gráfico e visual, guardava traços de coesão. O frenesi das ruas, bem como a contínua, confusa e voraz excitação em busca do novo animavam e alimentavam o consumismo belenense (mesmo que fosse apenas entre a sua elite). Destarte, as mudanças processuais ocorridas em Belém foram similares àquelas de Manaus no mesmo período, conforme aponta Edinea Mascarenhas Dias:

> A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela energia elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega [...] arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo (DIAS, 2007, p.29).

As riquezas da borracha pareciam imprimir o progresso às duas capitais com rara velocidade. Pelo menos era o que a imprensa belenense procurava evidenciar ao dizer, em 1869, que

> [...] há dez anos [...] a edificação particular tem muito melhorado [...]; já hoje se não edificão casas com tão pouca altura, com portas e janellas tão pequenas que não permittem a luz nem ventilação bastante [...]. A hygiene e elegancia architetonica, ambas tem ganho com estes melhoramentos (O LIBERAL DO PARÁ, 21.02.1869, p.1).

Penso que a pertinência das observações de Dias aplicadas ao universo da Belém oitocentista fica evidente na sequência da crônica:

> E não só na forma tem ganho a nossa edificação, também na natureza mesmo da edificação tem havido progresso. Ainda não há muitos annos a maior parte das casas erão edificadas, empregando-se nas paredes madeira e barro, o que alem da pouca duração offerecia pouca segurança e tornava precisos frequentes reparos.
> Hoje o emprego do tijolo tem permittido, dando pouca espessura ás paredes, e tornando mais rapido o trabalho, construir com egual ou pouco maior despeza casas, além de mais elegantes, mais duradoruras.
> As coberturas das casas em que, senão nas ruas principaes, ao menos nos novos bairros, era empregada a palha, hoje são, podemos dizel-o em totalidade, feitas com telha e bem poucas excepções se encontrão, ainda mesmo nos bairros mais afastados do coração da cidade (O LIBERAL DO PARÁ, 21.02. 1869, p.1).

Tal crescimento foi acompanhado pela ruptura com o modelo arquitetônico e mesmo urbanístico característico dos tempos coloniais. Tinha-se desse modo uma Belém em efervescência, voltada à nova ordem urbana e dos sentidos: a cidade que demolia e apagava os traços do antigo era a mesma que erguia o novo; a cidade que recebia mais e mais pessoas, era a mesma que segregava sua população pobre; a cidade que se vestia de hábitos europeizados, era a mesma que virava às costas aos usos e costumes populares e, enfim, a cidade que educava corpos (saudáveis, disciplinados, performáticos e belos) para os tempos de modernidade era a mesma que apagava os traços dos corpos de outrora (marcados pela doença, pela indisciplina, pela gestualidade tacanha e pela feiúra). Belém, desse modo,

integrava-se (e, em certo sentido, até mesmo se antecipava) ao movimento de "regeneração", ocorrido no final do século XIX e início do XX. Sobre o tema, Nicolau Sevcenko afirma, adotando a cidade do Rio de Janeiro como referência, que a capital fluminense passou a entender que sua estrutura urbana se fazia anacrônica face às exigências dos tempos modernos que ali se instalavam, fosse pelo antigo cais, inapto ao atraque dos portentosos navios de então, fosse pelas estreitas e mal traçadas ruelas dos tempos colônias, que dificultavam sobremaneira o fluxo entre a zona portuária e a malha ferroviária, com região do comércio, bem como a incômoda e desafiadora presença de áreas pantanosas na cidade, posto que eram nascedouro de pestilências (SEVCENKO, 1989). Superar com esse quadro exigiu

> [...] a 'regeneração' da cidade, e por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em padieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins [...]. A expressão 'regeneração' era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana (SEVCENKO, 1989, p.30-31).

A cidade, então, se transforma em local de crescimento e demolição, com o antigo sendo devorado pelo novo. As ruas, em particular, tranformam-se em lugares de mediações simbólicas e de troca de sociabilidades. Pensando a cidade de São Paulo oitocentista, Fraya Frehse entende as ruas paulistanas como

> [...] uma mediação fundamental para a introdução de referências sociais e simbólicas ligadas à modernização em curso. Os padrões modernos de relacionamento difundem-se nas cidades mediados, em boa parte, pelas novas mercadorias e equipamentos de infra-estrutura modernos introduzidos na rua [...] (FREHSE, 2005, p.30).

Retomando o olhar à cidade de Belém ao longo do processo de reorganização urbana, percebe-se que "[...] ao poder público [foi] atribuída a tarefa

de disciplinar e embelezar a cidade, e, para desempenhá-la, [criou] mecanismos que [interferiram] na vida cotidiana das camadas populares" (SARGES, 2010, p.21), o mesmo podendo ser dito sobre o dia a dia das elites, acarretando transformações de normas de conduta, criação de novos códigos de posturas e a interferência direta sobre os usos de si, reforçando o entendimento de Sevcenko sobre o caráter compulsório da belle époque brasileira, aqui estendido à belle époque belense. Nesse processo, a educação do corpo para a vida em meio à natureza (domesticada) estava em curso, mas longe ainda de se consolidar. Os vestuários, ou os modos de vestir-se, integravam esse universo, na medida em que "[...] vestir-se obedece [...] a determinações sociais específicas e revela-se como resultado de um laborioso e lento processo de transformação de sensibilidades em relação ao corpo e à sua exibição, de tolerância à nudez e à 'natureza' corporal" (SOARES, 2011, p.13). Desse modo, os passeios e eventos de sociabilidade públicos, eram carregados de pedagogias que incluíam regras de etiqueta e civilidade à moda europeia, atenção aos pudores e cuidados com o recato, bem como postura corporal e a demonstração de comportamentos civilizados à moda europeia.

O conjunto de mudanças ocorridas em Belém ao longo do período aqui estudado não pode ser pensado apenas em termos de edificações ou melhorias estruturais na cidade, como o calçamento, encanamento d'água e arborização. Trata-se sobremaneira da invenção de um pensamento urbano, incluindo aí a adoção (ou imposição) de usos e costumes. E mais: diz respeito a um movimento que forja um novo (e positivo) sentido à natureza e à vida ao ar livre, fazendo dessas uma extensão da vida urbana, em oposição àquele de uma natureza selvagem e perigosa em sua grandiosidade, que apequenava o homem e obstruía o progresso. Afinal, como quis Euclides da Cunha, chefiando a Comissão Brasileira de Limites com o Peru que esteve na Amazônia em 1905, incluindo breve passagem por Belém, era tamanha a imensidão e estado de incompletude da região amazônica (por si alcunhada de "paraíso perdido"), que o homem, ali, era nada além de "[...] um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a

natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem" (CUNHA, 2000, p.116).

A Amazônia descrita por Euclides da Cunha, tão grandiosa quanto hostil ao progresso, era também aquela que tinha encravada em si as duas grandes capitais do Norte, Belém e Manaus, cidades que viviam naquele momento o auge de seu desenvolvimento econômico e cultural. É importante destacar que a modernização daquela Belém rica era tamanha a ponto de essa ter sido a primeira das capitais brasileiras a contar com o serviço de luz elétrica. Com efeito, o discurso de inauguração do sistema elétrico belenense afirmava que aquele momento simbolizava

> [...] um passo na senda do progresso real e efectivo, em que vamos entrando. [...]
> Effectivamente esta parte da União brazileira se avantaja todos os dias no caminho que conduz a uma civilisação adiantada,
> Da iluminação pela electricidade, a ultima palavra da sciencia neste assumpto, ainda não gosam muitas das velhas e adiantadas capitaes da Europa, e no paiz, das grandes capitaes que dão testemunho do seo engrandecimento, é esta a que primeiro realisa tão grande commetimento. [...]
> Bebo portanto á prosperidade e grandesa desta futurosa capital e de seu patriótico governo [...] (FOLHA DO NORTE, 05.02.1896, p.1).

Cidade "futurosa", a Belém das riquezas desafiou a natureza amazônica (assim como Manaus também o fez). Natureza selvagem, misteriosa e exuberante, com seu clima implacável, suas matas intransponíveis e seus rios turvos que pareciam não ter fim. Essa natureza ameaçadora e insalubre precisava ser civilizada, domada e transformada em lugar de progresso, manancial de riquezas, não menos que em ambiente regenerador. E o seria, assim acreditavam os médicos, os engenheiros, os legisladores e tantos mais. Assim projetava o governador José Paes de Carvalho, na aurora de um Pará e Brasil Republicanos:

> Póde bem ser que estejamos em erro, mas não receiamos afirmar, que Belem a altiva esplendida Stamboul do Guajará,

> que tem por tributarias mais afortunadas regiões da America do Sul, será em algumas dezenas de annos um dos mais importantes emporios de escambos internacionais [pois possui] deslumbrantes florestas que enfileiram riquezas inestimaveis [...] milhares de rios pelagicos, que em indescriptiveis meandros imprimem o caracter de Mesopotamia ao explendido valle [em uma] prodigiosa culminação de fecundidade e maravilhas de toda especie, que o Creador parece ter preparado para um dia abrigar s destroços da civilisação europea, profundamente minada pela miseria de milhões de espoliados; certamente a assombrosa região não encontra simile no globo [e assim], o genio do homem, aparelhado com os **maravilhosos inventos da industria e da sciencia**, construira em breve nas margens do rio de Orellana, um typo de civilisação e poder em nada inferior aos que o precederam [naturalistas estrangeiros, entre os quais Humboldt e Martius] (ÁLBUM DO PARÁ, 1899, p. 144-145. Grifos meus).

Pode-se pensar, então, que para as mentalidades da época o progresso e a modernidade seriam alcançados a partir do momento em que o destino da cidade fosse conduzido por um ideário composto, entre outros, pela ciência (em especial a medicina), pela educação (incluindo a educação do corpo e das sensibilidades), pela aquisição de novos (e europeizados) modos de ser, bem como pela composição de leis e códigos de posturas. Forjar um sentido positivo à natureza foi portanto uma construção histórica que, integrada a esse conjunto de aspirações, tornou-se imprescindível à invenção da nova vida urbana.

Lado a lado, modernidade e traços de um passado que parecia insuperável em seu atraso coexistiam e se tensionavam: riquezas para poucos escorada à miséria para tantos; ciência médica em meio a curas populares; casas modernas e higiênicas que não escondiam os cortiços imundos e perniciosos[73]. E, nascedouro da cidade, as barrentas águas guajarnias, sobre as quais singravam pequenas canoas, seriam também, avançando no fio do tempo, lugar para o aporte de

[73] Será uma medida de verdadeira utilidade publica acabar-se com esses alcouces de immoralidade, crimes e vícios, que infelizmente abundam nas ruas e praças da capital. A policia e a câmara municipal prestariam um grande serviço banindo esses lupanares, que servem de meio de vida aos malandros e aos ociosos [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30.10.1883, p.2).

modernos navios cargueiros e de passeio, atraídos e movidos pelas riquezas da borracha. A Baía de Guajará, que no início do Novecentos seria palco para a instalação de um moderno porto, transformando Belém no principal escoadouro brasileiro de borracha, antes abrigara pitorescos trapiches, sobre os quais dizia o Historiador Ernesto Cruz em seu décimo sexto livro, "Procissão dos Séculos"[74], articulando suas memórias de menino às fontes de sua pesquisa:

> Ainda conheci Belém com seus trapiches. Eram de diferentes tamanhos, grandes e pequenas armações de madeira com atracações de ferro e cobertura de folhas de flandres [...] guardo na memória a lembrança daqueles globos brancos que iluminavam os trapiches, dando-lhes aspecto pitoresco, e impressionando, satisfatoriamente, os viajantes (CRUZ, 1999 [1952], p.76).

Imagens de uma Belém que era várias cidades naquilo que se negava e complementava, se desdizia e se harmonizava. Cidade de águas e matas, mas cidade da arquitetura do ferro[75]. Cidades tantas que ora se imbricavam e ora se amalgamavam, ora se confundiam e ora se perpassavam. Cidades tantas, mas que eram uma mesma. Várias, ou uma Belém que singra a história por meio de memórias vívidas e de traços perdidos ao longo dos tempos de outrora. Acreditando renovar-se dia após dia, a capital banhada por águas guajarinas se dizia riqueza, mas não escapava às suas misérias. Ou melhor, como se fosse Leônia[76], os traços

[74] Publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1952, segundo Geraldo Mártires Coelho, historiador que prefacia a edição de 1999, foi a obra que materializou, por meio dos seus pequenos estudos, "[...] uma incursão de Ernesto Cruz pelo mundo da *petit Historie*, realizada por meio da tradicional narrativa que recupera o bom gênero da crônica como instrumento da explicação histórica" (COELHO, 1999, p.15. Grifos do autor).

[75] Durante a Belle Époque amazônica houve em Belém e Manaus o investimento em edificações em ferro, importadas da Europa, simbolizando e pontuando, grosso modo, a modernidade (mesmo que periférica). Sobre o tema, ver, entre outros, DERENJI, Jussara da Silveira. Arquitetura do ferro: memória e questionamento. Belém: CEJUP, 1993. Ver também BASSALO, Célia Coelho. O Art Nouveau em Belém. Belém: MEC/FUNARTE, 1984.

[76] A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias [...]. Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos da Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro [...] quanto mais Leônia se supera na arte de fabricar novos materiais, mais substancioso torna-se o lixo, resistindo ao tempo [...] quanto mais Leônia expele, mais acumula; as escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de tirar; renovando-se todos os dias, a cidade conserva-se integralmente em sua

de uma Belém que outra e mais outra Belém queriam apagar, se acumulavam e davam corpo, voz e permanência ao passado, estabelecendo territorialidades que assombravam ao mesmo tempo em que alimentavam a modernidade.

Vida ao ar livre e vida urbana se apoiavam dentro de um projeto de modernização que, orientado pelo avanço da lógica capitalista, idealizava uma Belém europeizada que, posta à prova ao longo da belle époque amazônica, e, em certo sentido, até a década de 1920, de fato, fracassou. Pontue-se ainda: a natureza com suas águas domesticadas, o corpo e suas pedagogias – amalgamados – constituíram-se em elementos forjadores de uma modernidade que acenou para Belém e para a Amazônia nos áureos tempos idos da borracha.

Eleito como contraponto fundamental aos ritmos fatigantes da cidade que se inventava urbana e moderna, o contato com uma natureza domesticada, por meio de uma vida ao ar livre em plena cidade – ou em extensões dessa, como os balneários – implicava pedagogias não assimiladas de forma imediata sequer pelas elites que, afinal, as gestaram. Fosse no seio da vida privada ou no universo das sociabilidades públicas, a educação do corpo que então se instalava era movida por intermédio de práticas, representações e simbologias, muitas das quais, inéditas àquela cidade erguida em plena selva tropical, margeada e cortada por rios e possuidora de um clima tão quente quanto úmido. Portanto, é viável supor que a educação, adoção e mesmo a imposição de um conjunto de novidades – entre os quais os trajes, as posturas, as diversões e os hábitos higiênicos – além de gradual foi também, em certo sentido, inusitada. Portanto, se as cidades são feitas de carne tanto quanto de pedra (SENNETT, 2006), pode ser dito que mudaram as edificações e ruas, como também mudaram os tempos e ritmos, pois, como aponta Oswaldo Coimbra, ao olhar a uma Belém de 1886,

> [...] os hábitos de grande parte da população tinham mudado. Aquela parte da população submetida ao fluxo de informações que chegavam a Belém através dos 11 jornais, das muitas

única forma definitiva: a do lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros (CALVINO, 2011, p.105-106).

> livrarias, dos hóspedes de 12 hotéis, dos tripulantes dos navios do Sul do Império, dos Estados Unidos e da Europa, atracados no porto, não poderia mesmo manter a antiga simplicidade que a levava a gostar apenas das festas religiosas, trazidas ao Pará pelos lavradores Portugueses. O dinheiro da crescente exportação da borracha [...] não tinha somente embelezado Belém. Havia, ainda, sofisticado muitos de seus habitantes e incutido neles o gosto por viagens, bebidas, roupas [...] danças e... convívio social (COIMBRA, 2009, p,15).

Belém em sua belle époque era uma cidade marcada por contradições e extremos, porque envelhecida não menos que moderna, porque miserável tanto quanto enriquecida. De fato, se a elite belenense delineava traços modernos à arquitetura, bem como instalava hábitos e gostos de um refinamento que se pretendia europeizado, os usos e costumes tradicionais e populares resistiam e contrastavam com a imposição daqueles estranhos e tão distantes modos de ser. Junto a tensões e paradoxos, os sentidos e formas de sentir e perceber modificaram-se, como também os sons e odores, os ritmos e anseios, as necessidades e o consumismo dos citadinos. O tato de quem toca e a textura do que é tocado não mais seriam os mesmos a partir de então. Foram inaugurados, desse modo, comportamentos e os usos de si. Grosso modo: mudaram as sensibilidades e as pedagogias, como mudou a estética e a lógica urbana. Pelas ruas transitavam gentes diversas. O centro comercial fervilhava e parecia abraçar a todos. Mas o crescimento da cidade foi desigual, o que podia ser notado por intermédio de simples passeios. Miséria e riqueza escoravam-se como que a dependerem uma da outra, compondo um quadro rico em contrastes. Se os problemas de urbanização e saneamento eram evidentes, a precariedade citadina ficava mais exposta sempre que a natureza, com suas águas, desdizia todo e qualquer projeto de modernização, fazendo com que a cidade ficasse

> [...] afundada em lixo e lama; [...] a hygiene publica sempre em pessimas condições, quando poderia ser excellente; os canos de esgoto entupidos; e a cidade, no bairro calçado, exposta a

> inundações por occasião das chuvas torrenciaes que temos!! (DIÁRIO DE BELÉM, 05.04.1882, p.2).

A política de saúde pública implicava o controle da vida banal, principalmente das classes pobres, consideradas um constante perigo à ordem estabelecida, bem como acusadas de serem focos para o surgimento e disseminação de doenças, em função dos maus hábitos higiênicos e comportamentais, que seriam, aos olhos dos legisladores e médicos, característicos dessa camada da população. Por outro lado, julgava-se necessário registrar e controlar as ocorrências e incidências de doenças e suas possíveis causas, bem como investigar a influência da natureza sobre o surgimento das epidemias: médicos, engenheiros, arquitetos e legisladores, entre outros, gestavam um quadro que apontava ser fundamental intervir de forma racionalizada sobre os elementos da natureza peculiares à região[77], tais como as altas temperaturas e, o central para essa tese, a proximidade e presença constante das águas junto à cidade. Em 1859 essas preocupações já se evidenciavam a ponto de ser exigido que o

> [...] inspetor de saúde pública [...] remetesse à presidência do Estado, informações sobre o estado sanitário da província do Grão-Pará [e a] estatistica dos obitos, acidentes os molestias que occasionaraõ os falecimentos; moléstias epidemicas ou endemicas que reinaraõ durante o anno próximo passado, estado hygrometrico da atmosfera, medidas a tomar para melhorar a hygiene publica (A EPOCHA, 03.06.1859, p.1).

Se reerguer a cidade exigiu um conjunto de intervenções urbanas, não parece equivocado supor a concomitância de novas pedagogias voltadas às sensibilidades, provocando assim transformações de usos e costumes ligados aoo

[77] Sobre o tema, ver SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1920. Para o autor em questão, já próximo da virada para o século XX houve uma mudança na associação entre o clima tropical e a incidência de doenças, a ponto de a "[...] influência do clima sobre a origem das doenças [ter sido] minimizada para dar destaque às condições geográficas dos trópicos, ou seja, para os fatores que contribuiriam para a presença e a proliferação dos insetos transmissores das doenças" (SCHWEICKARDT, 2011, p.54).

corpo. Desse modo, a partir do final da década de 1850 surgem indícios daquilo que ao longo do fio do tempo se constituiria em um projeto: uma Belém europeizada em seus modos de ser, higiênica, esteticamente requintada e repleta de belezas naturais – domadas e integradas ao cotidiano citadino, fundamentalmente, por intermédio de praças públicas, de um bosue municipal e do litoral belenense. O corpo, ou uma educação do corpo, não só integrou este projeto como foi ponto ao qual convergiram o poder médico-higienista, os mecanismos de regulamentação e policiamento, bem como as palavras e coisas da vida banal. Mas, o que dizer sobre a natureza e suas águas? Obstáculo ao progresso? Domar as águas significaria silenciá-las, negando o quê de bucólico haveria em Belém? O percurso que levaria à tão sonhada modernidade incluiria a vida ao ar livre? Seria o homem moderno capaz de domar a natureza exuberante e ameaçadora em sua grandeza, e que parecia não se render ao avanço tecnológico que se instalava em Belém? Os hábitos imbricados aos usos d'água seriam, finalmente, postos sob a tutela de médicos, engenheiros, juristas e legisladores?

Amazônia, lugar onde "[...] a terra toda surge à flor das águas e emerge mais e mais, crescendo na ascensão da seiva das florestas atraídas vigorosamente pelas energias incomensuráveis da luz" (CUNHA, 2000, p.102). Destino manifesto, Belém seria a cidade do futuro: suas riquezas alcançariam o mundo por intermédio dos rios exuberantes que a banhavam. Por isso, seria Belém a "rainha do Amazonas"[78] (SMITH, 1879). Mesmo o clima, por tantas vezes vilanizado[79], nem sempre era descrito de forma negativa. O naturalista Alfred Wallace, por exemplo, ao visitar Belém em 1849, disse que tanto as tardes como as manhãs eram "[...] agradáveis

[78] A city, this is, with a manifest destiny: a city of the future, that shall yet enrich the world with its commerce [...] it has what the southern city lacks - splendid water-communication straight through the heart of the continent [...] Pará has her title of nobility: by her situation she is the queen of the Amazonas (SMITH, 1879, p.35-36).

[79] A Amazônia, espaço tropical com a singularidade de possuir a área de floresta mais contínua do mundo e um sistema hidrográfico sem símile em outras regiões, estava como que marcada pelo excêntrico aos olhos da civilização europeia. [...] Ademais, ainda no século XIX, pesava no espírito dos povos a crença quase supersticiosa de uma influência direta e irresistível do clima sôbre o homem. E que melhor lugar haveria na terra para caber tão bem êsse julgamento senão a Amazônia? (TOCANTINS, 1972, p.237).

e frescas [ocorrendo] geralmente uma chuva, e aprazível brisa, à tarde, que purificam e refrescam a atmosfera" (WALLACE, 2004. [1853], p.50).

Para Alfredo Ladislau, interpretar o lago na Amazônia a partir de aspectos fisiográficos e aspectos subjetivos, possibilita a junção de duas sínteses: a da região e a do homem amazônico. A primeira, condensaria a estética suntuosa da paisagem amazônida e, por seu lado, a segunda, listaria dos seus autóctones o passado e o presente (LADISLAU, 2008). Dessa forma, nos momentos de bonança.

> [...] quando a natureza se recolhe dentro de sua absorta quietude, somente o lago procura fugir ao desmaio desse quebrantamento, mantendo-nos a mesma impressão empolgante da sua beleza. [...]
> Contemplando, assim, por essa feição estética, não há negar que a sua paisagem tem sempre, como todo panorama de qualquer lago, um estranho deslumbramento e essa incompreendida sedução das coisas misteriosas (LADISLAU, 2008, p.91-92).

As águas poéticas de Ladislau se querem donas de um tempo e estética próprios, e contam sobre o passado e o presente. Escapam à falta de forças porque belas, porque encantamento. Ampliando a imagem do lago evocada por Ladislau aos rios e igarapés belenenses, como se daria o contraste desses em relação à cidade que se modernizava? Qual seria a cadência dos homens encantados por tais águas? Para Ladislau,

> [...] na Amazônia, tem sido a água sua [dos homens] perversa companheira, porque o envilece, conduzindo-o à mais aviltante ociosidade. [...] E desse fator subversivo, aparentemente tão inócuos e prestimosos, mais do que os rios, os paranás e os igarapés são os lagos que se avantajam para tornar o nosso mameluco inadaptável à vida social pelo trabalho (LADISLAU, 2008, p.92).

As imagens de Ladislau fazem pensar nos lagos e águas como avessos aos ritmos da modernidade, à pressa, ao fardo do trabalho. Apequenado por este mundo que se dizia moderno, o mameluco – e, acrescento, o ribeirinho e todos os demais

que encontravam nos pontos d'água diversão e mesmo trabalho – deveriam curvar-se aos novos tempos? Mais que enraizado às águas, o homem amazônico nelas vê sua própria origem, ou, como imagina Ladislau, admite uma *"[...] concepção hidrogênica da sua raça"* (LADISLAU, 2008, p.93). Não se trataria, portanto, de esta raça nascida das águas escolher este ou aquele mundo. Como também não seria mera questão de dominação ou enfrentamento de forças travado entre cidade e natureza.

Pela chuva quase cotidiana ou pelos rios que a cercavam, a presença e abundancia das águas em Belém era visível. Isso, entretanto, não significava que a água fosse acessível à população, principalmente àquela mais pobre, pelo menos não em condições apropriadas para o consumo. A purificação da água era uma realidade distante. Fossem as águas insalubres e pestilentas, fossem as chuvas que refrescavam as tardes calorentas de Belém, ou ainda, fosse a grandiosidade dos rios que um dia maravilharam Euclides da Cunha, havia entre todas essas formas um elemento comum: serem fonte e, ao mesmo tempo, objeto para a invenção de uma vida banal, com suas novas sensibilidades e pedagogias. Com efeito, a natureza ameaçava o progresso porque, simplesmente, o ignorava. Sobretudo, tratava-se de superar o que de insalubre haveria nas águas *pari passu* à invenção de um novo modelo de vida ao ar livre e de bucolismo. As águas, então, possuíam vozes e se constituíam em elementos históricos, dotadas de metapoética, conforme pensado por Gaston Bachelard.

Cercada e entrecortada por rios. Visitada regularmente por chuvas ao longo do ano. Belém nas águas ter seiva e horizonte. A constância e importância desse elemento da natureza à vida banal de uma Belém deveras amalgamada ao bucólico, permite pensá-la como constituinte daquilo que possa ser tanto a cidade quanto sua população. Assim, os ditames rítmicos da cidade que buscava a modernidade precisavam da natureza não como um oposto, e sim como lugar para recompor aquilo que a ela, cidade, impunha-se como consequência perversa do progresso: os ineditismos e excessos de uma vida urbana que, talhada em pedra e ferro, à sua

imagem e semelhança, fadigava o músculo, tensionava os sentidos, desbotava a vivicidade.

Longo e trabalhoso, os percursos que levariam à pretensa domesticação das águas serão pensados, para efeito desse capítulo, a partir de quatro eixos: 1) salubridade das águas a céu aberto; 2) banhos e suas novas formas e sentidos; 3) purificação das águas para consumo e suas tecnologias; 4) divertimentos modernos em meio às águas. Destarte, ao longo do capítulo ora introduzido, discutirei a articulação entre os circuitos d'água e a educação do corpo, entremeando-a à presença e influência de um conjunto de ideias forjadoras de imagens de natureza e urbanidade que influenciariam e normatizariam usos e costumes da Belém. Nesse sentido, o final do surto de cólera, em 1856, lhe é o marco inicial, que terá como marco final a procura de balneários e suas águas como lugar para diversão, refrigério e sociabilidades.

“Recordem-se que a fama de terra da peste e morte nos prejudica de um modo horrível”. Belém, cidade do lixo e das águas podres.

Decretava o Código de Posturas publicado em 1856, em seu artigo 14, que os proprietários de terrenos pantanosos, dentro de Belém e suas adjacências, eram obrigados a aterrar ou “dar esgotamento” às águas ali presentes dento do prazo a ser estipulado pela Câmara Municipal. Ao findar o prazo, o infrator seria “[...] condemnado em dez mil réis ou quatro dias de prisão [...]” (TREZE DE MAIO, 09.01.1856, p.2). Previa o artigo 17 do mesmo código, punição idêntica àqueles que lançassem águas infectas “[...] nas ruas, quintaes, pateos, estradas, e canos de casas, devendo estes servir sómente para dar sahida ás aguas pluviais” (TREZE DE MAIO, 09.01.1856, p.2). Por seu lado, o artigo 18 dizia respeito às praças, ruas, estradas, praias, cais e qualquer outro lugar público, normatizando que nesses locais era proibido lançar “[...] immundices, cisco, vidros, restos de peixe [...] o que só poderá ser feito nos logares, que as Camaras designarem por editaes. O infractor incorrerá na multa de dois mil rs. Ou um dia de prisão, e será obrigado a mandar fazer a limpeza á sua custa, ou pagar a despeza, que o Fiscal para isso tiver feito” (TREZE DE MAIO, 09.01.1856, p.2).

Naquela Belém que começava a se reerguer, importava normatizar a vida privada tanto quanto a pública, cabendo aos legisladores e aos médicos, esses, sob a forma de uma junta de higiene, estabelecer os limites entre o saudável e o insalubre, entre o limpo e o sujo, entre o moral e o imoral. A cidade, ainda longe dos tempos de riqueza que chegariam com a belle époque, mesmo que para poucos, ressentia-se de uma ação efetiva dos fiscais da municipalidade, assim dizia o Treze de Maio. Para o jornal, a fiscalização dos talhos de carne verde vendidos à população era mínima, implicando aí riscos à saúde dos citadinos. Da mesma

forma, raras eram as visitas dos fiscais às praias, às tabernas, às ruas e praças de Belém, deixando-as em estado de abandono. Dizia o Treze de Maio:

> Posturas naõ faltaõ, quase todas as semanas se promulgam novos artigos; o que falta é quem as faça cumprir. [...] Um mercado publico, uma caza para a venda do pescado fresco, cuja construcção está decretada desde 1851, tem sido obras que naõ se tem julgado necessarias, ao passo que seria o meio de remediar muitos dos males causados pelo deleixo de certos funccionorios (sic.) (TREZE DE MAIO, 28.04.1856, p.1)

Além do mercado público e da casa para venda de peixe, defendia-se à época ser fundamental a construção de um paço para a assembleia municipal, um paço para a câmara e um internato. Outra importante obra então defendida era a construção de um teatro capaz de corresponder à grandeza daquela nova cidade. O relatório apresentado à Assembleia Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1856, pelo Presidente da Província, Henrique de Beaurepaire Rohan, publicado pelo Treze de Maio de 01 de setembro daquele ano foi incisivo:

> Naõ há duvida, Senhores, que precisamos de um theatro digno da capital da província [...]. O acctual já naõ se compadece com a importancia crescente que vai adquirindo a formoza cidade do Pará. Todavia é nelle que funcciona a companhia dramatica que existe nessa cidade, e que constitue, por assim dizer, a unica diversaõ de que póde dispôr a classe a mais illustrada da população (TREZE DE MAIO, 01.09.1856, p.4).

A julgar pelo que diz o relatório, as diversões públicas – ou melhor, as diversões voltadas à elite – já se desenhavam como elementos do novo, do moderno, do refinado, muito embora ainda fossem poucas as opções oferecidas em Belém. Pontue-se: vivia-se então um momento que marcava o início do avanço capitalista sobre a capital do Grão-Pará, caracterizada, vale reforçar, por um estado de pobreza e de riqueza que, de certo modo, alimentavam um ao outro. Destarte, a construção de um portentoso teatro daria vazão ao gosto e às sensibilidades cada

vez mais refinadas da elite, em muito educada por intermédio das artes, mas, ao mesmo tempo, o surgimento desse novo palco para diversões movimentaria a economia local, inclusive, gerando fontes de renda para a população pobre. Ouçamos o Presidente da Província:

> As representações dramaticas, proporcionando um um entretenimento *agradavel e innocente*, tem a vantagem naõ só de inspirar dedicaçaõ á literatura e bellas artes, como também a de prestar um serviço á sociedade, fomentando diversas pequenas industrias, que formaõ o patrimonio das familias pobres (TREZE DE MAIO, 01.09.1856, p.4).

Como pode ser observado, as diversões e belas artes[80] não eram pensadas para a camada pobre dos belenenses. O refinamento das sensibilidades, a educação dos gestos – suaves, disciplinados, requintados, civilizados, enfim – pertenceria ao universo da elite. Aos pobres, a indústria (de subsistência) gerada pelos bens culturais que ali se instalavam. Segregação, parece fato. E contradições. Por seu lado, as águas continuavam perturbando o progresso da cidade, constituindo-se em uma ameaça contante à saúde da população. Focos de miasmas, os pântanos deveriam ser dessecados a todo custo, pois dali surgiam as febres intermitentes que reinavam de forma endêmica. Reforçando o papel oficial dos homens da ciência (fundamentalmente, os médicos e engenheiros), dizia o relatório que era preciso, "[...] a todo custo, remover essa causa permanente de destruição. Para o conseguir, seria indispensavel ouvir o parecer de homens de sciencia, que se encarregassem de discutir e propor os meios práticos de realisar taõ importante melhoramento (TREZE DE MAIO, 01.09.1856, p.6).

Dessecar os pântanos e as áreas alagadiças compunha o processo de medicalização de Belém então esboçado. Assim, a capital do Grão-Pará integrava-se à lógica ora reinante no Brasil, fundamentalmente, nas grandes capitais. Nesse movimento, a população pobre era alvo contínuo dos médicos higienistas

[80] Dizia o relatório em questão: "A excepçaõ da musica, os demais ramos das bellas artes naõ florecem ainda no Pará (TREZE DE MAIO, 01.09.1856, p.4).

articulados aos poderes públicos. Pensando na cidade de São Paulo do entre séculos, Margareth Rago apresenta uma realidade em muito semelhante ao que começava a ser vivido na Belém já próxima dos anos de 1860. Diz a autora que em São Paulo, houve a preocupação "[...] com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças [...] (RAGO, 1987, p.163). Ainda pensando a partir de São Paulo, a salubridade dos rios impunha-se à ordem do dia, não apenas em decorrência dos acalorados debates científicos de então, protagonizados pelos defensores das teses miasmáticas em contrapartida aos que defendiam as teses microbianas, mas sobretudo em decorrência

> [...] de uma realidade trágica: endemias e epidemias que flagelavam os habitantes das cidades brasileiras. E na década de 1890, doenças contagiosas desafiavam os tempos de progresso prometidos [...]. As pestes dizimavam a mão-de-obra imigrante e perturbavam o seu fluxo, inoculando ainda mais desconfiança em investidores internacionais, sócios da elite nativa nos negócios que envolviam a produção e distribuição do café no mercado mundial (JORGE, 2006, p.30-31).

Contrastando esses quadros com o de uma Belém há pouco vitimada pela cólera, tem-se uma cidade que ressurgia da mortandade e do medo, e que tinha nas águas miasmáticas um problema a ser enfrentado. Mas essa Belém também era uma cidade que olhava à Baía que a banhava como lugar para o progresso, porque via de acesso e aporte ao mundo europeu, desde que sua espacialidade e formas de uso fossem reconfigurados e adequados à lógica do modo de produção capitalista. Em sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, ocorrida em 18 de novembro de 1858, sob a presidência de Ferreira Cantão, problematizou-se a demolição de casas próximas à Baía do Guajará para que ali fosse construído, enfim, o mercado público que tanto a cidade precisava. Defendia um dos deputados que Belém devia espelhar-se em cidades como o Rio de Janeiro ou mesmo em

> [...] outras cidades de paizes civilizados e com especialidade ás dos estados d'America do Norte [pois] nesses paizes de liberdade são edificadas as obras publicas a beneficio da cidade e do commercio. É o governo, sr. Presidente, que faz todas essas obras [...] abre docas e estaleiros [...] o que não acontece nesta nossa terra [...] "(DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 07.01.1860, p.1).

Prosseguindo em seu discurso, o deputado afirma que a população de Belém crescia consideravelmente, aumentando também o fluxo econômico citadino, assim como a "[...] construcção de casas e armazéns nas ruas da marinha, e seguido por todas as da cidade [sendo que com] o augmento dos predios tambem tem havido o do valor d'elles e de suas rendas (DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 07.01.1860, p.1). Como será visto no próximo capitulo da tese, o aumento do valor dos prédios situados às margens da Baía do Guajará terá um impacto direto na instalação dos primeiros clubes náuticos da cidade, dificultando a mesma. No momento, cabe pontuar que o crescimento urbano de Belém e as melhorias então realizadas deram-se de forma processual, impondo ao tecido da cidade ruas e prédios que se modernizavam, em contraste com a antiga (e pobre) estrutura dos tempos coloniais. Com efeito, para o olhar do deputado, afinado a um modelo europeizado de modernidade e progresso, as ruas de Belém não se encontravam como deveriam ser,

> [...] nem como se deseja, nem como de acham nos paizes civilizados [pois fatavam-lhes] o essencial [...] os passeios lateraes para os viandantes andarem á sombra das casas [...] como em todas as cidades de paizes civilizados, como já se acham na corte e em outras cidades do Brasil [...] (DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 07.01.1860, p.1).

Considerando a fala do político paraense, em 1860, Belém era uma cidade atrasada em relação ao mundo europeu e às principais capitais brasileiras. Cabia, portanto, integrá-la ao progresso então implantado no Brasil. Do refinamento cultural expresso pelas belas artes ao remodelamento urbano, um ensaio de

modernidade e educação das sensibilidades se fazia imposição. A cidade que começava a demolir para construir, também era a cidade que forjava uma nova espacialidade e sentido à vida urbana que ali se arquitetava. As águas foram objeto desse projeto naquilo que representavam de obstáculo ao progresso e à ordem estabelecida, fosse porque insalubres, ou porque indomadas. Destarte, vê-se que ao final dos anos de 1860, as águas infectas dos pântanos que circundavam a cidade seguiam enfeiando Belém e mantendo-na sob perigo e assombro constante de febres e outras doenças "[...] que na mudança de estação sobretudo, nos accommettem, com quanto podessem ser melhorados por meio de sarjetas, que dessem esgoto ás suas agoas (DIÁRIO DE BELÉM, 30.08.1868, p.1). Mas, não apenas as águas guajarinas: as chuvas ignoravam o movimento de progresso e faziam com que as poucas praças belenenses se transformassem em "[...] pantano e deposito de agoas infectas durante o inverno, especialmente a do Bagé[81], na qual se anda por cima de taboas, e a do quartel[82]. É isso devido á irregularidade do terreno, e a falta de escoamento das agoas pluviais" (DIÁRIO DE BELÉM, 30.08.1868, p.1).

A incursão sobre as águas não se resumia a dessecar aquelas julgadas infectas. Em uma cidade que se queria moderna, o abastecimento d'água depender da coleta em poços e fontes públicas se constituía em um problema, bem como a própria escassez de água potável em uma cidade às margens de uma Baía. A questão do abastecimento d'água potável se arrastava há décadas. Em 1862 houve um movimento político para, finalmente, implementar tal serviço. Para tanto, o então presidente da província, Araújo Brusque, defendia que, após algumas mdificações por si apresentadas, o contrato proposto pela empresa "Mediclott & CIA" deveria ser efetivado. Entretanto, a empresa não aceitou o sistema de amortização proposto por Araújo Brusque, inviabilizando a assinatura do contrato (CRUZ, 1944). Assim, naquele momento o abastecimento d'água por meio de encanamento tornou-se

[81] Atual Praça Carneiro da Rocha (CRUZ, 1992. [1970]). É localizada em frente ao Arsenal da Marinha.
[82] Atual Praça da Bandeira (CRUZ, 1992. [1970]).

inviável, impondo assim a continuidade do serviço "[...] a ser feito pelos carros de venda, que iam abastecer no Paul d'Agua. Era o mesmo sistema antiquado que prosseguia, não obstante as tentativas feitas para modifica-lo" (CRUZ, 1944, p.23). De fato, ao longo do século XIX os poços se constituíram no principal meio de abastecimento de água em Belém[83], sendo o poço do paul d'agua o mais expressivo deles, já que entre as fontes de água potável, era a principal, posto que, independentemente de ser da camada pobre ou rica da população,

> [...] quase todos dependiam dessa fonte. Pode-se afirmar que o paul d'agua era na realidade um *manancial*, pois não existia apenas *um* poço, eram vários poços num mesmo local [...]. A *'supremacia'* do paul d'agua durou até 1883, quando inaugurou-se o sistema de abastecimento canalizado de água [...] (SILVA, 2008, p.45. Grifos do autor).

Além do abastecimento d'água, outro problema se apresentava: intervir junto ao litoral da cidade objetivando modernizá-lo. Para isso, a construção de um cais, que se anunciava desde 1860, era cada vez mais impositiva, pois os trapiches e suas funcionalidades já não respondiam às necessidades da economia citadina, agora movida pelo comércio da borracha. O enriquecimento econômico e mesmo cultural, já iniciado, era acompanhado pela expansão territorial, notadamente no sentido centro-litoral, retomando e valorizando a região a partir da qual a cidade foi erguida. A retomada do crescimento urbano junto à orla belenense – e a consequente valorização dessa região – já se evidenciava em 1869. Sobre o tema, dizia-se que o afluxo populacional e o aumento de edificações

> [...] desde o Largo da Sé até o arsenal de marinha, tem deperecido, e que tem ao contrario affluido habitantes e augmentado a edificação nos terrenos a beira-rio [...] e tal força tem tido esse desenvolvimento, que as ruas que vão da estrada de Nazareth até o rio [...] sendo há poucos mattas hoje

[83] Sobre o tema, ler SILVA, Ivo Pereira da. **Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

> estão quase em totalidade edificadas [porque] vão ter ao mar, e ficão a pouca distancia de bairros que em pouco tempo terão grande valor [...] (O LIBERAL DO PARÁ, 12.01.1869, p.1).

A partir do que diz o cronista é possível notar a associação entre o progresso da cidade e a urbanização dos bairros próximos ao rio, em especial ao então chamado de "cidade"[84]. Reconfigurar a espacialidade e os usos das águas guajarinas impunha-se à modernização da cidade, o que implicava a intervenção pontual sobre os braços de rio que, sob a forma de docas, já se faziam integrados ao novo sentido de urbanidade. Para além dos investimentos públicos destinados à construção do cais, defendia-se a necessidade de "[...] formular posturas tendentes a obrigar os moradores da beira-mar a melhorar o aspecto que offerecem os fundos de suas casas [...] (O LIBERAL DO PARÁ, 12.01.1869, p.1).

O projeto de redesenhar o litoral incluiria, dessa forma, além de a construção do cais, em detrimento dos trapiches que naquele momento ocupavam boa parte das margens guajarinas, a fiscalização e normatização das casas que ali se instalavam. Desenhava-se dessa forma um transcurso político que faria da vida pública e da vida privada um amálgama, o que ficaria mais evidente no início do século XX, movimento que, grosso modo, ficou sob responsabilidade dos engenheiros e médicos higienistas, cabendo também a esses últimos, a intervenção sobre os corpos.

O cais, já se aproximando do quartel final do século XIX, sequer saira dos gabinetes legislativos. Enquanto isso, as enfermidades, e o surgimento dessas, associados ao clima e, em particular, às águas, se constituíam em um problema

[84] À época, Belém era formada apenas por dois bairros: Cidade e Campina, separados pela Travessa São Mateus - hoje, Rua Padre Eutíquio (CRUZ, 1992. [1970]). O bairro "Cidade" hoje é chamado de "Cidade Velha", que é a região onde se originou Belém, pedaço da cidade "[...] onde os portugueses, sob o comando de Francisco Caldeira de Castelo Branco, desembarcaram, construindo um forte de madeira e uma capela [...] os colonos abriram um caminho que chamaram de rua do Norte, e foram se aventurando na construção de casas para moradia (CRUZ, op.cit, p.30).

que, presente desde tempos imemoriais[85], se arrastaria décadas adiante. Assim, em 1876, o jornal A Província do Pará, sob o título de "Hygiene Publica", projetava um quadro preocupante para a capital do Grão-Pará, após relatar serem "desanimadoras as noticias que nos chegam do sul [pois a febre amarela vai] disseminando a população da côrte, e em diversa provincias lavra o mesmo mal" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19.04.1876, p.2). Outra vez sob a ameaça de uma doença, o jornal alertava que um verão "pressuroso" se aproximava, indagando que "[...] se não houver sérias providencias entre nós, qual a sorte que nos aguardará? [Tememos assim a] indiferença com que vai sendo aqui encarado pelos poderes competentes o mal que se nos avezinha" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19.04.1876, p.2). Quais os problemas a serem vencidos, ou ainda, o que existiria de propício ao surgimento do mal que se avizinhava? As águas pestilentas e os cortiços[86], afirmava taxativamente:

> [...] vivemos aqui cercados de terrenos pantanosos, grande parte das ruas da capital apresentam o triste aspecto [...] de um sem numero de lagoas formadas pelas agoas pluviais que dentro em breve ficarão estagnadas por falta de chuvas que renovem as mesmas agoas, tornando assim essas lagôas verdadeiros focos de mephíticas exalações miasmáticas [...]
> Não pequeno numero de albergues, conhecidos pela denominação de *cortiços,* fructo de moderna especulação nesta cidade, onde impera o maior abandono de limpeza, são outros tantos focos de miasmas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19. 04.1876, p.2).

[85] Em 1844, dizia-se: "A cidade de Belém e a maior parte das cidadese povoados da província estão situados em uma grande planície, coberta por espessas florestas, entrecortada pelos braços numerosos do Amazonas, cujas águas transbordam, segundo a abundância das chuvas e a força das marés, e submergem uma grande extensão de terrenos argilosos, os quais se reduzem a pântanos à margem das águas dos dois principais braços do Amazonas: Bujaru e Guajará. Duraante as chuvas, do mês de abril ao mês de agosto, esses transbordamentos se efetuam sobre terrenos lodosos, que recebem os despojos vegetais das florestas virgens. A fermentação pútrida é de fácil operação nessas misturas de águas estagnadas e detritos vegetais, sob a influência do sol (SIGAUD, 2009. [1844], p.152).

[86] Sob a presidência do Intendente Antonio Lemos, a sessão da Câmara Municipal realizada em 18 de junho de 1900 aprovou: Parágrafo segundo: Entenda-se por cortiço serie de quartos, geralmente de madeira, dando todos para um pateo ou corredor commum pelo qual se communicam com a via publica, sem o conforto necessario nem o mais rudimentar principio de hygiene, servindo de residência a muitos indivíduos e não dispondo de banheiros, cosinhas e latrinas em numero correspondente ao dos seus habitantes (O PARÁ, 09.07.1900, p.3).

A insalubridade das moradias, o abandono – seria ausência? – de hábitos higiênicos, bem como, a incômoda e nociva presença das águas impuras, simbolizavam a contramão da civilidade ora gestada por médicos e pelo Estado. Nesse sentido, Sidney Chalhoub (2006), ao refletir sobre os cortiços do Rio de Janeiro Imperial, afirma que ao longo da primeira metade dos Oitocentos esta forma de habitação perturbava o controle social das camadas pobres ao mesmo tempo em que era uma constante ameaça à higiene da cidade. Por isso, o poder público centrava suas ações na melhoria das condições de higiene dessas moradias em busca de soluções, estratégia que mudaria de forma radical a partir das "[...] décadas seguintes: na formulação de Maurício de Abreu, a ênfase deixaria de ser prioritariamente a *forma*, as condições da moradia, e passaria a ser o *espaço*, o local da habitação (CHALHOUB, 2006, p.33. Grifos do autor).

Em meados dos anos de 1800 Belém ainda vivia sob o peso de doenças e do descaso com questões ligadas à salubridade. Nada parecia mudar naqueles tempos de Império, e a câmara municipal era acusada por seus críticos de ser zombeteira da lei, menosprezando os interesses e o bem-estar dos belenenses. Entendendo ser competência primeira do poder municipal

> [...] a limpesa das ruas, praças, *caes, fontes, aqueductos, chafarises, e tanques*, por isso que dela depende a salubridade publica [criticava a crônica o fato de cotidianamente serem encontrados] a cada passo nas ruas e praças de nossa capital animaes mortos, ahi aputrefassem-se exalando nauseabundos e mephiticos gases, e se conservão até ficarem reduzidos a esqueletos, sem que a municipalidade com elles se embarace (DIÁRIO DE BELÉM, 27.08.1868, p.1. Grifos meus).

A julgar pela crônica, a água – ou sua conservação, salubridade e formas de uso –, continuava a ser um problema central para a saúde pública. Lixo, animais mortos e em estado de putrefação, espalhados pelas ruas da cidade, fontes e chafarizes sem a devida limpeza e cuidados higiênicos. Ironicamente, a crônica

dizia que eram os urubus, que abundavam na cidade, aqueles que faziam o papel da municipalidade, devorando os animais mortos. Por isso, a população chamava tais aves de “fiscaes da câmara – porque são os que cuidão na limpesa da cidade” (DIÁRIO DE BELÉM, 27.08.1868, p.1). Por outro lado, afirmava a crônica que os poços públicos nunca tinham sido lavados ou, pelo menos, o cronista a isso nunca havia presenciado.

Estaria Belém entregue à própria sorte? O que restaria ao belenense, assombrado por fantasmas de pestilências, senão descrer em dias de fortúnio? Ruas e praças em estado de completo abandono e insalubridade colavam nas retinas dos belenenses e dos viajantes a imagem de que ali, naquela cidade, o progresso não se fazia presente. Era preciso não apenas resolver os problemas que se faziam evidentes, mas, sobretudo, transformar a cidade, modernizá-la, dar a ela um novo, e positivo, sentido. É nessa perspectiva que a capital do Grão-Pará começa a se alinhar ao racionalismo de cunho positivista – em muito alicerçado por saberes médico-científicos - que se estabeleceu no Brasil Republicano. Em Belém, os circuitos d’água estiveram no centro desse movimento. Afinal, se a cidade não poderia negar a presença (e importância) da água em suas raízes, fazia-se necessário domar esse elemento da natureza, colocá-lo sob o jugo da ciência médica, das intervenções pedagógicas e da lei. Alargou-se assim o papel e a influência dos esculápios sobre a sociedade de tal forma que

> [o] médico torna-se cientista social integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se, enfim, analista de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em ‘máquina de curar’; [...] inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura [...] (MACHADO et al, 1978, p.155).

A higiene médica, já institucionalizada e apoiada pelo poder do Estado, instalou-se na vida cotidiana da população, intervenção já esboçada desde os

tempos do Império sob a forma de uma política de saúde pensada para executar ações diretamente vinculadas à vida banal. Dito de outro modo, "[...] no Império, a ética leiga dos higienistas fez ver que a saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política de Estado" (COSTA, 2004, p.30). Por outro lado, e é importante destacar, mesmo que o regime monárquico não tenha aceitado

> [...] de modo direto e franco o desafio do trópico úmido à civilização brasileira [não cabe], porém, afirmar-se ou insinuar-se que só com a República houve no Brasil uma medicina e uma higiene, que procedessem de acordo com a situação tropical da gente brasileira, deixando de se conservarem, aqui, hierárquica ou academicamente européias [...] (FREYRE, 2004, p.973).

Capitaneado por médicos e engenheiros, surge um conjunto renovado de "[...] concepções científicas referentes ao uso da água e os interesses políticos e econômicos que associavam esse uso à civilização, à ordem e ao progresso" (SANT'ANNA, 2007, p.231). Além da interferência pontual junto à vida banal naquilo que dizia respeito às sensibilidades, essa maquinação movimentou sobremaneira o comércio de novos produtos e tecnologias destinadas às artes do fazer cotidiano ligadas aos usos d'água (SANT'ANNA, 2007). Às águas lançaram-se incursões pedagógicas e disciplinadoras, sustentadas pela aliança entre o Estado e a classe médica, com o apoio e reverberação da imprensa – por meio, principalmente, dos jornais. Assim, das propagandas nos periódicos à adoção de manuais de higiene voltados à família e à escola, a medicalização da vida banal redefiniu um modelo de vida urbana ao mesmo tempo em que inventou um ideal de natureza regenerativa, estabelecendo e institucionalizando comportamentos morais e pedagogias higiênicas.[87]

[87]Para refletir sobre a função educativa da higiene por meio de manuais, é fundamental a leitura de ROCHA, H. H. P. . A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no

Reconstruir, reordenar, disciplinar, civilizar: dessecar pântanos e esgotar águas pluviais; racionalizar e definir padrões de pureza da água que seria própria para o consumo; conceituar e dar um caráter científico aos benefícios dos banhos, do asseio e do refrigério; construir reservatórios de água; enfim, contrastando e investindo contra as águas impuras, são estabelecidos os parâmetros das águas saudáveis, águas que curam, fortalecem e revigoram, proporcionam conforto e refrigério. O domínio das águas, que se tornou imperioso em uma Belém às margens do século XX pode ser analisado a partir dos enunciados de Daniel Roche sobre outro momento e espaço histórico, mais precisamente a Europa da "Idade Média à época industrial":

> A água intervinha em primeiro lugar na formação das cidades e na construção dos seus espaços. [...] Sua gestão se colocava na trama das relações sociais e alimentava os debates políticos como as discussões científicas; seu consumo, a modificação do seu papel e de suas utilizações estavam no centro das políticas urbanas (ROCHE, 2000, p.186).

Por sua vez, pesquisando a relação entre a água e o conjunto de ideias urbanizadoras nas cidades norte-americanas de Filadélfia, Boston e Chicago entre os anos de 1790 e 1870, Carl Smith apresenta pontos interessantes que podem ser deslocados para analisar a Belém do entre séculos. Diz o historiador que um dos aspectos relevantes no desenvolvimento urbano é a transformação da paisagem (natural) em paisagem urbana, sendo as mudanças relativas aos usos d'água importantes nesse processo. Para Smith, haveria "[...] a major aspect of urban development: the transformation of landscape into cityscape. [...] Waterworks are

---

projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003. v. 1.

particular powerful expressions of the human desire and ability to overcome, discipline, and even dominate nature[88] (SMITH, 2013, p.121).

Tais reflexões ganham força ao ler-se que no fim do século XIX Belém possuía

> [...] uma péssima reputação no extrangeiro.
> Ella passa por um completo fóco de miasmas, por uma fonte de pestes, por um ninho de micróbios, o que muito a prejudica, tanto no desenvolvimento industrial como comercial.
> Compete pois, a intendência a fazer desapparecer tal fama [...] Recordem-se que a fama de terra da peste e morte nos prejudica de um modo horrível (CORREIO PARAENSE, 14.06.1892, p.3).

Certamente, para um governo que via no investimento estrangeiro e mesmo na chegada e fixação dos forâneos em Belém, as condições de salubridade e saúde pública eram vitais. Não bastaria, a princípio, higienizar e tornar a cidade salubre. Era preciso mostrá-la assim àqueles que a visitassem. A reputação de cidade insalubre acompanhava a Belém desde os tempos Colonias, e, às vésperas da República, ainda se fazia presente[89]. Doenças como a febre amarela, a varíola e o beribéri ameaçavam constantemente a população belenense e os estrangeiros que ali aportavam. Duas ilustrações do final da década de 1880, ambas publicadas pela revista "A Semana Illustrada"[90], são emblemáticas.

---

[88] [...] um aspecto importante do desenvolvimento urbano: a transformação da paisagem em paisagem urbana. Os sistemas hidráulicos são expressões particularmente poderosas do desejo humano e da capacidade de superar, disciplinar, e, até mesmo, dominar a natureza (Tradução livre)

[89] Na passagem do século XIX para o XX, em Manaus, a origem da febre amarela na região Amazônica era atribuída a Belém. Com efeito, em Manaus tal doença "[...] preocupava as autoridades sanitárias [por causa] do impacto que causava entre os estrangeiros. A origem das epidemias dessa doença era considerada, pelos médicos locais, externa: procederiam de Belém e de Iquitos, onde era denominada 'vômito preto'[sendo que] a cidade de Manaus estava sempre em situação de risco porque reunia as condições ideais para a procriação dos mosquitos transmissores da febre amarela (SCHWEICKARDT, 2011, p.123-124).

[90] A Revista possuía estrutura idêntica a das demais revistas do gênero que circulavam pelas grandes capitais brasileiras, inclusive, adotando o nome de uma delas, essa, que teve à frente o alemão Henrique Fleiuss, pioneiro das artes gráficas no Brasil (COSTA, 2012).

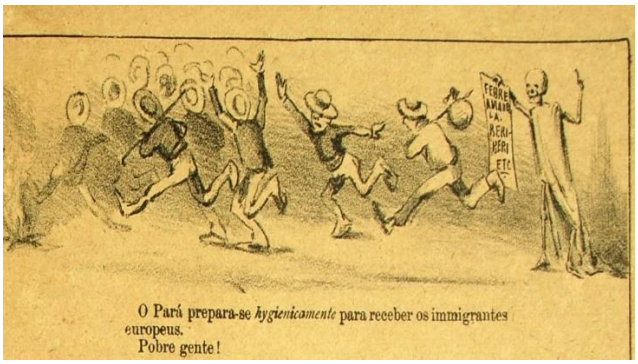


Figura 13. Semana Illustrada, 25.07.1887, p.5. Crítica às condições higiênicas do Pará. Diz a legenda: “O Pará prepara-se *hygienicamente* para receber os imigrantes europeus. Pobre gente! (Grifo da revista).

A ilustração da figura 13 é enfática em sua ironia ao mostrar que as doenças levariam os imigrantes europeus a fugirem em desespero da cidade. Simbólico, um esqueleto (a morte?), segura um cartaz onde aparece escrito “febre amarela beri beri etc.”, conforme detalhe da figura 14.

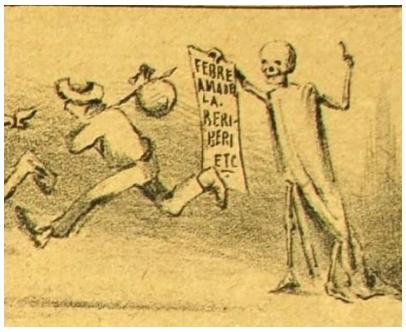


Figura 14 - Detalhe da ilustração. Um esqueleto (a morte) segura um cartaz com os dizeres "febre amarella beri-beri etc."

Mesmo considerando que entre os anos de 1870 até o início dos anos de 1910 Belém viveu seu apogeu econômico por conta da produção da borracha

A estrutura da revista paraense seguia o da famosa revista de Fleiuss, ou seja, apresentava “[...] uma única lâmina que se dobra duas vezes, formando um caderno de oito páginas [de forma tal que] a página I tem desenho, as 2 e 3 apresentam texto, a 4 e a 5, formando dupla central, têm ilustrações, as páginas 6 e 7 novamente têm apenas texto e, finalmente, a página 8, contracapa, apresenta imagens (COSTA, 2012, p.238-239).

(SARGES, 2010), ainda pesava sobre a capital do Grão-Pará a imagem de ser uma cidade insalubre. Os críticos do poder público de então acreditavam que com isso os estrangeiros e os migrantes de outras regiões do Brasil evitariam ou fugiriam da cidade com medo das pestilências ali tão comuns. A junta de higiene aparecia como alvo frequente das críticas, como pode ser visto na figura 15.

Figura 15- Críticas à junta de higiene. Semana Illustrada. 09.10.1887, p.5.

Diz a ilustração, ironicamente, que junta de higiene do Estado adormecia no "leito da indiferença" enquanto as doenças tripudiavam "horrorosamente" pela cidade, criando um ambiente insalubre e perigoso, deixando a população, o "zé povinho", o pacato burguez" com duas opções: abandonar a cidade ou colocar o pé na cova, o que, mais uma vez com ironia, era saudado com glórias aos membros da junta de higiene, como mostra em detalhe a figura 16.

Figura 16- Críticas à junta de higiene. Detalhe. Semana Illustrada. 09.10.1887, p.5.

Segundo as críticas, já não era apenas o estrangeiro que fugiria de Belém atemorizado por doenças, mas a própria população belenense, tamanho era o descaso da junta de higiene e o quadro de insalubridade que reinava na cidade. Como pode ser visto, a invenção da nova urbanidade não se fazia separadamente de um novo sentido de natureza. A insalubridade das moradias, os hábitos higiênicos insatisfatórios, bem como, a incômoda e nociva presença das águas impuras, simbolizavam a contramão da civilidade ora gestada. Mordaz, uma ilustração presenta na revista "O mosquito[91]", no único número deste periódico que

[91] Só encontrei um único número desta revista nos arquivos que pesquisei, justo o do Museu da UFPA. Neste número, consta "Diretor artístico" D. O. Widhopff. O próprio "Jornais PARAoaras" traz poucas e incompletas informações sobre este periódico: "Belém, Typ. 12 de setembro, 1887 - ? Jornal humorístico, órgão dos interesses de "João Ninguém", com publicação semanal" (p.106). Entretanto, o lançamento da revista, bem como a qualidade de suas ilustrações mereceu destaque na imprensa da época. O Diário de Notícias, por exemplo, em primeira página dizia: "[...] sabbado appareceu se vendendo nas ruas d'esta cidade este periódico [O Mosquito] caricato. O seu 1º numero bem satisfez a idéia esperada pelo publico, os seus traços de penna e melhor os **traços de crayon de D. O. Widhopff**, inspiram muita vervo [...]. Desejamos ao collega uma longa existência e

encontrei nos arquivos pesquisados, traz a imagem de uma “pesca milagrosa”. Vejamos primeiro a ilustração como um todo para, em seguida, recortar alguns detalhes e depois analisá-la:

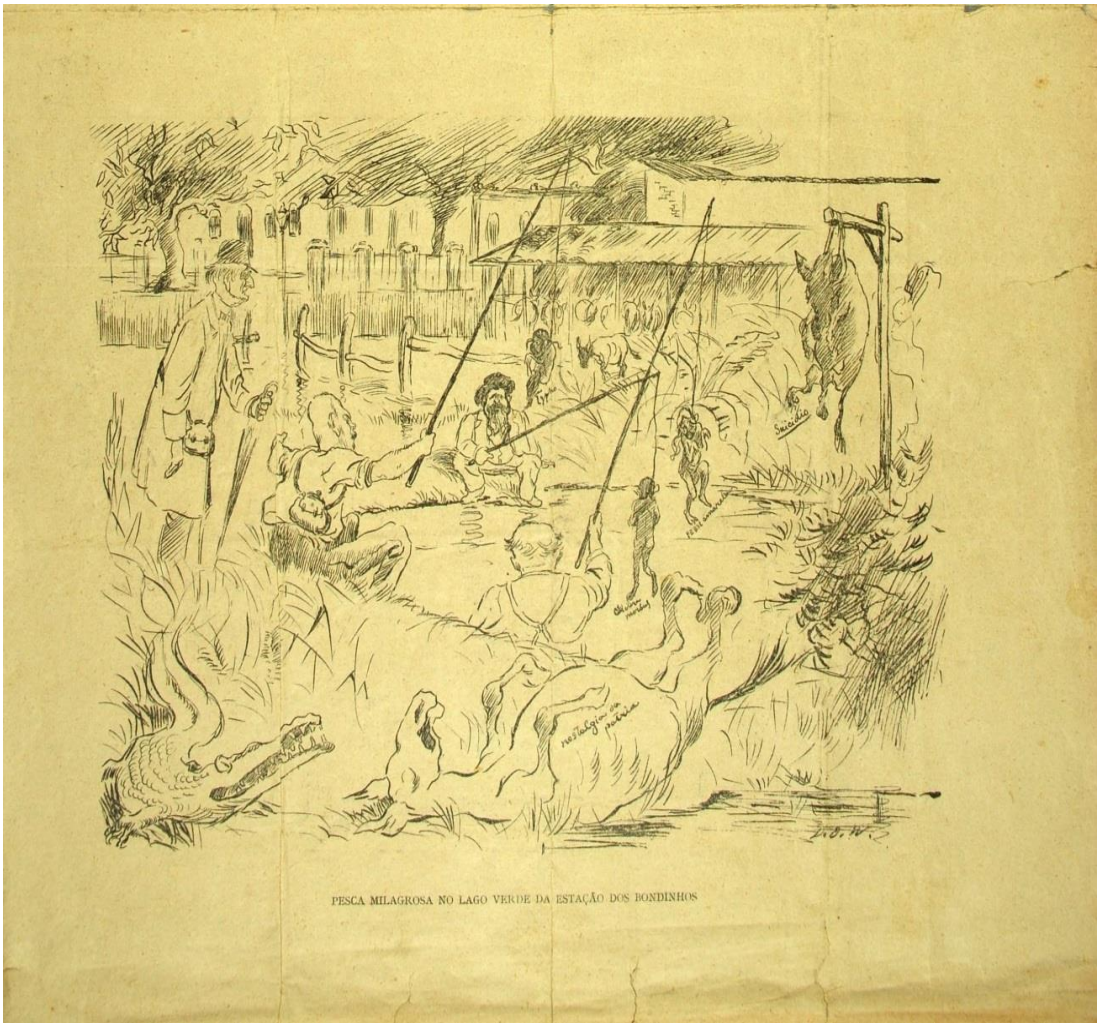


Figura 17- Revista “O Mosquito”. Pesca milagrosa no lago verde da estação dos bondinhos. 04.05.1895, contracapa, p. 8.

que saiba enveredar-se ao bom caminho para merecer a estima da imprensa e a boa acceitação dos leitores” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02.04.1895, p.1. Grifo meu).

O quadro geral trazido pela ilustração apresenta a autointitulada “pesca milagrosa”, título cheio de ironia. A pesca ocorre em um lago encravado no meio da cidade, próximo à estação dos bondinhos, contaminando-a com suas águas podres. Esse lago, certamente um dos inúmeros que perturbavam a ordem estabelecida naqueles tempos, era fonte de pestilências e morte, símbolo do atraso que deveria ser superado. Ao fundo da ilustração (figura 18), podem ser vistas casas e o que, aparentemente seria a estação dos bondinhos, à época, ainda de tração animal, com os cavalos utilizados nessa tração acomodados em uma cocheira.

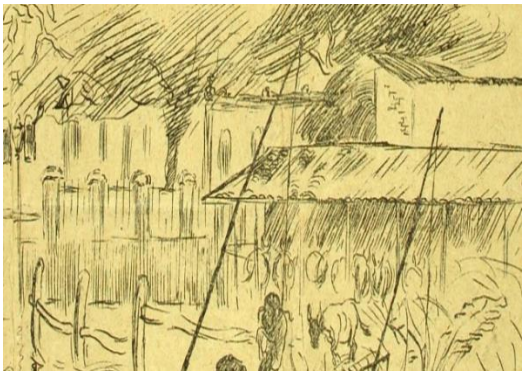


Figura 18- Casas e estação de bondinhos, com os cavalos utilizados como tração animal aparecendo ao lado direito da imagem, em uma cocheira.

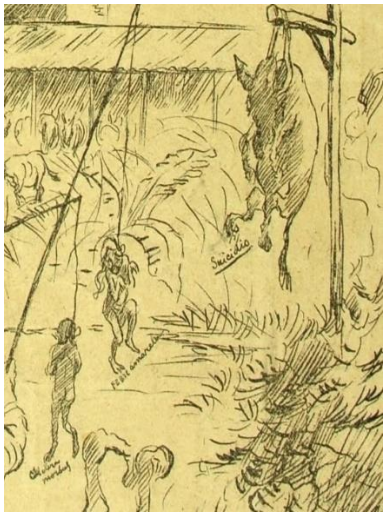


Figura 19- Suicídio, febre amarela e cholera morbus.

As figuras 19 e 20 mostram os frutos da pesca: as doenças que castigavam Belém há décadas, ou seus fantasmas que se faziam presentes no cotidiano citadino. Assim, lá estavam a febre amarela, o tifo e a cólera. Entretanto, e isso merece destaque, embora não caiba ser explorado por essa tese, uma das figuras que era pescada trazia a legenda “suicídio”. Mesmo não sendo tema da pesquisa, pude observar que os jornais noticiavam casos de suicídios (ou tentativas) junto às

águas[92], e que isso se constituía em mais um dos graves problemas a perturbar a ordem estabelecida naqueles tempos.

Figura 20- Detalhe 2. “Typho”.

Figura 21- Detalhe 3. Nostalgia da pátria. Seria uma alusão aos tempos do Império?

[92] “Um louco que se lança á bahia do Guajará”: Á tarde de hontem, o guarda-fiscal Francisco Turino Balthazar , encontrando-se em seu sitio [...] viu por alli passar, em vertiginosa carreira, um homem de nacionalidade portuguesa gritando, em altas vozes, que o queriam matar. O fiscal deteve-o, indagando do que se tratava, verificando encontrar-se em presença de um doido.
Nesse meio tempo, o desesperado desvencilhando-se de Balthazar, precipitou-se á bahia do Guajará, perecendo afogado [...] (ESTADO DO PARÁ, 21.01.1912, p.1)

Figura 22- Velho senhor que a tudo observa (e nada faz?). Pode ser pensado como simbolizando a Junta de Higiene?

O quadro apresentado pelos traços da ilustração, publicada em 1895, em muito se assemelha àquele descrito por uma crônica publicada em 1890. Mesmo guardando relativa distância temporal, as duas formas de perceber questões relativas à saúde pública em muito se assemelham, inclusive, no que diz respeito às críticas à Intendência Municipal. A crônica de 1890 foi publicada primeiramente pelo jornal "Diario de Noticias", sendo reproduzida no mesmo ano pelo jornal "O Democrata". É importante frisar que o próprio "O Democrata", como que para reforçar a veracidade dos fatos, crítico, destaca que o "Diario de Notícias" era um "orgão sympathico á intendência", e que, mesmo assim, tecera críticas ao aparente descaso desta com a saúde pública. Diz a crônica:

> Promova-se o asseio da cidade, removam-se os fócos de infecções, extinguam-se esses *grandes laboratorios* de febres

> de todo o caracter, onde animaes mortos e outras materias organicas estão em continua decomposição.
> [...] realmente, se não concordamos com os exageros da imprensa, quando pinta todas as nossas praças como vastas necropoles de *bixos pódres*, não deixamos de reconhecer que Belem não é uma cidade hygienica (O DEMOCRATA,14.03.1890, p.2. Grifos do jornal).

Uma cidade pretensamente moderna não poderia permitir que suas águas fossem lugar de doenças e morte. O olhar do velho senhor, a quem chamarei de "legislador senil", parece cansado e impotente diante do que presencia. Indiferente à sua presença, os pescadores não parecem surpresos com o que fisgam, tampouco se incomodam com a sujeira do lago e de seus arredores. Se assim continuasse, como Belém alcançaria o progresso? Com a palavra o jornal "Correio Paraense", por meio da coluna "De quando em vez":

> [...] A nossa cara terra gosa de uma péssima reputação no extrangeiro.
> Ella passa por um completo fóco de miasmas, por uma fonte de pestes, por um ninho de micróbios, o que muito a prejudica, tanto no desenvolvimento industrial como comercial.
> Compete pois, a intendência a fazer desapparecer tal fama [...] Recordem-se que a fama de terra da peste e morte nos prejudica de um modo horrivel. Um poucochinho de vontade e amor por este torrão tudo ira muito bem (CORREIO PARAENSE, 14.06.1892, p.3).

Para os cronistas que se opunham ao Governo, a tão decantada riqueza e seus modos de ser era realidade apenas para as elites, já que a cidade e sua população continuavam vivendo sob o signo da pobreza. A falta de asseio era evidente e agudizada pela constante falta de água, diziam os críticos, assim como diziam que, de um lado, a Intendência "cerrava os ouvidos" aos rogos populares e, de outro, a Inspetoria de Higiene ria do povo. Nesse quadro, o lixo acumulava-se à porta das casas, decompondo-se à luz do dia, viciando o ar e incomodando os

transeuntes e as famílias, impedindo-os de respirarem “a brisa fresca da noite”[93], que outrora visitava suas janelas.

As ruas, praças e estradas, enlameadas, seriam um “[...] verdadeiro tremedal, um fóco de podridão e de miasmas. Agua pôdre por todos os lados, em cada esgôto, em cada sargêta! Um cheiro pestilencial por toda parte, - toda a população o sente, menos a Intendencia e a Hygiene” (CORREIO PARAENSE. 05.05.1893, p.2.). Mas essa cidade do lixo, cidade entregue a todos os males e intempéries trazidos pelas águas, também não era a Belém da belle époque? As imagens que se contrapunham em espacialidades forjadas pela força do capitalismo, também se espelhavam, como em Valdrada[94], outra das cidades invisíveis de Calvino.

[93] Correio Paraense. 05.05.1893, p.2.

[94] Os antigos construíram Valdrada à beira de um lago com casas repletas de varandas sobrepostas e com ruas suspensas sobre a águas desembocando em parapeitos balaustrados. Deste modo, o viajante ao chegar depara-se com duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida e cabeça para baixo [...] Às vezes o espelho aumenta o valor das coisas, às vezes anula [...] As duas cidades gêmeas não são iguais, porque nada do que acontece em Valdrada é simétrico: para cada face ou gesto, há uma face ou gesto correspondente invertido ponto por ponto no espelho. As duas Valdradas vivem uma para a outra, olhando-se nos olhos continuamente, mas sem se amar (CALVINO, 2011, p.53-54)

Figura 23- Lympha podre. A Semana Illustrada, 16.07.1888, contracapa, p.8.

Diz a legenda da figura 23: “Pobre hygiene! Além das mazelas, onde irás parar com essa tua lympha?”. A água podre, a água pestilenta, a água que trazia morte. Aos seus pés, um pássaro em estado de putrefação sendo devorado por um urubu. Ao seu redor, urubus voam e a morte dança macabramente. A higiene?

Adormecida, em sono profundo, deixando a população respirar o ar nauseabundo das ruas onde se amontoavam

> [...] gatos, galinhas [...] cachorros, em completo estado de putrefação.
> Um transeunte pouco acostumado ás primorosas essenciais dos urubús vê-se muitas vezes na necessidade de lançar a carga ao mar, pois seu estomago não tem força para tolerar tamanha podridão (A SEMANA ILLUSTRADA, 24.10.1887, p.2).

Avanço no fio do tempo para contrastar à imagem de uma Belém insalubre, a idealização de uma Belém higiênica. Nesse sentido, a mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, pelo Governador do Estado, José Paes de Carvalho, em 01 de fevereiro de 1900, é emblemática. Nela, o político paraense afirmava:

> [...] Belem nada tem a invejar ás grandes capitaes do paiz em materia de hygiene e boa organisação do serviço sanitario. Deixar, porem, o ultimo relativamente perfeito é tarefa para muitos annos, porque precisamos melhorar e completar a rêde de exgottos, canalisar novos mananciaes de agua potável, que deverá ser distribuída com profusão [...] e finalmente construir villas hygienicas para as classes pobres em substituição dos cortiços, que são formidaveis focos de infecção e vicios de toda a espécie [porém] [...] as leis e os regulamentos sanitários de pouco servirão, emquanto não nos quizermos convencer de que a hygiene individual e domiciliaria é o principal fator da hygiene publica, verdade esta muito banal que o nosso povo capricha em menosprezar (PAES DE CARVALHO, 1900, p.65)

As argumentações de Paes de Carvalho sobre o estado de salubridade de Belém diferem da perspectiva de Antonio Baena (vista no tomo I) porque, diferentemente daquele historiador, não imputa a insalubridade de Belém aos descuidos higiênicos do povo, optando por associar a higiene individual à higiene pública. Assim, estabelecer regras disciplinares sobre os usos de si na vida privada, compunha a saúde social e se tornava via de acesso ao progresso e à civilidade. Esse processo incluía teorizar, conceituar e oficializar o são e o malsão, o que ficava

a cargo, fundamentalmente, do poder médico-científico e do legislativo. Afinal, como ensinou Michel Foucault (2002), o exercício do poder disciplinar e normalizador é realizado de forma positiva, ou seja, processado e estabelecido a partir e por meio de alternâncias e combinações múltiplas de mecanismos jurídicos, médicos e pedagógicos. Por outro lado, esse tipo de poder, positivo, é composto mecanismos disciplinares e normalizadores, "[...] não é ligado ao desconhecimento [...] ao contrário, só pode funcionar graças à formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição de exercício" (FOUCAULT, 2002, p.65). Normalizar, portanto, exige manobras e articulações políticas, bem como a medicalização da sociedade, o mesmo podendo ser dito em relação à necessidade da circulação e propagação desse conjunto de ideias por meio dos jornais e revistas da época.

Na Belém do entre séculos, idealizada a partir da europeização dos usos e costumes citadinos, o estabelecimento de uma zona limítrofe entre o normal e o patológico, o moral e o imoral, o permitido e o proibido, o rude e o cortês, e mesmo entre o belo e o grotesco, foi processual e marcado por intervenções disciplinares que transitaram entre a vida pública e a de caráter íntimo, nem sempre respeitando os hábitos e culturas populares. Desse modo, e já integrada à estrutura e funcionamento do capitalismo internacional em razão da exploração da borracha (SARGES, 2010), a Belém de riquezas (para poucos), espelhava-se naquela miserável para tantos outros – como se fosse a Valdrada imaginada por Calvino. Assim, o desenvolvimento belenense foi alavancado pelo comércio da borracha e pelo advento da República, coincidindo com a modernidade gestada na Europa (SARGES, 2010, CANCELA, 2011), implicou no atrelamento à ideia de que o progresso se dava a partir do momento em que a vida urbana se desenvolvia. Por isso, a cidade viu surgir

> [...] além do porto de Belém, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso [1901], o Hospital Dom Luiz e o Grêmio Literário [obras da colônia portuguesa], *The Amazon Telegraph Company*, linha telegráfica por canos submarinos [...] 43 fábricas [incluindo desde chapéus até perfumaria], 5 bancos, 4 companhias seguradoras [...] (SARGES, 2010, p.150-152).

Junto às águas guajarinas, que bem podiam ser as de Calvino, a Belém de misérias espelhava-se naquela de tantas riquezas e exclusões. Essa Belém idealizada, cidade próspera, lugar de progresso e civilidade, era posta a circular pelo poder governamental. Por meio de palavras, é certo, mas por meio de imagens também. Imagens que, educando as sensibilidades, educavam corpos que se moldavam às exigências da nova ordem não menos que se deliciavam com os prazeres, serviços e a onda de consumismo recém-inaugurados. Uma Belém das águas que se diziam domadas, idealizadas como um lugar para o progresso, para a saúde, para as diversões e sociabilidades.

“Banhos frios e mornos, temperados á vontade”. Novas formas de banho. Novos corpos por educar.

Na Belém que era várias, purificar as águas, livrá-las de qualquer traço de doenças não foi apenas o único movimento destinado a imprimir sobre as mesmas as marcas da modernidade e, assim, torná-las fundamentais ao progresso: foi preciso demarcar, criar uma nova territorialidade aos banhos ao ar livre, bem como instituir os banhos em recintos privados. Modernizar e medicalizar os usos d’água exigiu demarcá-la como um espaço singular e objeto de práticas educativas emergentes, distinguindo-a, regulando-a e dela tomando posse à sombra do novo. Para tal, diveros foram os mecanismos. Vejamos primeiro as formas e usos do banho, incluindo um leque, para efeito dessa tese, que abrange dos banhos proibitivos no litoral belenense aos banhos em recinto fechado, sem esquecer dos banhos de caráter terapêutico e o próprio ideário médico que lhes fundamentava.

Os banhos no litoral belenense eram práticas culturais arraigadas às camadas populares. Tais banhos desafiavam a ordem pública ao mesmo tempo em que representavam um perigo àqueles que ali nadavam. De fato, as águas barrentas e as correntezas fortes levavam muitos ao afogamento e consequente óbito. Vejamos dois casos: “Ante hontem as 9 horas da noite falleceu de asfixia por submersão um menor portuguez [...] por occasião de estar o mesmo tomando banho no litoral” (DIÁRIO DE BELÉM, 23.06.1869, p.2). Ou ainda: foi enterrado no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade “Um homem que se ignora tudo, afogado” (GAZETA OFFICIAL, 10.01.1860, p.2). Com a palavra, os médicos-higienistas:

> Os banhos frios sem accidentes:
> Resultado dificil, - dir-se-há: - e não o será, se as pessoas que tomam banhos de rio quizerem sujeitar-se ás simples precauções que aconselha a prudencia a mais elementar [...]
> 1º Em não banhar-se uma pessoa senão em estado de perfeita saúde;
> 2º Não entrar n’agua senão quatro horas depois da digestão de alimentos ou de bebidas[...]

> 3º Evitar entrar lentamente n'agua, e immersão devendo se fazer a um só tempo, de modo a brusca sensação de frio que acompanha o primeiro contacto d'agua affecta o corpo sobre todos os outros pontos d'uma vez;
> 4º Apressar a reacção do calor pelo movimento;
> 5º Sahir d'agua tão depressa se sinta enfraquecimento pela natação ou investido pelo frio.
> Sob estas condições os banhos do rio não offerecem algum perigo; elles são então uteis, sedativos e hygienicos (LIBERAL DO PARÁ, 31.08.1884, p.2-3).

Por outro lado, a coluna "Sciencias, Lettras e Artes", em 1882, trazia a informação de que os banhos frios, segundo os médicos coevos, podiam ser classificados em terapêuticos, higiênicos e recreativos. Dizia a coluna que apenas os dois últimos ali seriam abordados porque o banho terapêutico só poderia ser tomado sob a responsabilidade de um facultativo, indicando, assim acredito, que as informações da coluna possuíam caráter pedagógico e eram voltadas à população em geral. Dizia a coluna:

> O banho frio hygienico tem uma acção benefica, util e eminentemente salutar. O banho recreativo é apenas um banho hygienico mal tomado, um bom recurso hygienico convertido em uma pratica perniciosa. Infelizmente é a seguida geralmente, e em consequencia della se dão accidentes mais ou menos graves (DIÁRIO DE BELÉM, 21.10.1882, p.2).

Nítido, metódico e estratégico, o ideário médico-higienista não deixa escapar um só detalhe da vida banal. Faz das palavras coisas palpáveis. Estava tudo ali, bastando seguir à risca. Cumpria sujeitar-se: primeiro, a condição elementar de ter uma saúde perfeita – entendimento naquele tempo ainda embrionário, que buscava na ciência médica sustentáculo e projeção; em seguida, os preceitos que esquadrinhavam o banho enquanto gesto mundano, elegendo a vida regular, avessa aos excessos, como padrão normativo – respeitar os tempos e ritmos, ficar atento e saber escutar aos sinais advindos do organismo.

Se recreativos, os banhos frios não passariam de uma prática perniciosa e, por isso, condenável e perturbadora da ordem pública. Mas, onde estariam aqueles que, em agradáveis e necessários mergulhos, desfrutavam aqui e acolá dos banhos de rios, conforme narravam os viajantes? Em vias de superação ou vigilância porque corpos indisciplinados, marcas de um tempo de pouca civilidade? Considero que sim. Mas para isso foram necessários outros mecanismos, capazes de responde àquilo que não competia ao poder médico. Entravam em cena os códigos de posturas e o poder policial:

> A moral pública, exige da authoridade competente medidas corretiva aos termos obscenos, e algazarra inaudita, que diariamente se pratica na estrada do Paul d'Água, pelos aguadeiros e mais adjuntos, a ponto de uma senhora não poder chegar á sua janela [...] (DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 10.09.1861, p. 1).

Afrontas à moral deveriam ser punidas, exigiam medidas corretivas, assim cobrava o jornal. Entretanto, aos rios pertencia outra prática dita ofensiva: os banhos desnudos. Uma referência inicial à proibição de tais banhos aparece no código de posturas de 1848, ainda vigente nos anos de 1860. Mesmo que o termo nudez não aparecesse, a norma era clara:

> Art.81. Ninguem se poderá banhar, ou lavar de dia nos rios, que banhão as cidades, villas, freguesias ou povoados, fora dos lugares para isso marcados por editaes pelas respectivas câmaras, ou nas valas, poços públicos etc. sem ser cobertos da cintura para baixo. O infractor incorrerá na multa de 5$000 réis, ou 2 dias de prisão (JORNAL DO PARÁ, 11.05.1873, p.2).

Certo grau de relaxamento normativo sobre o tipo de banho em questão é reforçado pelo indício de que nos anos de 1860 a nudez dos banhistas não incomodava a ponto de merecer destaque nos periódicos, pois ao noticiar um afogamento, "Diario do Gram-Pará" foi enfático não ao fato de a vítima banhar-se

nua no litoral, mas ao “escândalo” que a exposição por longo tempo do cadáver em estado de nudez provocou:

> Hontem pela manhã appareceo na praia junto a ponte de pedras o cadaver de um homem pardo que se diz ter morrido asphixiado por submersão estando a banhar-se.
> Consta-nos que esse cadaver esteve insepulto até a noite [...]. E o que é mais, o escandalo foi ao ponto de estar por muito tempo o cadáver exposto ás vistas do publico em estado de nudez, até que um particular o mandou cobrir com um lençol! [...]
> Convém, que o iilm, sr. dr. chefe de policia, informando-se a respeito, dê as providencias convenientes para que factos desta natureza não se reproduzão (DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 09.01.1860, p.1).

Mesmo com certa permissão, atitudes rigorosas, vigilantes e punitivas voltavam-se à nudez dos banhos ao ar livre. A força policial agudiza sua presença. Ronda. Circula. Amplia as ações do poder. À nudez nos banhos públicos que parecia não atentar aos bons costumes nos anos de 1860, olhares reguladores começam a ser lançados nos períodos seguintes:

> Foram multados pela policia Antonio Domingos Tavares, Joaquim Pinto de Azevedo, João Dias Pinto, e Manoel Ferreira da Rocha, por estarem nús tomando banho no litoral, sendo a importancia das multas recolhidas hoje aos cofres da câmara Municipal (JORNAL DO PARÁ, 21.07.1874, p.2).

> Esqueceu-se das ordens. – Hontem, ás 11 horas do dia, entendeu dever tomar banho nú no littoral da cidade o preto livre Assencio.
> Á ordem do subdelegado a patrulha a Gerencia grudou com o marreco no xadrez para não se esquecer que é prohibido expor-se com a roupa de Adão (A CONSTITUIÇÃO, 05.12.1876, p.2).

> O dr. chefe de policia ordenou que se cesse o abuso dos banhos ao littoral, como é costume fazerem os banhistas, com a roupa do pai Adão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28.12.1881,p.2).

Um conjunto de novos valores avulta-se e faz do corpo nu a banhar-se nos rios um alvo. Ao corpo, objeto desta nova educação, não bastava a economia do

gesto sob vigilância médica. Importava tanto quanto, sujeitar-se às regras de decência: decoro nas ações, na linguagem, no vestuário e, por que não, nos banhos de rio. Não à toa a nota abaixo foi "assinada" por "A moral":

> Pedimos ao illm. sr.dr. chefe de policia, que providencie em ordem a pôr termo aos banhos na praia onde desemboca a travessa da Princeza.
> Os actos de imoralidade, deboche e devassidão que alli se praticão não são dignos de uma cidade que gosa foros de civilisada.
> Na occasião dos banhos, tanto fóra como dentro d'agua se praticam alli scenas só proprias dos tempos do paganismo!!!... O phraseado é escolhido e apropriado aos alcouces... e em alcouce está rebaixado aquelle local, hoje *banheiro publico*, por obra e graça de quem póde, vê e consente...[...]
> Alguns, a titulo de – *decencia*, banham-se vestidos é verdade, mas *despem-se e vestem-se fora d'agua e no meio da rua* a vista de todo o mundo [...]
> Mande v.s. collocar alli a patrulha, nas horas apropriadas, com ordem positiva não só de prohibir os banhos, mesmo os *taes vestidos*, como tambem de multar ou prender os infractores, que cessará essa imoralidade[...].
> Nós nos encarregamos de denunciar a v.s., se suas ordens, [se forem dadas] são ou deixão de ser cumpridas. A moral. (DIÁRIO DE BELÉM, 06.04.1877, p.2. Grifos do jornal).

A repressão se especializava, alternando as punições, conforme o grau do delito, entre prisões e o pagamento de multas: "Foi multado o peruano Braz Rodrigues, por estar tomando banho nú no litoral" (DIÁRIO DE BELÉM, 13.01. 1882, p.3). Havia, inclusive, matérias irônicas sobre o tema, como a relatar que fora preso o "preto Ambrozio Ribeiro" que se julgando

> [...] qualquer Adão, e nos primitivos trajos do dito, foi tomar um banho na rampa da Sacramenta, ante-hontem á noite. Como os trajos com que ele se mostrava não eram condignos do seculo, foi dormir em Santo Antonio (A REPÚBLICA, 26. 03.1890, p.1).

É importante considerar, a partir do que dizem as fontes, que era a população pobre e/ou as camadas populares de Belém aquela a banhar-se desnuda nos rios,

consagrando desse modo uma prática de longa data. Assim entendidos, pode-se pensar que o pudor em relação a esse tipo de banho ora é retomado, ora é redefinido ao longo do século XIX quando contrastado aos séculos considerados clássicos (BOLOGNE, 1990), de forma tal que nos oitocentos era comum

> [...] encontrar tanto os banhos nus como em camisa, as recepções na banheira e os estabelecimentos públicos. As mentalidades, no entanto, reviraram como uma luva [de modo que a] partir do século XIX, oficialmente proibido, condenado pela moral, o banho nu será mais popular que burguês (BOLOGNE, 1990, p.47).

Que fosse então o banho despido que ocorria no litoral uma prática da camada popular de Belém: a eles, o poder de polícia, normativo e punitivo parecia mais especializado. Porque ofensivos e inapropriados aos olhos do percurso civilizador de então, tais banhos viraram alvo e exigiram uma demarcação de territorialidade. Desse modo, houve o estabelecimento, mesmo que implícito, de regiões da orla que seriam impróprias aos banhos, quer fossem pela periculosidade de suas correntezas, ou porque famílias residiam pelas redondezas.

Uma notícia publicada pelo “Diário de Belém”, reproduzida do jornal “A Província do Pará”, relata que dois jovens estudantes, ao banharem-se sob a segunda ponte do igarapé conhecido por “Igarapé do Ladrão”, ao receberem voz de prisão por parte de dois policiais, argumentaram “[...] que ali alli não podia ser de fórma alguma prohibido tomar banhos, não só porque não há familias por aquellas immediações, como porque ficava muito distante da primeira ponte [...]” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05.12.1885, p.3). As argumentações não surtiram efeito, porém, segundo a notícia, os soldados teriam dito que não os levariam presos caso os mesmos lhes pagassem cinco mil réis, sendo que os jovens, para não passarem pela humilhação de serem presos, acabaram pagando a extorsão.

Por que seria tão absurdo assim banhar-se nos rios que margeavam Belém? Era a nudez o único problema? Os riscos de afogamento? As bulhas que ali se formavam? Afinal, em uma cidade que convivia permanentemente com um forte

calor, mesmo que visitada pelas chuvas quase todos os dias, e que tinha na escassa distribuição de água à sua população, exceto para a elite, um problema constante, por que não o refrigério em animados banhos de rio? O pudor e moralidade relativos aos banhos despidos no litoral pertenciam à população como um todo ou caracterizavam o comportamento das elites? A nudez característica dos banhos litorâneos chocava e perturbava apenas as elites? Entendo que estas tensões e contradições, tão comuns àquele entre séculos, podem ser pensadas como elaborações de caráter histórico-cultural e que, em certo sentido, trazem um quê de permanência e ruptura, conforme apontou Bologne (1990).

Lado a lado e de maneira complementar, as justificativas oficiais para a proibição dos banhos no litoral belenense transitavam entre os riscos à vida (por conta das fortes correntezas guajarinas) e a afronta à moral e aos costumes civilizados. Porém, mais que a segurança ou a ordem médica, o pudor parecia dar suporte às proibições[95]. Assim, o código de posturas de 1890, que mantém na íntegra o título referente aos costumes públicos presentes no código anterior, proporciona algumas pistas, pois além de ser mais específico e rigoroso quanto à nudez durante os banhos públicos, leva a deduzir que estes não só continuaram uma constante, como resistiram às ações normatizadoras, impossibilitando o afrouxamento das leis. Divulgado meses a fio por meio dos periódicos, caracterizando sobremaneira a composição entre os poderes institucionalizados e as intervenções da imprensa, dizia:

> Capitulo XIX. Offensas à moral publica e aos bons costumes.
> Art. 190º. É prohibido sob pena de 20$000 de multa
> §6º Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no litoral.
> Capitulo XX. Das bulhas e vozerias
> Art. 192º Fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.01. 1891, p.2).

[95] Sobre o tema, pensado a partir da Europa, ver Roche (2000). Vale a pena refletir com o autor quando esse diz que o banho popular “desde o século XVII [...] era perseguido, acuado, não por razões médicas mas por motivos de pudor que condenavam a nudez viril dos barqueiros e das crianças da cidade a qual encantava os olhos das lavadeiras (ROCHE, 2000, p.219).

Não eram bulhas e vozerias dos “aguadeiros e mais adjuntos” nos pontos d’água que perturbavam e impediam a moralidade a ponto de uma “senhora não poder chegar á sua janela” lá nos idos de 1861? Aliadas aos banhos despidos no litoral, tais práticas continuavam presentes na década de 1890 e tardariam a declinar. A título de curiosidade, já no século XX, a Lei nº 723 de 20 de junho de 1916 fez vigorar um novo Código de Posturas de Belém que mantém as proibições relativas aos banhos ao ar livre. Eram infrações: “(...) tomar banho despido nos lugares públicos, litoral ou interior do município; tomar banho nos poços e fontes públicas” (CRUZ, 1973, p.483-484).

Indiferente ou distante dos banhos na orla belenense, outra forma de banho tornava-se, processualmente, habitual: os banhos no universo privado. Realidade mais próxima ou quase exclusiva das elites, estes banhos possuíam um quê de luxo, conforto, higiene, civilidade e distinção. De fato, o pertencimento das águas ao seio da vida privada encontrou na higiene médica importante idealizador e veículo, assim como foi, aos poucos, se constituindo em um importante elemento para a circulação econômica da cidade, já que em torno dos banhos girava uma série de produtos, de sabonetes que prometiam aformosear as mulheres até felpudas e aconchegantes toalhas.

Dando suporte aos banhos em recinto fechado, o saber médico-higiênico certificou algumas associações, entre elas a de que higiene e virilidade eram afins (SANT’ANNA, 2007). Não custa pontuar que o saber higienista era considerado, “[...] principalmente na segunda metade do século XIX, um campo fértil para se expandir e se integrar aos projetos de engenheiros, arquitetos, militares, autoridades públicas, professores e chefes de família” (SANT’ANNA, 2007, p.199). Mas, em uma cidade com altas temperaturas durante o ano inteiro, como era o caso de Belém, poder-se-ia associar o banho frio à virilidade ou a algo mais que não fosse o refrigério? Dizem as fontes que houve uma dupla associação: de um lado, as práticas da vida banal encarnando os banhos frios como momentos de relaxamento e mesmo rompimento com o ritmo da vida moderna. Dessa forma, o banho frio oferecido ao público pelas casas especializadas era propagandeado

conjuntamente com a venda de bebidas geladas, oferecidas pelas mesmas casas. Em meio ao calor belenense, não parece difícil imaginar a sensação de refrigério proporcionada àqueles que pudessem pagar pelos serviços.

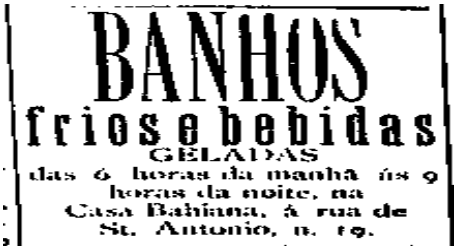


Figura 24- Banhos frios e bebidas geladas em meio ao calor belenense. Diário de Notícias, 31.07.1883, p. 3.

Já a perspectiva médico-higienista defendia e difundia que para além do refrigério, os banhos frios eram capazes de fortalecer o indivíduo, educando-o para o vigor. Afinal, discursavam os médicos que o

> [...] homem debil treme mais tempo depois do banho, aquece-se mais difficilmente do que os indivíduos vigorosos.
> Os musculos tornam-se fortes, o appetite é mais vivo, o exercicio não cansa tanto, o somno é mais calmo; um sentimento geral de força e ligeireza, ao qual a alma e inteligência não são estranhas, tal é o resultado do uso dos banhos frios [...] (JORNAL DO PARÁ, 26.11.1874, p.2).

Noutro extremo, a mulher, associada a uma preocupação constante: porque gorda, é perseguida pelo desejo de emagrecer. Então, sai de cena o banho frio e entra o banho quente. Dizia a coluna intitulada “Album”:

> Em geral o bello sexo é contrario á excessiva gordura. Cantam os poetas cinturas de annel; d’ahi a constante preoccupação das senhoras gordas de emmagrecer.
> Com vistas ás leitoras que padecerem de um tal encommodo publicamos as seguintes indicações uteis.
> [...] os banhos quentes, as loções saponáceas, um exercicio forçado, pouco dormir, alguns purgantes, as bebidas acidas e sudoriferas, o café, os licores espirituosos previnem também uma demasiada obesidade (A REPÚBLICA, 10.02. 1887, p.4).

Quer seja a aceitação do banho frio como vivificador, revigorador e dotado de virilidade, ou o banho quente que relaxa e coadjuva regimes de emagrecimento – ou ainda as transições operadas entre os banhos nos limites do público e do privado – as mudanças ocorridas nesta forma de uso d'água se deu entre médicos e legisladores, por exemplo, não menos que no seio da população, exigindo intervenções educativas cujo alvo foi o corpo. Neste sentido, a retórica da

> [...] medicina social em suas concepções predominantes, ou seja, naquelas higienistas, de forte caráter moralizador, normativo e adaptativo-educativo, irão constituir-se em instrumentos de intervenção na sociedade. Irão impor-se no sentido de alterar hábitos, costumes, crenças e valores (SOARES, 2004, p.25).

A elite da Belém do entre séculos maravilhava-se com as riquezas que chegavam com a exploração da borracha e precisava deixar para trás a cidade que fora outrora, posto que marcada por degradação física e moral, por doenças e morte. Opondo-se ao corpo daquela cidade indesejada, havia outro sendo construído, inventado, educado. Era preciso torná-lo visível àquela Belém que experimentava o seu apogeu econômico e cultural durante a chamada belle époque amazônica.

Às margens de uma modernidade periférica, alimentada pelo luxo e conforto, erguida à custa de uma polidez e civilidade pretensamente europeias, tinha-se a educação do corpo não como um instantâneo, e sim como um estado a exigir constante e cotidiano educar do corpo. Mas, o que se apresentava à época eram ensaios que encontravam vazão nas formas inéditas de contato entre o corpo e os circuitos d'água. Ainda nesse sentido, forte era a presença de propagandas feitas pelos periódicos, que anunciavam produtos mais populares, como utensílios voltados ao armazenamento e transporte d'água, com o mesmo entusiasmo que as confortáveis e higiênicas casas de banho, com ares de luxo e conforto, oferecendo serviços diversos àqueles que podiam pagar. Essas casas garantiam privacidade

ao mesmo tempo em que eram espaços de sociabilidade e ambientes de distinção social[96].

As elites belenenses pagaram pelo serviço ao mesmo tempo em que começaram a equipar suas residências com produtos que despontavam no mercado, tornando o banho um hábito corriqueiro e cada vez mais associado à higiene, sem deixar de ser um momento de relaxamento e prazer:

> Hotel das Quatro Nações. Proprietário Silvestre Rendall. Mesa Redonda. Comidas a todas as horas. Banhos frios e quentes [Quartos mobiliados com asseio] (O LIBERAL DO PARÁ, 03, 01.1882, p.3).
>
> Banhos na casa bahiana – [...] no interior do seu estabelecimento tem um vasto e arejado terraço onde por modicos preços se offerecem não só um variado sortimento de bebidas, como o melhor e mais frio BANHO. Por um banho com toalha, pente e sabonete [...] 300 réis; por assinatura mensal de um banho por dia 6$000 (DIÁRIO DE BELÉM, 04.01.1882, p.4. Grifo do jornal).
>
> Banhos frios e mornos, temperados á vontade. No banheiro á estrada de Nazareth, já funcciona este novo melhoramento dos banhos temperados, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde. Na vespera de S. João estará aberto toda a noite este estabelecimento, se estiver o tempo bom (DIÁRIO DE BELÉM, 04.07.1883, p.3).

[96] Sobre o tema, pensado em Campinas/SP, ver SIQUEIRA, Sandra Aparecida de. Campinas: seus corpos, suas águas (práticas corporais aquáticas no início do século XX). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

Figura 25 - Banhos tépidos e frios. Diário de Notícias 14.05.1882, p.1

Figura 26- Banhos Casa Bahiana. Diário de Notícias, 02.04.1882 p.1.

É importante destacar que, embora estivesse em curso o projeto de europeizar os costumes belenenses, em relação aos banhos isso parecia distante, ou melhor, não desejado. Aparentemente, a pouca frequência ou a forma de banhos

que caracterizava o europeu (pelo menos os que transitavam ou residiam em Belém, assim suponho), não era compartilhada pelo belenense, que preferia banhar-se diariamente, por vezes, mais de uma vez e, ao que indicam as fontes, de maneira diferenciada. Uma nota de humor traz evidencias sobre o tema:

> X. vai á uma casa de banhos, dirigida por uma franceza, e pede um banho.
> É prontamente servido.
> X. olhando para o pouco asseio do banho e da agua á dona da casa:
> - Madame, diz-me uma cousa?
> - Sim, meu senhor.
> - Onde se lavam os que tomam banho aqui?
> (A REPÚBLICA, 21.11.1891, p.1).

Em 1900, o médico Américo de Campos[97] dizia que eram

> "[...] nimiamente cuidadosos com a limpeza do corpo, os paraenses. Raro, raríssimo mesmo, é quem não uza tomar banho diariamente, ensaboando-se. A isto accresce o uzo de mudar quotidianamente a roupa branca, cuidado de limpeza comum, nos naturaes desta zona, á classe mais baixa, mesmo da mais ínfima condição social (O PARÁ EM 1900, 1900, p.107).

Mas, a frágil delimitação de um campo ainda em construção, como era o dos banhos em ambientes fechados, gerava a oferta de serviços diversificados e, por vezes, pouco críveis. Afinal, como classificar ou mesmo imaginar uma casa de banhos que oferecia banhos de chuva (frios), e também banhos mornos de banheiras?

[97] Estudioso de assuntos amazônicos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, integrava a Comissão de revista

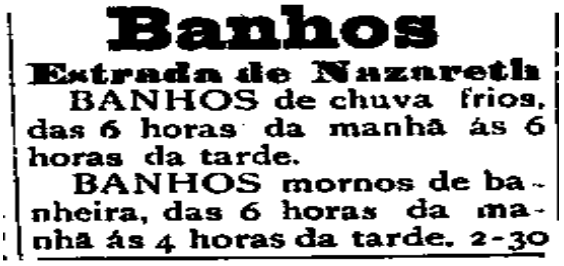

Banhos
Estrada de Nazareth
BANHOS de chuva frios, das 6 horas da manhã ás 6 horas da tarde.
BANHOS mornos de banheira, das 6 horas da manhã ás 4 horas da tarde. 2-30

Figura 27- Banhos Estrada de Nazareth. Diário de Notícias, 02.10.1884, p.1

Cada vez mais uma realidade cotidiana, o banho aparece em uma ilustração de capa na revista "A Semana" em 1890. Com um toque de humor, a princípio criticando seus inimigos políticos, a revista trazia a ilustração (figura 28), com a seguinte legenda: "A Semana dá banhos e esfrega a quem tiver direito á...uma lavagem...". É preciso ressaltar que a figura feminina da ilustração simbolizava a própria revista, aparecendo em todos os exemplares do acervo. Pela ilustração, vê-se, em 1890, a presença da água encanada e o uso da banheira para o banho. Ao que tudo indica, o homem a banhar-se estava nu. Porém, é possível notar que em relação ao banho não existe um lugar específico, habitual, ou mesmo integrado ao cotidiano.

Embora a ilustração retrate um banho tomado a partir de água encanada que jorra por uma torneira, o homem que ali se banha está dentro de uma banheira, e não parece nem um pouco relaxado. Observando a figura feminina que ilustra o cabeçalho da revista, deitada preguiçosamente em uma rede, a sensação de que o homem está tenso ao tomar banho e ter suas costas esfregadas fica nítida.

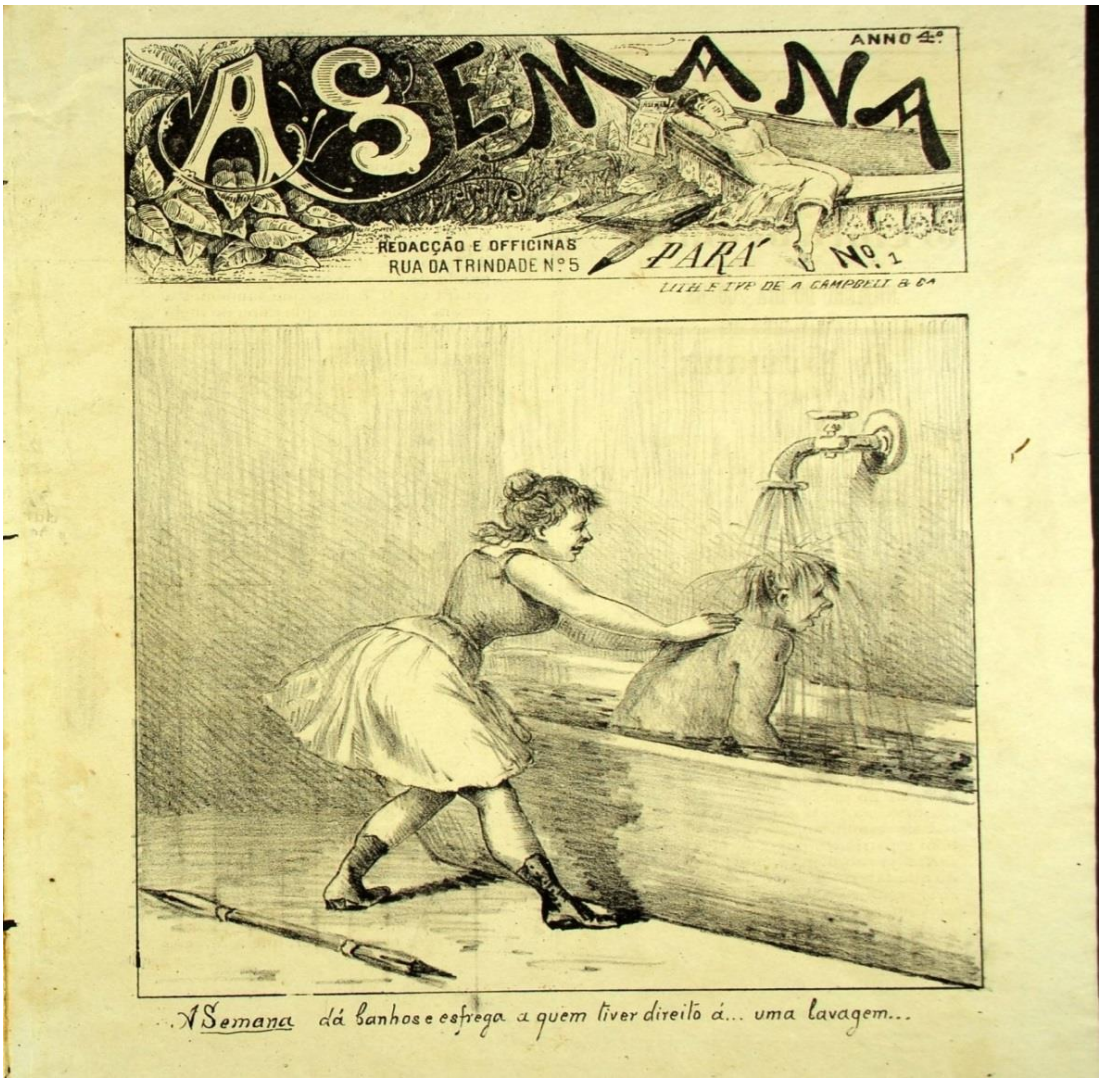


Figura 28- A Semana. Capa da edição de 24.02.1890.

Os periódicos davam corpo e amplitude às inovações da modernidade que adentravam a vida cotidiana, ora com artigos originais ou reproduzidos de outras fontes, ora na forma de editoriais, matérias de caráter mundano ou por intermédio de propagandas cambiantes e renovadas em função das novidades de então. Esse movimento acarretou a aquisição de novos hábitos vinculados às modificações dos utensílios, locais e formas de banho, como pode ser observado no seguinte relato:

> Costumavam os antigos, sobretudo os dos paizes pequenos, tomar banho com muita frequencia, e para isto possuía cada proprietario uma ou muitas pias *(alveus)*, que eram grandes

> vasos de pedra, mas ou menos commodos, segundo as posses de cada um. Depois, creando-se casas de banho para os pobres e tendo os ricos salões especiaes para isto, ficaram as pias para o banho das crianças (O LIBERAL DO PARÁ, 12.04.1882, p.2).

Mais uma vez, recorro ao médico Américo de Campos, em texto publicado no "Pará em 1900", quando diz que, entre os belenenses, os banhos ocorriam "[...] ordinariamente [...] nos proprios domicílios sob o chuveiro, em tanques ou bacias" (O PARÁ EM 1900, 1900, p.108). O médico paraense, certamente e, talvez, de forma proposital, ignora em seu discurso os banhos tomados ao ar livre, tão comuns naqueles tempos, por questões de higiene não menos que para refrigério. Quem sabe o seu enfoque tenha apagado intencionalmente os hábitos populares referentes aos banhos justo porque seu discurso integrava um documento oficial, preocupado, repito, em divulgar ao mundo uma Belém moderna e civilizada a partir de pretensos padrões europeus. Com efeito, o processo de educação do corpo para os novos sentidos atribuídos ao banho, além de lento, exigia aprendizado cotidiano das técnicas corporais e a mudança de sensibilidades e hábitos adquiridos. Esse aprendizado muitas vezes provocava situações embaraçosas ou bem-humoradas, e que serviam de conteúdo para os jornais de então, mesmo que por vezes o tema ou a forma de abordagem a ele dedicada pelos jornais fosse caricata. As páginas dos jornais eram fartas em pequenas notas abordando situações da vida banal em relação ao banho. Com isso, temos um diálogo entre o "dr. X. e um cliente", com o médico perguntando ao paciente como esse estava se dando com os banhos que lhe foram receitados. O mesmo responde que está bem, exceto pelo fato de estar se sentindo "todo peganhoso". Espantado, retruca o médico:

> - Como? Peganhoso!
> - Lembro-me que talvez seja do assucar.
> - Como do assucar?
> - Então, o dr. não me receitou banhos d'agua doce?
> (O PARÁ, 19.07.1900, p.3)

Mas, por que tanto desconhecimento em relação aos banhos de água doce se na Belém do início dos anos de 1900 isso era uma prática comum junto à orla da cidade? Seria equivocado supor, a partir da pequena nota de humor, que o estranhamento deu-se por ser tal prática frequente apenas entre a população mais pobre da cidade, sendo assim, portanto, pouco habitual ao personagem atendido pelo "dr. X"? Ou ainda: seriam os banhos de água doce prescritos pelos médicos, com todas as normatizações comuns a esse tipo de orientação, estranhos ao cotidiano de então? Vejamos mais algumas situações cotidianas relatadas humoristicamente pelos jornais.

> Um sujeito que nunca se lavava participa a um amigo o seu próximo casamento.
> - Ora, graças á Deus, exclama o amigo, que pela primeira vez na tua vida vais tomar três banhos seguidos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22.02.1888, p.2).

Havia muito a ser aprendido e experimentado enquanto a presença do banho tornava-se cotidiana. As paródias continuavam sendo publicadas com bastante frequência. Vejamos mais algumas: A primeira, intitulada "A granel", dizia: "Ó idiota, por que não me acordaste tu esta manhã, ás 7 horas, para o banho, como te recommendei? - Ora essa! Não me atrevi; o patrão dormia..." (DIÁRIO DE BELÉM, 15 de março de 1883, p.2). Por sua vez, outra paródia dizia:

> Um dono de casa de banhos poz na taboleta: 'Banhos frios. Tambem temos quentes para senhoras de 200 rs. Com lençóes.' Observam-lhe que o annuncio está mal dirigido. No dia seguinte diz a taboleta: 'Banhos frios. Também temos para senhoras quentes de 200 rs. Com lençóes.' Dizem-lhe que a emenda foi peior que o soneto. O homem desespera, e no dia seguinte lê-se na sua taboleta: 'Banhos frios. Com senhas não queremos negocio; nem qnentes (sic.) nem frios; nem por 200 réis, nem por nada; nem com lençóes nem sem lençóes.' (O LIBERAL DO PARÁ, 24.10.1886, p.2).

A literatura também tematizava os banhos. Ao longo do ano de 1889 o “Diario de Belem” publica, na íntegra, o conto “O preço das pazes”, de Marques de Carvalho, que mais tarde integraria o livro “Anthologia Amazonica: Poetas Paraenses”, de 1904. Uma descrição nos remete àquele tempo:

> Um rumor d’agua revolvida vinha por um intersticio das folhas de madeira entre-cerradas, em mescla a um suave aroma de japana e manjerona sensualmente esmagadas em oponax, diluídas na doce tepidez da agua.
> Marócas tomava o costumado banho da noite, com a porta aberta, na simples ingenuidade descuidosa as sua tranquilla innocencia de mulher que em nada de mau pensa.
> Quis o velho retroceder, porventura ruborisado do passo que estava dando. Sem o desejar, espreitara pela frincha da porta, e um bello corpo, feito d’ambar e leite, emergia da banheira, no meio do quarto, vaporisando a tépida emanação subtil das suas frescas, rosadas carnes bellamente seductoras e deliciosamente juvenis (DIÁRIO DE BELÉM, 02.02.1889, p.1).

A ilustração da figura 29, publicada um ano antes do conto de Marques de Carvalho bem poderia retratar a cena por ele descrita. Nela, aparece uma jovem mulher, nua, em seu quarto ou em um banheiro, mas sem usar a água encanada, valendo-se para tal de uma tina, a julgar pela legenda, sendo observada por um velhaco. Outrossim, a figura demonstra a variedade de formas utilizadas nos banhos, até porque nesta época a água encanada era realidade para poucos.

Figura 29- Diz a legenda: “Entretanto ella, a pobresinha, vê os seus quadris expostos ao riso da canalha, e esconde-os, envergonhada”. A Semana Illustrada. 16 de janeiro de 1888. Grifo da revista.

Em um ambiente cercado por uma profusão de sons, temperaturas e aromas, o corpo nu a banhar-se sob o teto do lar não é visto como ofensivo. Jovem e sedutor – é tentação e não afronte. E, em meio a tanto maravilhamento, os produtos associados ao banho eram constantemente propagandeados pelos jornais. É o caso das toalhas que prometiam suavidade e maciez. Felpudas e macias, anunciavam agasalhar o corpo antes e depois do banho, carregando consigo experiências táteis que remetem ao conforto e ao prazer: “As imensas toalhas felpudas proprias para agasalhar e enchugar o corpo antes e depois do banho, encontrão-se – Na Loja Nazareth (DIÁRIO DE BELÉM. 26.01.1879, p. 3). Essas sutis mudanças na forma de educar o corpo para os banhos podem ser pensadas a partir do que Vigarello, refletindo sobre a Europa do século XIX, nos ensina. Para o historiador francês, naquele tempo existiria

> [...] uma nova sensibilidade, um avivamento das percepções da pele, sobretudo uma atenção inédita, insistente, que promovem a prática da água na segunda terça parte do século XIX [...]. A água é o objeto de comentários novos com o século: suas vantagens seriam as do conforto e da utilidade;

> sua ação seria tanto mais simplesmente eficaz como mais simplesmente provada (VIRAGELLO, 2008, p.382).

Os banhos de então, naquilo que guardavam de novidade podem ser pensados como quase ritualísticos e, dessa forma, enxugar e agasalhar o corpo vivenciando sensações provocadas pelo tecido da toalha exigiu um educar do corpo ao novo: o refrigério; o desligar-se do tempo e dos afazeres; a entrega plena a um momento de total privacidade.

TOALHAS

felpudas para rosto e banho, panno para toalhas, dito de algodão de côres para meza, guardanapos para chá e para meza, anneis para guardanapos, na casa de modas *Formoza Paraense*. *ROUPEIROS* e condessas de vime, cestas com alças, saccos de lona para roupa, bolsas de couro a tiracolo, na casa FORMOZA PARAENSE.

Maletas, bolsas, indispensaveis e necessarios, de couro, carneiro e pellucia, na casa de modas *Formoza Paraense*. LINHA para bordar, para crochet e para labirynthо, agulhas para crochet e para lã, talagarça, missangas, desenhos e lãs para bordar, na casa de modas FORMOZA PARAENSE. **VASOS** para flôres, apparelhos para lavatorio e toilette, espanadores de penna e de palha, na casa de modas *Formoza Paraense*.

CHOCOLATE da fabrica de Souza Martins: homœopathico, canella, commum, musgo e baunilha, o principal deposito na casa de modas

FORMOZA PARAENSE

11—21

Figura 30- Toalhas felpudas. Diário de Notícias, 19.10.1886 p.4

Mesmo que já tematizado pela vida banal, o hábito de tomar banho diariamente não foi prontamente incorporado aos usos rotineiros do entre séculos, já que o banho e seus usos não podem ser pensados a partir de uma categorização rígidaa, até porque não possuem

> [...] uma cronologia linear e progressiva, ao longo da qual teríamos, primeiramente, a falta de banho ou a sua raridade e, a seguir, o aumento progressivo do seu uso e valor. Também não seria possível concluir que a historicidade dessa prática foi a mesmo entre homens e mulheres, entre etnias e classes sociais diferentes (SANT'ANNA, 2007, p.280).

Pensando a respeito da mulher belenense, vê-se que os banhos proporcionavam, grosso modo, momentos de sociabilização. Afinal, ir às casas de banho e mesmo às praias ampliava o círculo de convívio e, não menos, era um momento privilegiado para que a mulher pudesse, guardados os preceitos morais e

de bom costume da época, expor seu corpo. Mesmo assim, tais momentos não escapavam do humor e ironia da época a respeito da imagem feminina:

> Na casa de banhos dos *arrecifes:*
> - Como! pois é tua sogra, aquella? Sempre resolveu se a tomar banhos salgados?
> - É verdade e estou muito contente.
> - E porque?
> - Porque tenho esperanças de que ella morra afogada.
> (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05.10.1887, p.2).

Ainda trazendo uma sogra como personagem, outra tira de humor, publicada alguns anos antes, também trata com ironia a imagem da mulher banhista.

> Nos banhos do mar:
> - Então, Manéco, a tua família não vai hoje ao banho?
> - Não; nem tão cedo consinto que ella vá.
> - Porque?!
> - Ora, por que? Tú ainda me perguntas Não tens visto o enorme tubarão que aparece todas as manhãs na praia?
> - Qual tubarão, homem: aquillo é minha sogra que anda a banhos!
> (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17.01.1884, p.2).

Retratando a mulher de forma jocosa, outra ilustração ironiza o peso de uma banhista, afirmando que essa, ao mergulhar nas águas da praia faria com que a maré subisse. Vejamos:

Figura 31- A maré vai subir desde que a senhora vae entrar n'agua. A Província do Pará, 08.05.1901, p.3

Mas nem só de ironias era alimentada a imagem da mulher que procurava os banhos a céu aberto. Havia também a mulher mais jovem, bonita e atraente e que se tornava, por isso, irresistível. Retratada com roupas de banho que não faziam questão de esconder suas formas corporais, a figura da banhista feminina parecia cumprir o papel de atrair a atenção masculina:

Figura 32- Senhora apetitosa. Semana Illustrada, 05.12.1887, p.4.

A ilustração diz que a mulher banhista, além de ser apetitosa, era alvo de olhares e galanteios. Por sinal, o galanteador não veste trajes de banho, muito embora, ao fundo, apareça a imagem de um jovem vestido como quem vai banhar-se na praia. Outro detalhe que merece destaque é a presença de uma cabine de banho ao fundo da imagem.

Uma propaganda das "Casas Pekin", intitulada "Consulta medica" utiliza a forma de uma pequena e bem humorada estória, que traz como personagem um médico e sua paciente. Foi possível identificar o elogio ao corpo feminino cujas proporções eram gordas, fazendo supor que a valorização estética ou mesmo àquela com justificativas médicas ainda não havia oposto o corpo gordo à beleza e à saúde[98]:

- Ai! Doutor, como eu sinto na barriga

[98] Sobre o tema ver VIRARELLO, Georges. A s metamorfoses do gordo: História da obesidade. Petropólis: Vozes, 2012.

Os bofes abrazados!
- Ha de ser o calor da jeropiga,
Convém tomar gelados.
[...]
Essas moléstias todas teem seu fim,
Porque são passageiras
Abra, pois, a senhora as algibeiras,
Indo á Casa Pekin,
Onde se vende bellas sorveteiras
De todos os tamanhos.
- Eu tenho quasi sempre a tésta fria...
- É preciso tambem tomar uns banhos;
Compre lá nessa Casa uma bacia,
Onde ha grande remessa,
E a senhora verá como depressa
Fica gorda e sadia (FOLHA DO NORTE, 10.05.1905, p.2).

Aparentemente, no início dos anos de 1900 não saber nadar aparecia como um problema ligado ao cotidiano. Muito embora as águas guajarinas continuassem proibidas para banhos, a figura de um homem a se afogar no rio por não dominar a arte do nado, além de caricata, parecia denunciar um problema. Não parece equivocado afirmar que a ilustração foi pensada a partir de um banhista que frequentasse o litoral de Belém. Destarte, o que a ilustração evidencia é uma crítica aos que não sabem nadar, indicando que o nado, na aurora do século XX, crescia em importância no cotidiano citadino. Vejamos mais uma ilustração, destacando que nela nenhum dos dois homens está vestindo roupa de banho.

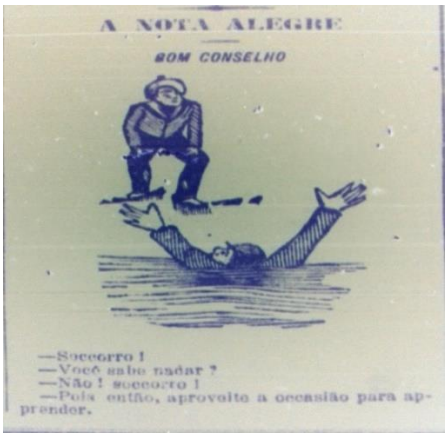


Figura 33- Homem afogando-se. A Província do Pará, 05.05.1901, p.2

Muda-se o ambiente, modificam-se as sensibilidades e percepções: eis que entram em cena os banhos a vapor, invenção ou realidade do alvorecer do novo século. Dito higiênicos e restabelecedores da saúde, esses banhos eram voltados para a intimidade do lar e, evidentemente, acessíveis apenas aos membros da elite de Belém. Dizia a propaganda: “Com este aparelho obtem-se um resultado **imediato e seguro** nos casos de resfriamento, constipações renitentes, reumatismo agudo e chronico” (FOLHA DO NORTE, 02.01.1900, p.3. Grifo meu). Observa-se nesse discurso a preocupação ou exaltação do imediatismo e da segurança, ou seja, do resultado rápido e confiável, elementos constitutivos da mentalidade positivista de progresso. Vejamos duas propagandas do mesmo produto:

Figura 34 - Folha do Norte. 02 de janeiro de 1900. Banhos a vapor em casa.

Figura 35- Banhos a Vapor em casa. Folha do Norte. 09.01.1900.

Os anúncios procuravam vender dois modelos diferentes. O primeiro, figura 34, composto por um aparato que, aparentemente, banha os pés e refresca a cabeça e tronco, e o segundo, aparentemente, destinado apenas a banhar os pés – o que, acredito, se assemelhasse bastante a uma prática popular, até hoje presente, chamada "escalda-pés", que tinha ou tem os mesmos princípios curativos dos aparelhos propagandeados pelo jornal. De certo modo, poder-se-ia supor que tais aparelhos, ao racionalizarem ou objetivarem tornar "científica" uma prática popular, seriam instrumentos da medicalização da vida banal. Por outro lado, a segunda propaganda, figura 35, ilustra um homem cuja postura corporal parece imperiosa, altiva e pouco relaxada. Essas características ficam evidenciadas por um conjunto de técnicas do corpo[99], formado pela posição com que as mãos repousam sobre a coxa do homem, pelo tronco, costas e ombros eretos. Destaque-se também a preocupação em ilustrar um corpo musculoso, na primeira propaganda. Tais características dificilmente seriam associadas à postura corporal de uma pessoa que estivesse resfriada, sofrendo com constipações ou acometida de reumatismo agudo ou crônico, enfermidades essas que o produto anunciado dizia combater. A ilustração seria paradoxal em relação ao que o produto anunciava, ou teria sido pensada propositalmente para fixar a ideia de que os banhos a vapor seriam eficazes naquilo que se propunham?

Pode-se pensar a figura do homem que vestido utiliza o aparelho de banho a vapor, mais como a de um cavalheiro ou lorde europeu, do que como a de um belenense da época. Ou seria melhor dizer que a imagem remete a um paraense com hábitos europeizados? Seria equivocado, nesse sentido, supor que o desenvolvimento do gosto e do prazer em relação ao banho era formado, grosso modo, não a partir do prazer e do conforto com o banho, e sim, a partir da construção de uma imagem de refinamento e civilidade associada ao banho? Essa forma de banho, realizada dentro do conforto do lar, parece evidenciar uma distinção social. Por outro lado, tal ilustração retrata um homem notadamente pouco confortável

[99] Sobre o tema, ver, por exemplo, Vigarello (2011).

enquanto banha apenas os seus pés. Diferente do homem seminu da figura anterior, ele está vestindo um terno e o que parece ser uma ceroula. Tem o peito e costas eretos, os braços tensionados e o olhar voltado à frente.

Carl Smith, analisando o que ele denominou de panaceia universal[100] (Universal Panacea), apresenta duas ilustrações referentes a banhos curativos, em voga nos Estados Unidos da América do entre séculos. Mesmo sem possuir a tecnologia da engenhoca que oferecia banho a vapor em casa, no caso de Belém, (figura 35), os banhos das propagandas norte-americanas permitem que o banhista não precise retirar uma peça de roupa sequer, bem como faça uso do banho no conforto de seu lar, sem nenhum tipo de auxílio especializado. Note-se a similaridade entre a postura corporal retratada pelas duas ilustrações:

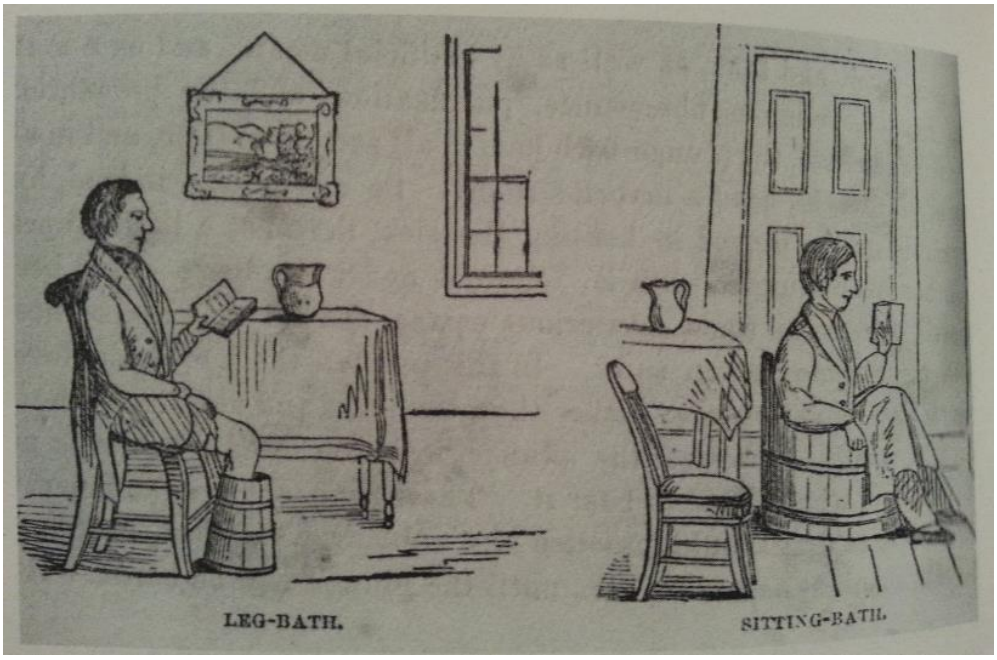


Figura 36- Banho de pés e banho sentado. Carl Smith, 2013, p.190.

[100]Diz Smith: “The belief in the therapeutic qualities of water crosses all cultures and eras. Colonists in the future United States were familiar with European mineral springs whose water reputedly had healing power [...]. By the end of eighteenth century, a number of American entrepreneurs had opened spas, several modeled after fashionable health resorts in Britain and on the Continent [...] (SMITH, 2013, p.186). “A crença nos efeitos terapêuticos da água atravessou todas as culturas e épocas. Os colonos do que viria a ser os Estados Unidos estavam familiarizados com nascentes de água mineral europeias, cujas águas, supostamente, teriam poder curativo. [...] Até o final do século XVIII, muitos empresários americanos abriram spas, vários dos quais inspirados naquels de famosos balneários da Grã-Bretanha e do Velho Continente” (SMITH, 2013, p.186. Tradução livre).

A função curativa ou terapêutica, indicam as ilustrações, era o foco dos banhos a vapor, deixando o conforto e o prazer à parte. O banho de choque, outra forma de banho terapêutico, também era anunciado em Belém, só que em menor escala. Mesmo visando curar enfermidades, é relevante destacar que os banhos de choque eram anunciados como refrescantes:

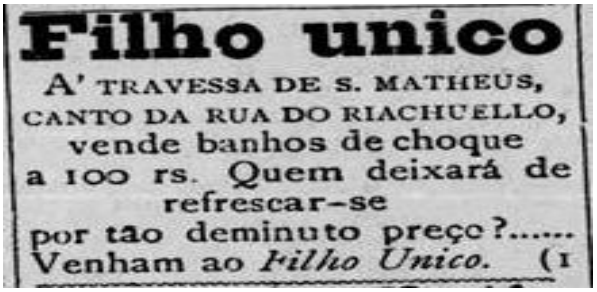


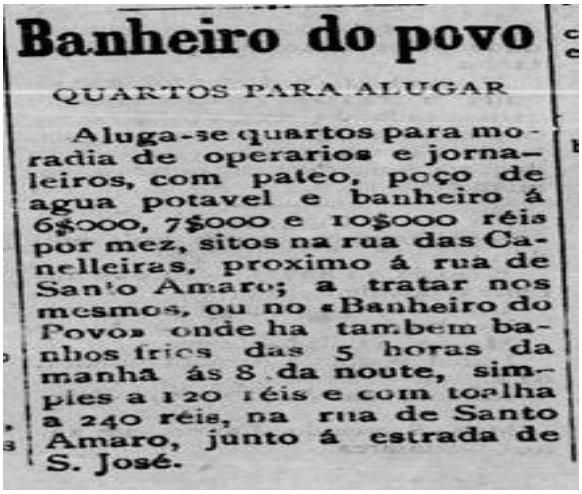
Figura 37- Banho de choque. Banho também refrescante? Diário de Notícias, 23.01.1885, p.1.

As casas de banho e os banhos a vapor e terapêuticos, incluindo também os hidroterápicos[101], dizem as fontes, não eram voltados às camadas pobres da população belenense. Entretanto, como a prática diária de banhos era defendida pelo ideário de então, era necessário oferecer locais para banhos públicos a custos populares, mesmo que sem o requinte e zelo daqueles oferecidos às elites. Sobre esse tema, é importante deslocar as análises de Vigarello para a Belém de tempos idos:

> A água dos privilegiados não poderia, no entanto, pertencer só a eles. Uma dinâmica insensível de equalização faz dela um objeto melhor dividido no século XIX. Uma crescente vontade de educação popular também a torna um instrumento de pedagogia: a limpeza seria tanto edificadora como protetora (VIGARELLO, 2008, p.387).

[101] A partir dos anos de 1900 um moderno centro hidrotrápico instala-se em Belém, sendo um dos rimeiros do Brasil.

A casa de banhos “Banheiro do Povo”, por exemplo, em 1885 oferecia banhos ao custo de 120 réis, sem toalha, ou 240 réis, com toalha, diferença de valores significativa se comparada aos 300 réis cobrados pela “Casas Bahiana” (figura 38), em 1882, portanto, três anos antes.



Banheiro do povo

QUARTOS PARA ALUGAR

Aluga-se quartos para moradia de operarios e jornaleiros, com patco, poço de agua potavel e banheiro á 6$000, 7$000 e 10$000 réis por mez, sitos na rua das Canelleiras, proximo á rua de Santo Amaro; a tratar nos mesmos, ou no «Banheiro do Povo» onde ha tambem banhos frios das 5 horas da manha ás 8 da noute, simpies a 120 réis e com toalha a 240 réis, na rua de Santo Amaro, junto á estrada de S. José.

Figura 38- Banheiro do povo. Banhos a preços mais populares. Diário de Notícias, 17.09.1885, p.4.

Por outro lado, havia formas de banho ligadas à cultura popular que eram fortemente influenciadas pela cultura indígena; os banhos de cheiro e de ervas medicinais. Essas práticas, que também educavam o corpo para os usos d’água, não serão abordadas nessa tese porque as mesmas não integravam o conjunto de usos d’água objeto e veículo dos poderes oficiais, cabendo, entretanto, o registro.

Pode-se pensar que o conjunto de banhos integrava um movimento de higienização do indivíduo e da sociedade que estava atrelado ao ideal de progresso e modernidade que então se defendia. Desse modo, o corpo individual se amalgamava ao corpo coletivo e, ambos, formavam e davam corpo à cidade moderna, e essa, com seus ruídos, com seus ritmos, com suas paisagens e fábricas e carros e lojas e cafés e teatros, instituía um modo de ser urbano. Cidade que é carne e pedra, não custa lembrar. Ou, como quer Carl Smith (2013), “The City

Embodied, the Body Citified"[102]. Desse modo, o corpo urbano e a cidade encorpada eram forjados por intermédio dos circuitos de banhos. Afinal, o entendimento de uma boa higiene[103] estava diretamente vinculado aos usos d'água, principalmente, por meio de banhos.

A exigência era clara: o asseio corporal por meio dos banhos – quer fossem em casas de banho ou no seio do lar – era condição primordial ao desenvolvimento da cidade e também à superação do fantasma de que Belém era insalubre. Mais uma vez, pensemos com Carl Smith:

> Since the well-being of the urban body and of the individual body were so intertwined, it was just as important to wash the city dweller as the city. Cleansing the individual body would keep it from becoming vulnerable to disease and hazardous, not to mention offensive, to the rest of the social body. America was not a bathing culture, however. Well, into the nineteenth century, regular washing of more than one's face and hands was uncommon, even among many urban residents who considered themselves refined, and there were few places where one could take a full body bath or shower[104] (SMITH, 2013, p.166).

Uma Belém do entre séculos possuía a lida com os banhos como algo mais corriqueiro do que o quadro apresentado por Smith. Afinal, mesmo que deixando os banhos no litoral à parte, as fontes mostram que o belenense costumava banhar-se pelo menos uma vez por dia). Isso, no entanto, não configura que Belém possuísse

[102] A Cidade encarnada (encorpada), o Corpo urbanizado. Tradução livre. (SMITH, 2013, p.162).

[103] No Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, foi estabelecida uma educação pela higiene como política dos poderes públicos. Sobre o tema, ver ROCHA, H. H. P. (Org.); MARQUES, V. R. B. (Org.). Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas. 1. ed. São Paulo; Campinas: Cortez; Cedes, 2003. v. 1.

[104] Desde que o bem-estar do corpo urbano (social) e do corpo individual foram entrelaçados, tornou-se importante lavar o cidadão e a cidade. A limpeza do corpo do indivíduo impediria, então, que o mesmo se tornasse vulnerável a doenças, de forma tal que o mesmo não se tornaria perigoso, para não mencionar ofensivo, para o resto do corpo social. Entretanto, a América de então não possuía uma cultura de banho. De fato, até o século XIX, lavar regularmente o rosto e as mãos mais de uma vez por dia era incomum, mesmo entre muitos citadinos que se consideravam refinados, e havia poucos lugares onde era possível tomar um banho de corpo inteiro ou chuveiro (SMITH, 2013, p.166. Tradução livre).

uma “cultura do banho”. Ou melhor, o banho, enquanto prática higiênica como queria o ideário médico da época, não correspondias às formas usuais daqueles tempos, exigindo assim pedagogias e normalizações. Era a vida banal ganhando outras formas e sentidos. Assim, os banhos ganham destaque em um manual intitulado “Noções Gerais de Hygiene”, cujo autor foi o médico Américo de Campos. Esse manual foi adotado oficialmente pelos poderes públicos, sendo, inclusive, adotados pelas escolas públicas. Dizia Américo de Campos que o clima quente de Belém exigia banhos cotidianos com água e sabão. Nesse sentido, o médico paraense fazia questão de pontuar que na Europa, por conta do clima frio, a frequência de banhos era de um por semana. Segundo Campos, os banhos eram geralmente feitos em

> [...] banheira ou chuveiro, [sendo que] o uso de banheira não [era] dos mais aconselhaveis porque a agua, não renovada durante o banho, enche-se de tudo quanto destacou-se da pelle [e, quando] uma banheira tiver se ser aproveitada por **diversas pessoas**, é de boa precaução, antes de abrir a torneira ou deitar a agua, forral-a interiormente com uma toalha limpa, visto poder a pelle contaminar-se, sobretudo em hoteis, casas de saúde, **de banho** [...] (CAMPOS, 1912, p.22-23. Grifos meus).

Os argumentos de Campos permitem supor que em Belém, para além dos banhos de banheira, os banhos de chuveiro já eram realidade, portanto, a água encanada já se fazia presente naqueles tempos, sem que isso fosse garantia de que a mesma estivesse presente nas casas da população pobre. Além disso, o uso de banheiras por mais de uma pessoa aparentemente era comum, a ponto de o médico belenense prescrever os cuidados a serem tomados nesse caso. Por sinal, ao falar em banheiras utilizadas por mais de uma pessoa, o livro cita, como exemplo, as casas de banho.

É possível supor que, sendo as casas de banho voltadas ou frequentadas por um público com poder aquisitivo, o hábito de banhar-se em banheiras anteriormente usadas por outra pessoa também era comum entre membros da elite.

Por outro lado, o livro de Campos tinha preocupações pedagógicas, e ensinava que em banhos de imersão na banheira era preciso ensaboar e lavar, "[...] primeiro e pelo menos, as regiões axilares, inguinaes e anal, aassim como os pés, visto nessas partes juntar-se ordinariamente mais suor" (CAMPOS, 1912, p.23).

Ao se referir aos banhos de piscina e em grandes tanques de natação, diz o médico que se a água desses locais não for corrente e periodicamente renovada, os banhos ali seriam insalubres porque muitas pessoas se lavariam ao mesmo tempo "[...] e na mesma agua [destinadas] para turmas e turmas de banhistas [sendo] um perigo sério, dando lugar a contagios múltiplos: tuberculosos [...], gonorrheicos ou sarnantos [...] podem semear germens transmissores de suas molestias, polluindo a agua" (CAMPOS, 1912, p.23). Campos também orientava que os banhos de chuveiro, proporcionavam uma lavagem "commoda, completa e fácil", e, por isso, deveriam ser adotados nos colégios e demais habitações coletivas, já que afastaria, por suas características, o risco de contaminação por doenças diversas (CAMPOS, 1912).

Já os banhos de rio eram conceituados por Campos como similares aos de chuveiro, posto que realizados em água corrente. Entretando, racionalizando e medicalizando as águas dos rios e suas formas de uso, diz o médico que se o local escolhido for de remanso, com as águas fomadas por correntezas circulares, os banhos de rio, desde que utilizados por vários banhistas ao mesmo tempo, se assemelhariam aos dos tanques de natação no que diz respeito aos riscos à saúde (CAMPOS, 1912). O ideário médico se apropriava dos banhos, incluindo os de rio, conceituando, teorizando e detalhando. Dito de forma direta: esquadrinhando as águas e os banhistas que dela se serviam.

Só que as águas que higienizavam e curavam eram também as que levavam conforto e prazer. Instalava-se então uma indústria do banho, gestada e gerida por médicos, políticos e engenheiros, tentava não apenas substituir os banhos de rio por banhos públicos (casas de banho), mas, sobretudo, levar à população o entendimento (dito científico), de que os banhos de rio eram prejudiciais à saúde porque expunham o banhista a micróbios (SANT'ANNA, 2007). Isso, no entanto,

não significou a substituição imediata dos banhos de rio em Belém (assim como na São Paulo investigada por Sant'Anna). De fato, Belém, como São Paulo, ainda seria palco, por mais algumas décadas, para banhos de rios e casas de banho, para a completa ou parcial nudez dos banhistas que buscavam refrigério e diversão junto à orla e para os endinheirados membros da elite e suas formas requintadas e higiênicas de banharem-se.

Circulando dia após dia pelas páginas dos jornais e revistas da época, as propagandas de produtos ligados ao banho integravam-se ao conjunto de imagens e discursos que educavam o corpo para os modernos e ditos civilizados modos de ser. Imagens que alcançavam os sentidos e sensibilidades, inventando e educando o homem urbano a partir de propagandas ligadas à beleza, à saúde e ao bem estar, ao mesmo tempo em que instalavam uma indústria do banho. Imagens que falam de um tempo forjador de margens e delimitações, de identidades e distinções, de usos, costumes e modos de ser, compondo assim um quadro variado sobre um mesmo tema. Destaque para a figura 40 que, ao propagandear o "sabonete Ray", chama a atenção do público sobre o fato de que o bom gosto (e eu diria, civilidade) seria um dever, bem como o seria cuidar da saúde e da beleza.

Figura 39- ESTADO DO PARÁ, 29.03.1905, p.3. Sabão Marseille.

Figura 40- “Se quiser ter a cutis bella e macia, lave-se todos os dias com o delicioso SABONETE RAY, feito de ovo de gallinha. Com 2$500 satisfaz-se um dever de bom gosto e cuidado pela saúde e pela belleza”. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.12.1909, p.4

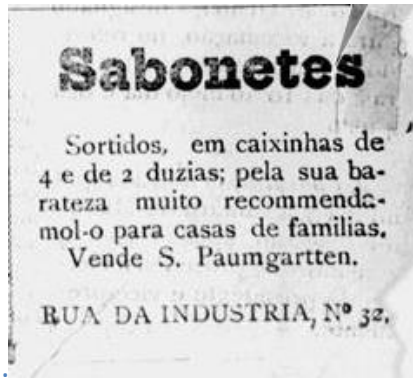


Figura 41- Diário de Notícias, 24.01.1884, p.1.

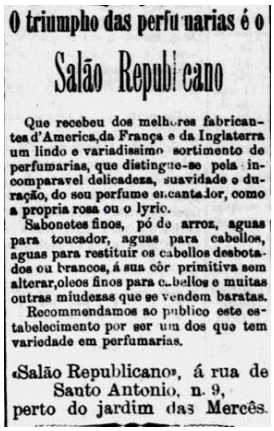


Figura 42- Diário de Notícias, 06.01.1892, p.1. Além da perfumaria, merece destaque a venda de "sabonetes finos, pó de arroz, aguas para toucador, aguas para cabelos, aguas para restituir os cabelos desbotados ou brancos á sua côr primitiva [...]".

Figura 43- Sabonete Oriza-Aveludado. Diário de Notícias, 07.11.1893, p.4.

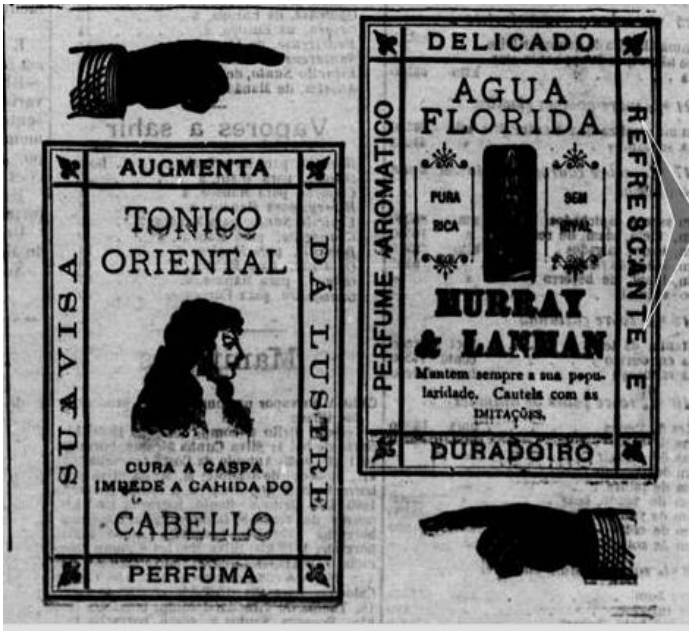


Figura 44- Diário de Notícias, 01.01.1896, p.4.

“Agua livre de microbios, de puro paladar e, emfim, real e verdadeiramente purificada”: sobre as águas que correm em outros “sentidos”.

Para além do universo dos banhos, a presença da incursão médico-higienista fica evidente em outra esfera: os processos que tornam potável a água, fundamentalmente, por intermédio de filtros d’água, engenhocas que vinham se aperfeiçoando ao longo dos anos e que prometiam trazer a pureza da água para o conforto do lar. Destacamos sobre este tema a nítida presença da retórica médica entremeada às propagandas presentes nos jornais. Construído e atestado como científico o discurso, era o momento de propagá-lo, propagandeá-lo e, de certa forma, transformá-lo em senso comum. Os anúncios se encarregaram disto. Em abril de 1892 encontramos o seguinte:

> ÁGUA PURA: Grande sortimento de filtradores d’agua, nacionaes e extrangeiros, no armazém [...] de S. Aguiar & C.ª[...]. A mesma casa tem sempre em deposito grande quantidade de talhas, potes, bilhas, moringues e quartinhas de barro, da melhor qualidade. Tudo a preços muito modicos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 16.04.1882, p.2).

Mesmo longe de ser uma realidade comum à maioria da população belenense, os novos “filtradores d’agua” inauguravam formas de controle sobre o uso e qualidade da água. Água pura e água cristalina surgem como termos cotidianos, e não apenas como discurso ou propaganda, mas, fundamentalmente, como estado a ser alcançado. Esse entendimento fica mais claro ao observarmos um anúncio publicado sob o título de “Melhoramento á saude publica”. Nele, a narrativa mundana busca referendar-se à custa de uma suposta validação médica:

> Já chegarão e achão-se em exposição e á venda [...] as desejadas jarras com as competentes pedras para filtrar e purificar a agua de beber.
> É pois fóra de de toda a duvida que da agua bebida como até agora muitas vezes contaminada de bixinhos e lôdo, tem de medicos scientificos e abalisados; no entanto que sendo ella

> transportada pela acção do filtro torna-se aliás pura e salutar [...] (DIÁRIO DE BELÉM, 14.06. 1882, p.4).

Ainda sobre o tema, só que em 1892, a coluna de "A Provincia do Pará" intitulada "Sciencia, Lettras e Artes" discutia a esterilização da água. De forma melhor elaborada e autointitulada de científica, o jornal apresentava ao leitor informações sobre os métodos modernos de esterilização da água, já que era

> [...] comesinho em hygiéne que a agua é um transmissor frequente de germens morbigenos; consequentemente a questão da esterilização da agua é da mais alta importancia; cumpre conhecer os meios mais praticos de prival-a dos micro-organismos perigosos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, novembro de 1892. Dia e página ilegíveis).

Adiante, apresentava o filtro do "systema Pasteur" como eficaz método de esterilização, deixando claro, mais uma vez, a necessidade do detalhamento e da precisão, do firme cumprimento de regras e da racionalização do método:

> Felizmente, como se vê, não estamos desarmados contra os microbios da água e o processo mais simples é exactamente o do emprego do alun. [...] No dia seguinte póde-se beber a agua impunemente, quase até o fundo do vaso, até 15 centimetros de distancia do fundo.
> O essencial é que ella tenha repoisado por espaço de umas dezoito horas, e que seja aproveitada dentro do praso de uns dois dias, antes de ser novamente invadida pelos micro-organicos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, novembro de 1892. Dia e página ilegíveis).

Qualquer imperícia, desatenção ou desobediência ao que era prescrito pelo discurso médico, pelo menos assim era defendido e propagandeado, provocaria doenças e mesmo a tão temida morte. Mas, não esqueçamos: as mãos que eram gestos e carregavam pesadas bilhas para servir a água de beber, agora, com movimentos mais suaves, sem tanto esforço quanto antes, acessam e manipulam uma água que se diz pura.

Havia, entretanto, propagandas que usavam o bom humor como instrumento. É o caso de um anúncio da “Casa Pekin”:

> Agua podre!...
> - Está pôdre, sim: - mas que importa?!Compras um filtro de carvão vegetal e por elle fazei-a passar, que tereis a mais pura e saborosa agua do mundo.
> E para resfrial-a é preciso ge’o?
> - Não senhor: - se quereis agua purificada e ao mesmo tempo fria, comprae também um filtrador de barro poroso sobre o qual se adapta o filtro de carvão vegetal.
> Mas em que casa poderei encontrar essas peças?
> - Oh! pateta! – Tanto o filtro de carvão vegetal, como a mais resfriante loiça de barro poroso que se fabrica n’este Estado, como sejam – filtradores, talhas, potes, moringues, bilhas e copos, tudo isto, em grande quantidade, encontrareis sempre a preços baratissimos na Casa de Pekin. Rua Cons. João Alfredo, n. 44 (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19.07.1892, p.20).

O aprendizado e amoldamento de todo um repertório gestual fazia do corpo o fio de uma tessitura do sensível. Transformações de usos e costumes se davam em uma velocidade incomum e educar o corpo para a suavidade especializa-se cada vez mais. Os filtros dão a medida do refinamento das sensibilidades ao se tornarem, por exemplo, mais leves, portáteis e de fácil limpeza, como podemos ver em uma propaganda do “Filtro Mendes”, já no alvorecer do novo século:

> [...] As suas excelentes qualidades fizeram-no por si só conhecido e popular ao extremo; e a sua procura por parte do publico é a prova mais terminante das magnificas propriedades que encerra.
> É summamente portatil.
> Filtra agua na proporção que se deseja, atendendo, dessa maneira, a qualquer necessidade urgente do precioso liquido.
> É facilima a sua limpeza e de baratissimo custo, sendo feito de aluminium, o metal do futuro e que de maneira alguma oxida.
> Póde ser adaptado: - em encanamentos, nas casas que o possuam; em qualquer vazilhame, um barril, uma lata ou qualquer outro, pois dispensando a pressão reclamada pelos demais filtros, fornece em grande ou pequena quantidade,

> conforme ao deseje ou necessite, agua maravilhosamente pura.
> Com essas preciosas vantagens, o filtro Mendes recomenda-se para casas de familia, casas comerciais, vapores, bancos, collegios, grupos escolares, hoteis, hospitaes, e, mormente, para os insalubres e regiões paludosas, tendo tão difícil era, antes do seu aparecimento, o conquistar-se agua livre de microbios, de puro paladar e, emfim, real e verdadeiramente purificada. (FOLHA DO NORTE, 11.07.1904, p.3).

Velocidade e eficácia, além de ser portátil e adaptável: a modernidade expressa por meios do "Filtro Mendes", feito de alumínio e que era "[...] a primeira invenção paraense do século XX [...]" (FOLHA DO NORTE, 07.07.1904, p.3). Vejamos as referidas propagandas:

Figura 45 - Folha do Norte. 07.07.1904, p.3. Filtro Mendes, a "primeira invenção paraense do século XX".

A MAIOR PUREZA DA AGUA

FILTRO MENDES

UNICOS DEPOSITOS:

***Casa Pekin*—Rua Conselheiro João Alfredo, 96**
***Mendes & C.*—Rua Santo Antonio, 48**

Embora exposto ha poucos dias á venda, o **filtro Mendes** já dispensa preconicios e rèclames

As suas excellentes qualidades fizeram-no por si só conhecido e popular ao extremo; e a sua procura por parte do publico é a prova mais terminante das magnificas propriedades que encerra.

E' summamente portatil.

Filtra agua na proporção que se deseja, attendendo, dessa maneira, a qualquer necessidade urgente do precioso liquido.

E' facilima a sua limpeza e de baratissimo custo, sendo feito de aluminium, o metal do futuro e que de maneira alguma oxida.

Póde ser adaptado:—em encanamentos, nas casas que o possuam; em qualquer vazilhame, um barril, uma lata, ou qualquer outro, pois, dispensando a pressão reclamada pelos demais filtros, fornece em grande ou pequena quantidade, conforme se deseje ou necessite, agua maravilhosamente pura.

Com essas preciosas vantagens, o filtro Mendes recommenda-se para casas de familia, casas commerciaes, vapores, bancos, collegios, grupos escolares, hoteis hospitaes, e, mormente, para os os insalubres e regiões paludosas, tendo tão difficil era, antes do seu apparecimento, o conquistar-se agua livre de microbios, de puro paladar e, emfim, real e verdadeiramente purificada.

O **filtro Mendes,** repetimos, dispensa preconicios e rèclames:—o seu funccionamento e a pureza da agua por elle filtrada podem ser verificada em quaesquer dos dois depositos que os possuem patentes ao publico.

VENDE-SE EXCLUSIVAMENTE NA
CASA PEKIN—Rua Conselheiro João Alfredo, 96, e
MENDES & C.—Rua Santo Antonio, 48

Entre innumeras pessôas que já têm adquirido este magnifico filtro, podemos citar as seguintes:

Mercearia Carioca, praça Visconde do Rio Branco; Mercearia Trasmontana, rua S. Antonio; Papelaria Silva, idem; Peregrino Veriato de Medeiros, praça Saldanha Marinho, Conferente Silva., rua Lauro Sodré; José Antonio da Silva Santos, director do Banco do Pará; José Rodrigues Gaspar, largo da Sé; Carlos Ferreira de Souza, estrada S. Braz, 58, La-Rocque & C.ª, Maliskoff, rua Conselheiro João Alfredo; Ernestino Almeida, avenida Nazareth, 61; Alfredo Valle, praça Republica, 10; Coimbra Pego & C.ª, rua Conselheiro João Alfredo.

(3.ª pag.—4 alts-

Figura 46 - Folha do Norte. 11.07.1904, p.3. Propaganda do Filtro Mendes. “A maior pureza da água”.

Os tão anunciados e tecnológicos filtros, uma vez integrados ao lar (de uma pequena parcela da população, bem verdade) juntar-se-iam ao conjunto de medidas

sanitárias que foi adotado nos primórdios do Brasil republicano e objetivava o controle higiênico das cidades, incluindo alterações da estrutura urbana não menos que dos usos e costumes da população. Compreender essas medidas como impostas à população a partir de articulações entre o saber médico e o Estado, não implica negar que as mesmas foram expressão inequívoca do processo civilizatório, já que o êxito desse projeto burguês exigia o controle da saúde e da moral das classes populares, incidindo sobre seus usos e costumes, impondo assim novas formas de cuidados com o corpo (SOARES, 2004).

Importante também é refletir com Bachelar quando o flósofo diz que para o pensamento moderno, "[...] a diferença entre uma água pura e uma água impura e inteiramente racionalizada. Os químicos e os higienistas passaram por aí: um letreiro em cima de uma torneira designa uma água potável. E tudo está dito, todos os escrúpulos terminaram" (BACHELARD, 2002, p.141). Partindo desse entendimento, cabe afirmar que o poder médico tomou posse da água, não apenas no sentido de intervir para proporcionar a mesma o estado de pureza, mas, fundamentalmente, em uma relação de forças, trazer para si o poder de rotular, conceituar e balizar o status da água.

A água filtrada, porém, não resolvia um problema que há anos se arrastava em Belém: a ausência do encanamento. Conforme Ernesto Cruz, o presidente da Província do Pará, Sebastião do Rego Barros, recomendou à Câmara Municipal, em 1854, que o major de engenheiros C.F. Belmont Brokenharut ficasse responsável pelos

> [...] trabalhos preliminares para o encanamento da agua potável [...]. Era a primeira tentativa que o govêrno provincial realizava para dotar a cidade de um melhoramento que já se fazia sentir, dado o aumento gradativo da sua poppulação e do excelente estado do seu comércio, quer de importação como de exportação (CRUZ, 1944, p.18).

A partir de Cruz, é possível dizer que ao longo das décadas seguintes pelo menos três grandes contratos foram tentados, sem êxito: Contrato de Mediclott &

Cia (1862); Contrato de João Augusto Corrêa (entre 1867 e 1870-71); Contrato Cordeiro-Villa Flôr (1872 ao início de 1880). Em 1880, finalmente, um contrato tem êxito: a empresa "Companhia das Águas do Gram-Pará" – doravante CAGP – tem seus estatutos aprovados em 03 de setembro de 1881 e é fundada dois anos mais tarde (CRUZ, 1944), concretizando um desejo que por décadas vinha se arrastando, mesmo que este, desde o seu início, atingisse apenas a elite e uma pequena parcela do restante da população: a água encanada.

Desde sua fundação a CAGP sofreu críticas por parte dos oposicionistas ao Governo. Longas discussões foram travadas questionando os termos do contrato estabelecido entre a CAGP e o governo da Província, que estabelecia a distribuição diária de 75 litros para cada lar possuidor de água encanada. Argumentava-se que esta quantidade era insuficiente para uma cidade do tamanho de Belém. Observe-se que o movimento de racionalização dos usos d'água, em particular aquela usada para os banhos, já se desenhava na Europa dos anos de 1800, implicando aí

> [...] incluir-se o banho num cálculo unificado de fluxos urbanos. E este gesto implica uma nova imagem: a da água avaliada em volume, para lavar todos os corpos de uma cidade. Representação que, pela primeira vez, calcula, como uma vaga distribuindo as suas forças e diferenciando os seus impactes, a água reservada à lavagem dos corpos. O engenheiro verifica-o e regula os fluxos.
> Mas também o médico se associa a esses cálculos [...] (VIGARELLO, 1996, p.146).

Medicina e engenharia, juntas, maquinando novos circuitos d'água, normatizando seus usos, conceituando suas virtudes. E estabelecendo distinções, formando castas, gerando exclusões. Sob a tutela do poder público. Sendo vidraça para os movimentos de oposição. Assim pensada, o controle e quantificação da água a ser distribuída aos belenenses virou mote para verdadeiras batalhas por meio das páginas dos jornais que lhes serviam como veículo ideológico. Para isso, fundamentavam seus "[...] argumentos fazendo uso dos conhecimentos de engenheiros renomados no assunto de abastecimento d'água" (SILVA, 2008, p.105).

Tensões marcam os anos iniciais de implantação da CAGP. Mas, entre os anos de 1884 e 1885 houve um crescimento significativo no número de derivações, fundamentalmente para casas particulares (das elites, em sua maioria) e para prédios comerciais, fazendo com que hovesse um crescimento no capital da empresa (SILVA, 2008). Penetrando o solo belenense com seus tubos subterrâneos, a CAGP alargava seus domínios sobre as águas da cidade: quantificando a distribuição diária para cada lar, conceituando os níveis de pureza, controlando a força com que das águas – agora, devidamente canalizadas e domesticadas – chegariam às torneiras de Belém[105].

Ao longo dos anos a CAGP continuou a ser questionada sobre a forma com que a água encanada era implantada em Belém, bem como a quantidade e os valores cobrados por esse bem. Com o advento da República esses questionamentos ganham força e, em 19 de abril de 1893 o decreto que tornou de utilidade pública a desapropriação da CAGP e, em 1895, a CAGP foi estatizada pelo governo da Província.

Em 1897, relatório entregue por Manuel Baena, citado por Cruz, afirma que em Belém, "o consumo d'agua havia aumentado extraordinariamente, em consequência das 39 fontes publicas mandadas colocar nos diversos pontos da cidade" (CRUZ, 1944, p.65). Segundo o historiador paraense,

> [e]nquanto o Governo do Estado tomava [...] providencias no sentido de dotar a capital de um serviço se agua digno do seu progresso, os aguadeiros, agora em menor numero, continuavam a exercer a profissão, por todos os recantos da cidade. Iam encher as suas pipas, por esse tempo, na estrada de Nazaré [...] Os aguadeiros que vendiam o pote d'agua [...] a razão de 200 réis, elevaram, mais tarde, o preço para 400 réis. Assim mesmo, os compradores eram numerosos. (CRUZ, 1944, p.66).

[105] Maiores discussões sobre o tema podem ser encontradas em SILVA (2008) , Ivo Pereira da. Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX.

A mudança no status da água, a partir do momento em que essa passa a ser esquadrinhada e levada aos lares de forma encanada, parece evidente. É mesmo tentador pensar que o encanamento e distribuição d'água por intermédio da CAGP fez com que o precioso líquido deixasse "[...] de ser um produto natural acessível a todos [para tornar-se] uma mercadoria de luxo que era consumida por poucos" (SILVA, 2008, p.112). Entretanto, considero que esse processo não possuiu tamanho impacto, já que a grande maioria da população citadina continuava sem ter acesso a esse tipo de serviço e, portanto, seguia com suas práticas cotidianas relativas à coleta, transporte e usos d'água, incluindo aí a força física, vide o relato de Cruz sobre a presença de aguadeiros mesmo durante com o serviço de encanamento já em curso.

Se por um lado uma elite possuía água encanada em seus lares, implicando a aquisição de novas sensibilidades e pedagogias do corpo, por outro, a maioria da população prosseguia, cotidianamente, com suas rotinas, sensibilidades e pedagogias referentes à lida com a água e com a educação do corpo em contato com essa.

Muito embora possuir encanamento em casa fosse privilégio de poucos, os que não podiam pagar por esse conforto privado, tinham, como alternativa, o acesso a tormeiras públicas, serviço também pago, mas a menor custo. Como era operado esse acesso? Dizia a CAGP:

> Constando a esta Companhia que em algumas casas, possuindo torneiras publicas, vende-se agua ao povo á razão de 40 réis por vasilha de 5 gallões ou 20 litros, avisa se aos interessados que não paguem essa medida por mais de 20 réis; [...] N'este mesmo intuito, pede-se a attenção e o concurso das auctoridades policiaes (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 27.04.1892, p.4).

Vigilância e controle, inclusive policial, dos usos e da venda d'água, conviviam lado a lado nestes tempos de frouxidão tecnológica e mesmo normativa. Muito embora a presença de água encanada nas residências fosse sinônimo de conforto, modernidade e saúde, o serviço nem sempre era pago dentro dos prazos

devidos. São inúmeras as notícias informando sobre a necessidade do pagamento das contas d'água e o consequente corte do fornecimento caso isso não ocorresse: "A companhia lembra a seguinte clausula impressa em suas contas: - Será fechada a agua ao consumidor que não pagar sua conta até o fim do mez seguinte" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01. 06.1892, p.4).

O poder que controla e normatiza é o mesmo que celebra e difunde o novo, e, desse modo, ao processo de encanamento d'água pertencem modernos aparelhos. Integrados ao lar, tais invenções da modernidade proporcionariam conforto, saúde e higiene. Desse modo, em 1887, o jornal "Diário de Notícias" estampava a propaganda da "Casa de Hammond & Comp.", cujos "encanadores de gaz, agua e esgoto", eram devidamente "autorisados pela Companhia das aguas". Era anunciado:

> Um grande deposito de latrinas inglezas de diversos systemas, tambem lavatorios e mictórios [...]. Bomba de metal e de ferro, de alta e baixa pressão, ralos de cobre para banhos de chuva [...], bombas artesianas [...] ditos de agua para regar jardim [...]. Recebem encommendas para qualquer trabalho de encanação, sendo este feito mediante previo ajuste, garantindo-se a qualidade do material e a bôa execução do trabalho (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03.02.1887, p.4).

Outro importante estabelecimento deste período também utilizava as páginas do Diário de Notícias para propagandear seus produtos:

> A. Kingdon & C.ª Engenheiros [...] encarregam-se de fazer qualquer encanamento de gaz, água ou esgoto, com perfeição. [...] Latrinas inglezas [Patent], inodoras, proprias para casas particulares, escriptorios, repartições, etc. Encarregam-se de collocal-as no lugar e de fazerem todos os serviços d'agua e esgoto, segundo a regra hygienica [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06.02.1887, p.5).

Figura 47- A.Kingdom & C. Diário de Notícias, 06.02.1887, p.

O custo desses serviços e utensílios não era compatível à renda da maioria da população. Surge a iniciativa, não concretizada, de o poder legislativo aprovar, nos idos de 1890, um processo que levaria à construção de casas populares em Belém. O primeiro passo foi conceder ao senhor Arthur Sauer a autorização necessária para que este construísse “Casas para operários”. Após severas críticas ao processo que concedeu a autorização, o Jornal “O Democrata” demonstra indignação ao constatar que o contrato desobriga o modelo de casa a ser construída

> [...] de TER LATRINAS com water closet, com os depositos automáticos de desinfectantes!!![...]
> Foi por estas e outras irregularidades [...] que Arthur Sauer, nem nenhum dos outros concessionarios do Rio de Janeiro conseguio ainda fazer UMA SÓ CASA para operários no Rio de Janeiro [...] (O DEMOCRATA, 03.07.1890, p.1. Grifos do jornal).

Seria uma questão pautada em reinvindicações tangíveis ou mero farfalhar? Ou não soa estranho, esnobe ou descontextualizada pensar que, naquele momento, as casas de operários deveriam contar com “water closet” e coisas mais?

“Uma chuva torrencial, que alaga tudo!”: belle époque e os desafios de uma natureza por domar. Ou ainda: inventando uma vida ao ar livre.

Pensemos agora de modo mais específico sobre uma Belém da belle époque. Quão diversificada era aquela cidade, onde aportavam navios chegados da Europa trazendo produtos refinados, vorazmente consumidos pela elite. Por suas ruas transitavam aguadeiros enquanto as casas da elite possuíam o luxo da água encanada. Quão ímpar era circular pelas ruas belenenses pelas quais transitavam bondes e carros e deparar-se com o suntuoso Theatro da Paz, inaugurado em 1878, primeira casa de espetáculos da Amazônia, com suas escadarias em mármore italiano e seus lustres franceses.

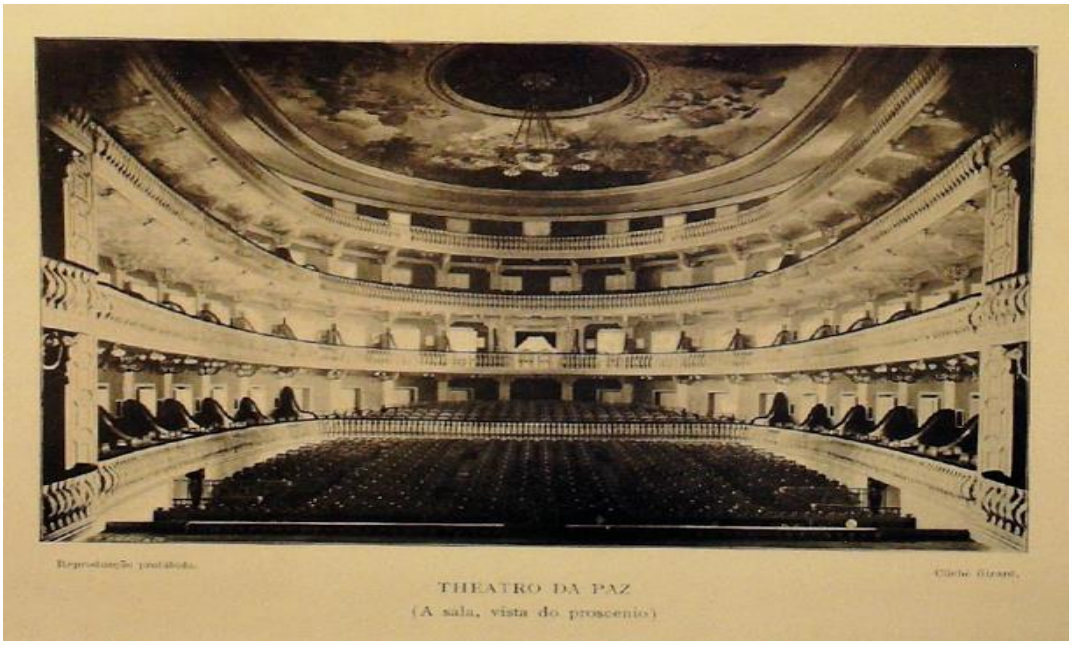


Figura 48- Theatro da Paz. Relatório Lemos, 1906.

1. PAQUETE « CEARÁ », LLOYD BRASILEIRO
2. PAQUETE « ACRE », »
3. ESCADA PARA OS SALÕES DO « PARÁ », S. S.
4. SALÃO DE MUSICA DO « PARÁ », S. S.
5. SALA DE FUMAR DO PAQUETE « PARÁ », LLOYD BRASILEIRO
6. CABINE DE LUXO DO MESMO PAQUETE
7. SALÃO DE JANTAR, IDEM.
8. VAPOR « S. PAULO », EM CONSTRUCÇÃO.

Figura 49- Vários aspectos dos modernos navios no Porto de Belém. Especial atenção à última foto, que mostra um vapor sendo construído. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro.

Desafiadora e sedutora, uma Belém inebriada pela riqueza via nascer em 1897 o projeto de se transformar na “Petit Paris” por obra e desejo do recém-eleito intendente municipal Antonio José de Lemos. Só que essa Belém de tantas modernidades era a mesma que se via impotente diante da natureza de suas águas:

> Ante-hontem ás 11 horas da noite dois carros da companhia de bonds paraense, que seguiam para a estação de S. João viraram adiante da dóca de Souza Franco por se achar a estrada inundada pelas chuvas torrenciais que desabaram n’esse dia (O LIBERAL DO PARÁ, 14.04.1887, p.2).

As chuvas não provocavam apenas alagamentos. Tamanha era a violência dessas que nem mesmo estar em casa significava segurança: “Devido ás torrenciaes chuvas de anteontem á tarde, amanheceu hontem desabado o passeio da casa nº 23 á estrada Conselheiro Furtado)” (O PARÁ, 11.01.1898, p.1). E, até quando não provocava danos maiores, sua presença era notada, ao interferir no mundo das coisas menos visíveis:

> Á rua Padre Prudencio, [...] estão deslocados muitos paralellipipedos do calçamento, isto, junto á linha de bonds. Com as ultimas chuvas, aquillo transformou-se n’um poço d’onde espanada agua suja a valer, quando o bondinho passa. Hontem uma família que estava á janella d’aquelle prédio tomou um respeitável banho de lama (O PARÁ, 05.02.1898, p.3).

Os transtornos à população pareciam intermináveis e atravancavam o projeto de modernidade. A denunciada incapacidade de o poder público para lidar com os problemas provocados pelas chuvas servia de mote para críticas ferozes. Uma dessas críticas ferinas foi assinada sob o pseudônimo K. I. Póra (trocadilho com o termo caipora, ser da mitologia Tupi). Diz a crônica que chegado o inverno (os paraenses de então, assim como os de hoje, entendem por inverno a estação chuvosa), Belém mudaria de ares, ficando como

> [...] velha rabugenta que passa o dia inteiro a arengar, [enquanto] cáem copiosamente as chuvas, ancafifando os namorados e protegendo os gatunos.
> Os sapos coaxam, de maneira desabrida, fazendo *reclame* á litteratura *soidisant* realista.
> Os cavallos rincham nas praças [...]. Só o Marques, com as mãos nas algibeiras, casquinha uma risadinha d'escarneo, assim como quem diz: - Bobos! Não sabem o que é pegar uma canôa? (A SEMANA ILLUSTRADA, 15.01.1888, p5-6).

Levando em consideração o que diz K. I. Póra, Belém, pelo menos durante a estação chuvosa, mais parecia um imenso igapó, ou ainda, uma aldeia rural. Afinal, o coaxar de sapos e o relinchar de cavalos em plena praça pública não eram imagens condizentes a uma capital em plena euforia da borracha. Muito menos, ter que utilizar canoas para transitar pelas ruas (alagadas) da cidade. Essa realidade já era retratada em uma ilustração publicada pela mesma revista, um ano antes:

Figura 50- A Semana Ilustrada, 08.08.1887, p.4. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará.

Na ilustração (figura 50), vê-se uma crítica ao processo de esgotamento das águas, afirmando que os sifões utilizados não teriam a qualidade suficiente para o seu fim. Pungente, mostra um homem com características populares fisgando um saco com dinheiro que boiava pela rua alagada, o que, penso, faz uma alusão ao desperdício ou mau uso do dinheiro público relativo ao sistema de escoamento e

esgotamento das águas, como se, literalmente, os responsáveis por tal obra estivessem “nadando em dinheiro público”.

É possível ver também um homem trajando paletó e chapéu e que, penso eu, retrata um membro da elite (seria o Marquês citado pela crônica de 1888?). Protegido por um guarda-chuva, é carregado nos ombros por um homem, aparentemente, de cor, quem sabe, um de seus escravos. Com ironia, além da pequena canoa, mostra, ao fundo, vapores navegando pela rua, tal era o alagamento. Diz a legenda da ilustração: “A chuva, que julga estar na sua época, tem feito os syphons da rua da Imperatriz[106] virem á tona d’água. ocasiões há que torna aquilo um pesqueiro...Ditoso arrematante, o dos syphons!...” (A SEMANA ILUSTRADA, 08.08.1887).

Já a segunda ilustração (figura 51), retrata uma cena do cotidiano, mostrando a chuva de verão como perturbadora de uma atividade mundana, uma caminhada. Com bom humor, é mostrado um homem modernamente trajado, com um certo ar europeizado, julgando ser suficiente para sair à chuva o seu guarda-chuva. Ao final, cabisbaixo, acaba se rendendo à natureza.

[106] Atual 15 de novembro. (CRUZ, 1992, p.37).

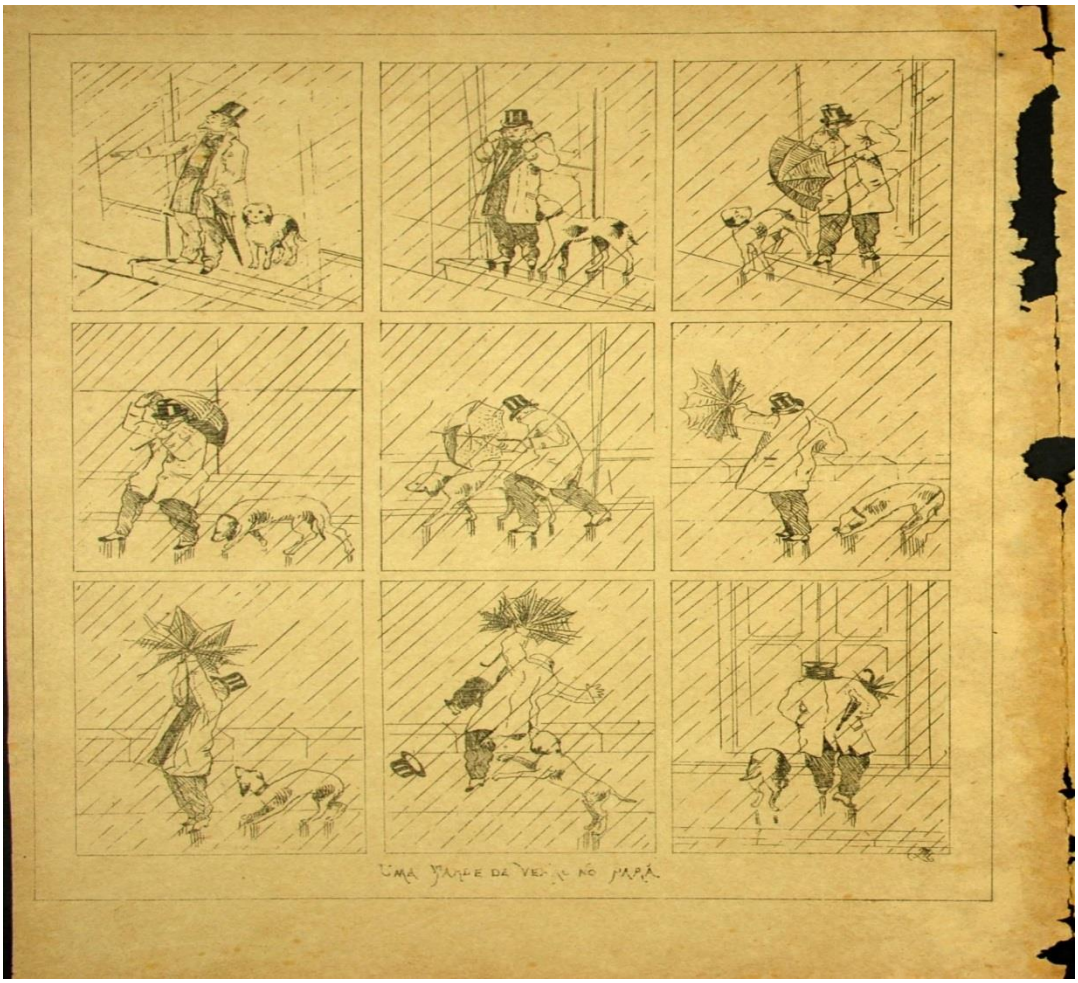


Figura 51- Caminhada em um dia de chuva. Semana Illustrada, 02.07.1888, p.4. Diz a legenda: Uma tarde de verão no Pará. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará.

Outra ilustração (figura 52), publicada na contracapa da revista, portanto, em página dupla, apresenta doze ilustrações, agrupadas em três grupos de quatro. As quatro primeiras ilustrações falam sobre o forte calor de Belém, que levava os citadinos a suarem “por todos os póros!” (ilustração 01), deixando a impressão de que se estaria metido “em um forno, só com a cabeça de fora” (ilustração 02). Já a ilustração 04 diz: “Deus, para abrandar um pouco o nosso calor, manda tocar a bomba e esguicha agua sobre nós”. Criticando o sistema de irrigação pública da cidade, a ilustração 05 diz que os esguichos “[...] lá do céo não são tão finos como os do Ivo”. Por isso, quando as águas enviadas por Deus chegavam em Belém,

vinha sob a forma de “[...] uma chuva torrencial, que alaga tudo!” (ilustração 06). Com isso, andar nas alagadas ruas da cidade apenas se fosse “pulando aqui, saltando ali, abrindo as pernas acolá” (ilustração 07). Havia também a denúncia sobre uma situação de desigualdade entre a urbanização das ruas centrais da cidade e aquelas da periferia, ainda chamadas de estradas, pois nessas “[...] o proprio bond anda dentro dágua como se fosse qualquer canôa” (ilustração 08). Vejamos a ilustração como um todo e também seus detalhes.

Figura 52- A SEMANA ILLUSTRADA. 19.04.1888, contracapa. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará.

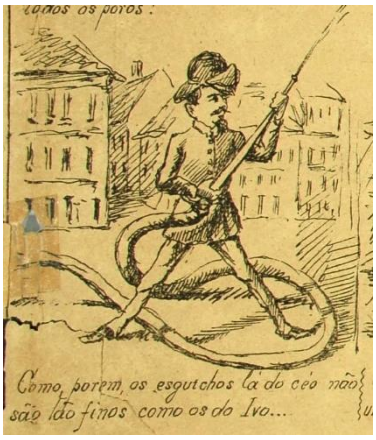


Figura 53- Ilustração 05 em detalhe. Crítica ao sistema de irrigação pública de Belém.

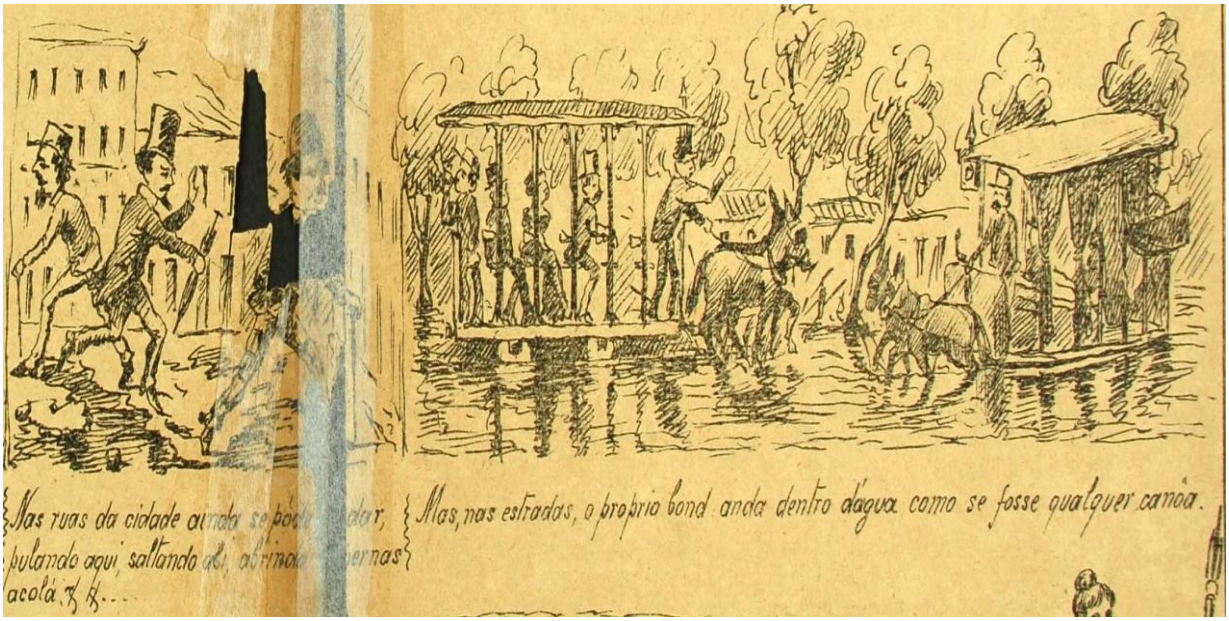


Figura 54- Ilustrações 07 e 08 em detalhe. As ruas centrais e periféricas de Belém, sofrendo com os alagamentos, muito embora as da periferia fossem as mais prejudicadas.

As ilustrações finais, com muito humor, ao ironizarem a interferência das chuvas nas práticas de pedestrianismo, turfe, ciclismo e patinação, acabam mostrando algumas das práticas físicas e recreativas da Belém daqueles tempos. A ilustração 09, diz que com o resultado das chuvas sobre a cidade, logo mais

seriam criados clubes de corridas a bucéfalos e calcantibus (corridaa pé). Já a ilustração 10, ironiza a interferência da chuva sobre as atividades de velocipedia e, a de número 11, sobre as de patinação. Mais ironicamente ainda, arremata dizendo que tais práticas eram “[...] divertimentos de todos os paizes civilizados”.

Figura 55- Ilustração 09, em detalhe. Corridas “á bucéfalo e a calcantibus”.

Figura 57- Ilustração 10, em detalhe. Velocipedia.

Figura 56- Ilustração 11. A patinação e as demais atividades vistas como divetimentos de países civilizados.

Em meio a críticas ao poder público, e com o movimento que levaria à República em pleno andamento, alguns aspectos se entrecruzavam e eram

interdependentes: 1) A economia brasileira centrada na exploração da borracha inseria Beellém, a partir da segunda metade do século XIX, no sistema capitalista mundial; 2) Belém, um dos centros da economia brasileira da época, pertencia a uma nova ordem econômica, própria da República, não menos que era alvo de reordenação urbana e reorganização dos usos e costumes de sua população, tendo como modelo a civilização europeia; 3) Essa nova cidade, para se afirmar, procura domesticar a natureza, ao mesmo tempo em que a inventa enquanto local que revigora e proporciona saúde, portanto, útil ao constructo de modernidade. A articulação desses três fatores, ao forjar novas sensibilidades, marca e delimita o que é de caráter público e privado. Feito camadas a serem sobrepostas sobre o corpo gestado pela modernidade, cada novo gesto molda-se e faz molde de antigos hábitos a serem renovados. Comportamentos outros, outras pedagogias. E isso fica evidente, repito, durante a chamada belle époque belenense, particularmente ao longo dos catorze anos da administração do Intendente Antonio José de Lemos, entre 1897 e 1911.

Soa emblemático o fato de ter sido por intermédio das águas guajarinas que Lemos pela primeira vez, chegou na capital do Grão-Pará, pois, nem bem o ano de 1867 iniciara e o então acanhado litoral belenense recebia o futuro intendente da Belém da belle époque, não como político, e sim, como um marinheiro, membro da Armada Nacional. Com efeito, Antonio Lemos tinha como base a formação militar da marinha, inicialmente, na função de escrevente, para em seguida, após concluir o curso de praticante, ser aprovado e nomeado, já no Rio de Janeiro, para o cargo de escrivão extranumerário da Armada Nacional (SARGES, 2002). Desse modo, logo após ter participado do conflito militar com o Uruguai,

> [...] Lemos, em 1866, novamente foi designado para participar de outra operação militar, desta feita envolvendo o Brasil e o Paraguai de Solano Lopez. Antes de terminar o conflito, a corveta 'Paraense' [retirou-se do conflito] dirigindo-se em seguida para Belém [...]. A 2 de fevereiro de 1867, a corveta fundeava na baía de Guajará e Antonio Lemos pisava pela primeira vez em chão paraense [...] (SARGES, 2002, p.44).

Lemos tinha como ideal transformar a capital do Grão-Pará na "Petit Paris", exibindo-a ao mundo como exemplo de civilidade e progresso. Representante das elites paraenses, o intendente reforçou o avanço capitalista sobre a cidade, projetando-a higiênica, embelezada e ordeira; apta, portanto, a atrair os investidores e o capital estrangeiros, assumindo para si a tarefa de acompanhar o

> [...] movimento civilisador e os progressos da hygiene e da industria [dando] ao executivo municipal poderes amplos, para reagir contra usos e costumes que se perdem no passado mais remoto [e que atentariam] contra o bom gosto, a saúde publica e a própria elegância esthetica (LEMOS, 1904, p.188).

Vinculando apuro estético e preocupações higiênicas, a reorganização do espaço urbano implementada nesse período incluiu "[...] a tarefa de disciplinar e embelezar a cidade, e, para desempenhá-la, [foram criados] mecanismos que [iriam interferir] na vida cotidiana das camadas populares" (SARGES, 2010, p.21), o mesmo podendo ser dito sobre o dia a dia das elites, o que acarretou transformações de normas de conduta, criação de novos códigos de posturas e interferência direta sobre os usos de si.

O crescimento e a modernização tornavam Belém ruidosa e acelerada e, como contraponto, Lemos defendia momentos de vida ao ar livre, em contato com um ideal de natureza pertencente à paisagem urbana, embelezando-a, bem como proporcionaria aos citadinos momentos de lazer, refrigério e revigoramento[107]. De fato, o intendente se dedicou, por exemplo, à reinauguração do Bosque Municipal[108],

[107] Keith Thomas faz importantes considerações sobre as mudanças de percepção sobre a vida junto à natureza e à cidade. Nesse sentido, diz-nos o autor que ao longo da era moderna, "[...] como combinar as vantagens sociais e econômicas da cidade com o ambiente físico do campo continua sendo um problema candente do planejamento urbano" (THOMAS, 1988, p.301).

[108] Reinaugurado em 27.09.1903. Dizia Lemos em seu relatóriode 1902: Quando em 1870, o Dr. Abel Graça, 4º vice-presidente da província do Gram-Pará, assignou a lei nº624 de 22 de Setembro, creando o Bosque do Marco da Legoa e traçando-lhe a forma respectiva, talvez nem pensasse que lançava os fundamentos de uma obra eterna [...]. Plantar uma arvore é preparar com solicitude e carino a sombra doce e benefica para os vindouros [...]. Plantar um bosque já é uma missão mais altruísta [...] porque encerra um plano mais largo de benefícios futuros, não a um certo numero de indivíduos consaguineos [...] mas á integridade de um povo (LEMOS, 1902, p.75).

> "[...] uma dessas grandes obras uteis á collectividade, que só dela de apercebe quando a disfructa num **bocejo e indeciso lazer**. No entanto, quando a cidade inteira parece vibrar sob a intensidade equatorial do calor, que aprasivel delicia não é o deslisar num bonde rápido por aquelle bucólico recanto cheio de sombra e penetrante silencio [com uma] formosa gruta artificial, de onde uma cascata se despenha com surdo e magestoso fragor, dando a perfeita impressão de um trecho de natureza propício aos amores de um fauno [...] (LEMOS, 1903, p.75. Grifos meus).

Contraponto ou alívio aos ruídos e ritmos acelerados do progresso, Lemos entregava à cidade a tranquilidade e o silêncio do Bosque Municipal, com suas maravilhas naturais devidamente integradas e domadas pelo movimento de urbanização. É interessante notar que o lazer associado à vida ao ar livre já aparece na elaboração discursiva de Lemos, mesmo indicando ser mais uma prática idealizada (pelo menos naquele momento) pelo intendente, do que um hábito da própria população, posto que essa só perceberia a importância ou mesmo a possibilidade de desfrutar momentos bucólicos, relaxantes e prazerosos em meio ao Bosque de forma quase desinteressada, qual um "bocejo e indeciso lazer", segundo o próprio Lemos. Reforçando a imagem positiva da natureza como integrante de um novo sentido de urbanidade, em 1904 Lemos dizia que o citadino, ao entrar no Bosque, teria seus pulmões preechidos pelo

> [...] ar oxygenado da matta circumjacente; a vista deslumbra-se á luz causticante do sol que morde todas as coisas com beijos de intellectual apaixonado; o espirito, liberto do meio de troglodyta em que estivera por algum tempo, alegra-se e se expande, sob o setim azul e incomparavel do ceu paraense, formando cúpula por sobre est'outro céu planturosamente verde da selva (LEMOS, 1904, p.188).

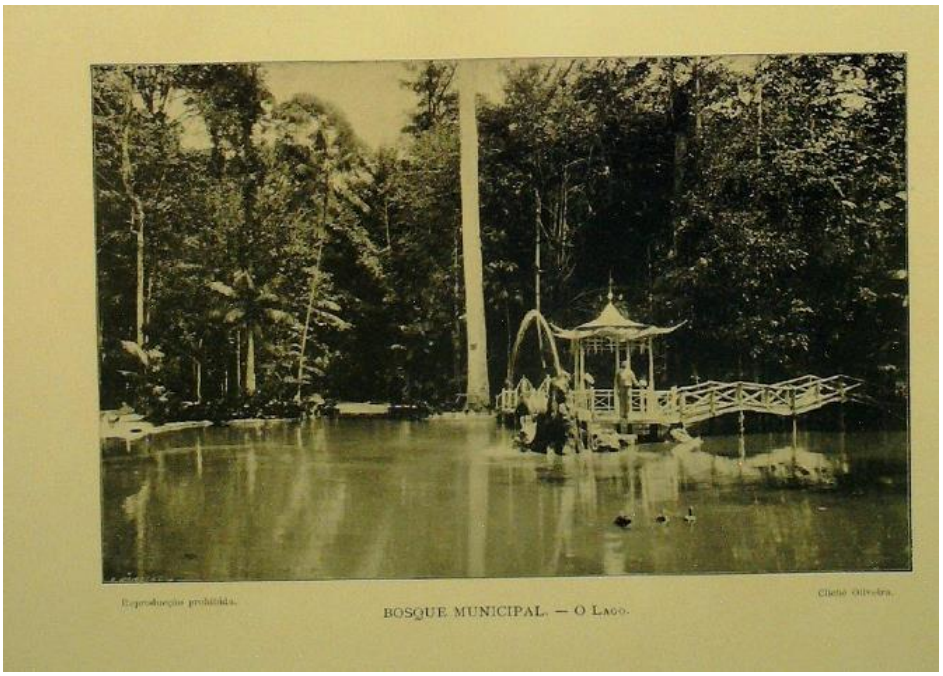


Figura 58- Lago do Bosque Municipal. Sobre suas águas tranquilas, alguns patos nadam docemente. A natureza domada integrando-se à paisagem belenense.

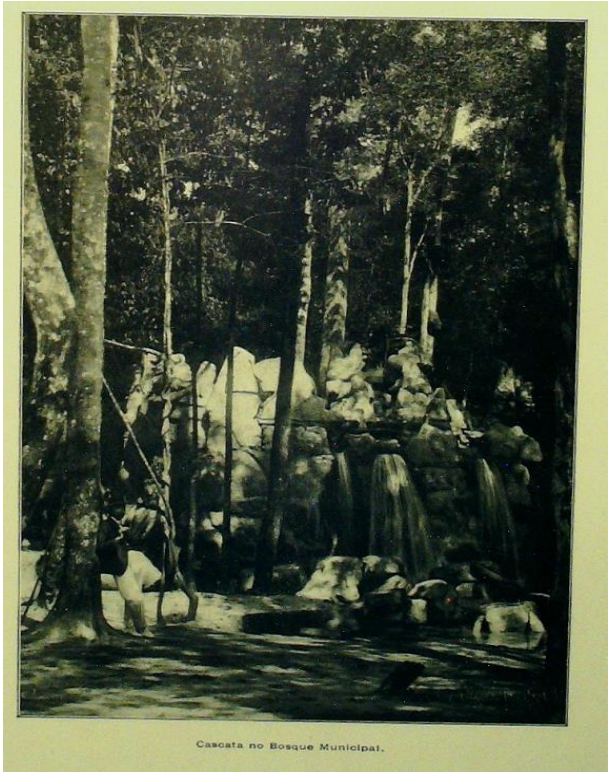


Figura 59- cascata do Bosque Municipal. Um recorte da natureza domesticada compondo o contraponto citadino à crescente urbanização e seus ritmos e tempos. Álbum de Belém, Intendência de Lemos, 1902.

Por outro lado, ao reconstruir o Bosque Municipal, Lemos supôs que o belenense tornaria a visita àquele pedaço domesticado da natureza algo cotidiano e, assim, romperia com o ritmo citadino, entregando-se às virtudes da vida ao ar livre, encontrando o necessário revigoramento e tranquilidade. Mas, para isso ser de fato alcançado, Lemos acreditava ser fundamental oferecer diversões e exercícios ginásticos naquele ambiente. Por isso, o Bosque Municipal passou a incluir um

> [...] pórtico de madeira de lei, para exercicios gymnasticos, e ahi temos á nossa disposição, para innocentes e salutares folguedos uma barra-fixa, paralelas, jogo de bola, burrica, bancos gyratorios e um caramanchel coberto de finas trepadeiras, onde poderemos por instantes repoisar, sentindo-nos reanimados pela mais paradisiaca frescura (LEMOS, 1903, p.189).

Sabedor de que, no início dos anos de 1900, a população belenense não valorizava os passeios e diversões ao ar livre, mesmo que fossem nas diversas praças da cidade, Lemos dizia ser mais comum encontrar estrangeiros se divertindo nesses locais do que o próprio belenense. Para o intendente, mesmo que o Bosque Municipal oferecesse aos domingos e em dias de festa diversas atrações, o número de visitantes era

> [...] devéras diminuto, em relação á totalidade dos habitantes de Belém. Mais ainda: as próprias praças da capital, todas engalanadas pelos primores de uma jardinagem competente e cuidadosa e apezar de serem centraes vêm-se pouco concorridas, encontrando-se n'ellas os passeiantes nacionaes em numero inferior ao dos extrangeiros que as frequentam.
> Já installei no Bosque diversos jogos campestres, afim de proporcionar distracções aos visitantes. Raras pêssoas, porém, se utilizam dell'es, mesmo d'entre as creanças. Somos um povo bisonho, temos acanhamentos fúteis, – como se fosse um crime ou pelo menos uma incorreção divertir-se a gente em publico (LEMOS, 1903, p.195).

Educar a população para frequentar o Bosque Municipal em busca de hábitos saudáveis e civilizados incluiu, desde a inauguração do local, exigia forjar um novo sentido para a vida ao ar livre, propagandeando os benefícios que isso traria aos citadinos. A festa de inauguração do Bosque deu início a um conjunto de narrativas que objetivaram construir esse novo (e urbano) sentido para a natureza. Reunindo todos os elementos que seriam explorados pelos poderes públicos e pela imprensa ao longo dos anos, uma extensa crônica publicada pelo jornal "O Democrata" e assinada por "Macario", teceu verdadeira ode àquele momento, narrando que a festa inaugural havia sido bela, higiênica e suculenta, emoldurada por uma manhã clara e refrescante. À inauguração teriam comparecido mais de cinco mil pessoas (de todas as classes sociais, enfatizava a crônica). Os que ali compareceram respiravam

> [...] a largos pulmões o ar atmosférico, saudavel, tonificante e rejuvenescedor, que a Natureza ali entretém.
> Por esse motivo era notavel a alegria, visivel o prazer, palpavel o bem-estar de todos. Os velhos faziam invejas aos moços, estes pareciam apenas entrados na puberdade, tal era a frescura de suas faces e as expansões de contentamento.
> Os rheumaticos andavam lestos e garbosos; os anemicos e chloroticos pareciam plethoricos; os cacheticos apresentavam-se desempenados e rijos; emfim, conhecia-se uma geral transformação n'aquella população anemica, como se, ao penetrar o largo portão do bosque, houvesse recebido nas arterias forte injecção de sangue novo e rico de globulos vermelhos (O DEMOCRATA, 18.08.1891, p.1).

Como em um ritual de iniciação, a transição entre a vida urbana e aquela em contato com a natureza era simbolizada pelo "largo portão do bosque" que, ao ser ultrapassado, oferecia ao citadino maravilhado, de prazeres a curas inimagináveis, graças ao poder da vida ao ar livre. Prossegue o cronista afirmando que ali tal era o estado de saúde que ninguém tossiu, nem mesmo ele próprio, até então acometido de uma "rebelde bronquite". Ali, alguém sequer gemeu de dor, nem mesmo com dores nos "callos dos pés". Chorar, escutou apenas uma criança, e isso porque

> [...] a mãe não lhe quis permitir **inteira liberdade de movimentos**.
> Uma tyranna a tal mãe, que não deixava o **interessante** menino correr, saltar, cahir, dar expansão á natureza desfructar aquella rara occasião, talvez a primeira em sua vida, de exercitar os debeis musculos, tão necessitados de **gymnastica e de liberdade**. Felizmente nem todas as mães tiveram aquella inconsciente crueldade (O DEMOCRATA, 18.08.1891, p.1. Grifos meus).

Esse trecho da crônica evidencia a idealização de que a natureza era sábia, generosa e educadora. Entretanto, também deixa claro ser necessário educar o citadino belenense, tipificado pela figura da mãe tirânica, sobre os benefícios que a vida ao ar livre traria à saúde física e moral. O Bosque Municipal configurava-se então como lugar e instrumento educativo. É importante destacar que no Brasil daqueles tempos era forte a influência de um pensamento médico-positivista de inspiração francesa, bem como de uma medicina naturista, que no entre séculos já se fortificava e adotava entre seus métodos terapêuticos a prática de exercícios físicos ao ar livre como regeneradores e fortificadores do corpo (GLEYSE, DALBEN, SOARES, 2013). Cabe também refletir com Keith Thomas quando esse diz que

> [...] embora o mundo da natureza devesse ser domesticado, não devia ser completamente dominado e suprimido. Esse antigo ideário pastoral sobreviveu moderno mundo industrial adentro [...] tais sensibilidades refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana: e uma relutância a aceitar a realidade urbana e industrial que caracteriza a vida moderna (THOMAS, 1988, p.301-302).

Soa forçoso supor que a população belenense acreditou nas súbitas melhorias proporcionadas à saúde e bem-estar daqueles que estiveram no Bosque naquela manhã tão decantada pelo cronista. Entretanto, considerando que os jornais propagandeavam diariamente remédios ou tratamentos que prometiam curas miraculosas, tamanha crença parece mais viável. Vejamos algumas delas para, em seguida, retornar à análise aqui iniciada:

Figura 60- Massage Electrique. Folha do Norte, 1906

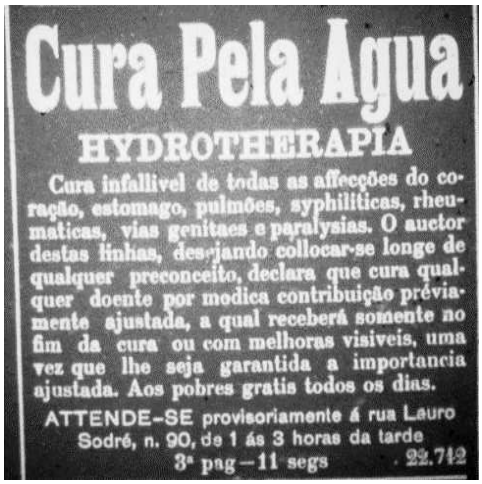


Figura 61- Cura pela Água. Hydrotherapia. Folha do Norte, junho de 1905.

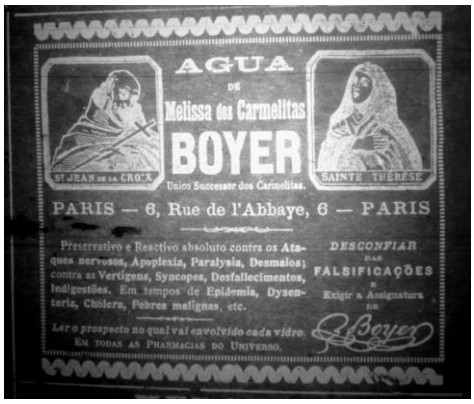


Figura 62- Água Boyer. Promessa de cura contra ataques nervosos, apoplexia etc. Indicada para os tempos de epidemia, dysenteria, cholera e outros. FOLHA DO NORTE, 13.08.1907, p.3

Figura 63- Cápsulas purificadoras de água. Diziam curar várias doenças e também "transformar" a água em água mineral. FOLHA DO NORTE, 13.08.1907, p.3

Retomando a inauguração do Bosque, essa não se resumiu a interpretações ou experiências de caráter subjetivo, mesmo que fossem pedagógicas. Houve pelo menos um momento pontual onde o ideário médico – devidamente oficializado pelo poder público – projetou à natureza o seu olhar regulador. É justo o que a crônica guarda para o seu final, ao dizer que um

> [...] jovem, intelligente e illustrado medico [...] dissertou proficientemente sobre as funções digestivas e respiratórias [...] sobre a acção phísico-chimica do oxigênio e sua necessidade indispensavel para a vida animal e vegetal [...]. Emfim, uma importantissima licção de **physiologia em honra do oxigênio do bosque** [...] Vamos todos ao bosque frequentemente, todos os dias se for possível e veremos como **fecham-se algumas pharmacias e diminue o numero dos médicos** (O DEMOCRATA, 1891, p1. Grifos meus).

A evidência de um enfoque fisiológico, bem como a importância da intervenção médica de caráter preventivo pontuam novas formas de o ideário médico se fazer integrado à vida banal no sentido de normatizá-la. Por outro lado, e para além da crônica, porque educativo, esse novo sentido atribuído à vida ao ar livre proporcionada pelo Bosque Municipal era rigidamente controlado pelas normas civilizadoras de Lemos. Destarte, estabelecia a Intendência Municipal:

> Art. 1.º - É permittida a entrada no bosque a toda pessoa **decentemente vestida**, desde as 6 horas da manhã até às 6 ½ da tarde.
> Art. 5.º - Não são permittidas algazarras ou vozerias que **incommodem** aos que ali passearem.
> Art. 7.º - Para ter logar ali qualquer pic-nic é preciso **licença** da intendencia [...].
> Art. 10.º - As pessôas que se portarem de **modo inconveniente** serão postas para fora do bosque. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26.07.1891, p.3. Grifos meus).

Em meio à natureza domada e devidamente integrada à paisagem urbana, a civilidade era condição impositiva. Mas, a decência dos trajes, a quietude e os modos convenientes, por acaso, seriam aqueles de caráter europeizado, conforme Lemos queria implantar na sua idealizada “Petit Paris”? Era 1903 e o Bosque Municipal foi palco para um banquete para diversos Intendentes (figura 65). Emoldurados pela natureza, os que ali estavam vestiam paletós com ares europeus, talvez os mesmos utilizados durante as reuniões em ambientes fechados. Serenos, disciplinados e ordeiros, os intendentes personificavam o modo civilizado e

moderno de ser. Ali não havia algazarras ou vozerias, muito menos trajes que ferissem o decoro ou comportamentos inconvenientes. Respirando o ar puro trazido pela natureza, envoltos na tranquilidade quase silente trazida pelas árvores, os intendentes se queriam exemplo:

Figura 64- Banquete dos Intendentes em 1903. Bosque Rodrigues Alves. Álbum do Estado do Pará, 1908, p.45. Foto: Fidanza

Lemos – homem e Governo –, se misturavam, se confundiam e se completavam, formando assim uma teia de interesses e ideais políticos, econômicos

e culturais: dos acordos com seus "vogaes[109]" e pares, às concessões públicas aos seus amigos e familiares; das políticas de embelezamento e higienização da cidade (quase sempre voltadas às elites), à construção de um moderno asilo de mendicidade[110]; do Intendente todo poderoso ao político que foi escorraçado da cidade pela população belenense (que saqueou e ateou fogo em sua residência, deixando-o encurralado em uma casa vizinha, humilhado, trajando apenas um pijama[111]). Esse, ou esses vários Lemos, inventou e ergueu uma Belém que sonhou ser moderna e que assim mostrou-se ao mundo, vide os Relatórios da Intendência publicados em Belém entre 1897 e 1908. Distribuídos para a Europa, Estados Unidos e apenas para algumas capitais brasileiras, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, os relatórios eram imponentes e propagandeavam o Governo do Intendente, exibindo estrategicamente somente a Belém das riquezas e do progresso, falseando, ou escondendo, a dura realidade que a cidade impunha à sua população pobre (SARGES, 2002). A ideia central

> [...] era registrar o sinal da civilização nos trópicos, mas o que se produziu foi uma realidade descontextualizada e mimetizada, na medida em que construiu uma cidade europeizada, enfatizando-se as marcas dos prédios *art nouveau* e dos habitantes vestido à moda parisiense, desprezando-se, por outro lado, todos os outros componentes que poderiam caracterizar uma cidade amazônica (SARGES, 2002, p.107)

Analisando os sete relatórios oficiais e o "Álbum de Belém"[112] publicados por Lemos, bem como os álbuns oficiais "Álbum do Pará em 1899"[113], "O Pará em

[109] Vereadores

[110] "[...] doce abrigo e tranquillo remanso dos que, fustigados pela crueza do destino, são abatidos pela velhice sem pão, pela doença sem amparo e sem conforto [...]" (LEMOS, 1905, p.276).

[111] Sobre o tema, ver SARGES, Nazaré. Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

[112] Publicado em 1902, com refinado papel e brochura, repleto de fotografias que retratavam a Belém pretensamente europeizadal, o Álbum de Belém constituiu-se, como os Relatórios, em veículo para propagandear a gestão do Intendente.

[113] Álbum publicado pelo governo de José Paes de Carvalho. A parte descritiva do álbum ficou a cargo de Henrique Santa Rosa. As inúmeras fotos do Álbum são de autoria de Felipe Augusto Fidanza.

1900”[114], penso que as afirmações de Sarges sobre a presença (intencional) apenas de uma Belém europeizada e rica em tais publicações, em detrimento da cidade pobre e amazônica que a capital do Grão-Pará também era, soa equivocada. Afirmo isso porque, se de fato, muitas são as imagens que mostram paisagens urbanas sem sequer uma pessoa como testemunha, ou ainda apenas pessoas com trajes devidamente europeizados, percorrendo os relatórios e álbuns oficiais, é possível ver outras tantas que mostram (e acho que não poderia ser diferente) instantâneos da população pobre circulando entre as paisagens ricas da cidade, compondo assim um quadro diversificado. Considero, desse modo, que a exclusão da pobreza e da população pobre, pelo menos em tais publicações, deu-se mais no discurso (ou no silêncio desses) do que nas fotografias. Com efeito, mesmo que Lemos procurasse levar ao mundo a imagem de uma Belém rica, higiênica e europeizada, foi-lhe impossível apagar dos instantâneos a população pobre que, mais do que excluída, resistia por meio de seus usos e costumes à imposição dos modos europeizados de ser e mesmo o avanço da lógica capitalista.

As fotografias de tais fontes, muitas das quais de autoria de Fidanza[115], mesmo que de forma não intencional, acabam por mostrar recortes do cotidiano belenense – diversificado cotidiano, por onde circulavam bicicletas, carroças, vendedores ambulantes, homens, mulheres, crianças e velhos. Dos ricos aos pobres, de forma tal amalgamados aos instantâneos que seria impossível separá-los, embora, reforço, houvesse sim uma clara exclusão social naquela Belém que se propagandeava rica e europeizada. Que falem algumas imagens:

[114] Publicado pelo governo do Estado em homenagem ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. Imprensa de Alfredo Augusto Silva.

[115] De nacionalidade italiana, Felipe Augusto Fidanza “[...] foi um dos m ais importantes fotógrados em atividade no Norte do Brasil do século XIX [...]. Dedicou-se ao retrato e à documentação urbana. [...]. Fotografias de Fidanza foram apresentadas na Exposição de História do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1881 [...], e na Exposição Uhniversal de Paris em 1889 (KOSSOY, 2002, p.139).

Figura 65- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. As várias gentes de Belém, com seus usos e costumes diversos. No centro da foto, dois ciclistas. Foto: Fidanza

Figura 66- Detalhe da figura: dois ciclistas.

Figura 67- LEMOS, Relatório de 1905. Avenida da República. Vista do centro

.

Figura 68- Detalhe da figura: duas mulheres e uma moçoila com roupas europeizadas. Ao lado delas, um homem com roupa popular. Ele, provavelmente um vendedor, carrega seu produto sobre a cabeça, hábito então muito comum. Foto: Fidanza

Figura 69- LEMOS, Relatório de 1902. Praça da República. Além de serem tipos populares, gente de cor, é possível notar que os meninos estão descalços e parecem pequenos vendedores. À esquerda, “Marianne”, o monumento em homenagem à República. À direita, o Theatro da Paz. Contradições de uma Belém da borracha. Foto: Fidanza.

Figura 70- Detalhe da figura: meninos descalços, quem sabre pobre vendedores. E, ao fundo, a riqueza o Theatro da Paz.

Figura 71- LEMOS, Relatório 1906. Praça Affondo Penna. Dois homens com trajes europeizados são observados por um negro descalço, com roupas populares.

Figura 72- LEMOS, Relatório 1906. Detalhe da figura: negro descalço observa dois homens trajados de forma europeizada.

O apoio e propaganda dos jornais também foram imprescindíveis às seguidas gestões de Lemos. Quer fosse o "A Província do Pará", de sua propriedade, ou o "O Pará", seu fiel aliado, as páginas desses veículos forjavam e ilustravam a Belém europeizada, moderna, higiênica e ordeira, sempre em conformidade com o que ditava a pena do intendente. Por meio do que era exposto sobre a cidade, é possível saber aquilo que Lemos entendia ser importante para dar corpo ao seu ideal de metrópole:

> [...] a cidade de Belém tem apresentado verdadeira transformação em Ruas calçadas. Avenidas embellezadas. Escholas augmentadas [...] Diversões publicas realizadas. Saneamento municipal completo [...]. Vendilhões e atravessadores corridos do mercado. Os jardins embelezados. Os logradoros públicos cuidados [...]. A ordem, o respeito, o asseio por toda a parte. A capital crescendo em rapidez vertiginosa. O povo ganhando salario compensador. A prosperidade manifestando-se por todo o município (O PARÁ, 14.03.1900, p.2).

Das roupas aos corpos, das casas às ruas, do asseio à ordem e moralidade, do povo recebendo justos salários à prosperidade a todos alcançando, o que se mostrava, grosso modo, era uma Belém inexistente porque o discurso ocultava sua pobreza e insalubridade, suas contradições e exclusões, seus cortiços e águas pestilentas. Ou ainda, uma Belém que se julgando moderna e urbana, negava o seu duplo[116], que lhe era, de fato, a seiva: a cidade das águas, a cidade das florestas, a cidade da natureza. Noutro sentido, os relatórios construíam a imagem de uma Belém em pleno curso para dominar a natureza que lhe era tão hostil e nascedouro de pestilências, bem como uma cidade que levava a cabo a demolição de seus cortiços e a edificação de modernas e higiênicas edificações.

[116] Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinzas ou pretos e brancos, de acordo com as relações de parentesco, troca, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas; restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios. Do costado de um morro [..] os prófugos de Ercília olham para o enredo de fios estendidos e os postes que se elevam na planície. Aquela continua a ser a cidade de Ercília, e eles não são nada (CALVINO, 2011, p.72)

Embelezar e sanear a “Petit Paris” moviam as ambições do “Velho Intendente”. As sociabilidades ao ar livre integraram esse projeto tanto quanto as reformas arquitetônicas e as políticas de saúde. Por outro lado, europeizar os costumes e, mais que isso, levar ao mundo a imagem de uma Belém ordeira, higiênica e bela foram motor e combustível da administração de lemista. Com efeito, ao longo de seu governo, movido pelo ideal de modificar por completo as condições materiais de Belém para torná-la capacitada a receber seus “altos destinos futuros”, o intendente acreditava e difundia que os estrangeiros e brasileiros das demais capitais, ao notarem as mudanças por ele implantadas na cidade, já reconheciam

> [...] a superioridade da vida em Belém, á hora actual, sobre as condições d’esta mesma Cidade, há 10 annos [e por isso, a] população, calculada em mais de 160.000 almas, vae cada dia augmentando [...] [esse quadro fazia com que Lemos sentisse] desvanecimento em assegurar-vos que, ao presente, Belém é uma das cidades mais asseiadas do Brazil, bem ao contrario do que era em annos não mui remotos vos seria dados assinalar, pelo aspectos das praças, ruas e outros logares públicos (LEMOS, 1905, p.164-165).

Afirmava ainda que a prosperidade alcançada por Belém durante seu governo fizera com que o restante do Brasil e mesmo o estrangeiro, migrasse para a capital paraense. Isso, que a princípio fora entendido como salutar aoa progesso da cidade, logo se tornou um problema porque transformara Belém em um cadinho cosmopolitano ao qual migravam gentes diversas, “[...] desde o immigrante corajosamente cheio de esperança na remuneração do seu árduo trabalho, até a escória de outros centros – toda uma onda de sêres cheios de vicios, de enfermidades Moraes, de instinctos criminosos [...]” (LEMOS, 1902, p.218).

Porque sabedor que às entranhas daquela Belém pertenciam gentes diversas, bem como a riqueza e a miséria, Lemos não tardou a por em prática intervenções ligadas à saúde pública, o que se tornou um dos principais pontos de seu governo. Para tal, o intendente criou um conjunto de mecanismos legais, incluindo os códigos de posturas, objetivando controlar e regular o funcionamento

daqueles locais considerados focos de propagação de doenças pestilências, bem como antro de vícios e comportamentos imorais. Julgando-se exitoso em seus fins, propagandeava o Intendente que os benefícios trazidos pela higiene pública e privada, aliados aos melhoramentos introduzidos por sua gestão, fizeram com que Belém ficasse "[...] bem longe do tempo em que essa formosa capital merecia o epitheto de Cidade da Morte, pela sua falta de hygiene e pelos propicios elementos de germinação n'ella encontrados para todos os germens mórbidos espalhados no ar ambiente" (LEMOS, 1905, p.46).

A preocupação de Lemos com a pureza do ar ambiente, pontue-se, está alinhada ao pensamento médico-higienista brasileiro da época[117], que, por sua vez, norteava os projetos de engenharia, bem como as ações dos poderes públicos e das pedagogias coevas. O cuidado e o controle dos odores exalados e da pureza do ar eram temas recorrentes para a medicina europeia desde o século XVIII. A cidade era marcada por aquilo que seu ar exalava, entenda-se por isso a ideia de que uma cidade moderna e civilizada deixaria os odores fétidos presos ao passado[118]. Por seu lado, o governador de Augusto Montenegro, aliado político de Lemos, publica o Álbum "O Estado do Pará na exposição de 1908"[119], apresentando um quadro referente ao índice de mortalidade em Belém, reforça a imagem de que a capital paraense era

> [...] uma das mais hygienicas da Republica, onde a limpeza, o calçamento, a viação, a arborização nada deixam a desejar e

[117] "A preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador urbano parte dos higienistas sócias, ligados aos poderes públicos [...]. Assim, as estratégias sanitárias que se constituem nesse momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil pretendem realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, pontual num primeiro momento, torna-se, depois permanente e sistemática (RAGO, 1985, p.163).

[118] Sobre o tema ver CORBIN, Alain. El perfume o el miasma: el olfato y lo imaginário social, siglos XVIII y XIX. Lazo/México: FCE,1987. Diz o autor, por exemplo, remetendo ao século XVIII: Detectar los flujoss que constituyen la trama olfativa de la ciudad, es localizar las redes miasmáticas mediante las cuales se infiltra la epidemia. De esta nueva visión del espacio urbano nacerá, aunque sólo más tarde, uma lectura renovada de la sociedade [...] Será el siglo XIX el que pondrá em orden esa lectura nueva. La estrategia que se aplica operará claramente la división entre el burguês desodorizado y el pueblo infecto (CORBIN, 1987, p.67).

[119] Esse álbum celebra o que foi exposto pelo Pará durante a Exposição do primeiro centenário daa abertura dos portos do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro entre janeiro e novembro de 1908. O livro foi organizado por Jacques Ourique, presidente da comissão paraense para aquela exposição. O livro apresenta importantes dados estatísticos sobre o Estado, a partir da visão oficial.

onde não existe a mendicidade pelas ruas, é a cidade do Brasil em que o coeficiente da mortalidade é o mais baixo, pois com uma população de perto de 200.000 almas, em 16.000 fogos, apresenta o seguinte quadro de óbitos no ultimo decennio: 1898- 2.587; 1899- 4.516; 1900- 4.313 [...]; 1906- 3.593; 1907- 3.741. Em 10 annos- 36.168 (O ESTADO DO PARÁ NA EXPOSIÇÃO DE 1908, 1908, p.70).

Figura 73- Capa do Álbum O Estado do Pará na exposição de 1908. Por Jacques Ourique.

Higiênica, moderna e ordeira: assim Belém era exibida ao mundo por intermédio dos relatórios de Lemos e de Augusto Montenegro, bem como por um importante álbum, essencialmente fotográfico, publicado em 1910 sob o título de "Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910"[120]. Vejamos alguns instantâneos:

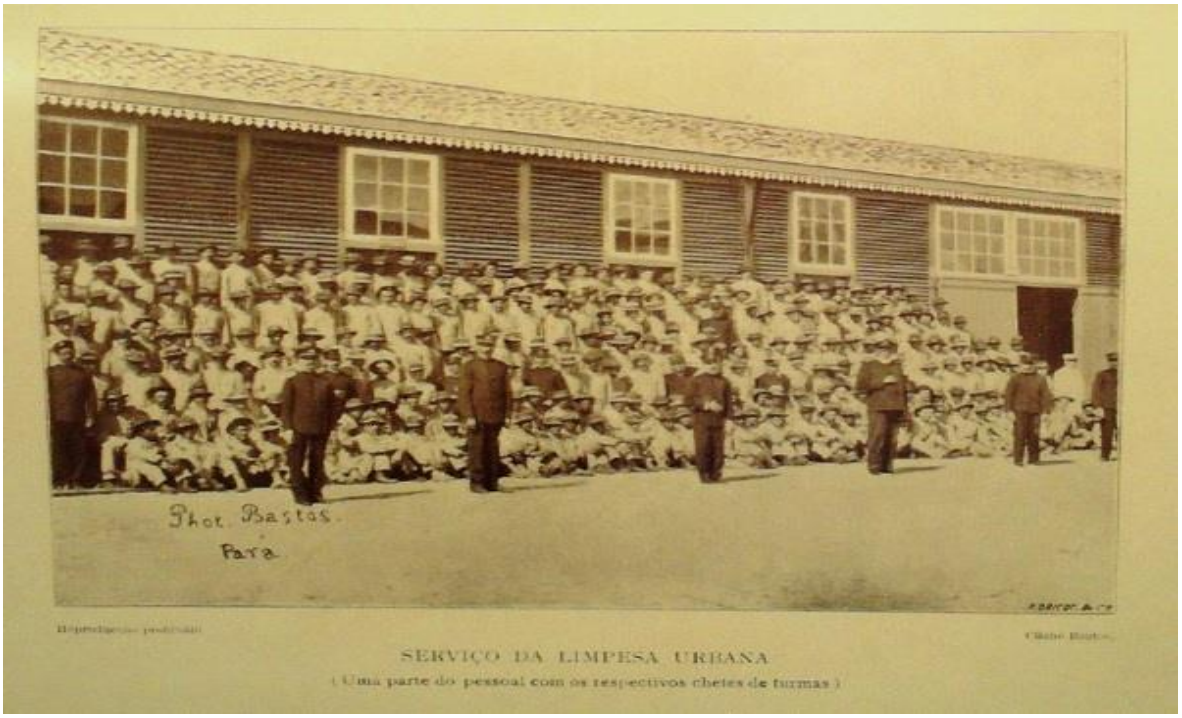


Figura 74- Serviço de limpeza urbana. Relatório de Antonio Lemos, 1905. Todos os funcionários ordeiramente posicionados e uniformizados. De uniforme escuro, os funcionários de maior escalão.

[120] Álbum composto por fotografias e propagandas. As páginas iniciais apresentam uma abordagem histórica do Pará, procurando também contextualizar o Estado à época da publicação (1910).

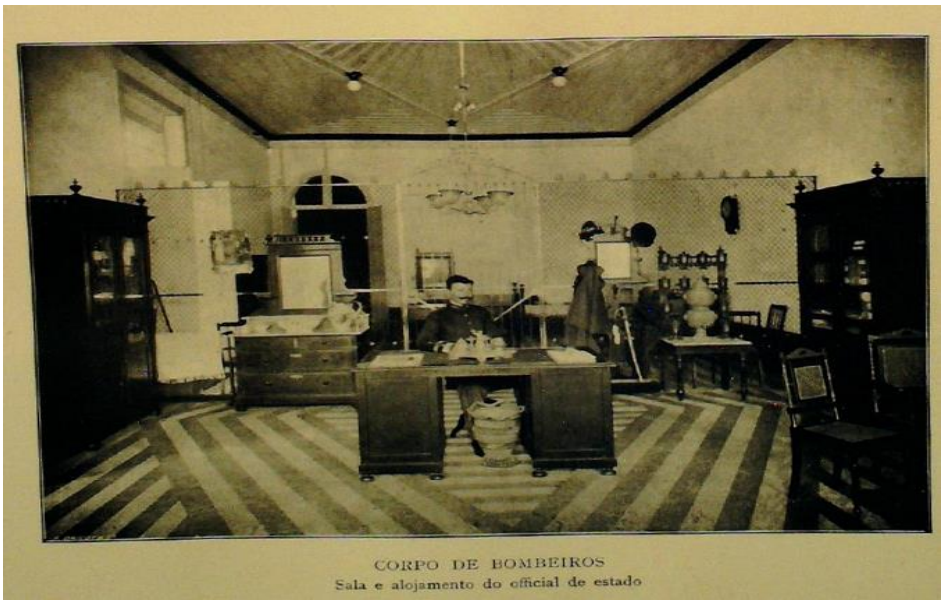


Figura 75- Sala e alojamento do oficial de estado do corpo de bombeios. A postura altiva e disciplinada do oficial compõe o quadro ordeiro e higiênico do local. Relatório Lemos, 1908.

Figura 76- Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro.

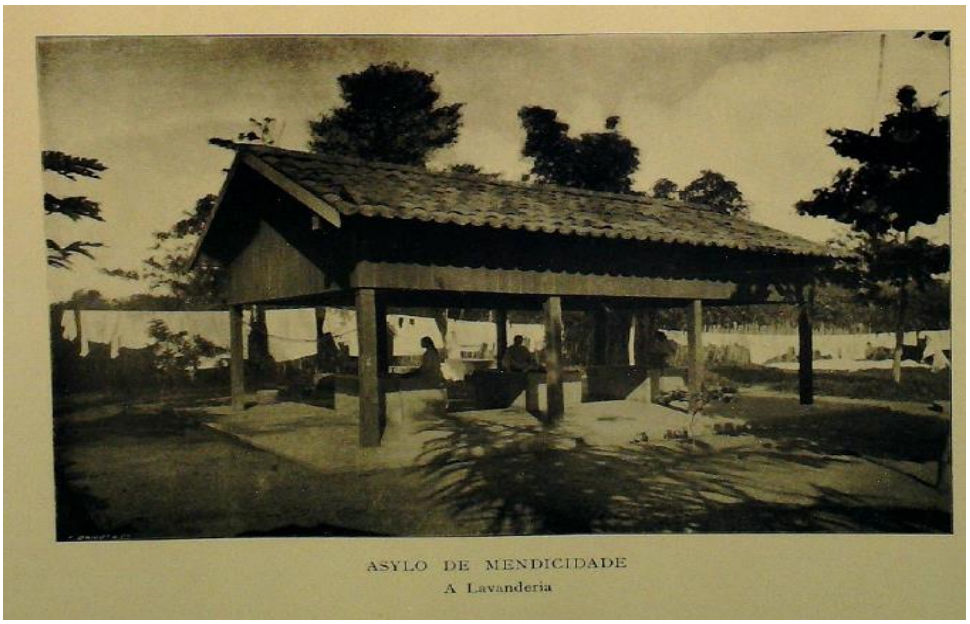


Figura 77- Lavanderia do asilo de mendicidade. Relatório Lemos, 1908

Figura 78- Loja A Parisiense. “Grande armazém de fazendas e modas”. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910

Figura 79- Loja A Parisiense. Vista interior. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910

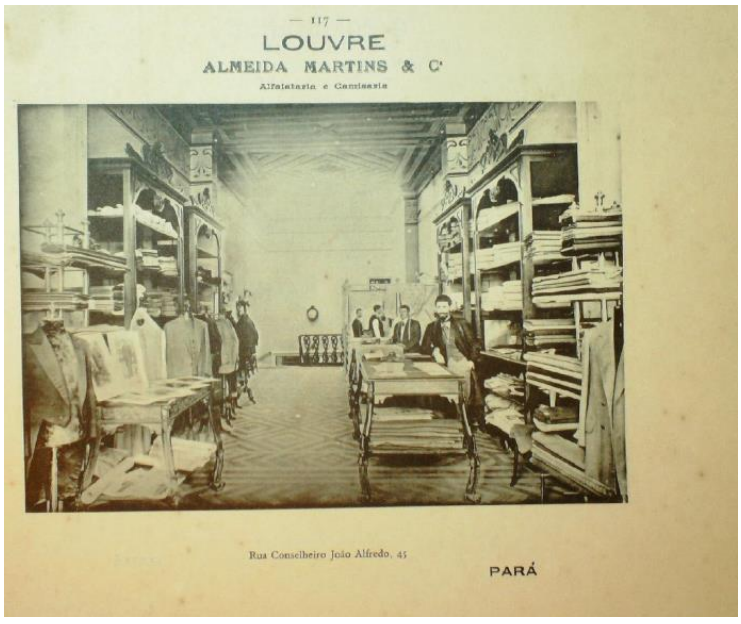


Figura 80-Alfaiataria e camisaria. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910

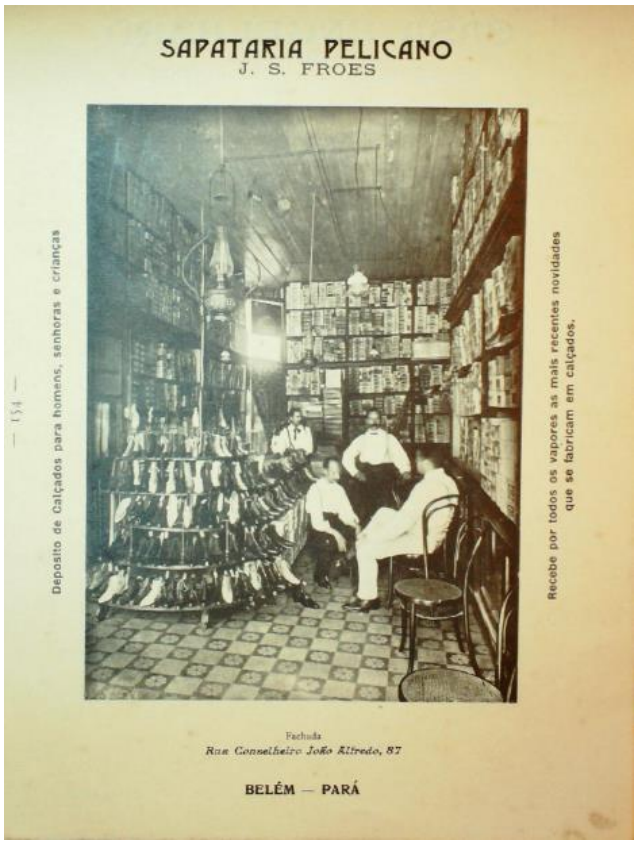


Figura 81- Sapataria Pelicano. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910

Figura 82- Empresa de Gelo. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910

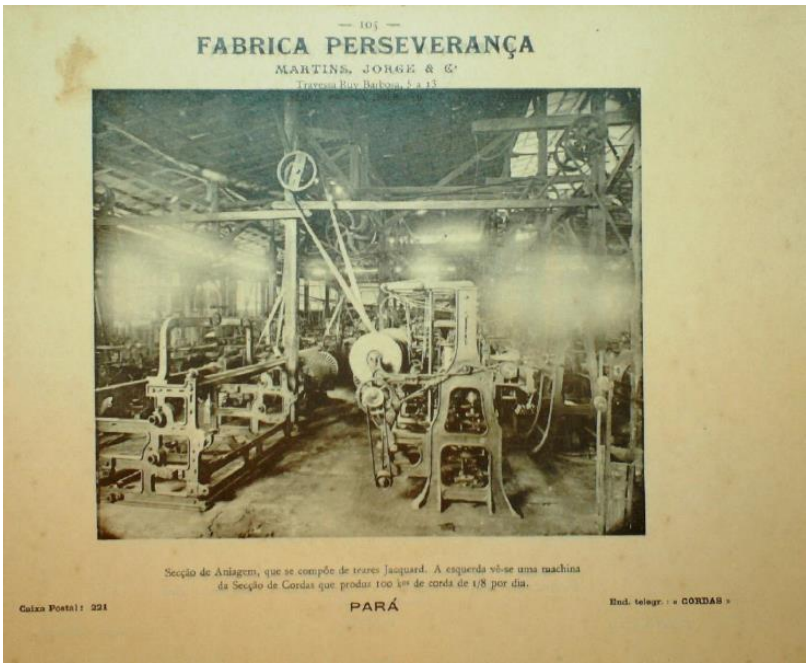


Figura 83- Fábrica perseverança. Indicador Illustrado do Estado do Pará, 1910. Vista da seção de aniagem. Diz a legenda que, à esequerda, está uma “machina as Secçao de Cordas que produz 100 kos de corda de 1/8 por dia”

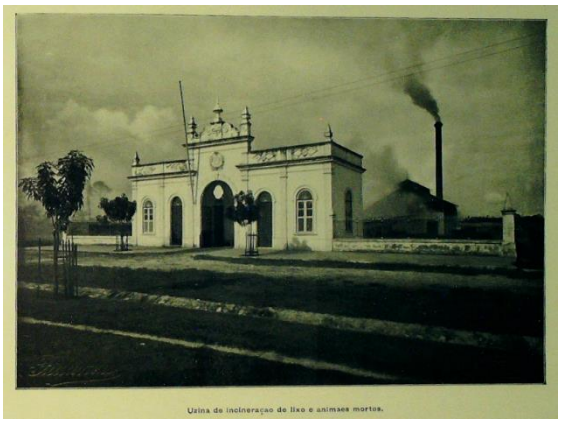


Figura 84- Usina de incineração de lixo e animais mortos. Retratava a preocupação com os odores e lixos citadinos. Álbum de Belém. Intendência de Lemos, 1902.

Figura 85- Necrotério Municipal. Inaugurado em 1899 . Ao lado, o ver-o-peso, com o mercado de ferro em destaque. O necrotério existe até hoje, embora desativado. Álbum de Belém. Intendência de Lemos, 1902.

As páginas do relatório Lemos de 1906 diziam que a beleza de uma cidade não residia apenas no lado material de suas edificações, ruas, avenidas, logradouros e praças. Dizia ainda que uma cidade construída nesses moldes,

certamente seria encantadora, mas que isso não era o suficiente, pois era indispensável à moderna vida urbana o

> [...] bem-estar, cuja face principal, sem duvida alguma, é a hygiene, tanto sob o ponto de vista privado, quanto sob o aspecto publico [porque uma] capital encantadora, cheia de belezas, pela face unica das suas construcções, mas destituida dos meios que protegem a vida humana, sem asseio, entregue á formigação dos germens maleficos, seria apenas uma bela necrópole [...] (LEMOS, 1906, p.46-47).

Os doze anos da administração de Lemos também foram marcados por um processo de arborização da cidade, inluindo aí as mangueiras que, até hoje, dão uma estética peculiar a Belém. É interessante observar que Lemos, antes de assumir a Intendência Municipal, utilizou as páginas do Jornal "A Província do Pará", onde então era editor-chefe, para criticar o descazo dos poderes públicos sobre esse tema. Assim, dizia uma crônica que a arborização deveria ser compreendida como parte de um

> [...] movimento renovador que, divorciado d'antigas praticas [possuiria] o cunho de modernissimo progressista e inteligente, que deve caracterizar as administrações actuaes.
> Se os paizes de clima temperado não prescindem do serviço d'arborização [...] que devemos dizer da necessidade dos povos localizados em territorios equatoriais? [mas] o que menos aqui sempre cuidou-se, por desgraça, foi da arborização de Belém [...]. Apenas, aqui e ali, uns ensaios tímidos, uns frageis galhos d'arvores rachiticas [...].
> Antes dos parques, antes mesmo dos jardins modestos, devemos ter a arborização comum. N'este, como em muitos assumptos, devemos partir do simples para o composto.
> Todas as ruas de Belém menos estreitas devem ser arborizadas quanto antes. O mesmo entenda-se com os largos e praças (A Províuncia do Pará, 23.01.1892, p.1).

O intendente compreendia que além das tão necessárias e aliviadoras sombras fornecidas pelas árvores nos dias de verão, o embelezamento e ar puro trazido pela arborização integravam as idealizações estéticas e de salubridade

postas em prática por Lemos. Desse modo, a arborização da cidade, iniciada desde os meses iniciais de sua administração, já em 1905 parecia uma realidade, a ponto de Lemos propagandear ser Belém "[...] uma das cidades brazileiras mais amplamente dotadas de árvores. Innumeras ruas são arborizadas e as nossas avenidas ostentam formosos renques de opulentos representantes da viçosa flora equatorial" (LEMOS, 1905, p.271). Ainda sobre o tema, um dado importante aparece no relatório de 1908: segundo Lemos, em Belém foram "[...] plantadas 191 mangueiras e replantadas 748. (LEMOS, 1908, p.309).

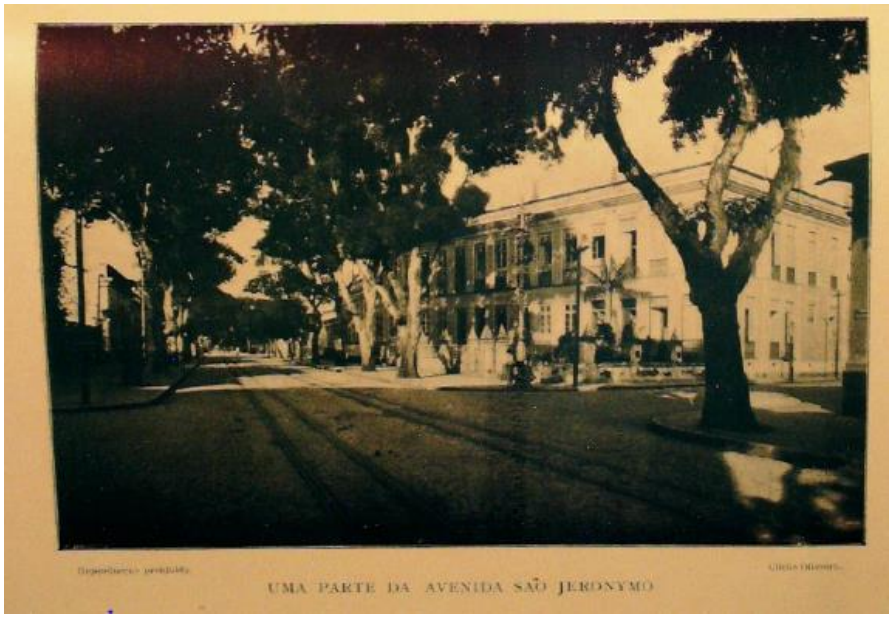


Figura 86- Arborização de Belém. Vê-se na fotografia a avenida São Jerônimo atual Governador José Malcher. Note-se os trilhos de bonde ao longo da avenida. Relatório Lemos, 1905.

Figura 87- Arborização de Belém. Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré). Um dos "corredores de mangueiras", até hoje existentes e que marcam a cidade. Vistas do Pará, Brasil. 1902. Foto de George Huebner[121]

A arborização da cidade não era pensada apenas a partir dos benefícios higiênicos e do alívio que traria ao calor belenense. Compunha também o conjunto de justificativas a própria remodelação da estética urbana com base em modelos europeus, incluindo aí a preocupação em não deixar que as árvores encobrissem a visualização das belas e modernas casas e palacetes que, assim idealizavam, seriam fartamente contruídas pelos capitalistas em Belém. Em matéria, que foi acompanhada por um croqui, conforme figura 83, dizia-se que as obras de nivelamento e calçamento da "futurosa" Avenida Independência, ora realizadas por Lemos, estavam deixando o passeio central

> [...] á moda das avenidas europeas [e por isso] não hesitamos em acreditar, a sabor do gosto da mais exigente pessoa. [entretanto, as demais ruas e avenidas] seria mais

[121] Fotógrafo, que a partir de 1885 fez expedições que passaram pelas cidades de Manaus e Belém, registrando inúmeras imagens. Fixou residência em Manaus no ano de 1898. Sua obra retrata, entre outros aspectos, instantâneos do cotidiano das cidades de Belém e Manaus durante a implantação da belle époque amazônica.

> conveniente dar-lhes caracter de *alamedas ou passeios públicos*, collocando as duas filas de arvores no centro da rua, á orla de um largo passeio cimentado [...].
> Esta disposição dada ás avenidas teria em primeiro logar a vantagem de imprimir um pouco de variedade ás nossas ruas [...] além d'isto, crearia novos passeios públicos, defronte dos quaes não faltariam capitalistas que de preferencia fossem edificar suas casas particulares e palacetes. Outra vantagem não menos interessante para a esthetica, seria que a architetura das construcções não ficaria cada vez mais occulta pelas frondosas arvores, como sucede nas avenidas São Jeronymo, São Braz, etc. (O JORNAL, 1900. Grifos do jornal).

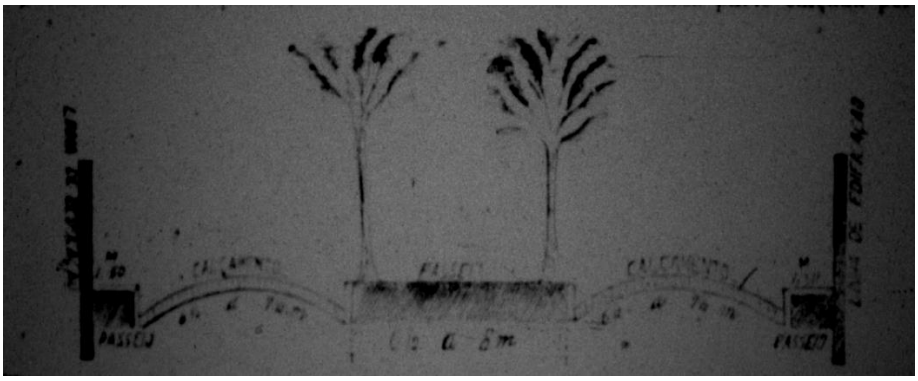


Figura 88- O JORNAL,1900, p.03. Croqui para novas formas de calçamento, incluindo a presença de árvores (palmeiras), pontuando assim a preocupação com a arborização da cidade.

Reforço aqui o entendimento de que tanto os relatórios como os jornais, principalmente aqueles que apoiavam a administração de Lemos, forjavam uma imagem de modernidade e europeização que não incluía as gentes pobres de Belém, o que não significava que elas inexistissem ou que estivessem segregadas em algum espaço afastado das riquezas citadinas. Fotografias, mesmo as publicadas pelos Relatórios de Lemos, como já disse anteriormente, mostram o povo circulando entre as ruas e avenidas que se diziam europeizadas, dando uma estética que de modo algum pode ser vista apenas pela perspectiva da europeização.

Havia, sim, um quê de Belém, um quê de Amazônia, um quê de trópico úmido naquelas paisagens urbanas e modernas que eram construídas pela força voraz do

capitalismo. As roupas, os corpos, as formas de ser dos belenses apartados das riquezas dos tempos da borracha estavam ali. Mesmo que não fossem intencionalmente propagandeadas para o mundo, estavam ali. Registradas. Presas às lentes, ou saltando às lentes de quem as registrava, não permitindo que apenas a visão, ou a imagem de uma elite fosse impressa às retinas da civilização moderna, como idealizava Lemos.

Vejamos o caso de uma fotografia (figura 89) que registra a "futurosa" Avenida Independência, em 1905: nela, um moderno bonde elétrico ruma ao seu ponto de embarque e desembarque. Vê-se um cão vira-latas margeando os trilhos da modernidade. Ao mesmo tempo, um homem se abaixa para juntar algo, mas nunca saberemos o quê. Perto dele, uma família inteira, aguardando o bonde. Há também mais pessoas a esperar o bonde. E mais pessoas ainda, sobre a calçada. Essas, parecem apenas testemunhas do tempo que passa, tendo à sua frente os trilhos do bonde – que logo mais chegará. Suas roupas sequer acenam à modernidade. Exceto aquelas de um homem que aparece tocando em seu chapéu como quem se prepara para, galantemente, cumprimentar alguém. Ele é o único de costas para a rua. E para o bonde. Paradoxo da modernidade? Há crianças também. Até mesmo uma descalça, ao lado de um homem também descalço (seriam escravos libertos?). Ambos, emblematicamente, esperam do outro lado da calçada. Apenas eles dois, bem em frente a um poste de energia elétrica – outra das invenções da modernidade já instaladas em Belém. Também há árvores – mangueiras plantadas recentemente, a julgar pela altura, mas que já protegem, com suas sombras, a população castigada pelo forte calor belenense. Ali, misturadas, em um pequeno recorte dos tempos idos, aquelas gentes registradas pelo instantâneo dizem algo que escapa às margens da exclusão. Ouça-mo-las:

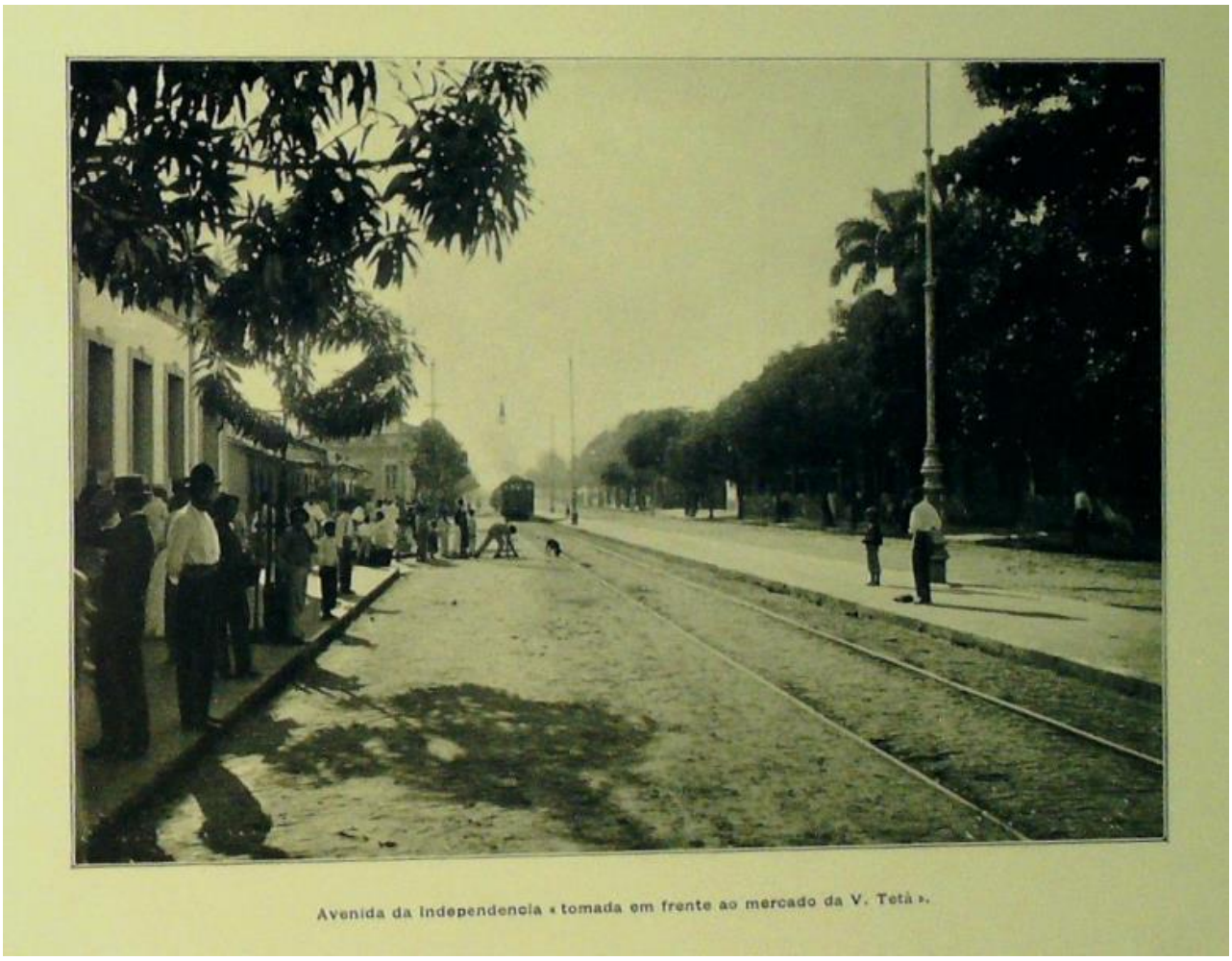


Figura 89- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. Bonde, homem, cachorro.

Figura 90- LEMOS. Álbum de Belém, 1902. Detalhe da figura: um homem se abaixa. Um cachorro margeia o trilho do bonde que se aproxima enquanto uma família espera o momento do embarque.

Figura 91- Homem de costas para a rua. Seu traje, formal e europeizado, contrasta com aquele que veste as demais pessoas que ali estão. Leva sua mão esquerda ao chapéu, como quem vai cumprimentar alguém.

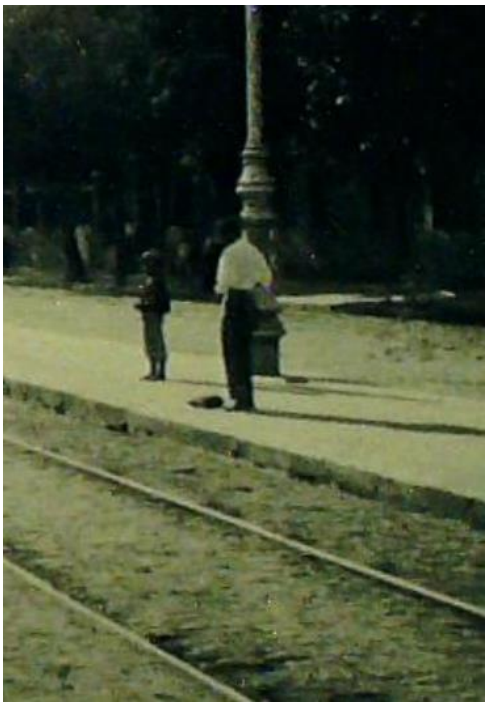


Figura 92- Homem e criança, descalços, aguardam o bonde, mas do lado oposto da calçada onde os demais o fazem.

Contrastando com a cidade europeizada projetada por Lemos, Belém também era uma cidade de ruas lamacentas e sem calçadas, cortada por igarapés e águas miasmáticas, e que via, dia após dia, crescerem contradições decorrentes do atrelamento de sua economia à exportação da borracha, não menos que do avanço e da lógica do capitalismo. De fato, os ofícios ligados à água, quer fossem aguadeiros, lavadeiras ou catraieiros, eram ocupados pelas camadas pobres da população, ou seja, essa camada de citadinos, mesmo excluída do luxo e conforto ligados aos usos d'água, tinha um papel importante nos circuitos d'água por conta

dos ofícios por si ocupados, bem como encontrava nas fontes d'água um lugar para sociabilidades[122].

Pare efeito dessa tese, não cabe aprofundar discussões sobre tais ofícios. Nesse sentido, abordarei, de forma sintética, apenas o universo dos aguadeiros e das lavadeiras. Sobre os catraieiros, pontuo por enquanto somente o fato de os mesmos serem geralmente estrangeiros (italianos ou portugueses) e que tinham como ofício o ato de remar. Assim, os mesmos estão na base do que se constituiu como a forma inicial de regatas em Belém, inclusive, promovendo umas das primeiras festividades dessa prática física na cidade, que, naquele tempo, tinha ares de festividade, como será discutido noutro capítulo.

Pensando sobre os aguadeiros, de início, cabe afirmar que, mesmo não usufruindo dos prazeres modernos forjados a partir de novas formas de usos d'água, tal ofício contribuiu

> [...] diretamente para o processo de domesticação da água, a qual uma vez retirada dos poços, rios e/ou igarapés, fluía pelas estradas, travessas, ruas e largos da cidade, para finalmente adentrar os cômodos das residências [assim] o trabalho desenvolvido por aqueles homens mostrava-se importante por necessário aos moradores de uma cidade, na qual inúmeras casas de morada e prédios em geral não dispunham de poço próprio [...] (ALMEIDA, 2010, p.169).

Tais profissões e gentes eram fundamentais ao funcionamento e ordem cotidiana da cidade, merecendo atenção particular por parte do poder público, legislativo e policial. Entendo que a noção educação do corpo entre os que lidavam com as águas por ofício, deu-se, sobretudo, por intermédios de códigos de posturas que regulavam não apenas seus ofícios, mas seus comportamentos.

[122] Pensando a cidade de São Paulo do entre séculos, Fábio Alexandre dos Santos diz: As águas e seus diferentes pontos de distribuição revelam facetas interessantes sobre o cotidiano da cidade e as relações de sociabilidade eu nela se estabeleciam. Antes do oferecimento doméstico da água, e com exceção daqueles que possuíam escravos e, posteriormente, empregdos que as buscavam nas fontes e chafarizes, o restante da população afluía aos pontos onde esse bem era oferecido. Assim, em torno dos chafarizes era regra se encontrarem escravos, viajantes, empregados, mulheres pobres, vendedores ambulantes; além da presença de animais levados para saciar a sede (SANTOS, 2011, p.42-43).

Em Belém os fazeres ligados aos usos d'água acompanham a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do XX, de forma tal que, o movimento oscilatório entre os usos domésticos d'água variava entre a água retirada de poços e fontes e aquela encontrada no interior das residências (ALMEIDA, 2010). Os aguadeiros, inclusive, entraram em greve por algumas vezes, afetando diretamente os usos d'água na cidade[123]. Vejamos uma fotografia do inicio do século XX:

Figura 93- Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro

Sobre as lavadeiras, essas eram "[...] mulheres menos afortunadas, consideradas pobres, cujos ganhos com as lavagens eram direcionados para o sustento próprio e, às vezes, ao da família também" (ALMEIDA, 2010, p.185). Geralmente negras e pobres, quer fossem libertas ou escravizadas, também

[123] Fizeram hontem gréve, pela segunda vez, os aguadeiros. Ás 5 horas da madrugada achavam-se todos reunidos no poço da estrada de Nazareth, e lá deliberaram não servir á freguezia, pela razão de ter sido vendida, em hasta publica, uma pipa pertencente a um aguadeiro, que se recusára ao pagamento da multa em que incorreu por ter faltado ao incêndio da travessa da Princeza (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12.12.1883, p.1).

encontravam na água seu ofício, muitas vezes junto aos rios e igarapés que banhavam e cortavam Belém.

Espalhadas por vários pontos de uma Belém do entre séculos, incluindo as praças públicas, por exemplo, as lavadeiras chamavam a atenção dos viajantes estrangeiros, pouco habituados àquela profusão de vozes, cantorias e sons que as lavadeiras faziam enquanto cumpriam suas funções. Dizia Herbert Huntington Smith, ao visitar Belém em 1879, que lamentavelmente os paraenses não davam atenção às suas praças públicas, deixando-as entregues às ervas-daninhas e que, nessas praças, junto aos poços, em uma bela manhã de sol, era comum ver grupos de ruidosas lavadeiras junto ao meio-fio, espalhando roupas sobre a grama para que as mesmas secassem[124]. Acompanhando a narrativa de Smith, uma ilustração (figura 89) que diz um pouco daquelas lavadeiras belenenses e de seu ofício, mesmo que a partir de uma perspectiva estrangeira:

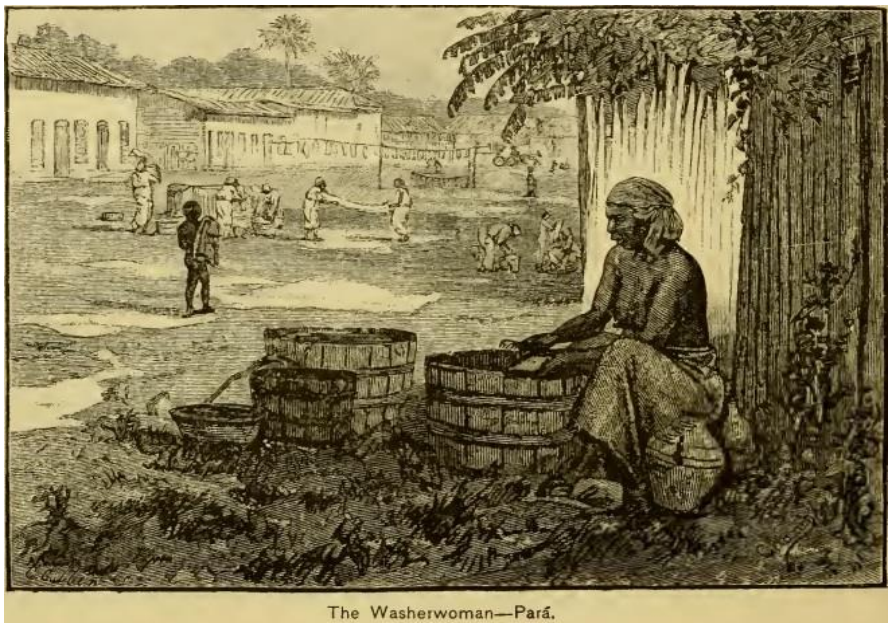


Figura 94- The Washerwoman. SMITH, 1879, p.56. Ilustrado por J. Wells Champney

[124] It is a pity that Paraenses have left their public squares the weed-grown wastes that they are. Only in some of them there are picturesques wells, and, of a sunny day, when our walks take us past these, we see groups of noisy washerwomen drawing water over the curb, and spreading their clothes on the grass to dry (SMITH, 1879, p.56. Tradução livre).

Ao fundo, a ilustração mostra um grupo de lavadeiras ao lado de um poço, lavando e estendendo roupas sobre a grama (figura 90). Em primeiro plano, uma negra, descalça e com os seios desnudos, lava roupa sobre uma tina. Ao seu lado, pode-se ver uma bilha, provavelmente, com água para ser consumida durante o longo dia de trabalho sob o sol (figura 91).

Suponho que a nudez da lavadeira seja mais a obra de um olhar estrangeiro, exagerando matizes e reforçando a imagem selvagem de uma cidade erguida em meio às águas e florestas, do que propriamente um hábito daquelas mulheres. Afinal, os códigos de posturas eram rígidos em relação à nudez e não faria sentido uma mulher se expor dessa forma, principalmente ao exercer o ofício que lhe era sustento.

Figura 95- Detalhe da ilustração: Grupo de lavadeiras estendendo roupas sobre a grama. Ao lado, um poço público.

Figura 96- Detalhe da ilustração: lavadeira negra, descalça e com os seios desnudos, lavando roupa sobre uma tina. Ao lado, uma bilha.

A lavagem de roupa à beira dos rios prosseguiu como prática comum nas Belém dos oitocentos. Uma cena típica desse tipo de lavagem pode ser observada em duas fotografias presentes no Álbum do Pará, do Governo de Augusto Montenegro. A primeira (figura 92), mostra duas lavadeiras, à margem do rio Apeú, próxima da ponte com o mesmo nome. O instantâneo captura o exato momento em que um trem passa sobre a ponte. Uma das lavadeiras está de cócoras, lavando roupa no rio enquanto a outra, em pé, parece esperar as roupas estendidas sobre o mato secarem. Note-se que a prática de colocar roupas para secar sobre a grama e o mato, que era combatida na Belém que se queria moderna, aparentemente, nos arrabaldes da cidade era permitida. Já a segunda foto (figura 93) mostra um grupo de lavadeiras lavando e secando roupas em uma praia aparentemente deserta. É possível observar alguns utensílios por elas utilizados, como bacias e tinas. O grande número de mulheres reunidas, jovens e adultas, faz supor que esse momento de trabalho também se configurava como de sociabilidades.

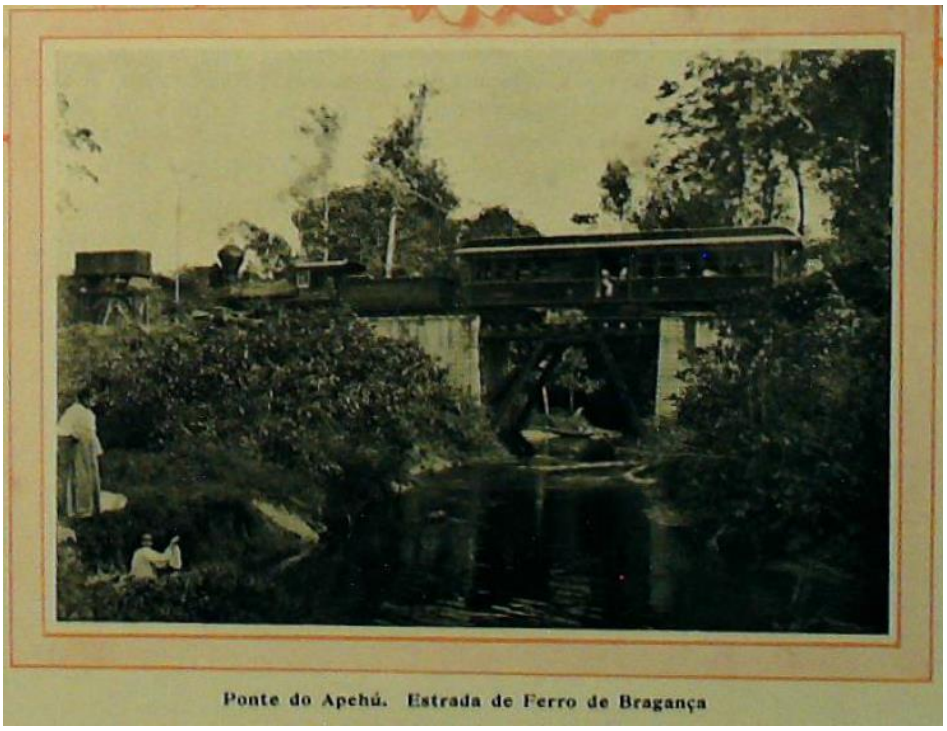


Figura 97- Lavadeiras às margens do rio Apehú, próximas à ponte com o mesmo nome. Fotografia Fidanza. Álbum do Pará, 1899. Governo Augusto Montenegro.

Figura 98- Lavadeiras na praia. Cidade de Macapá, então pertencente à Província do Grão-Pará. Governo Augusto Montenegro. Álbum do Pará, 1908.

Muito embora a presença de lavadeiras pela cidade parecesse algo comum, pois era ofício importante para a vida banal, eram diversas as reclamações sobre o comportamento das mesmas, em sua maioria de caráter moral, em nome da decência e dos bons costumes, ou ainda relacionando a lavagem de roupa em locais públicos como demonstração de atraso e maus costumes. Por isso, era anunciado que "[a]s lavadeiras desta capital foram intimadas a que não extendam mais roupa nas praças e ruas da cidade, sob pena de multa. Acertado" (A REPÚBLICA, 05.06.1891, p.2).

É importante destacar que essa notícia foi publicada apenas doze anos após Herbert Huntington Smith ter visitado Belém e observado as lavadeiras exercendo seu ofício pelas praças da cidade, ou seja, caso as observações de Smith sejam fidedignas ao que acontecia na cidade, houve uma visível mudança da tolerância em relação à presença das lavadeiras e da própria forma que essas utilizavam para secar as roupas.

Com a mudança das sensibilidades e a crença na modernidade, com seus usos e costumes, lavar e secar as roupas em locais públicos passou a ser um problema para a ordem estabelecida. Isso pode ser observado em uma reclamação sobre o fato de que algumas lavadeiras insistiam em secar as roupas em plena rua, a céu aberto. Ao serem advertidas sobre tais posturas, teriam reagido de forma descortês, levando um cronista, com certa dose de ironia, a afirmar "[...] que as infractoras das posturas municipaes, – as lavadeiras, tem estado arreliadas. Paciência, senhoras lavadeiras, a civilisação tem d'essas exigências" (O PARÁ, 16.12.1897, p.2). Uma semana depois, o mesmo jornal diz que "[a]pezar das providencias dadas, algumas lavadeiras da rua dos Tamoyos continuam a fazer do leito da rua coradouro (O PARÁ, 23.12.1897, p.2).

Por outro lado, havia reclamações sobre uma aparente desordem relativa aos locais escolhidos pelas lavadeiras para despejarem as águas já utilizadas, podendo, inclusive, as mesmas se valerem de um quintal residencial: "O morador da casa n.74 [...] queixou-se nos hontem que moradores da casa n.76, que vivem de lavar roupa, naturalmente por falta de escoadoiro, deitam as aguas das lavagens, aguas servidas, e até dejectos líquidos, no seu quintal. Accrescentou mais que não se póde dizer coisa alguma ás taes lavadeiras..." (O PARÁ, 26.01.1898, p.2). Esse tipo de ocorrência é melhor compreendido considerando-se que "[...] a lavagem de roupa podia ser uma atividade desenvolvida no interior do ambiente doméstico da própria lavadeira [ou seja] nos quintais, sob sol e chuva" (ALMEIDA, 2010, p.193).

Reforçando esse entendimento, remeto ao álbum "O Pará em 1900", uma edição comemorativa ao quarto centenário do descobrimento do Brasil",[125] que, ao tratar sobre o tema higiene, escrito pelo médico Américo de Campos, dizia que o "[...] serviço de lavagem de roupas é feito nos quintaes das casas onde moram as lavadeiras, e a agua tirada da bica ou de algum poço" (O PARÁ EM 1900, 1900, p.108).

[125] "Publicação commemorativa feita pelo governo do Estado. Imprensa de Alfredo Augusto Silva. O ábum, de capa dura, foi luxuosamente encadernado.

Figura 99- O Pará em 1900. Segunda capa. Note-se o luxo da edição.

Uma pintura pertencente ao acervo do Museu de Arte de Belém (figura 95), datada de 1903, possibilita mais informações sobre a lavagem de roupa nos quintais das casas das própias lavadeiras. A pintura retrata uma mulher, negra, secando roupa no quintal. É importante refletir que, o Álbum e a pintura em questão datam do início dos anos de 1900, indicando que nesse momento a lavagem e secagem de roupas em locais públicos, a partir da vigilância e rigor dos códigos de posturas, talvez tivessem diminuído. Ou seria o discurso do álbum e a imagem retratata pelo quadro, tentativas de impor comportamentos, ou ainda, forjar a imagem de uma Belém modernizada?

Figura 100- Couradouro de roupa. Carlos Custódio de Azevedo. 1903. Propriedade do Museu de Arte de Belém.

Independente do local escolhido para a lavagem de roupa, as denúncias e reclamações dos citadinos prosseguiam. Grosserias e ofensas desferidas por lavadeiras também eram relatadas, o que só aumenta a impressão de que, de fato, com a crescente urbanização da cidade e com as mudanças de sensibilidades, as lavadeiras, que antes transitavam em meio ao cotidiano citadino, passaram a ser um problema, inclusive, para a ordem pública então instalada. É certo que o código de posturas de 1848, ainda vigente em 1873, por exemplo, proibia "[...] córar, enchugar, ou estender roupa nas praças, largos, ruas e travessas em armadilhas,

e cordas, ou mesmo no chão. O infractor incorrerá na multa de 5$000 rs. Ou em 2 dias de prisão" (JORNAL DO PARÁ, 14.05.1873, p.6). Porém, a pretensa perturbação da ordem pública ia além, chegando ao ponto de ser publicada uma queixa afirmando que os belenenses obrigados a transitar

> [...] pela travessa Ruy Barboza, perímetro entre conselheiro Furtado e Mundurucús, são victmas de insultos grosseiros das lavadeiras d'aquellas circumvizinhaça, porque entendem que a rua é propriedade d'ellas. A dita travessa no perímetro citado torna-se muitas vezes intansitavel, visto a grande quantidade de roupa estendida pelo chão e até mesmo em cordas collocadas em diversas direcções. Ante-hontem uma senhora acompanhada por seu marido ambos fôram victmas de taes megeras. Pedimos providencias (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28.01.1898, p.1).

Teor idêntico é observado em relatório publicado em 1885, mas que foi apresentado à Câmara Municipal em 23 de janeiro de 1883 pelo vereador Phelippe Augusto de Carvalho, encarregado da secção de limpeza da cidade. O vereador, ao denunciar o estado de abandono vivido por Belém, com suas ruas e praças repletas de lixo e palco constante para urubus brigarem entre si, enquanto dilaceravam corpos de animais já em estado de putrefação, era contundente ao afirmar: uma das praças centrais de Belém, então denominada Saldanha Marinho, por ser "[...] baixa, húmida e pantanosa, torna-se mais insalubre ainda pela mistura das aguas estagnadas com a da lavagem de roupa que ahi se faz. O poço que alli é o ponto de reunião de lavadeiras semi-nuas, que como estribilhos de palavras e gestos obscenos, exercem a sua profissão (A CONSTITUIÇÃO, 21.09.1885, p.2). Em 1886, a fiscalização em torno do ofício de lavadeira se tornava mais rígida e, com isso, a coluna "Apprehensão e multas", do jornal A Constituição, trazia casos envolvendo lavadeiras. Em um deles, foram apreendidas 106 peças de roupa e aplicada a multa de 10$00, porque a mulher Lucilia Marria Francisca dos Santos, violando o artigo 75 do Código de Posturas Municipais, havia

> [...] estendido a mesma roupa como de costume na travessa dos Jurunas [e] pelo mesmo motivo foi multada [...] Carlota

> Maria da Conceição, sendo-lhe entregue a roupa apprehendida [90 peças] por ter pago a respectiva multa [sendo apreendidas também] no largo de S. José 132 peças de roupa e 2 balaios por infracção do mesmo art. da lei pertencente as lavadeiras, Maria das Dores Belmira Pantoja 90 peças e de Leeopoldina Generoza, 42 idem (A CONSTITUIÇÃO, 13.05.1886, p.2).

Uma afronta ao progresso. Assim era denunciado o hábito de as lavadeiras utilizarem as praças públicas e ruas da capital para exercerem seu ofício. Hábito que enfeiava a cidade. Mas, além disso, eram as lavadeiras, com seus vozerios, aquelas que falavam mal ou maldiziam suas patroas, afrontando assim os bons costumes de então. Estética e moralidade, lado a lado, compondo um quadro desfavorável e proibitivo em relação ao cotidiano das pobres mulheres lavadeiras:

> É curioso o aspecto que apresentão algumas praças e ruas da capital, transformadas diariamente em lavanderias publicas [...]. Como aquillo é magnifico, confortante, digno de nossa civilisação, de nossa capital, e, sobretudo, da câmara que nos proporciona semelhante espataculo! [...]
> Aqui, roupas de um branco de neve se balançam, suspensas em cordas passadas de um a outro cercado [...]. Alli, um grupo de lavadeiras, saia a tira-collo, acocoradas junto às tinas, se granizam, se apostrofam, se redizem em voz alta um mexerico de creada posto á conta da patrôa [...].
> Isto é edificanate, não ha duvida, e merece a pena ser conservado, para padrão de gloria da câmara actual (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 29.04.1885, p.2).

Ao final dos anos de 1800, a ausência de água encanada nas casas belenenses e mesmo de poços particulares, lavar roupas dependia sobremaneira do deslocamento das lavadeiras "[...] até os lugares de lavagem, o que poderia demanda o dia inteiro, pois era preciso também, esperar a roupa secar, retirá-las das cordas, arrumá-las e transportá-las cuidadosamente pelas ruas, até o local onde seriam passadas e engomadas" (ALMEIDA, 2010, p.188). Porém, iniciativas do poder público em oferecer melhores condições de trabalho às lavadeiras nem sempre eram aceitas pelos vogaes de então. É o caso de uma proposição, logo

indeferida, e que defendia que fossem construídos “telheiros com tanques” para uso das lavadeiras que exerciam seu ofício na Rua da Piedade[126], que, como via pública, não poderia abrigar esse tipo de construção, conforme estabelecia o código de posturas da época. Dizia-se que obra de tal porte, executada com dinheiro público, seria, na verdade, “[...] toda de interesse particular, sem proveito ou utilidade publica, pois as lavadeiras trabalham no interessse próprio. A câmara tenciona formular uma nova postura prohibindo a lavagem de roupa nos lugares públicos dentro da cidade (JORNAL DO PARÁ, 02.02.1878, p.2).

As lavadeiras negras e pobres, bem como os aguadeiros, davam corpo ao paradoxo de uma cidade enriquecida e ao mesmo tempo miserável, cujo tecido urbano, ao mesmo tempo que excluía de si a população pobre, encontrava nessa mesma gente o exercício de funções importantes para o bom funcionamento da cidade. População essa que se via obrigada a conviver com graves problemas sociais, fundamentalmente, os de urbanização, habitação e salubridade. Todavia, para além dos processos excludentes, as gentes empobrecidas resistiam aos avanços impositivos que interferiam de forma direta em seu cotidiano. Com efeito, os novos hábitos “europeizados” encontraram oposição por parte da população pobre, que seguia agarrada às suas tradições e a seus modos de ser. Havia, portanto, várias cidades dentro de uma mesma, e a capital do Grão-Pará mergulhava em contrastes.

Voltando a Antonio José de Lemos e sua Belém de riquezas, vê-se o intendente defender que a “cultura do povo” era fundamental para garantir o embelezamento e saneamento da cidade. Por outro lado, argumentava que as prescrições de higiene deviam ser respeitadas em nome do bem coletivo até mesmo quando fossem incômodas para o bem individual. Julgava então ser necessário que os citadinos observassem e cumprissem as leis e regulamentos “[...] afim de serem

[126] Hoje, travessa da Piedade. Homenageia os religiosos Capuchos de Nossa Senhora da Piedade, que a partir de 1693 “[...] fundaram e missionaram várias aldeias de índios, que se transformaram, com o decorrer do tempo, em muitos dos atuais municípios paraenses” (CRUZ, 1992, p.70).

mantidos em perfeito asseio os logradoiros públicos e observadas á risca as regras de hygiene privada e publica" (LEMOS, 1904, p.97).

Era decorrido o oitavo ano de sua administração e Lemos propagandeava que os benefícios trazidos pela higiene pública e privada, aliados aos melhoramentos introduzidos por sua gestão, fizeram Belém ficar "[...] bem longe do tempo em que essa formosa capital merecia o epitheto de Cidade da Morte, pela sua falta de hygiene e pelos propicios elementos de germinação n'ella encontrados para todos os germens mórbidos espalhados no ar ambiente" (LEMOS, 1905, p.46).

Relatava ainda aos seus vogaes que ascendera em 172 o número de pessoas vitimadas pela febre amarela em 1905. As vítimas eram, em sua grande maioria, estrangeiros, e a causa principal, dizia, eram as perturbações gástricas decorrentes da atração que a culinária paraense exercia sobre os forâneos, levando-os à gulodice, bem como o forte calor da cidade, que levava os mesmos a consumiram grandes quantidades de líquidos "fortemente gelados". Além disso, argumentava o intendente que o estrangeiro, sensível ao calor, não se comportaria com a cautela necessária às exigências do clima belenense, expondo-se desnecessariamente a fortes e frequentes correntes de ar, bem como permanecendo horas a fio durante a noite

> [...] *nos terraços dos botequins e cafés*, ou atravessando as praças batidas de sol em plena hora meridiana, – quando não imerge *em tinas de agua fria*, em frequentes abluções diurnas, sem ter o corpo completamente repoisado. Isto quanto aos que peccam por demasiado facilitar.
> Mas existe o extremo oposto, e a elle pertencem os adventícios que tudo temem e, sob o pretexto de regimen preventivo, se abstém de praticar qualquer acto de hygiene. *Receiosos da agua fria, jamais se banham* [...]. Fácil é comprehender os resultados d'esta maneira de agir [...]. Todo o organismo se depaupera – *e a febre amarela só espreita* um pretexto para assenhorear-se do individuo assim fatigado.
> O justo meio, é pois, n'estes assumptos de hygiene, como em tantos outros, o melhor caminho para quem busca a saúde (LEMOS, 1905, p.62. Grifos meus).

A retórica de Lemos informa que era agitada a noite vivida em meio a botequins e cafés existentes em Belém, inclusive com a presença constante de estrangeiros. Nada a estranhar se tratando daquela Belém dita cosmopolita. Muitos por ali passavam, muitos por ali ficavam, muitos por ali sonhavam e consumiam. Cultura e economia, lado a lado, crescendo em uma velocidade estonteante. Mas o relatório também indica que os banhos em 1905 ainda eram tomados em tinas e, com certa frequência, sem abluções do corpo inteiro. Banhos de água fria, a julgar pela narrativa.

As edificações urbanas receberam especial atenção durante os 12 aanos de governo do "Velho Intendente" e deveriam adotar os modernos preceitos da ciência, do bom-gosto e da comodidade individual, sendo os elegantes prédios construídos pelos capitalistas instalados em Belém o exemplo a ser seguido por outros construtores, outrora "aferrados á rotina". Além disso, a execução do conjunto de Leis Municipais voltadas às edificações públicas, segundo Lemos, faria com que Belém se libertasse dos anacrônicos moldes das edificações de outrora, de todo "[...] divorciados [...] das conquistas do progresso [pois apresentavam] defeituosas normas que constituiam a feia característica dos predios primitivos, delineados e executados com deplorável mau gosto" (LEMOS, 1905, p.174). Minuciosas leis municipais foram criadas objetivando garantir a beleza e o asseio das novas edifições, a partir de uma referência europeizada, claro. Isso pode ser visto Desse modo, é criada a Inspetoria da Edificação, que em 1905, por intermédio da Lei Municipal número 379, tem entre as suas atribuições: "[...] Concorrer escrupulosamente para o aformoseamento da cidade de Belém e seus suburbios, dando um cunho esthetico e hygienico a todas as construcções e reconstrucções, de qualquer natureza, que se fizerem após sua creação, tendo em vista as disposições legaes vigentes" (LEMOS, 1905, Anexo, p.XXI).

Figura 101- Jardim de Sant'Anna. Álbum de Belém, 1902.

Como parte integrante daquela Belém futurosa, havia a preocupação com o descaso da população com o litoral da cidade. Trapiches tomavam conta daquele espaço, não permitindo usos que não fossem os insolentes banhos de rio. Por isso, projetando novas e recreativas formas de uso para o litoral de Belém e para os balneários, o relatório de 1987 a 1902 afirma que as vias de acesso ao litoral belenense precisavam ser remodeladas, dando não apenas visibilidade àquela regão da cidade, mas, sobretudo, permitindo que a partir dali a população pudesse migrar aos balneários. Lemos afirma que a avenida Municipalidade, próxima ao litoral, próxima ao fim de 1897 nada mais era que uma rua de aspecto repugnante, com

> [...] hygiene tão pavorosa, que raro era o transeunte a atrever-se a percorrel-a.
> [...] sabendo que essa rua, pela sua disposição e alinhamento, podia vir a ser uma das mais bellas de Belém, tratei immediatamente de saneal-a, procedendo a estudos, que deram resultados mui satisfactorios. [...]

> Proxima do littoral, esta avenida junta às suas vantagens de utilidade as de recreio, pois pode ter fáceis communicações com o rio, para o acesso ás embarcações, quando, no futuro, o desenvolvimento material da região amazônica trouxer para os vindoiros, com o desafogo pecuniário, elegantes habitos de distracção nos bellos logradoiros públicos por nós realizados ou apenas esboçados intelligentemente (LEMOS, 1897-1902, p.172-173).

Esse entendimento deixa claro que Lemos via no litoral belenense um espaço para recreio e desenvolvimento econômico, de forma indissociada. Além disso, percebia o intendente que as mudanças atribuídas ao senido da orla dependiam sobremaneira das condições econômicas da cidade, associando as possiblidades, ou procura por recreios, à força do poder aquisitivo de cada citadino. O intendente, que um dia fora marinheiro, olhava às águas guajarinas idealizando-as devidamente urbanizadas e sem perder o bucolismo. Dessa maneira, a Baía do Guajará que trouxera Lemos para uma Belém do lixo e das águas podres, seria por ele redesenhada para emoldurar aquela Belém moderna e europeizada que o seu governo acreditava edificar, bem como seria local de recreio e de acesso aos balneários.

“Entre as praias, amigas do homem, que o recebem com esse affago simples, proprio da Natureza [...]”: Balneários e divertimentos modernos para além das margens.

Enquanto cidade, a Belém do entre séculos reflete-se em suas águas e vê nessas, ou a partir d’essas, um ideal de civilidade que a impulsiona a novas margens. Essa incursão exige e volta-se ao esquadrinhamento das águas objetivando domá-las, como pode ser observado no decreto de 02 de abril de 1900, sancionado pelo governador Paes de Carvalho:

> Art. 1º - Ficam considerados de utilidade publica as nascentes d’agua que dentro de uma zona de 20 quilômetros, a partir da sede da capital do Estado, se tornarem necessárias ao abastecimento desta cidade, bem assim os terrenos circunvizinhos indispensaveis a conservação das mesmas nascentes (apud CRUZ, 1944, p.67).

Esquadrinhar e domar das águas exigia a invenção de um novo sentido às mesmas, pois já não bastava ser útil ou revigorante. Eis que a função de recreio se apresenta. Recreio, pontue-se, devidamente planejado a partir do ideário médico-higienista e de acordo com os códigos de posturas de então. A nova função exigia novos espaços: inventa-se então um sentido positivo para os balneários e suas praias. Os novos espaços exigiam novas práticas: criam-se então os passeios, banhos e piqueniques. Emoldurando os balneários e seus recreios, a sensação de frescor trazida pela água:

> Esse frescor que sentimos ao lavar as mãos no regato estende-se, expande-se, apodera-se da natureza inteira [...].
> O *frescor* é portanto um adjetivo da água. A água é, sob certos aspectos, o frescor substantivado (BACHELARD, 2002, p.34).

Nesse momento, é fundamental pensar com Alain Corbin no que se refere à invenção de um sentido moderno às praias, surgido na Europa a partir de meados

do século XVIII. Corbin diz que tal processo se deu a partir do pensamento de uma elite europeia, por um lado, preocupada com a fragilidade física que a caracterizava (inclusive quando se comparava ao vigor físico das classes trabalhadoras), e por outro, temerosa no que diz respeito às neuroses e langores que se faziam presentes no homem urbano de então. Acreditava-se naquele momento que a crescente urbanização das grandes cidades levava os citadinos a se afastarem da vida junto à natureza, ameaçando-os sobremaneira com uma espécie

> [...] de morte social, por não saber participar dos ritmos da natureza. [Assim, a partir desse momento histórico, passa a esperar-se] do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e da alma, que estanque a perda da *energia vital* de uma classe social eu se sente particularmente ameaçada em suas crianças, suas raparigas, suas mulheres, seus pensadores. Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto [...] (CORBIN, 1989, p.74).

Essa lógica, penso, esteve presente nos discursos médicos e da vida banal em uma Belém que se modernizava. Poder-se-ia questionar: Corbin não faz referência às praias de mar? E essas, não eram poucas na Província do Grão-Pará? São duas as pontuações: 1) As praias paraenses da região do salgado, como veremos adiante, eram balneários frequentemente procurados pelas elites, além de serem por elas valorizados; 2) Até o primeiro quartel do século XX a orla de Belém e mesmo os diversos rios que banhavam o Grão-Pará eram chamados de mar, bem como às suas águas eram tidas como salgadas. Creio que esse tipo de entendimento e percepção não se deu de forma ocasional, reforçado a hipótese de que o pensado por Corbin em relação às praias de mar, pode ser deslocado também às praias de rio, no caso de Belém, para efeito dessa pesquisa.

Mais chamados à época de arrabaldes, os balneários, em sua grande maioria, integravam o município de Belém e davam um caráter pitoresco, bucólico e restaurador de energias à cidade – ou a extensão dela. É nesse sentido que

Theodoro Braga[127], em 1916, sob encomenda de Enéas Martins, então Governador do Estado, publica o "Guia do Estado do Pará", pela Typographia do Instituto Lauro Sodré, em comemoração ao tricentenário de Belém. Antes de ler Braga, é importante destacar que o autor ao utilizar o termo mar em sua narrativa, o faz de maneira genérica, já que os balneários de Pinheiro, Mosqueiro e Soure são formados por praias de rio, portanto, de água doce. Diz Theodoro Braga:

> Para a vida exhaustiva de quem trabalha em qualquer ramo da atividade humana, Belem possue alguns recantos pitorescos e tranquilos, nos quaes se póde, com, prazer, repousar e recuperar forças perdidas, bebendo o ar puro das florestas ou o ar salgado do mar. [...]. Mais longe de Belem poderemos escolher: ou um séjour em pontos da Estrada de Ferro de Bragança, com bons banhos de limpida agua corrente [...]. Ou então, diante do mar, vida tranquilla e saudável, praias vastas e alegres [...]. Entre estes contam-se: Pinheiro [...] bela localidade, situada na ponta formada pela bahia do Guajará e pela margem esquerda do furo Maguary. [...]
> Mosqueiro é uma pequena villa situada á margem oriental da bahia do Guajará [...] Chapéo Virado é uma praia encantadora [...] de um bello e pitoresco único [...] ora encapellada e revolta, ora serena e tranquila [...].
> Mais longe um pouco da capital, há a cidade de Soure [...] situada á marg. Esq. do rio Paracauari [...]. Alta e ventilada, a cidade de Soure é um verdadeiro **sanatório para uma cura de ar puro e de sol** (BRAGA, 1919, p.87-91. Grifos meus).

Locais visitados pela elite belenense ávida por aquela natureza inventada pelo ideário da nova urbanidade, os balneários tinham nos banhos garantia de regozijo e saúde, quer fossem de água salgada, como em Salinas[128] e Bragança[129], ou de água doce, como em Pinheiro[130], Mosqueiro[131] ou em Joanes, na Ilha de

[127] Nascido em Belém no ano de 1872. Historiador, educador, pintor, geógrafo e advogado. Dedicou-se a estudos ligados a temas de história e cultura regionais, com especial atenção à cultura marajoara. Em São Paulo, destacou-se como diretor da Escola de Belas Artes. Faleceu nessa cidade, em 1953.
[128] Município paraense que pertence à microrregião do salgado (nordeste paraense).
[129] Município paraense pertencente à microrregião bragantina (nordeste paraense).
[130] Atual Vila de Icoaraci, distrito pertencente a Belém.
[131] Ilha fluvial, pertencente ao distrito administrativo de Belém.

Marajó. Salinas, por exemplo, seria "[...] refrigerio d'aquelles que, abrazados pelo calor de Belem, a procurarem para tomar banhos e gosar do seu clima salubre e agradável" (A REPÚBLICA, 29.03.1890, p.1). Por seu lado, Joanes era retratada como um lugar propício para "[...] gozar dos excellentes ares, banhos e mais o que de bom ali se encontra para restabelecer e vigorar a saúde, assim como para distracção do povo d'esta capital" (A REPÚBLICA, 01.07.1890, p.2).

Sobre o Pinheiro, o balneário mais próximo de Belém, a coluna "Observando", do jornal Correio Paraense dizia não ser possível "[...] haver progresso sem regeneração; assim não póde progredir a instrucção, sem que não se manifeste a regeneração dos costumes" (CORREIO PARAENSE, 10.09.1892, p.2). Tornando o progresso realidade cada vez mais evidente, pelo menos aos olhos do Correio Paraense, o anúncio de que em breve seria construída uma estrada de ferro para o Pinheiro leva o cronista a celebrar que assim, poder-se-ia ir chegar o referido balneário em um tempo inferior a meia hora de viagem e, com isso, poder-se-ia

> [...] até mesmo dispensar-se de ter casa ali; levantamo-nos pela manhã, tomamos o trem, a locomotiva depois de dar o seu sylvo infalivel, partirá com a **velocidade do raio** e meia hora depois podemos estar metidos n'agua, a tomar aquelles succulentos banhos.
> Uma vez satisfeito este desejo, volta-se fresquinho e vem-se cuidar **dos negócios e da vida** (CORREIO PARAENSE, 10.09.1892, p.2. Grifos meus).

Falando aparentemente para uma elite possuidora de uma casa no balneário, a crônica exalta a modernidade expressa no trem a vapor, veloz como um raio, abreviando de tal forma o tempo do percurso que permitiria ir e voltar à praia outrora distante em uma mesma manhã. Com a comodidade do deslocamento, os banhos "succulentos" poderiam ser habituais e, mais que isto, serem funcionais enquanto regeneradores das forças perdidas em meio à vida urbana.

Os balneários dividiam a preferência da população belenense, cada qual exaltando suas virtudes ao comparar-se com os demais. Uma crônica escrita para

enaltecer Mosqueiro, ao afirmar que a maioria da população desconhecia os benefícios e belezas daquele formoso e paradisíaco lugar, acaba pontuando que "ar livre e fresco [...] banhos e frescura", era o que levava a população a procurar os balneários (O LIBERAL DO PARÁ, 30.12.1888, p.3.). Para o cronista, Mosqueiro era o símbolo do bucolismo, oferecendo lindos

> [...] passeios nas praias povoadas de brancas garças, que pousam descuidadas nas ramas do ajuruseiros [oferendo, além de excelentes banhos], distrações que muito entretém aos que **saem da cidade a cata de saúde e de ar puro**, de ar de campo, na expressão usada, embalsamado pelo aroma das flores silvestres (O LIBERAL DO PARÁ, 30.12.1888, p.3. Grifos meus).

Envolvido pela narrativa, o cronista afirma que Mosqueiro, separado de Belém por duas horas de viagem em um barco a vapor, possuía elementos suficientes para

> [...] vir a ser o verdadeiro retiro da capital, uma cidade de *banhistas*, um refugio aos que desejam gosar um dia fresco, um recurso aos enfermos que precisem sair da cidade, mudar de clima, usar de banhos salgados[132], **encher os pulmões de ar puro** (O LIBERAL DO PARÁ, 30.12.1888, p.3. Grifo meu).

O forte calor belenense[133] também aparecia como uma das justificativas para a procura dos balneários. Assim, ao criticar o fato de não haver irrigação em Belém durante o verão, função que seria responsabilidade da Companhia das Águas, empresa então responsável pela gestão do precioso líquido aos belenenses, uma crônica diz que o calor insuportável obrigaria a "[...] população a procurar lugares

[132] Banhada pela Baía do Guajará, Mosqueiro é uma ilha ainda hoje pertencente ao município de Belém. Apesar de suas praias serem de água doce, em certas épocas do ano os rios são visitados pelo mar, deixando as águas ligeiramente salgadas. A crônica em questão, inclusive, diz que por ser a ilha "[...] bastante avançada para o mar, [de] Junho a Dezembro [é] visitada pelas aguas salgadas, que dam banhos excelentes (O Liberal do Pará)

[133] Eis-nos em pleno domínio do calor; por toda a parte o sól dilata-se pesadamente forte, violentamente claro na sua potente e indestructivel força de encandescida braza aniquiladora; nas ruas calçadas, o transito manifesta-se difficil apóz as onze horas do dia, devido ao vapor asphyxianté que do granito espalha-se pelo ar (DIÁRIO DE BELÉM, 08.08.1888, p.3).

mais saudaveis. O grande numero de pessoas que, nos domingos e dias santificados, embarcam para a pitoresca villa de Soure, ou ainda para outros lugares do interior [...]" (DIÁRIO DE BELÉM, 20.09.1888, p.2).

Pontue-se também que aos momentos vividos nos balneários é atribuída a qualidade do desprendimento, do desgarrar-se quase recreativo da vida urbana e das responsabilidades e atividades dessa. Muito embora ir aos balneários para desfrutar dos banhos proporcionasse desapego e relaxamento, aparentemente os belenenses que buscavam tais lugares não abdicavam do conforto urbano. Por isso, era importante destacar que Mosqueiro reunia todas as condições para receber

> [...] a população da capital em massa, não só porque possue excellentes hoteis, como tambem porque tem grandes praias e estradas magnificas, onde os visitantes poderão encontrar apraziveis divertimentos e bons banhos. Ao Mosqueiro, rapaziada da ponta (A REPÚBLICA, 24.09.1898).

Como pode ser observado, a lógica urbana e o sentido do progresso se deslocavam para os balneários, integrando-se às características da vida ao ar livre. Desse modo, a oferta de hotéis e a garantia de boas estradas (certamente bem diferentes daquelas antigas e enlameadas) era destacada tanto quanto as formosuras das praias, os bons banhos e as diversões. Note-se também que a crônica, ao falar sobre os frequentadores de Mosqueiro, o faz usando o termo "população", fica evidente que seu público alvo era outro, refinado e elitizado, com ares juvenis, simbolizando os novos tempos que ali eram forjados: a "rapaziada da ponta". .

Mesmo bucólicos, os balneários não estavam livres da vigilância moral: O "Correio Paraense" em matéria intitulada "Banhos no Mosqueiro", assim dizia: "É hoje preferida essa povoação para se passar a estação calmosa, não só pela pureza do ar, constantemente renovado, por uma viração constante, como pelos deliciosos banhos que ali se offerece" (CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p.2). O que parecia mais uma matéria destacando as virtudes da vida ao ar livre, em um

balneário que tinha suas praias “concorrida(s) por banhistas”, logo muda de perfil e atem-se a questões de bons costumes:

> Cumpre que medidas administrativas sejam tomadas, no sentido de não se reproduzirem scenas desagradaveis e attentatorias dos bons costumes e da moral.
> Consta-nos que existe uma prohibição para pessoa alguma despida tomar banho na ponte (CORREIO PARAENSE, 05.10,1892, p.2).

Após concordar com a proibição, a crônica defendia a ampliação dessa às praias, já que ali

> [h]omens e senhoras tomam banho [...], estas em geral tomam vestidas, mas não succede o mesmo com os homens.
> Se ellas procuram evitar que sejam vistas despidas, não podem deixar de serem surprehendidas com a vista de pessôas, que muitas vezes, propositalmente, procuram expôr-se ás suas vistas em completo estado de nudez (CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p.2).

Interessante notar que, pelo menos de acordo com a matéria, apenas os homens banhavam-se nus, cabendo às mulheres banharem-se vestidas, guardando o recato e demonstrando indignação diante dos banhistas desnudos, delimitando, assim penso, a relação entre nudez e vestimentas enquanto zona de tensão característica dos processos civilizadores (SOARES, 2011). Considerando que o pudor em relação à nudez é uma construção histórica, é pertinente afirmar que cada época e lugar forja os limites de tolerância aos banhos públicos e a consequente exposição corporal daí advinda (BOLOGNE, 1990; VIGARELLO, 1996). Esse mecanismo, não custa reforçar, é disciplinar e pedagógico.

As delimitações entre o permitido e o proibido se mostravam cada vez mais rígidas, incluindo até a nudez pueril, a ponto de a crônica, mais adiante, enfatizar que a única solução possível ao problema seria a “[...] expressa prohibição de se tomar banho despido, exceção feita para as creanças de oito annos abaixo” (CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p.2). Desse modo, agudizando as tênues e

rígidas zonas limítrofes entre o proibido e o permitido, o jornal sentenciava: “Pedimos providencias e que estas sejam energicas e executadas” (CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p.2). A moral vigilante e punitiva estava atenta à nudez dos corpos daqueles que buscavam a vida ao ar livre junto às praias dos balneários. Assim, relatava uma crônica que em as praias de Mosqueiro estavam

> [...] inaccessiveis ás familias que ali se acham passando a estação calmosa, devido á falta de decoro com que muitos indivíduos se exhibem n’ellas em completo estado de nudez, facto que á policia do local cumpre reprimir, a bem da moral. Os delinquentes de tal delicto passível de punição tem fácil meio de se furtarem á acção policial, tomando banho de fatos apropriados, que se vendem a modico preço na *Camisaria Paraense* (FOLHA DO NORTE, 06.08.1896, p.2. Grifo do jornal).

Merece destaque o fato de a crônica indicar aos “delinquentes” a compra de “fatos apropriados, vendidos em uma camisaria, dando o indicativo de que, já naquele momento, haveria uma roupa específica para os banhos de rio. Com efeito, aos olhos dos bons costumes nada parecia escapar, Sequer o cônego Macêdo Costa[134], então redator do jornal “A Semana Religiosa”, a quem uma crônica, assinada por “A moralidade”, acusava jocosamente de ter requerido um terreno em Mosqueiro para ali erguer um sobrado, que ficaria localizado no único local ao qual as famílias se dirigiam para tomar banho de praia, afirmava a crônica que a motivação do padre seria unicamente a de “[...] deitado n’uma clássica maqueira, lendo *A Carne*, de Julio Ribeiro, ou *As volúpias*, de Rabelais, de que é grande apreciador, ver as meninas que tomam banho nas práias do Mosqueiro (A VOZ DO CAIXEIRO, 06.04.1890, p.4. Grifos do jornal).

Mesmo com toda a vigilância moral (ou seria por causa dela?), os balneários seguiam proporcionando momentos de recreio e relaxamento aos que possuíam

[134] Dom Macêdo Costa, 10º arcebispo de Belém, nomeado para tal em 1861. Durante seu governo ocorreu o que ficou conhecido como “Questão Religiosa”, envolvendo católicos e maçons. Em junho de 1890, pouco depois da publicação da crônica em questão, Macêdo Costa foi transferido para a Arquidiocese de São Salvador/BA, vindo a falecer em 1891.

condições financeiras de frequentarem-nos. Famílias inteiras se deslocavam em busca de ares renovados e límpidos, de frescor e tranquilidade, enfim, de sensações que só a vida ao ar livre poderia lhes proporcionar, gentes urbanas que eram.

Ao longo do fio do tempo, a procura por balneários foi se intensificando, o que não significa que tenha se tornado acessível à população pobre. Os anos de 1910 e 1920 marcam sobremaneira essa procura e encantamento, dando ênfase ao contraste entre o peso da vida urbana e a leveza dos tempos vividos nas praias, compondo assim a imagem da vida junto à natureza como complemento à vida urbana. Isso pode ser visto em uma crônica assinada por Sergio Duval, ao referir-se à praia do Chapéu Virado diz que caso o belenense que trabalha diariamente compreendesse a:

> **[...] necessidade incontestavel**, que todos temos, de um descanso de um mez ou uns 15 dias, pelo menos, durante o anno, a formosa praia de Chapéo Virado seria, certamente, um dos pontos escolhidos para esse repouso. [...] Como praia de banhos, é um encanto gosal-a [...] é uma delicia sentir-se-lhe a amenidade do clima através do ar puro que ali se respira, sempre renovado pelas constantes viraçõe marinhas [...].
> Em Chapéo Virado, há, felizmente, a **commodidade da hospedagem**, que falta presentemente na villa do Mosqueiro [...]. Aos domingos, os excursionistas vão já certos de encontrar, além do banho incomparável, um excellente almoço, assim como quartos para repousar ou para hospedar-se, durante o tempo que o entenderem (ESTADO DO PARÁ, 09.05.1913, p1. Grifos meus).

Embora oferecendo descanso à labuta diária, bem como se constituindo em um espaço necessário para recompor as energias perdidas com os ritmos e exigências urbanos, dos balneários também era exigido conforto próximo daquele encontrado na capital, é importante mais uma vez destacar. Penso que tal exigência reforça o entendimento de à época os balneários serem concebidos como extensão da cidade e do modo de ser citadino, portanto, fundamentais à sustentação de um novo modelo de vida urbana, que retoma e ruma em direção ao ideal de uma natureza benéfica (DALBEN; SOARES, 2011). Nesse sentido, saudoso de sua

infância vivida no Ceará, Rocha Moreira, então redator chefe da revista “A Semana”, assina uma crônica para essa mesma revista, fazendo referência a um passeio pela praia do “Areião”, em Mosqueiro:

> Entre as praias, amigas do homem, que o recebem com esse affago simples, proprio da Natureza, na epoca mortificante da soalheira, destacam-se as do Mosqueiro, esse doce Refugium Peccatarum, onde os seres se despem da vida artificiosa da cidade.
> Ainda ha dias, era a hora do amanhecer, quando as ultimas estrellas empallidecem, o céo se veste de nuanças lindas e os passaros papeiam na fronde das arvores, que se debruçam sobre o alvor das praias [...] busquei a praia do Areião [...] Nesse doce peregrinar pela visinhança das ondas, contemplando as creanças que se aproximavam e fugiam das maretas tumultuosas, eu lembrei-me do Mucuripe longínquo, a linda praia cearense [...] (A SEMANA, 24.11.1923, s/p).

Ao afirmar que em contato com as praias os citadinos ficariam despidos da “vida artificiosa da cidade”, o cronista reforça a imagem de que os balneários, do “alvor das praias” ao céu vestido de lindas nuances, proporcionavam momentos de regozijo, descanso e tranquilidade, impossíveis de serem vividos no seio da urbanidade. Além disso, a crônica narra crianças brincando na praia em um vai-e-vem recreativo junto às ondas, permitindo supor o pertencimento dos banhos de praia ao cotidiano dos tempos de descanso.

Compondo o quadro da vida em meio aos balneários, a realização de animados piqueniques crescia enquanto momento de sociabilidade, sendo constantemente divulgados pelos jornais. Vapores rumavam ao Pinheiro, Soure e Mosqueiro pinahdos de gentes, que, mesmo vestindo roupas do seu dia a dia citadino, eram envolvidas pelo clima bucólico proporcionado por tais lugares. Ali, comiam, bebiam, descansavam, traçavam acordos políticos. E se divertiam:

> É notório o enthusiasmo de que se vem cercando a iniciativa da Real Tuna Luso Caixeiral de realizar no dia 25 do corrente um passeio fluvial, com o concurso de **distinctas famílias** do nosso meio social [...] A partida de Belém será á 1 hora da

> tarde pelo trapiche auxiliar (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22.09.1910, p.3. Grifo meu).

A coluna “Ao ar livre”, do “A Província do Pará” anunciava uma

> [...] **festa ao ar livre**, sobremodo attrahente [...] no dia 11 do fluente [para] os empregados da casa Bom-Marché. É um grupo de mais de vnte rapazes alegres, divertidos, que vão ao Chapéu-Virado pausar o domingo no mais intimo convívio, dando por alguns momentos ao diabo o metro e o balado (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 06.08.1910, p.2. Grifo meu).

Ao longo da década de 1920 os piqueniques tornaram-se habituais para as elites, muito embora o contato com a natureza não se desse de forma direta, ou melhor, durante os piqueniques, elementos da vida citadina eram deslocados para a vida ao ar livre, grosso modo, descaracterizando-a, ou dando a essa uma feição urbana. Isso pode ser observado por intermédio de fotos de piqueniques realizados nos anos de 1920. Vejamos um deles, retratado pelas figuras 102 e 103:

Figura 102 - A Semana, 26.06.1920. Piquenique promovido pelo Pará Club

Figura 103- A Semana, 26.06.1920. Piquenique promovido pelo Pará Club.

Como pode ser observado, as figuras 102 e 103 dizem respeito ao mesmo piquenique, promovido pelo “Pará Club”. Naqueles instantâneos, vê-se o vestuário masculino com a predominância de ternos, chapéus de côco e gravatas. Por sua vez, as mulheres trajam elegantes vestidos e chapéus, e as crianças, trajes “de passeio”, dificilmente utilizados senão em eventos sociais. Vejamos um detalhe da foto, na figura 98.

Figura 104- Aparentemente, pai, mãe e flilho caminhando para o piquenique.

O detalhe na figura 104 evidencia a elegância formal dos trajes dos adultos, assim como deixa claro que a criança traja uma “roupa de marinheiro”. Desse modo, não parece equivocado afirmar que as roupas em questão pertenciam à vida urbana, provavelmente utilizadas apenas em momentos de sociabilidade. Destarte, fica evidente que o piquenique era um relevante momento de sociabilidade, que integrava diferentes gerações de diversas famílias. Tempo de celebração, bem como instante para ver e ser visto. Por isso a melhor roupa. Por isso o refinamento gestual. Por isso, os bons modos à mesa. Era a vida urbana naquilo que possuía de banal sendo deslocada aos momentos de sociabilidades vividos ao ar livre.

Porque processual, a educação do corpo relativa aos momentos de vida ao ar livre, naquele tempo histórico, ainda não rompia com a lógica de uma vida pensada, estruturada e voltada à cidade e seus ritmos urbanos. Noutros termos, trata-se aqui de pedagogias que se desenhavam enquanto um conjunto de práticas, de hábitos e modos de ser voltados à formação dos citadinos naquilo que se julgava necessário para o novo ideal de vida urbana: buscar e valorizar o contato com uma natureza idealizada como bucólica, acolhedora e revigorante. Mas as delimitações entre a vida junto à cidade e os momentos vividos em meio à natureza ainda eram frágeis no que diz respeito aos usos e costumes. A presença de uma banda de jazz

para animar o passeio fluvial e o piquenique, reforça essa ideia ao deslocar elementos da vida urbana para os momentos junto à natureza.

Vendo os participantes do piquenique sentados à mesa farta (figura 103), de forma ordeira, disciplinada e confortável, com as crianças, jovens e adultos dos dois gêneros integrados em um mesmo momento de distração, provavelmente conversando sobre temas da vida banal, custa crer que se tratava de um momento de sociabilidade ao ar livre. Grosso modo, salvo pelo fato de a mesa estar localizada sob um corredor de árvores, provavelmente objetivando refrigério e proteção contra o sol e o calor, os demais elementos do piquenique parecem mais adequados à uma sala de jantar ou salão de festas do que a um passeio e celebração ao ar livre. Com efeito, a elite belenenses parecia não se despir de seus usos e costumes urbanos – do comportamento ao vestuário – mesmo quando em contato com a natureza. Nesse sentido, é reforçado o caráter histórico da educação do corpo ao ar livre a partir da lida com as águas, no caso dessa pesquisa. Merece destaque o fato de que ao piquenique, como momento de sociabilidade, estava integrado o passeio fluvial, ambos sendo destacados pela imprensa. Desse modo, os rios aparecem não apenas como via de acesso aos balneários, mas fundamentalmente enquanto motor do próprio evento social. Vejamos a narrativa da revista "A Semana" sobre aquele piquenique:

> Foi sem duvida uma festa agradabilissima, o passeio fluvial e 'pic-nic' realizado domingo ultimo pelo Pará-Club na deliciosa estancia balnear que é o Chapéo-Virado, no Mosqueiro.
> Soberba **festa ao ar livre** [...] deixou no espirito dos seus convidados gratas recordações [...] (A SEMANA, 26.06.1920. Grifo meu).

Se os piqueniques aparecem como práticas ao ar livre carregadas de hábitos e práticas urbanas, a vida junto às prais surge como um tempo de diversão e descontração, de mudança gestual e de vestuário, rompendo assim, de forma mais evidente, com os usos e costumes próprios da cidade. Nesse sentido, em contraste com os piqueniques, os banhos de praia aparecem integrados aos tempos de

recreio das elites belenenses enquanto práticas despidas da formalidade gestual e de vestuário ligadas à vida citadina. Não que inexistissem normas por seguir (afinal, os códigos de posturas estavam ali, para serem obedecidos), mas o contato com a areia da praia e com as águas fazia daqueles momentos experiências norteadas pela diversão, regozijo e relaxamento.

Contrapondo a imagem dos piqueniques a dos banhistas na praia, percebe-se como eram diferentes aqueles momentos: os piqueniques, pautados sob o peso e ritmo da cidade – em certo sentido, mais reforçando do que rompendo com os mesmos; os banhos e diversões junto às praias, lugar de gestos lúdicos e roupas que davam ao corpo leveza, comforto e visibilidade – grosso modo, inaugurando estéticas e comportamentos. Vejamos agora duas imagens que se contrapõem. Primeiro, a de um piquenique e, sem seguida, a de banhistas em uma praia. Os dois registros datam dos anos iniciais da década de 1920. Pontue-se: nos dois casos, os instantâneos retratam as pessoas em momentos poses específicas para a fotografia, portanto, de certo modo descoladas do quadro geral do momento. Mesmo assim, dizem sobre o que foi vivido naqueles tempos.

Figura 105- A Semana, 05.07, 1924. Convescote (piquenique) da Tuna, realizado em Outeiro.

A figura 105 retrata um piquenique voltado aos sócios da Tuna Luso Brasileira (em sua maioria, portugueses), ocorrido em Outeiro, balneário de Belém. O quadro é composto por cinco fotografias, sendo uma delas centralizada. A fotografia centralizada apresenta um grupo de pessoas, entre crianças, jovens e adultos, em um momento de descontração (ver detalhe na figura 106) em volta de uma casa. Já as demais fotografias trazem os participantes do piquenique em meio a árvores. Embora todos posem para a fotografia, é possível notar uma postura corporal mais descontraída, bem como, mais especificamente as mulheres, a presença de trajes um pouco mais leves do que os habitualmente utilizados na cidade (ver detalhe na figura 107). É interessante observar que mesmo trajando calças, os homens não se furtam de sentar no chão. Seria uma ruptura com a lógica citadina?

Figura 106- Detalhe: adultos, jovens e crianças reunidos de forma descontraída ao redor de uma casa de campo.

Figura 107- Detalhe: os vestidos parecem mais leves, pensados para momentos ao ar livre, junto à natureza.

Embora relativa leveza possa ser percebida nos piqueniques, quando se observa a vida nas praias uma certeza se impõe: ali, em meio ao vento, às ondas e marolas, com os pés descalços sobre a areia e o corpo em contato direto com a água, imperava a leveza e o descompromisso com o cotidiano, as pequenas e radiantes alegrias, os gestos despretensiosos e as roupas que oferecem conforto e liberdade. Falando de forma direta: a vida nas praias oferecia ao homem urbano serenidade, refrigério, prazer e leveza que lhe faltavam na cidade. Vejamos o que diz uma longa crônica escrita por Rivarol Montes, em 1910, sob o título de “sem pés nem cabeça”:

> Vem chegando o tempo alegre das villegiaturas. A canícula vae botando as manguinhas de fora, obrigando os cidadãos apatacados ao **refrigério das praias e dos banhos ao ar livre**. Principia a emigração das famílias para os pontos balneários do Pará. Soure, Pinheiro, Mosqueiro, Salinas e Bragança iniciam a sua vida pittoresca em que avulta o forasteiro da capital contrastando com a simplicidade rustica do caboclo. Belém, no mez de agosto, derrama, como de fora dilatada pelo calor, uma terça parte da sua população pelos

povoados ribeirinhos [...]. Mas, diga-se a verdade. Não é só a ligeira differença na temperatura; não é a brisa marinha, os banhos [...] que atraem a população. O que fascina, sobretudo os habitantes d'esta cidade é a **mudança de traje, é a leveza do vestuário**. O cavalheiro que supporta aqui na cidade uma sobrecasaca, um chapéu de coco, uma botina de verniz e uma gravata atada em torno de um alto colarinho, corre para a praia não com o fito [...] nem no banho, nem na brisa, mas unicamente com a ideia de se **desabotohar, de se descalçar, de ser ver livre da casemira e do cheviot**. Todo esse vestuário pesado e quente o forasteiro troca por um pyjame de zefir, um chapéu largo de carnaúba e um sapato raso. Á lembrança das villegiaturas está adistricia a idéa de tirar a roupa, de ficar como Adão e Eva no Paraizo... (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21.07.1910, p.1. Grifos meus).

Figura 108- A Semana, 14.01.1922. A vida nas praias. Grupo de banhistas.

Partindo do calor extremo de Belém durante o mês de agosto, a crônica movimenta imagens que levam o leitor primeiramente ao refrigério das praias e dos

banhos ao ar livre, para, em seguida, defender que o maior atrativo dos balneários – ou da vida ao ar livre junto às praias – seria a possibilidade de o citadino livrar-se das pesadas vestimentas impostas pela vida urbana para deliciar-se com a leveza das roupas dos tempos de recreio ao ar livre. Os detalhes narrados pelo cronista transformam (ou matizam) a vida nas paias em um idíico contraponto ao pesadelo da vida urbana. As roupas, então, aparecem como elementos que educam para a vida ao ar livre. Afinal, o uso e aceite das roupas é resultado de processos históricos perpassados por questõs que vão, da economia dos gestos, passando pela moda e o consumismo. Destarte, se podemos supor que as roupas foram fundamentais para a invenção de um sentido moderno de urbanidade porque inseriram indivíduos e grupos à lógica dos tempos novos, de novos "[...] padrões, comportamentos, hábitos e atitudes [além de] sensibilidades renovadas e [da] construção lenta de um novo modo de vida [voltado à] vida na cidade com seus encantos e seus horrores, com seus ruídos e seus silêncios" (SOARES, 2010, p.93), o mesmo pode ser dito em relação à vida nas praias, esses momentos de vida ao ar livre nos quais crianças, jovens e adultos ora brincam, ora repousam, entregues ao tempo livre como se o recreio não tivesse hora para acabar. Isentos de responsabilidades, entregues à vida nas praias, vivia-se uma espécie de trégua ao sufoco dos dias urbanos. Com efeito,

> [...] o simples ato de expor o corpo ao sol ou de fazer exercícios ao ar livre, são ações que vão influenciar também a confecção das roupas em geral, de roupas esportivas e, particularmente, das roupas de banho. Do tamanho dos decotes ao comprimento das saias e *shorts*, inicia-se, assim, um desnudamento do corpo, mais tranquilamente aceito entre as classes média e alta, também, no que diz respeito às mulheres (SOARES, 2010, p.112).

As praias: famílias inteiras se divertindo junto às águas, crianças esbanjando saúde e alegria, jovens exibindo seus corpos atléticos. Todos, fossem jovens ou idosos, livres das roupas pesadas que lhes eram impostas pela cidade moderna. Inventa-se um novo sentido para a vida nas praias. Positivado, é bom frisar. Cabe

aqui pensar com Alain Corbin quando esse, tematizando a praia e o imaginário ocidental, olha para a Europa oitocentista e diz:

> Uma arte de viver modela-se nas praias de mar [...]. A codificação de hábitos coletivos, o desdobramento de estratégias de distanciamento e distinção que ordenam o espetáculo socil, duplicam-se em profundidade com a elaboração de cuidados pessoais individuais relacionados a novos esquemas de apreciação, e que engendram modelos inéditos de comportamento (CORBIN, 1989, p.99).

Dando corpo ao movimento de positivação da vida ao ar livre em meio às praias, a própria revista "A Semana" publicava em uma de suas páginas, com certa frequência, não uma coluna, mas um espaço intitulado "nas praias", posteriormente denominado, sugestivamente, de "A vida nas praias". Tamanha leveza de vestuário, gestualidade e comportamento surgia como contraponto e recomposição ao peso cotidiano da vida urbana, cabe mais uma vez ressaltar. Essa passagem de um ritmo a outro faz-se notar em algumas fotografias que registraram famílias belenses nos balneários. Vejamos:

A vida nas praias

Veranistas que immigram do Mosqueiro, vendo-se em baixo, á esquerda, a familia dr. Elias Vianna e á direita a familia Affonso Guimarães

Figura 109- A Semana, 1920, número 93. Tradicionais famílias belenenses em Mosqueiro.

A figura 109 mostra algumas famílias veranistas em Mosqueiro, mas posando diante de suas casas, trajando roupas próprias do cotidiano urbano. Pode-se imaginar então que, fora do tempo destinado às praias, as vestimentas dos veranistas seguiam o padrão comum ao dia a dia citadino. A transição, ou rompimento, com esse padrão dar-se-ia conforme o contato com a praia se aproximava. Um registro interessante aparece na figura seguinte (110): uma família belenense, tradicional e de elite, cujos membros posaram para fotografia em uma praia de Mosqueiro. De acordo com a legenda, a praia margeava a vivenda dos mesmos. Aparentemente, a ida às praias estava ligada ao cotidiano daquele núcleo familiar, a ponto de, com exceção de uma pessoa, os demais estarem sentados sobre pedras em plena areia da praia. A ambientação na praia, mesmo que o registro não diga respeito ao banho, provoca mudanças, quer seja nas roupas, mais leves, ou nos gestos, mais descontraídos, quando comparados à imagem da figura 104.

A VIDA NAS PRAIAS.—O nosso amigo dr. Carvalho Lima e familia, posando para A SEMANA sobre as pedras negras da praia que margina a sua linda vivenda da "Ponta Alegre", no Mosqueiro.

Figura 110 - A Semana, 1920, número 94. Família na praia em Mosqueiro.

Reforçando esse tipo de ambientação, um instantâneo de 1922 (figura 168), apresenta três jovens paraenses, trajando roupas leves e descalços, um deles de pé sobre a areia molhada da praia do Morubira, em Mosqueiro, e os demais, sentados sobre pedras:

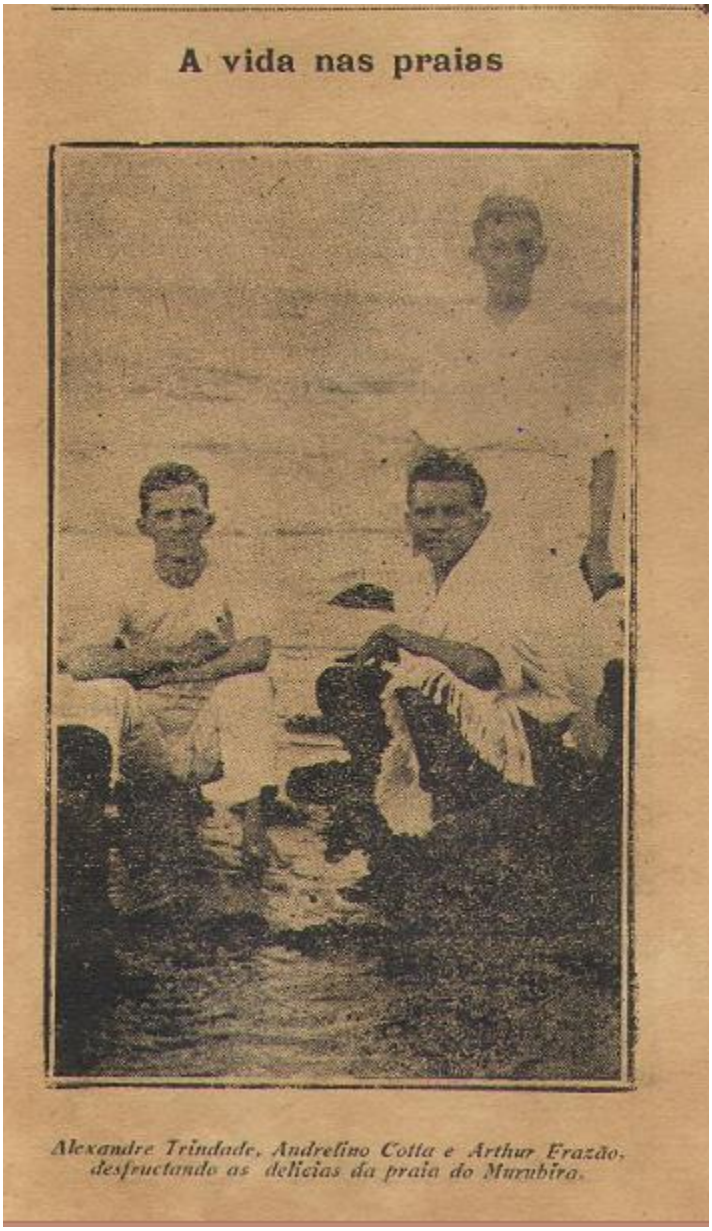


Figura 111- A Semana, 1922, número 199.

O instantâneo dos jovens então retratados indica um sentimento de relaxamento e alegria. Pés descalços a tocar a doce água do rio, logo mais os rapazes passeariam pela areia da praia contando causos e dividindo assuntos da vida banal, assim gosto de crer. O som das ondas embalava a brisa que trazia alívio sob o sol, apraz-me supor. Momentos de

Mas, ampliando o universo das sensibilidades, havia o contato direto com as águas das praias: naqueles momentos, os hábitos, os gestos e roupas ganhavam novas perspectivas e exigiam novas pedagogias. A busca por recreio e descontração junto às praias, nesse sentido, foi um processo que implicou desde a valorização dos banhos de rio e de mar, até a mudança de sensibilidades no que diz respeito à tolerância e, grosso modo, à exposição e admiração dos corpos dos banhistas que, trajando roupas de banho devidamente inscritas no que se julgava e propagandeava como moderno, transformavam as águas e a areia dos balneários em uma espécie de vitrine. Discutirei a relação entre a visibilidade dos corpos masculino e feminino em relação aos trajes de banho e os esportes náuticos no capítulo seguinte. No momento cabe pontuar que o ato de banhar-se nas águas "suculentas" das praias, ou passear por suas areias sob o sol generoso, constituía-se em momentos de diversão e sociabilidade que exigiam uma educação do corpo capaz de, em meio ao recreio e refrigério, forjar um citadino disciplinado, saudável e belo.

De crianças sorridentes e serelepes, a jovens animados e garbosos, as praias educavam para a vida ao ar livre. Ou melhor: junto ao frescor, à excitação, às novas sociabilidades e tipos de recreio trazidos pela vida nas praias, o citadino experimentava, pouco a pouco, mudanças em suas sensibilidades. Assim era educado o corpo. Assim era inventado um novo e positivo sentido à vida ao ar livre em contato com as praias. Assim era forjado um novo homem urbano, esse homem dos tempos que se sonhavam modernos, alimentados pelo capitalismo e pelo consumo. Esse homem via a cidade crescer e, com ela, surgirem ritmos que

aceleravam o cotidiano. Fosse um rico capitalista ou uma trabalhadora fabril, sobre si impunham-se a velocidade, a tensão e as cobranças da vida urbana. Como que devorado pela cadência do progresso e levado ao limite de suas energias pelos ritmos e ruídos da cidade, esse homem voltava-se à natureza e ali encontrava revigor, destensionamento, tranquilidade, regozijo e diversão. Eram as águas praianas, como era o sol e a areia. A vida nas praias se fazia pedagógica: uma educação do corpo que exigia trajes especializados e gestos verdejantes. Instantâneos desse quadro surgem a partir de um conjunto de fotografias que as fontes nos trazem. Ao circularem em seu tempo histórico, essas imagens foram partícipes da invenção de novas sensibilidades, dando concretude ao corpo que ali se educava e desenhava. Fiquemos com elas:

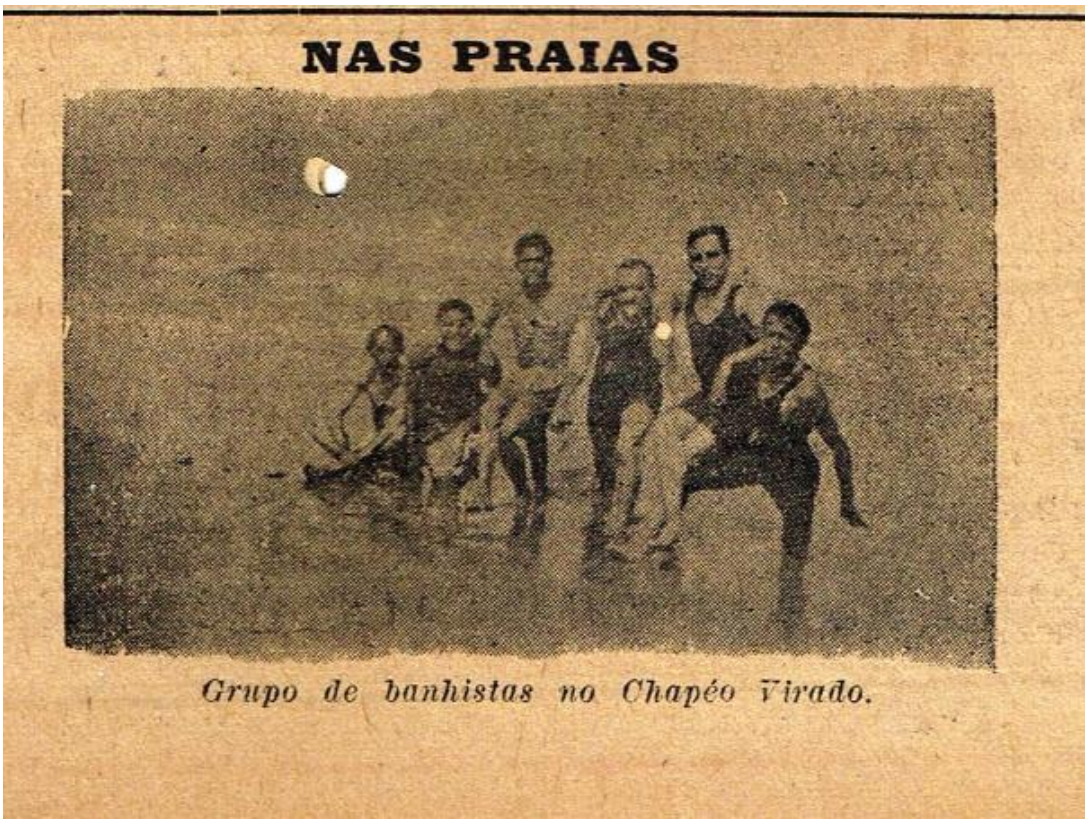


Figura 112- A Semana, 12.06.1920, número 115. Grupo de banhistas na praia o Chapéu Virado (Mosqueiro). Já é nítida a mudança das roupas de banho.

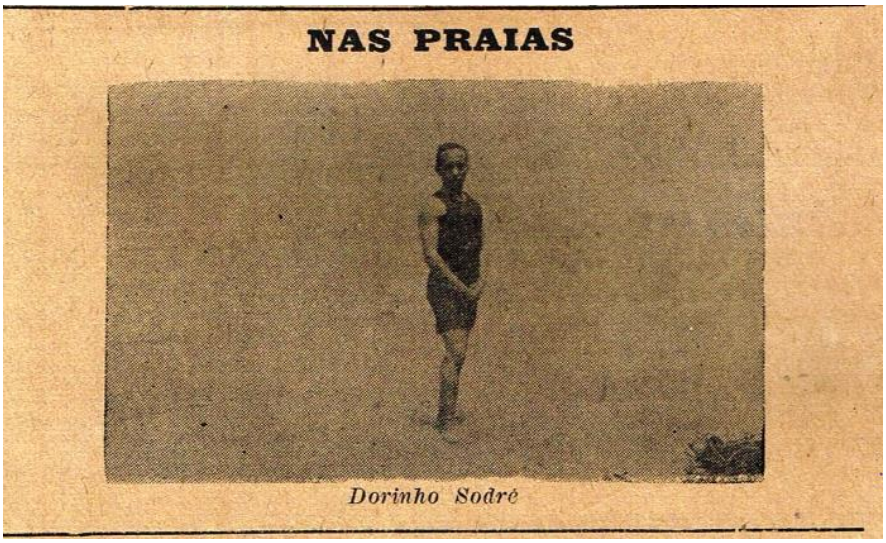


Figura 113-A Semana, 12.06.1920, número 115. Banhista Dorinho Sodré, em Mosqueiro.

Figura 114- A Semana, 1920, número 126. Praia do Murubira (Mosqueiro) à hora do banho.

Figura 115- A Semana, 26.11.1921. Grupo de criança na praia do Chapéu Virado (Mosqueiro). A praia integrada aos tempos de recreio da vida banal.

Figura 116- A Semana, 06.11.1926. "Banhista 'mignonne'". Praia de Soure (Marajó). Ao fundo, uma mulher trajando o que aparenta ser uma roupa de banho.

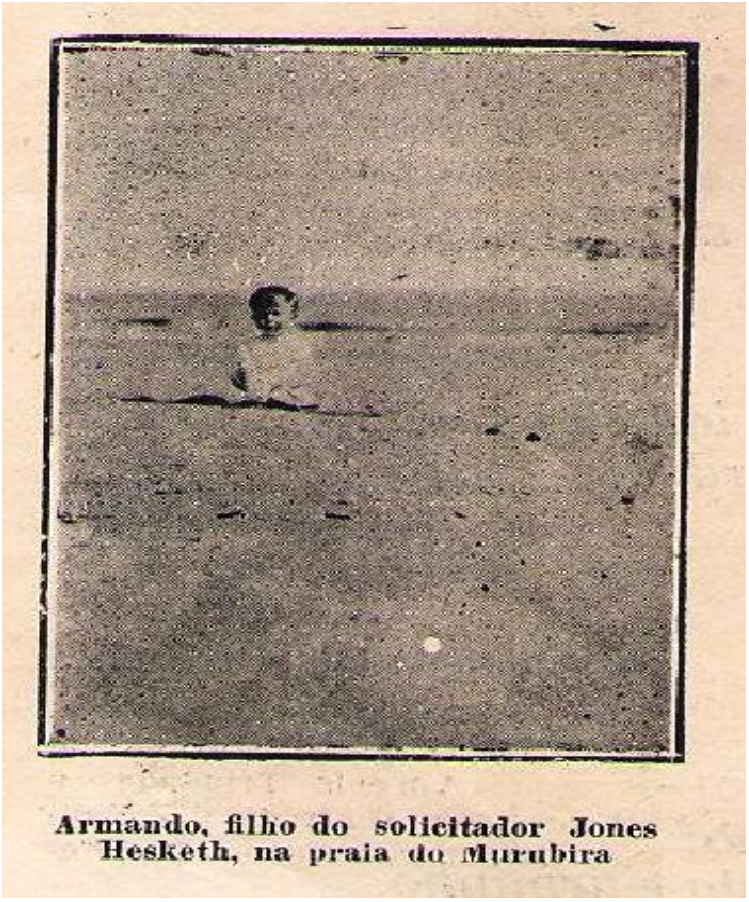


Figura 117- - A Semana, 1920, número 126. Criança na praia do Murubira (Mosqueiro)

Uma imagem retirada do relatório Lemos de 1905 é emblemática. Nela, aprece um “[...] trecho do parque do Collegio Quinta Carmitta”, nos arrabaldes de Belém, mais precisamente no que hoje é o município de Ananindeua, à época, distrito de Belém. No momento registrado aparecem algumas práticas aquáticas vividas de forma recreativa, com um quê de bucoliso e descanso. Práticas essas que, com o avançar do fio do tempo seriam esportivizadas, adquirindo outros sentidos e formas. Como que um anúncio dos tempos futuros – ou seria um registro de um momento a ser superado logo adiante? – eis o instantâneo:

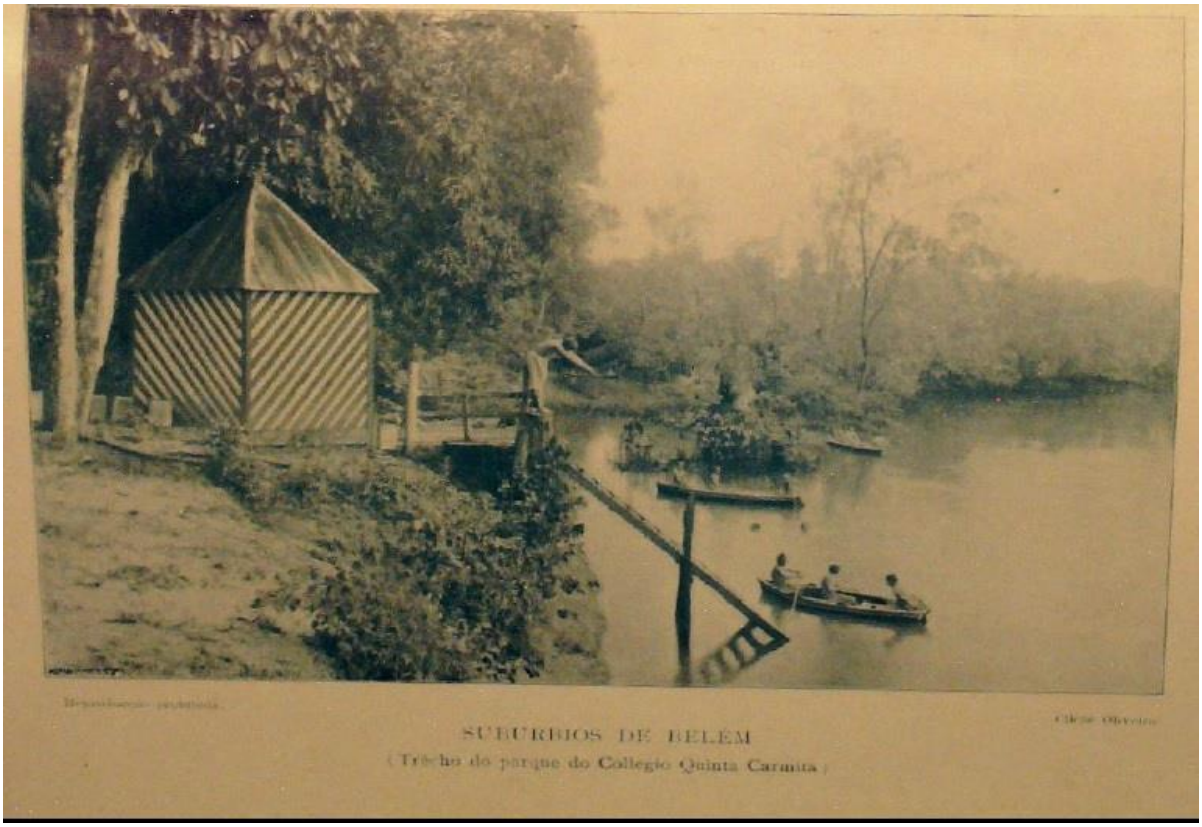


Figura 118- Trecho do parque do Collegio Quinta Carmitta. Relatório Lemos, 1905.

A imagem mostra, em primeiro plano, um jovem vestido apenas da cintura para baixo (conforme normatizado pelo código de posturas da época). É possível

vê-lo em posição de preparação para um salto com relativa altura em relação ao rio. Evidencia-se certa técnica corporal e, pela posição do registro, o salto será executado de forma frontal. Singrando tranquilamente o rio, três canoas movidas a remo como que a contemplar o jovem saltador e a natureza que, bela e tranquila, emoldura o momento. O rio, calmo e sem correnteza, espelha a escada que dá acesso à terra firme. Uma cabine para troca de roupas está fincada às margens, vizinha à escada. Vislumbra-se que o jovem, entre tantos outros, pouco antes chegara à beira do rio vestindo suas roupas cotidianas e que, para banhar-se, vestiu roupas mais leves, além de desnudar seu tronco. Não soa forçoso imaginar o jovem, logo após o salto, nadar com entusiasmo rio afora, até retornar para outro e mais outro salto, experimentando assim momentos de diversão. Temos assim a reunião de elementos das práticas aquáticas que, como foi dito há pouco, ao longo das décadas de 1910 e 1920 seriam esportivizados: do salto ao mergulho, do ato de nadar ao de remar.

Figura 119- Detalhe: homem prepara-se para saltar. Ao fundo, a cabine de banho. No rio, pequenas canoas singram tranquilamente.

Ali, naquele arrabalde belenense, em meio à vida ao ar livre, um jovem que, momentos após o registro fotográfico, mergulharia no rio, marcando aquelas águas plácidas com o agito excitado do seu corpo, braçada após braçada, salto após salto, merguho após mergulho, sem saber, anunciaria que os anos de 1910 surgiam no horizonte. E, com eles, a esportivização das práticas aquáticas, marcando o triunfo do esporte sobre as águas guajarinas em uma Belém que se modernizava e inseria-se na lógica do capital internacional.

TOMO III

Figura 120- Aspectos de uma regata realizada em 1915. ESTADO DO PARÁ 17.11.1915, p.1

Capítulo I- "Manhans paraenses bellas e frescas": novos corpos, novas formas de educação.

Piqueniques, passeios, contemplação e recreio formavam um conjunto de sentimentos e experiências renovadores e revigorantes, que eram vividos ao ar livre, intensamente, a cada estação de férias ou saída da cidade. As roupas de banho, inclusive, já expunham mais os corpos, indicando uma mudança de sensibilidades. Mas algo parecia faltar. Seriam as águas que banhavam Belém tão diferentes assim daquelas que emolduravam formosamente os balneários? O uso do litoral belenense estaria restrito aos indecorosos e proibidos banhos desnudos ou ao chegar e partir de embarcações? A cidade que crescia e se modernizava não encontraria novas e divertidas formas para ocupar sua formosa Baía?

O litoral da cidade encantava a todos com sua beleza, e suas águas pareciam convidar a um espetáculo ao mesmo tempo em que, movidas pela urbanidade, eram projetadas para apagarem os traços do passado de atrasos, incluindo aí os trapiches e os banhos nus. Tal movimento implicou reconfigurar a espacialidade e os sentidos atribuídos ao litoral belenense. Foi então que, em 18 de abril de 1906 o engenheiro Percival Farquhar tem a concessão para iniciar as obras do que viria a ser o moderno porto de Belém.

A construção do porto exigiu a criação da companhia “Port of Pará”, fundada em Portland/USA. A mão de obra, em especal a não especializada era destinada à população“[...] local [mas] os profissionais especializados eram procurados através dos escritórios que a companhia mantinha em Londres, Paris e Nova Iorque” (PENTEADO, 1973, p.76). O empreendimento exigiu que fosse realizado o aprofundamento do ancoradouro, iniciado em no final de 1907. Com isso, “[...] a quietude das noites de Belém passou a ser quebrada pelo ruído dos motores das dragas, que diuturnamente trabalhando, iam preparando o aterro da nova faixa do porto e a futura avenida que a capital paraense ganharia da borracha” (PENTEADO, 1973, p.77).

Em 1909, finalmente, foi inaugurada a primeira parte do porto de Belém e assim, uma nova paisagem se impõe, apagando a estética do passado. Afinal, os trapiches há muito eram tidos como um problema e, por isso, foi "[...] preciso destruí-los após ser paga a indenização devida pela Port-of-Pará" (PENTEADO, 1973, p.78). O poder do capital, destruindo para construir, indenizando para fazer sumir. Era a modernidade, com suas máquinas e ruídos, remodelando o litoral de Belém. Era o capitalismo rompendo as cadências da cidade, impondo aos tempos idos novos ritmos e sentidos, novas paisagens e estéticas, novos comportamentos e sociabilidades.

O desenvolvimento material parecia, finalmente, ter aportado em Belém. Com ele, tal qual sonhara Lemos, novos e civilizados hábitos se instalavam na cidade. Cidade que, mesmo fundada às margens da Baía do Guajará, como retrata o famos quadro de Theodoro Braga (ver figura 115), por vários momentos pareceu esquecer da formosura de suas águas, mas que, ali, na aurora do novo século, voltava-se ao seu paridouro.

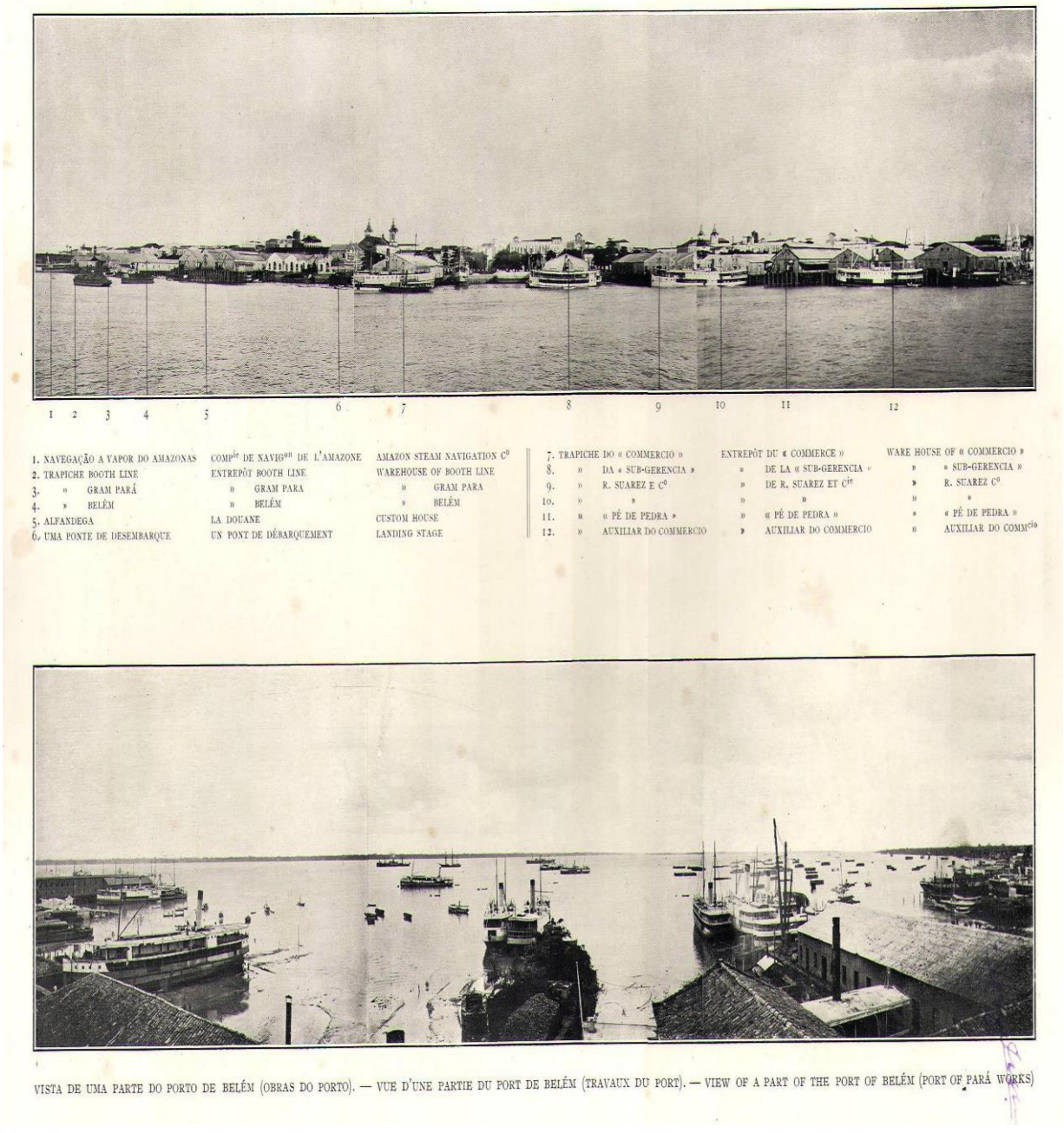
Figura 121- Fundação da cidade de Belém. Óleo sobre tela. 226cm x 504 cm. Autor: Theodoro Braga. Ano: 1908. Propriedade do Museu de Arte de Belém.

O domínio sobre as águas era acelerado, marcando o avanço da tecnologia e da modernidade: fosse esquadrinhada por tubos e esgotos, purificada por filtros, ou ainda, tendo sua espacialidade e funcionalidade modificads com a instalação de

um moderno porto, as águas pareciam, finalmente, curvarem-se ao domínio do homem moderno. Do centro de captação de água (figura 122) aos tubos e aquedutos do reservatório do Utinga (figuras 125 e 126), do cuidado em manter a pureza das nascentes que ali se localizavam (figura 128) à imponência do moderno porto de Belém (figura 124) e dos reservatórios de água construídos com ferro importado da Inglaterra (figuras 127 e 128), as águas pareciam, enfim, domadas.

Figura 122- Captação d'água. 1905. Theodoro Braga. Propriedade do Museu de Arte de Belém.

Figura 123- Detalhe do quadro: homens da ciência e dos poderes públicos observam e analisam o centro de captação de água. A tecnologia moderna avançando sobre a natureza.



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

1. NAVEGAÇÃO A VAPOR DO AMAZONAS	COMP^ie DE NAVIG^on DE L'AMAZONE	AMAZON STEAM NAVIGATION C^o	7. TRAPICHE DO « COMMERCIO »	ENTREPÔT DU « COMMERCE »	WARE HOUSE OF « COMMERCIO »
2. TRAPICHE BOOTH LINE	ENTREPÔT BOOTH LINE	WAREHOUSE OF BOOTH LINE	8. » DA « SUB-GERENCIA »	» DE LA « SUB-GERENCIA »	» « SUB-GERENCIA »
3. » GRAM PARÁ	» GRAM PARA	» GRAM PARA	9. » R. SUAREZ E C^o	» DE R. SUAREZ ET C^ie	» R. SUAREZ C^o
4. » BELÉM	» BELÉM	» BELÉM	10. » »	» »	» »
5. ALFANDEGA	LA DOUANE	CUSTOM HOUSE	11. » « PÉ DE PEDRA »	» « PÉ DE PEDRA »	» « PÉ DE PEDRA »
6. UMA PONTE DE DESEMBARQUE	UN PONT DE DÉBARQUEMENT	LANDING STAGE	12. » AUXILIAR DO COMMERCIO	» AUXILIAR DO COMMERCIO	» AUXILIAR DO COMM^cio

VISTA DE UMA PARTE DO PORTO DE BELÉM (OBRAS DO PORTO). — VUE D'UNE PARTIE DU PORT DE BELÉM (TRAVAUX DU PORT). — VIEW OF A PART OF THE PORT OF BELÉM (PORT OF PARÁ WORKS)

Figura 124- A modernidade avançando sobre as águas guajarinas, reconfigurando o litoral belenense. Porto de Belém. Álbum do Pará. Governo Augusto Montenegro, 1908.

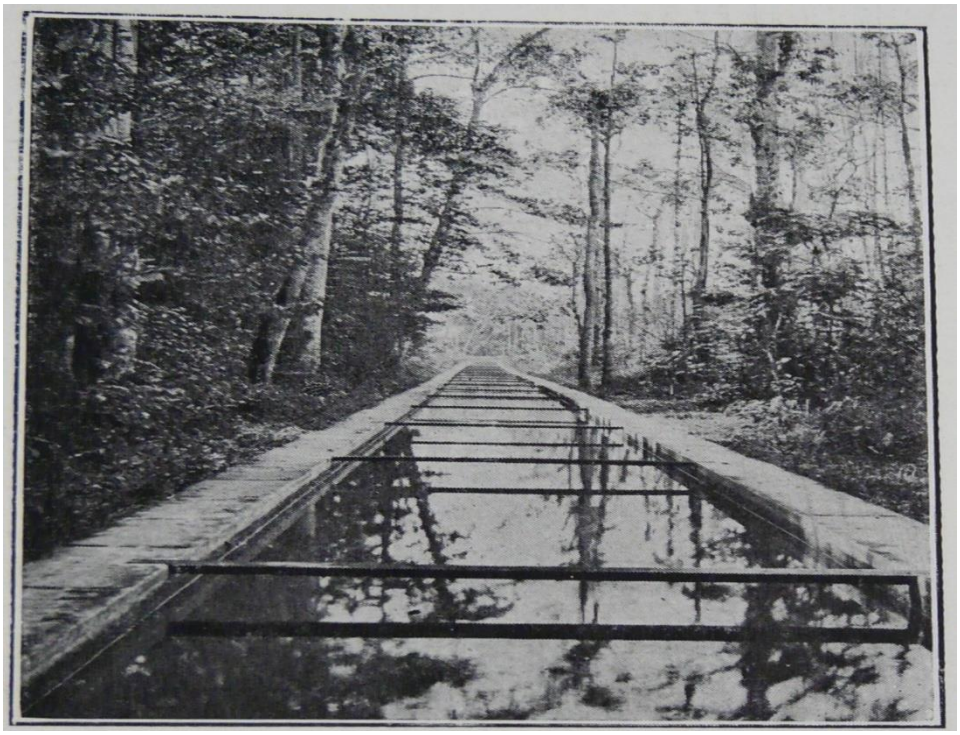


Figura 125- Reservatório do Utinga, Belém. Aqueduto. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro.

Figura 126- Reservatório do Utinga, Belém. Encanamento de água. Álbum do Pará, 1908. Governo Augusto Montenegro.

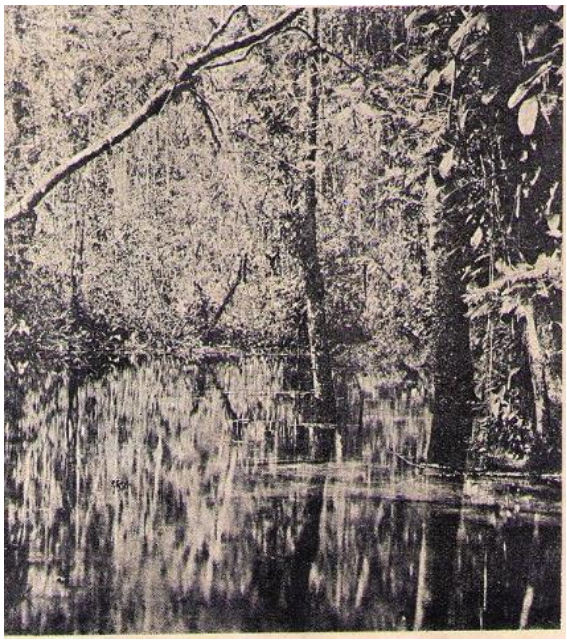


Figura 128- A Semana. Edição especial de 1908. Uma nascente no Utinga.

Figura 127- A Semana. Edição especial de 1908. Reservatório Paes de Carvalho.

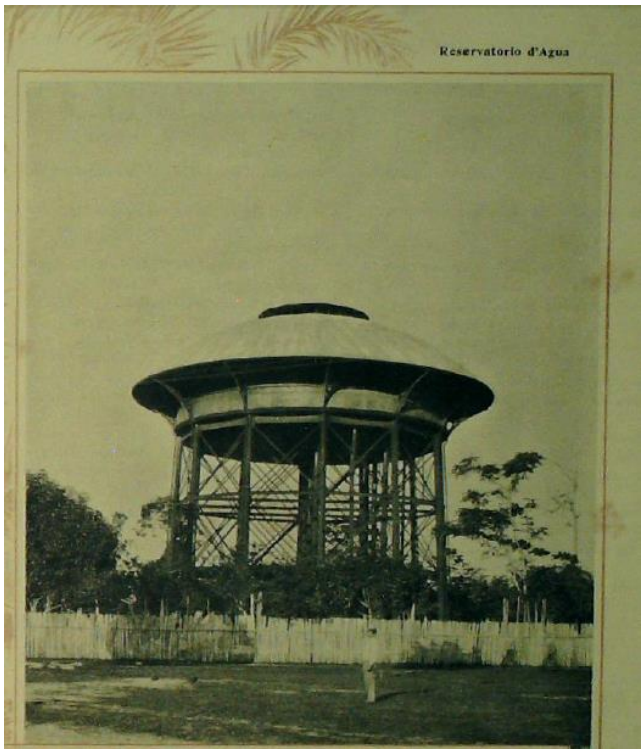


Figura 129- Álbum do Pará. Governo de José Paes de Carvalho, 1899.

Reservartório de água.

Mas não bastava aos tempos de progresso e consumismo domar as águas: Era preciso ocupar as águas com outras paisagens, habitá-las com novos hábitos, tornar, assim, as águas guajarinas um palco para sociabilidades. Assim logo a cidade descobriu em sua Baía local para diversões modernas, mais especificamente, a realização de regatas integradas a festas cívicas. Em um primeiro momento, ainda em uma Belém Imperial, as regatas foram realizadas em datas comemorativas, como a primeira regata ocorrida na cidade, em 1876, que homenageou a vitória brasileira na Batalha de Riachuelo. Posteriormente, já no período Republicano, as regatas passaram a integrar as chamadas "Festas Republicanas", inicialmente com pouco destaque e, mais adiante, como um dos eventos principais. Assim, propagandeadas pela imprensa que apoiava o governo como eventos que mobilizavam multidões, as regatas eram descritas como verdadeiras festas ao ar livre, momentos de diversão e júbilo acessíveis às elites e à população pobre. E foi assim desde a primeira até o início dos anos de 1900, quando deixaram de ser realizadas. Esse quadro se modifica a partir da fundação, em Belém, da "Liga Marítima Brazileira", que já existia no Rio de Janeiro. A partir desse momento, a realização de regatas, embora ainda vinculadas a festejos cívicos, passa a ser administrada não mais pelos poderes públicos e sim, pelo referido conselho. Essa transição pode ser considerada um movimento rumo à esportivização das práticas aquáticas, que se consolidou nos anos de 1910 e teve seu auge ao longo da década de 1920.

O capítulo final, ora introduzido, investigará o processo de esportivização das práticas aquáticas, desde as regatas comemorativas e cívicas, que ocorreram a partir de 1876, até a chegada e posterior consolidação dos esportes náuticos em Belém, já ao longo dos anos de 1920. As discussões a serem travadas serão conduzidas pela noção de educação do corpo, em meio à lida com as águas guajarinas. O capítulo terá dois momentos. Primeiro, as regatas comemorativas e cívicas serão o objeto a ser investigado. Posteriormente, será discutida a esportivização das práticas aquáticas a partir de dois eixos: 1) Institucionalização dos eventos aquáticos; 2) implantação dos esportes náuticos em Belém.

“Toda aquella gente em vivas e *urrahs*”: regatas comemorativas e novos usos do litoral belenense.

Na Belém de 1876, uma regata comemorativa à vitória brasileira na Batalha de Riachuelo, primeiro evento deste gênero ocorrido na cidade, marcou a fundação, em 11 de junho daquele ano, do primeiro clube náutico belenense, o “Club de Regatas”. Formado apenas por oficiais da armada da estação naval, não pode ser considerado um clube esportivo; e tampouco a própria regata se constituía como competição esportiva, mesmo se valendo do confronto físico e do espetáculo dele resultante em meio à composição entre a água, os seres humanos, os barcos e as velas. Assim afirmo porque ali se configurava apenas um rascunho do que mais tarde seria o esporte, essa prática que passa a organizar novas maneiras de encontros, agora com uma cronologia independente daquela ligada a festividades cívicas ou eventos religiosos (VIGARELLO, 2002)[135].

A fundação do Clube de Regatas foi assim alardeada:

> Os dignos srs. officiaes da armada da estação naval do districto acabam de fundar um club de regatas, que será inaugurado no sempre glorioso 11 de junho, anniversario da batalha naval de Riachuelo.
> Applaudindo a lembrança, merece muitos louvores a feliz escolha de tão assignalado dia para a sua realização (A CONSTITUIÇÃO, 27 de maio de 1876, p.1).

Entre as riquezas e as misérias da virada do século, a regata comemorativa eclodia como uma prática totalmente nova, que valorizava a vida ao ar livre sobre as águas da Baía do Guajará, resultando daí uma forma de recreio, diversão e sociabilidades: catraias, barcos a velas e outros tipos de embarcações singravam festivamente as barrentas águas guajarinas, em vias de remodelação e adequação

[135] Ver também sobre o tema ELIAS e DUNNING., A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

aos novos ares belenenses, no período que precedeu a implantação dos esportes náuticos.

Ao longo de semanas a regata foi anunciada pelos jornais, que não poupavam elogios à iniciativa que, finalmente, traria novos e festivos ares à Baía do Guajará. Exultante, um cronista afirmava que a formosa Baía do Guajará seria o palco da grande novidade, recebendo assim em suas águas barrentas uma festa esplêndida. Capitaneada pelo 1º Tenente José Marques Manceo, a regata em homenagem à Batalha de Riachuelo era "[...] tão digna de vêr-se como útil pelo estimulo que proporciona aos constructores e amadores, [que] tem empenhado os seos melhores esforços para que ella seja digna do nosso desenvolvimento" (DIÁRIO DE BELÉM, 11.06.1876, p.1).

A regata inaugural, bem como as que ocorreriam o longo das próximas décadas, integrava a programação de festas alusivas a alguma data histórica, portanto, de caráter diferente do que no século XX se consolidaria como "esporte moderno" (ELIAS; DUNNING, 1992). Contrapondo-se ao passeio ou à contemplação, esses espetáculos eram eventos que reuniam espectadores, entre os quais, autoridades e membros das elites da época, além, é claro, dos próprios participantes, divididos em amadores e profissionais.

A mobilização foi geral. Visando o luxo e conforto das elites que compareceram ao espetáculo, as empresas donas dos navios anunciavam seus serviços. Foi o caso do navio "Beija-Flor", que utilizava um vaporzinho para levar a bordo o público interessado em assistir à competição de suas dependências. O "vaporzinho", atracado junto à ponte da guarda-moria, começaria o transporte a parir das cinco horas da manhã, fazendo "[...] diversas viagens antes de principiar as regatas; o preço dessa viagem a bordo dos navios ida e volta 1$000 para cada pessoa [...] ninguém terá ingresso sem estar munido de bilhete (DIÁRIO DE BELÉM, 09.06.1876, p.3). O valor cobrado pelo ingresso não deixa margem para dúvidas: assistir às regatas com a visão privilegiada e o conforto proporcionados por um navio, desde o início, era possível apenas para as elites.

Tornando pública a sua regata inaugural, o “Club de Regatas” anunciava que visando a comodidade dos sócios e seus convidados, seriam disponibilizados “[...] entre as pontes da Guarda-Moria e da Empreza do Marajó, dous vapores para os receber e d’ahi assistirem as corridas havendo lanchas a vapor na ponte da Guarda-Moria para os transportar para bordo” (A CONSTITUIÇÃO, 08.06.1876, p.2).

A julgar pela primeira parte da matéria, parece evidente que a regata era um momento voltado à homenagem cívica, à prática física e, sobretudo, à sociabilidade entre os sócios do clube e os seus convidados, inclusive, com a garantia de comodidade a todos os espectadores sendo pontuada. Embora de forma pouco especializada e distante daquelas adotadas pelo modelo esportivo, ficava clara a racionalização do evento por meio de cuidados com o local, com o ponto de saída e chegada, com a sinalização e com os juízes da prova:

> A distancia escolhida para as corridas é o espaço comprehendido entre o reducto, estando ahi o hiate “Reachuelo” para servir de ponto de partida e uma lancha da alfandega e uma prancha com uma bandeira ancorada em frente da canhoneira “Felipe Camarão” para o ponto de chegada.
> A bordo da canhoneira [...] se acharão as commissões de jury e dos juízes de chegada (A CONSTITUIÇÃO, 08.06.1876, p.2).

Mais adiante, eram apresentadas as embarcações e seus respectivos membros: “Foram inscriptos 9 escaleres e 11 canôas de profissionais e 5 de amadores e duas lanchas a vapor [...]” (A CONSTITUIÇÃO, 08.06.1876, p.2). A classificação de cada embarcação e a consequente formação das provas era decidida por uma comissão especializada. No total foram anunciadas oito provas para os profissionais, divididos em embarcações com 12, 10, 08, 06, 04 e 02 remos. Entre os amadores houve apenas duas provas, ambas para embarcações de 04 remos.

Era informado também a existência de um tempo de espera de trinta minutos, que seria “[...] o campo livre para todos que quiserem correr, podendo os já corridos

até os de 6 remos tornar a correr com outros ou entre si" (A CONSTITUIÇÃO, 08.06.1876, p.2). Terminado os trinta minutos haveria uma corrida entre os vencedores, para, em seguida, ser disputado um páreo de lancha a vapor. Finalizando a regata, uma cerimônia de premiação que parecia um esboço se comparada àquelas que integrariam os eventos esportivos institucionalizados:

> Depois da ultima corrida, todas as commissões se reunirão a bordo do vapor Belem e ahi se dará a cerimonia da distribuição dos prêmios – que será um á escolha da commissão para cada vencedor de pareo e um especial para o vencedor dos vencedores: seguir se-ha o lunch [...] (A CONSTITUIÇÃO, 08.06. 1876, p.2).

Ainda sobre os momentos de sociabilidade e diversão que ocorriam a partir e após a regata a bordo dos vapores, dizia-se:

> Á cerimonia [de premiação] seguio-se o lunch de 150 talheres, repetido ainda mais algumas vezes [...] Depois do *lunch* e ainda á bordo do "Belem" teve lugar uma *matinée dansante,* em que tomaram parte cem pares, prolongando-se assim até as 4 horas da tarde, em que findou-se tão explendida festa (A CONSTITUIÇÃO, 08.06.1876, p.2. Grifos do jornal).

Mas nem tudo era festa, regozijo e celebração: o encontro náutico de 1876 foi alvo de críticas, por fazer prever os vencedores ao ter programado o confronto entre amadores e profissionais, permitindo que "[...] uma canôa tripolada por marinheiros afeitos aos trabalhos diários dos remos e governada por official da marinha [ficasse] ao lado de um amador, alheio as regras da boa navegação" (A CONSTITUIÇÃO, 15.06.1876, p.1).

Os profissionais eram, na verdade, marinheiros, enquadrados naquela categoria por trabalharem cotidianamente com o uso de remos, o que, supostamente, lhes daria vantagens sobre os demais. Nesse momento, a distinção entre as duas categorias dizia respeito tão somente à prática diária de atividades corporais envolvendo o uso de remos, não considerando o fato de os "profissionais"

serem, ou não, assalariados. Compondo um quadro espetacular, vê-se com clareza a narrativa dar ares de grandiosidade e mobilização pública ao evento, chegando a afirmar que à regata comparecera a

> [...] grande maioria da população de nossa capital.
> O vapor nacional Belem, destinado aos srs. sócios e convidados, e onde teve lugar a distribuição dos prêmios estava completamente cheio de senhoras e cavalheiros.
> Os vapores soltos no Guajará, os trapiches, as casas das ruas do Imperador e de Belem, pontes e o cáes entre a alfandega e a ponte de pedras continham milhares de espectadores; era imponente a vista que offerecia o littoral de Belem, e mais imponente ainda a vista de terra (A CONSTITUIÇÃO, 13.06.1876, p.1.).

Diante dessa imagem, a paradisíaca Baía do Guajará, com suas águas "murmurantes", imprimia ao caráter cívico do evento a dimensão da festa, da sociabilidade, do bucolismo e da busca por novas e modernas excitações.

Uma crônica de primeira página afirma que as serenas águas do Guajará tinham sido palco de um espetáculo majestoso e solene. Referindo-se à regata e à fundação do 'Club de Regatas", diz a crônica que o evento "[...] teve por objecto não só proporcionar aos profissionaes e amadores das **innocentes liças do mar** algumas horas de **util e agradavel recreio**, como tambem commemorar os feitos da armada nacional em Riachuelo (DIÁRIO DE BELÉM, 13.06,1876, p.1. Grifos meus). Pode-se entender a partir da crônica, que a lida com o ato de remar e com as "innocentes liças do mar" era uma realidade cotidiana em Belém, posto que a todos momento as pequenas canoas singravam as águas guajarinas num aportar e partir quase infinito. O que se caracterizava como novidade, entretanto, era justo a associação entre utilidade e recreio que seriam proporcionados aos remadores e, assim penso, aos espectadores.

Diversão e utilidade, de forma imbricada, iniciavam assim o trajeto que levaria à esportivização das práticas náuticas em Belém. Ou, caso trocássemos diversão por espetáculo e utilidade por saúde, não seria a narrativa em questão apropriada a uma regata nos moldes do esporte moderno? E, mais ainda: as sociabilidades

vividas ao espelho das águas guajarinas começava a mudar e a adquirir ares de festa e celebração voltadas à competição e à prática física sobre as águas. Sobre as formosas águas guajarinas.

Dizia-se então que os espectadores eram milhares e de classes sociais diversas, como ilustra a sequência da crônica:

> Ainda ramo de distracção inteiramente novo, attrahio grande concurso de todas as classes da sociedade paraense.
> Além das primeiras autoridades da província, achavam-se mais de mil socios e convidados á bordo dos vapores dispostos para esse fim; no espaço do littoral entre as dokas do Reducto e da Imperatriz, e nos diversos trapiches e pontes aglomeravam-se perto de seis mil pessoas; os navios surtos no porto, os rebocadores e lanchas á vapor, todos estavam ocupados (DIÁRIO DE BELÉM, 13.06,1876, p.1).

Atraindo e atraente, a primeira regata realizada em Belém pareceu não deixar dúvidas sobre sua importância – presente e futura. Mas o encantamento inicial passara e era preciso manter viva a motivação, a espetacularidade e o regozijo do público. As narrativas, então, precisavam forjar e destacar novos elementos. É nesse momento que um novo sentido de natureza e a vida ao ar livre, pensados pela e a partir da urbanidade, entra em cena, encorpado pelas belas manhãs junto à encantadora Baía do Guajára. Assim, um cronista, logo de inicio, pontua que a regata de 1877 acontecera em uma das

> [...] manhans paraenses bellas e frescas – o porto de nossa Belem apresentava um aspecto pitoresco e encantador. O povo apinhava-se no cáes, nas pontes e em embarcações que corriam d'aqui para alli. Os navios surtos no porto estavam todos vistosamente embandeirados (O LIBERAL DO PARÁ, 23.11.1877, p.1).

O sucesso foi tamanho que no mês seguinte outra regata foi promovida pelo "Club de Regatas", agora, alusiva ao dia sete de setembro. A divulgação por parte da imprensa foi mais pormenorizada em relação à regata inaugural, inclusive, informando que seria eleita uma nova diretoria do clube e que essa ficaria

responsável por organizar o novo evento[136]. Em meio às notícias diversas, as edições de 19 e 25 de agosto de 1876, o "O Liberal do Pará" anunciavam que a regata aconteceria no dia oito de setembro. Apesar do erro, a nota deixa claro que haveria uma classificação prévia de cada embarcação, fato que, pelo silencio das fontes, não teria ocorrido na regata inaugural. Talvez essa classificação prévia tenha sido pensada para evitar a competição entre amadores e profissionais, fato ocorrido (e criticado) na primeira regata.

> São convidados todas as pessoas que quiserem tomar parte na corrida de **08 de Setembro**, a irem á praça do commercio, até 31 do corrente, inscrever suas embarcações, para serem **devidamente classificadas** (O LIBERAL DO PARÁ, 19.08.1876, p.2. Grifos meus).

O acesso aos vapores continuava restrito aos sócios adimplentes e seus eventuais convidados, e as notas convidando à regata deixavam isso bem claro. Desse modo, era preciso retirar previamente o ingresso "[...] no armasem do sr. Hollanda, provenindo-se que nenhum socio será, admettido a bordo do vapor Belem sem que apresente o referido ingresso" (O LIBERAL DO PARÁ, 25.08.1876, p.2). Mais uma vez, o evento foi descrito como um grande sucesso, chegando a superar a primeira regata em termos de animação. Ordeiro e festivo, devidamente moldado aos tempos que se modernizavam, assim era saudado:

> O acto esteve brilhantemente concorrido, quer pelo grande numero de senhoras e cavalheiros convidados, quer pelos que tomaram parte no pelito, quer seja pela população que affluio a presencear o segundo divertimento deste gênero na nossa majestosa bahia.
> Notou-se além de maior animação do que na primeira corrida, o que prova que a sociedade se esforça por cortar os abusos q' sóem introduzir-se nas associações nascentes, firmando-se assim em bases solidas e duradouras (O LIBERAL DO PARÁ, 10.09.1876, p.2).

[136] De ordem do sr. Presidente convido a todos os membros do Club de Regatas a se reunirem no domingo 30 do corrente, ás 8 horas da manhã, no salão da praça do commercio para tratar-se da corrida que deve ter lugar no dia 7 de setembro e de assumptos relativos á administração (O LIBERAL DO PARÁ, 21.07.1876, p.2).

A divulgação do resultado dos páreos não deixa clara quais foram as provas e distâncias percorridas, tornando público apenas a classificação técnica de cada embarcação, a premiação de cada vencedor e que foram disputados quatro páreos, dois para amadores e dois para profissionais. No entanto, houve uma novidade: foi publicado o tempo gasto por cada vencedor. Entre os amadores, por exemplo, sabe-se que no segundo páreo, em embarcação de quatro remos, o vencedor alcançou o tempo de cinco minutos. Já entre os profissionais, em disputa a seis remos, o vencedor concluiu a prova também em cinco minutos. A julgar pelo tempo similar entre amadores (em embarcação de quatro remos) e profissionais (em embarcação de seis remos), é viável supor que a distância das provas não foi a mesma.

Por outro lado, o efeito espetacular da regata teria sido tal que, ao término das provas, "[...] grande numero de senhoras, das q'se achavam a bordo do [vapor] inscreveram para socias do Club de Regatas" (O LIBERAL DO PARÁ, 10.09.1876, p.2). Cumpria assim a regata a função de, para além do espetáculo, do recreio e da competição, aumentar o número de associados ao "Club de Regatas", inclusive entre as mulheres. Gestava-se dessa forma o clube esportivo como um novo espaço para sociabilidades.

Esses eventos e formas narrativas se repetiram, até que, em 1888, surgem duas novidades: a regata dos "catraeiros", competição de menor porte, realizada em 03 de junho de 1888, e a "grande regata" promovida pela imprensa, ou, como também foi chamada, "O festival da imprensa", ocorrida em 11 de junho daquele mesmo ano.

Antes de abordar as regatas em questão, é importante frisar que à época, o litoral de Belém era tomado por trapiches e que isso passou a perturbar as novas sensibilidades que ali se desenhavam. Assim, era exigida uma nova configuração à espacialidade e aos usos daquele espaço banhado pelas águas do Guajará. Por isso, em 1888 o "A Província do Pará", dizia que era preciso combater "[...] a febre trapicheira [...] assunto de alta importância, quer o encaremos sob o ponto de vista scientifico, quer sob o moral, quer, finalmente, sob a proporção harmônica, que é

condição essencial da esthetica ou do bello" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24.01.1888, p.1).

Ciência, moral e estética, juntas, compondo o ideário da urbanidade moderna: uma nova cidade, cidade que demolia para construir, apagava para redesenhar. Cidade que tinha na feiúra uma afronta e mesmo um cartão postal invertido. A sequência da publicação reproduzia uma notícia do jornal "Commercio do Pará" e, assim, "A Província do Pará", aqui leia-se Lemos, se unia àqueles que se queriam descortinadores de novos horizontes para a orla do Grão Pará:

> Pela lista dos trapiches existentes que hontem publicamos, vê-se que a frente da cidade está toda *tomada*. A primeira coisa que fere a vista do extrangeiro ao aportar ao Pará, é essa multidão de barracões informes e sem gosto, cobertos com folhas de zinco, expostos diretamente aos raios do sol ardente e deixando adivinhar o calor intenso que se deve sentir no interior, sem ventilação e sem hygiene [...]. Não se diga que o desenvlvimento progressivo e rápido do nosso commercio de importação e exportação explica a existencia dessas pontes e desses trapiches no littoral. Não nos falta espaço na área da cidade para estender-se o commercio (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24.01.1888, p.1).

As fontes confirmam que o litoral daquela Belém era ocupado por vários trapiches. O que se apresenta como novidade é o sentimento de aqueles locais enfearem o litoral a ponto de chocarem os estrangeiros, o mesmo podendo ser dito sobre a falta de higiene que ali imperava. Parece razoável supor que a narrativa é escrita a partir de um novo tipo de perspectiva, que pretende dar vazão à ideia de que Belém – e seu litoral – precisavam se modernizar. De fato, era fundamental superar o passado de atrasos (valendo-se douso de imagens negativas a ele atreladas, como a de Belém ser uma cidade insalubre). Reforçando esse entendimento, é importante retomar as memórias de Ernesto Cruz relativas aos trapiches belenenses, vistas anteriormente nessa tese. Para o historiador paraense, tais locais, que habitavam suas memórias de menino eram de tal forma variados em

tamanho e textura que ganhavam um "[...] aspecto pitoresco, [...] impressionando, satisfatoriamente, os viajantes" (CRUZ, 1999 [1952], p.76).

Retornando à regata, aquela promovida pelos catraieiros foi prestigiada por autoridades militares e civis, bem como por Antonio Lemos, ainda na qualidade de deputado provincial, e se constituiu em uma festividade composta por quatro provas, sendo a última, o confronto entre os vencedores das demais. A primeira prova contou apenas com uma catraia inscrita e por isso não foi realizada, porém, curiosamente, foi esta a catraia vencedora da última prova, sendo declarada "campeã das campeãs". Após a vitória, a campeã desafiou "[...] qualquer escaler de seis remos para o dia 11 do corrente [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 05.06.1888, p.1). Pontua-se aqui a participação dos catraieiros no processo inicial que trouxe a disputa de regatas às águas guajarinas. Entretanto, é preciso destacar novamente que em momento algum encontrei referência sobre o fato de os catraieiros estarem entre aqueles considerados profissionais a partir da classificação pertinente às regatas de então.

A festividade promovida pela imprensa foi realizada "em honra ao 13 de maio e 11 de junho [...] dous factos grandiosos, que hão de eternamente rebrilhar nos faustos da nossa cara pátria – a extinção do captiveiro, e a gloriosa batalha do Riachuelo" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.06.1888, p.1). Essa regata apresenta como particularidade o fato de ter Antonio Lemos à frente de sua organização. Afinal, Lemos, naquele momento, além de ser deputado provincial, exercia também a função de jornalista[137], na condição de redator-chefe e um dos sócios do jornal "A Província do Pará", jornal que teve seu primeiro número publicado em 1876, sendo Lemos, já nessa edição, o responsável pela redação do mesmo, junto com o então proprietário, Joaquim José de Assis (SARGES, 2002). O "A Província do Pará" seria adquirido por Lemos em 1889 e seria um dos veículos de propaganda do

[137] "A trajetória política do intendente mistura-se com o exercício do jornalismo" (SARGES, 2002,p.45).

Intendente[138]. À regata da imprensa foram convocados profissionais e amadores, "[...] devendo os que se inscreverem declarar não só os seus nomes como os das embarcações que tiverem de tomar parte na regata e o gênero das mesmas embarcações" (O LIBERAL DO PARÁ, 05.06.1888, p.1).

Se a nota de convocação à regata, assinada por Lemos, não fazia alarde sobre o evento, o mesmo não pode ser dito em relação às crônicas publicadas pelos jornais: poucos dias após a realização da festividade sobre as águas guajarinas, os jornais ainda repercutiam o evento, propagando aos quatro cantos que ao longo da regata um numeroso e entusiasmado público, formado por "[...] ondas de povo, de todas as **classes**, de todas as **idades**, de todas as **categorias**, [...] affluiam para o cáes, procurando os trapiches, que dentro em pouco regorgitavam de gente [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifos meus).

Compondo a efervescência daqueles tempos idos, evocava-se que as regatas levariam ao litoral, ao mesmo tempo, tranquilidade e frenesi. Desse modo, as águas da baía seriam palco por onde "[...] lanchas, rebocadores, escaleres, vapores etc, embandeirados, cheios de gente, cruzavam-se em todos os sentidos em uma **agitação** palpitante de alegria ou balouçavam-se de leve ao **sopro fresco** da brisa da manhã [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifos meus). Ou ainda, as embarcações singrariam "[...] as ondas quietas da bahia correndo de um lado para outro, como um bando de elegantes patinhos **fluctuando** nas faces de um lago **calmo** e **sereno** [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifos meus).

O jornal de Lemos construiu a imagem da regata como um momento ímpar, dizendo que desde os

> [...] primeiros albores da manhã do dia 11, a população de Belem despertou dominada de uma justa anciedade, derramando-se immediatamente para o litoral da cidade [...]. Todas as embarcações surtas no porto amanheceram embandeiradas, assim os **trapiches e pontes** [...].

[138] Ao assumir o comando do "A Província do Pará", Lemos "[...] imprimiu outra dinâmica ao jornal, chegando ao ponto de ensinar aos 'gazeteiros', por ocasião da distribuição dos jornais, as notícias mais interessantes que deveriam ser apregoadas" (SARGES, 2012, p.46)

> O que se passava no mar, dava-se em terra, com as devidas variantes: aqui os consulados desfraldaram suas bandeiras; assim também os edifícios públicos, estabelecimentos e muitas casas particulares[...].
> O commercio e as repartições publicas, em homenagem ao objeto solemniado pela imprensa, conservaram-se fechados, inclusive muitas casas de negocio a retalho.
> A imprensa havia, com effeito, conseguido feriar o dia 11 de junho (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15. 06.1888, p.2. Grifo meu).

A narrativa é objetiva e clara no que diz respeito a criar uma imagem de mobilização, congraçamento e festividade que seria provocada por aquele momento de celebração ao ar livre. Tanto sobre as águas do Guajará como em terra, todos rendiam, por meio das regatas, homenagens às duas datas simbólicas e comemorativas. A espacialidade do litoral belenense, inclusive, não parecia de forma alguma apagar, prejudicar ou enfear a festividade. Os trapiches e pontes que caracterizavam aquele espaço naquele momento, eram citados como locais perfeitamente integrados à lógica e estética dos festejos, contradizendo assim algumas narrativas da época, conforme visto anteriormente.

Em plena baía, amalgamando o barulho dos motores das embarcações às vozes citadinas, a modernização parecia impor-se à natureza, remodelando a vida ao ar livre:

> Os vivas e *hurrahs* que partiam do cáes, dos trapiches, de todas as embarcações, prorompidos por milhares de vozes enthusiasmadas, misturando-se com o reboar das válvulas de todos os vapores, em diversos sons, produziam um écho extraordinario, nunca ouvido até então, fazendo o efeito mais estupendo no animo de todos [...] (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifo do jornal).

Não encontrei registros fotográficos nas fontes pesquisadas. Entretanto, vem de uma ilustração que tematiza a regata de junho de 1888, uma série de imagens que encorpam as narrativas até aqui apresentadas.

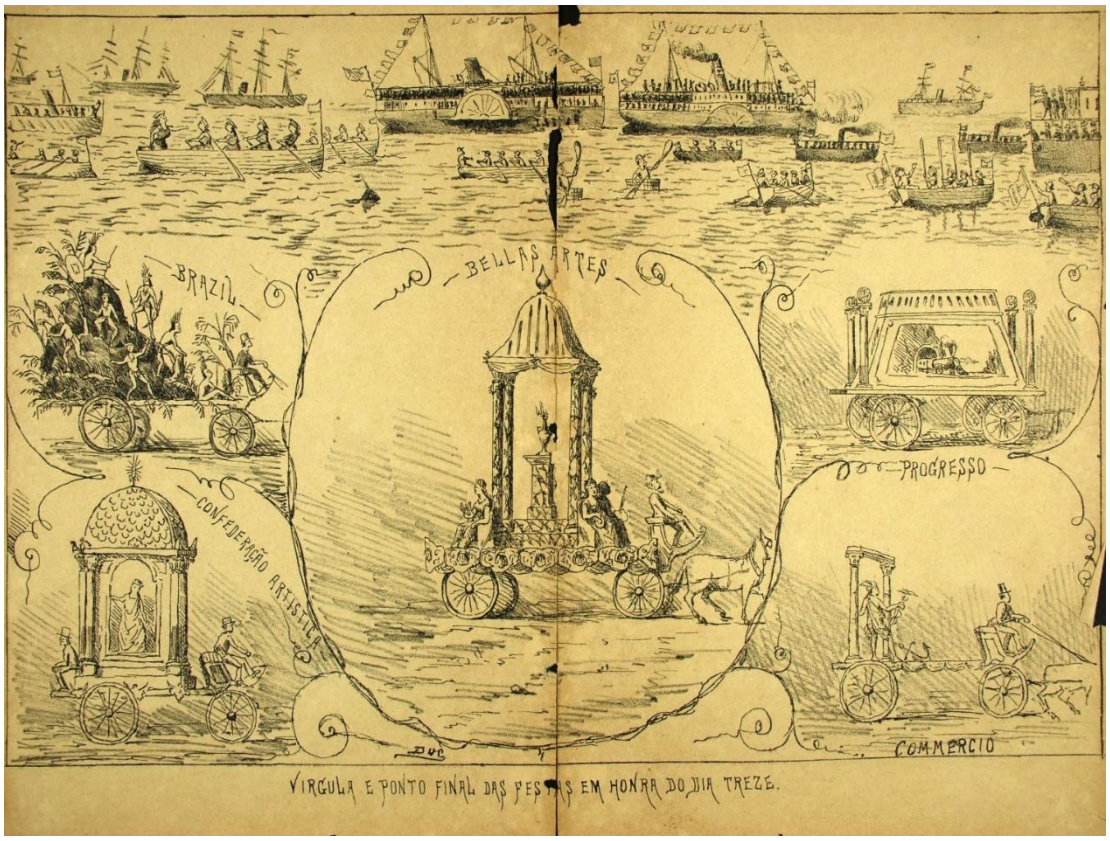


Figura 130- Regatas em honra do dia treze de maio. A SEMANA ILLUSTRADA, 18.06.1888, contracapa. Acervo do Museu da Universidade Federal do Pará.

Como diziam as narrativas, no “mar” e em terra, a celebração imperava. Vê-se, a partir da ilustração, que fez parte da festividade promovida pela imprensa o desfile de carros alegóricos simbolizando valores tão caros àquele período: progresso, artes e comércio. Vê-se também um carro alegórico intitulado “Brazil”, e, sobre ele, índios e a rica natureza brasileira. Vejamos a ilustração detalhadamente:

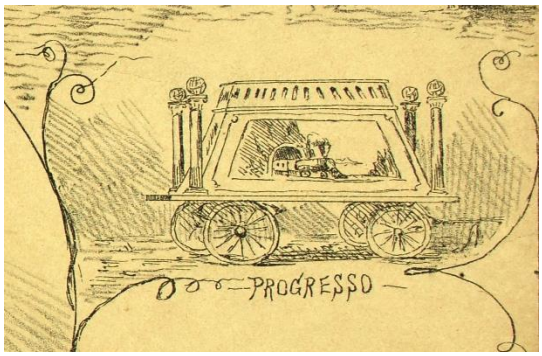


Figura 131- Detalhe da ilustração: carro alegórico simbolizando o progresso.

Observando cuidadosamente essa parte da ilustração, pode ser visto, do centro do carro alegórico, surgir um trem a vapor, um dos símbolos da modernidade de então. Outro destaque importante: de todos os carros que foram ilustrados, esse é o único que não aparece sendo tracionado por animais. Sinal do futuro? Logo abaixo, é ilustrado o carro que simbolizaria o comércio (figura 132). Esse, diferente daquele pensado para o progresso, não trazia a máquina como referência. Puxado por tração animal, apresenta a figura mitológica de Mercúrio, segurando em suas mãos o Cadeceu, ambos, até hoje, símbolos do comércio.

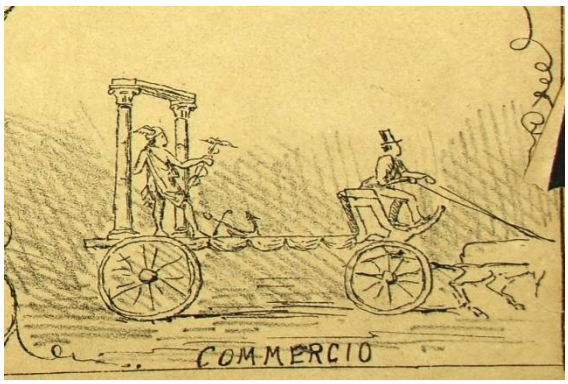


Figura 132- Carro simbolizando o comércio. Vê-se Mercúrio segurando o Caduceu.

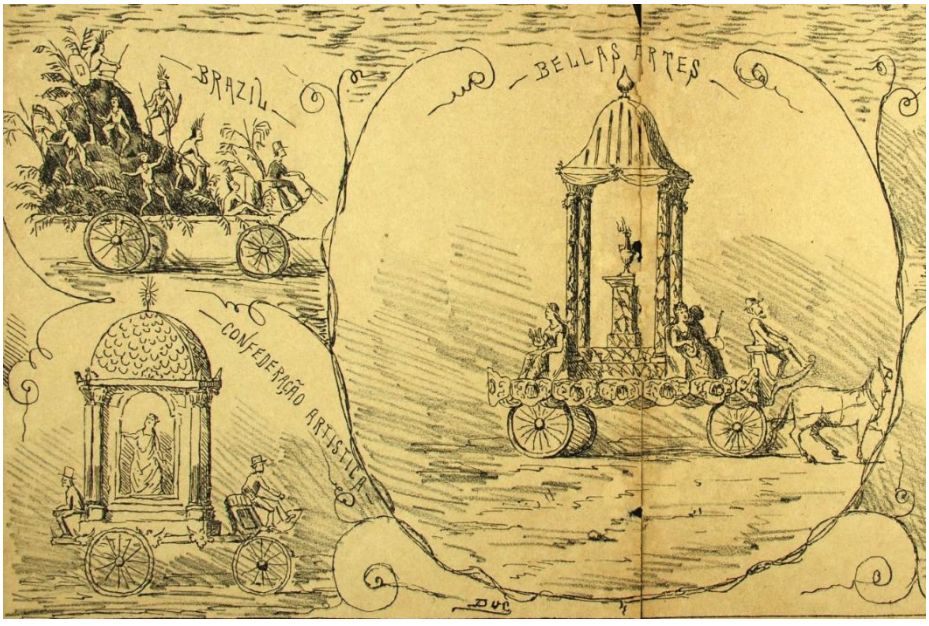


Figura 133- Carros alegóricos simbolizando as artes e o Brasil.

A parte superior da ilustração retrata as regatas ocorridas naquela data. O traço da pena mostra, com riqueza de detalhes que eram vários os vapores, embandeirados e apinhados de gentes, a prestigiar e celebrar aquele momento (figura 134). Diversos eram os tipos de embarcações a disputar a regata, incluindo aquelas de quatro, seis e oito remos. Há duas embarcações conduzidas por mulheres (figura 135 e 136), uma em cada extremidade da ilustração. A embarcação da figura 136, remada por mulheres, mas com um homem como patrão, mostra as remadoras erguendo seus remos e o timoneiro saudando o público, o que, acredito, simbolize a conclusão da prova com triunfo. As duas embarcações são conduzidas a quatro remos, sendo que a da figura 135 tinha uma mulher como patrão.

É possível também ver o que parece um trapiche (figura 137), com pessoas dali assistindo às provas. Uma bóia é retratada como que a sinalizar o ponto de chegada ou de partida (figura 139) e, mais adiante, denotando a ainda frágil constituição de um campo esportivo, são retratadas duas tinas, (figura 139 e 140), conduzidas, cada uma, por um solitário remador. Merece destaque também a diferença entre as roupas do público e a dos remadores e remadoras. Vejamos os detalhamentos da ilustração:

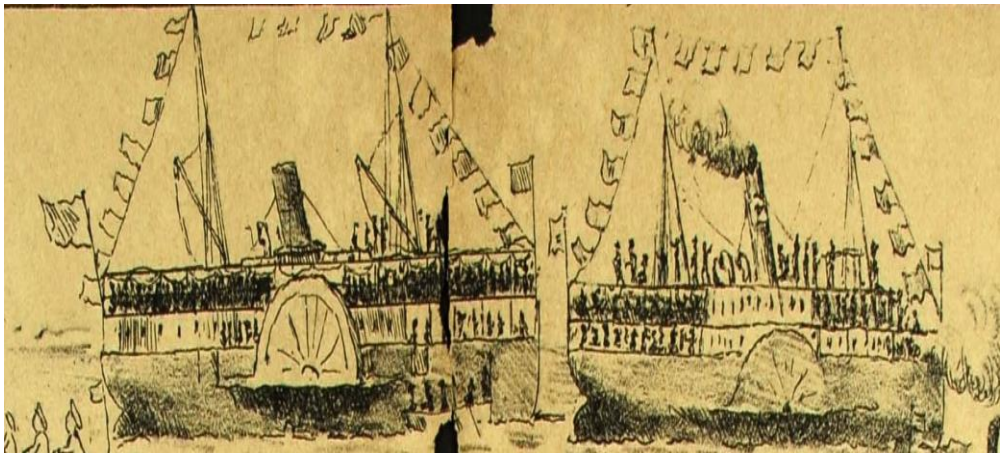


Figura 134- Vapores embandeirados. Note-se que ambos aparecem lotados.

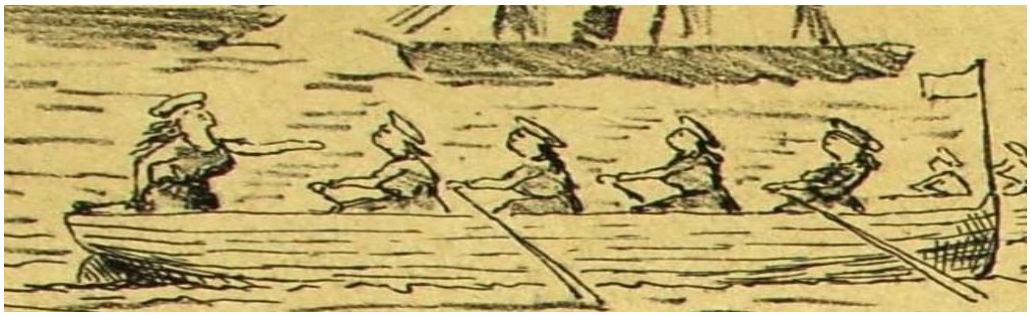


Figura 135- Embarcação (Princesa Izabel) a quatro remos, conduzida por mulheres e com uma timoneira, a senhora Umbelina Nunes.

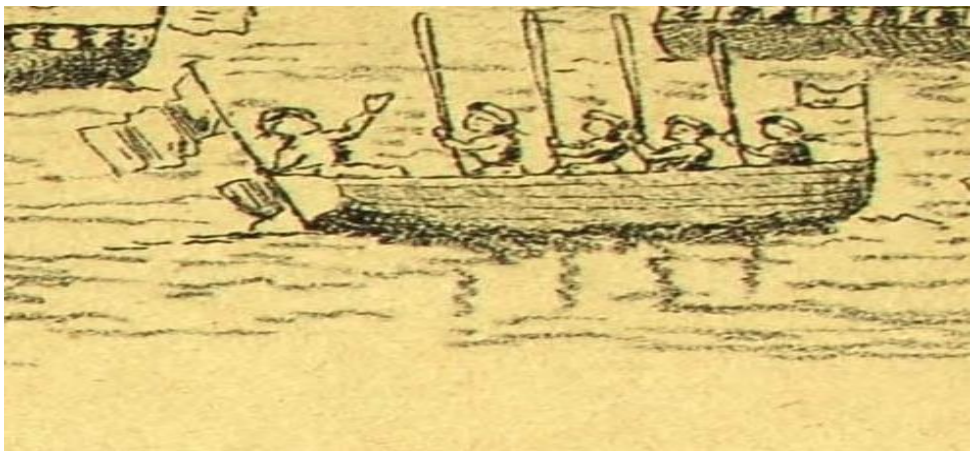


Figura 136- Embarcação (13 de Maio), a quatro remos, conduzida por mulheres e com um homem (Antonio F. Freire de Oliveira) como patrão. Os remos erguidos para o alto simbolizam que a prova foi concluída.

Dizem as fontes que a regata da imprensa contou com dois páreos femininos. Curiosamente, cada páreo contou apenas com uma embarcação, o que não caracteriza, grosso modo, uma competição. Como veremos mais adiante, essas duas provas foram realizadas para “realçar” a festa. Talvez, por isso, a ilustração mostre as duas embarcações em extremidades opostas. O terceiro páreo do dia, embarcação denominada “Princesa Izabel”, remada por senhoras Como patrão (timoneira), a senhora Umbelina Nunes. O outro páreo, o quarto do dia, contou com a embarcação “13 de Maio”, remada por senhoras, mas com um homem como patrão, o senhor Antonio F. Freire de Oliveira. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1888).

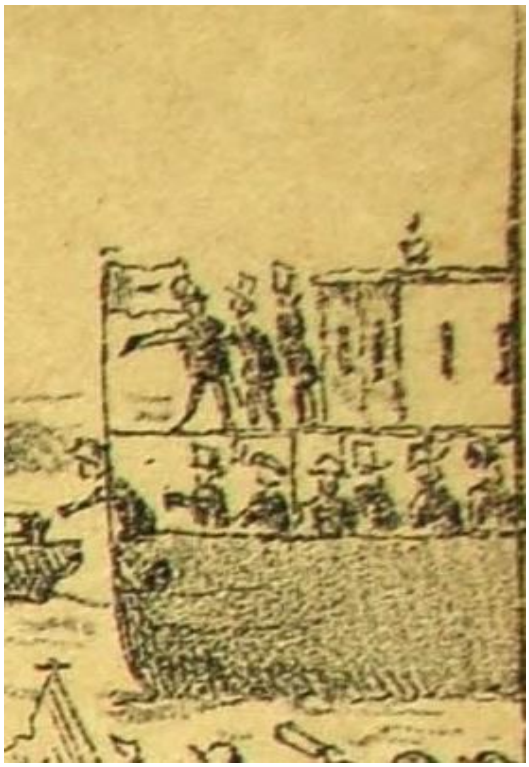


Figura 137- Aparentemente, um trapiche. Sobre ele, um público atento ao que se passa. É importante atentar às roupas, formais, com direito a chapéu.

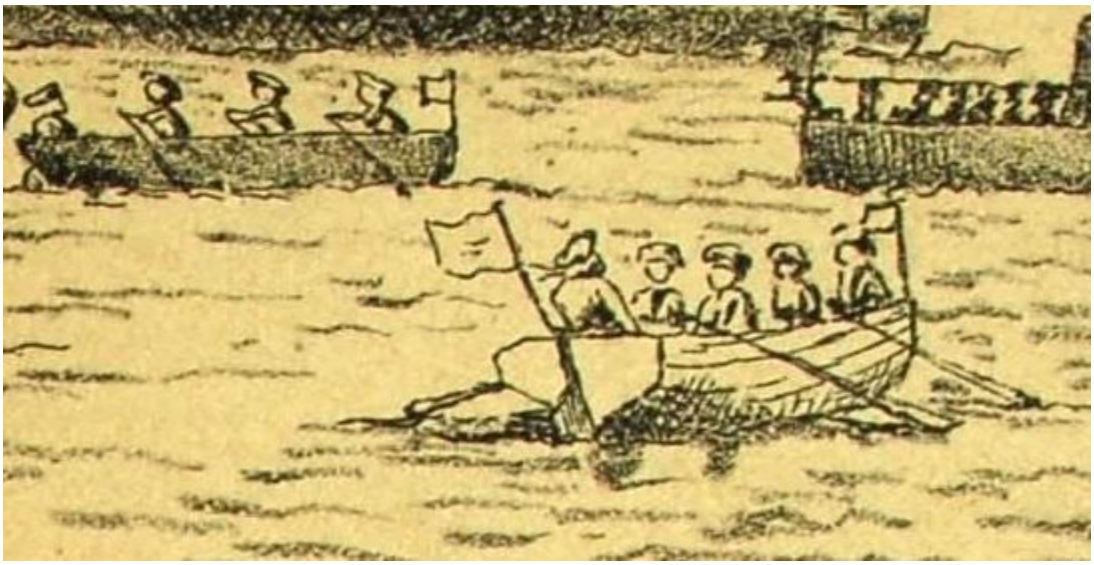


Figura 138- Embarcações conduzidas por homens, ambas, com timoneiro. A retratada em primeiro plano, a oito remos.

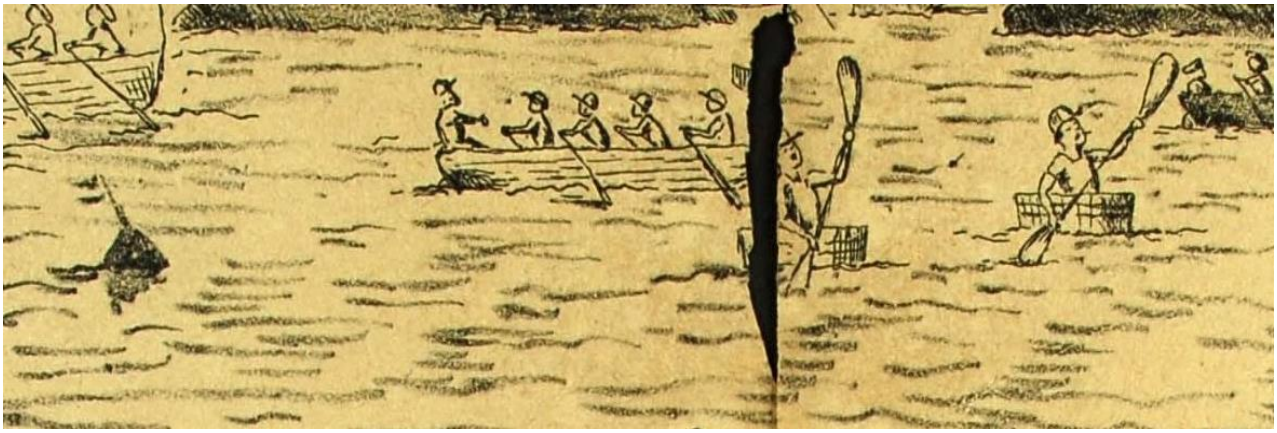


Figura 139-Bóia sinalizadora e, mais adiante, duas estranhas embarcações, cada qual conduzida por um remador solitário.

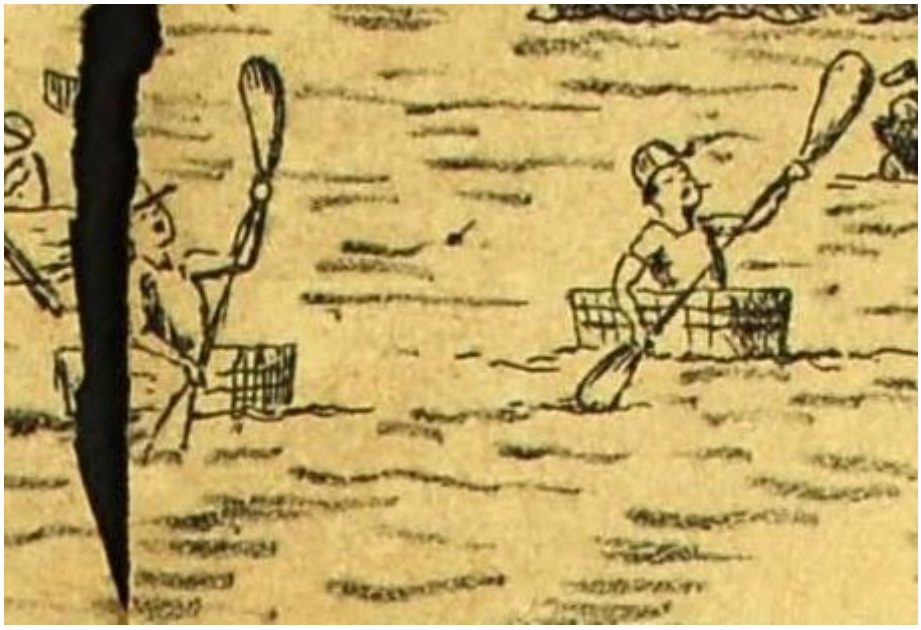


Figura 140- Duas tinas conduzidas por marinheiros do arsenal de marinha. Momento pitoresco da festividade?

As duas estranhas embarcações concorreram no décimo e último páreo da festividade. Sobre as mesmas, dizia-se: “Duas tinas dirigidas por marinheiros do arsenal de marinha; venceo a que era governada pelo marinheiro Raymundo de

Mendonça" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.06.1888, p.2). Não encontrei outro registro sobre esse tipo de prova e embarcação. Isso reforça a hipótese de que essa prova tenha sido um momento pitoresco mais do que uma competição propriamente dita, reforçando, repito, a ideia de que as regatas de então ainda não se constituíam como um campo esportivo.

Pensando agora a partir das narrativas, como momento de sociabilidades, caracterizado pelo espetacular, ao público e, em especial, às mulheres, foi delegado o papel de exibir-se, compondo, assim, o quadro de uma urbanidade moderna que aos poucos se configurava. Em tempos de mudanças comportamentais, o modo de vestir feminino simbolizava e obedecia a certas "[...] determinações sociais específicas [...] resultado de um laborioso e lento processo de transformação de sensibilidades em relação ao corpo e à sua exibição [...]" (SOARES, 2011, p.13). Atribuía-se às mulheres a função de embelezar a orla, seja com

> [...] os vestidos claros das senhoras [...] que davam ao acontecimento [...] notas alegres e vistosas [ou com a] simplicidade das *toiletts* das gentis meninas, algumas vestidas á marinheira, [que junto às] harmonias belíssimas das bandas marciaes [...] formava ali um conjunto cheio das mais attrahentes seducções, convidando o coração a expandir-se em demonstrações de jubilo (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifo do jornal).

Vejamos o que disse uma crônica escrita na década anterior:

> [...] aquellas mulheres com seus elegantes vestuarios, lindos chapéos e mais lindos rostos que se apinhavam em suas bordas, fasiam pensar em uma enorme nymphéa que tivesse emergido do seio das aguas murmurantes da bella Guajará [...] (O LIBERAL DO PARÁ, 23.11.1877, p.1).

Mesmo separadas pelo fio do tempo, as percepções se aproximam, destacando a beleza das senhoras e das gentis meninas paraenses a emoldurar um quadro de celebração à vida pública. Mulheres elegantes, vestidas como europeias, civilizadas e frequentadoras da vida social que eram, marcavam,

enquanto espectadoras de divertimentos ao ar livre, os novos tempos que instalavam novas formas de educação do corpo. Desse modo, comparecer como espectadoras às regatas era uma forma de as mulheres expandirem ao campo a vida social, o mesmo podendo ser dito sobre a participação feminina – mesmo pequena, se comparada à masculina – como competidoras em tais eventos.

Durante a virada do século XIX para o XX, "[...] pela prática dos esportes, as mulheres se mostravam bem mais presentes na vida social das cidades [...], como assistentes e, muitas vezes, como atletas [...]". (LUCENA, 2001, p.87). Destarte, entre os páreos promovidos em junho de 1888, mereceu "[...] toda a attenção e [...] enthusiasmo, o das senhoras, em que moças da nossa melhor sociedade concorrerão gentilmente para dar mais realce á festa [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifo do jornal).

Além de deixar claro que as concorrentes eram da "melhor sociedade", a crônica dava à participação feminina um caráter meramente festivo. Todavia, entendo que a presença das mulheres foi maior do que a narrativa faz crer, pois elas participaram em dois páreos: em um, na condição de "patrão", dirigindo o leme; e, noutro, como remadoras. Dirigindo o leme ou remando, a presença feminina, mesmo que restrita a dois páreos, dá indícios de que as mulheres, por intermédio das práticas físicas, começavam a alargar seu campo de sociabilidade.

Sobre os páreos, dizia-se: "[...] 3.º pareo – Guarnecido por senhoras [...] 6 remos, patrão a exmª srª d. Umbellina [...]. 4.º pareo – Remado por senhoras e governado por cavalheiros [...] (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1. Grifo do jornal). Mais adiante, a crônica relata que as "[...] senhoras vencedoras na regata foram, em escaler por ellas tripolado e remado, á capitanea da esquadra convidar e conduzir a officialidade para as danças, á bordo do 'Trombetas', e que duraram até o anoutecer [...]" (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1).

Eis que novamente as festas se juntam, ou integram, a configuração das regatas. Em vapores reservados apenas a convidados, uma elite que incluía coronéis, comendadores, oficiais dos navios de esquadra e o próprio presidente da

província. A narrativa dessas festas diz muito do que era a elite dos tempos da borracha:

> [...] os que iam a bordo de todos os vapores dançavam ao som das musicas, que continuadamente enchiam os ares com melodias convidativas. Emquanto uns dançam, outros correm n'um vai vem entrecortado por outros que vem e vão. Ali bebem-se brindes enthusiasmadissimos, aqui canta-se hymnos, ali *hips* e *urrahs*, aqui vivas e aclamações; ali uma quadrilha, aqui uma walsa [...] emfim era um enorme reboliço encantador!
> Assim passaram as horas sem pensar-se no relógio, em meio a um contentamento indescriptivel (O LIBERAL DO PARÁ, 15.06.1888, p.1).

Não aprofundarei esse tema. Porém, considero importante ressaltar que a elite, confortavelmente acomodada a bordo dos vapores, enquanto se inebriava com suas riquezas, não apenas observava mais de perto as provas, comportando-se ora de forma contida, ora euforicamente, invariavelmente, testemunhava e alimentava a lógica capitalista que ali inventava um ideal de vida ao ar livre. Em contraste, a maioria do público, exposta ao sol, de pé ou sentada em cadeiras pouco confortáveis e até mesmo no chão, se acotovelava em busca de um melhor ângulo para assistir àquela forma de divertimento. De forma complexa, mesmo sendo palco de distinções, as regatas envolviam diferentes classes sociais e sensibilidades, configurando-se em um espetáculo que, aparentemente, encantava e divertia a todos.

Avanço no tempo para pensar uma Belém já republicana: como espetáculo que mobilizava grande e diversificado público, às regatas foram incorporados novos contornos com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e com a adesão do Pará a tal regime, ocorrida em 16 de novembro daquele mesmo ano. Com efeito, o Pará foi o último Estado a aderir à República, e tinha essa data como momento de exaltação e festa. Os belenenses comemoravam as duas datas com

as “Festas Republicanas”[139] promovidas pelo governo e pela intendência municipal. As primeiras regatas eram apenas mais um dos eventos festivos, embora merecessem destaque na programação. Isso, no entanto, mudaria de figura anos depois.

Durante os primeiros anos da República, as regatas eram realizadas no dia 15 de novembro. Posteriormente, passaram para o dia 16 do mesmo mês, assumindo o papel de ponto culminante do dia. A associação da regata ao ideal Republicano era explícita, pelo menos por parte do discurso dos jornais e do poder público. Organizada pelo inspetor do Arsenal de Marinha e pelas Companhias de Navegação, com o auxílio do Conselho Municipal, o aconteciemnto foi propagandeado como uma festa digna do feito ali aludido, uma verdadeira celebração característica dos “[...] grandes povos [pois esses] identificam-se com os mais faustosos acontecimentos que lhes relembram as conquistas no circulo das liberdades e fazem das datas que os assignalam dias de verdadeiro delírio patriótico” (A REPÚBLICA, 16.10.1892, p.1).

[139] Sobre as “Festas Republicanas”, ver COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: O monumento à República em Belém – 1891-1897, Belém: Paka-Tatu, 2002. Ver também MOURA, Daniella de Almeida. ***A* República paraense em Festa (1890-1911)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

Festival Patriotico

Grande Regata

NO DIA 16 DE NOVEMBRO

Em commemoração da adhesão do Pará ao regimen Republicano

A inscripção dos professionaes e amadores acha-se aberta na Secretaria do Arsenal de Marinha. Urge fazer a inscripção, que será brevemente encerrada.

Não tomará parte no torneio maritimo quem não estiver devidamente inscripto.

Figura 141- Regata de 16 de novembro. Grande Festival Patriótico. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 29.10.1892, p.1.

A festa republicana de 1892 foi alvo de críticas por parte dos oposicionistas do novo regime de governo. Dizia-se que o poder público não mediu esforços para realizar uma festa deslumbrante para saudar o terceiro ano da República, mas que a população, de fato, estava indiferente a tal evento, exigindo assim que fosse forjado "[...] um colorido de enthusiasmo fictício, que os jornaes governistas hão de elevar até o delírio, para fazer crer que há nestas manifestações officiaes de regosijo publico a espontaneidade, a iniciativa de uma população enthusiasta da nova fórma de governo" (O DEMOCRATA, 15.11.1892, p.1). Seria então fictícia (ou exagerada) a multidão formada por gentes de todas as classes sociais, a acotovelar-se junto ao litoral para assistir, entusiasmada, às regatas, ao mesmo tempo em que comungavam dos ideais republicanos, conforme diziam os jornais governistas?

A crônica prossegue afirmando que nada foi poupado para dar à festividade brilhantismo e, ao mesmo tempo, iludir a população que lá se fizesse presente, já que o povo, sobrecarregado por impostos e à mingua de gêneros de primeira necessidade, em compensação, teria

> [...] divertimentos *gratuitos*, que a sollicitude paternal do governo lhe offerece [...]. Teremos grande parada das tropas de linha e guarda nacional; [...] regatas, corridas, touradas, fogos de artificio, musica, girandolas [...]. Em quanto o povo se diverte, não pensa na má gestão dos negocios públicos, nem lembra que a Republica só tem servido para a elevação de ambiciosos sem mérito, e, para augmentar a fortuna dos especuladores sem crenças (O DEMOCRATA, 15.11.1892, p.1).

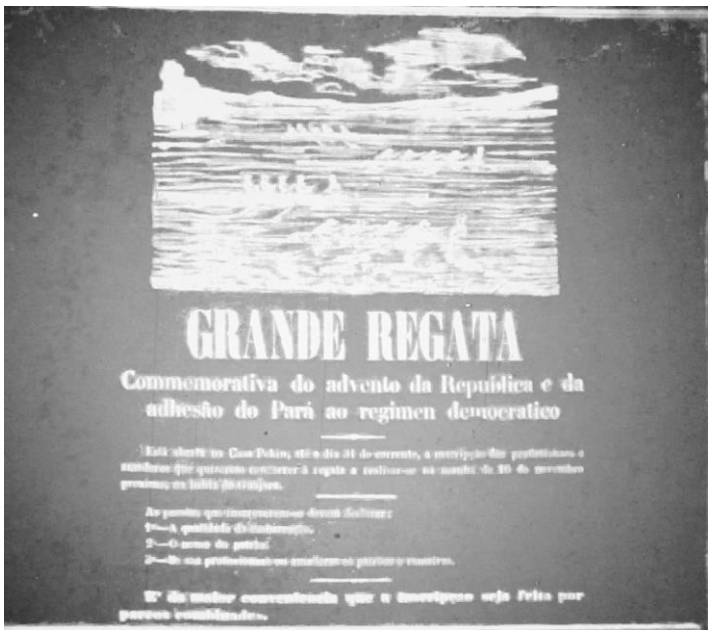
As críticas apresentadas pelo jornal são contundentes e põe em cheque as narrativas que descreviam não apenas as regatas, mas o fervor do público as assistia e a empatia desse com os ideais republicanos. Considerando as críticas apresentadas pela crônica, as regatas (e as demais diversões), cumpririam o papel de distrair a população, como se fossem momentos de recreio capazes de desviar o foco dos problemas econômicos e políticos pelos ali instalados. Feitas para divertir e distrair, as regatas que compunham as festas cívicas seriam, então, mero instrumento político, usado para falsear a realidade citadina.

Mesmo sendo alvo dos oposicionistas do governo, ou porque era instrumento político desse governo, as regatas continuaram a compor a programação das festas republicanas. Em 1896 as comemorações foram iniciadas às seis horas da manhã com um passeio escolar que reuniu

> [...] diversos carros alegóricos symbolisando a Sciencia, a Republica, o Exercito, o Povo, etc.
> [...] Ás 8 horas da manhã realizou-se na nossa formosa bahia uma **esplendida regata**, promovida por estimaveis cidadãos.
> [...] Á 1 hora da tarde bellas corridas verificaram-se no prado do **Jockey-Club Paraense** [...] (FOLHA DO NORTE, 17.11.1896, p.2. Grifos meus).

Quão simbólico era o desfile: ciência, República, o povo, todos representados por carros simbólicos, caprichosamente decorados. Eram os tempos e ideais Republicanos forjando uma nova Belém e as regatas, mesmo que timidamente, começavam a compor esse quadro, inclusive, lado a lado com o hipismo, esse que era considerado o espetáculo preferido do belenense, ao lado das touradas. Eram

aqueles, tempos de frágil configuração de um campo esportivo, com práticas físicas diversas surgindo e sumindo com a mesma intensidade e velocidade. Dois anos depois, a regata ganha destaque, com propagandas ocupando as páginas dos jornais durante os meses que a antecederam, ecoando a “Grande Regata commemorativa do advento da Republica e da adesão do Estado do Pará ao regimen democrático” (O PARÁ, 04.08,1898, p.1). As inscrições ocorreram na “Casa Pekin” – tradicional loja de variedades – até o dia 31 de agosto daquele ano. Anunciava-se ainda ser preciso declarar a qualidade das embarcações, o nome do patrão, bem como, se eram “[...] profissionaes ou amadores os patrões e remeiros [sendo] da maior conveniência que a inscripção seja feita por pares combinados” (O PARÁ, 04.08,1898, p.1).


GRANDE REGATA

Commemorativa do advento da Republica e da adhesão do Pará ao regimen democratico

Figura 142- Anúncio da Grande Regata comemorativa à adesão do Pará ao regime democrático. A PROVÍNCIA DO PARÁ, 04.08.1898, p.2

Ao comporem a vida banal da população como um destacado e importante evento festivo e patriótico, as regatas continuavam a reunir um grande público, mas agora movidos pelo ideal de solidificar o imaginário da República. As regatas ganhavam assim, poder simbólico e também maior visibilidade. Por outro lado,

> [...] em meio a grupos urbanos de Belém, integrados por representantes de categorias sociais diversificadas [...] a festa republicana [era voltada] ao enaltecimento do novo regime, precisamente porque a festa, vista por esse ângulo, cerca-se do sentido de coesão, unidade, congraçamento em torno de um valor comum [...] (COELHO, 2002, p.133).

A baía que banhava Belém continuava a ser forjada como formosa e acolhedora, festiva e enfeitada. Porém, o ideal, ou a defesa do ideal republicano parecia ter ancorado ali para não mais sair. Os jornais anunciavam com antecedência a realização das regatas, não se privando de carregar nos matizes que davam vida e movimento às crônicas. Lemos, o então senador (outrora marinheiro), era destaque, assim como seus ideais de progresso e modernidade tomavam conta das entrelinhas das crônicas, como se ele fosse quem manuseasse a pena:

> Para comemorar a gloriosa data do advento da Republica brazileira e a adhesão do Pará a esse movimento politico que realisou a aspiração do povo e firmou uma **era de ordem e progresso para a nação**, o ilustre chefe da executivo, Senador Antonio Lemos, empenha todos os exforços.
> Dentre os festejos projectados e que serão levados a effeito é sem duvida a regata o que mais despertará a attenção publica dando também a nota do dia 16, data da adesão do Pará ao regimem Republicano (O PARÁ, 05.11.1898, p.2. Grifos meus).

Dando corpo ao caráter oficial, estreitamente vinculado ao poder público e aos ideais republicanos, as regatas eram dirigidas por oficiais da marinha e membros das companhias marítimas que operavam em Belém. O jornal “O Pará”, que era um dos braços de Lemos, chega a publicar em 15 de novembro de 1898, em mais de metade de uma página, a programação das festas, com destaque para as regatas regatas (figura 141).

PROGRAMMA DAS FESTAS

15 e 16 de Novembro

MANCHADA

Figura 143- Quase uma página inteira dedicada ao programa das regatas de 15 de novembro. O Pará, 15.11.1898, p. 4

A partir da programação, sabemos que a regata de 1898 reservava um espaço privilegiado no trapiche da Lloyd Co., uma das empresas estrangeiras que naqueles tempos explorava a navegação fluvial na região norte. O acesso a esse trapiche, como às embarcações dar-se-ia somente por convite, o que, não parece equivocado afirmar, era destinado apenas às elites, cabendo ao restante da população acotovelar-se nos trapiches que ali existiam.

Ocorreram oito páreos, sendo o primeiro deles, denominado “Marinha Brazileira”, um “[...] lindo pareo de gentis e graciosas meninas [em] Escaleres a trez remos [um sob o nome Almirante Barroso] patrão a menina Violeta Pontes de Cravalho [e o outro] Almirante Tamandaré, patrão a manina Alba Farias” (O PARÁ, 15.11.1898, p. 4). Mais uma vez, os valores associados às mulheres competidoras não iam além de aquelas serem gentis e formosas, características que em nada influenciariam a competição. O segundo páreo trazia uma curiosidade de vida curta: uma competição entre velocípedes marinhos, e foi disputada por três competidores. Os demais páreos foram em escaleres a 4, 6 e 12 remos, assim distribuídos: a) 6 remos, quarto páreo, com duas embarcações, e quinto páreo, com três; b) 12 remos,

terceiro páreo, com duas embarcações; c) 4 remos, sexto páreo, com três embarcações, sétimo páreo, também com três, e oitavo páreo, com duas embarcações.

A organização do evento apresentou regras bem definidas e rígidas, desde a observância à pontualidade do início de cada prova, passando por delimitações sobre o espaço a ser respeitado por cada embarcação antes e ao longo das provas. Configurava-se assim o processo disciplinar e pedagógico que educava os corpos e hábitos, estabelecia limites e regras, esquadrinhava a espacialidade das águas. Vejamos:

> Nenhum pareo formará na linha antes de se levantar o signal de chamada, sendo elle o seguinte: para o 1º pareo, bandeira branca; para o 2º, encarnada; [...]. A bandeira branca e azul, em xadrez, hasteada no ponto de partida e confirmada com um tiro, indica a annullação da sahida; içada essa bandeira e do mesmo modo confirmada, no ponto de chegada, indica a annullação do pareo. [...] Nenhuma embarcação, sob pena de ser retirada so pareo poderá:
> - navegar na linha de outra.
> - impedir ou dificultar, por qualquer modo, a marcha da competidora ou cortar-lhe a prôa, salvo em distância não inferior a 6 corpos da embarcação.
> As embarcações não poderão ficar a sotavento das boias de chegado, devendo tomar a margem ou a lancha Bonifacio de Abreu, que as rebocará para o navio capitanea (O PARÁ, 15.11.1898, p. 4).

De início, destaco que os termos técnicos ligados à navegação, pontuando que a narrativa não foi pensada por leigos. Por outro lado, a programação da regata apresenta uma série complexa de elementos a formar um todo harmônico e racionalizado: A adoção de bandeiras como pequenos e normativos símbolos que deviam ser obedecidos de forma incondicional. Os impedimentos físicos, delimitando e cerceando o campo de deslocamento das embarcações, sempre em relação a si e ao oponente, em uma demarcação das águas que não era visível, ou palpável, mas estava lá. Desse modo, O conjunto de regras especializadas e de limites pré-concebidos, cuja obediência se fazia obrigatória, acabava por

estabelecer um processo que educava corporalmente, os competidores não menos que público. Afinal, se os “remeiros”, (termo e concepção bem distante do termo “rowers”, que seria utilizado ao longo do processo de esportivização para designar os atletas de remo), exercitavam seus músculos, controlavam seu fôlego e remavam ao ritmo ditado por um patrão, o público, maravilhado com o que testemunhava, se entregava ao êxtase e à diversão, envolvido e integrado àquela nova e festiva forma de sociabilidade ao ar livre que ali se instalava. Público festivo e ruidoso, a julgar pelo que dizem as fontes. Mas, por que seus “vivas e urrahs” não se enquadravam nos vozerios proibidos e censuráveis, conforme normatizado pelos códigos de posturas então vigentes? Seriam as regatas modernas e festivas sociabilidades burguesas, diferindo das bulhas e vozerios porque celebrações organizadas e entusiasmadas de um tempo de espetáculo ali rascunhado? Festividade, sim. Mas ordeira. Afinal, não encontrei nas fontes relatos de brigas ou confusões durante as festas a bordo dos vapores que acompanhavam as regatas. Noutra perspectiva, muito embora, fosse alardeado que o público das regatas comemorativas era formado por todas as classes sociais, tais eventos continuavam marcados por desigualdades, conforme nos diz uma crônica intitulada “Tim-tim por tim-tim”:

> - Ah! Seu Ulysses! Aqui está por que nós andávamos sem sorte, desconhecidos de todo mundo, passando como barata em terra de gallinhas. Se havia um baile, um pic-nic, um espetaculo de gala, uma regata, todo quanto era bicho careta tinha convite; mas nós dois... Se era regata íamos olhar da beira do cães, sól de rachar; se era pic-nic, iamos á Estação vêr passarem os convescoteiros [...] (FOLHA DO NORTE, 23.09.1896, p. 1).

Em meio a contradições e privilégios, a orla de Belém encontrava nas regatas um evento que atraía as elites e os desfavorecidos. As águas guajarinas se transformavam assim em palco para o exercício de arranjos e elaborações políticas, o mesmo podendo ser dito sobre a função de educar o corpo dos que assistiam e dos que competiam. Educação das sensibilidades e das sociabilidades que eram, essencialmente, a educação de um corpo. Corpo que ali, por intermédio de práticas físicas sobre as águas, executava os primeiros movimentos rumo à esportivização

dos usos dos rios. É certo que faltam imagens, instantâneos dessas regatas, pois não as encontrei ao longo da pesquisa (quem sabe estejam perdidas em algum dos muitos arquivos que acumulam a poeira e as traças do descaso e do esquecimento na Belém dos dias de hoje). Mas, como vimos, os cronistas da época, hábeis no ofício das palavras, permitem um exercício de imaginação que nos aproxima daqueles tempos idos, como é o caso da crônica em questão. Com a chegada dos esportes náuticos a Belém durante a década inicial do século XX, a educação do corpo ganhou novos contornos, e poética daquelas águas, margens outras. Eram tempos de celebrar o vigor atlético dos “rowers” e demais “sportmen”, com seus corpos apolíneos, saúde invejável e disciplina exemplar.

Capítulo II - “Muito em breve o Pará se poderá apresentar perfeitamente apparelhado para competir com o Rio e São Paulo”: Notas sobre a institucionalização das práticas aquáticas.

Um burburinho tomava conta da cidade: as regatas deixariam de ser promovidas pela intendência municipal. Como uma orla tão aprazível e bela poderia ser abandonada assim? Teriam as previsões de Lemos sobre os usos recreativos da orla falhado? De fato, o início do século XX marca a decadência dos esportes náuticos em Belém (entenda-se com isso, fundamentalmente, as competições de remo, ainda vinculadas a datas comemorativas, em especial a de 16 de novembro). Há indícios do declínio já no relatório de Lemos, 1903, quando o intendente diz ser obrigação de um administrador público promover e subsidiar as datas nacionais com o intuito de melhor

> [...] graval-as no espírito do povo [a Intendência Municipal contribuiu] para que o Sport-Club levasse a efeito, no dia do anniversario da adhesão do Pará á nova forma de governo, uma regata no Guajará [...]. A formosissima festa fluvial, realizada sob os auspicios da Intendencia, teve, como sabeis, o mais brilhante êxito, e concorrerá talvez para que esse útil ramo de sport **de novo** tenha vida entre nós, preparando **moços fortes e sadios** (LEMOS, 1903, p.9. Grifos meus).

Lemos, bom marinheiro que fora, intendente preocupado com a Belém “futurosa”, nela vislumbrando uma orla que proporcionasse recreio aos citadinos, parecia não medir esforços para apoiar a realização de regatas, até mesmo aquelas promovidas por clubes. Mas, uma novidade surge em seu discurso: as regatas não seriam apenas um momento de festividade, pois ao nascer do século XX o intendente as pensava como formadoras de uma juventude forte e sadia. A presença do termo esporte, mesmo que o formato das regatas ora em curso não permita assim entendê-las, sugere um processo de mudança de mentalidades. Dizia

Lemos que esse ramo de esporte precisava, de novo, ter vida em Belém. Estariam assim as regatas passando por momentos de abandono, deixando de ser um espetáculo? Vejamos o que diz um cronista, que assina sob o pseudônimo "Marabá":

> [...] com pesar, que estamos quase sem diversões sportivas [...]. O mais lamentável, porém, é o esquecimento em que está o sport náutico entre nós.
> Entretanto, temos uma linda bahia própria para regatas; temos algumas excellentes embarcações [sendo que no Rio de Janeiro o entusiasmo era tal que as] mais chics, as mais formosas festas na bahia do Guanabara são as náuticas e ahi estão os telegramas a annunciar-se o que ellas têm de deslumbrante.
> Ha dous para três annos, quando houve em Belem a ultima regata, os nossos rapazes se enthusiasmaram a tal ponto que se chegou a crêr que iamos entrar no dominio util e proveitoso do sport-nautico.
> Falou-se em festas venezianas... (FOLHA DO NORTE 20.11.1908, p.1).

Analisando a crônica, é possível ver que por volta de 1905 e 1906 as disputas de regatas foram interrompidas em Belém. Além disso, a crônica dá indicativos de que embarcações de boa qualidade, em algum momento passaram a ser adquiridas para as competições, levando a crer que as regatas ganharam em importância e destaque, a ponto de os clubes se organizarem e realizarem investimentos para adquirir barcos para a disputa. Pontue-se também que a imagem das regatas como uma grande festa ainda se fazia presente e era destacada, assim como a formosura idealizada da Bahia do Guajará, só que agora, no início dos anos de 1900, já devidamente urbanizadas e, assim, com suas águas sendo apontadas como propícias à prática do remo. A crônica traz ainda outras importantes informações. Por meio dela sabe-se que clubes foram fundados a partir da prática do remo (Club do Remo e Club Sportivo Paraense) e que

> [...] as sociedades recreativas de Belem, em sua quasi totalidade, crearam secções náuticas [Sport-Club,

> Dramatica[140] e Tuna Luso-Caixeral]; mandaram-se vir embarcações proprias para as regatas; aos domingos lá estavam os nossos rapazes fazendo **exercicios de remo** no Guajará, e, afinal, ampliou-se esse gênero de sport com porfias de **natação** (FOLHA DO NORTE 20.11.1908, p.1).

Quer fossem clubes surgidos a partir da prática de remo, ou a criação de departamentos náuticos em clubes já existentes, a julgar pela crônica, aquele gênero esportivo possuia um bom nível organizacional. Também merece destaque o enfoque dado à prática de exercícios físicos, de remo por parte de jovens adeptos dessa modalidade, apesar de em nenhum momento o termo "sportmen" ou "rowers" ter aparecido, termos esses que com a esportivização do remo e demais práticas náuticas passariam a ser comuns a partir dos anos de 1910. É possível notar a ainda frágil configuração de um campo esportivo, pois a prática de natação, pela perspectiva do cronista, pelo simples fato de ocorrer de forma competitiva, se configurar como esporte náutico, muito embora as fontes não tragam nenhuma informação sobre qualquer forma de organização sistemática de competições ou mesmo de treinamento oferecido pelos clubes. Por sinal, como veremos adiante, a natação no período do entre séculos era prática comum em escolas e clubes, mas não na forma competitiva.

Após o entusiasmo inicial, veio a decadência:

[140] Associação Dramatica Recreativa e Beneficente. Fundada em 20.06.1891, foi um dos primeiros clubes de Belém. Em 1919 o jornal "Folha do Norte", motivado pela inauguração da sede náutica da Recreativa, publicou uma longa entrevista com um dos mais antigos membros desse clube, o sr. Marcellino Fonseca, que, entre outras informações, disse: "[...] O seu titulo estava indicando. Organizamos logo um grupo scenico, com o fim de realizar espetáculos de beneficência [...]. Esta foi a primeira phase da Recreativa. [...] Fpi quando nos installamos no vasto palacete onde funcciona hoje a academia de Direito. Podemos dizer que entravamos, então, numa segunda phase de vida. A cultura de todos os sports começou a despertar o interesse dos nossos consocios, taes como o remo, o cyclismo, o football, a gymnastica [...]. – O football, perguntamos nós. Então já naquelle tempo se tinha conhecimento do football em Belém? – Perfeitamente [...]. A primeira partida desso hoje tão preconizado sport foi aqui organizada pela recreativa, realizando-sena praça Baptista Campos [...]; Mas, accresce que a Recreativa se não descuidava dos outros ramos de sports, e assim é que desenvolveu a sua secção náutica, a ponto de conquistar vitorias brilhantes, alcançando troféus de valor ocmo os denominados 'Intendencia Municipal', 'Garantia da Amazonia' [...](FOLHA DO NORTE, 21.06.1919, p.4).

> [...] foi cessando, morrendo o enthusiasmo: desapareceu o Club do Remo [...]; raras vezes se ouve falar no Club Sportivo Paraense; a Tuna Luso-Caixeiral, ao que se consta, pensa em desfazer-se dos seus *out-riggers*, vendendo-os para um dos Estados do sul; a Dramatica Recreativa, ao que sei de fonte insuspeita cogita tambem em se desfazer das suas embarcações, oferecendo-as á venda a um dos clubes náuticos do Rio.
> Eis a que está reduzido o *sport* náutico em Belem! (FOLHA DO NORTE 20.11.1908, p.1).

A qualidade das embarcações adquiridas pelos clubes belenenses parece insuspeita, afinal, as mesmas seriam vendidas a Estados do sul e à capital do Brasil. Pobre esporte náutico belenense. Fadado a desaparecer, deixando a águas guajarinas órfãs de espetáculos e emoções. Mas, dias após a publicação da crônica, o próprio "Marabá" abre espaço para uma manifestação contrária a sua, assinada por um leitor que se identificou como "Um remador do Salgado". Dizia o leitor: "Não se póde considerar morto o sport náutico entre nós e é crença geral no meio d'aquelles que se interessam por ele, que bastaria fundar-se uma Federação do Remo Paraense, para rehabilitar o mais util, proficuo e salutar de todos os sports" (FOLHA DO NORTE, 26.11.1909, p.1).

A discussão inaugurada por "Marabá" impactou sobre os admiradores e praticantes do remo. Ora concordando ora questionando o cronista, o fato é que o "Folha do Norte" franqueou a palavra aos leitores. Dessa forma, a edição do dia cinco de dezembro daquele ano trouxe o ponto de vista de alguns leitores. Primeiro, o leitor que se autodenominou "Um velho remador", que se dizia um amante dos esportes, em especial o remo, introduziu um novo elemento à discussão:

> [...] quer o senhor saber o que nos impede de fazer exercícios? Os patrões carrancistas, sr. Marabá, que, não obstante haver lei municipal que proporciona descanso aos caixeiros, prendem estes aos domingos, muitas vezes para fazel-os desarrumar o que está arrumado [...].
> E assim decorre a metade do dia. Após o almoço o corpo requer repouso da fadiga, de maneira que á tarde muitas vezes não há disposição para dar sequer um passeio a bond.

> Marabá, clamando pelo levantamento do sport nautico, advogue tambem a nossa causa, pois seremos um elemento para a realisação da Federação do Remo Paraense (FOLHA DO NORTE, 05.12.1909, p.1).

O "velho remador" nos diz que naquele momento, praticar remo junto aos clubes não era uma atividade tão restrita às elites como se poderia supor. Afinal, um caixeiro – como ele se dizia ser – só não se entregava aos exercícios do remo porque os patrões, presos a um passado de exploração, não respeitavam os momentos de descanso que eram um direito dos trabalhadores. Cansado, o corpo não poderia suportar o que de si a prática de remo exigiria.

Outro leitor, "Homem do Leme", enaltecia a iniciativa de "Marabá", e dizia que a mesma deveria ser

> [...] amparada por toda essa **rapaziada** alegre e **forte**, pois é em seu proprio interesse.
> Por onde andarão os enthusiasmados sportsmen desta capital?
> A verdade, a triste verdade, meu caro Marabá, é que não é só o sport náutico que está em crise.
> Com uma ou outra exceção **todas** as nossas sociedades recreativas estão passando pela mais dolorosa crise.
> De quem é a culpa? Não sei, mas parece que os nossos rapazes **já não vivem** (FOLHA DO NORTE, 05.12.1909, p.1. Grifos meus).

Decadente ou não, o que se arrazoava era a necessidade de o esporte náutico (o remo, na verdade) ser reerguido em Belém. Enquanto isso, o progresso acenado pelo regime republicano avançava sobre a cidade, impelindo ao consumo daquilo que se apresentava como novidade, tais como os divertimentos públicos, provocando, ao mesmo tempo, o desencantamento com muito do que inicialmente era atração. Isso pode ajudar a entender a crise, ou o sentimento de crise, que parecia instalado em todas as sociedades recreativas da cidade.

Assim pensando, cabe afirmar que os clubes sociais e recreativos, os teatros, as casas de *shows* e, mesmo, os cinemas, muito embora prosseguissem

chamativos, não satisfaziam mais a todos os desejos das elites e mesmo do restante da população belenense. Nesses tempos, crescia o vozerio clamando por uma atividade física moderna, criada na Europa e que já aportara em algumas capitais brasileiras, tais como Rio de Janeiro e Porto Alegre[141]. Praticada ao ar livre, propunha-se não apenas a educar, fortalecer e disciplinar os seus jovens adeptos, como também a atrair e encantar os espectadores: eis que esporte náutico, capitaneado pelo remo, chegava ao litoral belenense.

Os esportes náuticos, inicialmente apenas o remo, não surgiram de forma ocasional ou aleatória, mas sim, marcados pela burocratização e institucionalização, pontuada pelo surgimento de clubes náuticos (ou de modalidades náuticas em clubes sociais), bem como a fundação de federações náuticas na cidade. Entendo ser fundamental analisar esse processo, mas deixo claro que a presente tese não tem a menor intenção de traçar uma história dos clubes náuticos belenenses, muito menos das federações dessa modalidade. A burocratização será pano de fundo. O que de fato interessa aqui é: 1) Discutir o surgimento e o processo de institucionalização dos clubes náuticos (ou dos departamentos náuticos) e das federações desse ramo desportivo enquanto forjadores e componentes de uma nova forma e sentido atribuído às práticas náuticas; 2) Pensar tais temas como motores que levaram ao surgimento dos esportes náuticos em Belém, ou ainda, a transformação das práticas aquáticas em esportes náuticos; 3) Problematizar o conjunto desses temas como forjadores de um novo sentido ao litoral belenense, bem como mecanismos de educação do corpo dos jovens atletas belenenses e, em sentido mais amplo, do próprio público que se maravilhava com tamanha novidade.

Pensemos então nos clubes, quer fossem aqueles notadamente náuticos ou os de caráter mais geral e que tinham um departamento náuico. É fundamental destacar que esses clubes participaram efetivamente do processo de

[141] Sobre o processo de implantação do remo no Brasil, ver MENDONÇA, Alberto. *História do sport náutico no Brazil*. Rio de Janeiro, Federação Brazileira de Sociedades de Remo, 1909. Ver também LICHT, Henrique. *O remo através dos tempos*. Porto Alegre, 1986.

institucionalização e esportivação das práticas aquáticas em Belém. Não apenas por se configurarem enquanto espaço ideal para a prática e difusão de práticas físicas aquáticas, mas porque era ali, em cada sede náutica, dentro de cada garagem, sobre cada embarcação, singrando as águas guajarinas, que, de fato, atletas e instrutores, configuravam, dia após dia, o que viria a ser o esporte náutico.

Sobre os clubes é importante destacar o que diziam seus estatutos. Para isso, utilizarei o estatuto do Club do Remo, agremiação que surge a partir do remo, e que, além de logo se tornar uma das sociedades esportivas de maior vulto na Belém dos anos de 1910 e 1920, foi fundamental para o processo de institucionalização que levou ao surgimento dos esportes náuticos, como será visto adiante. Porém, um destaque: o estatuto aqui utilizado pertence ao acervo do Centro de Memória da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. É importante pontuar ainda ser o estatuto o instrumento que personaliza, personifica e normatiza o clube. Impõe ordem. Cria hierarquias. Molda o cotidiano. Forja o sentido de coletividade, unidade e pertencimento, transformando cada atleta em um membro nato daquela instituição, passando a defendê-la. Invariavelmente. E, assim, dá coesão e visibilidade ao que parecia difuso. O estatuto do Club do Remo diz que o clube se destina a

> [...] crear, incentivar **e desenvolver** por todos os meios ao seu alcance, toda sorte de **exercicios e de jogos athleticos**, com especialidade ao sport nautico, promovendo e organisando torneios e regatas sempre que julgar oportuno e seus recursos o permitirem;
> [...] promover toda sorte de diversões que tenham por objeto não só proporcionar aos seus associados util e proveitosa **distracção**, como trazer **resultados beneficos ás suas pessôas**;
> [...] tratar **cuidadosamente** do **desenvolvimento physico** dos seus socios, creando diferentes secções de sports em geral, a medida que se tornarem necessárias e seus cofres o permitirem [...] (ESTATUTO DO CLUBE DO REMO, 1917, p.1. Grifos meus).

Por meio do estatuto, o Clube expõe com bastante clareza o que o rege, o que o move e dá sentido: exercícios atléticos, promoção de torneios, regatas e diversões outras, desde que as mesmas tragam benefício aos seus associados. E, a tudo perpassando, o desenvolvimento físico dos seus sócios. Os princípios estavam claros. Faltava reger o dia a dia. Assim, era preciso estabelecer que, pertencer a um clube, compor seu quadro de associados e, mais que isso, ser um de seus valorosos atletas, exigia respeito, disciplina e obediência às normas. Era imperativo sujeitar-se à ordem estabelecida. O dia a dia do clube era pautado em pequenas regras, ditames que esquadrinhavam e estabeleciam os limites da vida banal própria daquele espaço físico, bem como dos usos e costumes de cada um dos seus membros. Não se tratava, em hipótese alguma, de o atleta ingressar no clube, caminhar até a garagem náutica e, simplesmente, dar início a mais um dia de exercícios físicos sobre sua *out-rigger* ou *yole.* Vejamos:

> CAPITULO III
> DA DIRECTORIA E SUAS ATTRIBUIÇÕES
> Art. 19 – Ao diretor de sports nauticos compete:
>
> a) zelar rigorosamente pela séde do Club, mantendo **bôa ordem, asseio e disciplina**, exercendo para isso **severa fiscalisação**; [...]
>
> d) organizar e dirigir, por si ou pelos socios que designar, todos os sports nauticos, principalmente os **exercicios para regatas**, mantendo **rigorosa disciplina** entre as guarnições e fazendo substituir áquelle que a infringir; [...]
>
> f) **marcar os dias e horas de exercicios ou treinos** para os socios que representarão o Club em festas ou torneios náuticos;
>
> g) manter a maxima e rigorosa observancia no uso dos **uniformes** [...]
>
> j) propôr á Directoria a applicação de penalidades estatutarias a qualquer societario que desrespeitar, desobedecer ou desacatar **sua pêssoa**; [...]

> l) prohibir a sahida de qualquer socio para a ponte em **trajes** que comprometa a **moralidade do Club**;
>
> m) impedir o uso de **bebidas alcoolicas**, nas dependências do Club e mórmente que sejam transportadas para embarcações quando em exercícios ou passeios (ESTATUTO DO CLUBE DO REMO, 1917, p.1).

Ordem, asseio e disciplina sob rígida observância, até mesmo em relação ao espaço físico do clube. Um cronograma a estabelecer dia e horários para os exercícios físicos e o treinamento da modalidade. Obrigatoriedade do uso de uniformes, padronizando e identificando cada atleta, que, ao ingressarem no clube passavam, sobremaneira, a representá-lo e personificá-lo, vestindo suas cores e seu escudo. E, mais ainda: além do uniforme, o vestuário de cada atleta deveria, obrigatoriamente, seguir os preceitos morais de então, para não macular a imagem do clube.

Por fim, duas outras normas: o estabelecimento de hierarquias que deveriam ser respeitadas, cabendo ao infrator, penas estatutárias. E, finalmente, a proibição de bebidas alcóolicas, quer fosse nas dependências do clube ou nas embarcações. Afinal, ali a educação era voltada para o exercício físico. Não cabiam, então, vícios e fraquezas. Aos corpos a serem educados sob o rigor do treinamento não se permitia as frivolidades e prazeres perniciosos da vida banal.

Sem correr o risco de fragilizar a análise em curso, cabe destacar a parte final de uma crônica escrita em 1919 sobre a inauguração da sede náutica da Associação Dramática Recreativa e Beneficente. Naquele momento, dizia-se que por uma questão de "[...] conveniência da disciplina sportiva [deixaria de ser realizado] o baile anunciado para a noite [daquele] dia que será effectuado oportunamente (O ESTADO DO PARÁ, 21.06.1919, p.4). Como pode ser visto, fosse em 1915, nos estatutos do Club do Remo, ou em 1919, durante a inauguração (festiva) da sede náutica da Dramática Recreativa, a disciplina proibitiva imperava sobre os atletas.

Retomando a decadência das regatas em Belém no início dos anos de 1900, penso que esse momento foi superado a partir da instalação em Belém, no ano de 1909, da "Liga Maritima Brazileira", que fora criada no Rio de Janeiro em 1907. Mesmo que a crônica e as discussões abertas por "Marabá" tenham sido escritas em dezembro de 1909, portanto, após a fundação dessa Liga e da realização da primeira regata por si promovida, considero, de fato, que tal instituição, contando com o apoio da Intendência Municipal, ao assumir o papel outrora delegado aos poderes públicos, a associações (como a dos catraieiros) e mesmo os clubes, acaba por inaugurar um novo formato burocrático, próximo daquele de uma Federação esportiva, como queriam os reclamantes da época. Isso provoca um conjunto de mudanças nas formas de disputa das provas náuticas, conjunto esse que pode ser entendido como uma transição para o modelo esportivo que se faria soberano anos mais tarde.

Tamanha foi a importância dada à fundação da Liga que Antonio Lemos dedicou-lhe algumas considerações em seu relatório publicado em 1909. Com a palavra, o intendente de Belém:

> Com uma deslumbrante solenidade a que deram indescriptivel brilho o Governador do Estado, varias autoridades federaes, estaduaes e municipaes, patentes do Exercito e da Armada, representantes de todas as sociedades marítimas do Pará e da imprensa, e correspondentes dos jornaes cariocas, innumeros homens do mar famílias de nossa *elite* social, ficou definitivamente installada nesta Capital, em sessão magna realizada na noite de 15 de novembro, na vasta sala das sessões da Camara dos Deputados, a *Liga Maritima Brazileira*, patriótica associação fundada não ha muito Rio de Janeiro com o nobre intuito de promover quanto possivel o desenvolvimento da Marinha Nacional [...]. A direção da *Liga Maritima* em Belém, está confiada a uma Delegacia e a uma Delegação.
> A Delegacia é assim constituída;
> Delegado Geral – Senador Antonio José de Lemos
> Secretario – Commandante Raymundo Moraes.
> (LEMOS, 1909, p.335. Grifos do autor).

Antonio Lemos foi o primeiro delegado geral da Liga em Belém, garantindo assim visibilidade e o apoio das elites belenenses, o que indicava um possível entendimento de que a prática do remo, ou o espetáculo promovido por este, integrava-se ao projeto de modernização do intendente. O papel de Lemos como delegado geral se confundia com o de intendente, dando força política e mesmo financeira, bem como reconhecimento à Liga e às regatas por ela promovidas. Pontue-se que tais regatas ainda guardavam semelhanças com aquelas dos idos de 1898, tais como ser obrigatório declarar a qualidade das embarcações, o nome do patrão e se esse e os "remeiros" eram profissionais ou amadores. Mas eram a racionalização e burocratização as particularidades que aproximariam aquelas regatas do modelo esportivizado. Isso fica evidente na obrigatoriedade de os remadores pertencerem ao quadro de sócios dos clubes esportivos ou das associações participantes. Assim, desde a primeira regata promovida pela "Liga Marítima Brazileira" foi exigido que "[...] as pessoas que quizerem tomar parte declarar [...] numero de remadores, sociedade ou grupo nautico a que pertencem, etc." (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11.08.1909, p.1).

Foram intensos os preparativos para a regata. Os clubes e associações náuticas existentes na cidade foram convocados para uma reunião, ocorrida na sede da liga, às nove horas da manhã do dia dez de março. Presidida por Lemos, à reunião poderiam comparecer "[...] todas as pessôas que desejarem tomar parte n'aquellas provas náuticas" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.03.1909, p.1).

Os clubes treinavam seus remadores meses antes da realização da regata, já em um ritmo próximo ao do modelo esportivo e bem distante daquele dos tempos das regatas comemorativas. Não aleatoriamente, a expressão treino (por vezes escrito "trainos") e treinamento[142] começam a ser utilizadas. De fato, há indícios de que havia treinamento entre os remadores, bem como a clareza e adoção de técnicas referentes à arte do remo já nos idos de 1905. Sobre i sso, vejamos o que

[142] Interessante discussão sobre o treinamento corporal e sua relação com a natureza pode ser encontrada em VAZ, Alexandre Fernandez. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto/99, p. 89-108.

diz uma crônica publicada pela coluna “Notas Sportivas” sobre os remadores do Club Sportivo Paraense:

> Nota-se geral enthusiasmo entre os remadores dos diversos clubs d’esta capital.
> Salientam-se os rapazes do Club Sportivo, que **diariamente se trainam** e adoptaram como eschola a **queda do corpo á italiana**, queda de bastante utilidade para o bom seguimento da embarcação. Dirige os ensaios o diretor sportivo do club, o rower sr. Salvador Aragão.
> O único club que tambem adopta esta queda e que lhe conhece o segredo, é o Club de Gragoatá, na capital da Republica (FOLHA DO NORTE, 12.12.1905, p.3).

Além do treinamento diário, ministrado pelo diretor esportivo do clube, que também era um “rower”, a crônica evidencia que os remadores do Club Sportivo dominavam uma técnica, de origem italiana, que melhorava a performance dos remadores no que diz respeito à condução da embarcação. Não encontrei outras crônicas que fizessem referência a tal técnica, muito menos se os remadores que a adotaram saíram vitoriosos das competições. Mas, o que importa aqui é o fato de o conhecimemento sobre as modernas e eficazes técnicas de remo circular por Belém. Quem sabe até, trazido por algum Italiano que ali fixou residência ou apenas transitou.

Em um exercício de imaginação, é possível visualizar os remadores executando a técnica, vencendo o páreo e sendo saudados pela eficácia e inovação. Pode-se ainda ir às garagens náuticas dos demais clubes, dias após tamanha vitória, e lá observar que os demais remadores, empiricamente e sob a batuta de um técnico, procuravam a todo custo apender a nova gestualidade.

Rompendo com a forma de preparação para as disputas físicas pertinentes aos tempos das regatas comemorativas, o treinamento dos “rowers”, esses jovens da modernidade ali instalada, inaugura um novo tempo e modelo para o trato dos exercícios físicos realizados no meio aquático. O treinamento, aqui entendido como uma educação centrada no corpo, provoca assim rupturas com o modelo educativo

de outrora, forjando a imagem do atleta moderno, ou do "sportman" como queriam os tempos de então. O treinamento acaba então por ganhar

> [...] uma originalidade tanto maior porque os atos são aí objeto de resultados mensuráveis e calculados, produtores de forças previsíveis e postas em números: mais ainda porque esses números não tem relação com as cifras obtidas nas corridas[143] e nas festas revolucionárias (VIGARELLO, HOLT, 2008, p.407).

A performance balizada pelo gesto técnico. A educação do corpo voltada à aquisição de novos, complexos e eficazes movimentos. Ainda no sentido do novo que ali se instalava, os antigos remeiros ou remadores, agora, já encarnando o moderno espírito esportivo, são chamados de "rowers". Vejamos:

> A sociedade Real Tuna Luso Caixeral começará de hoje em deante os trainos das suas guarnições para as proximas regatas, tendo tomado conta hontem da antiga *garage* do Club Sportivo Paraense, ao largo do Carmo, 47, onde de hoje em deante estarão as suas bellas embarcações.
> O seu presidente, o esforçado *rower* sr. José Magalhães, empenha-se para que a Tuna na próxima regata occupe um dos melhores logares na classificação dos vencedores (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.03.1909, p.1.Grifos do jornal).

A considerar a nota, a Tuna Luso ainda não possuía sede própria, muito embora possuísse "belas embarcações". Anos mais tarde a Tuna inauguraria uma moderna garagem às margens da formosa Baía do Guajará, como mostrarei adiante. Dizia também a nota que a Associação Dramática Recreativa Beneficente, outro clube, um dos mais antigos de Belém, mas apenas recentemente (naqueles

[143] Não objetivo fugir do tema dessa tese, mas é importante destacar que após a fase decadente, as regatas passam a ser o principal espetáculo esportivo junto à sociedade belenense, superando o turfe. Vale frisar que as apostas e suas cifras pertenciam ao universo das corridas de cavalo, o contrário podendo ser dito sobre as regatas. Pode-se mesmo pensar que naqueles tempos que se modernizavam, as apostas passaram a ser vinculadas ao vício e à fraqueza de espiríto, sendo, portanto, condenáveis. As regatas se impunham então como modelo de prática física, lugar para o exercício da força, da virtude e da disciplina.

tempos) contando com o remo entre suas atividades, participaria da competição, escalando para isso "[...] algumas guarnições para as **luctas** nauticas de novembro" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.03.1909, p.1. Grifo meu). "Luctas náuticas", dizia a nota. Quão diferente era o espírito daqueles tempos, bem como o da competição. Saem as "esplendidas regatas". Entram as espetaculares, e competitivas provas náuticas.

A nota dizia ainda que os maiores entusiastas da prova eram os

> [...] valentes rapazes do Grupo do Remo.
> Todos os domingos reúne-se na sua confortavel *garage* grande numero re rowers e ali exercitam-se no remo, sob a direção dos srs. José Danin, Raul Engelhard, Eugenio Soares, Victor Engelhard [...] veteranos da canoagem.
> Hoje várias guarnições irão a Val-de-cans vêr os diques fluctuantes da Port of Pará.
> A guarnição de *yolers franches* do Grupo será organizada por estes dias (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.03.1909, p.1. Grifos do jornal).

Valentes rapazes exercitando seus corpos por intermédio da prática do remo. Não mais catraieiros ou outras pessoas que encontrassem no ato de remar uma lida diária por conta de obrigações ou ofícios. Não. Agora, o que se tinha (ou o que se propagandeava ter), era a juventude que encontrava no exercício físico uma prática saudável, pedagogicamente orientada por "veteranos da canoagem".

A ida ao cais flutuante da Port of Pará indica o quanto a força do capitalismo e da modernidade modificaram não apenas a espacialidade do litoral, mas, sobremaneira, as formas de uso e os sentidos disso decorrentes. Reforçando o processo de esportivização ora em curso, os outrora remeiros e agora "rowers", desafiariam as águas guajarinas defendendo, em sua maioria, clubes esportivos, dirigindo modernas embarcações, tais como as "yolers franches".

As mulheres participaram da regata de 1909 em apenas um dos sete páreos, o primeiro deles, na categoria "[...] Yole french, em 500 metros, para senhoritas, com as embarcações 'Marcillio Dias' e 'Greenalgh' [...]" (FOLHA DO NORTE, 09.11. 1909, p.1). As provas masculinas foram mais longas e variaram entre 1.000 e 1.500

metros, indicando a possível compreensão de que as mulheres não estariam aptas a remar distâncias maiores. Além disso, se apenas os páreos masculinos foram divididos em amadores e profissionais, é viável supor que as mulheres participantes não possuíam quaisquer práticas diárias ligadas ao ato de remar.

Mesmo com vários elementos pertencentes ao modelo esportivo, as regatas promovidas pela Liga Marítima ainda guardavam características que destoavam do mesmo, o que mais tarde seria superado, dando corpo à esportivização de fato. Essas sutis diferenças são percebidas, por exemplo, quando à reunião que definiu as provas a serem disputadas compareceram, além dos clubes, a Sociedade dos Mestres da Marinha Mercante, a Associação dos Praticos da Amazonia e a Casa B.A. Antunes & Cª.

A reunião definiu que seriam realizados cinco páreos, mas um erro de impressão do jornal acaba colocando terceiro páreo ao invés de segundo e, assim novamente erra, chamando o quinto páreo de sexto. Observemos algumas das provas que foram disputadas, destacando antes que os clubes participantes foram Sport-Club, Associação Dramática, Recreativa e Beneficente, Real Tuna-Luso Caixeiral, Grupo do Remo, Pará Club e Club Naval do Gram-Pará.

> 1º pareo – DELEGACIA DA LIGA MARITIMA GRAZILEIRA, yoles-franches, a 4 remos, para senhoras; distancia 500 metros.
> 3º pareo- CAMPEONATO DO PARÁ, taça Antonio Lemos, 1.500 metros, out-riggers a 4 remos.
> Já se inscreveram: Sport- Club, Associação Dramatica, Recreativa e Beneficente, Real Tuna Luso-Caixeiral e Grupo do Remo.
> 4º pareo, para montarias, em 1.000 metros.
> Inscripta: Associação dos Praticos da Amazonia (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10.08.1909, p.1).

Dois destaques finais sobre a programação divulgada: o quarto páreo destoa dos demais por ser voltado à disputa entre “montarias”, nome utilizado para as pequenas e regionais canoas, como já foi dito aqui noutro momento. Talvez por esse motivo, apenas um concorrente tenha efetivado a inscrição para a prova,

sendo esse, não um clube esportivo, mas a Associação dos Práticos da Amazônia. O segundo destaque, caracterizando, mais uma vez, que o processo de esportivização ainda estava em curso, diz respeito ao fato de que, além das associações mencionadas, "[...] várias outras, sabemos, vão inscrever-se, não sendo para extranhar que também os menores da Eschola de Apprendizes e a guarnição dos navios da flotilha Amazonas, ora n'este porto, tomem parte das regatas" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10.08.1909, p.1).

Permitir e mesmo desejar que associações diversas participassem da regata, com inscrições sendo feitas às vésperas da competição, bem como indicar que até mesmo os membros de uma embarcação de outro Estado, naquele momento aportada em Belém, poderiam participar das provas, sem dúvida, era prática bem distante do que seria instalado com o modelo esportivo.

Resgatando e, em certo sentido, renovando as narrativas dos tempos das regatas comemorativas, dizia-se que era "[...] notável o enthusiasmmo que reina entre **todas as classes sociaes** de Belém para o auspicioso **torneio** nautico. Especialmente nos **grêmios recreativos**, tornou-se este assumpto o motivo obrigatório de todas as palestras" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11.08.1909, p.1. Grifos meus). Se a ênfase no comparecimento de todas as classes sociais ao evento soa como um resgate narrativo, conceber a regata como um torneio náutico, e não mais como uma festividade, demonstra, não apenas a renovação retórica, mas uma possível mudança conceitual e de mentalidades. Eram tempos de sensibilidades e conceitos em transformação. Mas é bom ser enfático: eram tempos destinados a educação do corpo daqueles jovens "rowers", sobre os quais se debruçavam planos e estratégias de treinamento, deixando os remeiros presos ao passado. Note-se ainda que as narrativas oscilavam ao se referirem sobre quem participaria, institucionalmente, da regata, ora dando ênfase á participação dos clubes, ora a dos grêmios recreativos.

Como nota final sobre evento destaco que os principais prêmios a serem disputados foram oferecidos pela empresa que possuía a concessão dos bondes elétricos em Belém, o que, acredito, demonstra a relevância atribuída à regata. Os

jornais deram destaque à rica e simbólica premiação, divulgando também que a mesma ficarai exposta ao público em geral por alguns dias: [...] Na loja de joias Krause estão expostas as duas taças de prata oferecidas para prêmios aos vencedores pela Pará Electric Railways and Lightining Company Limited (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11.08.1909, p.1).

Retomando o tema da institucionalização das práticas aquáticas, vê-se uma crônica saudar a criação da Liga Marítima, afirmando que ela provocaria o ressurgimento da prática de remo em Belém, pois "[...] havia cinco annos que os nossos *sportmen* do remo dormiam acalentados pela brisa marajoara, deixando seccar os *out-riggers* no littoral ou dependurados no tecto das casas como fiambre no fumeiro" (FOLHA DO NORTE, 16.11.1909, p. 1. Grifos do jornal).

Após relatar o abandono e a esperança de que o remo ressurgisse em Belém, a crônica prossegue e acaba por criar uma tensão entre um antigo e um novo modo de remar. De fato, referindo-se à regata do dia 16 de novembro, o cronista, logo de início, chama a si de "tapuio", acentuando sua identidade paraense. Dirigindo-se às mulheres e aos rapazes que singrariam as águas guajarinas, diz:

> Eu quizera atirar o meu desafio – ás signorinas, do pareo L.M., mas estou vencido por ellas; a esses rapazes elegantes e musculosos, valentes a valer, em cujas mãos a faia do remo se verga em arco ao beijo das aguas [...] para lhes mostrar como se rema, á moda da minha maloca, fazendo rebujar cachoeirante a agua além do jacuman com um ronco estrondoso como se fora trovão, mas...já estou compromettido...
> Eu não posso me bater a não ser com outro tuchaua: o tuchaua Marabá acceitou o desafio de outro tuchaua velho.
> Lá estaremos: cada um na sua piroga, com o arco e a flexa para o lado e empunhando o pau da pá redonda.
> Vae ser o pareo de honra (FOLHA DO NORTE, 16.11.1909, p. 1).

Entendo que o cronista reconhecia as regatas de então como uma nova forma de remar e, por isso, opõe a ela uma forma tradicional, regionalista até, própria da cultura ribeirinha e indígena – o que fica evidenciado quando se

autodenomina “tapuio” e, em seguida, “tuxaua”. Ao mesmo tempo que exalta a criação da Liga e o suposto reerguimento que esta daria à prática do remo em Belém, a narrativa é romântica e saudosista, quando faz referência à embarcação indígena (piroga) e ao jacumã (pá indígena utilizada como remo), descrito como um “pau da pá redonda”.

Chegara o ano de 1912. Belém já sentia os efeitos da crise do comércio da borracha[144]. E, mais que isso: o “Velho Intendente” Antonio Lemos fora deposto e escorraçado da cidade por seus inimigos políticos, como já foi dito anteriormente. Houve assim um período de transição, com as regatas ao longo de 1912 sendo promovidas pelos clubes, notadamente o Grupo do Remo. Isso não significa que o vínculo e apoio político inexistissem. Pelo contrário, os clubes continuavam procurando o poder público e esse continuava a entender as regatas como um acontecimento capaz de gerar lucros políticos. Foi assim que, em 1912, o Grupo do Remo promoveu uma regata comemorativa ao dia 16 de novembro. Naquele momento, dizia-se que a diretoria do clube se empenhava ao máximo que a maravilhosa festa alcançasse seus fins. Para isso, a diretoria teria feito

> [...] pessoalmente convites ás principaes autoridades militares e civis, afim de assistirem ao bello torneio náutico. Esteve em palácio, convidando o exmo. sr. desembargador Augusto Borborema, que a recebeu amavelmente, prometendo comparecer ao festival.
> Convidou ainda a diretoria do Grupo do Remo os srs. General Torres Homem, inspector da 2ª Região Militar; capitão de fragata Cruz Secco, inspector do arsenal de marinha [...] e Virgilio de Mendonça, intendente de Belém (ESTADO DO PARÁ, 15.11.1912, p.2).

[144] A crise do comércio da borracha concentra-se a partir da década de 1910, com as sucessivas baixasvno preço do produto [e] a despeito das tentativas de mudança na dinâmica da economia da borracha, a década de 1910 vai ser marcada pela queda de capital das casas aviadoras, firmas comerciais e capital bancário. Seringais e vapores eram leiloados, assim como imóveis urbanos, que tiveram uma queda de 50% de seu valor (CANCELA, 2011, p.49-52).

O programa da regata, além de contar as já comuns provas “yoles” e “out-riggers”, contou também com uma prova de natação, 150 metros. Como era comum à época, o patrocinador da prova dava nome à mesma. Por isso, a prova foi chamada de “The British C. A. Association”, oferecendo como prêmio medalhas de ouro ao campeão e prata ao segundo colocado (ESTADO DO PARÁ, 15.11.1912, p.2). Mesmo com a iniciativa e esforço do Grupo do Remo, algo parecia faltar. Sentia-se a necessidade de alguma estrutura organizacional que assumisse a organização das regatas, até bem pouco tempo realizada pela Liga Marítima, por intermédio de Lemos. Nesse sentido, era decorrido o mês de agosto de 1913 e os jornais começaram a publicar que “[..] um grupo de ‘rowers’ pretende fundar nesta capital uma ‘federação do remo’, afim de organisar e levantar o explendido (sic.) sport nautico, tão decahido entre nós. Para isso, breve realizar-se-á uma sessão preparatória (ESTADO DO PARÁ, 27.08.1913, p.3). No dia seguinte, outra nota, assinada sob o pseudônimo “O Proão”, saudava a possível criação da federação, desejando que tal

> [...] pleiade de ‘rowers’ não esmoreça [pois] a obra é difficil, mas não impossivel e com um pouco de energia podem collocar esta lança em Africa...que é uma federação do remo no Pará. É o que desejamos para que possamos rivalizar em ‘sport’ com Pernambuco e Bahia que neste gênero estão actualmente em plano superior (O ESTADO DO PARÁ, 28.08.1913, p.4).

Agosto findava, a data de adesão do Pará se aproximava e tudo que se tinha era a promessa de criação de uma federação e o empenho do Grupo do Remo em realizar uma festividade náutica em homenagem à adesão. Em meio à crise econômica que começava a surgir em Belém, parece que o esporte assumia o papel de levar o nome da cidade ao restante do País, mostrando-a ainda forte e moderna, como que a suprir a lacuna deixada pela já saudosa fase áurea da borracha. A prática esportiva, em especial a do remo, já incorporada ao universo dos clubes, exigia a criação de uma entidade capaz de agregar todos aqueles clubes que

possuíssem departamento náutico, para, a partir daí, reorganizar essa modalidade esportiva, fazendo-a crescer e, com isso, dar destaque nacional ao Estado.

Finalmente, em setembro de 1913, o Grupo do Remo coordenou a fundação da "Federação Paraense das Sociedades do Remo" (doravante FPSR). Bem sucedida empreitada, logo de início à FPSR filiam-se o "Sport Club" e o "Pará Club". A reunião que selou a criação da FPSR aconteceu em uma noite de 26 de setembro de 1913, na sede do Sport Club do Pará, contando com a participação de sócios representantes dos seguintes clubes: Sport Club do Pará, Pará Club e Grupo do Remo. Foram considerados fundadores da FPSR os clubes que participaram da reunião. Dois dias após a fundação os jornais divulgavam que a FPSR esperava "[...] o concurso de todas as sociedades nauticas e **semi-nauticas** deste Estado, para o bom andamento e progresso da mesma" (O ESTADO DO PARÁ, 28.09.1913, p.4. Grifo meu). Entenda-se sociedade náutica como um lcube que é fundado a partir desse gênero de esporte, como foi o caso do Grupo do Remo, e como semi-náutica aquela que apenas possuía o departamento náutico em meios às suas demais atividades, como era o caso da Associação Dramática, Recreativa e Beneficente.

Orgulhosos e satisfeitos com o surgimento da Federação, os cronistas esportivos de então não cansavam de enaltecer a importância dessa para o crescimento do esporte em Belém. Vislumbravam os cronistas que

> [...] o movimento dos nossos 'sportmen' em pról do **cultivo physico** tem-se accentuado de uma forma tal, que achamos muito em breve o Pará se poderá apresentar perfeitamente apparelhado para competir com o Rio e São Paulo, onde os 'sports', **'au grand air'**, já attingiram á meta da perfeição (O ESTADO DO PARÁ, 26.10.1913, p.3).

Em 1913, Belém já não era mais a produtora e escoadouro mundial da borracha. Entretando, os ecos de riqueza ainda se faziam sentir na cidade, bem como, o ar blasé de suas elites, relutantes em assumir que aqueles tempos tinham ficado para trás, e que, a tão sonhada modernidade, talvez não tivesse passado de

um sonho que durou por volta de 12 anos. Quem sabe porque ainda embebido nesses sonhos faustianos, o cronista tenha sido tão enfático em pontuar a crença de que o esporte náutico em Belém estava por adquirir um status que o equipararia aos de São Paulo e Rio de Janeiro, as duas grandes capitais daquele Brasil do início dos anos de 1910. Desse modo, Belém continuaria a ser uma cidade moderna e teria em seus "sportmen", cultuadores do físico, símbolos dessa modernidade, agora, encarnada em seus corpos e técnicas gestuais.

Se considerarmos que a belle époque amazônica tem o ano de 1912 como marco final, poderíamos supor que Belém passou a viver, a partir de então, momentos de declínio econômico e cultural. Todavia, esse processo de declínio não ocorreu de forma tão direta assim, permitindo que a vida ao ar livre, ou 'au grand air', conforme o francesismo quase delirante do cronista, encontrasse nas águas da Baía do Guajará o palco para seu engrandecimento. Com efeito, ao longo dos anos de 1910 e 1920, os esportes náuticos foram implantados e cresceram em importância junto à sociedade.

A fundação da FPSR pode ser entendida, de fato, como marco da institucionalização das práticas náuticas em Belém, mesmo que ainda fosse apenas o remo o esporte que ali encontrava morada, salvo raros momentos dedicados à natação. Com efeito, o primeiro campeonato promovido pela FPSR foi, na verdade, apenas uma prova de "rowing". Realizar uma única prova, no entanto, não pareceu um problema para os cronistas da época, sensíveis às modificações de seu tempo. Afinal, a FPSR era recém-fundada, e, não custa lembrar, carregava o peso de substituir a Liga Marírtima dos tempos de Lemos. Por isso, os cronistas eram compreensivos, chegando mesmo a ser afirmado que "[...] em vista da Federação se achar em começo, a sua directoria só organizou essa prova, que será incluída no 2º páreo do esplendido festival-nautico promovido por aquelle grupo, com o concurso dos seus esforçados membros" (ESTADO DO PARÁ, 07.11.1913, p.3).

Note-se que a delimitação entre a FPSR e os próprios clubes, mais especificamente o Grupo do Remo, ainda era frágil. Isso fica evidente no momento em que o festival náutico de 1913 foi promovido pelo Grupo do Remo e que, entre

os páreos ali realizados, um deles, o quarto do dia, seria a tal prova promovida pela FPSR. Mesmo com uma única prova realizada, a FPSR colocou um rico prêmio em disputa, a então denominada “Taça Port of Pará”, oferecida por aquela empresa, que, não custa lembrar, era responsável pela implantação, em curso, do moderno porto de Belém, obra que reconfiguraria o litoral belenense. Na verdade, essa prova já vinha sendo realizada aos longos dos últimos anos, sendo “[...] vencedora [...] em 1912, a conhecida sociedade náutica Grupo do Remo, que possue os laureis de campeão desde 1911” (ESTADO DO PARÁ, 07.11.1913, p.3).

Muito embora fosse notável o esforço do Grupo do Remo e da própria FPSR para realizar o festival náutico de 1913, pairava um certo ar de desconfiança sobre até que ponto as regatas guardariam a grandiosidade dos anos anteriores, face à crise econômica que já era evidente naquele ano. Os tempos áureos da borracha já não mais existiam. As regatas iriam sentir os impactos da crise?

> Apesar da crise que nos assoberba, as regatas preparadas para o próximo domingo causarão certamente um enthusiasmo e um successo nas rodas sportivas de Belém. Os seus promotores não podem dar-lhe o brilho que sempre revestiram provas como essa em nossa bahia, devido aos maus tempos que nos atropelam, mas o esforço empregado, apesar dos sacrifícios, compensa bem o trabalho digno de applausos dos nossos mais enthusiasticos ‘rowers’ (ESTADO DO PARÁ, 09.11.1913, p.2).

Demonstrando um nível organizacional bem diferente daquele das regatas comemorativas e mesmo daquelas promovidas pela Liga Marítima, uma reunião selou e oficialaizou os resultados das provas do festival. Burocrática e metódica, a reunião contou com a participação de todos os juízes das provas. Esses apresentaram seus relatórios, que, após leitura, foram postos em votação, sendo aprovados por unanimidade. O presidente do conselho agradeceu a imparcialidade dos juízes e elogiou a organização e perseverança do Grupo do Remo e da própria FPSR. Após isso, foram entregues os prêmios. A festa de premiação foi regada a champanhe e repleta de “hurrahs” aos vencedores.

Os derrotados também foram enaltecidos, sendo destacada a importância da participação de todos os participantes que, desse modo, contribuíam para o progresso do esporte náutico paraense. Já naquele momento o entusiasmo era tamanho que se vislumbrava a filiação da Tuna Luso e da Dramática Recreativa, "[...] dois antigos grupos nauticos de Belem. Assim, de facto, é preciso para o progresso da nossa cultura physica. Caso isso se torne em realidade, pensa a Federação organizar brilhantes provas náuticas para a commemoração da grande data de 13 de maio vindoiro" (ESTADO DO PARÁ, 22.11.1913, p.3). Por outro lado, impondo outra característica da racionalização e esportivização do evento, a mensuração dos resultados:

> O dr. José da Gama Malcher, chronometrista apresentou á directoria da Federação, o relatório explicativo do **tempo gasto** durante todos os pareos, pelos vencedores respectivos. Da mesma fórma procederam os outros membros do jury, que **minuciosamente** prestaram informações das occorrencias havidas por occasião das disputas náuticas de 16 do corrente (ESTADO DO PARÁ, 22.11.1913, p.3).

É evidente que nos anos anteriores era possível registrar o tempo gasto pelos vencedores de cada prova. No entanto, para o modelo e mesmo a lógica atribuída às competições que antecederam a criação da FPSR, tais registros não faziam sentido. Desse modo, o registro minucioso de cada tempo, e a oficialização e aprovação, por intermédio da reunião da FPSR, dá a medida do quão se aproximavam aquelas competições do modelo próprio ao esporte institucionalizado.

Pontue-se: a institucionalização das práticas náuticas, por intermédio dos clubes e da Federação, nesse momento, a FPSR, fomentava e contribuía para a cultura física da juventude belenense. Assim, acredito que esse processo deve ser pensado como fundamental è educação do corpo, tanto quanto a prática e treinamento das modalidades náuticas. Afinal, a racionalização e burocratização inauguradas com a FPSR exigiu novas práticas, novas disciplinas e mesmo novas formas de lidar com a prática do remo e, nessa época, em menor escala, da natação.

A alardeada filiação da Tuna Luso e da Dramáritca Recreativa à FPSR não ocorreu, contrariando as previsões e desejos dos jornais. Contrariando as expectativas, a Tuna e a Recreativa acabaram promovendo, em dezembro daquele ano, cada qual, uma regata, caracterizando um foco de resistência à Federação como modelo institucional. A não filiação desses dois importantes clubes belenenses à FPSR foi tematizada por uma crônica que dizia lamentar tal atitude, provocada meramente

> [...] por rivalidades que [separam] os membros da nossa família sportiva. Unidos todos, poderemos fazer muito; sem união, porém, nada conseguiremos. [...] As regatas estão a nos bater ás portas. Que todos se unam [...], e faça-se com brilho, em 15 de Novembro, a comemoração do advento republicano em nossa Patria, com 'yoles' e 'out-riggers' a cortarem célere e vertiginosamente as ondas quérulas da nossa bahia, aos beijos radiantes do sól equatorial (ESTADO DO PARÁ, 22.11.1913, p. 3).

As regatas, embora institucionalizadas e bem próximas do modelo esportivo, mantinham o vínculo, ou melhor, continuavam atreladas às comemorações de 16 de novembro. Isso, em geral, não mudaria, mesmo com a esportivização já efetivada. Noutra perspectiva, os encantos da Baía do Guajará e da vida ao livre ali encenada continuavam a emoldurar o espetáculo náutico. A urbanidade que exalava ares modernos, bem como os valentes "rowers" e o público que tinha as regatas como espetáculo, se amalgamavam, ou permaneciam amalgamados, à natureza. Ou a um sentido urbano e moderno dessa.

Ao longo do ano, as tensões foram se dissipando e, já próximo do final de 1915, a imprensa paraense enaltecia a Federação pelo ressurgimento do remo paraense. Afirmava-se que o evento náutico do dia 16 de novembro daquele ano marcaria "[...] uma nova éra a esse gênero de sport e já mais dois certamens náuticos cogitam-se para breve, talvez ambos se realizem pela época da commemoração do tricenteneario [...]" (O ESTADO DO PARÁ, 13.11.1915, p. 4).

Contando com quatro clubes federados, “Club do Remo”, “Sport Club do Pará”, “Associação Dramática Recreativa” e “Tuna Luso Commercial”, a FPSR anunciava a realização de regatas a vela e, mais ainda, o aumento do seu campo de ação, com a inclusão da natação, do *waterpolo* e, com menor destaque, dos saltos e dos mergulhos.

Em 1915, com a inclusão das novas modalidades náuticas, a FPSR passou a se chamar “Federação Paraense dos Sports Nauticos” (doravante FPSN). É sob esse formato de federação que o conjunto de esportes náuticos, formados pelo remo, pela natação, pelo waterpolo e pelos saltos se consolida em Belém a partir de 1915, encontrando seu auge ao longo dos anos de 1920. Ainda em 1915, uma longa crônica exaltava a natureza e a vida ao ar livre, ao mesmo tempo que tecia críticas à existência de apenas uma regata anual, a que homenageia o dia 16 de novembro:

> Fôramos um outro povo de mais pratico empreendimento e que melhor soubesse aproveitar o que prodigamente nos offereceu a Natureza, estamos por crêr de que tão espaçados não seriam os belos espetáculos como o que vamos assistir, ás primeiras horas, nas mansas aguas do Guajará” (O ESTADO DO PARÁ, 16.11.1915, p. 3).

Naqueles tempos acelerados, ávidos por espetáculos e sociabilidades, a realização de um espetáculo náutico por ano não era suficiente, muito menos diante de uma natureza tão pródiga, com suas águas bucólicas e encantadoras. A crítica era direcionada ao comodismo belenense, e não à Federação, esta, por sinal, saudada, por não permitir que fosse entregue ao esquecimento a prática do remo, “[...] o mais salutar dos sports no nosso clima” (ESTADO DO PARÁ, 16.11.1915, p. 3). Evidencia-se aqui, mesmo que de forma indireta, a presença do ideário médico-higienista, justificando a importância da prática dos esportes náuticos em uma cidade de clima quente e úmido como Belém, tema que seria comum durante os anos de 1920.

Ainda como novidade, foi fundado, em junho de 1917, o “Yole Club”, ligado à colônia inglesa em Belém, logo se filiando à FPSN. Eram animadores os ventos que sopravam naqueles tempos. O número de clubes aumentava e com isso, a força da FPSN e do esporte náutico belenense. As competições prosseguiam de forma animada, sempre atraindo um numeroso público, diziam os jornais.

Em agosto de 1919 era anunciada a realização de uma regata promovida pela FPSN. Assinando a crônica, o pseudônimo Cirus dizia que aquele evento seria o

> [...] maior e mais completo que se tem realizado em aguas guajarinas e delle constam 11 pareos onde figuram todos os typos de embarcações de regatas usadas no paiz.[...]
> O desenvolvimento que vão tendo as nossas regatas bem demostram o progresso e o gosto que os nossos ‘sportmens’(sic.) vão tendo pelos sports de mar (FOLHA DO NORTE, 15.08.1919, p.5).

Ledo engano: apenas dois clubes participaram da regata, o Club do Remo e a Dramática Recreativa. Haveria algo perturbando a ordem que se julgava estabelecida? Como verdadeira porta-voz dos esportes náuticos, a imprensa esportiva minimizava o fato de que um diminuto número de clubes participou daquele evento, preferindo centrar sua narrativa sobre as emoções e belezas proporcionadas por aquele momento:

> A nossa federação náutica inscreveu hontem mais um triumpho nos annaes da sua gloriosa vida [...]
> A regata que se realizou, não obstante serem dois somente os clubs filiados concorrentes, valeu bem esse triumpho.
> Manhã cedo Belém sportiva despertou pressurosa, caminho do caes, avida por assistir ás pugnas do remo [...] A bahia do Guajará estava serena e a maré de enchente corria vertiginosamente balançando levemente em ondulações suaves, as embarcações fundeadas na sua vasta extensão [...]
> Todas as chegadas á meta foram excelentes, dando-nos por vezes, um enthusiasmo sincero ao assistir os arrancos

> formidáveis dados nos cem metros finaes (FOLHA DO NORTE, 25.08.1919, p.4).

O cronista retoma as formas narrativas do tempo das regatas comemorativas, conduzindo sua pena sobre a serenidade da Baía do Guajará e o entusiasmo belenense com o evento. Ao mesmo tempo, a crônica atualiza a estrutura narrativa, introduzindo de forma mais evidente a centralidade da competição sobre o referido evento, tipificada pela ênfase no entusiasmo "sincero" gerado pelos metros finais das provas. Mas, de fato, algo de incomum acontecia, pois no mesmo dia em que a regata da FPSN foi realizada, os jornais divulgavam que em breve outra regata seria realizada, sob o título de Regata da Paz, pondo em disputa, em seu páreo principal a "Taça da Paz". O evento seria disputado por "[...] guarnições compostas de remadores brasileiros, portugueses e ingleses" (FOLHA DO NORTE, 24.08.1919, p.4). Três dias depois foi anunciada uma novidade: participariam da regata

> [...] remadores [...] italianos [...] sócios da 'Unione Italiana di Instruzione e Mutuo Soccorso.
> Esta sociedade, ao que sabemos, vae dedicar-se também, á cultura dos sports aqui, tencionando brevemente installar uma garage própria.
> Será mais um grêmio a estimular o desenvolvimento physico da nossa mocidade [e para] o alevantamento do sport no Pará" (FOLHA DO NORTE, 27.08.1919, p.4).

Assim pensada, a taça "Regata da Paz" reuniria todas as nacionalidades que compunham Belém, o que parecia um grande evento. Só que o problema até então implícito surge: a Tuna Luso vai aos jornais queixar-se sobre a proibição que lhe fora imposta pela Federação, impedindo-a de participar de uma prova de *out-rigger* da regata daquele ano, por isso esse clube não disputou nenhuma prova da mesma. Não cabe aqui discutir a tensão gerada entre a FPSN e a Tuna Luso, muito menos as várias notícias que foram publicadas pelos jornais, dia após dia, expressando a

opinião de cada um dos lados[145]. Pontuo somente que o problema estava na composição do quadro de sócios da Tuna, aberto somente a portugueses, o que passou a ser questionado pela FPSN. Por conta disso, houve uma série de acusações, inclusive, as que envolviam temas ligados à nacionalidade.

Paradoxalmente, a nacionalidade dos remadores não aparecia como um problema ao longo do processo de esportivizaçao das práticas aquáticas. Os catraieiros, por exemplo, que chegaram a promover uma regata no final dos 1800, como já estudado aqui, eram em sua maioria portugueses ou italianos. O mesmo pode ser dito sobre o frequente incentivo para que os estrangeiros, fundamentalmente europeus e norte-americanos, estabelecessem residência em Belém, isso desde os tempos anteriores à belle époque e mesmo durante a mesma. Assim, esse tipo de tensão parece deslocada no tempo, podendo revelar alguma entrelinha que mostre o real motivo para a ruptura aqui tematizada. Em meio às fontes pesquisadas eu não pude encontrar outra justificativa que não a da nacionalidade dos sócios dos clubes. Mas cabe registrar possíveis entrelinhas.

Tamanha foi a tensão que a FPSN mudou seu estatuto, passando a exigir a presença de sócios brasileiros no quadro dos clubes a si filiados, atingindo diretamente a Tuna, formada apenas por portugueses, e o Yole, composto por ingleses. Tal normatização aparece no artigo 35, capítulo V, alínea "e", estabelecendo a obrigação de os clubes filiados "[...] ter em registro na Federação um numero de associados brasileiros que represente no mínimo um terço do total dos sócios registrados" (FOLHA DO NORTE, 03.09.1919, p.4).

Sentindo-se perseguidos e lesados pela FPSN, os clubes de origem estrangeira, em um ato ousado, criaram, em setembro, o "Conselho de Regatas", formado apenas por clubes que não possuíam brasileiros entre seus sócios. A

[145] São vários os registros. Por exemplo, sob o título de "Harmonia Sportiva", uma nota assinada por um pretenso leitor, que assinava sob o pseudônimo V., afirmava: "Com bastante surpresa vamos verificando quantos deslizes da verdade tem produzido a situação insustentável dos coveiros da harminia sportiva paraense. E é admirável como pessôas de responsabilidade da F.P.S.N tentam levar uma questão sportiva para o terreno do Jacobismo. No telegramma [...] transcrito pelo importante órgão 'Estado do Pará', o seu autor não tem o menor escrupulo em afirmar falsidades como a de que a Tuna tivesse pedido o seu desligamento da Federação por questões de patriotismo [...] (FOLHA DO NORTE, 17.09.1919, p.5)

afronta teve rápida repercussão e, inclusive, acelerou a fundação de dois novos clubes náuticos: um deles, o já citado “Unione Italiana di Instruzione e Mutuos Soccorso”; e o outro, o “Grupo Sportivo do Banco Nacional Ultramarino”, formado por portugueses. Uma reunião realizada em dois de setembro, na sede da Tuna Luso, estabeleceu os primeiros andamentos para efetivar o Conselho, decidindo que a primeira regata seria realizada no dia 16 de novembro, em clara oposição ao calendário da Federação rival. Para essa regata, a “[...] Unione Italiana fundou já a sua secção náutica, com elevado numero de remadores, tendo encommendado para a Italia as suas embarcações [...]” (FOLHA DO NORTE, 03.09.1919, p. 4).

Em novembro de 1919, a cisão no esporte naútico belenense se concretizava: em comemoração à Adesão do Pará ao Regime Republicano haveria duas, e não mais uma regata. Ficou estabelecido que a regata do dia 15 de novembro seria promovida pelo Club do Remo (filiado à FPSN), e a do dia 16, aquela promovida pelo Conselho de Regatas. Divulgou-se que da regata promivida pelo conselho constariam

> [...] pareos sensacionais, entre os quaes será disputada a ‘Taça da Paz’, por 4 nacionalidades, em *yoles* a 4 remos, e o pareo Branco Ultramarino, cujo premio será uma bella taça oferecida por esse estabelecimento bancário.
> Do programma constarão também diversos pareos infantis e um por guarnições femininas (FOLHA DO NORTE, 03.09.1919, p. 4).

TAÇA «CASA PAZ»

Figura 144- Taça "Casa Paz". FOLHA DO NORTE, 1919.

Ao longo do ano de 1919 foram várias as tentativas de aproximação entre as duas entidades. Nessa relação de forças, a FPSN percebeu ser impoante que os clubes dissidentes voltassem ao seu seio, não só para aumentar o número de filiados, mas fundamentalmente para manter as regatas como um espetáculo competitivo e atraente para o público, o que dificilmente aconteceria caso apenas dois clubes continuassem a disputá-las.

A Tuna Luso iniciou o movimento de reaproximação ao modificar seus estatutos, passando a admitir brasileiros em seu quadro de sócios, desde que esses fossemfilhos de portugueses. Esses novos associados não poderiam "[...] votar, nem ser votados. Mas isso é o de menos, porque o interesse da Federação é, ou deve ser, exclusivamente a **nacionalização do sport náutico**, sem imposições arbitrarias nesse sentido, principalmente em se tratando de sociedades extrangeiras" (FOLHA DO NORTE, 28.09.1919, p.4. Grifo meu).

Mesmo que pareça descabido, como pontuei há pouco, questões relacionadas à nacionalidade dos sócios de cada clube pareciam alimentar o esporte náutico em 1919. Cabe perguntar, como provocação: naqueles tempos, nacionalizar o esporte náutico incluiria, por exemplo, proibir a técnica da "queda à italiana", saudade em 1905 (tema já abordado por essa tese) como demonstração de virtuosidade e eficácia por parte dos remadores que sabiam executá-la?

Mas chegara o ano de 1920 e as tensões diminuíram a ponto de o festival promovido pelo Conselho naquele ano ter ocorrido na Doca Marechal Hermes, "[...] visto ter a Federação Paraense de Sports Nauticos por nimia gentilleza, transferido para o dia 13 do corrente o 'match' de 'water-polo' marcado para amanhã" (FOLHA DO NORTE, 08.05.1920, p. 5). A reconciliação se aproximava, o que era saudado como o fim da "[...] era de concordia as dissenções tão prejudiciais outr'ora existentes no nosso meio sportivo náutico" (FOLHA DO NORTE, 09.05.1920, p. 5).

Em reunião ocorrida na noite de 21 de maio daquele ano, a Federação e o Conselho se fundiram, fato que foi saudado como uma "[...] solução honrosa para ambas as partes, e que virá tornar forte e homogenea a nova organização da F.P.S.N." (FOLHA DO NORTE, 21.05.1920, p. 4). O Conselho de Regatas foi extinto imediatamente após a realização das regatas por ele promovidas em 6 de junho daquele ano, ficando os clubes que o integravam automaticamente filiados à Federação. Além disso, ocorreu a filiação de novos clubes, entre eles, o "Paysandú Sport Club" e o "Grêmio Luzitano", este de origem portuguesa. Uma crônica assim saudava a fusão das duas entidades:

> [...] o facto mais digno de registro para o nosso meio desportivo foi o 'casamento' da Federação Paraense de Sports Nauticos com o Conselho de Regatas do Pará.
> Do 'noivado' ha muito já se sabia, embora a pertinencia dos 'nubentes' em se não quererem dar por achados...
> Mas, tão tristes para 'elles' foram os dias da separação que [...] amando com sinceridade o progresso sportivo paraense, não olhavam como bons olhos a situação abobada [...]. Até que emfim, tudo está como devia.

> Apezar de não ter aqui ao meu lado a 'champagne' da pragmatica levanto a minha taça pela felicidade dos jovens esposos...Hip, hip, hurra! (A SEMANA, 29.05.1920).

Apaziguados os ânimos, com todos os clubes agora federados e devidamente ordenados pela FPSN, estava montado o palco para que os esportes náuticos dominassem as águas guajarinas, desfilando sobre elas seus atletas apolíneos, cada qual defendendo e criando identidade com seu clube. Era o tempo da consolidação e celebração dos "sportmen", dos treinamentos meticulosos e racionalizados, da supremacia da técnica gestual. Era chegado o tempo de aqueles corpos educados pelo desempenho serem exaltados e domarem as águas guajarinas. Espetacular, ordeiro, saudável e exemplar desempenho. Apolíneos, musculosos, belos e saudáveis atletas.

Ao alto, os concorrentes da Recreativa, aos concursos nauticos de hontem. Ao centro, em pé, Ferdinando Gusmão, que levantou o campeonato de natação; em baixo, os vencedores do 1º e 2º pareos, Nicola Parente e Carmino Parente

Figura 145- Estado do Pará, 1929. Equipe de nadadores da Associação Dramática Recreativa.

“Temos bellos rapazes de rijos músculos”: os esportes náuticos invadem as águas guajarinas

A década de 1910 findava e o número de clubes com departamento náutico crescia[146]. Imprensa e público pareciam animados com o horizonte que se descortinava: mais competições e mais clubes, a FPSN soberana, agora sem nenhum conselho a lhe fazer sombra, e, em especial, os atletas, os jovens, competitivos, musculosos e saudáveis atletas, tudo levava a crer que os esportes náuticos ressurgiam para não mais deixar as águas de Belém. Mas, se as competições náuticas voltaram a ser uma atração, os clubes e setores náuticos conviviam, forçosamente, com um antigo problema que, em muito, atrapalhava o crescimento desses: faltava-lhes uma sede própria às margens da Baía do Guajará.

A instalação dos clubes náuticos junto ao litoral foi um passo importante para consolidar a esportivização das atividades aquáticas em Belém. Porém, tal instalação foi marcada por dificuldades. Primeiro, a marca da indiferença: os clubes, no início dos anos de 1900, ainda sem força econômica, com pouco prestígio político e ainda dando os primeiros passos em direção à organização burocrática e racionalizada, sequer cogitavam possuir uma sede náutica. Em um segundo momento, a partir dos anos de 1915, com a crescente relevância atribuída aos esportes náuticos e aos próprios clubes, as dificuldades continuaram, só que agora, com outros parâmetros: os novos e positivos sentidos atribuídos ao litoral belenense, considerando a implantação do moderno porto da cidade e a própria prática de esportes náuticos, transformaram a outrora desvalorizada região que

[146] O Paysandu Sport Club, que tantas sympathias e victorias tem conquistados nos prelios sportivos em que tem tomado parte [...] acaba de crear a sua secção nautica, que será em breve inaugurada com tres embarcações de regatas: duas yoles a 4 remos e uma canoa, também a 4 remos. Uma das yoles foi encommendada para os estaleiros Gallinari, na Italia sendo os demais barcos encommendados aos estaleiros paraenses dos srs. Nunes & Irmão (FOLHA DO NORTE, 07.10.1919, p.4).

abrigava a Cônego Siqueira Mendes[147], primeira Rua de Belém, em um espaço privilegiado.

Uma crônica escrita por um dos reorganizadores do Grupo do Remo dá indícios de que as casas situadas às margens da Baía de Guajará eram objeto de interesses econômicos insensíveis ao desenvolvimento do esporte náutico. Dessa maneira, forçosamente, os Clubes instalavam suas sedes em áreas distantes da Baía, o que não era o ideal, ou mesmo afastadas da própria região central da cidade, dificultando o acesso e treinamento dos atletas. Dizia a crônica:

> Devido ao nosso meio, em que as cousas do sport são tratadas com desprezo e sem a mínima consideração pelos nossos homens que podem... o 'Grupo do Remo' depois de um verdadeiro jogo 'do quem der mais', em que naturalmente sahiu vencedor o burguez ricaço e ambicioso, que precisava de casa para explorar um monopolio [...], esta nossa importante sociedade náutica, ficou sem 'garage' (FOLHA DO NORTE, 21.11.1913).

Em relação às casas que poderiam ser utilizadas como garagem para canoagem, dizia a crônica que

> [não] havia em Belém!! As casas que ficam a beira-mar estavam todas ocupadas" [...] devido as exigências de um proprietário e a ganancia de um 'aguia' [...], após um ano, do Grupo do Remo, "[...] a unica sociedade, exclusivamente náutica que Belém possuía, só restava os seus barcos jogados em um armazém, estragando-se a falta de trato. E tudo isto porque no Pará os homens que pódem...são os primeiros a prejudicar a bôa marcha das sociedades sportivas, completamente ao contrario do que se faz no Sul, onde já se comprehende o que é o 'sport' em geral (FOLHA DO NORTE, 21.11.1913).

[147] Anteriormente denominada Rua do Norte. Até hoje o nome da Rua é Cônego Siqueira Mendes. Sobre o assunto ver CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém. Belém: Edições CEJUP, 1992, 2ªed.

A fixação dos clubes náuticos junto ao litoral de Belém foi concretizada no final dos anos de 1910. A Tuna Luso, o Clube do Remo[148], o Grêmio Lusitano[149] e a Dramática Recreativa, por exemplo, se estabeleceram em confortáveis sedes às margens guajarinas, inaugurando assim um novo tempo para o esporte náutico belenense. Desse modo, os clubes se integravam à urbanidade daquela Belém que ainda guardava riquezas (ou sonhos de riqueza) e insistia em se modernizar. Lado a lado, uma urbanidade em movimento e a fixação dos clubes junto às margens da Baía compunham um painel que seguia encantando os belenenses ao mesmo tempo em que mantinha o sonho do progresso, da riqueza e da modernização vivos.

De croquis a fotos que celebravam a inauguração das sedes náuticas, a imprensa cumpria seu papel de mediadora cultural. A sede da Associação Dramática Recreativa Beneficente, por exemplo, antes mesmo de ser inaugurada já tinha seu croqui divulgado pela imprensa, tanto por jornais quanto pela revista "A Semana": Além disso, sua inauguração, ocorrida em 22 de junho de 1919 foi anunciada como um

> [...] melhoramento que muito recommenda o nosso adiantado meio sportivo nautico e digno dos maiores applausos os emprehendedores de tão grandiosa iniciativa.
> O acto terá logar ás 8,30 da manhã com o seguinte programma:
> [...] Inauguração da galeria de retratos; [...] pela primeira vez será entoado o hymno da sociedade, lettra do dr. Augusto Meira e musica do professor Brandão; [...] Baptismo das ultimas embarcações de regatas adquiridas pela festejada agremiação [...].
> Das 2 horas da tarde ás 10 da noite as installações inauguradas serão franqueadas a visitação publica (O ESTADO DO PARÁ, 21.06.1919, p.4).

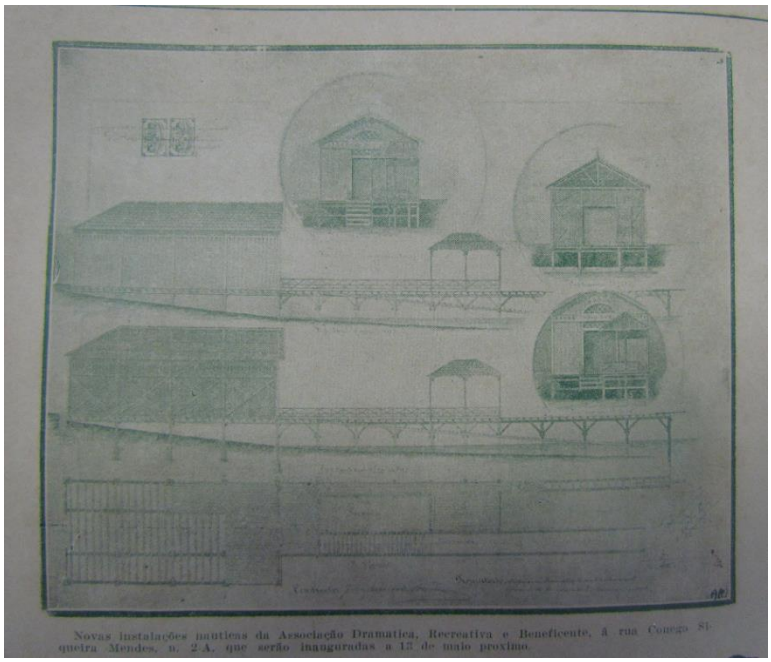
[148] A sede náutica desses dois clubes continua no mesmo local até os dias de hoje, mas sem o brilho dos anos de 1920.

[149] Hoje, pela manhã, será inaugurada a garage e a ponte do Grêmio Lusitano, á rua Siqueira Mendes, 32. Por essa occasião será realizado o lançamento á agua da canoa 'Nicolina' [...] (FOLHA DO NORTE, 18.07.1920, p.4).

Partindo do enfoque dado pela crônica, a inauguração da sede náutica da Dramática Recreativa foi um evento de impacto social, extrapolando a esfera esportiva. Ação empreendedora, era também um momento solene e de construções simbólicas: da inauguração de uma galeria de retratos ao entoar inédito do hino do clube, bem como o batismo de novas embarcações, aquele momento foi, acima de tudo, simbólico[150]. Nesse sentido, considere-se também a importância de apresentar à sociedade como um todo tamanho e moderno empreendimento, daí a oportuna abertura da sede a visitações públicas. Reforçando a ideia de que a inauguração da sede foi carregada de simbolismo, pontuando o reerguimento dos esportes náuticos em Belém e a própria inserção desses, já instalados e suas sedes náuticas, como um elemento a compor a moderna paisagem belenense.

Figura 146- Croqui da sede náutica da Associação Dramática Recreativa Beneficente. Rua Cônego Siqueira Mendes. ESTADO DO PARÁ, 13.04.1919, p.4.

[150] Esse tema pode ser pensado a partir de HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984.



Novas instalações nauticas da Associação Dramatica, Recreativa e Beneficente, á rua Conego Siqueira Mendes, n. 2 A, que serão inauguradas a 15 de maio proximo.

Figura 147- Croqui da sede náutica. Associação Dramática Recreativa Beneficente. A SEMANA, 19.04.1919, p.14.

Fachada da nova garage da Tuna Luso Commercial, vista do lado da rua Siqueira Mendes. — Photographia apanhada por occasião de ser içado o pavilhão da Tuna, pelo tenente Jair Albuquerque, presidente da F. P. S. N. no dia da sua inauguração

Figura 148- Inauguração da sede náutica da Tuna Luso Commercial (antiga Tuna Luso Caixeiral). Participou da inauguração o presidente da FPSN. O ESTADO DO PARÁ, 02.08.1917, p.5.

Enquanto alguns clubes fixavam suas sedes náuticas às margens guajarinas, o Paysandu operou uma dinâmica diferente: o clube não possuía os esportes náuticos em seu seio, mas, ao deslocar a sua sede, então localizada em um bairro central de Belém, Batista Campos, para a travessa do Carmo, no Bairro da Cidade Velha, às margens da Baía, acabou por inaugurar seu departamento náutico, cuja garagem ficaria nos fundos da nova sede (portanto, às margens guajarinas). Contando com apenas uma embarcação, para compor sua flotilha de regatas o Paysandu estava "[...] em negociações para adquirir as embarcações e todo o material da secção náutica do Grupo Sportivo do B. N. Ultramarino[151]" (FOLHA DO NORTE, 09.07.1920, p.4).

Mas não era suficiente possuir uma garagem às margens da Baía, muito embora isso fosse fundamental. Era preciso que as garagens fossem modernas e oferecessem aos atletas um aparato estrutural capaz de atender às necessidades do treinamento atlético dos mesmos. A garagem da Tuna Luso, por exemplo, inaugurada com pompa em 1917 (ver figura 148), já em 1920 passa por modificações que objetivam colocá-la em igualdade e condições com as garagens náuticas do país, impressionando os cronistas paraenses da época tais eram os melhoramentos então empreendidos. "Cirus", pseudônimo que assinava a coluna de esportes do "Folha do Norte", ao percorrer as instalações já reformadas, dizia ter se surpreendido com o belíssimo hangar, onde se alinhavam mais de vinte embarcações de regata,

> [...] muitas das quaes feitas em estaleiros paraenses e outras importadas da Italia e Inglaterra.
> [...] surpreendeu-nos belissimo salão [...] onde estão installados aperfeiçoados **apparelhos de gymnastica** e toda sorte de sports [...]
> Há também [...] modernas installações sanitarias, banheiros, etc. (FOLHA DO NORTE, 24.12.1919, p.3).

[151] Não custa lembrar: O Club Ultramarino, de origem e composto por sócios italianos, pouco antes havia adquirido embarcações tão somente para compor o Conselho de Regatas, que reunia apeas os clubes ligados às colônias estrangeiras de Belém.

A julgar pela narrativa, a penúria das sedes dos clubes náuticos estava delegada ao passado. Agora, modernas e confortáveis, ofereciam aos remadores embarcações que primavam pela qualidade, algumas construídas em Belém e outras, importadas da Europa. Um salão ocupado por aparelhos de ginástica indica a especialização e racionalização do treinamento dos rowers, pois aliava treinamento técnico e físico. E é justo esse nível de especialização que marca uma das diferenças fundamentais, ou ainda, pontua a diferença estrutural e conceitual entre o esporte náutico (remo, natação, polo aquático e saltos, para efeito dessa pesquisa) e as práticas aquáticas (nadar, remar ou mesmo a disputa de regatas festivas ocorridas no entre séculos, por exemplo).

Afirmo aqui, desse modo, que a esportivização das práticas aquáticas tem como uma de suas características a adoção regular, sistematizada e especializada de treinamentos técnicos e físicos por parte dos atletas, em contraponto às práticas esporádicas, assistemáticas e inconsistentes que configuravam o campo das regatas festivas protagonizadas por remeiros. Assim, diferentemente dos tempos das regatas comemorativas, caracterizadas tão somente pela lida diária com o ato de remar, sem que houvesse um treinamento específico para tal, ali, em uma garagem náutica, o jovem atleta belenense era treinado diariamente, fosse singrando a Baía do Guajará, fosse realizando exercícios ginásticos em modernos aparelhos.

O treinamento técnico e físico já se fazia realidade e construía, desse modo, o corpo atlético e apolíneo idealizado e celebrado pela modernidade. A educação do corpo dos atletas náuticos, portanto, inseria-se no conjunto de mudanças em curso nos anos iniciais do século XX. Mais que isso: amalgamava-se às mudanças arquitetônicas da própria cidade, compondo um quadro onde carne e pedra se complementavam. Com os clubes instalados às margens guajarinas, chegava o tempo de o esporte náutico singrar e dominar o litoral belenense. Primeiramente, o remo, esporte náutico pioneiro na cidade. Em um segundo momento, surge a natação, logo acompanhada pelo “waterpolo” e pelos saltos. Comum a toda as modalidades, um elemento educativo e disciplinador: o treinamento.

Esportivizar as práticas aquáticas exigiu a elaboração e o aceite de uma educação do corpo centrada sobre o treinamento das modalidades, incluindo o treinamento físico. É possível dizer que "[...] a legitimidade do treinamento [...] vai se impor com o século XX, com uma organização sempre mais exigente: seu 'desenvolvimento metódico' a ponto de se tornar a palavra-chave das pedagogias e das formações físicas [...]" (VIGARELLO, 2011, p.197). Treinamento que implicava inéditas formas e procedimentos gestuais e metódicos. Pontue-se: o conjunto dessas técnicas primava e era balizado pelo rendimento, superando então o sentido de festividade anteriormente comum às práticas aquáticas. Não estou aqui afirmando que a dimensão festiva foi abandonada com a chegada dos esportes náuticos. De fato, a dimensão da festividade continuou a existir, quer fosse entre as elites a bordo dos vapores ou em meio à população espremida no porto. Entretanto, não era mais a festividade que movia e dava razão aos esportes náuticos e suas competições. Em certo sentido, operou-se um deslocamento e uma mudança de sentido, pois, se antes o *motus* das regatas era o fato de as mesmas celebrarem um momento cívico, bem como serem palco para sociabilidades, agora, com a chegada dos esportes náuticos o que se vê são as disputas acirradas e os atletas se transformarem na razão de ser, ou melhor, no próprio espetáculo.

Segundo Nicolau Sevcenko, a mudança de mentalidades inaugurada pelo quartel inicial do século XX no Brasil fez com que os homens coevos descobrissem que

> [...] tinham músculos [passando] a explorar as vantagens destes sobre os velhos e surrados miolos. O resultado dessa curiosa mutação cultural foi o desencadeamento de uma febre esportiva que assolou o século XX desde os seus primórdios, tendo seu grande salto, tanto qualitativo quanto quantitativo, logo após a Primeira Guerra e ao longo dos anos de 1920 e 1930 (SEVCENKO, 2010, p.567-568).

As mudanças históricas tornaram o modelo das regatas festivas obsoleto, levando a superação desse pelo modelo esportivo. Dito de outro modo: saem os remeiros das regatas festivas que, lembremos, eram divididos entre amadores (que

não lidavam diariamente com o ato de remar) e profissionais (aqueles que tinham profissões cuja prática exigia que remassem – vide os catraieiros), e entram em cena os "rowers", esses "sportmen" modernos, jovens atletas submetidos a treinamento físico e técnico especializado. Remar, então, deixa de ser uma atividade tão somente ligada a práticas do dia a dia, e passa a ser uma prática racionalizada, disciplinada e metódica cotidianamente exercitada. Afinal, a vida do atleta passou a seguir uma dinâmica que incluía acordar cedo para iniciar os treinos já ao raiar do dia, dedicar-se a treinamento físico e técnico intenso e, longe das garagens náuticas, em pleno exercício da vida banal, ter um comportamento exemplar, livre dos vícios e deslizes da vida banal. Isso pode ser observado em uma nota publicada em 1918, que diz respeito à abertura de uma escola de remo pela Associação Dramática Rectreativa, voltada aos seus sócios. Por intermédio da nota fica evidente a regularidade da oferta de aulas (todos os dias úteis), oferecidas ao raiar do dia (cinco horas da manhã), ministradas por um "patrão geral" e três assistentes, denotando assim que as aulas ficavam sob responsabilidade de ex-remadores ou, quem sabe, pessoas com conhecimento técnico específico para tal prática. Vejamos a nota:

> Os diretores da secção náutica desta antiga sociedade [Associação Dramatica Recreativa] communicam-nos que estão funcionando as escolas de remo, para os socios que quizerem dedicar-se a este util genero de sport.
> A instrucção aos novos remadores será ministrada todos os dias uteis, ás cinco horas da manhã, sob a direcção do patrão geral, sr. João da Silva Reis, auxiliado por João Fiel dos S. Reis, Maturino Azevedo e Francisco Coelho (ESTADO DO PARÁ, 27.02.1918, p.4).

> O horário de treinamento das modalidades náuticas era o mesmo para todos os clubes, com pequena varição. Não é difícil imaginar a Baía do Guajará, logo ao nascer do dia, tomada por jovens e saudáveis atletas a exibirem seus músculos, emoldurados pelo sol nascente, pelo frescor das

> manhãs, e pela formosa Baía. Afinal, o início do século XX foi marcado por uma
> [...] grande vocação para o corpo e a saúde [despertadas] no coração dos 'novos homens' pelo seu impulso instintivo para a concorrência, a agressividade e o sucesso. A saúde, nesse sentido, imprimia uma conotação de autoestima, autoconfiança e combatividade, inscrita na coloração irradiante da pele, nos músculos tonificados, na estrutura sólida, nas proporções adequadas, nas formas esbeltas e na insinuação de uma sexualidade desperta e fértil. A saúde enfim era a chave de um corpo moderno [pensada inclusive por meio de atividades como] os banhos de mar, os passeios ao ar livre, os piqueniques [...] (SEVCENKO, 2010, p.559).

Disciplinados e obstinados, os atletas se lançavam às águas dia após dia. Mas não eram apenas os atetas que singravam as águas guajarinas logo ao amanhecer: os clubes começaram a oferefer turmas para aprendizes. Foi o caso do Club do Remo, que por itermédio de uma nota, anuncia:

> São convidados todos os sócios do Club do Remo que desejare aprender Natação-Waterpolo e remar, a comparecerem á garage, nos seguintes dias: Natação e Waterpolo, todas as quartas e sextas-feiras, ás 6 horas da manhã e para remar, ás terças quintas e sabbados, ás mesmas horas (FOHA DO NORTE, janeiro de 1918 p.4)

A oferta de turmas para iniciantes nas modalidades natação, polo aquático e remo indica o crescimento da prática de esportes náuticos entre os sócios dos clubes belenenses. Mesmo que o público alvo fosse de sócios sequer iniciados nos desportos aquáticos, a oferta das turmas seguia o rigor da prática esportiva. Destarte, a educação do corpo pertinente à prática esportiva exigia não apenas o aprendizado ténico-gestual, mas, sobretudo, austeridade disciplinar e metodológica que passava pelo horário do início do treinamento, bem como a frequência sistemática de aulas. Por outro lado, são inúmeras as notícias publicadas ao longo das décadas de 1910 e 1920, englobando desde notas convocando atletas para

participarem de competições e treinamento, incluindo convocações e chamadas para a parricipação em campeonatos. Eis algumas delas:

> Paysandú Sport Club: estando esse club filiado á F.P.S.N., o diretor dos sports náuticos convida todos os sócios que desejarem tomar parte nas proximas provas nauticas, a comparecerem na garage, amanhã, domingo, 29 do corrente, ás 5 ½ da manhã, a fim de se proceder á organização das guarnições que deverão concorrer ás regatas e escalar nadadores para as provas aquáticas, water-polo, etc. [...] (FOLHA DO NORTE, 28.01.1922, p.4).

> Os victoriosos 'rowers' da Tuna, ás 5 horas da manhã, tripularam toda a sua numerosa flotilha e rumaram todos para o Pinheiro, onde chegaram precisamente ás 6, sendo recebidos festivamente pela familia sportiva da pittoresca villa (FOLHA DO NORTE, 18.02.1919, p.2).

> São convidados todos os associados do Club do Remo, concorrentes a prova Experimental de Natação, á realizar-se amanhã, na Doca Marechal Hermes, a comparecerem á Garage, ás 6 ½ horas, a fim de tomarem a lancha que os conduzirá para o local acima mencionado (FOLHA DO NORTE, fevereiro de 1918).
> Ficam condados (sic.) a comparecer á garage, domingo próximo, ás 6 horas da manhã, a fim de representarem o Club do Remo na prova Experimental de Natação os associados abaixo assignados [...] (FOLHA DO NORTE, 03.03.1922, p.4).

> Este acreditado núcleo paraense [Yole Club] desde já prepara seus athletas para as próximas competições náuticas que a Federação vae instruir [sendo que os mesmos deverão] comparecer aos treinos na garage, feitos nos domingos, terças, quintas e sabbados (FOLHA DO NORTE, 23.01.1924, p.4).

Sairam as festividades, ergueu-se o espetáculo. Espetáculo que logo se transformaria em uma celebração do músculo. Espetáculo centrado, movido e

voltado ao desempenho e à vitória. A partir de então, a dimensão espetacular dos esportes náuticos dar-se-ia em termos de velocidade, força, vigor, coragem, técnica e resistência: valores e valências da sociedade moderna e capitalista. Com efeito, podemos compreender o corpo "[...] em um primeiro momento [como] o objeto e a vítima preferencial da civilização, cuja história pode ser lida nos anais do crescente processo de controle daquele, e pelo desenvolvimento das técnicas que medeiam esse domínio" (VAZ, 1999, p.92). É possível ainda entender que a noção "[...] *educação do corpo,* de modo bem específico e especializado, [incide] diretamente sobre os corpos, transmitindo valores e normas, difundindo significados e sentidos que implicam na elaboração de comportamentos e atitudes aceitos socialmente" (SOARES, no prelo. Grifo da autora). O treinamento corporal, assim, primava pela excelência do desempenho, construída face horas e horas diárias de movimentos meticulosamente repetidos, com o atleta submetido ao olhar atento e minucioso de um treinador. Olhar feito para corrigir. Correção racionalizada, metodológica e normativa. Pedagógica, essencialmente pedagógica. O treinamento físico e técnico, essa novidade pedagógica, volta-se

> [...] primeiro à vontade e seus efeitos, o interesse voltado, a seguir, para as regiões mais obscuras do corpo, às resistências, aos obstáculos escondidos. [...] Daí a ideia de um domínio sempre maior, mas também de um conhecimento mais interiorizado. Daí essa constatação, sobretudo, de um treinamento físico e de um desenvolvimento pessoal que se desvia com a própria imagem do corpo [...] (VIGARELLO, 2011, p.197).

A partir do entendimento destes autores, cabe pensar que a esportivização, ou o surgimento de uma cultura esportiva, deu-se, grosso modo, porque houve uma racionalização gestual voltada à eficácia, capaz de instituir e difundir técnicas corporais pormenorizadas. Mas, e não menos, é possível também afirmar que a esportivização, ou o surgimento de uma cultura esportiva, possui vínculos estreitos com os sentidos burgueses de urbanidade que entendiam a natureza domesticada como lugar de afirmação do progresso. Foi assim que o esporte preencheu "[...] uma

necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre" (HOBSBAWM, 1988, p.258), passando a compor o ideário da vida urbana que se afirmava, também, por certa avidez de novas, espetaculares e excitantes práticas corporais junto à natureza.

Desloque-se esse quadro de ideias para uma Belém do Pará que vivia o processo de esportivização, resultando daí a chegada e domínio dos esportes náuticos sobre as demais formas de práticas aquáticas, a partir de meados dos anos de 1910, se estendendo até o final da década de 1920: o que se tem, primeiro, é o surgimento do remo enquanto esporte, logo seguido pela natação, pelo polo aquático e, em menor escala, os saltos aquáticos. Nesse momento, tem-se a celebração, vitória e supremacia do músculo e da técnica, sob a forma de um espetáculo competitivo ao ar livre. Com efeito, se isso já era anunciado em 1908, quando afirmava-se que Belém possuía "[...] bellos rapazes de rijos musculos, que bem podiam ainda mais desenvolvel-os nos exercícios do remo [...]" (FOLHA DO NORTE, 20.11.1908, p. 1), a partir de 1920 a associação do esporte como um espetáculo, ao ar livre e competitivo, palco para corpos atléticos, treinados e eficazes ganhou vulto. Não por acaso, a coluna do jornal A Província do Pará dedicada aos esportes, inicialmente denominada "Vida Sportiva", passou a se chamar, nos anos de 1910, de "Ao ar livre".

Espetaculares, as competições de remo entusiasmavam a todos, porque "[...] os esguios barcos disputam, pela força e technica dos seus remadores, os louros da victoria [...] (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 06.06.1924, p. 2). Mas era preciso tornar palpável aquilo que parecia subjetivo. É nessa perspectiva que o esporte náutico, delineando e delimitando seu campo e seus métodos de ação, pode ser pensado como forjador de uma "[...] educação mais precisa e mesmo especializada do corpo em diferentes espaços [...]" (SOARES, no prelo). Destarte, o esporte, essa invenção surgida no final do século XIX, pode ser considerado como lugar para uma "[...] visão sempre mais técnica e mecânica do movimento, uma visão sempre mais rigorosa e ordenada do treinamento" (VIGARELLO, 2011, p.198). Assim pensado, o esporte náutico, ao ser implantado em Belém, trouxe consigo um arcabouço de

técnicas e métodos, implicando, ou exigindo, que a formação daquela juventude, composta por atletas, fosse centrada sobre a educação do corpo, personificada no treinamento. É possível perceber esse movimento a partir de uma narrativa que estampava de forma explícita o detalhamento e mensuração – o esquadrinhamento, grosso modo – dos "rowers" do Club do Remo. Tais atletas seriam os

> [...] baitarras do muque, da altura e do pezo [entre os quais o] voga, Edgar Fraga de Castro – altura 1m79, pezo 72 kilos; sota voga, Fernando Araujo – altura 1m83, peso 75 kilos [...]", concluindo que, ao contar com "[...] semelhante gente, o Remo vae dar agua na barba aos seus competidores [...] (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.06.1924, p. 3).

A medida de altura e peso de cada "rower" expressa uma preocupação tão inédita quanto moderna: o corpo, mensurado e avaliado, materializa o que antes parecia subjetivo. Opera-se dessa forma a invenção do atleta moderno, do "rower". E esse "rower", mais que um rosto, um nome, ou uma identidade, traz em seu corpo o signo e a intervenção da modernidade: é atleta e símbolo, é treinado e disciplinado, é saudável e exemplar. O treinamento educa seu corpo para a competição. Contra o tempo, contra as águas, contra os adversários. E contra si, sabedor de suas limitações e erros. Porque nesses tempos das técnicas de si, orientadas pela performance esportiva e pela busca incansável da excelência gestual e da vitória, qualquer deslize pode levar ao fracasso. A disciplina é o mote. Eficácia gestual, o motor. A performance técnica a vitrine. A vitória, o resultado.

O litoral belenense, reconfigurado, agora abriga um porto moderno, da mesma forma que acolhe em seu seio as garagens náuticas. De manhã bem cedo, quando a população ainda dorme, eis que os "rowers" se entregam ao treinamento, dando vida às águas que parecem dormir. Celebra-os a imprensa, porque ali, em meio às águas, o que se vê é animador:

> Das 5 ás 7 horas da manhã ha um constante movimento de balieiras *yoles* e *out-riggers*, ora de um club ora de outro, que sulcam as aguas guajarinas em direcções diversas, dando um certo quê de alegria na monotonia de nossa bahia. Os nossos

> *rowingers* que não enfraqueçam (FOLHA DO NORTE, 03.10.1915, p.4).

Quantas embarcações, clubes e atletas, reunidos, singrando as águas guajarinas. Ali, na quietude da manhã que se inicia, cada encontro do remo com as águas é um desafio composto por músculos que se contraem, pela respiração controlada e pelo ritmo a ser ditado pelo patrão.

> Digno dos melhores applausos é esse punhado de moços que compõem a familias (sic.) sportiva náutica de Belem.
> Quem for ás primeiras horas do dia, ao litoral, verá que o sport náutico tem de facto, **vida real**, sendo o principal symptoma o movimento de embarcações de regatas que sulcam as aguas guajarinas desde o arsenal de Marinha ao antigo curro ora em passeio-exercicio, ora em **trainos vigorosos**, cujas guarnições se preparam para a proxima regata que, no mez proximo se realizará em nossa grande bahia, sob os auspícios da festejada 'Federação das Sociedades do Remo'.
> Há, emfim, uma demonstração de que há moços que amam o exercício do remo e por esse meio buscam o próprio **desenvolvimento do corpo** (FOLHA DO NORTE, 18.10.1915, p.4. Grifos meus).

Exalta-se a juventude atlética. Não qualquer corpo, pontue-se. Apenas aquele que se entrega aos exercícios físicos, aos treinos vigorosos, à rotina de treinamento que inclui estar na água, remando e se exercitando, aos primeiros raios do sol. Tarefa para poucos, eu diria. Poucos, todos jovens, compondo a família dos esportes náuticos, como quer a narrativa. Amavam o exercício físico, aqueles jovens atletas. E, na retidão de seus comportamentos, na disciplina de seus gestos, na técnica de seus movimentos encontravam o meio para desenvolver seus corpos. Por seu lado, identifiquei junto às fontes a ocorrência de uma regata com páreos voltados para crianças menores de 12 anos, permitindo supor que os clubes ofereciam treinamento também para os seus associados "infantis". É interessante observar que essa regata, promovida pela Tuna Luso, contou nesse páreo com a participação de duas guarnições, sendo ambas conduzidas por crianças, a julgar

pelas fontes, sem vínculo com clubes. A regata foi realizada em 04 de maio de 1920, sendo o páreo

> "[...] de maior sensação [...] o de infantis, disputado por 2 guarnições de creanças, com menos de 12 annos, sendo uma guarnição de empregados do commercio e outra de estudantes. Para esse pareo foi offerecida uma mimosa taça de prata, pelo proprietario da Usina Pará, nome com que será disputado o brilhante pareo (ESTADO DO PARÁ, 18.04.1919, p.4).

Avançando no tempo, a mocidade atlética belenense continuava singrando as águas guajarinas. Em jogo, uma regata promovida pela FPSN, agora presidida pelo médico Ophyr Loyola[152]. A coluna "Ao ar livre" dizia que logo mais estaria a Baía do Guajará em festa, "[...] sulcada pelas prôas esguias das embarcações ligeiras de nossos clubes náuticos, polychromizadas pelas cores variegadas dos estandartes. Á directoria da Federação logicamente caberão os louros dessa linda festa do musculo [...]" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.06.1923, p.2). Em 1929, a beleza da Baía era exaltada como moldura perfeita à estética musculosa e atlética dos bravos remadores belenenses: "A bahia apresentava um movimento invulgar. A flotilha estava aumentada e os navios todos repletos de famílias [...]. E nessa moldura impressionante, o tipo varonil de nossos athletas destacava-se, banhados pela luz de um ardente sol de meio-dia (FOLHA DO NORTE, 1929, p.5). Por sinal, a regata em questão iniciou com atraso, fazendo com que algumas provas fossem disputadas sob intenso calor por causa do avançar das horas. Mas nem isso parece ter perturbado o brilhantismo das provas, muito pelo contrário, pois as dificuldades geradas pelo forte calor foram relatadas como teste de provação para aos *rowers* que não titubeavam diante de desafios. A narrativa do cronista dá cores vivas e espetaculares àquelas regatas:

> Apesar da hora tardia em que se principiaram as regatas hontem, foram estas corridas com toda a regularidade e

[152] Ophyr Loyola, conforme grafia da época. Respeitado médico paraense, foi um dos fundadores do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará (1912).

> disputadas com **amor** pelos clubes inscriptos. Houve pareos **sensacionaes**, em que os concorrentes demonstraram a **quasi completa egualdade de forças**, decidindo-se a victoria somente pelos **desesperados** arrancos finaes (FOLHA DO NORTE, 1929, p.5. Grifos meus).

Além das emoções despertas, mais que o equilíbrio de forças entre os competidores, dando suspense e dramaticidade a cada instante das provas, era a bravura, o desempenho, a superação dos limites, a resistência, a obstinação, a excelência do treinamento e da performance, bem como a plena entrega dos *rowers* que espetacularizavam aqueles momentos. Desse modo, a crônica destaca o fato de os diretores dos clubes participantes terem, ao final, ficado

> "[...] satisfeitos com os feitos de seus athletas pois elles desdobraram-se em energias, esgotaram-se em esforços, supportando um calor formidavel, altinazante, com os olhos fitos nas flamulas de seus clubes que eles queriam vêr soberbas de victorias, orgulhosas de triumphos, envaidecidas com os laureis que lhes engrinaldavam (FOLHA DO NORTE, 1929, p.5. Grifos meus).

Esta narrativa apresenta um elemento importante: em meio a todos os obstáculos e provações postos pela regata, tipificando um exemplar jogo de desafio entre o homem e a natureza, a crônica destaca que os atletas encontravam forças e motivação ao verem não mais a si como indivíduos ou grupo de remadores e sim, como símbolos do clube que defendiam apaixonadamente. A vitória soberba, o triunfo que envaidece e enche de orgulho, eram, aos olhos dos cronistas, mais do que conquista dos remadores: eram feitos do clube. Entendo que isso caracteriza um processo de construção identitária, forjado a partir das tensões entre o indivíduo, o grupo e o clube[153]. Assim, a composição homem, rio, embarcação, desafio,

[153] Sobre a articulação entre o esporte e os processos identitários, ver, entre outros, HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

superação e espetáculo estava, enfim, equacionada. Com ela, uma educação do corpo ali se instalava. Era o triunfo do

> [...] exercício 'construído', o de movimentos sistematizados, mecânicos e precisos, controlados com o único objetivo de aumentar os recursos físicos: neles, o corpo seria educado de acordo com um código analítico de progressão, músculo após músculo, parte após parte (VIGARELLO, 2011, p.199).

Que se apresente o pessoal do muque. Que se exibam os valentes e vigorosos "rowers". Que desfilem os vapores e suas elites. Que a festa do músculo faça das águas guajarinas, palco. São muitas as imagens. Deixemo-las falar:

O pessoal do muque

A valorosa guarnição com que o Clube do Remo triumphou nas ultimas regatas no pareo de canôas estreantes. Da esquerda para a direita, Francisco Cardoso, Miguel Lupi Martins, Raymundo Angelim, Rudolph Moller e Claudomiro Silva.

Figura 149- Guarnição vitoriosa do Clube do Remo. Páreo de canoas, estreantes. A SEMANA, 04.02.1928

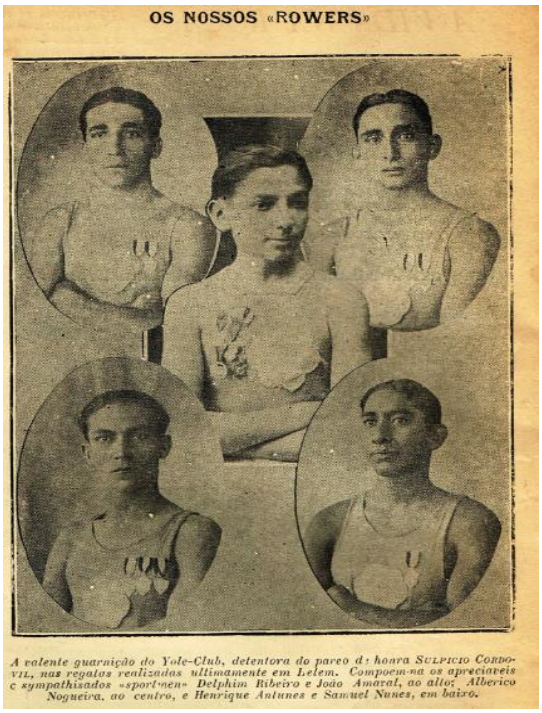


Figura 150- Rowers do “Yole-Club”. A SEMANA, 10.09.1921.

Figura 151- Valorosos out-riggers. ESTADO DO PARÁ, 1926

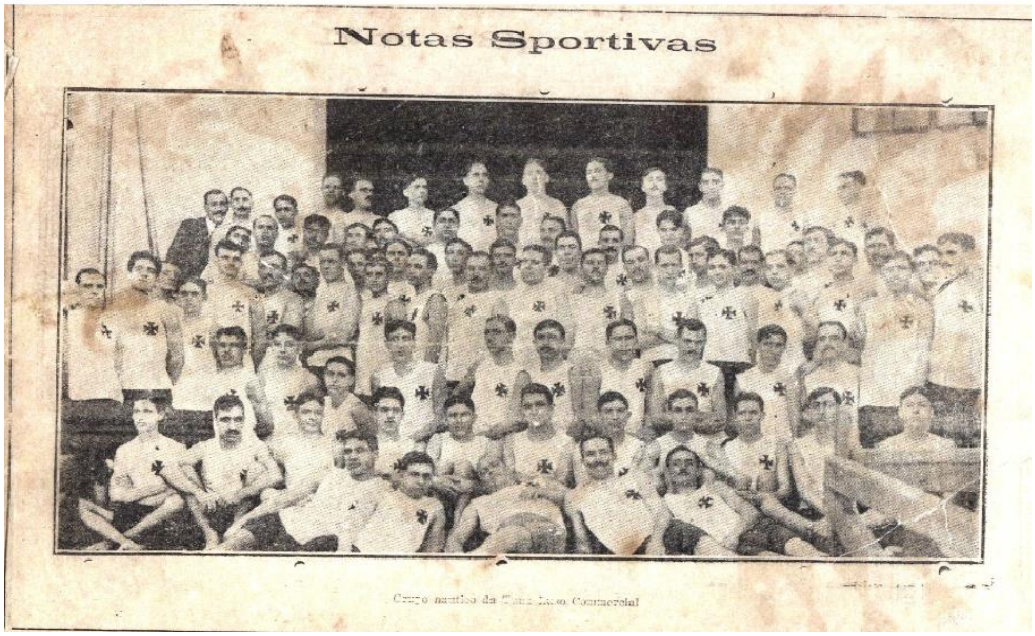
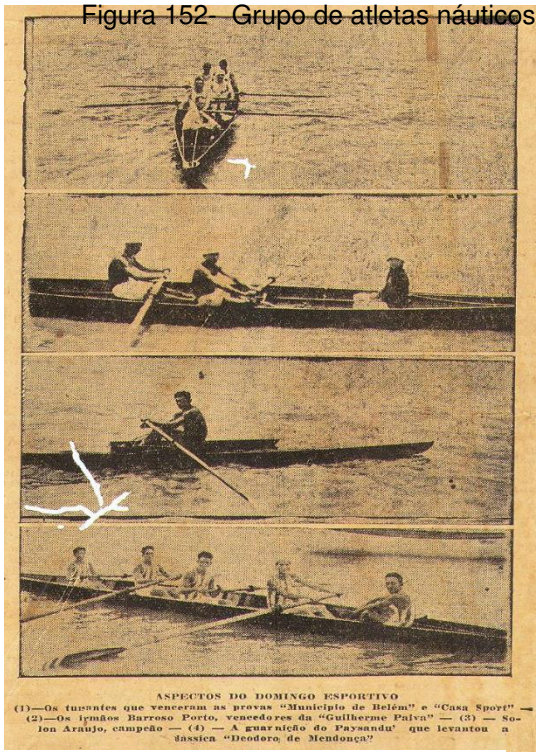


Figura 152- Grupo de atletas náuticos da Tuna Luso Brasileira. A Semana, 1919.



ASPECTOS DO DOMINGO ESPORTIVO
(1)—Os tunantes que venceram as provas "Municipio de Belém" e "Casa Sport" — (2)—Os irmãos Barroso Porto, vencedores da "Guilherme Paiva" — (3) — Solon Araújo, campeão — (4) — A guarnição do Paysandu' que levantou a classica "Deodoro de Mendonça"

Figura 154- Domingo esportivo é domingo de regatas. FOLHA DO NORTE, 1929

A valorosa guarnição da sympathisada Tuna Luso Commercial, que, na regata de domingo ultimo, promovida pela gloriosa Federação Paraense de Sports Nauticos, levantou brilhantemente o Campeonato de Remo do Estado do Pará e a grande Prova Classica "Constantino d'Almeida". E' composto dos seguintes remadores: Illydio Gomes da Costa, José Pereira da Silva, Manoel A. Barbosa da Silva, Jayme Fernandes Barbosa e Antonio R. dos Santos

Figura 153- A Semana, 08.07.1922.

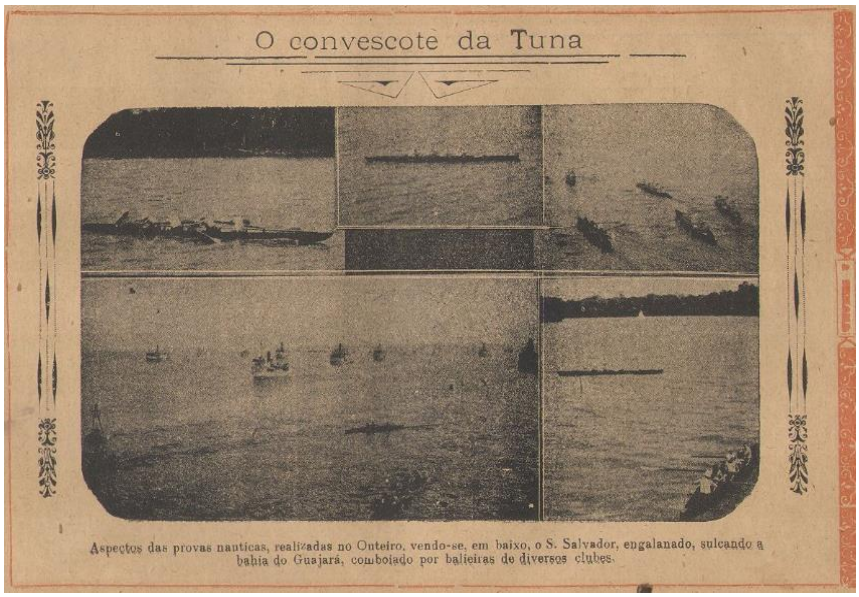


Figura 155- A Semana, 05.07. 1924. Provas náuticas realizadas no balneário de Outeiro.

Figura 157- Associação Dramática Recreativa e Beneficente. Guarnição campeã de 1925. ESTADO DO PARÁ, 1925.

Figura 156- ESTADO DO PARÁ, 15.06.1925, p.4

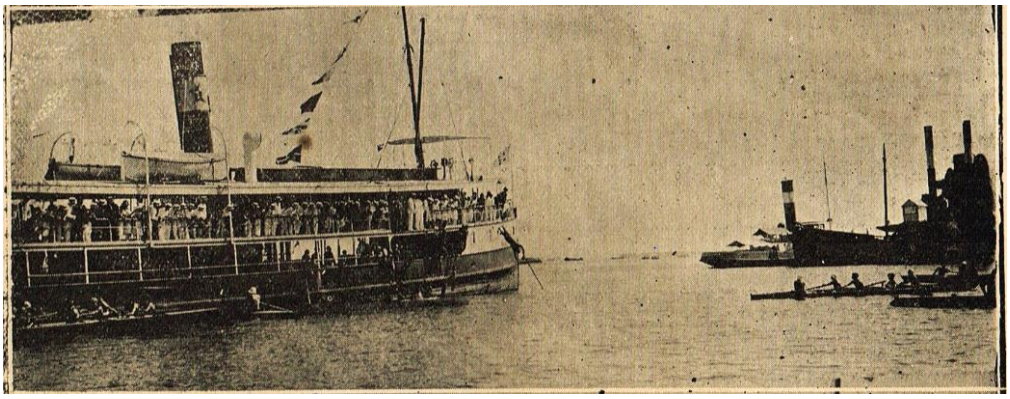


Figura 158- A SEMANA, 05.06.1920. O público lota o vapor, assistindo a um páreo de remo.

Figura 159- A Semana, 1923, número 279. Destaque às senhoritas belenenses embelezando o público do espetáculo. Pode ver-se também que os vapores estavam tomados pelas elites que assitiram ao espetáculo das regatas.

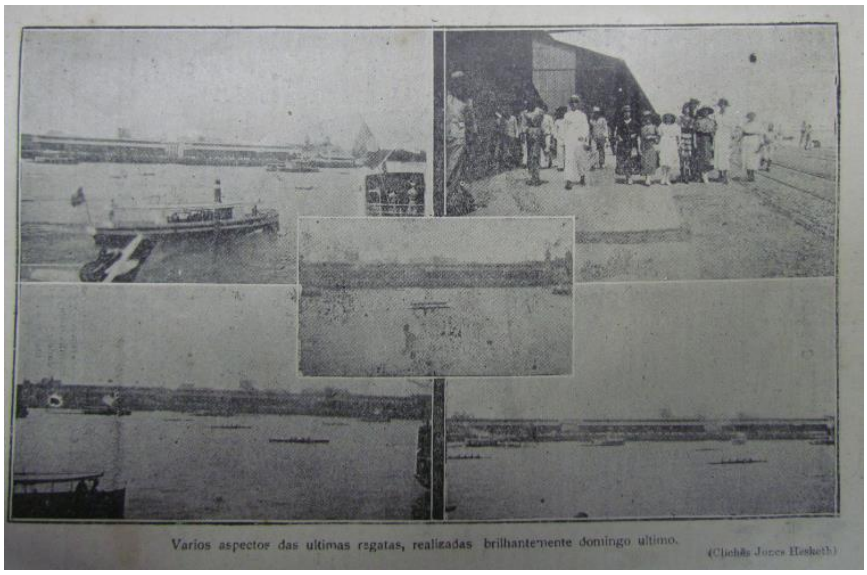


Figura 160- A Semana, 02.07.1921.

Figura 161- Guarnição de rowers do Cub do Remo. As roupas dessa modalidade náutica expunham menos o corpo do que as da natação e do polo aquático. A SEMANA, 07.02.1920.

Grupo de valentes remadores do campeão paraense.

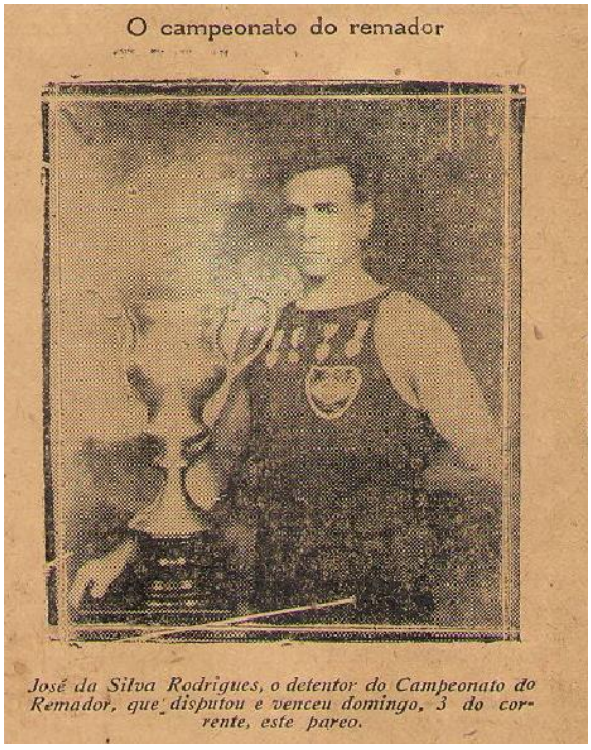
Figura 162- A SEMANA, 07.02.1920.

Depois da faina do traino, os remadores do Club do Remo tomam fresco no jardim na praça Frei Caetano Brandão.

Figura 163- Rowers do Club do Remo exibindo seus corpos atléticos após uma sessão de treinamento. A foto foi tirada na Praça Frei Caetano Brandão, localizada em frente à sede náutica do Club do Remo. Diz a legenda: “Depois da faina do treino, os remadores do Club do Remo tomam fresco no jardim na praça Frei Caetano Brandão”. A SEMANA, 07.02.1920.

Interessante grupo de associados do Club do Remo, após algumas horas de treino proveitoso.

Figura 164- A SEMANA, 10.04.1920.



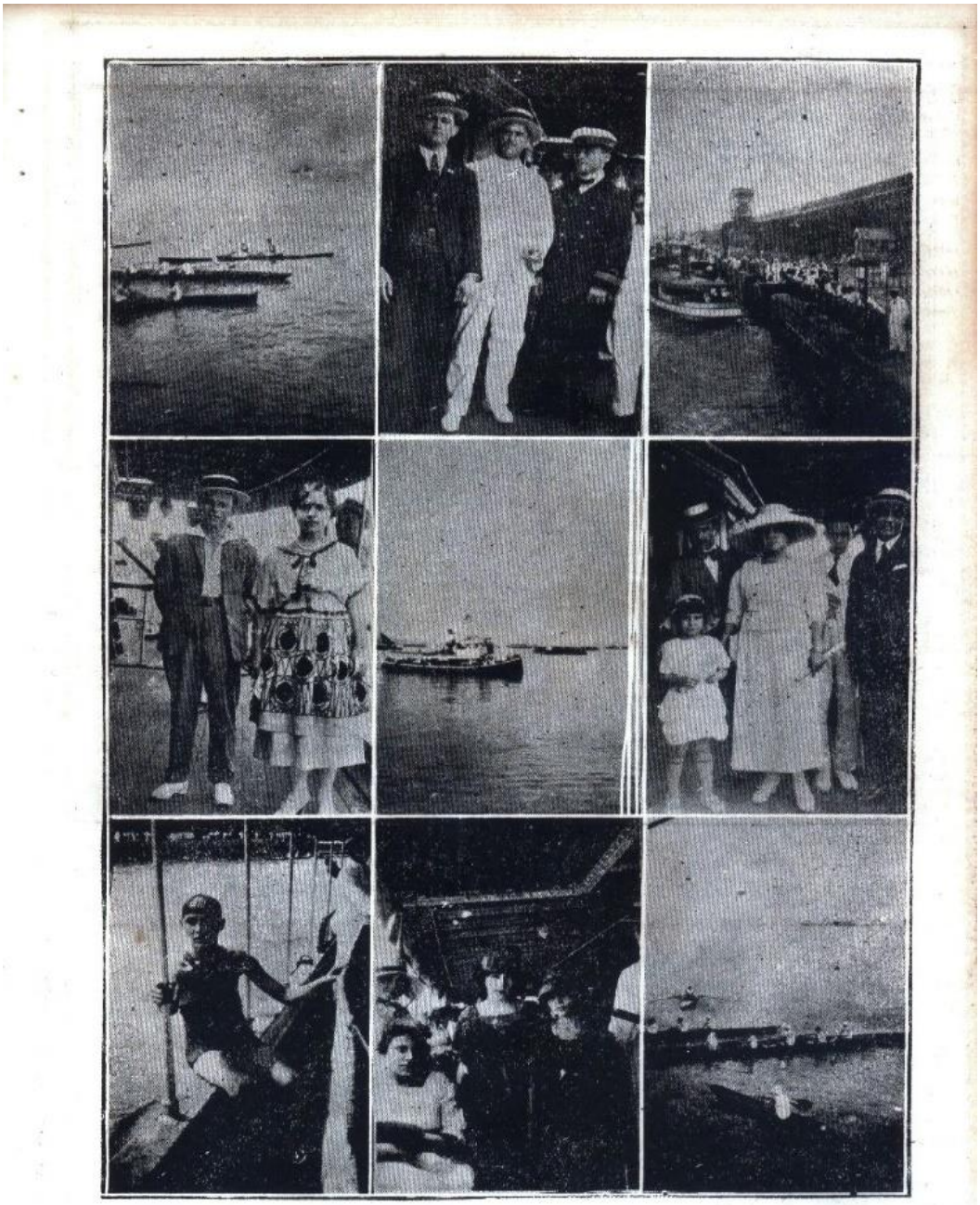
O campeonato do remador

José da Silva Rodrigues, o detentor do Campeonato do Remador, que disputou e venceu domingo, 3 do corrente, este pareo.

Figura 165- A Semana, 1922. Número 231

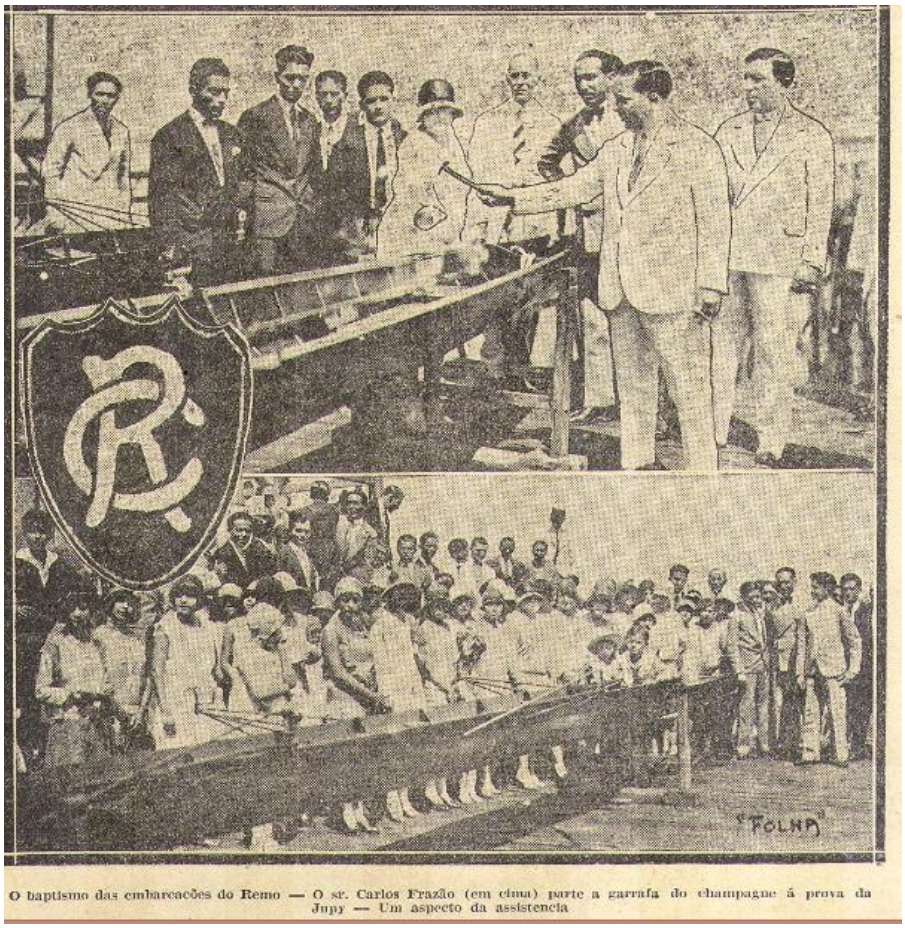
A valorosa guarnição da Tuna Luso Commercial, detentora do campeonato official do remo, no Estado do Pará. Esta gravura mostra o artistico quadro que foi inaugurado no salão "João Carvalho", da querida agremiação da praça da Republica.

Figura 166- A Semana, 1922. Número 231. Fotografia que registra o quadro então recém inaugurado, homenageando e registrando o feito dos remadores tunantes que conquistaram o campeonato oficial de remo de 1922.



VIDA SPORTIVA.—*Aspectos da festa nautica realizada pelo Conselho de Regatas, no dia 14 do corrente.*

Figura 167- A Semana. 1920, número 104.



O baptismo das embarcações do Remo — O sr. Carlos Frazão (em cima) parte a garrafa do champagne á prova da Jupy — Um aspecto da assistencia

Figura 168- ESTADO DO PARÁ, 1925. Batismo de embarcações do Club do Remo.

Considerando as imagens dos “rowers” belenenses publicadas pela imprensa, julgar-se-ia que o remo era uma atividade exclusivamente masculina. Entretanto, embora em uma escala menor, as mulheres participavam das regatas desde os tempos das competições festivas, como já abordei nessa tese. Mas, se as mulheres participavam das regatas como atletas, o que poderia ter provocado tamanho silêncio das imagens? Com efeito, encontrei apenas uma foto que retrata mulheres remadoras, publicada pela revista “A Semana”, em 1921. As remadoras eram atletas da Tuna Luso, o que dá indícios de as mesmas serem portuguesas ou filhas de portugueses. O registro fotográfico mostra duas jovens acompanhadas por um rapaz (provavelmente o patrão da embarcação). O uniforme das remadoras é composto por uma camisa folgada, com a manga cobrindo o braço um pouco acima

da altura do cotovelo. Ambas trajam bermuda, também folgada, que vai até a altura dos joelhos. Por baixo da bermuda, trajam um tipo de meia e, aparentemente, calçam sapatilhas, contrastando com o patrão, que está descalço. A exposição do corpo das remadoras proporcionada pelo uniforme é pequena se comparada a do patrão, o mesmo podendo ser dito em relação a “rowers”, pois o mesmo veste uma camiseta e *shorts*, mas ampla, se contrastada com aquela comum ao cotidiano das sociabilidades femininas. Vejamos o instantâneo:

Figura 169- Guarnição feminina da Tuna Luso Brasileira, vencedora de um páreo em outubro de 1920. A Semana, 26.02.1921.

Pensando em termos de Brasil e aprofundando o tema, é possível afirmar que os anos finais do século XIX e, sobretudo, as primeiras décadas do século XX, são marcados pelo surgimento de novas formas corporais, com silhuetas esguias e corpos musculosos, bem como por uma mudança relativa ao próprio vestuário, que passa a exibir um corpo menos artificial do que o outrora exibido (SOARES, 2013). Em meio ao ritmo acelerado com que as novidades eram consumidas naqueles tempos, usos e costumes passavam por transformações, imprimindo no corpo e no vestuário as marcas da modernidade e do progresso. Assim, o corpo atlético e performático exigia roupas que lhe dessem liberdade gestual e a sensação de conforto, além de um apelo estético (SOARES, 2013). As roupas próprias para as práticas esportivas – nesse caso, os esportes náuticos – ao emoldurarem e servirem de vitrine para o novo corpo, que então era forjado, provocam rupturas no cotidiano da cidade, movendo-o àquilo que se julgava moderno. Isso ocorria, muitas vezes, em detrimento do que durante décadas se entendeu como próprio à ordem estabelecida. Novas sensibilidades eram exigidas, fosse para os citadinos ou para os atletas. Com efeito, aos belenenses impunha-se admirar e celebrar os jovens atletas apolíneos, tanto nos momentos de embate espetacular desses com as águas guajarinas, quanto nos momentos em que os atletas, depois dos treinamentos, desfilavam seus corpos atléticos pelas adjacências das garagens náuticas. Desse modo, cabe afirmar que

> [...] *a educação do corpo* passa pela prática de exercícios físicos, de esporte, passa pela busca de divertimentos sadios, de lazeres ativos que tem a cidade como palco.
> Passa também pelo surgimento de outra sensibilidade, aquela mesma que vai sublinhar o sentimento de conforto, associá-lo às roupas e, mais especificamente, aos exercícios físicos e ao esporte. Não seria demasiado recordar que por longo tempo os exercícios físicos em geral e os esportes em particular eram praticados com roupas comuns, do cotidiano (SOARES, 2010, p.92)

Pensando o que pode dizer o silêncio das imagens em relação ao corpo da mulher atleta, faço algumas considerações. Mas antes, cabe registrar o que diz uma

crônica sobre as operárias beleneses, mulhers jovens, trabalhadoras, que sustentavam a sai e às suas famílias em uma rotina dura de trabalho. A imagem dessas mulheres contrasta de forma dura com a das jovens de elite que frequentavam e embelezavam as regatas. Em certo sentido, a narrativa da crônica evidencia a Belém dos contrastes e contradições. Sob o título de “protejamos as nossas operarias”, diz a crônica:

> Não haverá certamente nesta cidade uma unica pessoa que não tenha ainda visto, á tardinha, após as horas do labor quotidiano, grupos de mulheres e moças que, alegremente, a conversarem umas com as outras, humildemente vestidas, atravessam os nossos bairros commerciaes e industriaes, a pé.
> São as nossas operarias. Ellas existem, em Belem, em grande numero. Trabalham em fabricas de roupas, de cigarros, de cordas, de chapéus, e chocolate, de perfumarias, em pharmacias, etc. Muito pobres, todas, empregam seus esforços para a conquista do pão diario, auxiliam os paes, sustentam muitas vezes a família, cujo chefe se encontra desempregado ou invalido.
> São muitos nobres o seu trabalho e a sua vida, e por isso merecem todo o amparo [...] (O DIÁRIO, 1916).

Já no final da tarde, regressando para casa, a jovem operária parece encontrar um momento de sociabilidade apenas entre as que consigo trabalham. Com roupas humildes e muito pobres, as diversões ao ar livre parecem distantes de sua realidade: há uma família, quem sabe mesmo um marido inválido ou deemregado por ser sustentado pelo seu trabalho. Em um cotidiano tomado pelo trabalho, haveria tempo livre para diversões e sociabilidades? Essa jovem operária, nas manhãs de domingo rumaria ao porto da cidade para se maravilhar com o espetáculo proporcionado pelos atléticos “rowers”? Aparentemente não. E, assim, a espectadora, tão marcante nas competições náuticas, seria tão somente aquela das elites que, elegantemente vestida, abrilhantava as regatas com a sua bela presença. Afinal, ao longo dos anos de 1910 e 1920 a presença da mulher no campo das sociabilidades era, grosso modo, perceptível, sendo as regatas um espaço

privilegiado para o convívio social feminino. Digo isso porque as mulheres eram público cativo das regatas e, mais que isso, participavam de forma ativa no ritual de batizado das embarcações náuticas, fosse batizando-as enquanto gesto ritualístico, ou dando nome a muitos dos barcos, além de serem nomeadas madrinhas dos barcos. Vejamos duas imagens sobre o tema. A primeira, composta por três fotografias, registra o batismo de uma embarcação do clube do remo, sendo a presença feminina marcante. Diz a legenda sobre a fotografia da parte de cima que uma "[...] brilhante assistencia [...] posou para A SEMANA, vendo-se á frente, sobrançando lindas *corbeilles* de flores, as madrinhas das novas embarcações, mlles Eglatina Lemos e Marina Chermont. Por seu lado, a fotografia da parte de baixo registra os momentos que antecedem o batismo de duas embarcações, "Tapuya e Miracy". Vejamos:

Figura 170 - Batismo de embarcação. A SEMANA, 08.02.1919. A foto da parte superior retrata a forte presença feminina, bem como de crianças. O ritual de batismo das embarcações, visto na foto da parte de baixo, era realizado por mulheres.

Figura 171- Detalhe: mulheres e crianças durante o batizado das embarcações. É forte a presença feminina, com destaque para as madrinhas das embarcações, cercadas por r crianças. Ao fundo, um pequeno galpão com o escudo do Club do Remo.

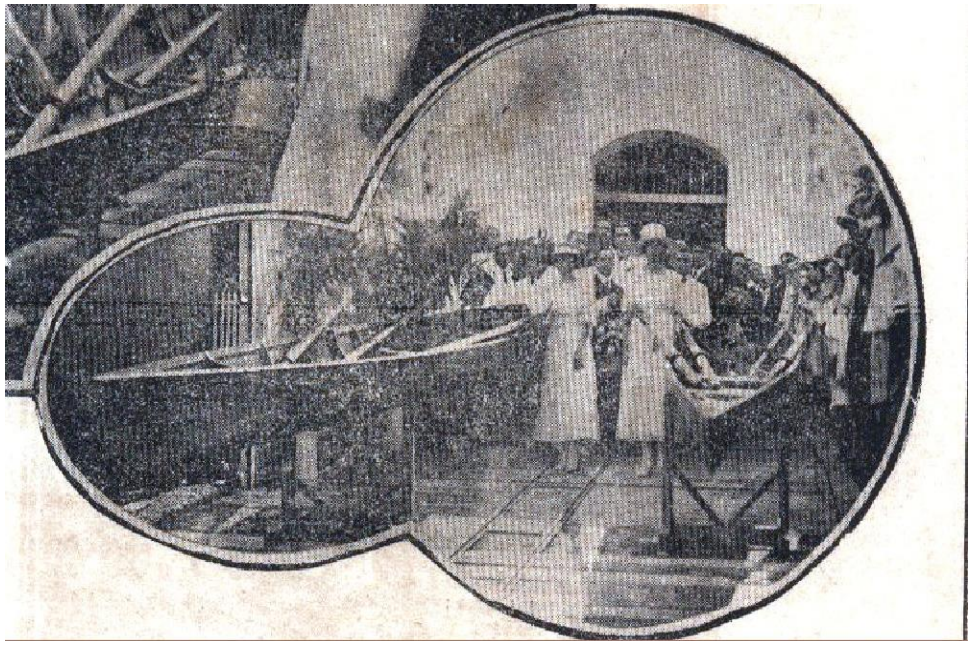


Figura 172- Detalhe: jovens belenenses momentos antes de batizarem as embarcações.

A segunda imagem diz respeito à forte presença feminina como público das regatas. Ali, naquele gande momento de sociabilidade, as mulheres trajavam suas melhores vestes. Assim, chapúes e longos vestidos dão o tom do que se vestia no evento.

VIDA SPORTIVA.—*Aspectos da festa nautica realizada pelo Conselho de Regatas, no dia 14 do corrente.*

Figura 173- A SEMANA, 1920, número 104.

De um lado, a invisibilidade das mulheres remadoras, que embora participassem das regatas não tinham suas imagens divulgadas pela imprensa. De outro, a presença de imagens que retratavam o universo feminino junto às regatas,

mas apenas enquanto público ou como quem executava o ato simbólico e solene de batismo dos barcos dos clubes. Seriam as mulheres consideradas distantes de um ideal de corpo atlético, e, por isso, dar visibilidade às mesmas como atletas náuticas não era significativo? Afinal, naqueles tempos idos, força, velocidade, competitividade e músculos estavam associados aos “rowers”, e não, às remadoras. Ou não eram as mulheres tidas como delicadas, leves e suaves? Assim, o feminino estava bem distante do que se projetava aos esportes náuticos. Pode ser dito que os corpos, naquilo que se expõe,

> [...] revelam outras formas e afirmam, definitivamente, uma cultura física em ascensão em que a valorização das aparências na exibição de corpos em performances variadas, compõe o imaginário das cidades nessas primeiras décadas do século XX. Há uma mobilização corporal extremamente forte nessa cultura urbana em formação, uma cultura que também incorpora a presença feminina nos espaços públicos, embora, muitas vezes, ainda, na função de “enfeitar” eventos, principalmente esportivos (SOARES, 2010, p.116-117).

O tema se torna mais complexo ao olhar às fontes e perceber que, ao longo dos anos de 1920, eram inúmeras as propagandas de trajes de banho que traziam a imagem da mulher, e não do homem, como modelo. Com efeito, as propagandas apresentavam às belenenses as últimas novidades europeias em trajes de banho e de praia. Assim, sob o título de “duas rainhas”, as belenenses passaram a conhecer duas alemães, Hilda Zimmermann, “rainha da moda” em Berlim, 1927, e Margarida Kraemer, “rainha do verão” naquele mesmo ano. Dizia o jornal que ambas eram um tipo “relmente interessante de beleza alemã”. Ambas, trajavam maiôs. Deveriam servir de modelo para a jovem e moderna mulher belenense?

Figura 174- Folha do Norte, 07.09.1927

Outra imagem mostra um fictício concurso de misses que exibiria as mudanças ocorridas nos trajes de banho ao longo do fio do tempo. Sob o título de "outrora e hoje", a imagem pretende mostrar "a evolução do traje de banho através de uma geração". Ainda segundo notícia, o evento teria sido "uma interessante reconstituição de costumes na praia e Atlantic City, na America das excentricidades". São apresentadas seis misses. A primeira delas simbolizando o já distante século XIX. A segunda, o ano de 1904. Já a terceira, a década de 1910, sendo que a quarta representava o ano de 1920 e, a quinta, o ano corrente, 1927. A sexta miss, justo a que trajava o maiô mais curto e que expunha mais o colo, seria a "miss tomorrow":

Figura 175- Folha do Norte. 31.08.1927

Sob o título de “Creações da Moda para banhistas”, eram apresentadas três modelos europeias, trajando “[...] a ultima palavra em creações da Moda para banhistas: tres elegantissimos trajes que tanto pódem figurar nas nossas pittorescas praias do Mosqueiro ou de Soure como no balneario mais aristocratico da Europa, donde nos vêm os modelos [...]” (FOLHA DO NORTE 11.05.1929, p.2). Dois pontos a serem considerados: a preocupação em evidenciar que os trajes de banho apresentados eram consumidos nos ricos balneários da Europa, portanto, eram o que de mais moderno existiria. Segundo, a presença de uma articulação discursiva voltada para aproximar a imagem das praias pitorescas de Belém com as praias europeias. A julgar pelo jornal, Belém continuava a viver seu sonho de Fausto, julgando-se europeizada, próspera e moderna:

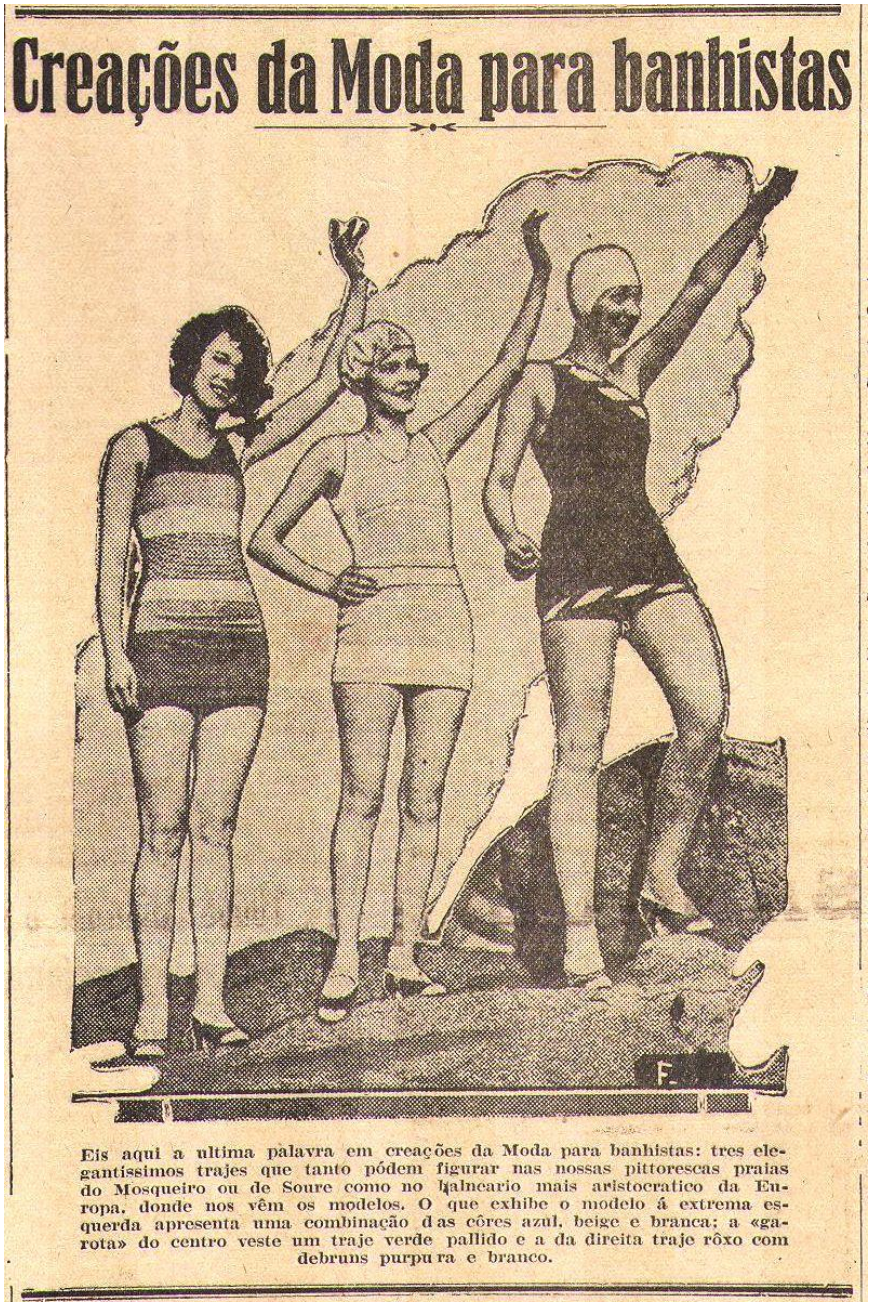


Figura 176- Folha do Norte 11.05.1929, p.2

Muito embora o uso dos modernos trajes de banho feminino fosse propagandeado pelos jornais, há indícios de que certo rigor moral e de bons

cotumes pairava sobre as sensibilidades de então, de certa forma, norteando o consumismo e desejo por aquilo que se propagandeava. Uma ilustração datada de 1927 dá o tom desse tema. Nela, aparece a um policial que, aparentemente, está reprimindo duas banhistas por conta do tamanho de seus maiôs. A ilustração mostra inclusive, parte dos seios de ambas, tamanho era o decote dos seus trajes de banho. Observando a tudo, um senhor que, ao ver a cena, diz que o policial é um felizardo. Os traços deixam claro que o olhar do senhor é dirigido à bunda das mulheres. Além disso, o policial, a princípio, mantenedor da ordem e decência pública, também se deixa levar pelo poder de sedução do corpo feminino em trajes de banho e, de forma bem evidenciada pela ilustração, olha de forma direta e fixa aos seios daquelas. Acima da ilustração, a frase “Não Póde!”, em letras maiúsculas e destacadas. Logo abaixo, é citado o local onde o tal fato que inspirou a ilustração teria acontecido, bem como o ocorrido: “Foram presas em uma praia de banho duas mulheres cujas roupas eram demasiado diaphanas”.

Figura 177- Folha do Norte. 26.07.1927, p.1

Fervilhantes as décadas de 1910 e 1920: uma Belém que ainda se acreditava europeizada e rica, e que tinha em seus jovens atletas náuticos um símbolo de força, disciplina, beleza e modernidade, também era uma cidade que tornava invisíveis a imagem das mulheres que praticavam esportes náuticos, embora ali elas estivessem. Uma Belém que admirava o corpo musculoso – e exposto na vitrine que era a Baía do Guajará e as garagens náutias e suas adjacências – também expunha o corpo de suas jovens mulheres, mas não como esportistas e sim, como represenytantes da beleza feminina: leve, saudável, delicada e doce. Paradoxais as

décadas de 1910 e 1920. E, em meio a tensão entre visibilidades e invisibilidades, consumismo e moda eram forjados. As sensibilidades estavam sofrendo transformações, os corpos estavam sendo educados: o corpo masculino e atlético, disciplinado, apolíneo; o corpo feminino e belo, curvilíneo, saiudável. Corpos que, é importante destacar, começavam a aparecer em ropagandas relativas a artigos para banhos de mar e rio. Timidamente, é verdade, inclusive, até os anos de 1920, recorte final da pesquisa, apenas sob a forma de ilustrações. Para os traços das penas, homens, mulheres e crianças tinham os banhos de praia como momento de descontração.

Figura 178- Casa Saltão. Artigos para banhos de mar. Merece destaque também ser propagandeada a venda de artigos esportivo. Folha do Norte, 1925.

Figura 179- Casa Saltão. Artigos para banhos de mar. Folha do Norte, 1925.

Entre os banhos de praia e as regatas, criava-se um universo de anseios, desejos, prazeres e sociabilidades. E também de privações, exclusões, contradições e normatizações. Afinal, se por um lado a prática do remo continuava restrita aos sócios dos clubes – leia-se, grosso modo, à elite belenense – por outro, mesmo que as mulheres praticassem o remo e disputassem regatas, a elas fora delegado o silêncio, pelo menos no que diz respeito aos registros fotográficos. Esse

quadro não difere nas demais modalidades náuticas, cabe o registro. Porém, mesmo com tamanho esquecimento, o universo dos esportes náuticos se apresentava como espaço marcante para as sociabilidades femininas. Quer fosse como atleta, singrando as águas da Baía, ou ou espectadora, às margens guajarinas, a mulher estava ali: escutando, falando, sentindo, entusiasmando-se.

Pensando agora sobre demais esportes náuticos, é importante retomar a ideia de que o litoral de Belém possuía usos muito restritos, rigorosamente pautados por códigos de postura, sendo tais usos voltados ao aporte e escoadouro de mercadorias e riquezas. Aquelas águas não eram, portanto, compreendidas como propícias a divertimentos, banhos e passeios. Porém, com a esportivização das práticas aquáticas e a chegada do esporte náutico, traço de modernidade e expressão de uma nova sensibilidade urbana, a realidade daquelas águas ganhou novas margens e essas, usos inéditos.

Eis que duas novas modalidades, e uma terceira, já existente, mas pouco valorizada, passam a compor o quadro da FPSN, tornando essa federação, de fato, composta por outros esportes: o polo aquático ("waterpolo") e os saltos, como novidades, e a natação, agora valorizada.

Desse modo, a Baía do Guajará deixaria de ser palco apenas para a batida ritmada dos remos rasgando suas águas barrentas. Agora, as braçadas dos intrépidos nadadores iriam desafiar as correntezas guajarinas. E, não apenas nadar: executar acrobáticos e perigosos saltos sobre a Baía do Guajará, bem como disputar renhidamente as empolgantes partidas de "waterpolo". Por outro lado, se os atletas de remo não entravam em contato corporal direto com as águas dos rios, o mesmo não pode ser dito sobre os atletas dos demais esportes náuticos então estabelecidos.

Muito embora o *rowing* fosse o esporte mais popular em Belém, foram os outros esportes náuticos que exigiram um maior grau de mudança de sensibilidades por parte dos seus praticantes e espectadores. Nesse sentido, cabe pressupor duas grandes transformações de sensibilidades: 1) a racionalização do contato direto com as águas dos rios, quer fosse nadando, saltando ou disputando partidas de

polo aquático; 2) as mudanças relativas ao aceite dos corpos e de suas formas que, livres das roupas cotidianas, devidamente vestidos pela indumentária esportiva, ficam mais expostos, revelanado mais de si e de sua estética.

Tratava-se, então, de fundamentar as transformações das técnicas corporais, ou seja, de recensear, categorizar e, de alguma forma, explicar, muito mais do que restituir cronologias sistemáticas e exaustivas. Sublinho também que toda técnica corporal é feita de interdependência com o meio; portanto, sua história diz respeito àquela das escolhas tecnológicas, dos modelos culturais e dos contrastes os mais diversos (VIGARELLO, 2011). Haveria então uma composição entre o corpo e o treinamento. Dito de outro modo,

> "[...] toda técnica esportiva é impensável fora do seu próprio domínio histórico e cultural [...]. A transformação dos gestos e técnicas [...] de todas as modalidades esportivas não ocorre, portanto, sem as influências culturais de cada época e sociedade" (SANT'ANNA, 2000, p.17).

Ao investigar a esportivização dos nados, vê-se, de início, a reforma da instrução ocorrida no Pará, em 1871, apresentar um projeto de lei que criava em Cametá, município paraense, "[...] uma escola de natação no collegio modelo de Cametá, onde haverá commodos independentes para os sexos opostos" (O LIBERAL DO PARÁ, 23.03.1871, p. 3). Por seu lado, em 1898, a "Casa do ABC", estabelecimento de instrução primária e secundária para meninos, que funcionava em regime de internato e externato, oferecia aulas de natação, além de equitação, velocipedia e luta romana.

Mais do que uma prática física educativa, a natação parecia associada às raízes da própria população, a julgar pelo que defende Arthur Vianna, importante historiador e personagem da história paraense, em seu livro *História do Pará, Volume I*, que foi reproduzido ao longo do ano de 1898 pelo jornal *O Pará*. Dizia Vianna, sobre os índios tupinambás, que competia ao pai educar seus filhos "[...] no fabrico e uso das armas, na caça, pesca, **natação** e outros exercícios corporaes [...]" (O PARÁ, 13.02.1898, p.1. Grifo meu). Esse tipo de entendimento de certa

forma dificultava a percepção do nado como um espetáculo ou, mesmo, como prática voltada à competição.

Ainda dotada apenas da dimensão educativa, em 1903 a natação foi integrada ao cotidiano dos clubes, como foi o caso da Dramática Recreativa. A coluna “Notas Sportivas”, do jornal Folha do Norte, informava que em breve seria inaugurado “[...] um bello tanque para natação, o qual mede 80 metros de comprimento, 14 de largura e 1,’’35 de profundidade, na media [...]” (FOLHA DO NORTE, 14.05.1903, p. 2). A inauguração ocorreu em 31 de maio, e a ela foi dedicada uma crônica extensa.

Evite-se um engano: a natação, mesmo no seio de um clube, não se constituía enquanto espaço para competição. Com efeito, as práticas associadas ao “bellissimo tanque natatório” oscilavam entre o exercício físico e os divertimentos, já que o tanque era convidativo “[...] senão a exercicios de natação ao menos a um banho matutino que, de certo, bem disporá para as diversões de domingo [...]” (FOLHA DO NORTE, 31.05.1903, p. 2). Seria então a piscina palco para competições? O ambiente controlado dos tanques natatórios era desafiador? Até que ponto as piscinas então instaladas se constituiriam em lugar para a natação enquanto esporte? Pensemos com Bachelard:

> [...] só o nado nas águas naturais, em pleno lago, em pleno rio, pode ser norteado pelas forças complexuais. A piscina, com seu nome tão ridicularmente escolhido, não dará ao exercício do complexo seu quadro verdadeiro. [...] A piscina sempre carecerá do elemento psicológico fundamental que torna o nado moralmente salutar (BACHELARD, 2002, p.175).

Não! A piscina não seria o palco para o nado esportivizado, pois lhe faltaria o quê de desafio, de encontro do homem com o rio em estado natural. Não o rio delimitado soba forma de grandes tanques natatórios. Mas sim, o rio com as suas correntezas e suas marolas. E, fundamentalmente, com sua imensidão. Sublinhe-se que piscina, naquele momento histórico, era na verdade um tipo de tanque, que se valia das águas do rio que banhava a sede de cada clube. Dessa forma, o contato

com a água se dava ao ar livre, mas em um ambiente de tal forma controlado que as águas perdiam a força de sua natureza, por exemplo.

Mesmo assim, nadar naquelas piscinas possuía um quê de vida ao ar livre. Por isso, dizia o cronista: “Ao que nos consta, mal a aurora ruboreje o azul do oriente, rapazes que não são como os gatos, medrosos dagua, lá estarão rompendo o salso elemento [...]” (FOLHA DO NORTE, 31.05.1903, p. 2). Mais adiante, construindo uma imagem daquele momento inaugural, o cronista, irônico consigo e com os demais senhores que ali se fizeram presentes e que, por conta da idade e da inatividade física que lhes caracterizava, estavam distantes do desvelo e do vigor dos jovens, o cronista diz:

> [...] José Francisco Ferreira e Antonio Siqueira de Moraes, exímios nadadores, quaes...velozes prégos, farão a travessia desse... Atlantico formidável.
> O chronista sente andar rheumatico e ter muito que fazer durante a semana entrante, pois era occasião de mostrar o seu folego, passando uma semana em baixo dagua... (FOLHA DO NORTE, 31.05.1903, p. 2).

Os tempos da crônica não testemunhavam a natação enquanto esporte. Naquele momento, o que se tinha era o aprendizado de exercícios natatórios, ora vinculados ao ambiente escolar ora vestidos de recreio e descontração.

Apenas em 1905 surgiram notícias sobre competições de natação, ainda distantes do modelo esportivo. Era sábado, e a Folha do Norte divulgava:

> [...] um grupo de rapazes amadores do sport náutico, composto dos srs. Raoul Engelhard, José Danin, Raymundo Story e Luiz Paulino, irão amanhã estabelecer o *record* de natação, na distância de 1.500 metros [ficando estabelecido o primeiro] logar será o possuidor do *record* e ficará á disposição de todo e qualquer amador náutico que deseje acatal-o” (FOLHA DO NORTE, 23.12.1905, p. 3).

Nem tudo ocorreu conforme o planejado, pois a disputa foi cancelada, porque um dos nadadores viajara, além de outro ter adoecido. Reforçando mais ainda a distância entre esse modelo e o do esporte institucionalizado, prosseguia a notícia

afirmando que no dia seguinte ao da prova cancelada, “[...] apenas o nadador Raoul Engelhard fará um ensaio na mesma distancia, acompanhado por balieiras do Club do Remo [...]” (FOLHA DO NORTE, 24.12.1905, p. 3).

Enquanto rascunho de modelo esportivo, o referido nadador não fez apenas um ensaio, como fora anunciado: “O sr. Raoul Engelhard, sem competidor, ás 7 ½ horas da manhã de hontem [...] fez o *record* oficial de natação na distancia de 2.500 metros, no tempo de 19’8’’ 3/5 [...]” (FOLHA DO NORTE, 26.12.1905).

Esporádicos, os desafios desse tipo prosseguiram, bem como a inserção de uma ou outra prova de natação em meio aos festivais náuticos, como já foi visto anteriormente. Informações sobre as disputas que de fato eram institucionalizadas, aparecem em uma longa crônica do jornal “Folha do Norte”. Versando sobre a realização dos “Concursos” da federação, a crônica apresenta dados históricos sobre os campeonatos, e, por isso, terá boa parte aqui transcrita:

> [...] Serão disputados officialmente os campeonatos de natação do Estado, da F.P.S.N. e Infantil. O programma está assim organizado:
> Campeonato de Natação do Estado do Pará- Travessia do Guajará – 4º anno – Ás 6 horas – Historicos – Instituido em 1916, póde ser disputado por qualquer nadador, amador ou profissional, nacional ou extrangeiro. – foi disputado pela primeira vez em 23 de julho do mesmo anno, vencendo-o Hermann Menzel no tempo de 2 horas e 4 minutos [...]
> Campeonato Infantil de Natação – 100 metros – Creanças- Medalha de prata.
> Historico – Instituido em 1917. Póde ser disputado por meninos de até 15 annos [...] corrida pela primeira vez em 15 de julho do mesmo anno, vencendo-o Carlos Barroso, no tempo de 2 minutos e 37’’;
> [...] Campeonato de natação da F.P.S.N. – 600 metros – Qualquer classe [...]. Historico: - Instituido em 1916 para nadadores federados, foi disputado pela primeira vez em 23 de julho daquele anno (FOLHA DO NORTE, 03.05.1919, p.4).

Tais provas foram as únicas que tiveram o histórico divulgado, fazendo supor que as demais ou eram novidades ou não possuíam destaque suficiente para terem seu histórico difundido. Eis o restante do festival:

> A's 7 horas, terão inicio as demais provas aquaticas, na mesma doca e constarão: Pareo de natação em 100 metros, prova de velocidade;
> Pareo de natação em 200 metros, prova de velocidade; Pareo de natação em 300 metros, prova para juniors; Campeonato de natação da F.P.SN, em 600 metros, para qualquer classe de nadadores; [...] A Federação não fez convites de especie alguma, esperando, porém, o comparecimento de quantos queiram animar com a sua presença essas provas, algumas das quaes pela primeira vez se executam em Belém. (FOLHA DO NORTE, 19.07.1916, p.3).

Embora a travessia da Baía estivesse aberta a todo e qualquer participante, e que algumas das demais provas fossem voltadas a iniciantes, entendo que a racionalização gestual exigida pelo esporte caracterizava e marcava tais práticas. Assim, o nado recreativo e ruidoso nas águas do rio fora, pelo menos para os olhares oficiais, superado pelo esporte natação, com todas as implicações e modificações daí advindas. Afinal, educar o corpo, e isso não se deu de forma diferente com o esporte, exige "[...] regras claras e precisas que insistem em apagar um corpo para que outro, expressão de um tipo de civilização, possa surgir" (SOARES, 2010, p.33).

A esportivização do nado, de fato, se concretizou em 1916, após o surgimento da "Federação Paraense dos Sports Nauticos" e da consequente realização do primeiro campeonato de natação em Belém. Mas não bastava mobilizar multidões, extasiando-as. Era preciso educar, disciplinar, fortalecer, moralizar, ou, pensando com Foucault (2006), porque ação biopolítica, era imperativo normalizar e normatizar. O regulamento do campeonato de natação de 1917, categoria infantil, é exemplar. Ali, dizia-se que o campeonato paraense infantil, a ser disputado anualmente entre os clubes da Federação, era disputado na distância de 100 metros. Desse campeonato, só poderiam participar

> [...] nadadores que tenham **no máximo 1,m 60 de altura** e 15 annos de idade. Art. 4º - Em hypothese alguma poderão tomar parte nestes torneios nadadores que já tenham jogado em qualquer dos teams da Federação. Art. 5º - As inscrições

> serão feitas perante a secretaria da Federação, devendo na mesma se declarar as edades dos nadadores com as datas de seus nascimentos [..]. Art. 7º - Não poderão tomar parte no campeonato: a) os que não souberem **ler e escrever**, devendo para isso provar estarem **se educando em escola publica ou particularmente**; b) os meninos que possam comprometer o nivel **moral e social** do campeonato. A syndicancia, quando necessaria para o cumprimento deste artigo, será feita pela commissão respectiva.
> Art. 8º- Cada club que tomar parte no campeonato pagará 30$000 de anuidade no acto da inscripção.
> Art 9º- Para effeito do art. 3º os nadadores inscriptos serão **medidos em altura pela commissão respectiva**. Essa medição poderá ser feita antes ou depois dos torneios, ficando, porem, estabelecido que **nenhum será aprovado** sem que tenha sido satisfeita esta exigência para os nadadores que nelles tomarem parte (FOLHA DO NORTE, 04.06.1917, p. 5. Grifos meus).

Comparado com o campeonato de 1916, nota-se que a exigência da idade máxima (15 anos) permanecia. Entretanto, o estabelecimento de uma altura limite para os competidores se impunha como novidade. Não encontrei nas ofntes qualquer justificativa para a limitação de altura para os competidores. Ao que tudo indica, a altura de 1,60 metros condizia com a média do belenense por volta dos 15 anos. Entretanto, é difícil imaginar que um atleta, por ser mais alto que a média dos demais, por isso fosse punido. O que fica claro é a existência de uma comissão específica para mensurar cada atleta, enquandrando-os como aptos ou inaptos para a competição. Não era desproposital a existência de uma "[...] Comissão de saúde [...] formada [pelo] dr. Mario Chermont [e por] Carlos Schimidt, auxiliar (FOLHA DO NORTE, 04.06.1917, p. 5).

Sem muito esforço é possível visualizar aqueles meninos de no máximo 15 anos, um ao lado do outro, vestindo suas roupas de nado. Ali, concentrados e nervosos, eram medidos e avaliados pelo olhar de um médico e de seus assistentes, ali simbolizando o poder oficial: o poder que enquadra, que rotula, que mensura. E, que ao final, decreta o apto e o inapto. Mas o regulamento não se limitava às questões de ordem física. A moral também era exigida e norteava o regulamento.

Assim, todo menino que pudesse macular moral e socialmente o campeonato, seria, sumariamente, impedido de disputá-lo.

Compondo as qualidades e valores exigidos, havia uma questão de caráter formativo: a exigência de que os meninos estivessem cursando escola pública ou particular, sendo exigindo dos mesmos a capacidade de ler e escrever. O regulamento, assim, exigia daqueles ainda imberbes nadadores, um conjunto de rígido e bem delimitado de valores. Assim eram formados os corpos dos pequenos nadadores. Assim os mesmos eram educados. Incursão moral e corporal, é importante frisar. Pois, como quer Vigarello, o "[...] corpo técnico, deve-se insistir nesse ponto, é um corpo medido" (VIGARELLO, 2011, p.208).

Voltando ao universo dos clubes: mesmo com a existência da FPSN, e do respaldo que a mesma encontrava junto à sociedade organizada, era comum e frequente que os clubes realizassem festivais voltados apenas para os atletas que integravam o quadro de sócios. Penso que isso era uma forma de manter os atletas em constante atividade física, apurando assim o nível e o estado de treinamento dos mesmos. As atividades incuiam a realização de regatas nos balneários[154] e desafios de natação, como aquele feito entre associados do Paysandu Sport Club, que há pouco havia inaugurado seu departamento náutico. O desafio foi proposto por Alfredo Antunes ao seu amigo Francisco Campos. Dizia o desafiante que vinha de algum tempo o desejo, alimentado por ambos, de os mesmos medirem suas forças

> [...] em uma lucta, mesmo semi-official, de natação. Convencido da **pujança de nossos musculos**, cada um de nós se julga o melhor nadador do Paysandu. Chegou, porém, a opportunidade de pormos a limpo a duvida: realizando no próximo dia 15, o nosso club, uma festinha commemorativa do baptismo de tres barcos, podemos [disputar] um pareo na distancia de 100 metros. Consultada a directoria de nosso

[154] Tais regatas implicavam a logística de deslocamento das embarcações e a hospedagem dos atletas. Acredito que tais eram formas de levar o espetáculo esportivo e a imagem do próprio clube aos demais paraenses.

> querido club, nada oppoz á minha idea, antes louvou-a [...] (FOLHA DO NORTE, 02.11.1920, p.5. Grifo meu).

A força dos músculos lançava e alimentava desafios, motivando os nadadores e mesmo os seus clubes. Embora cientes da semioficialidade do evento, afinal, o mesmo não era promovido pela FPSN, clube, sócios e nadadores viam naquele embate muscular e técnico sobre as águas, um momento digno de prestígio.

Agora, pensemos as provas oficiais de natação, promovidas pela FPSN: primeiro, merece destaque o fato de os nadadores, em contato direto com as águas guajarinas, exporem-se de forma diferenciada em relação aos "rowers". Não havia barco, remo ou patrão. Apenas o barulho das braçadas cortando as águas barrentas da Baía. Considerando a prova de natação "Estado do Pará", o nadador era, de fato, um solitário a atravessar aquelas águas misteriosas. A ele, nadador imerso no silênco e bravura das águas barrentas da Baía do Guajará, não poderia faltar "[...] o ideal da solidão tão necessária à psicologia do desafio cósmico" (BACHELARD, 2002, p.175).

O ponto de saída da prova era a "Ilha das Onças", pertencente ao município de Belém, mas situada na margem oposta da cidade. Para a travessia, os competidores eram levados em um vapor até a ilha e de lá era dada a largada para a prova, que tinha como ponto de chegada o cais do porto de Belém e, em algumas edições, a Doca Marechal Hermes, que desaguava na Baía e era o local que sediava as competições dos demais esportes náuticos, exceto o remo.

Prova de longa duração, vide o tempo do vencedor da primeira edição – duas horas e quatro minutos – a travessia da Baía era um momento de resistência, concentração, força, resignação e coragem. Posto o desafio, cabia cruzar as águas com suas correntezas, acompanhado apenas pelo silêncio ditado pelos ritmos da respiraçãoe das braçadas. Intrépido, o nadador. Desistir não lhe cabia. Incansável o nadador. E depois, ali, prestes a completar a prova, quem sabe os solitários nadadores pudessem, "[m]ais que ninguém [dizer] :o mundo ´´e minha vontade, o

mundo é minha provocação. Sou eu que agito o mar [e o rio também, assim acredito]" (BACHELARD, 2002, p.174). O prêmio maior era superar a natureza, vencendo as correntezas da Baía. Também, e não menos, superar o cansaço e a dor. Porque quem desafia as águas selvagens bem sabe: "[...] água violenta é um esquema de coragem [e a] fadiga é o destino do nadador" (BACHELARD, 2002, p.175).

Mas, o que dizer das provas mais curtas? Usando toucas e roupas coladas ao corpo, revelando sua musculatura, os nadadores apresentavam ao público uma estética diferente daquela própria dos remadores. Novidade, é certo. Porque, mesmo que o litoral de Belém há décadas fosse utilizado para banhos, esses perturbavam a ordem pública com os vozerios e nudez dos banhistas, sendo, portanto, objeto de vigilância e punição. Aos nadadores passava a ser reservado destaque, bravos atletas que se lançavam às águas turvas e cheias de correntezas. Fiquemos outra vez com o filósofo: "O jovem nadador é um herói precoce. E que verdadeiro nadador não foi antes um jovem nadador? Os primeiros exercícios do nado ensejam um medo superado" (BACHELARD, 2002, p.169).

Noutro sentido, o nado esportivizado sob a forma da natação, primava pela técnica e pela disciplina, obedecia regras, possuía divisão por categorias, enfim, se constituía como objeto de racionalização. Era, assim, espaço que educava os corpos e as sensibilidades a partir do que se entendia por performance e espetáculo. Mas, volto a pontuar, era preciso coragem. A Baía do Guajará, em sua imensidão que fazia lembrar o mar, impunha-se aos nadadores como um desafio. Desafio das águas. Águas barrentas. Águas que se estendiam horizonte afora: "[...] o mar não é um corpo que se vê, nem mesmo um corpo que se abraça. É um meio dinâmico que responde à dinâmica das nossas ofensas. [...]" (BACHELARD, 2002, p.174).

Em contato direto com a água, do nadador via-se somente a touca e as braçadas, competidor solitário e vestido pelas águas que era. Mas, o caminho e os momentos que antecediam sua entrada na Baía, bem como os da celebração de seu triunfo, expunham, sobremaneira, o seu corpo. Porque suas roupas diferiam

daquelas usadas pelos remadores, deixando-os mais desnudos, marcando mais a forma e compleição física, tornando os músculos mais visíveis. E assim, o público estusiasmava-se com as provas e com os nadadores. Todos queriam presenciar a luta do jovem e destemido atleta contra as águas guajarinas. Crescia o público, aumentava o número de atletas inscritos em cada prova, e especial naquela mais antiga e desafiadora: a travessa da baía do Guajará, denominada "Campeonato de Natação do Pará":

> Recorde de atletas inscritos no Campeonato de Natação do Estado do Pará (travessia da baía)
> Diziam concorrer às provas de natação "[...]o maior numero de nadadores até hoje inscriptos, inclusive um do Marajóense Footbal Club, que pela primeira temporada vem disputal-o (FOLHA DO NORTE, 25.07.1920, p.4).

Desafiavam seus corpos educados pelo treinamento, os nadadores. Músculos construídos pela disciplina e pela técnica. A educação do corpo, por meio do treinamento, cumpria desse modo o seu papel. Porque isso tudo não se tratava de um deleite estético pensado a partir das formas corporais ou da beleza do espetáculo competitivo. Tratava-se, muito mais, de compor, ou inventar, um ideal moderno de corpo e de juventude construído pelos esportes náuticos: saudável e belo, rijo e tenaz, moderno e performático, disciplinado e exemplar. Tinham seus corpos exibidos pela imprensa, os nadadores. Fotografias que revelam sensibilidades cambiantes. Registros que aprisionam o instantâneo ao fluxo contínuo do tempo. Ou não são as fotografias como que fantasmas presos às retinas e impressões de quem as vê, mas que a elas não sobreviverão? Corpo que ganhava as páginas de jornais e revistas, o dos nadadores.

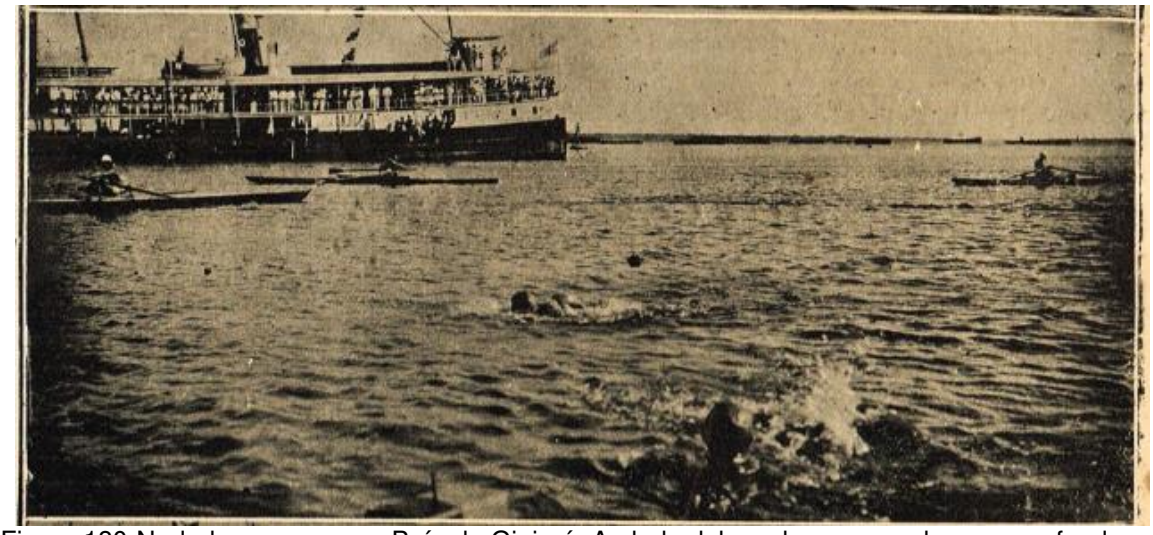
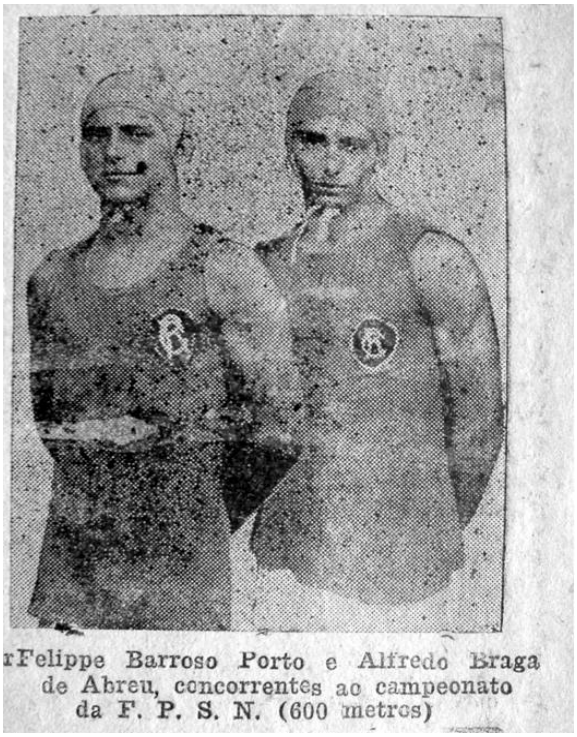


Figura 180-Nadadores cruzam a Baía do Giajará. Ao lado deles, alguns remadores e, ao fundo, as elites belenenses a bordo dos vapores, assistindo ao espetáculo. A SEMANA, 05.06.1920.

Ferdinando Gusmão, valente nadador, que, no concurso aquatico realizado domingo ultimo.levantou o pareo de honra—1500 metros E' dedicado defensor da Recreativa.

Figura 182- Valente nadador da Recreativa. A SEMANA, 21.05.1921



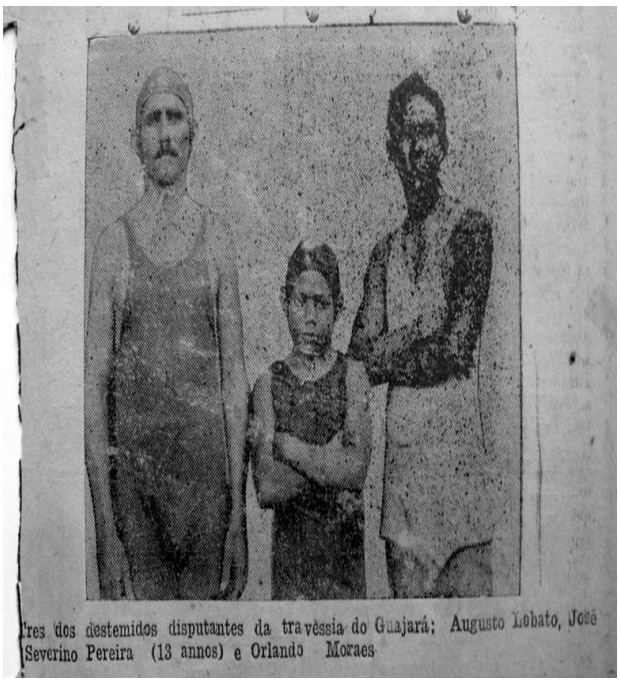
rFelippe Barroso Porto e Alfredo Braga de Abreu, concorrentes ao campeonato da F. P. S. N. (600 metros)

Figura 181- Figura 176- Estado do Pará, 04.05.1919, p.3.

.

Os concorrentes ao campeonato infantil — Getulio Mendonça (8 annos), Waldemar Almeida 13 (annos), Benedicto de Mora es (12 annos) e Sebastião Santa nna (15 annos)

Figura 184- Concorrentes do campeonato infantil: Getulio Mendonça (8 annos), Waldemar Almeida (13 annos), Benedicto de Moraes (12 annos) e Sebastião Santanna (15 annos). Estado do Pará, 04.05.1919, p.3.



Tres dos destemidos disputantes da travessia do Guajará: Augusto Lobato, José Severino Pereira (13 annos) e Orlando Moraes

Figura 183- Três destemidos nadadores que disputaram a “travessia do Guajará”. Destaque para o mais jovem, ao centro, com 13 anos de idade. Estado do Pará, 04.05.1919, p.3.

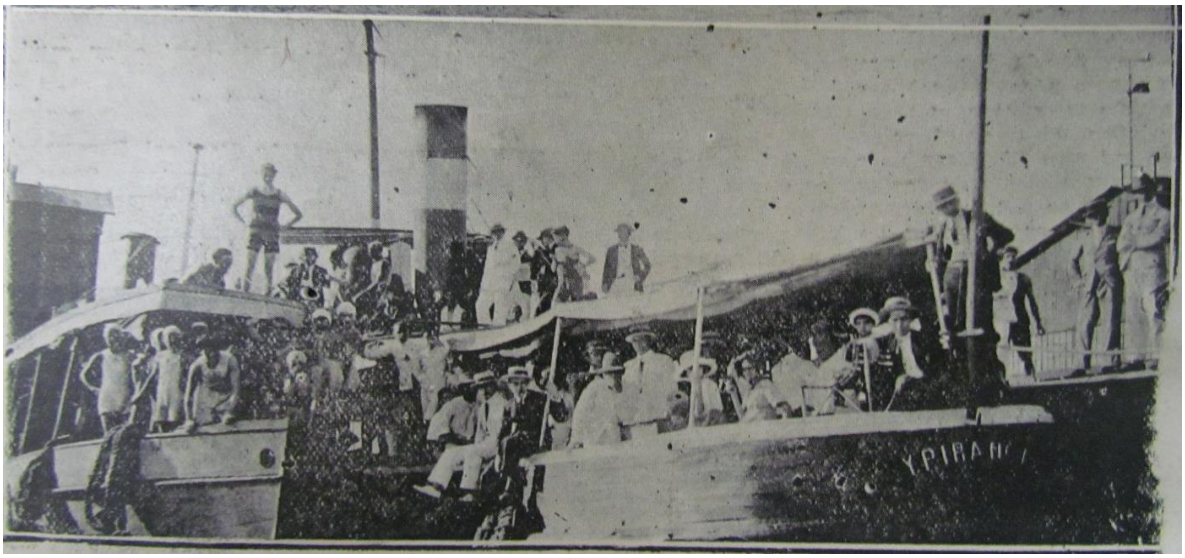


Figura 185- Vapor Ypiranga apinhado de gente. A natação, integrada ao programa das festividades náuticas, atraía um bom público, fiel e entusiasmado. Note-se a roupa características dos nadadores, identificando-os em relação aos demais atletas e, evidentemente, em relação aos experctadores.

A Baía do Guajará era um inimigo cujo corpo não se abraça, mas que se permite ser penetrado a cada braçada. Não se podia ferí-la ou mesmo domá-la. Sujeitar-se à força e ímpeto dos trata-se apenas de uma concessão momentânea daquela imensa Baía para com os valentes nadadores, como que a recompensá-los pela ousadia, sabendo, de fato, o triunfo final caber apenas a elas, as águas. Porque as mesmas em nada mudariam seu curso e sua natureza. Doce ilusão era aquela da modernidade e de seus atletas: julgar a natureza domada. Porque as águas continuavam a mostrar sua força, desvirtuando qualquer esboço de progresso. As chuvas torrenciais e as marés cheias estavam ali, sempre ali, para ocupar e perturbar a ordem da cidade e qualquer arremedo de modernidade.

O Guajará saiu do leito

As suas aguas attingiram pontos nunca attingidos

FERRAGENS

FERRAGENS

Figura 186- As águas guajarinas não se curvam ao progresso. Estado do Pará, 12.04.1922, p.1.

Figura 187- Detalhe da figura 143: Um grupo de crianças se diverte com uma montaria em meio ao alagamento.

Figura 188- Belém, inundada pelas águas guajarinas. O caos urbano parece não incomodar o grupo de crianças que brinca junto às águas. A SEMANA, 05.03.1921.

Voltemos aos esportes náuticos e àquelas águas que se julgavam domadas: a busca de excitação, característica do esporte moderno, ganhava um novo aspecto com o water-polo, modalidade que prometia maior dinâmica e competitividade, em oposição a uma pretensa monotonia das provas de natação. Em defesa da nova

modalidade, uma crônica muniu-se de argumentos apoiados no ideário médico-higienista, ao afirmar que, se a natação reunia benéficas vantagens, "[...] o 'water-polo', que é o seu mais bello sport, se recommenda como o melhor dos exercicios physicos, deixando-a em plano secundario, quer sob o ponto de vista sportivo, quer sob o ponto de vista **hygienico** [...]" (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4. Grifo meu). A crônica, na verdade, reproduzia dados e argumentos de um estudo científico conduzido pelo dr. Phillip Hawk, da Universidade da Pensilvânia. O cronista, que assinava Linomar, abriu espaço em sua coluna esportiva intitulada "Sports" para que o leitor, alcunhado "João Aquatico" trouxesse o estudo do dr. Phillip para conhecimento do belenense.

Para o médico em questão, o *waterpolo* seria o mais eficaz dos esportes em se tratando do desenvolvimento dos glóbulos vermelhos, que era o "índice primordial de vitalidade", segundo o médico. Comparando a produção desses glóbulos entre diferentes esportes, o estudo apontava o seguinte quadro: "Water-polo 27%; Corrida a pé 25%; [...] Natação 21%; [...] Cyclismo 14% [...]" (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4).

Dizia o dr. Phillip que a partir desse quadro comparativo era possível constatar que o jogo de "water-polo" era de suma importância para o organismo porque ele "[...] vivifica o sangue, dando-lhe mais que qualquer outro sport tão poderosas qualidades de energia e potencia vitaes [portanto, não há dúvidas que esse esporte é] o exercício primordial para o complemento duma boa cultura physica" (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4).

A crônica é finalizada tomando como base o entendimento de que a prática do water-polo implicava rígidas exigências físicas, mas que era sabido

> [...] que a cultura physica, como toda a ascenção de longo folego, é autera e, algumas vezes, penível mesmo.
> Mas, o organismo, uma vez desenvolvido, enrijado, endurecido, fica apto para desdobrar livremente toda a sua atividade, fica perfeitamente apparelhado para supportar qualquer esforço. E, se se procurar manter um tal gráo de endurecimento das fibras orgânicas, então a par da saúde, da hygiene do corpo, do estimulo vital, teremos conseguido o

> equilíbrio entre o rendimento e dispêndio de energias physicas e das mentaes (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4).

Para forjar um organismo forte eram necessários rígidos e penosos esforços físicos. Não havia espaço para a suavidade. Tratava-se quase de uma equação: quanto maior o esforço e dedicação, mais o corpo ficaria aparelhado para suportar qualquer exigência. Mas o fortalecimento do corpo e do organismo em busca da saúde, pontue-se, viria a partir de um equilíbrio entre a energia física e mental e seus consequentes dispêndio e rendimento.

Não eram poucas as promessas atribuídas à prática do polo aquático. E eram promessas devidamente sintonizadas com os tempos daquela modernidade. Glóbulos vermelhos, fibras orgânicas, dispêndio de energia. A fisiologia parecia adentrar o universo dos esportes náuticos em Belém. Pontuava-se, então o que Vigarello entende como

> [...] o triunfo definitivo do exercício construído, o de movimentos sistematizados, mecânicos e precisos, controlados com o único objetivo de aumentar os recursos físicos: neles, o corpo seria educado de acordo com um código analítico de progressão, músculo após músculo, parte após parte [...] (VIGARELLO, 2011, p.199).

Mudando o foco das argumentações da coluna “Sports”, no dia seguinte foram exaltados os esportes coletivos, categoria na qual o polo aquático se enquadrava. Exaltava-se o poder de tais esportes para o robustecimento físico e moral, educando para a abnegação, o altruísmo, o desprendimento e a disciplina, “[...] contribuindo assim para o desenvolvimento do caracter, a par do fortalecimento corporeo. O water-polo figura entre esses exercicios e como um dos mais preciosos sob tal ponto de vista [...]” (FOLHA DO NORTE, 15.09.1917, p. 5). Assim pensado, o polo aquático reuniria todas as qualidade e valores caros ao mundo capitalista: educava os corpos para o rendimento e para a disciplina, formava atletas fortes física e moralmente, incutia a disciplina e o altruísmo como motores de seus atos. Mas ainda havia muito a ser dito: o polo aquático era concebido como um esporte

> [...] violento, forte [...] o water-polo pode provocar, no ardor da lucta, rancores que requerem uma reação physica enérgica por parte do jogador para dominar-se e não atirar-se a represálias que só podem ser prejudiciais á equipe [...] portanto, [esta] arte disciplina-o e torna-o valoroso elemento ara a efficiencia colectiva do seu grupo [...].
> O water-polo ensina aos seus praticadores a domarem seus temperamentos irascíveis, a dominarem-se nos tranzes difíceis, a experimentarem a disciplina da equipe, a sacrificarem-se em beneficio comum [...]
> O polo aquatico impõe-se assim. É elle um sport que deve devemos gostar, praticar e animar**"** (FOLHA DO NORTE, 15.09.1917, p. 5).

Pensemos com o "João Aquatico": o polo aquático se apresentava aos belenenses como uma prática inédita (as primeiras notas sobre sua chegada, inclusive, o chamavam de 'water-ball"). Logo de início, o conjunto das crônicas assinadas ou reproduzidas por "João Aquatico" já colocavam essa modalidade como alternativa a uma pretensa monotonia das disputas de natação. Ao defender que essa modalidade esportiva era violenta em sua essência e primava pelo vigor físico e pela força, além de ser um jogo fundamentalmente coletivo, criava-se a expectativa de uma modalidade propícia à pujança e ao confronto físico. Essas características explicitavam a dimensão da competitividade, acentuavam a busca pela vitória, colocavam no centro das atenções e intenções o sobrepor-se ao adversário.

Estava se anunciando um novo esporte náutico, que reunia características que nenhum dos demais possuía. Mas, "João Aquatico" deixava claro: como invenção da modernidade, o polo aquático, mesmo violento, exigia autocontrole, ponto crucial da disciplina. Assim, a educação do copor de cada atleta dessa modalidade não se restringia ao treinamento físico e técnico. Era preciso, ou melhor, era exigido de cada praticante desse novo esporte o pleno domínio de suas

emoções[155]: O polo aquático, era assim, propagandeado como emocionante e renhido, lugar para corpos fortes. Mas, acima de tudo, disciplinados.

Mas, além da educação e treinamento corporal de cada atleta, o público também precisava ser educado para aquele novo espetáculo. Afinal, tudo ali era novidade: das regras aos movimentos, do confronto ao choque físico, das equipes que se dividiam e espalhavam ao longo do campo demarcado nas águas aos corpos que se degladiavam quando oponentes e se ajudavam quando companheiros. Havia muito a ser educado.

Dizia-se sobre o público ser comum aos que assistiam

> [...] pela primeira vez, a uma partida [...] de 'water-polo' [não compreender] aquella desordem aparente do jogo. É que o espectador novato desconhece a **tactica** e a **estrategia** que vão na successão dos golpes, que parecem atirados a esmo! [...] Mas, depois, esse espectador tem satisfacção e reconforta-se vendo nessa 'confusão', na pericia dos jogadores, na habilidade dos nadadores entregues á pratica do water-polo, nos zigs-zags rythmicos dos seus movimentos, no arremesso da bola, no calculo de suas trajectorias, nos mais variados sentidos, - a exercitação livre e intelligente de energias sãs, senhoras de si mesmas, conscientes, admiráveis! (FOLHA DO NORTE, 23.09.1917, p. 6. Grifos meus).

Do choque inicial com o que se apresentava e da aparente balbúrdia gestual entre os atletas, o que se experimentava era a transição de uma situação caótica, inclusive, em termos estéticos, até se chegar a um ponto no qual, a desordem ganharia forma. Era então que o espetáculo esportivo proporcionado pelas disputas de polo aquático se revelava ao público como um equilíbrio entre a violência e respeito às regras, o vigor físico e a resistência, a potência dos arremessos e as técnicas de nado e flutuação. As águas guajarinas eram palco para um esporte coletivo, que exigia não apenas o treinamento físico, mas a preparação tática. O

[155] "Sob a forma de 'desportos', as competições integraram um conjunto de regras que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável proteção contra ferimentos físicos. A ''desportivização', em resumo, possui o carácter de um impulso civilizador [...] ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric., 1992, p.224.

polo aquático exigia estratégias, como se fosse uma guerra, onde o vencedor triunfa não apenas pela força individual, mas, sobretudo, pelo trabalho coletivo.

O ocaso dos anos de 1910 inauguraria em Belém esse novo esporte. De seus atletas seria exigida a máxima disciplina e entrega às disputas. Do seu público, a atenção e o controle de seus sentidos, para que nenhum detalhe das pelejas fosse perdido. E, de ambos, atletas e público, pulsações, pulsões e emoções devidamente educadas. Porque ali, face a face com a nova década que se anunciava, os esportes náuticos ganhavam uma nova e excitante modalidade.

Ao longo de 1917, como parte da organização e do processo educativo que instalou a modalidade em Belém, foi publicado o código que regeria as competições daquele ano. Defendia-se, então, a necessidade de uma piscina capaz de abrigar os jogos, sendo que, na falta dela, "[...] a Federação incumbirá de demarcar o local do jogo, correndo as despesas por conta dos clubs designados para matches" (O ESTADO DO PARÁ, 15.02.1917, p. 4). O estatuto proibia a participação de profissionais, pois ninguém poderia "[...] jogar por um club sem que seu nome esteja registrado na Federação como amador [...]" (O ESTADO DO PARÁ, 15.02.1917, p. 4). A padronização e a normatização dos trajes também era tema do código: "[...] Os jogadores apresentar-se-ão com fato próprio para natação, com barrete representando as côres já approvadas pela Federação, conforme o código de natação". (O ESTADO DO PARÁ, 15.02.1917, p. 4).

A Doca Marechal Hermes era o palco para as pugnas de polo aquático. O primeiro campeonato ocorreu em 1916, promovido pela FPSN. Participaram apenas duas equipes, o Club do Remo e a Tuna Luso. Entretanto, a disparidade entre as duas equipes fez com que a Tuna Luso entregasse seus pontos, ficando

> [...] por isso encerrado o campeonato [...] cabendo com certa galhardia o titulo de campeão a velha e estimada associação Club do Remo [...]. Hoje, porem, será jogado um 'match' especial do apreciado desporto entre duas turmas compostas por alunos da nossa apreciada Escola de Apprendizes Marinheiros, por gentileza especial da Federação (O ESTADO DO PARÁ, 15.04.1916, p.2,)

O descaso inicial foi superado e, em 1917, o polo aquático começou a atrair um grande público. A disputa entre o Club do Remo e a equipe do Benjamin Constant (formada por marinheiros cariocas do navio com esse mesmo nome, que estava atracado no porto de Belém) provocou borburinhos na cidade. Afinal, o sr. Flavio Vieira, introdutor daquela modalidade no Brasil estava visitando Belém e iria arbitrar a partida. Além disso, dizia-se que

> [...] os officiaes do 'Benjamin' cahirão nagua cercados de uma fama de optimos nadadores e conhecedores perfeitos do jogo, e o Remo [...] mostrar-se-a forte a valer, como são fortes todos os seus conjunctos.
> Arbitrará o jogo o conhecido 'sportman' brasileiro dr. Flavio Vieira, que foi quem o introduziu em nosso paiz e a quem é oferecida a promissora festa aquatica (FOLHA DO NORTE, 28.09.1917, p.5).

Criando um ambiente de expectativa, o "Folha do Norte" escrevia, no dia seguinte, que aquela disputa seria a melhor competição já disoputada em Belém, pois a equipe do Benjamin Constant, "[...] trainada e jogando á semelhança das suas congeneres cariocas acha-se em condições **physicas** e **moraes** de pregar uma surpresa no campeão do Pará" (FOLHA DO NORTE, 28.09.1917, p.5). No dia 30 de setembro, era publicada uma descrição minuciosa do que teria sido a partida, destacando logo de início que uma multidão teria comparecido à Doca Marechal Hermes. Começada a peleja, os primeiros movimentos diziam que o embate seria equilibrado. O Club do Remo marcou o primeiro ponto da partida, que logo foi empatada pelo Benjamin. Assim, ao término do

> [...] 1º 'half time' [verificou-se] um empate em 1x1. Após o descanço regulamentar, fere-se nova lucta. [Coube ao remo marcar o segundo ponto]. Renhidissima torna-se a pugna, notando-se que os dois fidalgos contendores conhecerem perfeitamente os segredos do 'Water-polo'. [Ao final] o meeting [termina] Club do Remo 2 'Benjamin' 2.
> Uma frenética salva de palmas parte de todos os lados aclamando os distinctos adversários.
> Eis como terminou o encantador festival (FOLHA DO NORTE, 30.09.1917, p.5)

A FPSN seguiu incentivando a prática do polo aquático e os campeonatos seguintes foram disputados pelo Club do Remo, Yole Club e Associação Dramática Recreativa. Os campeonatos eram disputados pelo primeiro e pelo segundo time de cada clube. Entre os primeiros times o Club do Remo manteve a hegemonia, mas o Yole sagrou-se campeão entre os segundos times em 1917. Os anos de 1920 são marcados pelas variações entre os clubes participantes: Paysandu, Yole, Tuna, Dramatica Recreativa, sendo o Club do Remo o único a participar de todosos campeonatos daqueles tempos, sagrando-se campeão na maior parte dos anos.

Com todas as promessas e alardes, com todo o incentivo e propaganda, o polo aquático não atingiu o nível de popularidade do remo. O fato de o campeonato dessa modalidade seguir um calendário próprio e não ser integrado aos festivais náuticos pode ser um dos motivos para isso. Muito embora poucos tenham sido os clubes que de fato instituíram essa modalidade entre seus atletas, o treinamento dessa modalidade era rígido e as competições acirradas. Fotos retratando os atletas de polo aquático eram exibidas pelos jornais e revistas, sempre destacando a pujança e vigor desses.

Figura 189- Os destemidos atletas de polo aquático da Tuna Luso. A SEMANA, 01.02.1919.

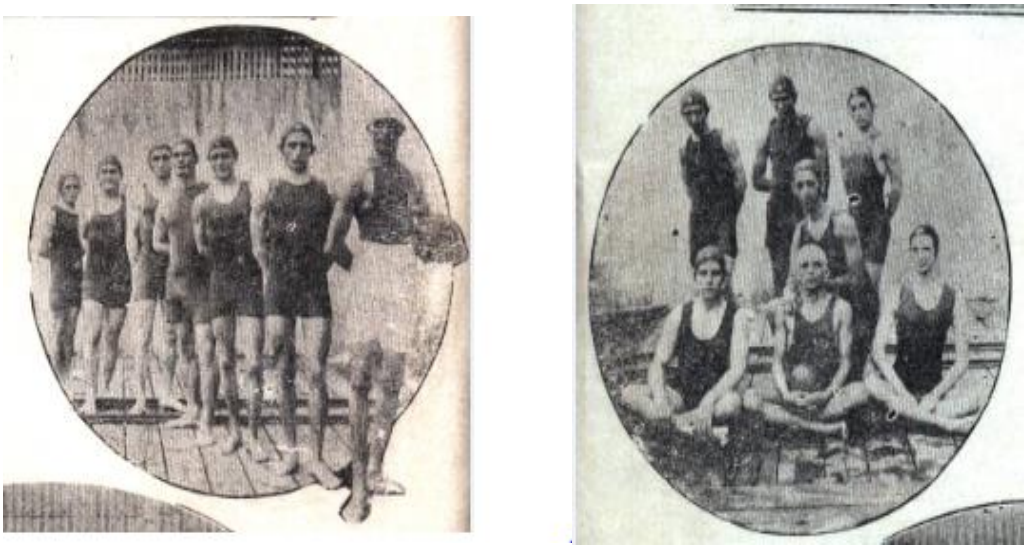


Figura 190- Primeiro e segundo time de “water-polo” do Club do Remo. As roupas expunham sobremaneira seus corpos atléticos, bem como ofereciam conforto e mobilidade aos atletas. A SEMANA, abril, 1919.

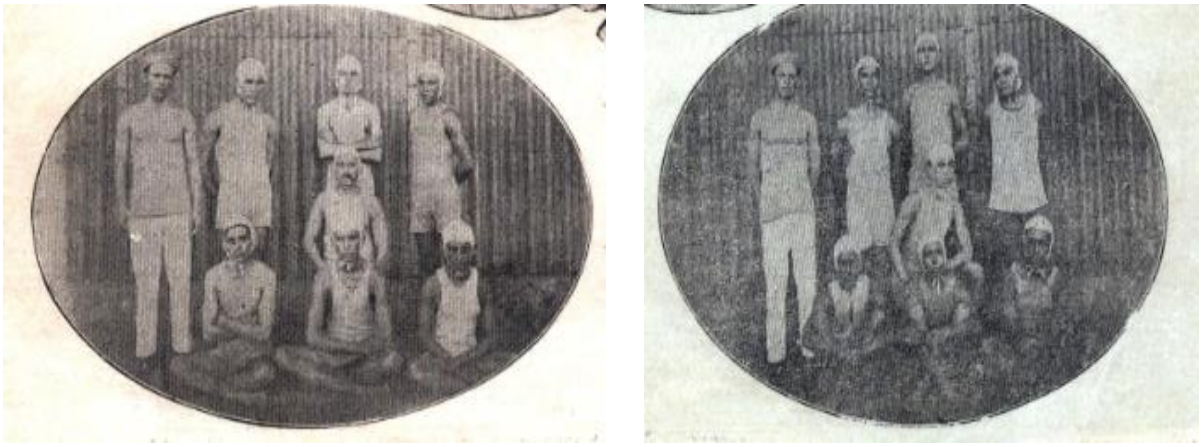


Figura 191-- Primeiro e segundo time de water-polo do Yole Club. A SEMANA, abril, 1919.

Figura 192- 1916 foi o ano do primeiro campeonato de waterpolo em Belém, atraindo pouco público. Os jornais cumpriam o papel de mediadores culturais, forjando um quadro inexistente. Estado do Pará, 20.03.1916, p.2

A valorosa turma de «water-polo», por duas vezes campeã — A resistente guarnição que nos annos de 1925 e 1927 venceu a prova «Humaytá

Figura 193- Equipe de waterpolo campeã paraense em 1925 e 1927. Estado do Pará, 1927.

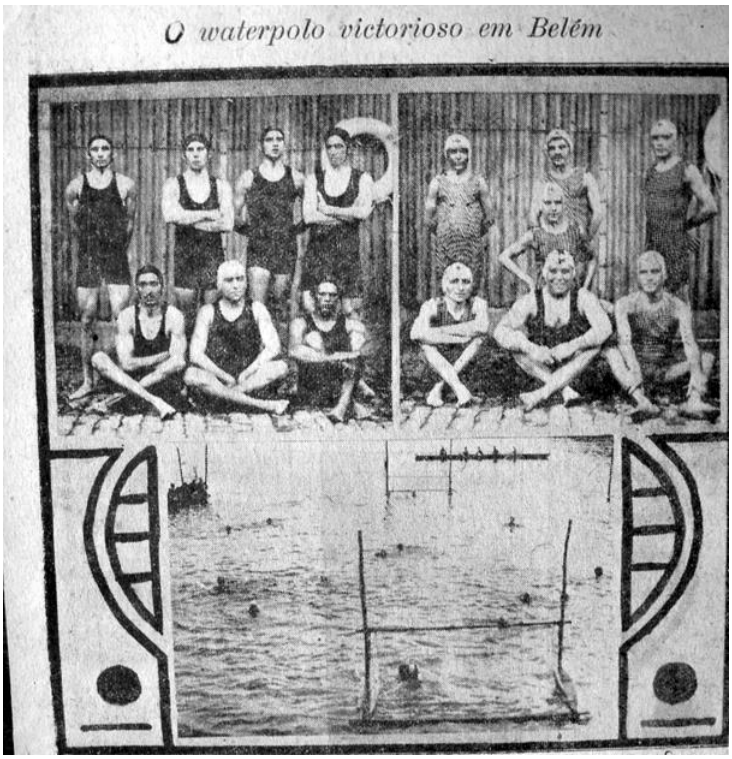


Figura 194- "Waterpolo". É possível observar as traves, de madeira e sustentadas sobre boias. As águas sendo esquadrinhadas. Ao lado, pode ser visto um pequeno barco, ancorado. Nele, provavelmente, estavam os juízes da partida. Estado do Pará, 27.03.1914, p.4

Em meio ao espetáculo e à padronização dos esportes náuticos, público e atletas, como em comunhão, acreditavam que o rigor e a disciplina construiriam, no embate e na celebração entre os músculos e as águas, uma juventude vitoriosa, capaz de recuperar a prosperidade que um dia Belém duvidara ser efêmera, mas que, com o final da década de 1920, perceberia nada ter sido, além de um breve e saudoso aceno. O polo aquático, nesse sentido, deu voz às ambições justo por se caracterizar como espaço para o exercício do músculo e da temperança. Os treinamentos eram intensos e rígidos, colocando à prova o vigor e temperança dos atletas.

> A recreativa convoca seus amadores abaixo mencionados para **rigoroso treino**, amanhã, ás **5.30 horas da manhã**, a fim de serem escalados os times e reservas que disputarão o campeonato do corrente anno: Ramos Figueiredo, Elias Rayol Bittencourt, José S. Pereira [...] (FOLHA DO NORTE, 09.11.1929 p.4. Grifos meus).

Compondo o quadro das modalidades náuticas, havia os saltos. Entendo que essa modalidade possuía um perfil ambivalente, pois, se essa modalidade contava com provas intituladas "salto de altura", que consistiam em saltos acrobáticos, executados de considerável altura (mínimo 10 metros), também havia a competição de "saltos à fantasia", de difícil enquadramento nos moldes esportivos. Os saltos, na verdade, embora fossem praticados no interior dos clubes náuticos, tinham pouco destaque nos festivais, com no máximo três provas a comporem a programação. Foi o caso do festival náutico de 1919, promovido pela FPSN. As provas dessa modalidade obedeceram à seguinte estrutura: sétima prova do dia, saltos de três metros, para estreantes:

> [...] 1 salto de frente sem impulso, 1 com impulso e 2 saltos phantasia. 8ª prova (...) Saltos de 3 metros – Juniors (...) Salto mortal de frente sem impulso, duplo com impulso, 2 saltos phantasia. 9ª prova (...) Saltos de altura. 10 metros no minimo. – Qualquer classe (FOLHA DO NORTE, 03.05.1919, p.4).

Os saltos também integravam as festividades dos Clubs, como pode ser observado na programação do Paysandu Sport Club, também realizada em 1919

para comemorar o batismo de três embarcações, como já foi visto anteriormente. Os saltos apareceram no quarto evento da programação, sob a forma de um

> [...] concurso de mergulho a distância, disputado por três concorrentes, Edmundo Silva, Adelino Moraes e Alfredo Chebabi. A quinta prova do dia foi a disputa de saltos de fantasia, ocorrida entre o campeão M.F.Monteiro e Alfredo Chebabi. Por fim, a sexta prova, novamente de saltos, mas agora em altura, sendo a altura mínima permitida, 10 metros (FOLHA DO NORTE, 15.11.1919, p.5).

Ao que parece, os saltos eram uma modalidade importante para os clubes náuticos, implicando sessões de treinamento orientadas por instrutores. Não fosse assim, seria pouco crível imaginar que os atletas dessa modalidade executassem saltos mortais de uma altura mínima de 10 metros. Com efeito, das provas que compunham essa modalidade, era o salto de altura a mais espetacular e difícil, exigindo controle corporal, equilíbrio e uma boa dose de coragem. Mesmo sem muito destaque por parte da imprensa, e sem apelo junto ao público, há algums registros fotográficos sobre os saltos e os saltadores. Vejamos:

Figura 195- Saltador do Club do Remo, modalidade salto de altura. O ESTADO DO PARÁ, 24.07.1916, p.1. Equilíbrio, destreza, controle corporal e coragem: ingredientes desse tipo de salto. Era preciso treinar para conseguir tal feito.

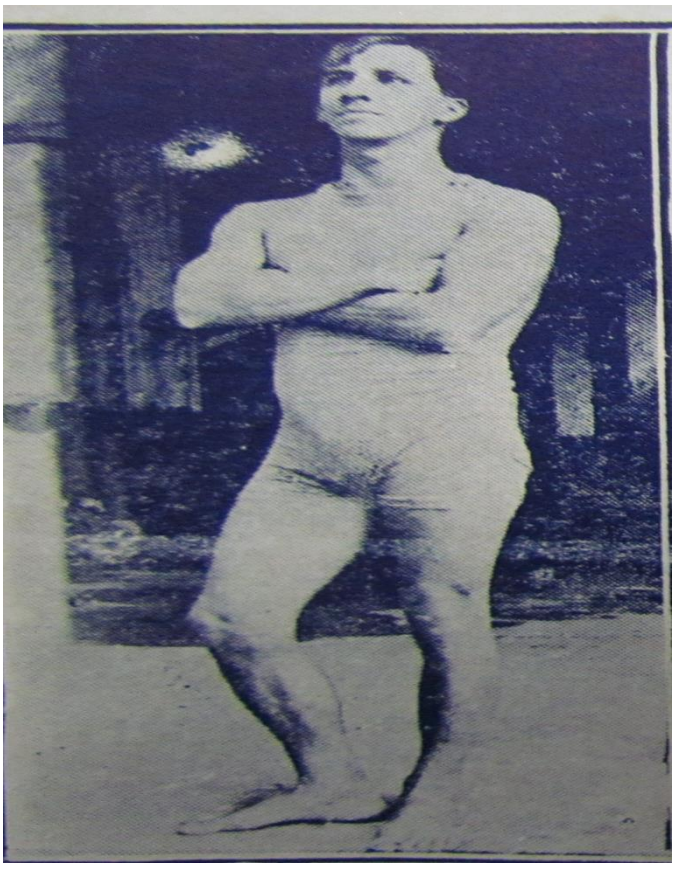


Figura 196- Manoel T. Monteiro, vencedor das provas de "saltos em altura e phantasia". A SEMANA, 10.05.1919.

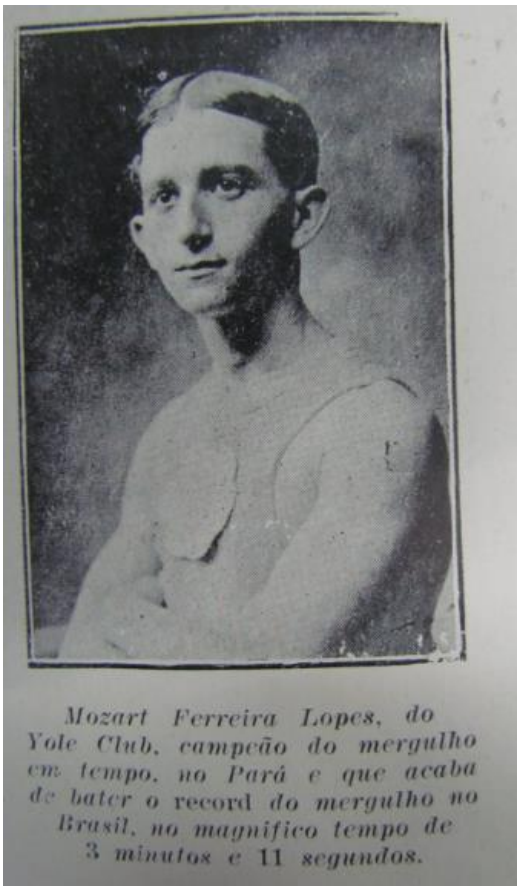


Figura 197- Mozart Ferreira Lopes, campeão paraense do mergulho e tempo e recordista brasileiro nessa modalidade. A SEMANA, 26.06.1920

Figura 198- Os saltadores Fred Braga e Ascendino Hollanda em um instantâneo de suas arrojadas evoluções.

“Remadores fortes e decididos”: Uma nova *margem*... de um tempo que se esvai. Epílogo?

Distante no fio do tempo, o ano de 1855 viu a cólera singrar a Baía do Guajará e aportarem em Belém, dizimando indiscriminadamente boa parte da sua população. Aquela cidade atemorizada pela mortandade, entendia suas águas como nascedouro de pestilências. A Belém das águas podres e miasmáticas que lhe entrecortavam parecia fadada ser uma cidade insalubre. Tempos idos, do abastecimento de água potável depender de aguadeiros e fontes públicas. Tempos nos quais o encanamento d’água não passava de mero sonho, como também o era a construção de um porto moderno em detrimento dos trapiches que ocupavam indiscriminadamente a orla da cidade. Naqueles tempos, que precederam a belle époque, Belém era uma cidade fadada ao esquecimento e ao atraso.

Como foi visto ao longo da tese, ora esboçando uma conclusão, entre o ano de 1855, marco inicial da pesquisa, e os anos de 1870, que dão início à belle époque amazônica, Belém era apenas uma capital cravada no meio da floresta e banhada por uma portentosa Baía. As águas de Belém, cujas personagens principais foram a Baía do Guajará e as chuvas, foram o fio condutor dessa pesquisa, margeando e cadenciando os capítulos da tese. Águas ora perigosas, ora encantadoras e, muitas vezes, tão furiosas quanto espetaculares. Águas que foram muitas, como muitas foram as gentes visitadas pela pesquisa: dos aguadeiros às lavadeiras, dos catraieiros aos remeiros, dos moribundos aos saudáveis, dos marinheiros aos atletas, todos, de alguma forma, tiveram a lida com a água a lhes educar o corpo. Então, eis que se apresenta o tema da pesquisa: a educação do corpo amalgamada aos usos d’água. Nesse amálgama, a invenção de um sentido positivo à vida ao ar livre se articula com o erguimento de uma vida urbana norteada pelo progressso, pela modernidade e pelo capitalismo – vida essa tão bem simbolizada pelos dias da belle époque amazônica.

Adotei como recorte temporal inicial o ano de 1855, justificado pela chegada do surto de cólera, e, como tempo final, a década de 1920, justo por ter sido o momento de consolidação e posterior declínio dos esportes náuticos – essa invenção dos tempos novos que invadiu as águas guajarinas, tornando obsoletas as práticas aquáticas que vinham ocupando o litoral de Belém até o início dos anos de 1900. Desse modo, singrei caminhos que me levaram a responder a questão geradora da pesquisa: como se deu a educação do corpo por meio dos usos d'água em Belém do Pará entre 1855 e a década de 1920?

Pontue-se mais uma vez: ao falar de água, falei de natureza e também da vida ao ar livre e da noção educação do corpo a elas amalgamada. Ou melhor, investiguei a invenção de um sentido positivo à natureza (personificada pelas águas) como partícipe do forjar de um sentido moderno de urbanidade, que foi iniciado pelos tempos da belle époque, e ecoou até o final dos anos de 1920.

Entre fontes diversas, incluindo jornais e revistas do período, além de álbuns e relatórios dos poderes públicos, recorrendo também ao estatuto do Clube do Remo, tive como objetivo compreender a educação do corpo a partir da lida com a água em tempos históricos marcados por momentos diversos: 1) do medo provocado pela cólera, deixando a população temerosa no que diz respeito aos usos d'água, ao processo de domar, purificar e dar um sentido curativo à água, fosse por intermédio do esgotamento e do encanamento, ou a partir das novas tecnologias, incluindo os modernos filtros e sistemas de tratamento d'água; 2) da interferência direta da ciência sobre as fontes e mananciais de água da cidade, ao surgimento de uma indústria do banho; 3) da práticas de atividades aquáticas de forma não institucionalizada, em um universo que abrangia de nados e mergulhos refrescantes à realização de regatas festivas (abertas a amadores e profissionais, sem que houvesse vínculo algum com clubes), até o processo de esportivização de tais práticas, dando corpo aos esportes náuticos (remo, natação, polo aquático e saltos), cujo expoente máximo foram os "rowers", ou ainda, os "sportmen".

O singrar desse percurso levou a algumas conclusões: A noção educação do corpo amalgamada aos usos d'água e à invenção de um sentido positivo à natureza

perpassa os diferentes momentos históricos abrangidos pelo recorte temporal da pesquisa, e o faz de maneira por vezes cambiante e difusa, para noutras, ser concisa e metódica; 2) Houve a passagem de um estado de medo, penúria e mortandade (grosso modo, de negativação), para um estado de regozijo, celebração, saúde e espetáculo (positivo, portanto), tendo a água, a natureza, a cidade, a educação do corpo e o esporte náutico como motor e eixo; 3) A modernização de Belém, alcançada durante a belle époque e ecoada até o recorte final da pesquisa, não alcançou a população pobre de Belém; 4) Decorrente da esportivização das práticas aquáticas, os esportes náuticos foram importantes mecanismos para o processo de modernização da cidade, pois contribuíram para os novos sentidos atribuídos à orla belenense, dinamizando o uso dessa. Assim, a Baía outrora povoada por trapiches e lugar para nados indecorosos, logo se transformaria em sede de um porto moderno (por onde escoava a riqueza da borracha, atracavam os capitalistas endinheirados e as novidades mundiais, enfim, lugar para a circulação de riquezas, no sentido mais amplo), não menos que palco para o espetáculo dos esportes náuticos; 5) O processo de esportivização das práticas aquáticas deu-se a partir da implantação e aceite de métodos de treinamento físico e técnico voltados aos jovens atletas, sendo que esses com seus corpos apolíneos, em pouco tempo, passaram a simbolizar a modernidade que então se encenava; 6) Mais que símbolos dos tempos novos, os “sportmen” refletiam e ampliavam valores centrais para o capitalismo que avançava sobre Belém: o consumismo e o cultuar da beleza, a eficácia e economia do gesto desportivo alcançada por intermédio da disciplina e da racionalização metodológica, e, sobretudo, o despertar de emoções nascidas do espetáculo esportivo sobre as águas da Baía do Guajará; 7) A vida junto às praias e a prática de esportes náuticos foram importantes para a invenção de um moderno e positivo sentido de vida ao ar livre como extensão da urbanidade desenhada pela belle époque.

Dito de outro modo, da tensão entre um passado de atrasos e um futuro que acenava progresso, surgiu um tempo de riquezas, mas de miséria também, ambas, escorando uma a outra, o mesmo podendo ser dito sobre a vida urbana, com seus

ritmos acelerados, seus ruídos intermitentes e tensões em relação à vida ao ar livre, junto às praias, embalada pelo silêncio, pela diversão, pela leveza e descompromisso: a cidade forja uma natureza domada e revigorante, e nela encontra refúgio e escape, tornando-a, grosso modo, uma extensão de si; a vida ao ar livre, por seu lado, encontra nos esportes náuticos um meio de valorização e mesmo justificativa.

Pestilentas, lugar miasmático, fonte e nascedouro de febres e surtos, as águas de Belém traziam a morte e prendiam a cidade ao atraso. Os corpos então eram temerosos, educados para o medo, visitados por fantasmas. Em suas entranhas, o temor. Por outro lado, lugar para perturbardores da ordem pública, com seus insolentes e depravados banhos desnudos, o litoral belenense era alvo de constante vigilância e normatização. Ali também eram exercidos ofícios, pouco valorizados, é certo, mas vitais ao cotidiano citadino. Ofício de gente pobre. Ofício de gente de cor. Gente de sociabilidades estranhamente ruidosas e galhofeiras que, da beira do rio às fontes públicas, despertavam a atenção dos viajantes e a ira dos citadinos. Pobres coitados, alguns diriam, eram aquelas as gentes que a europeização dos usos e costumes imposta pela belle époque quis de si apagar, mas não conseguiu. Naqueles tempos, uma Belém de riquezas se imaginou a “Petit Paris”. Mas logo descobriria que tudo não passara de ilusão faustiana.

Entre riquezas e misérias que se espelhavam sem olharem uma para a outra, forjavam-se aquelas cidades que era uma só: Belém do Grão-Pará. Suas águas continuavam ali: objeto do olhar de médicos, engenheiros e do poder público – porque era preciso sanear, higienizar e aformosar. Águas selvagens, é certo, Mas, se domadas, se medicalizadas, se integradas à urbanidade, seriam, finalmente, lugar que revigoraria as forças roubadas pelo avanço capitalista, ao mesmo tempo em que levariam refrigério ao abrasivo calor belenense e diversões aos citadinos que, aos poucos, descobriam os balneários como locais para recreios e piqueniques, relaxamento e contemplação. Bucólicas e mansas águas guajarinas. A vida ao ar livre junto às águas – ou a invenção dessa – era a todo momento celebrada.

Com a modernidade que acenava, os circuitos d'água foram modificados, margeando, sendo horizonte, reflexo e espelho para os novos tempos. Tempos de um Brasil Republicano, é bom pontuar. E da belle époque amazônica, que se reafirme. Tempos de uma Belém que era tantas: Belém das águas que, encanadas, levavam luxo, conforto e higiene a quem pudesse pagar (e eram poucos os que podiam). Águas que curavam – vide os banhos de vapor, os banhos frios ou mesmo os banhos quentes, objetos do saber médico. Em meio às águas que se faziam domadas, surgem pedagogias voltadas às novas sensibilidades. Com isso, apresenta-se uma educação do corpo: conduzida, metrificada, pormenorizada e forjada por um ideário composto por saberes médicos, por códigos de posturas e por intervenções de engenheiros. Ideário pautado no que se dizia ciência. Ideário que intervinha na vida banal, pouco se importanto com os saberes, com os usos, com os costumes e crenças da população pobre. É bem verdade que as elites também sentiam os ruídos do que ali se instalava, mas, do conforto e segurança de seus lares e espaços de sociabilidade, queriam mesmo era viver o enredo delirante de uma cidade civilizada, moderna e europeizada, e que iria se impor sobre a natureza que insistia em lhe assombrar.

Belém moderna, Belém das águas que se abriam aos divertimentos junto ao litoral. Aquele litoral, outrora repleto de trapiches, pontes e maus hábitos. Eis que surgem as regatas: festivas e comemorativas encantavam e atraiam um público feito de todas as gentes, era o que diziam. Mas o belenense queria outras novidades, mais excitantes, mais espetaculares. Mais competitivas. Mais esportivas. Assim, processualmente, dia após dia as sensibilidades foram mudando. Os corpos foram sendo educados. Dá-se então o processo de esportivização das práticas aquáticas. Ali, às margens guajarinas, os esportes náuticos surgem e logo encantam os belenenses. Expressão e símbolo do que era moderno, o esporte náutico, primeiro com o remo, seguido pela natação, polo aquático e saltos, não só ocupa as águas guajarinas como as esquadrinha: das plataformas de salto às traves de polo aquático, dos "out-riggers" aos vapores que abrigavam as elites durante as regatas,

o moderno sentido de urbanidade definiu novos usos e balizas às águas barrentas daquela Baía.

E o que dizer dos "sportmen", tão bem encarnados pelos "rowers"? Personagens principais de um roteiro que incluía, de treinamentos físicos e técnicos contínuos tanto quanto exaustivos, a competições emocionantes e espetaculares, os jovens atletas náuticos encantavam o público belenense. Era o tempo certo para celebrar o músculo: a juventude belenense, aos poucos sentia em suas fibras musculares, no ritmo de sua respiração e no apurar de seus gestos, as transformações físicas de uma educação centrada no corpo. O treinamento atlético, metódico e orientado, integrado à disciplina rígida, à obediência moral e aos bons costumes, inventava e esculpia aqueles corpos jovens e apolíneos. O processo de esportivização das práticas aquáticas, iniciado com as regatas festivas, desembocou na chegada dos esportes náuticos e na institucionalização destes por intermédio de uma federação própria. Incansáveis e vigorosos, os corpos seminus e atléticos dos "sportmen" às margens guajarinas eram de uma exuberância encantadora. Quem passasse "[...] pelo Café Manduca, em hora matinal [veria] uma rapaziada forte e disposta, que ali [fazia] sua primeira refeição. [Eram] os atletas náuticos que voltavam dos trainos" (FOLHA DO NORTE, 16.09.1928, p. 9).

Refletida pelas águas, a imagem dos atletas parecia eternizar os tempos de riqueza de uma Belém que se quis europeia em sua modernidade. Encarnada pelas "[...] figuras apolíneas dos athletas náuticos, [...] remadores fortes e decididos, ansiosos de victorias, desejosos de triumphos [...]" (FOLHA DO NORTE 23.09.1928, p. 9), a festa dos músculos, que parecia não ter fim, transformava o "sportman" em um símbolo dos tempos de modernidade que se contrapunha ao passado. Não por acaso, o poeta Bruno de Menezes, um dos líderes do grupo de intelectuais modernistas paraenses, intitulado "Os Vândalos do Apocalipse", traçava relações entre o futebol e a modernidade156. Ou ainda, naqueles tempos, "[e]sporte e revolução passaram a ser sinônimos na medida em que podiam evidenciar o

156 Sobre o tema, ver Ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: Arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém: IAP, 2012

significado bélico da luta contra o passadismo"i (FIGUEIREDO, 2012, p.65). Porque moldados à forma do exercício físico racionalizado; porque mantidos à custa de treinamento, disciplina e dedicação, aqueles corpos apolíneos não eram objetos de censura, assim como não o eram as ruidosas festas a bordo dos vapores que acomodavam as elites em dias de competições náuticas, mesmo que o código de posturas de 1890 proibisse "[...] bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade [...]" (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.01.1891, p. 2). Estariam aquele espaço e aquele tempo forjando novos sentidos de ordem e de civilidade? Trazidas pelos esportes náuticos, teriam as formas de lidar com as águas que banhavam Belém – porque enquadradas por regras e balizadas por técnicas de execução – inaugurado outras, e modernas, maneiras de educar o corpo?

Mas a boaventurança estancou. Belém não mais era alimentada pelas riquezas da borracha. As águas guajarinas em breve não mais seriam palco de festividades e concursos aquáticos como os de outrora, tampouco atrairiam multidões às suas margens para celebrar a vida ao ar livre, a plasticidade muscular e a técnica dos "sportmen". Assim, a Belém do final dos anos de 1920 já não experimentava as riquezas de outrora, mas relutava em abdicar de alguns dos usos e costumes europeizados. A prática de esportes tornar-se-ia popular ao longo das décadas seguintes, com destaque ao futebol, que suplantaria o remo como esporte preferido da população. Os saudáveis e atléticos "sportmen" náuticos continuariam a singrar as águas barrentas da Baía do Guajará, mas sem o quê de espetáculo dos tempos idos. Fosse singrando as águas sobre modernas yoles e out-riggers, fosse penetrando a Baía com braçadas ritmadas, fosse saltando perigosamente sobre aquelas águas barrentas, ou ainda, fosse transformando as formosas e bucólicas águas guajarinas em um campo de ferrenhas disputas físicas personificadas no "water-polo", o corpo estava lá. Como lá estavam as águas. E um sonho. Que se queria eterno, mas tão rapidamente chegou ao fim. Naqueles novos tempos que emergiriam, o som das "jazz bands" e os "vivas e urrahs" das elites dariam lugar às batidas secas, ritmadas, treinadas e precisas de remos, braçadas e mergulhos que, quase solitários, insistiam em entregar-se à formosura das águas guajarinas. Não

havia mais uma multidão aplaudindo os atletas náuticos. Os cronistas emudeceram suas penas. A nova juventude, agora procurava os campos de futebol. Ali, testemunha e personagem daqueles tempos gloriosos que se esvaíam, o “sportman” encenava, dia após dia, um roteiro outrora reluzente, preparando-se para o ressurgimento das espetaculares manhãs de regatas. Como se a história pudesse ser revivida. Ou o tempo, retroceder.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. Bauru: EDUSC, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2004.

BARUA, Dhiman; GREENOUGH III, William B. (orgs.) **Cholera: current topics in infectious disease**. New York: Plenum Medical Book Company, 1992.

BASSALO, Célia Coelho. O Art Nouveau em Belém. Belém: MEC/FUNARTE, 1984.

BASSANI, José Jaison; VAZ, Alexandre Fernandez. **Comentários sobre a educação do corpo nos "textos pedagógicos" de Theodor W. Adorno**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 13-37, jan./jun. 2003.

BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo, SP: Ed. Itatiaia, 1985.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

BERTUCCI, Liane Maria**. Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará.** Belém, PA: Paka-Tatu, 2012.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais PARAoaras: catálogo**. Belém, PA: SECDET,1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLOGNE, Jean-Claude. **História do pudor**. Rio de Janeiro: Elfos ED; Lisboa: Teorema, 1990.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAMPOS, Americo de. Noções geraes de hygiene. [Belém]: P. de Oliveira, 1912.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: Belém 1870-1920**. Belém, PA: Ed. Açaí, 2011. 428 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CASTRO, Fabio Fonseca de. **A cidade Sebastiana: Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade.** Belém: Lavor/Edições do Autor, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2ª ed. 2ª reimpressão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios para uso das famílias**. Sexta Edição, 1890.

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: o monumento à República em Belém – 1891-1897**. Belém; Paka-Tatu, 2002.

_____. Apresentação. In: CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1999 [1952].

CORBIN, Alain. **El pefume o el miasma: el olfato y sol o imaginário social, siglos XVIII y XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012.
COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. São Paulo, SP: 2004.
CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém.** Belém: Edições CEJUP, 1992, 2ªed.
_____. **História do Pará, Vol.2**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará. 1973.
_____. **A água de Belém: Sistema de abastêcimento usado na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos**. Belém, Pará: Revista da Veterinária, 1944.
CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. **Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo**. *Pró-Posições*, v. 22, p. 167-182, 2011.
DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura do ferro: memória e questionamento**. Belém: CEJUP, 1993
DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920**. Manaus: Editora Valer, 2007.
EDWARDS, William H. **A Voyage up the river Amazon including a residence at Pará**. New York: D. Appleton & Company; Philadelphia: Geo. S. Appleton, 1847.
ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
FERREIRA, Luiz Otávio. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840) In: CHALHOUB, Sidney et al. (orgs.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: Arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012.

_____. **Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX.** In: CHALHOUB, Sidney et. al. (orgs.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREHSE, Fraya. **O tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

FREYRE, Gilberto**. Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2010.

_____. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Global editora, 2009.

_____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.

_____. **O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

GLEYSE, Jacques; DALBEN, André ; SOARES, Carmen Lúcia**.** Estudo comparativo da recepção do Método Natural de Georges Hébert no Brasil e na França. In: XIII Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport and XII Brazilian Congress for the History of Physical Education and Sport, 2013, Rio de Janeiro. **Esporte e Educação Física ao Redor do Mundo: Passado, Presente e Futuro**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2013.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. **Norte do Brazil através do Amazonas, do Pará e do Maranhão**. São Paulo; Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1906.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. **Âncora medicinal: para conservar a vida com saúde**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2004.

HEROLD JÚNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. **A educação corporal em Baden-Powell: o movimento escoteiro contra o intelectualismo escolar**. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 47, p. 166-184, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

KOSSOY, Boris**. Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício de fotografia no Brasil (1833-1910).** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Manaus: Editora Valer, 2008.

LE GOFF, Jacques. **As doenças tem história**. Portugal: Terramar, 1997.

LEWINSOHN, Rachel. **Três epidemias: lições do passado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural, racional, social,: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 152 p.

_____. **Medicina e ordem política brasileira: Políticas e Instituições de saúde (1850-1930).** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et. al. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MATTOSO, Ernesto. **O dr. Augusto Montenegro: sua vida e seu governo**. Paris: Tony Dussieux, 1907.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona Campos. **Educação do Corpo na e pela Linguagem da Lei: potencialidades da legislação como fonte**. *Pensar a Prática* (UFG), v. 11, p. 71-81, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo/SP: Loyola, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo, 1973.

RAGO, MARGARETH. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Artur Cézar Ferreira. Euclides e o paraíso perdido. In CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

_____. **O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural**. Rio de Janeiro; Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**, in NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da coleção) e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org. do volume). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003. v. 1.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (Org.); MARQUES, Vera Regina Beltrão (Org.). **Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas**. 1. ed. São Paulo; Campinas: Cortez; Cedes, 2003. v. 1.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo, SP: Editora Senac, 2007.

_____. **Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções**. Motrivivência. Florianópolis, Santa Catarina, n.15, p. 17, 2000.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas: salubridade e ocupação de São Paulo, 1875-1930**. São Paulo: Alameda, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**, 3.ª ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2010.

_____. **Memórias do "Velho Intendente" Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil : da belle époque à era do rádio**. São Paulo : Companhia das Letras, 2010, v. 3

_____. **Literatura como missão: Tensões sociis e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SIGAUD, Joseph François Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 [1844].

SILVA, James Roberto**. Doença, fotografia, e representação: Revistas Médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925.** São Paulo: EDUSP, 2009.

SMITH, Carl. C**ity water, city life: water and the infrastructure of ideas in urbanizzing Philadelphia, Boston and Chicago**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

SMITH, Herbert Huntington. **Brazil: the Amazons and the coast**. New York: Charles Scribner's Sons. Sabin Americana Print Editions, 1879.

SOARES, Carmen Lúcia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas: a *educação do corpo* entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)** Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. Prefácio. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. v. 1., p. x-xix

SOUSA, Jorge Prata de. A cólera, a tuberculose e a varíola: as doenças e seus corpos, in PRIORE Mary Del e AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Salvador: Edufba, 2009.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Companhia Editôra Americana, 1972.

_____. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

_____. **Amazônia: homem, natureza e tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

VAZ, Alexandre Fernandez. **Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal.** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99, p. 89-108.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

_____. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense: notícia histórica (1650-1902)**. Belém/PA: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

_____. **As epidemias no Pará**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1975.

VIGARELLO, Georges. 2008. **História do corpo, volume 3. As mutações do olhar: o século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **Du jeu ancien au show sportif** : **la naissence d'un mythe**. Paris : Seuil, 2002.

_____.**Une histoire culturel du sport: techniques d'hier...et techniques d'aujourd'hui.** Paris, Robert Laffont, 1988.

_____. **O limpo e o sujo: a higiene do Corpo desde a Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes,1996.

_____. **O limpo e o sujo: a higiene do Corpo desde a Idade Média**. Lisboa: Fragmentos,1985.

VIGARELLO, Georges; HOLT,Richard. In: CORBIN, Alain (org.). **História do corpo, volume 2.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1853].

DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.
RODRIGUES, Sílvio Ferreira. **Esculápio tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.
SILVA, Ivo Pereira da. **Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.
SOARES, Carmen Lúcia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas: a *educação do corpo* entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)**. Tese (livre docência). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.
SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém, PA, 2008.

ARQUIVOS E FONTES

BRAGA, Theodoro José da Silva. Guia do Estado do Pará. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916.

LEMOS, Antonio José de. ***Relatório Municipal***. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1897-1902.

_____. **Álbum de Belém**. Typographia de Alfredo Augusto Silva 1902.

_____. **Relatório Municipal**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1903.

_____. **Relatório Municipal**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904.

_____. **Relatório Municipal**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1905.

_____. **Relatório Municipal**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1906.

_____. **Relatório Municipal**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1907.

MONTENEGRO, Augusto. Álbum do Estado do Pará: Oito annos de Governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie CHAPONET, 1908.

PAES DE CARVALHO, José. Álbum do Pará em 1889. Governo do Dr. José Paes de Carvalho. 1899.

PARÁ, Governo. Indicador Illustrado do Estado do Para, 1920. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter Editores, 1910.

_____